

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

*Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos.
Et possint sera posteritate frui.*



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Considerado de utilidade pública:

Estadual: Lei nº 1.068, de 14-9-1966 (*Diário Oficial do Estado*, parte I, de 20-9-1966)

Federal: Decreto nº 61.251, de 30 de agosto de 1967

Av. Augusto Severo, 8, Rio de Janeiro, CEP 20021-040

Fundado em 21-10-1838, em plena Regência, por 27 sócios da prestigiosa Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o IHGB originou-se de proposta anterior do marechal de campo Cunha Matos e do cônego Januário da Cunha Barbosa. Pedro II logo o tomou sob seus auspícios.

Os objetivos estatutários eram, entre outros: coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos, promover cursos e editar a *Revista Trimestral de História e Geografia* ou o *Jornal do IHGB*.

O Arquivo é hoje um dos melhores do Brasil, graças a sucessivas doações de papéis de estadistas e historiadores, como José Bonifácio, o marquês de Olinda, Varnhagen, Cotegeipe, o conde d'Eu, o visconde de Ouro Preto, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Epitácio Pessoa, Manuel Barata, Wanderley Pinho, Hélio Viana e Jackson de Figueiredo, entre outros.

A Biblioteca, por compra, doações e permutas, ultrapassa de 500 mil volumes, de grande interesse para os estudos brasileiros.

A Mapoteca dispõe de cerca de 12 mil cartas geográficas, referentes, sobretudo, ao território brasileiro.

O Museu, criado em 1851 para guardar a memória de varões ilustres em máscaras mortuárias, retratos e lembranças pessoais, exhibe hoje peças, como a espada de campanha de Duque de Caxias (modelo dos espadins dos cadetes do nosso Exército) ou a cadeira em que Pedro II, durante 40 anos, presidiu a 508 sessões do Instituto.

A Pinacoteca é rica, abrangendo desde a imensa tela da Coroação de Pedro II, de autoria do sócio Araújo Porto-Alegre, até a impressionante galeria de retratos (e bustos) de monarcas, nobres e personalidades da Colônia à República.

Os sócios, eméritos, titulares, honorários e correspondentes, no país e no estrangeiro, são eleitos vitaliciamente. O corpo social promove conferências, congressos e cursos, anunciados com antecedência, e realiza reuniões acadêmicas, de março a dezembro, todas as quartas-feiras. As atas são publicadas pela Revista no último número do ano.

R IHGB

a. 182

n. 486

mai./ago.

2021

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA – (2020-2021)

Presidente:	Victorino Chermont de Miranda
1º Vice-Presidente:	Jaime Antunes da Silva
2º Vice-Presidente:	João Maurício de Araújo Pinho
3º Vice-Presidente:	Alberto da Costa e Silva
1º Secretária:	Lucia Maria Paschoal Guimarães
2º Secretária:	Maria de Lourdes Viana Lyra
Tesoureiro:	Fernando Tasso Fragoso Pires
Orador:	José Almino de Alencar e Silva

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos:	Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Marcos Guimarães Sanches e Miridan Britto Falci
Membros suplentes:	Esther Caldas Bertoletti, João Eurípedes Franklin Leal e Vera Lucia Cabana de Andrade

CONSELHO CONSULTIVO

Membros nomeados:	Antonio Izaías da Costa Abreu, Armando de Senna Bittencourt, Carlos Wehrs, Célio Borja, Cybelle Moreira de Ipanema, Esther Caldas Bertoletti, Maurício Vicente Ferreira Júnior, Miridan Britto Falci e Pedro Corrêa do Lago.
-------------------	--

DIRETORIAS ADJUNTAS

Arquivo:	Jaime Antunes da Silva
Biblioteca:	Claudio Aguiar
Cursos:	Antonio Celso Alves Pereira
Iconografia:	Pedro Karp Vasquez
Informática e Dissem. da Informação:	Carlos Eduardo de Almeida Barata
Museu:	Paulo Knauss de Mendonça
Patrimônio:	Guilherme de Andrea Frota
Projetos Especiais:	Mary del Priore
Relações Externas:	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
Relações Institucionais:	João Mauricio de A. Pinho
Coordenação da CEPHAS:	Maria de Lourdes Viana Lyra e Lucia Maria Paschoal Guimarães (subcoord.)
Editor do Noticiário:	Victorino Chermont de Miranda

COMISSÕES PERMANENTES

ADMISSÃO DE SÓCIOS:	CIÊNCIAS SOCIAIS:	ESTATUTO:
Alberto da Costa e Silva	Antônio Celso Alves Pereira	Antonio Celso Alves Pereira
Dora Monteiro e Silva Alcântara	José Almino de Alencar e Silva	Antonio Izaías da Costa Abreu
Jaime Antunes da Silva	José Murilo de Carvalho	Célio Borja
Fernando Tasso Fragoso Pires	Maria Cecília Londres	Gustavo Siqueira
Lucia Maria Paschoal Guimarães	Maria Luiza Penna Marques Moreira	João Maurício de Araújo Pinho
GEOGRAFIA:	HISTÓRIA:	PATRIMÔNIO:
Armando de Senna Bittencourt	Arno Wehling	Antonio Izaías da Costa Abreu
Cybelle Moreira de Ipanema	Marcos Guimarães Sanches	Esther Caldas Bertoletti
Miridan Britto Falci	Maria de Lourdes Vianna Lyra	Fernando Tasso Fragoso Pires
Pedro Pinchas Geiger	Paulo Knauss de Mendonça	Guilherme de Andrea Frota
Vera Lúcia Cabana de Andrade	Maurício Vicente Ferreira Júnior	Marcus Antonio Monteiro Nogueira

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

*Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos.
Et possint sera posteritate frui.*



Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 182, n. 486, 2021.

Indexada por/Indexado by

*Ulrich's International Periodicals Directory – Handbook of Latin American Studies (HLAS) –
Sumários Correntes Brasileiros – Google Acadêmico – EBSCO*

Correspondência:

Rev. IHGB – Av. Augusto Severo, 8-10º andar – Glória – CEP: 20021-040 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Fone/fax. (21) 2509-5107 / 2252-4430 / 2224-7338

e-mail: revista@ihgb.org.br home page: www.ihgb.org.br

© Copyright by IHGB

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Revisora: Carolina Pereira Vicente Silva

Secretária da Revista: Tupiara Machareth



REGISTRO NACIONAL DO BRASIL DO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO – MOW DA UNESCO
Pensar O Brasil: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839-2011

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. - Tomo 1, n. 1 (1839) -

Rio de Janeiro: O Instituto, 1839-

v. : il. ; 23 cm

Quadrimestral

ISSN 0101-4366

Ind.: T. 1 (1839) – n. 399 (1998) *em* ano 159, n. 400. – Ind.: n. 401 (1998) – 449 (2010) *em* n. 450 (2011)

1. Brasil – História. 2. História. 3. Geografia. I. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ficha catalográfica preparada pela bibliotecária Maura Macedo Corrêa e Castro – CRB7-1142

CONSELHO EDITORIAL

António Manuel Dias Farinha – Universidade de Lisboa – Lisboa – Portugal

Arno Wehling – Universidade Veiga de Almeida – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

José Murilo de Carvalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Manuela Mendonça – Universidade de Lisboa – Lisboa – Portugal

Maria Beatriz Nizza da Silva – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil

COMISSÃO DA REVISTA: EDITORES

Eduardo Silva – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Esther Caldas Bertoletti – Ministério da Cultura – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Lucia Maria Bastos Pereira das Neves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ-Brasil

Maria de Lourdes Viana Lyra – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Mary del Priore – Universidade Salgado de Oliveira – Niterói-RJ – Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Fernando Camargo – Universidade Federal de Pelotas – Pelotas-RS – Brasil

Geraldo Mártires Coelho – Universidade Federal do Pará – Belém-PA – Brasil

Guilherme Pereira das Neves – Universidade Federal Fluminense – Niterói-RJ – Brasil

José Marques – Universidade do Porto – Porto – Portugal

Junia Ferreira Furtado – Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte-MG – Brasil

Leslie Bethell – Universidade de Oxford – Oxford – Inglaterra

Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos – Ministério das Relações Exteriores – Brasília-DF – Brasília

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho – Universidade Federal de Pernambuco – Recife-PE – Brasil

Maria de Fátima Sá e Mello Ferreira – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa – Lisboa – Portugal

Mariano Cuesta Domingo – Universidad Complutense de Madrid – Madrid – Espanha

Miridan Britto Falci – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Nestor Goulart Reis Filho – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil

Renato Pinto Venâncio – Universidade Federal de Ouro Preto – Ouro Preto-MG – Brasil

Stuart Schwartz – Universidade de Yale-Connecticut – EUA

Ulpiano Bezerra de Meneses – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil

Victor Tau Anzoategui – Universidade de Buenos Aires – Buenos Aires – Argentina

SUMÁRIO

SUMMARY

Carta ao Leitor 11

I – ARTIGOS E ENSAIOS

ARTICLES AND ESSAYS

A Insurreição Paraibana contra os holandeses (1645-1647):
uma síntese histórica 15

*The Uprising in the Captaincy of Paraíba Against the Dutch
(1645-1647): a Historical Synthesis*

LEANDRO VILAR OLIVEIRA

Distrito Diamantino: legislação e experiências
desenvolvidas na mineração, 1734-1739 43

*Diamond District: legislation and experiences
developed around mining 1734-1739*

JOELMIR CABRAL MOREIRA

Arcadismo e religiosidade na Casa da Ópera de Vila Rica:
o caso da encenação de *São Bernardo*,
de Cláudio Manuel da Costa, em 1770 75

*Arcadianism and Religiosity at the Vila Rica Opera House:
the Staging of the drama São Bernardo
by Cláudio Manuel da Costa in 1770*

MARIANA FRANÇA SOUTTO MAYOR

Reformas e Iluminismo no Mundo Atlântico:
o caso português 101

*Reforms and Enlightenment in the Atlantic World:
the portuguese case*

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES

Análise crítica da bibliografia memorialística
sobre o ensino jurídico no período imperial (1827-1889):
as “tradições e reminiscências” de Almeida Nogueira 137

*Critical analysis of the memorial bibliography on
Legal Education in the imperial period (1827-1889):
the tradições e reminiscências by Almeida Nogueira*

ARIEL ENGEL PESSO

Os melhoramentos portuários no Atlântico oitocentista <i>Port Improvements in the Nineteenth-Century Atlantic</i> THIAGO VINÍCIUS MANTUANO DA FONSECA	163
Arthur Napoleão, o piano virtuoso e o tabuleiro de xadrez: um exercício de sociabilidade do Império à República <i>Arthur Napoleão, the Virtuous Piano and the Chessboard: an Exercise in Sociability from the Empire to the Republic</i> ALEXANDRE RAICEVICH DE MEDEIROS	189
A identidade dos marinheiros de Manaus pelo mundo das histórias lidas e contadas na Primeira República <i>The identity of Manaus Sailors in the world of stories read and told in the First Brazilian Republic</i> CAIO GIULIANO PAIÃO	219
Do Punjab à Serra do Mar: notas sobre as afinidades entre o <i>ariano</i> de Arthur de Gobineau e o <i>bandeirante</i> de Paulo Prado <i>From Punjab to Serra do Mar: notes on the affinities between Arthur de Gobineau's Ariana and Paulo Prado's Bandeirante</i> HELGA GAHYVA	251
De CNT a TST: O processo institucional e normativo de criação da Justiça do Trabalho (1923-1945) <i>From the National Labor Council to the Superior Labor Court: The Institutional and Regulatory Process for the Creation of Labor Courts (1923-1945)</i> MARIA PIA GUERRA RAFAEL LAMERA GUESTA CABRAL	275
Historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional: o IHGB e os Institutos Históricos da Amazônia (1938) <i>Amazonian historians at the Third National History Congress: IHGB and Amazonian Historical Institutes (1938)</i> LUCILVANA FERREIRA BARROS	303

II – COMUNICAÇÕES

NOTIFICATIONS

- Repercussões da Revolução Brasileira de 1817 337
nos Estados Unidos e França
*Repercussions of the Brazilian Revolution of 1817
in the United States and France*
VAMIREH CHACON

III – DOCUMENTOS

DOCUMENTS

- Documentos sobre a Capitação 351
(Coleção Casa dos Contos da Fundação Biblioteca Nacional)
*Documents on Capitation Casa dos Contos Collection
at the Brazilian National Library Foundation*
PABLO OLLER MONT SERRATH
- Notas sobre estudos sociais, 381
por Carlos Miguel Delgado de Carvalho
*Notes on Social Studies
by Carlos Miguel Delgado de Carvalho*
THIAGO RODRIGUES NASCIMENTO

VI – RESENHAS

REVIEW ESSAYS

- Gênese da Saúde Global: a Fundação Rockefeller
no Caribe e na América Latina* 407
CAROLINA SALGADO
ANA CAROLINA LACERDA
MIGUEL HERMAN
- Muito mais do que podem encontrar nossos olhos: 417
novas e desafiadoras perspectivas sobre o legado
de Oliveira Lima
ANDRÉ SENA
- Benfeitores da Revista do IHGB 427
 - Colaboradores Pareceristas 429
 - Normas de publicação 431
Guide for the authors 432

Carta ao Leitor

Há cerca de 4 anos, aceitei com muita honra a direção da *RIHGB*. Foi um grande desafio assumir uma revista com 192 anos de publicação, considerada como o mais antigo periódico acadêmico do Brasil, com vida ininterrupta desde sua criação em 1839. Muitos problemas foram enfrentados ao longo desse período, em uma conjuntura que se apresentou nos últimos dois anos repleta de desafios como crises sanitárias, humanas, econômicas e sociais. A Revista também sentiu esses problemas, tanto em relação à questão financeira quanto daquela de pessoal para compor os seus números. Com auxílio de projetos de pesquisa, doações de alguns sócios e a magnífica e exitosa campanha – Benfeitoria dos 190 anos da Revista –, foi possível publicar suas edições, principalmente, nesses últimos anos.

Repensando a História, por meio de seus artigos que narraram fatos, mas também procuraram explicar momentos do passado, em que se acumularam experiências para novas expectativas de futuro, a *RIHGB* abriu possibilidades de registrar acontecimentos que irão constituir as histórias dos anos vindouros. E, ainda, de demonstrar a reponsabilidade de historiadores, antropólogos, cientistas políticos, educadores e estudiosos do Direito nesse mundo de incertezas e de perplexidades.

Este novo número – o 486 – traz autores diversos, tanto de proveniência distinta, quanto de diferentes instituições e áreas de conhecimento, oferecendo um espaço de crítica e reflexão. Como sempre, seguindo a estrutura da *RIHGB*, apresentamos nesse número quatro seções: a de “Artigos e Ensaios”, a de “Comunicações”, a de “Documentos” e a de “Resenhas”. O número é composto por 11 textos inéditos, uma comunicação, duas transcrições de documentos e duas resenhas.

Na seção “Artigos e Ensaios”, iniciamos no tempo da Colônia, revisitando a guerra contra os holandeses sob um novo prisma – o da Insurreição Paraibana. Em seguida, entramos no século XVIII, nos meandros das práticas reguladoras da mineração e dos imaginários em tensão, presentes

nas encenações da Casa da Ópera de Vila Rica. Numa perspectiva do mundo Atlântico, encontra-se o artigo que discute a relação entre projetos e práticas reformistas, de um lado e o conjunto de ideias a que se chamou Iluminismo, no mundo português, de outro. Caminhamos, então, para o Oitocentos, com o papel do ensino jurídico no período imperial e os com aspectos administrativos relacionados à melhoria das atividades dos portos no Atlântico daquele período. Prosseguimos com um olhar sobre a música e a formação de uma rede de sociabilidades culturais no Rio de Janeiro do final do século XIX. Nos alvares do novecentos, deparamo-nos com a construção das identidades dos marinheiros do Amazonas a partir de histórias lidas e contadas por jornais e romances. Numa abordagem antropológica, conhecemos as afinidades eletivas entre Gobineau e Paulo Prado, ao analisar os heróis de suas epopeias históricas: o ariano e o bandeirante. Na linha do Direito, aprendemos sobre a criação da Justiça Trabalhista no regime Vargas. Por fim, caminhamos pela historiografia, por meio da análise dos trabalhos apresentados pelos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional, realizado pelo próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1938.

Na parte de “Comunicações”, histórias se mesclam para relembrar a Revolução de 1817 de Pernambuco em suas relações com os Estados Unidos, a França e figura legendária de Napoleão Bonaparte.

Na parte de “Documentos”, a transcrição de trechos do Livro de registro de portarias e ordens expedidas à Intendência de Vila Rica, da Coleção da Casa dos Contos da Fundação Biblioteca Nacional, que descreve as formas de arrecadação dos quintos sobre a produção aurífera da capitania de Minas Gerais. Em seguida, o resgate de manuscritos da Coleção de Carlos Miguel Delgado de Carvalho, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que apresentam comentários sobre a disciplina e o programa de Estudos Sociais, redigidos no final da década de 1960.

Para terminar, duas resenhas: uma se volta para o passado, mas com preocupações do presente, ao traçar a gênese da ideia de saúde global

com a criação da Comissão de Saúde Internacional da Fundação Rockefeller como um laboratório para “descobrir e testar elementos de um sistema de saúde global para o século XX”; a outra, se debruça sobre novas perspectivas do legado de Manoel de Oliveira Lima e a longa história da Independência do Brasil.

Textos variados, mas que desenvolvem um diálogo entre distintos momentos históricos e diversos campos do conhecimento, levando a uma reflexão sobre o papel do estudioso nesse mundo complexo em que vivemos.

Gostaria ainda nessa pequena carta de agradecer a confiança que me foi depositada, ao longo desse período, em que dirigi a *R.IHGB*, o auxílio de todos aqueles que colaboraram para as suas edições, uma vez que este é o último número da *R.IHGB* que vem à luz sob a minha responsabilidade. A todos, o meu MUITO OBRIGADO!

Façam bom uso da leitura!

Lucia Maria Bastos P. Neves
Diretora da Revista

I – ARTIGOS E ENSAIOS ARTICLES AND ESSAYS

A INSURREIÇÃO PARAIBANA CONTRA OS HOLANDESES (1645-1647): UMA SÍNTESE HISTÓRICA

THE UPRISING IN THE CAPTAINCY OF PARAIBA AGAINST THE DUTCH (1645-1647): A HISTORICAL SYNTHESIS

LEANDRO VILAR OLIVEIRA¹

Resumo:

Na historiografia sobre o Brasil holandês, o período da Insurreição Pernambucana ou Guerra de Restauração (1645-1654) é tema extensamente trabalhado desde o século XIX, possuindo várias fontes primárias a respeito. No entanto, essa guerra de restauração procurou expulsar a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) do Brasil. Neste artigo analisamos fontes do Seiscentos, cruzando informações, datas, nomes, lugares, acrescentando comentários, análises e notas aos relatos daqueles cronistas, no intuito de construir uma síntese histórica de como ocorreu a Insurreição Paraibana, que consistiu num conjunto de ações, conflitos, batalhas e massacres ocorridos ao longo de três anos na Capitania da Paraíba, em que nomes importantes da restauração, como André Vidal de Negreiros e Felipe Camarão, comandaram tropas contra a WIC, e por sua vez, servindo aos holandeses esteve Pedro Poti, outra figura significativa da época.

Palavras-chave: Capitania da Paraíba; Brasil holandês; Guerras luso-holandesas; Vidal de Negreiros; Felipe Camarão; Pedro Poti.

Abstract:

In the historiography of the so-called Dutch Brazil, the period dealing with the uprising in the Captaincy of Pernambuco, also known as Restoration War (1645-1654), has been extensively studied by historians since the 19th century, and a number of primary sources about it are available. However, this Restoration War also sought to expel the Dutch West Indian Trading Company (WIC) from Brazil. In the article, we analyze sources from the 17th century, crossing information, dates, names, and places, while adding comments, analyses and notes on reports written by the chroniclers at the time. Our aim is to construct a historical overview of how the uprising in the Captaincy of Paraíba happened and show the actions, conflicts, battles and massacres that took place there over three years. We point out that important members of the Restoration such as Andre Vidal de Negreiros and Felipe Camarao took part in it, commanding troops against the WIC, while Pedro Poti, another significant name at the time, sided with the Dutch.

Keywords: Captaincy of Paraíba; Dutch Brazil; Dutch-Portuguese War; Vidal de Negreiros; Felipe Camarao; Pedro Poti.

1 – Doutor em Ciências das Religiões (UFPB), Mestre em História e Cultura Histórica (UFPB), membro do Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos (NEVE). E-mail: vilar-leandro@hotmail.com.

Introdução

O historiador italiano Carlo Ginzburg certa vez escreveu que o ofício do historiador era comparado ao trabalho do detetive, o que ele chamou de paradigma indiciário², onde ambas as profissões deveriam solucionar problemas, coletando evidências, analisando provas, questionando fatos, depoimentos e discursos. E dessa forma construindo uma cadeia de raciocínio em que cada peça desse quebra-cabeça fosse gradativamente encaixada de forma correta, para assim revelar o caso, ou no contexto do historiador, proporcionar novas formas de interpretar e compreender acontecimentos históricos.

Para a presente pesquisa, tivemos que realizar um “exercício de-
tetivesco”; apesar de muito ter sido escrito acerca da Insurreição Pernambucana e da Guerra de Restauração (1645-1654), desde o século XIX, pouquíssimo foi escrito sobre a Insurreição Paraibana, nomenclatura que adotamos para nos referir às ações dos insurretos ocorridas especificamente em território da então Capitania da Paraíba, que no primeiro quinquênio do século XVII compreendia um dos domínios sob jurisdição da Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie* – WIC), a qual estava a serviço dos Países Baixos, mais comumente chamado de Holanda.

No caso, a proposta deste artigo foi realizar uma síntese histórica apresentando os principais acontecimentos que se conhece sobre a insurreição na Paraíba, explicando como os insurretos agiram naquela capitania, quais medidas foram tomadas por eles e pelo governo holandês, os conflitos ocorridos, os principais chefes militares envolvidos como André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Pedro Poti, os quais estiveram presentes em batalhas ocorridas em território paraibano. Além disso, o artigo também esclareceu alguns equívocos identificados nos relatos das fontes, como também apresentou a importância de se defender a Paraíba, prin-

2 – Sobre o paradigma indiciário conferir o capítulo 1 de GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. Tradução de Federico Carloti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

principalmente a zona da várzea, região que concentrava a maior parte dos engenhos dessa capitania.

Para realizar essa pesquisa recorreremos a fontes do século XVII, principalmente às seguintes obras: o *Valeroso Lucideno* (1648) de frei Manoel Calado, o *Castrioto Lusitano* (1679) de frei Rafael de Jesus, e fontes estrangeiras como *História das últimas lutas no Brasil entre portugueses e holandeses* (1651) do secretário Pierre Moreau e o livro *Memorável viagem marítima e terrestre pelo Brasil* (1682) do explorador Johan Nieuhof. Das obras citadas, a de Nieuhof é que melhor fornece uma perspectiva cronológica, pois ele relatou os acontecimentos com as datas que ocorreram ou com a data da documentação enviada a respeito. Já Calado, Jesus e Moreau não citaram datas na maior parte das vezes, o que dificultou situar cronologicamente tais acontecimentos, embora Jesus tenha fornecido muitas informações a respeito da Insurreição Paraibana.

Por outro lado, deixamos de fora obras como o *Sucesso da guerra dos portugueses levantados em Pernambuco contra os holandeses* (1646), o *Diário de Matheus von Broeck* (1647), o *História dos feitos recentemente praticados em oito anos no Brasil* (1647) de Gaspar Barléus e o *Diário de Henrich Haecxs* (1645-1654), por não conterem informações referentes à Paraíba a respeito da guerra de restauração. Também consultamos o Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino, para os anos de 1645 e 1650, mas nenhum dos documentos disponíveis tratavam da insurreição, consistindo em petições para assuntos privados. Além disso, optamos também em não usar fontes referentes à década de 1650, para não fugir da proposta do artigo que foi apresentar os anos iniciais da Insurreição Paraibana.

Além dessas fontes primárias, também consultamos clássicos da historiografia do Brasil holandês, a fim de averiguar se haveria conteúdo referente ao tema abordado nessa pesquisa, mas o resultado foi insatisfatório. Os livros de Varnhagen, Netscher, Boxer e Cabral de Mello, focam a Insurreição Pernambucana³. No entanto, a ausência de dados sobre

3 – *História das lutas dos holandeses no Brasil* (1871) de Francisco Adolfo de Varnha-

a Insurreição Paraibana também não foi diferente na historiografia da Paraíba, em que pesa a problemática de haver poucas publicações dedicadas a analisar o período de dominação holandesa naquela capitania. A maioria são artigos que abordam temas específicos, e os livros sobre história da Paraíba dedicam pouquíssimas páginas ao assunto⁴.

Diante disso, realizando uma metodologia indiciária, tivemos que pincelar entre as fontes supracitadas as informações referentes à Capitania da Paraíba, a qual ao lado do Rio Grande, Sergipe del Rey e Ceará aparecem de forma esparsa, já que os autores mencionados, focaram em relatar principalmente os fatos ocorridos em território pernambucano, devido a eles estarem ali situados e por outros fatores de ordem política.

Dessa forma, este artigo teve como finalidade tratar deste tema pouco analisado pela historiografia paraibana e pela historiografia geral sobre o Brasil holandês, abrindo caminho para outros estudiosos, à medida que apresentamos fontes de pesquisa, datas e acontecimentos. Informações que podem ser utilizadas para novos estudos. Com isso, o artigo foi dividido em três seções, em que cada uma corresponde a um dos anos delimitados no recorte temporal citado no título.

1645: o início da insurreição

A chamada Insurreição Pernambucana, que foi o estopim para as ações de outras insurreições ocorridas nas capitanias sob domínio da WIC, teve início em 15 de maio de 1645, no Engenho São João⁵, onde ocorreu a reunião promovida por João Fernandes Vieira (c. 1610-1681) e outros líderes insurretos, os quais, motivados pelo governador-geral do

gen, *Os holandeses no Brasil* (1942) de P. M. Netscher, *Os holandeses no Brasil: 1624-1654* (1961) de Charles Boxer, *O Brasil holandês* (2010) de Evaldo Cabral de Mello.

4 – Sobre uma breve apreciação da escassez de estudos sobre a Paraíba no período holandês, consultar a introdução em OLIVEIRA, Leandro Vilar. *Guerras luso-holandesas na Capitania da Paraíba* (1631-1634): um estudo documental e historiográfico. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016, p. 17-19.

5 – Anteriormente chamado de Engenho Nossa Senhora do Rosário, foi comprado em 1642 por Vieira e renomeado para São João. Fazia fronteira com o Engenho São Jerônimo de Luís Brás Bezerra, um dos líderes insurretos. Ambos ficavam situados na várzea do Capibaribe, no atual território de Recife.

Brasil, Antônio Teles da Silva (g. 1642-1647), o rei D. João IV (r. 1640-1656) e, por motivos pessoais de cada um dos líderes, decidiram iniciar a luta armada para libertar as capitanias brasileiras do jugo dos holandeses.

Essa insurreição foi postergada por alguns anos devido aos problemas envolvendo a Restauração Portuguesa (1640), a qual pôs fim a sessenta anos de dominação espanhola sobre Portugal e suas colônias, no período nomeado de União Ibérica (1580-1640). Dessa forma, enquanto o novo rei português, D. João IV, lutava para formalizar a restauração, ele sofria pressões políticas não apenas dos espanhóis, mas dos próprios portugueses, que cobravam do novo monarca alguma medida para combater a WIC, que expandia seus domínios na colônia do Brasil. Uma das propostas era de se enviar uma nova frota para combater os holandeses, já que a armada do Conde da Torre havia falhado em 1640 para esse intento. No entanto, o país estava com dívidas e militarmente enfraquecido e desmoralizado.

Em resposta, D. João IV concordou com o embaixador Tristão de Mendonça Furtado, em aceitar o Tratado de Haia (1641), acordo que se mostrou mais vantajoso para o lado holandês, ainda mais pela condição de que naquele ano, as capitanias de Sergipe e do Maranhão foram conquistadas, além de que tropas da WIC capturaram Angola, as ilhas de São Tomé e Príncipe, e o Castelo de São Jorge da Mina, na atual Gana. Ou seja, antes que o tratado fosse aprovado, os holandeses obtiveram cinco territórios a mais de Portugal, e com a validação do tratado, ambas as nações se comprometiam com uma trégua em que não iriam atacar um ao outro pelo prazo de dez anos, além de permitir que a WIC mantivesse os territórios subtraídos de Portugal. A adoção dessa trégua não foi bem recebida no reino e na colônia⁶.

Durante os últimos anos do governo de João Maurício de Nassau (g. 1637-1644), esse, por ter contatos importantes em Portugal, conseguiu apaziguar eventuais revoltas na colônia da Nova Holanda, embora

6 – MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil*. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669). Edição ilustrada. Rio de Janeiro: Capivara, 2015, p. 49-50.

Nassau tenha alertado a WIC que havia mobilizações suspeitas no interior, pois os colonos estavam insatisfeitos com a trégua e viam D. João IV como um monarca inseguro e de pouca credibilidade⁷. Mas, com a saída de Nassau e as denúncias de corrupção e endividamento da Companhia⁸, a WIC em 1644 estava com sérios problemas para conseguir recursos, tropas e navios. E isso gerou uma brecha a ser explorada pelos portugueses, a qual permitiu o início da insurreição.

Apresentada essa breve explanação do contexto que desencadeou a Insurreição Pernambucana em maio de 1645, agora adentraremos propriamente os acontecimentos na Paraíba. Em junho de 1645, o conselheiro Paulus de Linge retornou à Paraíba para seu segundo mandato como governador daquela capitania. Linge substituiu Gijsberth de With (g. 1642-1645), do qual nada se conhece de sua gestão. No caso de Linge, ele foi enviado em caráter emergencial, pois era cotado para outro cargo, mas como estava familiarizado com o governo paraibano, foi indicado⁹.

Johan Nieuwhof (1618-1672), o qual esteve a serviço da WIC, em Pernambuco, relatou que no mês de junho, Paulus de Linge foi enviado à Paraíba para conter qualquer foco de rebelião, pois segundo ele, muitos moradores daquela capitania estavam endividados e isso seria um forte pretexto para que eles tentassem expulsar os holandeses, no intuito de não terem suas dívidas cobradas. Dessa forma, Linge foi designado diretor com plenos poderes para agir sobre aquela capitania e até intervir também no Rio Grande se fosse preciso. Nieuwhof escreveu que o novo governador foi despachado com 100 soldados e suprimentos para abas-

7 – *Ibidem*, p. 50.

8 – Panfletos como a *Bolsa do Brasil* (1647) e *O machadão do Brasil* (1647), circulavam na Holanda naquele tempo, denunciando corrupção, desvio de mercadorias, propina, abuso de poder, sonegação de impostos, uso dos cargos para benefício próprio, atraso do pagamento de dívidas, etc. Isso tudo prejudicava ainda mais a reputação da WIC, que já estava comprometida naquele tempo. MELLO, Evaldo Cabral de (Org.). *O Brasil holandês*. São Paulo: Penguin Classics, 2010, p. 331-338.

9 – LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila. *Governantes da Paraíba no Brasil Colonial* (1585-1808). Uma revisão crítica da relação nominal e cronológica. 2. ed. João Pessoa: Edições Fotograf, 2007, p. 65-67.

tecer o Forte Margarida (atual fortaleza de Santa Catarina), o maior que havia na Paraíba¹⁰.

Apesar dessa ordem de se mudar para o forte, Linge optou em ir morar na casa do governador, situada ainda naquele tempo, na Igreja de São Francisco, a qual ficava na cidade de Frederica (atual João Pessoa). Nesse ponto, frei Rafael de Jesus¹¹ informou que após o Dia de Santo Antônio (13 de junho), o governador despachou ordens de prisão para possíveis suspeitos que estavam apoiando Vieira, Negreiros e os outros líderes da Insurreição Pernambucana. A ideia era descobrir os planos dos insurretos na capitania paraibana. Ele também enviou Pedro Poti¹² com sua tropa de indígenas para vasculhar a região da várzea do rio Paraíba (atualmente no município de Santa Rita), onde se localizavam os principais engenhos da capitania (ver Figura 1), a fim de procurar pelos rebeldes¹³.

No ano de 1645, Pedro Poti era um dos principais líderes indígenas aliados aos holandeses, responsável pela Capitania da Paraíba, estando ao lado de Antônio Paraupaba no Rio Grande, e Domingos Fernandes

10 – NIEUHOFF, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre pelo Brasil*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos, introdução, revisão e notas de José Honório Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins, 1942, p. 113.

11 – O frei beneditino Rafael de Jesus (1614-1693), que foi cronista-mor de Portugal, título concedido em 1681, nunca visitou o Brasil, tampouco foi testemunha direta dos acontecimentos nas guerras luso-holandesas de 1630 a 1654, tendo escrito *O Castrioto Lusitano* com base em outros cronistas, condição essa que historiadores como Varnhagen, Boxer e Gonsalves de Mello consideraram seu trabalho pouco original e com alguns problemas. Apesar disso, utilizamos seu livro, pois ele contém informações ímpares sobre a Insurreição Paraibana, algo que nem mesmo foi citado no *Valeroso Lucideno*, obra da qual Jesus fez bastante uso.

12 – Pedro Poti ou Poty (1608-1652), era natural da Paraíba, pertencendo ao povo Potiguar. Em 1625 aceitou ao lado de outros seis indígenas o convite de ir morar na Holanda. Anos depois retornou a serviço da WIC, valendo-se de seu conhecimento sobre a língua nativa, costumes e o território, serviu aos holandeses até ser capturado em 1649, na Segunda Batalha dos Guararapes, ficando preso até sua morte. VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 476-477.

13 – JESUS, Rafael de. *O Castrioto Lusitano*. Ou história da guerra entre o Brazil e a Hollanda, entre os annos de 1624 e 1654. Paris: J. P. Aillaud, 1844, p. 322. Em seu relato, Jesus tratou Paulus de Linge como um homem dissimulado e cruel, o qual enganou os moradores da Paraíba com falsas promessas de paz, mas pela surdina, enviava seus homens para roubar, ferir e matar.

Carapeba em Goiana e Itamaracá. Poti também era responsável pela Aldeia Masurepe (Jacuípe)¹⁴, a qual foi palco de alguns conflitos. A presença de Pedro Poti na Insurreição Paraibana foi recorrente, havendo inclusive confronto contra seu parente, Felipe Camarão¹⁵.

Outro cronista que fizemos uso para essa pesquisa, foi o francês Pierre Moreau, o qual esteve a serviço como secretário do conselheiro Matheus van Goch, entre os anos de 1645 e 1648, e que relatou informações sobre uma revolta que ocorreria no Dia de São João (24 de junho), foram descobertas. Na ocasião, Moreau escreveu que a ideia era iniciar uma série de revoltas na Paraíba e Rio Grande durante os festejos juninos, surpreendendo os holandeses, com o intuito de capturar fazendas e as cidades. Entretanto, a revolta nunca ocorreu¹⁶. Condição essa que Nieuhof comentou que o governador Linge encaminhou uma carta ao Alto Conselho em Recife, datada do dia 25 de junho, informando que os portugueses da Paraíba não apresentavam sinais de terem aderido à insurreição que ocorria em terras pernambucanas¹⁷.

No dia 12 de julho, Paulus de Linge enviou nova carta ao Alto Conselho informando que não havia ameaças dos insurretos na Paraíba, no entanto, ele recebeu muitas queixas dos moradores reclamando de que indígenas estavam a atacar fazendas e engenhos para roubar. Em resposta, o conselho solicitou que o governador tivesse cautela com isso, para evitar mais pretextos para uma insurreição. Ao mesmo tempo emitiu-se uma breve proclamação comprometendo-se em proteger os moradores da Paraíba desses bandidos, além de alertar que qualquer soldado ou fun-

14 – MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 221, 227.

15 – No ano de 1645 os dois indígenas trocaram cartas tentando convencer um ao outro de debandar de seus lados. Essa correspondência ficou conhecida como “Cartas Tupis” e foram publicadas em SOUTO MAIOR, Pedro Souto. *Fastos Pernambucanos*. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (R.IHGB), t. 75, v. 125, p. 260-504, 1912.

16 – MOREAU, Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979, p. 42-43.

17 – NIEUHOF, Johan, *op. cit.*, p. 126.

cionário a serviço da companhia, se fosse pego cometendo algum desses crimes, seria punido com castigos corporais¹⁸.

A situação na Paraíba somente ficou tensa após o Massacre do Cunhaú (16 de julho), ocorrido na Capitania do Rio Grande, promovido pelo capitão Jacob Rabbi¹⁹. Mas como as terras do Engenho Cunhaú ficavam próximas da fronteira com a Paraíba, a notícia rapidamente chegou naquela capitania, levando a preocupação de que os portugueses decidissem pegar em armas e se rebelassem.

O massacre foi cometido pelos holandeses e seus aliados indígenas, os quais mataram quase quarenta pessoas, levando à retaliação de algumas tribos locais. Com isso, Paulus de Linge foi ordenado pelo Alto Conselho a intervir para evitar que o ato de vingança pudesse se espalhar. Segundo o frei Jesus, Linge seguiu no comando de uma pequena tropa de soldados para visitar a região, e isso teria ocorrido ainda em fins de julho²⁰.

Nieuhof relatou que o Alto Conselho nesse período enviou um funcionário do Tribunal de Justiça (ele não citou o nome do mesmo) para fiscalizar os fortes paraibanos e navios, realizar busca e apreensão de suspeitos, julgar criminosos, descobrir informações sobre os rebeldes e fazer que a população paraibana reafirmasse seu voto de lealdade à Companhia²¹. O autor não forneceu mais detalhes dessa missão.

Observa-se por tais relatos que os meses de junho e julho na Paraíba não foram marcados por incidentes graves, apenas ações pontuais de pequenos grupos que assaltavam fazendas, realizavam brigas e eventuais assassinatos. Mas com a chegada de agosto a tensão aumentou em Pernambuco devido à vitória portuguesa nas batalhas das Tabocas (3 de agosto) e de Casa Forte (17 de agosto). E a notícia da vitória nas Tabocas chegou às demais capitanias ocupadas em poucos dias.

18 – *Ibidem*, p. 153.

19 – MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1998, p. 105-106.

20 – JESUS, Rafael de, *op. cit.*, p. 324.

21 – NIEUHOF, Johan, *op. cit.*, p. 155-156.

Diante disso, nos dias 18 e 19 de agosto, o governador Paulus de Linge enviou duas cartas ao Recife, informando que Willem Barentsz e Roulox Baro²² haviam organizado uma tropa de tapuias²³ para auxiliar na defesa da capitania. Além disso, o governador reiterava que naquele momento não havia problemas com os rebeldes, exceto um ataque ocorrido à fazenda de Peter Farchason²⁴, que teve seu gado roubado, e o assassinato de 12 a 14 camponeses. No entanto, as cartas enviadas nos dias 18 e 19 demoraram a chegar ao Recife, fato esse que no dia 22, Linge enviou nova missiva, dessa vez informando que a notícia de Casa Forte já circulava na Paraíba, e isso o tomou de preocupação. Sobre isso, o governador escreveu a possibilidade de remover a guarnição de Frederica e sua população de portugueses leais, holandeses e outros estrangeiros, enviando-a para os fortes na barra do rio Paraíba. Linge completou sua carta, informando que dispunha de 400 soldados, 100 milicianos e 50 indígenas²⁵.

A ideia de Linge de remover a guarnição e parte da população da cidade de Frederica realmente se concretizou, como informou Rafael de Jesus²⁶, embora ele não tenha citado uma data para isso, mas, segundo Nieuhof²⁷, a decisão teria sido tomada em 25 de agosto, devido à condição da cidade de Frederica (Frederikstadt) não possuir proteção adequada, já que não dispunha de muros ou fortificações no local.

22 – Pouco se conhece da vida de Roulox Baro, mas ele teria chegado ao Brasil em 1617, ainda criança. Aprendendo idiomas nativos, o português e os costumes coloniais. Com a invasão da WIC, Baro aliou-se à Companhia, atuando como emissário dela entre as tribos do Rio Grande Norte. Alguns dos seus escritos foram publicados com o título de *Viagem ao país dos Tapuias* (1651), tendo sido traduzido do flamengo para o francês por Pierre Moreau. ALBUQUERQUE, James Emanuel de. *Roulox Baro e o “país dos tapuais”*. Representações acerca do gentio no Brasil do século XVII. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006, p. 17-20.

23 – Os holandeses se referiam aos indígenas por dois termos genéricos: brasileiros e tapuias. A palavra tapuia já era usada pelos portugueses para se referir a tribos do Nordeste brasileiro, geralmente hostis e que viviam no interior. Os holandeses absorveram esse conceito, embora geralmente se referissem aos tapuias como sendo indígenas provenientes do Rio Grande do Norte. POMPA, Cristina. *Religião como tradução*: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: EDUSC, 2003, p. 228.

24 – O documento não informa onde essa fazenda estaria situada.

25 – NIEUHOF, Johan, *op. cit.*, p. 216.

26 – JESUS, Rafael de, *op. cit.*, p. 325.

27 – NIEUHOF, Johan, *op. cit.*, p. 220.

Com a decisão de Linge em evacuar Frederica e entregar o restante da população à própria sorte, os insurretos da Paraíba decidiram agir. No dia 1 de setembro, foi formada base rebelde próxima ao rio Tibiri (atualmente em Santa Rita, ver Figura 1), em que Lopo Curado Garro²⁸, Jerônimo Cadena²⁹ e Francisco Gomes Muniz³⁰ tomaram a responsabilidade para liderar a insurreição em terras paraibanas. No auxílio da pequena tropa que se formava, veio de Pernambuco, Antônio Curado Vidal, trazendo em torno de 200 homens³¹.

Frei Rafael de Jesus comentou que naquela ocasião foram nomeados capitães da força rebelde os senhores Antônio Rodrigues Vidal (sobrinho de Vidal de Negreiros), Simão Soares, Cosme da Rocha³², Francisco Leitão e o Capitão Conto, responsável por uma pequena tropa de indígenas a serviço de Felipe Camarão, que no momento ainda estava em Pernambuco. Depois foi enviado o capitão Henrique de Mendonça responsável por uma tropa de negros³³.

O frei prosseguiu seu relato, escrevendo que no dia 2 de setembro, marcou a declaração da Insurreição Paraíba, tendo nas pessoas

28 – Lopo Curado Garro é lembrado pelo relato que denunciava os holandeses pelos massacres realizados no Rio Grande, em 1645. No caso do massacre do Cunhaú, seu relato foi publicado no livro *O Valeroso Lucideno* de Manuel Calado. Garro era cunhado de André Vidal de Negreiros e pai de Antônio Curado Vidal. FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarchia Pernambucana*, vol. II. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, volume XLVIII, 1926, Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, p. 105-106, 1935.

29 – Jerônimo Cadena de Villasanti era senhor do Engenho Cadena, na Paraíba e veterano de guerra. Em 1645 ele devia 215.724 florins a WIC e outros credores, além de ter sido indiciado por tentar subornar autoridades no Recife. MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana*. São Paulo: Penguin Classics, 2012, p. 160.

30 – Francisco Gomes Muniz atuou como Provedor Real da Fazenda na Paraíba. *Documentos Históricos*, 1625-1631: Patentes, Provisões e Alvarás, Vol. 15, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930, p. 227. Se desconhece outras profissões seguintes.

31 – GARCIA, Rodolfo (Org.). *Obras do Barão do Rio Branco* – VI: Efemérides brasileiras. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 492.

32 – Simão Soares e Cosme da Rocha comandaram tropas em 1634, durante a guerra contra os holandeses, a qual resultou na conquista da Paraíba. OLIVEIRA, Leandro Vilar, *op. cit.*, p. 138 e 191.

33 – JESUS, Rafael de, *op. cit.*, p. 329.

de Garro, Cadena e Muniz um triunvirato insurreto, o qual deu início às ações armadas para tentar recuperar o controle da capitania. Sobre isso, ele escreveu em tom animado:

Foi cousa maravilhosa a brevidade com que se convocarão, reunirão e armarão todos os moradores; porque o desejo de cada um assim pegou das armas que tinha prevenidas, que sem tempo se virão as companhias formadas e guarnecidas de espingardas, chuços, espadas, fouces, páos tostados e cutellos de monte. Aqui se vio como o gosto é o melhor mestre. Assim achou a todos disciplinados a ordem, que parecia terem muitos annos de milicia. Já não havia quem visse a cara ao medo; o que antes se notava de desmaiado era o que se inculcava mais destemido: na alegria do rosto se via o alvoroço do coração de todos. Os principaes na estimação o forão no zelo com que chamarão a si os mancebos de melhor arte, tomando os postos de capitães, primeiro da mão do favor que da eleição; cujos nomes se irão particularizando pelo discurso desta história³⁴.

Jesus prosseguiu dizendo que nos dias seguintes continuou-se com o recrutamento de voluntários para compor a tropa de insurreição. Uma convocatória foi espalhada pelos engenhos, fazendas e em Frederica. Nesse período decidiu-se formar uma base num local mais propício e no caso foi escolhido o Engenho Santo André, um dos principais da capitania, sendo movido à água, situado nas margens do rio Paraíba, na região da várzea (Figura 1), e ali ergueram paliçadas e escavaram trincheiras. Rafael de Jesus chamou esse reduto de arraial, comparando-o com o Arraial do Bom Jesus em Pernambuco³⁵. Naquele tempo o engenho pertencia a Jorge Homem Pinto, homem que tinha muito a ganhar caso a WIC fosse banida da colônia, pois ele era um grande devedor da Companhia e de várias outras pessoas³⁶.

34 – *Ibidem*, p. 330. Nieuwhof disse que o arraial ficava em um dos engenhos de Pinto, mas não citou o nome.

35 – *Ibidem*, p. 331.

36 – Em 1644, Jorge Homem Pinto que chegou a possuir nove engenhos entre a Paraíba e Pernambuco, devia 372.433 florins para a WIC e outros quarenta credores. Pinto ficou conhecido por ser homem sem palavra, mas astuto em fazer negócios, conseguindo muitos empréstimos. Tornou-se o maior devedor do Brasil holandês, com uma dívida superior a 1,2 milhão de florins. MELLO, Evaldo Cabral de, 2012, p. 48-50.

Dias depois ocorreu a primeira batalha da Insurreição Paraibana. Dessa vez o frei Jesus não informou a data do conflito, mas de acordo com o Barão do Rio Branco, a batalha ocorreu no dia 11 de setembro. Como ela não teve nome, decidimos chamá-la de Batalha do Inobim, devido à localidade em que ocorreu, próxima ao riacho Inobim³⁷, um dos pequenos afluentes do rio Paraíba na zona da várzea.

Neste conflito, Jesus disse que o governador Paulus de Linge enviou Pedro Poti e mais 300 homens, com o intento de conquistar o Arraial de Santo André, os quais subiram o rio Paraíba em barcos até à várzea. Ali a tropa insurreta comandada pelo capitão Francisco Gomez defendeu o arraial, travando batalha numa campina. O frei não forneceu detalhes, somente disse que os portugueses estavam em desvantagem, mas graças a uma chuva, a qual prejudicou os holandeses e suas armas, a batalha foi resolvida com base na espada, forçando a retirada de Poti e sua tropa³⁸.

A pequena vitória conseguida na Batalha do Inobim repercutiu nos dias seguintes, apesar disso, os insurretos sabiam que não tinham condições de sitiar o Forte Margarida e com isso decidiram usar outra tática: o suborno. Para essa missão enviaram o Secretário de Justiça, Fernão Rodrigues de Bulhões, o qual em breve carta redigida a 11 de setembro³⁹, no mesmo dia da batalha, ele informou que no dia 5 de setembro havia se reunido com Garro, Muniz e Manoel de Queiroz Siqueira⁴⁰ para propor o suborno ao governador Linge. Não se sabe quando o suborno ocorreu, mas no dia 16 de setembro, em carta redigida nessa data por Linge, ele informou ao Alto Conselho que havia ficado tão indignado pela ousadia

37 – Também grafado como Inhobim, Obim, Inoby, Nhoubi, entre outros nomes.

38 – JESUS, Rafael de, *op. cit.*, p. 332. De acordo com o Barão do Rio Branco, os holandeses perderam 77 soldados naquela batalha. GARCIA, Rodrigo, *op. cit.*, p. 512.

39 – O teor da carta encontra-se disponível na *Revista do Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano* (RIAHGP), n. 33, p. 50-51, abril de 1888.

40 – Siqueira era dono de um pequeno canavial sem engenho, membro da Câmara paraibana e serviu como capitão durante a guerra de 1634, na qual os holandeses conquistaram a Paraíba. Ele atuou também como representante da Paraíba, Rio Grande, Itamaracá, Igarassu, Pernambuco e Sirinhaém. MELLO, José Antonio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco. Lisboa: CEHA, 2000, p. 263 e 267.

dos insurretos em tentar comprar sua honra e lealdade, que mandou enforcar Bulhões⁴¹.

Após a vitória na Batalha do Inobim e o assassinato do secretário Bulhões, tais fatores motivaram a adesão de mais membros à insurreição. No entanto, os cronistas não relataram nada de significativo de meados de setembro até final de outubro, entretanto, o relatório anônimo intitulado *Diário ou Breve Discurso acerca da Rebelião e dos pérfidos desígnios dos portugueses do Brasil* (1648), nos fornece algumas informações sobre a insurreição.

O autor relatou que no dia 19 de outubro chegou a notícia que na Vila de Goiânia faleceu Antônio Cavalcanti, um dos líderes rebeldes na Paraíba, embora seu nome não seja citado pelos cronistas anteriores. Além disso, o diário informou que no dia 22 uma tropa foi enviada de Pernambuco para a Paraíba, a fim de atacar um reduto português erguido no engenho de Jongneel⁴², informação que não é citada por Calado, Jesus, Moreau e Nieuhof. Inclusive nem se sabe se tal ataque realmente ocorreu⁴³. Em novembro temos a notícia da chegada de André Vidal de Negreiros e Felipe Camarão à Paraíba, e a ocorrência de uma nova batalha.

41 – Rafael de Jesus não informou o valor da quantia, mas disse que o acordo havia sido descoberto e delatado a Linge. O que sugere que antes de Bulhões chegar ao Forte Margarida o governador já estaria ciente da visita dele. Por sua vez, Pierre Moreau disse que o valor do suborno era de 50 mil libras e um cargo real na Capitania da Bahia. Já Nieuhof relatou que o valor era de 15 mil florins.

42 – Em 1637, o comerciante e comissário da WIC, Jan Cornesliz Jongeneel, comprou o Engenho Santo Antônio, renomeando-o para Dussen, em homenagem ao seu tio Adrian van der Dussen, membro do Alto Conselho e autor de dois importantes relatórios na época. Por volta de 1645 abandonou seu engenho, que foi tomado pelos portugueses. Em 1647, Jongeneel residia em Recife. MELLO, Evaldo Cabral de. 2012, p. 162.

43 – *Diário ou Breve Discurso acerca da Rebelião e dos pérfidos desígnios dos portugueses do Brasil*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico Pernambucano, vol. V, n. 32, p. 121-225, 1886.



Figura 1: Mapa retratando os engenhos paraibanos⁴⁴ ativos em 1630, além de mostrar suas principais fortificações, a capital Frederica e alguns aldeamentos indígenas. Aproveitamos para inserir o nome de algumas localidades.

Fonte: editado a partir do original encontrado em CARVALHO, Juliano Loureiro de. Formação territorial da mata paraibana, 1750-1808. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008, p. 29.

Nieuhof relatou que nos avisos dados por Linge, datados de 1 de novembro, o governador da Paraíba alertava o Alto Conselho de que as forças insurretas estavam crescendo, tendo recebido reforços do Rio Grande e Pernambuco. Ele mencionou também que André Vidal de Negreiros⁴⁵ e

44 – Os engenhos listados são: 3 – Barreiras, 4 – Tibiri de Baixo, 5 – Tibiri de Cima, 6 – Santo André, 7 – São João Batista (ou Cadena), 8 – Reis Magos, 9 – Espírito Santo, 10 – N. Sra. De Guadalupe (ou Massangana), 11 – Santo Antônio (ou Dussen), 12 – Santa Luzia, 13 – Santiago Maior, 14 – São Francisco, 15 – Una, 16 – St. Antônio (novo), 17 – N. Sra. da Ajuda (Eng. Velho), 18 – Inobim, 19 – São Gabriel. E os engenhos Gargaú e Miriri, não numerados. CARVALHO, Juliano Loureiro de, *op. cit.*, p. 29.

45 – André Vidal de Negreiros (c. 1606-1680) era natural da Paraíba, sendo filho de portugueses emigrados. Ingressou como soldado nas guerras luso-holandesas, conquistando em poucos anos reconhecimento, até que se tornou um dos grandes líderes da restauração, comandando várias batalhas. Posteriormente recebeu comendas e se tornou fidalgo. Foi governador do Maranhão, Pernambuco e Angola. Nunca se casou, deixando vários filhos bastardos sendo o mais famoso Matias Vidal de Negreiros. PINTO, Luiz. *Vidal de Negreiros: afirmação e grandeza de uma raça*. São Paulo: Alba, 1960.

Felipe Camarão⁴⁶ estavam presentes na capitania paraibana, tendo levado mais de duzentos homens consigo. E na ocasião Camarão tentou persuadir Poti de trair os holandeses, mas falhou com o intento⁴⁷.

Posteriormente, em carta redigida a 14 de novembro, Paulus de Linge relatou ao Alto Conselho que houve uma batalha, na qual os insurretos contavam com uma tropa de 800 homens; já os holandeses dispunham de 300 soldados e um número não determinado de tapuias. Já Pierre Moreau comentou que houve um conflito próximo à fazenda de Eduardo Gomes da Silva. Porém, segundo o relato de Moreau, a contenda foi de pequena proporção, em que os holandeses perderam apenas um soldado e os portugueses tiveram entre 30 a 40 mortos e recuaram. E entre os mortos estava o próprio Silva⁴⁸.

O problema é que não se sabe se ambos os relatos se referem ao mesmo acontecimento, pois a dúvida surge no tocante que Nieuhof e Moreau dizem que, após essas batalhas, uma tropa de holandeses e tapuias invadiram o engenho de André Dias Figueiredo (chamado Santiago Maior, ver Figura 1) e realizaram um verdadeiro massacre. Moreau não informou data sobre isso, mas Nieuhof disse que ocorreu no Dia de São Martinho (11 de novembro), o que sugere que a batalha que ele citou tenha ocorrido nesse dia ou antes⁴⁹.

Todavia, ambos os autores relataram que muitas pessoas morreram na ocasião, incluindo o padre que rezava a missa e um dos filhos de Figueiredo. Nieuhof comentou pouco sobre o Massacre do Engenho Santiago Maior, mas Moreau disse que pelo menos 80 pessoas entre ho-

46 – Antônio Felipe Camarão (c. 1601-1648) nasceu na capitania do Rio Grande, pertencendo ao povo Potiguar. Foi cristianizado e alfabetizado numa missão jesuítica. Tornou-se um dos heróis da guerra de restauração, passando a comandar sua própria tropa composta por indígenas, chamada de “camarões”, atuando em várias batalhas importantes no Brasil holandês. Diferente de outros indígenas como Pedro Poti, Antônio Paraupaba e Janduí, manteve-se leal à coroa. Recebeu o título de cavaleiro e tornou-se fidalgo, em reconhecimento aos seus serviços militares. VAINFAS, Ronaldo (dir.), *op. cit.*, p. 224-225.

47 – NIEUHOF, Johan, *op. cit.*, p. 231.

48 – *Ibidem*, p. 231. MOREAU, Pierre, *op. cit.*, p. 54. As fontes não informam onde ficaria essa fazenda.

49 – NIEUHOF, Johan, *op. cit.*, p. 231.

mens, mulheres e crianças foram assassinadas. No entanto, a matança não foi maior, pois os invasores se compadeceram pela beleza e lágrimas da filha de Figueiredo, segundo informou Moreau, pois Nieuhof não citou que se tratava da filha dele. No entanto, a mulher que não teve nome revelado, foi levada como prisioneira até Paulus de Linge⁵⁰. Apesar desse massacre, do qual dispomos de poucos dados, Jesus e Calado não mencionaram nada a respeito.

Após essas batalhas sem nome e o massacre no engenho, as semanas se passaram e os cronistas pouco disseram a respeito. Frei Manuel Calado que escreveu laconicamente sobre a Insurreição Paraibana, disse que nesse ínterim, Felipe Camarão reuniu suprimentos e indígenas e marchou para o Rio Grande. Já Vidal de Negreiros havia retornado para Pernambuco⁵¹.

Apesar da ausência dos dois grandes líderes da guerra de restauração, ainda assim, os capitães locais decidiram agir. Nieuhof relatou que em carta datada do dia 30 de novembro, Paulus de Linge informou que um homem negro que desertou, trazia informações do Arraial de Santo André, dizendo que os portugueses estavam construindo duas barcas que caberiam 300 homens e a ideia era atacar a base de Pedro Poti. E que os portugueses dispunham de quinze a dezesseis companhias⁵², embora parte dos homens estivesse doente⁵³. Embora essa informação seja bastante valiosa, Nieuhof e nenhum dos outros cronistas citam onde exatamente seria essa base de Poti. No entanto, a pista de que dispomos é que tal base poderia ser a Aldeia Jacuípe⁵⁴ (ver Figura 1).

50 – *Ibidem*, p. 232. MOREAU, Pierre, *op. cit.*, p. 54-55.

51 – CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648, p. 294. Por sua vez, Diogo Lopes Santiago, autor da *História da Guerra de Pernambuco* (1675), repetiu as informações de Calado. De fato, muitas referências sobre o tema, Santiago copiou diretamente do *Valeroso Lucideno*. E como ele não trouxe nada de novo sobre a Insurreição Paraibana, decidimos não o usar como fonte de análise.

52 – Naquele período uma companhia em teoria deveria ter entre 100 a 250 homens. Mas havia casos que contava com menos do que 100. LÓPEZ, Ignacio; LÓPEZ, Iván Notório. *The Spanish Tercios: 1536-1704*. Oxford: Osprey Publishing, 2012, p. 13.

53 – NIEUHOF, Johan, *op. cit.*, p. 234.

54 – A aldeia Jacuípe é conhecida por vários nomes como: Masurupe, Nhãjereba, Mia-rigeriba, Miajerib, Jaknigh, etc. Seu nome devia-se a sua proximidade com o riacho Jacu-

1646: a insurreição cresce

O relato sobre 1645 foi o mais extenso devido ao volume de informações que se dispõe sobre esse ano, nas crônicas do período. Já os anos de 1646 e 1647 possuem menos informações, principalmente 1647, que como será visto no próximo tópico é o mais breve dos três. Pela ausência de menções sobre dezembro de 1645, sustenta-se a hipótese de que o possível ataque à base de Pedro Poti não ocorreu. E novas informações sobre a Insurreição Paraibana foram fornecidas em 6 de janeiro, em que foi informado que o alto conselheiro Pieter Bas, um dos três que formavam o triunvirato que sucedeu a Maurício de Nassau em 1644, foi pessoalmente à Paraíba expedir ordens para Paulus de Linge, transmitindo recomendações sobre as defesas, o comércio, fiscalização dos engenhos e fazendas, e outros assuntos dos quais Nieuhof não detalhou. Após sua visita à Paraíba, Bas seguiu para o Rio Grande, para realizar mesmo propósito⁵⁵.

Em carta escrita por Linge, no dia 10 de janeiro, informou-se que Camarão estava à frente de 500 soldados, e se encontrava no Rio Grande, mas poderia descer para a Paraíba a qualquer momento. Na ocasião ele estava bloqueando o envio de gado e alimento para as posições holandesas no Rio Grande, Paraíba e Pernambuco. Todavia, na carta também se informou que a falta de alimentos afetava também os portugueses. Linge estava apreensivo que um novo levante ocorresse por conta disso⁵⁶.

A preocupação do governador Paulus de Linge foi um problema recorrente nas guerras luso-holandesas no Brasil: o chamado problema da “munição de boca”. Questão que afetou tanto os holandeses quanto os portugueses, pois, na incapacidade de se conseguir provisões vindas da Europa⁵⁷, ambos os exércitos tinham que conseguir alimentos locais

ípe, que nascia no rio Miageriba, em Santa Rita, indo desaguar no rio Soé, em Lucena. A aldeia distava alguns quilômetros do antigo Forte de Santo Antônio, podendo o trajeto a pé ser feito no mesmo dia.

55 – *Ibidem*, p. 234.

56 – *Ibidem*, p. 234.

57 – Não foram apenas os holandeses que tiveram problemas com os alimentos da terra, por várias décadas os portugueses também custaram a se habituar com a mudança da sua dieta diária, fato esse que Cabral de Mello apontou que o porto de Recife recebia vários

como carnes verdes e secas, farinha de mandioca e frutas⁵⁸. Em vários momentos a WIC solicitou suprimentos dos Países Baixos devido à escassez de alimentos⁵⁹.

Em resposta aos problemas de abastecimento na Paraíba e Rio Grande, os quais afetavam também Pernambuco, o Alto Conselho realizou importante reunião no dia 13 de janeiro, que contou com a presença dos altos conselheiros Hendrik Hamel, Adriaen van Bullestrate, o assessor Johannes van Walbeek, o tenente-coronel Joris Gartsman, Raets Vald, Gijsbert de With, Alric Volbergen e o Sr. Lems. Na ocasião debateu-se sobre a realidade da insurreição em todas as capitanias do Brasil holandês e a urgência de evitar que rotas de suprimentos fossem interceptadas pelos rebeldes. Segundo Nieuhof, que relatou o fato, ele limitou-se a apresentar as ações decididas quanto ao Rio Grande, em que foram enviadas algumas tropas para tentar conter Camarão e seus aliados, pois o sertão rio-grandense era conhecido pela criação de gado, e também rota pela qual gado vinha do Ceará e Maranhão⁶⁰.

Quanto à Paraíba, Linge relatou, em carta de 22 de janeiro, que Pedro Poti no comando de 150 homens lutou contra 400 portugueses na Aldeia Jacuípe, ocorrendo uma batalha que causou a morte de vários inimigos. Todavia, sobre a Batalha de Jacuípe, praticamente não se sabe nada a respeito de como esse conflito ocorreu. Excetuando-se Nieuhof, que comentou sobre ela, os demais cronistas como Calado, Jesus e Moreau, não a citaram. Considerando que a aldeia estava sob domínio de Poti, tal conflito teria sido um ato de defesa.

carregamentos de farinha de trigo, vinhos, azeite, bacalhau, queijos, carnes defumadas, etc. MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2008, p. 93-94.

58 – MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 221-256.

59 – O soldado dinamarquês Peter Hansen Hajstrup, que serviu no Brasil entre 1645 e 1654, relatou momentos em que os soldados tiveram que abater cavalos e cães para lhe tirar a carne, além de colher mandiocas e frutos para complementar sua parca ração diária. HAJSTRUP, Peter Hansen. *Viagem ao Brasil (1644-1654)*. Recife: Cepe, 2016, p. 38, 60.

60 – NIEUHOF, Johan, *op. cit.*, p. 234.

Em carta do dia 11 de fevereiro, o governador Paulus de Linge informou ao Alto Conselho que recebeu um escravo desertor, o qual informou que Felipe Camarão havia retornado de suas campanhas no Rio Grande e se estabelecera na região do Mamanguape, ao norte da capitania paraibana. Segundo o governador, Camarão tendo sabido da derrota portuguesa para a tropa de Pedro Poti, planejava um ato de vingança. O Conselho enviou alguns navios para patrulhar a costa paraibana e alertou o conselheiro Pieter Bas, que ainda estava no Rio Grande, a conseguir informações sobre a movimentação da tropa de Camarão. Todavia, nenhum conflito ocorreu pelo restante daquele mês⁶¹. Porém, frei Manuel Calado escreveu que André Vidal de Negreiros voltou a marchar para a Paraíba, no intuito de reunir forças com Camarão e os demais insurretos, entretanto, um judeu delatou a ida de Negreiros, e com isso os holandeses foram alertados sobre a chegada dele na Paraíba⁶².

No mês de março o ataque que era planejado desde meados de fevereiro, finalmente ocorreu. Naquele mês ocorreu pequeno confronto entre as tropas de Vidal de Negreiros e Camarão contra os holandeses. O conflito se deu na área do Varadouro, próximo à cidade Frederica. Recordamos que naquele tempo a cidade havia sido abandonada pelos holandeses, sendo retomada pelos portugueses desde o ano anterior. Com a rápida vitória, a tropa insurreta marchou até a Igreja de Nossa Senhora da Guia (atualmente no município de Lucena), situada sobre um morro. Na ocasião, como informou Calado, uma emboscada foi montada naquela área,

61 – *Ibidem*, p. 237-238.

62 – CALADO, Manuel, *op. cit.*, p. 314-315. O frei disse que a data foi no Dia de São Matias (14 de maio), todavia ele se equivocou, pois, o conflito que ele narrou mais adiante, ocorreu em março. Rafael de Jesus citou essa viagem de Negreiros, mas não informou a data em que ele partiu.

com o intuito de atrair a guarnição do Forte de Santo Antônio⁶³, situado a poucos quilômetros dali⁶⁴.

Devido à proximidade do local da batalha com o morro em que fica ainda situada a igreja, optamos por chamar esse conflito de Batalha da Guia. Calado relatou que uma tropa foi enviada para ficar disparando contra o Forte de Santo Antônio, a fim de atrair os holandeses para fora dele, até a emboscada montada adiante, em meio à mata. Obtendo resultado com a cilada, o frei relatou que os holandeses enviaram homens dos dois fortes, totalizando 220 soldados, sendo 60 holandeses e o restante de indígenas. Um fato curioso é que Manuel Calado disse que entre os tapuias havia uma mulher que era uma “feiticeira” e guerreira, inclusive usava uma espada. Ela é referida em seu livro como “pajé” e “Anhanguera”. O resultado da batalha concedeu a vitória para os portugueses, deixando um saldo de 50 holandeses e 15 indígenas mortos⁶⁵, forçando-os a se retirar para os fortes⁶⁶.

Nieuhof disse que, em carta datada do dia 14 de março, Paulus de Linge relatou que houve uma batalha ao norte do Forte de Santo Antônio, mas ele não entrou em detalhes. Tampouco mencionou a derrota dos holandeses. Porém, a Aldeia Jacuípe que havia sido atacada em janeiro, foi alvo da ação dos portugueses que destruíram plantações de mandioca, comprometendo a alimentação dos indígenas. Assim, Linge solicitava o envio de comida, óleo, vinho e dinheiro⁶⁷.

63 – O Forte de Santo Antônio foi construído em 1631 por ordem do capitão-mor Antonio de Albuquerque Maranhão, para defender a Paraíba contra os holandeses. O forte na época era feito de madeira e terra, possuindo quatro baluartes. Ele foi parcialmente destruído na Batalha da Paraíba (2 a 24 de dezembro de 1634). Diferente do Forte do Cabedelo, que foi renomeado para Forte Margarida, sendo ampliado e melhor fortificado, o Santo Antônio não recebeu tais melhorias. OLIVEIRA, Leandro Vilar, *op. cit.*, p. 105, 131, 159.

64 – CALADO, Manuel, *op. cit.*, p. 322.

65 – No *Diário ou Breve Discurso acerca da Rebelião* é informado sobre essa batalha, embora não relate onde ela teria ocorrido. No entanto, o autor informou que os holandeses foram derrotados, tendo perdido entre 40 e 50 soldados. Valor que se aproxima do fornecido por Calado. *RIAHGP*, *op. cit.*, p. 180.

66 – CALADO, Manuel, *op. cit.*, p. 323-324. Rafael de Jesus e Diogo Lopes Santiago repetiram essa descrição de Calado em seus livros.

67 – NIEUHOF, Johan, *op. cit.*, p. 240-241.

Após a vitória portuguesa na Batalha da Guia, não houve novos conflitos significativos pelos meses seguintes, como apontado pelas fontes pesquisadas. Porém, entre junho e julho, o coronel Sigismund von Schkopp⁶⁸ expediu anistia aos portugueses que se declarassem leais a WIC e passassem para seu lado. Vieira e Negreiros ordenaram que os moradores da Paraíba que eram leais ao rei deixassem suas casas e fazendas, queimassem canaviais, destruíssem engenhos e migrassem para Pernambuco⁶⁹. Pois poderiam sofrer retaliação dos holandeses⁷⁰.

Em setembro, ocorreram novos ataques a fazendas e engenhos na Paraíba, para se saquear comida, destruir plantações e danificar os engenhos ou até destruí-los. Nesse período, seguia ocorrendo a evacuação dos moradores paraibanos para o norte de Pernambuco, algo comentado por João Fernandes de Vieira, em carta datada de 11 de setembro de 1646:

Direi apenas que, com a evacuação das Capitanias da Paraíba e Goiana, as nossas fileiras foram consideravelmente engrossadas e, assim, o povo prefere antes perder seus haveres que suportar por mais tempo as ignomínias que pesaram sobre ele e que constituíram a verdadeira causa da insurreição e não (como se faz crer entre os holandeses) por que não pudesse satisfazer seus credores, pois abandonou mais do que seria necessário para saldar os compromissos⁷¹.

Após esse decreto os cronistas não voltaram a relatar novidades nos meses seguintes até chegar em novembro, quando Rafael de Jesus informou que no dia primeiro daquele mês, André Vidal de Negreiros retornou à Paraíba com a missão de conseguir gado e suprimentos, mas não obteve sucesso; no entanto, ordenou que atos de vandalismo fossem realizados, com direito a se incendiar alguns locais como fazendas e engenhos.

68 – Schkopp (1613-1654) foi um militar e governador de origem nobre, veterano nas guerras luso-holandesas no Brasil, inclusive participou das campanhas de conquista da Paraíba no ano de 1634. OLIVEIRA, Leandro Vilar, *op. cit.*, p. 254-255. Ele retornava ao Brasil por conta da crise que a colônia holandesa vivenciava, tendo tomado decisões para conter o avanço das tropas rebeldes em Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte.

69 – A ordem de queimar canaviais e engenhos também foi aplicada em Pernambuco e Itamaracá. MELLO, João Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*, *op. cit.*, p. 237-238.

70 – CALADO, Manuel, *op. cit.*, p. 353. JESUS, Rafael de, *op. cit.*, p. 439-440.

71 – NIEUHOFF, Johan, *op. cit.*, p. 263.

Passados alguns dias, Vidal de Negreiros retornou para Pernambuco, levando alguns prisioneiros⁷². Após esse acontecimento, as fontes não voltaram a relatar mais nada sobre a Paraíba para o ano de 1646. E no caso destaca-se que Manuel Calado e Pierre Moreau não apresentaram mais informações sobre a Paraíba para o ano de 1647, sobrando alguns dados esparsos identificados principalmente no livro de Johan Nieuhof, pois nem mesmo Rafael de Jesus forneceu novas informações sobre essa capitania.

1647: últimos relatos identificados sobre a insurreição na Paraíba

Nieuhof escreveu que no dia 8 de janeiro de 1647, o conselheiro Matheus van Goch⁷³, questionou sobre informações a respeito da Paraíba, querendo saber como estavam dispostas as defesas inimigas na capital e no Arraial de Santo André. Nieuhof relatou o seguinte:

Os membros do antigo Conselho responderam que a Cidade Frederica não dispunha de água potável, sendo ela transportada de meio quarto de hora de distância. Nessas condições seu suprimento poderia ser facilmente obstado pelo inimigo. O mesmo poderia acontecer com a passagem que conduzia à margem do rio. Além disso, não existiam fortificações na cidade; as que existiam pertenciam ao mosteiro e não eram de grande monta; também a igreja de Duarte Gomes havia sido fortificada pelo inimigo, durante a guerra. Quanto a Santo André, essa localidade nada mais era que um engenho de açúcar situado na baranca do rio, a quatro horas de viagem da cidade da Paraíba. Disseram ainda que as comunicações entre essa localidade e o forte Santa Margarida poderiam ser facilmente interceptadas pelo inimigo, pois a distância entre a fortaleza e a cidade era de quase 4 horas⁷⁴.

As informações apresentadas por Nieuhof conferem com outros dados sobre a cidade de Frederica, a qual não possuía muros nem fortificações operantes, como comentado anteriormente neste artigo. Quanto a fonte de água que é mencionada, não se sabe exatamente qual seria, pois

72 – JESUS, Rafael de, *op. cit.*, p. 456.

73 – Embora Pierre Moreau tenha sido nessa época secretário de Van Goch, ele nada comentou a respeito.

74 – NIEUHOF, Johan, *op. cit.*, p. 275.

naquele tempo duas fontes ficavam próximas à cidade, sendo a Fonte do Tambiá e a Bica dos Milagres⁷⁵. Mas poderia haver outras que se desconhecem hoje em dia. Já o mosteiro que é citado, trata-se da Igreja de São Francisco, ainda existente e que anteriormente foi utilizada como casa do governador pelos holandeses. A igreja de Duarte Gomes⁷⁶ ainda existe, sendo a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, situada no centro da cidade.

No dia 9 de janeiro, o Alto Conselho expediu nova ordem para os moradores da Paraíba, informando que aqueles que fossem leais à Companhia, deveriam deixar suas casas e terras e se reunirem na foz do rio Paraíba, para ficar sob proteção dos fortes e aguardar transporte para o Recife. Entretanto, houve retaliação por parte dos portugueses, ao considerarem que seus compatriotas que aderiram ao chamado da WIC, eram traidores⁷⁷.

Nieuhof relatou que no dia 12 de janeiro chegou aviso da Paraíba, informando que muitos inimigos adentraram aquela capitania e houve um ataque próximo ao Arraial de Santo André, em que 50 holandeses e alguns indígenas aliados foram surpreendidos. Na ocasião ocorreu um massacre em que até as mulheres foram mortas pelos próprios portugueses. Em seguida ele informou que no dia 13 foram emitidas notícias para que os portugueses não aceitassem a anistia concedida pela WIC, pois isso era uma armadilha. Posteriormente, Nieuhof relatou que quatro escravos da

75 – HONOR, André Cabral. *Sociedade e cotidiano: as fontes d'água na formação da cidade de João Pessoa no período colonial*. Monografia em História – Universidade Federal da Paraíba. 2006, p. 45-52.

76 – Duarte Gomes da Silveira (1555-1644) foi um veterano de guerra e senhor de engenho na Paraíba. Chegou a ser preso duas vezes acusado de espionar para os holandeses e depois de espionar para os portugueses. Também teve pendências com a justiça e estava devendo à Companhia, embora no ano de 1647 já tivesse falecido. MELLO, Evaldo Cabral de, 2012, p. 164-165.

77 – Diário ou Breve Discurso acerca da rebelião dos portugueses do Brasil. *RIAHGP*, op. cit., p. 216-217.

fazenda de Isaac de Rasière⁷⁸ chegaram ao Recife e disseram que a tropa insurreta havia deixado a capitania paraibana⁷⁹.

Por fim, o último dado referente à Paraíba no ano de 1647, tratou-se de um pequeno combate naval ocorrido em sua costa. O relato de Nieuhof sobre os acontecimentos históricos da guerra de restauração findaram-se antes desse período. Por sua vez, somente frei Rafael de Jesus foi quem relatou sobre o ocorrido a seguir. O militar Francisco Barreto de Meneses⁸⁰ (1616-1688), que outrora havia participado da Armada do Conde da Torre (1640), foi escolhido pelo rei D. João IV para comandar as tropas insurretas. A bordo de sete navios com um pequeno contingente militar, em parte formado por prisioneiros, além de levar suprimentos, munição e dinheiro, o novo mestre-de-campo-general tinha como destino a Bahia, mas foi interceptado no caminho, no dia 6 de maio. Foi ferido e feito prisioneiro, levado ao Recife, de onde conseguiu escapar no ano seguinte⁸¹.

78 – Foi um rico comerciante de Amsterdã que se mudou para o Brasil para fazer investimentos, permanecendo aqui até 1651, tendo contraído várias dívidas. Na Paraíba, comprou o Engenho Santos Cosme e Damião e o Engenho Gurjaú, renomeado para La Resière. Talvez os escravos possam ter fugido de um destes engenhos ou de outra propriedade. Embora no ano de 1646 ambos os engenhos estivessem desativados, pois parte da população deixara a Paraíba, aceitando a proteção dos insurretos. MELLO, Evaldo Cabral de, 2012, p. 165 e 167.

79 – NIEUHOF, Johan, *op. cit.*, p. 276-277.

80 – Francisco Barreto de Meneses figura entre os heróis da guerra de restauração, general dos terços insurretos, além de ter assumido o governo de Pernambuco (1654-1657) e o governo-geral do Brasil (1657-1663). VAINFAS, Ronaldo; MOTTA, Márcia. Morgadios coloniais entre a nobilitação e o mercado: trajetória e patrimônio de Francisco Barreto de Menezes, restaurador do Recife. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro: n. 23, p. 123-147, jan-abr. 2020.

81 – BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 257. Charles Boxer relatou que esse incidente com o general Meneses ocorreu em local incerto, a uma distância de 90 milhas da Capitania da Bahia, no entanto, frei Rafael de Jesus diz que a batalha naval aconteceu no sul da costa paraibana, pois os holandeses montaram uma armadilha, aguardando a pequena frota portuguesa. No caso, sublinhamos que Pierre Moreau comentou brevemente sobre essa batalha naval e a prisão de Meneses, mas não informou que ocorreu na costa paraibana, tampouco sugeriu data para isso.

Considerações finais

O livro de Johan Nieuwhof encerra seu histórico como dito, ainda no mês de abril de 1647. Quanto ao frei Manuel Calado, também encerrou sua crônica por esse período. Pierre Moreau, por não fazer uso de datas, não se sabe ao certo até quando escreveu, apesar de ter deixado o Brasil em 1648. Já Rafael de Jesus, embora tenha escrito até 1654, os capítulos seguintes de seu livro focam exclusivamente a Insurreição Pernambucana. Diante disso, optamos por encerrar nossa exposição histórica no ano de 1647.

Feito isso, algumas considerações devem ser apresentadas antes do encerramento deste artigo. Primeiro, chamamos atenção para a condição de os líderes da Insurreição Paraibana: Lopo Curado Garro, Jerônimo Cadena e Francisco Gomes Muniz terem pouco destaque nas fontes analisadas. Alguns motivos para isso se devem à condição das fontes holandesas pouco citarem os chefes portugueses, fazendo menção aos mais famosos, já as crônicas de Calado e Jesus, por conterem interesses políticos e panegíricos para João Fernandes Vieira, tendem a destacar mais os líderes que lutaram em Pernambuco, por conta disso, Vieira, Negreiros e Camarões são nomes recorrentes mesmo na Paraíba e Rio Grande do Norte.

E essa condição também cabe a Pedro Poti. Nos livros de Calado e Jesus, o principal chefe militar a serviço da WIC era ele, fato esse que não há menções aos nomes de tenentes, capitães ou comandantes que lutaram pela Companhia. E para não dizer que isso poderia ser falta de informação dos cronistas portugueses, o próprio Nieuwhof pouco citou outros nomes envolvidos nas campanhas para combater os insurretos na Paraíba. Destacando-se novamente o nome de Poti. Apesar de Nieuwhof ter enfatizado bastante o papel do governador Paulus de Linge, através das várias cartas que ele citou.

Infelizmente essa documentação de Linge, que foi até citada por historiadores como Varnhagen, Wätjen, Netscher e Boxer, segue desco-

nhecida, apenas algumas poucas cartas foram consultadas por esses historiadores. Mas o restante reside em algum arquivo holandês. Uma correspondência importante que valeria muito a pena em ser conferida, para conhecer a seleção feita por Nieuhof e os não ditos por ele realizados. Além dessa documentação de Linge, também se incluíam documentos de outras autoridades da Companhia, como os dos conselheiros Pieter Bas e Matheus van Goch, os quais poderiam conter informações a mais sobre a Paraíba.

Outras considerações que devem ser feitas, dizem respeito aos conflitos ocorridos na Paraíba. Em geral, as batalhas em Pernambuco são as mais memoráveis, por sua vez, os massacres no Rio Grande do Norte, são os mais recordados. No intuito de reflexão, tivemos a Batalha do Inobim (11 de setembro de 1645), a batalha não identificada, citada por Nieuhof, a qual teria ocorrido no mesmo dia da anterior, e o ataque à fazenda de Eduardo Gomes da Silva (11 de novembro de 1645?), citado por Moreau. Depois tivemos o relato do Massacre do Engenho Santiago Maior (12 de novembro de 1645?), em que várias pessoas foram assassinadas, incluindo o dono do engenho e um de seus filhos.

No ano de 1646 tivemos a Batalha de Jacuípe (22 de janeiro?), aldeia indígena potiguara, hoje inexistente, que serviu de base para Pedro Poti e missões calvinistas. O conflito ocorreu em fins de janeiro, em que os portugueses cercaram a aldeia aliada dos holandeses. Posteriormente tivemos um conflito no Varadouro, zona portuária da cidade de Frederica, outro território importante, pois ali era o único porto daquela capitania, os demais eram ancoradouros. Controlar o Varadouro significava interceptar o despacho das caixas de açúcar e outras mercadorias, além de dificultar que navios holandeses ali atracassem para invadir a cidade.

No entanto, após o conflito no Varadouro, ocorreu no dia seguinte a Batalha da Guia (antes de 11 de março de 1646), próxima à igreja homônima, não tão distante do Forte de Santo Antônio, cuja estrutura era menos fortificada, protegida e munida de homens e canhões do que o

Forte Margarida⁸². Após a Batalha da Guia não ocorreram outras batalhas e massacres no ano de 1646, pelo menos, não foram identificadas com base nas fontes analisadas. No entanto teve a evacuação de parte da população para Pernambuco, fosse aliada da coroa ou da WIC, além de ataques a fazendas. Por conta disso, vários engenhos em 1646 foram depredados, saqueados, incendiados e abandonados.

E no ano de 1647, tivemos o relato de novo massacre ocorrido próximo ao Arraial de Santo André (em 10 ou 11 de janeiro). Posteriormente, Rafael de Jesus e Pierre Moreau citaram a pequena batalha naval do dia 6 de maio, que resultou na captura do general Francisco Barreto de Meneses pelo almirante Joost van Trappen Banckert.

Embora tenhamos encontrados relatos de algumas batalhas, no entanto, por conta de suas lacônicas descrições, isso inviabiliza uma análise de sua estratégia. Em geral, os cronistas focaram em fornecer a quantidade de combatentes e informar quem venceu e perdeu. Condição essa que até a localização desses conflitos é incerta em alguns relatos. Por esse motivo decidimos não fazer uma análise desses conflitos.

Por essa síntese histórica observa-se que, embora as batalhas e os massacres na Paraíba não tenham ganhado visibilidade em seu tempo, esses foram conflitos importantes para se assegurar territórios essenciais. O que resultou na condição de que os holandeses ficaram restritos aos fortes e algumas poucas aldeias aliadas, apesar de terem conseguido manter essas posições até 1654.

Texto apresentado em março de 2021. Aprovado para publicação em junho de 2021

82 – De acordo com os dados apresentados por Nieuhof, o Forte de Santo Antônio somente possuía seis canhões, enquanto o Forte Margarida dispunha de trinta e oito peças de artilharia. E até mesmo o reduto da Restinga, situado na ilha fluvial homônima, tinha seus nove canhões. NIEUHOF, Johan, *op. cit.*, p. 277.

DISTRITO DIAMANTINO: LEGISLAÇÃO E EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS NA MINERAÇÃO, 1734-1739¹

DIAMOND DISTRICT: LEGISLATION AND EXPERIENCES DEVELOPED AROUND MINING 1734-1739

JOELMIR CABRAL MOREIRA²

Resumo:

O presente texto tem por objetivo discutir o panorama da exploração de diamantes e a ordem administrativa para o território da comarca do Serro Frio, capitania de Minas Gerais, entre os anos de 1734 a 1739. Em linhas gerais, a proteção e a defesa especial para a localidade foram construídas aos poucos após os achados de diamantes nas cabeceiras do rio Jequitinhonha. A ampliação territorial e as demandas econômicas conduziram os processos de alterações do espaço e, portanto, medidas político-administrativas foram implementadas para exploração de diamantes, com o objetivo de se aproximarem das particularidades desta área mineral. Assim, temos como intuito apresentar a redefinição do território, o crescimento da sua importância nesse período, e os desdobramentos que emergiram em um novo cenário, conforme a mineração se tornava uma atividade consolidada na região.

Palavras-chave: administração colonial; exploração de diamantes; região do Serro Frio.

Abstract:

The paper aims to discuss the scenario of diamond exploitation and the administrative order issued to the territory of Serro Frio district in the captaincy of Minas Gerais between 1734 and 1739. In short, the protection and special defense of the district were gradually established after diamonds had been found at the headwaters of the Jequitinhonha River. Territorial expansion and economic demands led to processes of space changes and, as a result of such changes, political and administrative measures were implemented for the exploitation of diamonds, with the aim of getting closer to the particularities of this mining area. We aim to show how the territory was redefined and how its importance evolved in the period, pointing out the developments that brought about a new scenario, as mining became a consolidated activity in the region.

Keywords: colonial administration; diamond exploitation; Serro Frio region.

A especificidade do setor mineral, do ponto de vista econômico, fez da comarca do Serro Frio uma das áreas mais lucrativas das atenções metropolitanas, que durante o Setecentos não desviou a atenção da região, na qual encontravam-se as minas de pedras preciosas³. O anúncio

1 – Este artigo apresenta conclusões parcialmente discutidas em estudo de doutorado, sob orientação da professora doutora Mônica da Silva Ribeiro. A pesquisa em questão, intitulada: “Legislação régia em terras minerais: uma análise do processo de exploração de diamantes na comarca do Serro Frio, 1720 -1771”, obtém financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes.

2 – Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: joelmircabral@outlook.com. .

3 – SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, , 2004, p. 138.

oficial sobre os diamantes foi manifestado pelo governador D. Lourenço de Almeida e reconhecido por D. João V no dia 22 de julho de 1729⁴. Na área, o lugar mais patrulhado foi, evidentemente, o Arraial do Tejuco e sua circunvizinhança, como por exemplo a Vila do Príncipe. Nos primeiros anos após o comunicado sobre os achados minerais na região do Serro Frio, os limites dos lugares onde era permitido explorar os diamantes estavam ainda pouco definidos, assim como não existia medidas político-administrativas para o território.

Com efeito, entre 1729 a 1733, um problema evidente foi a instabilidade na regulação da mineração, muitos de ordem interna e externa despontaram neste contexto, sobretudo na organização do aparato administrativo, fiscal e tributário. A adversidade do próprio sistema de cobrança, a capitação, as atividades ilegais no comércio de pedras preciosas e a grande proporção de diamantes em circulação acarretaram uma diminuição no valor do minério no mercado europeu, ocasionando assim rendimentos incertos que davam prejuízo à receita da Coroa portuguesa⁵.

Apesar de toda instabilidade vivenciada localmente nesses primeiros anos, a população cada vez mais aumentava, criando novas relações entre os súditos e as autoridades, bem como surgiam outros sentidos e significados no processo de exploração do ambiente natural. Destaca-se, especialmente, que existiam habitantes ocupando-se do trabalho na agricultura, na pecuária, nas lavras auríferas e nos terrenos diamantinos⁶. O

4 – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU), Minas Gerais, Cx. 16, Doc. 16.

5 – Para este assunto, ver: ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU), Minas Gerais, Cx. 26, Doc. 19. Confira também: CARRARA, Angelo Alves. Desvendando a riqueza na terra dos diamantes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: v. 41, p. 42-43, jul.-dez. 2005. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. D. João V e a política para a extração de diamantes. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro: v. 168, n. 434, p. 133-141, jan.-mar., 2007. FURTADO, Júnia Ferreira. *O Distrito Diamantino*. Verbete. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pae/apoio/distritodiamantino.pdf>. Acesso em: 9.05.20. p. 1-4. FURTADO, Júnia F. Furtado. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso. *Varia História.*, Belo Horizonte: UFMG, n. 1, p. 295-306, 1985.

6 – SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976 [1862-68], p.56.

surgimento de negócios variados, acrescido das desconfiças produzidas desde o princípio da ocupação, exigia medidas que buscassem um controle mais efetivo da área, visando melhorar os proventos da Real Fazenda⁷.

Sendo assim, a compreensão dessas condições na comarca do Serro Frio trata-se, por conseguinte, de deduzir que a instabilidade vivenciada em um primeiro momento na produção mineral levou a um rearranjo da organização política e de um estatuto, na tentativa de alcançar a governabilidade régia na área. Com efeito, é possível observar os mecanismos administrativos, alterações elaboradas de 1734 a 1739, por meio de instrumentos legais desenvolvidos, com a finalidade de reestruturar a região dos diamantes⁸.

7 – A capacidade de um novo modelo de poder começou a se impor ao longo do reinado de D. João V (1706-1750), mais precisamente a partir de 1720. Nota-se que, no decorrer desse período, novos princípios começaram a delinear os rumos administrativos, tornou-se evidente a preocupação com a funcionalidade da governação que corrobora para o surgimento de um novo ambiente administrativo. No quadro descrito, os administradores passaram a encontrar terrenos que ofereciam uma maior racionalidade político-administrativa para o seu desenvolvimento no cotidiano, isto é, um melhor ordenamento das questões de governo, assim como procuravam exercer um controle fiscal e econômico mais efetivo nos territórios além-mar. Ver: RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Se faz preciso combinar o agro com o doce*”: a administração do Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa. (1748-1763). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História. – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010, p. 31-39.

8 – Conforme assinalou Romero, as expectativas e os interesses para esse espaço, a corrida pela exploração mineral reuniu grande número de pessoas em um território fora do controle da monarquia, a região distante poderia ser alvo de revoltas e motins, que romperiam de vez com a autoridade régia. Nesse sentido, o empreendimento era arriscado, principalmente por envolver interesses diversos – dos “descobridores” e de funcionários régios –, em torno da região mais rica do vasto império português no período. Cabe lembrar que, aos rumos nas legislações, ao longo de todo período, foram aplicados acréscimos, correções e alterações, resultando num corpo disforme e contraditório, falho para dar conta de novas conquistas em regiões tão longínquas do continente, isto é, a governabilidade régia, muitas vezes, estava em descompasso e sob tensão com as vontades locais, quer de indivíduos ou de grupos, no mundo colonial. Ver: ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 37. Cf. também: CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros: De como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2002, p.19-23.

Incertezas e rearranjos na exploração mineral, 1734 a 1739

Por certo, tendo em vista as condições em que se encontrava a exploração de diamantes em seus primeiros anos na região do Serro Frio, a resposta da Coroa portuguesa a toda movimentação ocorrida, entre 1729 a 1733⁹ foi bem categórica. Desta forma, através do bando de 19 de julho de 1734, novas instruções foram elaboradas e entregues ao governador, André de Melo e Castro, o conde de Galveias, e aos administradores das minas. O principal argumento da ordem era alcançar “os meios com que os diamantes possam recuperar a sua estimação, que tanto tem envilecido com a grande abundância deles, que se tem extraído da comarca do Serro do Frio¹⁰”. A motivação compensava os descontentamentos com os últimos regulamentos, posto isso, outras regras foram expedidas para serem aplicadas na região, desconsiderando assim o último bando, divulgado em 2 de dezembro de 1733¹¹, que regulava a extração com o pagamento no valor de quarenta mil réis da capitação.

Nesse sentido, o esforço, a partir desse período, foi interromper a mineração nos rios ou em terras minerais produtivas. Assim, todo o planejamento e as ações administrativas tinham como propósito definir os contornos e a exploração nas terras diamantinas. Portanto, foi proibido que qualquer pessoa, “escravo ou pessoa livre, que for achada nos córregos, grupiaras ou lavras, que foram de diamantes com suspeita de que os

9 – No período inicial de exploração da localidade, o sistema de cobrança, isto é, a capitação anual por cada negro escravizado que executava o serviço em terras diamantinas oscilou muito em um curto período de tempo. A quantia, no ano 1730, iniciou em cinco mil réis; três anos depois o valor chegou a quarenta mil réis. Essa alteração no sistema ocorreu desde o momento em que foi feito o anúncio oficial da descoberta de diamantes neste território. A principal tarefa da administração era estabelecer um padrão comum implementado em outros lugares da capitania de Minas Gerais, contudo, a mineração dos diamantes tornou-se cada vez mais complexa, necessitando de um aparato administrativo que desse conta das singularidades da comarca do Serro Frio.

10 – ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Bando de 19 de julho de 1734*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, vol. 80, 1960, p. 116. Cabe assinalar que na apresentação de todos os documentos selecionados para o artigo foi feita a atualização ortográfica visando facilitar o entendimento de algumas formas do português arcaico.

11 – *Idem*, p.113-114.

andam para extrair ou buscarem, serão presos¹²”, independente da qualidade social. O responsável por identificar o comportamento de indivíduos que realizassem o trabalho nas lavras, teoricamente, deveria comunicar ao desembargador e Intendente da mineração, que ficava responsável em conferir as punições ao transgressor¹³. Em um plano esperado para a execução da norma, susceptível a falhas na prática costumeira, a administração buscava não deixar espaço para que os interesses particulares não sobrepusessem as exigências régias, devido à grande instabilidade social e econômica experimentada na mineração dos diamantes.

Foi assim, respaldado pelo bando, que o governo enviou o comissário régio Martinho de Mendonça de Pina e Proença e o engenheiro militar Rafael Pires Pardinho para averiguarem a situação da região e darem início à demarcação oficial do território produtor de diamantes, no ano de 1734, instalando-se a Demarcação Diamantina ou Distrito diamantino, quadrilátero em torno do Arraial do Tejuco. Com a demarcação, foi proibido todo o tipo de exploração de diamantes no espaço demarcado, e para monitorar criou-se a Intendência dos Diamantes, com o intuito de fiscalizar a extração de pedras preciosas em toda a área abrangida do território, pois os preços precisavam ser normalizados no mercado europeu, e a Coroa necessitava promover a manutenção da sua legitimidade na re-

12 – *Ibidem*, p. 117.

13 – As punições estabeleciam dez anos de degredo em Angola, o confisco da escravaria, bem como outros bens que possuísse o infrator; em relação aos haveres, metade era destinado à Fazenda Real, e outra metade para os denunciante, oficiais de justiça ou soldados. Assim, os indivíduos considerados livres, seriam sentenciados a pagar o valor de cem mil réis, que poderia ser quitado com dois meses de cadeia. Logo após este período, o bando orientava distanciá-lo da localidade, no intuito de não cometer a mesma desobediência às normas régias, pois o mandado era que nenhuma pessoa extraísse diamantes no território de ocorrência das jazidas. Ademais, a ordem estabelecia que os moradores residentes nas roças da localidade não deveriam possuir instrumentos utilizados nas técnicas de minerar, como bateias, almocafres e balanças, ou outro qualquer instrumento manipulado para lavar diamantes, caso os sujeitos não acatassem a proibição, estavam previstas as mesmas penas direcionadas para os homens livres. Em relação aos escravizados, como já era de se esperar, tratando-se de uma sociedade escravista, quando ocorresse de ser encontrado utilizando as técnicas de mineração nos terrenos, o castigo seria a aplicação da pena de duzentos açoites no período de três dias e, em seguida, colocado à venda, onde metade da quantia atribuída ao corpo do escravizado era enviado para a Fazenda Real, e a outra parte destinada para quem tivesse avistado o negro minerando diamantes.

gião, de modo a evitar as práticas ilegais de mineradores e escravizados. Nesse cenário, apesar da sua criação, no campo administrativo, mesmo o Arraial sendo a sede do Distrito, a administração da localidade continuou dependente da câmara e da ouvidoria da Vila do Príncipe¹⁴, e o dito Rafael Pires Pardinho foi designado primeiro Intendente dos Diamantes¹⁵.

No dia 5 de agosto de 1734, se tomou conhecimento do último bando publicado para o Arraial do Tejuco. Assim, a demarcação e a Intendência dos Diamantes foram anunciadas, oficialmente, em 18 de agosto do mesmo ano, por Martinho de Mendonça, respeitando os limites de determinada área territorial¹⁶. No registro desenvolvido, continha a forma pela qual se construíram os contornos na demarcação das terras minerais dos diamantes, na comarca do Serro Frio. A demarcação feita por Martinho de Mendonça nos terrenos diamantinos, com a assistência de Rafael Pires Pardinho, abrangia uma área de forma elíptica, onde a maior distância de norte a sul era de 12 léguas, e a menor de leste a oeste de 7 léguas, estimava-se que a delimitação continha 75 léguas quadradas contornando o território mineral. Os limites compreendiam desde o leito do rio Jequitinhonha até a entrada da capitania da Bahia, mais tarde a definição foi expandida em razão dos novos achados de diamantes, nos terrenos que ainda es-

14 – ARQUIVO NACIONAL. *Memória da Administração Pública Brasileira* – MAPA – Dicionário período colonial – Intendência dos Diamantes. Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=211&catid=57&Itemid=327. Acesso em: 9.05.20. FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 25-26.

15 – Como já é bem conhecido, Rafael Pires Pardinho teve em seu caminho êxitos que promoveram a sua permanência enquanto homem bom na sociedade colonial. A proteção e a manutenção dos cargos foi assim um componente que integrava as questões devido à integridade que deveria ser exercida nas responsabilidades do posto. Por consequência, alguns atores buscavam conquistar ganhos e prestígio social, fossem estes materiais ou simbólicos em prol da realização dos seus interesses particulares na construção da legitimidade da Coroa portuguesa. Cf.: LACERDA, Arthur V. de. O ouvidor Rafael Pardinho. In: *Boletim do estudo histórico e geográfico do Paraná*, vol. 50. Curitiba: IHGEP, 1999. PEGORARO, Jonas Wilson. *Ouidores Régios e Centralização Jurídico-Administrativa na América portuguesa: a Comarca de Paranaguá (1732-1812)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, 2007, p. 68.

16 – CALÓGERAS, João Padiá. *As Minas do Brasil e a sua legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904, p. 290.

tavam fora da demarcação. Assim, as novas áreas eram tomadas pelos administradores e, portanto, mandada a ordem de proibição da mineração nesses terrenos conquistados¹⁷.

Colocaram-se seis marcos: o 1º na barra do rio Inhaí, e subindo o Jequitinhonha, foi assentado o 2º no Córrego das Lajes, uma légua acima de sua barra; o 3º foi assentado em uns penhascos da Serra do O; o 4º junto ao Morro das Bandeirinhas; o 5º em uma penha alta, chamada Tromba d'Anta, fronteira ao córrego das Bandeirinhas; e, seguindo as serras que rodeiam a Chapada, foi o 6º marco assentado na cabeceira do Rio Pardo e descendo o Inhaí até a barra, onde começou, aí terminava a demarcação¹⁸.

Os elementos esboçados no documento de 18 de agosto de 1734 esclarecem os limites certos do Distrito Diamantino, em que havia de se executar o novo regimento de 19 de julho de 1734, além de definir o encerramento da mineração nos rios e em terras minerais “aonde se tem descoberto diamantes, se não estendesse a outros em que se acham roças e faisqueiras de ouro, pelo prejuízo que podia resultar aos possuidores e ainda a Fazenda Real¹⁹”. Entretanto, apesar do fechamento da extração, como podemos observar, outras produções que poderiam oferecer algum rendimento ainda foram mantidas, os terrenos produtivos para assegurar a subsistência, por meio das roças, e também os locais onde o ouro era retirado com mais escassez e sem a necessidade de um número considerável de mão de obra para executar o trabalho, diferentemente das lavras de diamantes, que necessitavam de uma grande quantidade de escravizados e de um investimento de maior importância empregado no serviço.

No mapa abaixo, está representada a demarcação da região de Diamantina, situada na comarca do Serro Frio, capitania de Minas Gerais, século XVIII. De acordo com informações, o registro provavelmente foi criado e anexado à correspondência trocada entre a Real Extração de diamantes e a Diretoria dos Diamantes, em Lisboa, após o ano de 1771²⁰. Ao

17 – SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*, op. cit., p. 57.

18 – *Idem*, p. 57.

19 – ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Demarcação*, op. cit., p. 118.

20 – Mapa da demarcação, 1776. In: *Biblioteca Digital Luso-brasileira*. Disponível em:

centro da demarcação, estaria simbolizado o Arraial do Tejuco, e ao seu entorno a circunvizinhança da localidade: Rio Manso, Inhaí, Chapada, Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Rio Pardo, entre outros. Em volta da demarcação, existe um traço contínuo que define os limites, assim como, por meio de estradas e caminhos, mostra as direções para as áreas internas e externas do Distrito demarcado, a saber, para o Rio de Janeiro, para o Sertão e quartéis da Chapada, Andaial e Inhaí, para o Sertão Tão bem, para Vila de Bom Sucesso de Minas Novas e para a Vila do Príncipe, etc.

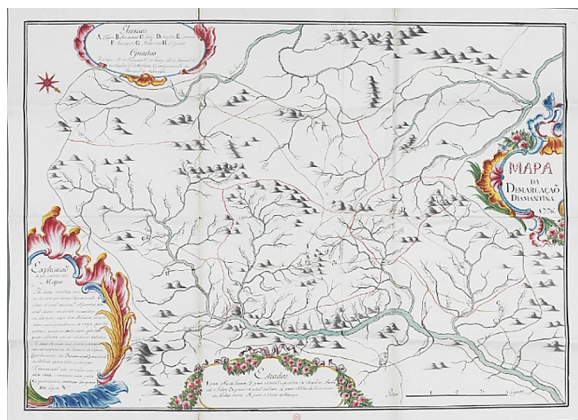


Figura 1. Mapa da demarcação, 1776. In: Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional Digital. Lisboa, 1916. Disponível em: <http://purl.pt/22667>. Acesso em: 11.05.20.

Em um segundo mapa, de autoria de Antônio Pinto de Miranda e José Pereira de Moraes Neves, elaborado em 1784, estão presentes elaborações com menos informações; contudo, é possível verificar também os nomes de algumas localidades e as estradas principais e secundárias que interligavam as regiões. Convém lembrar que as estradas foram criadas com a finalidade de possibilitar as passagens de mercadorias e de pedras preciosas, que interligavam o litoral às regiões do sertão mineiro. Além disso, existiam caminhos internos dentro da própria capitania e dos territórios específicos, compreendendo São João Del Rei, Vila Rica, Vila do Carmo, Sabará e o Arraial do Tejuco, a criação destas rotas estava con-

<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/6038>. Acesso em: 11.05.20.

dicionada ao esforço da governança em promover o abastecimento das áreas mineradoras²¹.

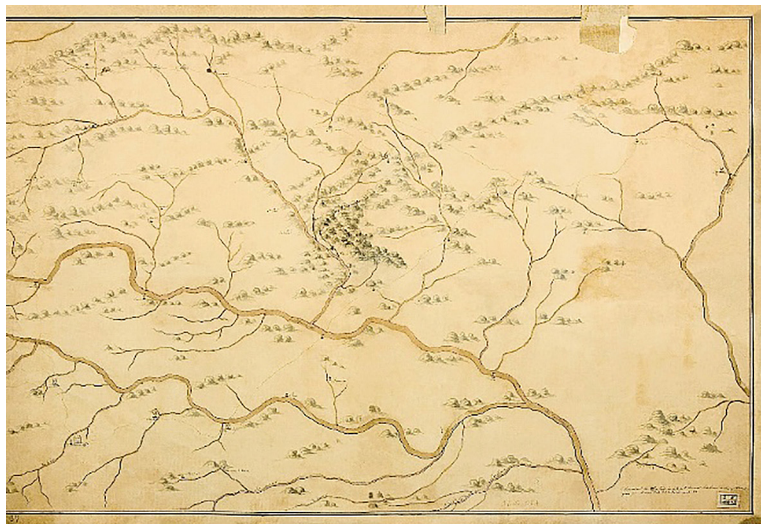


Figura 2. Mapa da demarcação diamantina, 1784. In: *Arquivo Público do Distrito Federal*. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/mapa-da-demarcacao-diamantina/>. Acesso em: 11.05.20.

É interessante perceber, analisando a documentação e os mapas disponíveis, que a demarcação do território é construída a partir de uma elaboração descritiva, do curso dos rios, das estradas de acesso criadas, das propriedades no caminho e das condições paisagísticas encontradas. Como exemplo, podemos citar: “cortando por uns rochedos altos, e escarpados direito ao morro dos bateiros, que é em forma de pão de açúcar, e de penha viva, do qual irá por uns rochedos²²”, ou, “que ficam a mão direita a quem vem do Tejuco para o engenho de Manuel Fernandes na margem de um córrego, que abaixo do dito engenho entra pela parte do poente no córrego da Chapada²³”.

21 – VENANCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*, Belo Horizonte: vol. 21, nº 21, p. 182-183, jul. 1999.

22 – ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Demarcação*, op. cit., p. 118.

23 – *Idem*, p. 118.

Assim, a descrição dos caminhos passava por uma vastidão de informações do lugar e do ambiente natural, trazendo as matas, águas, morros, sítios e igrejas e, dessa forma, tudo em torno do espaço poderia ser incluído e tornado um elemento precioso, com o propósito de uma apreensão e identificação com as localidades do território. Conforme apontou Sandra Pesavento, as fronteiras não são produzidas apenas por marcos físicos ou naturais, mas também por significados simbólicos e, portanto, são divisas reais, que têm referência mental por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, o corpo social, o espaço e o próprio tempo, correspondendo a fronteira um marco que limita e separa, e que aponta sentidos socializados de reconhecimento para uma percepção de uma determinada realidade²⁴, como apresenta-se na criação da demarcação das terras diamantinas.

Sendo assim, a construção de divisas não se dá somente pela expansão ou retração dos seus espaços físicos geográficos, se configura da mesma maneira no âmbito das relações. Em outros termos, no espaço relacional, o sistema de coordenadas que definem a situação dos seres humanos, uns em relação aos outros, no que se refere à convivência entre os atores sociais em um dado momento no tempo e espaço. Logo, partindo-se desse pressuposto, as fronteiras seriam a elaboração de sentidos físico e simbólico, são sensíveis à remodelação das representações, assim toda demarcação está sujeita à alteração das suas interpretações e mudança dos seus limites²⁵.

[...] onde se acharam alguns, ainda que poucos diamantes, com todos os tabuleiros e grupiaras adjacentes, ainda que tenha informações fidedignas, que nos sítios vizinhos, que ficam fora deste Distrito assim demarcado, fazendo-se muito exatas diligências com escavações, e buracos, se não tem achado diamantes, *com tudo se pelo tempo adiante se descobrir alguma se incluirá, ou demarcará separadamente, como parecer mais cômodo, para igualmente ficar incluída neste Distrito*; e nos ditos sítios se praticará igualmente as proibições, e pro-

24 – PESAVENTO, Sandra Jatthy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais* – Brasil, Uruguai, Argentina. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2002, p. 35.

25 – *Idem*, p. 35.

vidências, que se derem para o Distrito dos diamantes por ordens de Sua Majestade, bando dos Governadores, ou editais dos Intendentes²⁶.

Todos esses pontos indicam o surgimento de uma nova formação do território conquistado, nesse momento, com a publicação do edital, no dia 18 de agosto de 1734, feita pelo Intendente dos Diamantes da comarca, Rafael Pires Pardinho, assim foi anunciado “que demarcasse as terras minerais dos diamantes na comarca do Serro do Frio, assinalando os limites certos do Distrito, em que se havia executar o novo Regimento²⁷”. Ocorria, dessa forma, uma transformação substancial no experimento de controle da administração das minas sobre a exploração dos diamantes na região, respeitando as disposições do bando de 19 de julho de 1734.

Pela busca mais precisa da aplicação da norma, em 8 de novembro de 1734, esteve expressa a portaria informando sobre os cuidados convenientes ao Distrito dos Diamantes, assim optava-se por demonstrar o perigo de fraudes e desobediências na demarcação, principalmente pela movimentação de pessoas e de escravizados na área de mineração²⁸. No contexto, as proibições na demarcação procuravam que “não estendes-se a outros em que se acham roças e faisqueiras de ouro, pelo prejuízo que podia resultar aos possuidores e ainda a Fazenda Real²⁹”. A partir da publicação de uma portaria, foi mandado o Intendente dos Diamantes, Raphael Pires Pardinho, ter maior atenção em agir contra os

negros da faisqueira do ouro do dito Distrito e seus senhores, com as penas do meu bando; e pelo que respeita as lavras me dará conta de todas elas para determinar se se devem continuar as antigas com a permissão que digo concedida³⁰.

A medida tinha como intuito promover maior ordenamento na demarcação, ou seja, conservar a cobrança de tributos sobre o ouro, ao

26 – ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Demarcação, op. cit.*, p.118-119. Grifo meu.

27 – *Idem*, p. 119.

28 – *Idem*, p. 121.

29 – *Idem*, p. 118.

30 – *Ibidem*, p. 121.

mesmo tempo em que se regulava o Distrito Diamantino, oferecendo punições para quando ocorressem questões relativas às transgressões dos súditos e à arbitrariedade na extração do ouro. Ademais, o Intendente ficava responsável também pela averiguação das lojas e vendas no Arraial do Tejuco, todos que desejassem conservar os estabelecimentos deveriam pagar cinquenta oitavas de ouro³¹ por ano para a Real Fazenda, entre sessenta a setenta e cinco mil réis, que eram aplicados nas despesas do serviço prestado pela guarda e capitães do mato, encarregados da segurança das instalações e do Distrito Diamantino. E a cada venda que ocorresse, trinta oitavas de ouro, por volta de trinta e seis a quarenta e cinco mil réis, eram repartidas no tempo que fizessem a defesa das instalações³².

Sendo assim, com todas as manifestações administrativas promovidas pela portaria assinada pelo Conde de Galveias, fez com que o Intendente Rafael Pires Pardiniho declarasse, em 27 de dezembro de 1734, que “as faisqueiras de ouro, ficam totalmente proibidas com as penas do dito bando, e na mesma forma o ficam também as lavras de ouro, ainda aquelas que justificarem perante mim serem das antigas³³”. Portanto, através da assertiva, na condição escrita da ordem, foram proibidas todas as formas de minerar, ouro ou diamantes, na Demarcação Diamantina, mesmo em locais em que se extraíam pouca quantidade, e que não necessitavam de grande número de trabalhadores. Com efeito, a regra foi determinada até que o governador, Conde de Galveias, autorizasse novamente a exploração mineral. As decisões apresentaram ainda soluções para as outras questões, como a proibição de instrumentos de minerar nas roças, ou outra qualquer ferramenta manipulada para lavar diamantes, ficava sob punições quem mantivesse algum equipamento. E, quanto às lojas e vendas, pagariam, a cada venda, três mil réis e, todos os meses, cinco mil

31 – O valor de cada oitava de ouro em pó variou entre 1200 a 1500 réis, dependendo da época. Cf. PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 205.

32 – ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Edital, op. cit.*, p. 121-122.

33 – *Idem*, p. 122.

réis de tributos, tudo conforme foi estabelecido pelos oficiais de justiça do Arraial do Tejuco.

A partir dessas ideias expostas, podemos perceber que a atenção com a conservação da mineração do ouro foi evidente, pelo menos o explorado em pequena quantidade. Em um primeiro momento, as ações nos mostram os recursos do governo em manter a cobrança dos respectivos impostos sobre a extração do ouro, como também de definições que tinham como objetivo controlar a exploração de pedras e metais preciosos como um todo. Em seguida, verifica-se um movimento acompanhado de uma preocupação com as práticas ilícitas, que poderiam ser realizadas por mineradores e escravizados no negócio das minas. A segunda questão é uma perspectiva de adequar ou, até mesmo, equilibrar as receitas no Arraial do Tejuco. Como resultado, foram proibidas todas as formas de minerar, como meio de responder às adversidades do comércio ilegal e ao baixo valor dos diamantes no mercado europeu.

Portanto, foram promovidas reformulações na política fiscal e as vendas e lojas se tornaram o principal cerne econômico, associado ao pagamento de impostos. Vale lembrar que o dispositivo de direção e intervenção nos estabelecimentos existia desde a promulgação do bando de 16 de abril de 1733³⁴, a norma ordenou que qualquer pessoa que tivesse vendas, dentro do perímetro do Arraial do Tejuco, seria submetida a realizar a vendagem na porta, sobretudo devido ao comércio ilegal de diamantes praticado dentro das instalações; além disso, em algumas ruas foi promovido o seu fechamento.

Assim, após 1734, percebe-se certa abertura, não mantendo-se a exploração mineral, outro mecanismo financeiro deveria despontar no cenário, sem o perigo aparente do comércio ilegal. Devido à proibição da mineração, começaram a tributar e controlar a vendagem nos estabelecimentos regularmente, como vimos, pagariam, a cada venda, três mil réis e todos os meses cinco mil réis de tributos. Dessa maneira, foi um instrumento legal que modificou a forma de cobrança dos impostos, um

34 – *Ibidem*, p. 113-114.

mecanismo fiscal, que mostra a preocupação tributária de uma política econômica para o Distrito Diamantino, no período em que foi desautorizada a exploração de diamantes. De acordo com as informações disponíveis, o número de lojas e vendas cresceu significativamente em 1735, no decorrer do ano, de janeiro até dezembro, experienciaram um aumento de 49,28% dos estabelecimentos³⁵.

A análise de dois editais produzidos nos anos subsequentes pelo Intendente Rafael Pires Pardinho, o primeiro em 17 de junho de 1735 e o segundo em 10 de setembro de 1737, permite compreender o reforço de garantir os preceitos do bando de 1734. É notório que, em um quadro geral, as regras eram aprovadas e regulamentadas e, no setor mineral de extração de diamantes, havia um processo de adequação às legislações. No conteúdo de ambos os editais, foi afirmado o reconhecimento de que estava ocorrendo a mineração fora dos terrenos da demarcação, “que dele fez, há alguns córregos, ribeiros, e rios, em que no tempo das capitações passadas se mineraram e acharam diamantes³⁶”, e ainda que “se pratique nele as ordens, que há, digo nele a mesma proibição, que há em todo o Distrito, e se observe todos os editais e bandos estabelecidos acerca dos diamantes; o hei por incluído no Distrito demarcado³⁷”.

É importante ressaltar que, desde os primeiros regimentos de Terras Minerais³⁸, as legislações encontraram resistência por parte dos minera-

35 – As lojas passaram de cinco para quatorze instalações e as vendas de nove para quinze. Cf.: CARRARA, Angelo Alves. Desvendando a riqueza na terra dos diamantes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, op. cit., p. 57-58.

36 – ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Edital 17 de junho de 1735*, op. cit., p. 122.

37 – *Idem*, p. 122.

38 – Aqui nos referimos ao 1º Regimento das Terras Minerais do Brasil, 15 de agosto de 1603, ao 2º Regimento de 08 de agosto de 1618, e as condições do Regimento de 27 de abril de 1680. Cf.: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Tomo 1. Regimentos I a XVI. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conselho Federal de Cultura, 1972. p. 299-311 e 313-320. LISBOA, Balthasar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação de cidade com a história civil e ecclesiastica, até a chegada d’el-rei Dom João VI, além de noticias topographicas, zoológicas e botânicas. Tomo II. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher, 1835, p. 256-260. LEME, Pedro Taques de

dores, que também eram detentores de poder político e econômico em um espaço ainda em formação. Então, de modo geral, a dimensão do discurso dos bandos, leis, alvarás, ordens, cartas, provisões, decretos, avisos e portarias caminhava sempre quando conveniente com o propósito de assistência, indispensável para ratificação ou remoção dos registros das legislações apresentadas anteriormente, ou até mesmo para a configuração de novos ordenamentos para a região. Nesse sentido, não podemos esquecer o papel que as câmaras municipais representavam. Na colônia, ficavam responsáveis pela disseminação de informações e administração das vilas e cidades, ou seja, procuravam operar estabelecendo convenientemente a governabilidade régia no ultramar, posto que dependia da colaboração entre o rei e os dirigentes locais. Consequentemente, uma série de atividades referentes às povoações eram requeridas, afinal, o poder de ação, frente à vida em sociedade, significava responsabilidade pelo zelo e implantação de arranjos para melhor estruturação do território³⁹.

E aqui, talvez, duas questões se apresentam, a primeira é relativa ao número de analfabetos na primeira metade do século XVIII, não podemos deixar de considerar essa parcela significativa da sociedade. Lembrando que, no período, poucas pessoas eram letradas e a circulação de livros era ínfima. Sendo assim, a cultura colonial tinha como particularidade a oralidade, ou seja, parte do que era escrito deveria ser falado, caso quisessem conseguir uma maior circulação entre a população⁴⁰. Portanto, os homens que escreviam eram formados em Portugal, as suas atividades intelectuais destinavam-se a um público específico, quando não faziam parte das necessidades da administração, assim como das dinâmicas reli-

Almeida Paes. *Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania*. São Paulo: Livraria Martins Editora S/A, 1976, p. 68-77.

39 – BASTOS, Rodrigo Almeida. O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n. sér. v. 20. n. 1, p. 202, jan.-jun., 2012. Cf. também: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, p. 26-30.

40 – COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. A educação no Brasil colonial (1549-1759). In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (Orgs.). *Fundamentos históricos da educação no Brasil*. 2 ed. revisada e ampliada. Maringá, 2009, p. 40-41.

giosas⁴¹. Do outro lado, no mesmo período, a incompreensão ou renúncia do texto legal produzido pela administração régia, que se coloca o tempo todo, por meio das normas, com objetivo de alcançar a sua efetividade no plano prático, revela um impasse existente no contexto.

Tendo em vista essas questões, a comunicação era primordial para recompor as regras, seja a linguagem escrita, produzida pela governança, e também a elaborada para que ocorresse uma transposição dos preceitos com o intuito de alcançar a população geral. Isto é, para que todos tivessem conhecimento da legislação, era mandado que se publicasse ao som de caixas nas localidades e áreas vizinhas, em seguida ocorria o registro nos livros da Intendência e na secretaria do Governo. Essa distinção, é preciso lembrar, não significava um melhor modelo para governar, mas indica códigos distintos de produção, com a tarefa de firmar o controle régio sobre o território conquistado.

De acordo com Pedro Cardim e Miguel Baltazar, a oralidade era um complemento à divulgação da via manuscrita ou mediante o recurso ao impresso, por esse motivo era divulgada nas ruas dos arraiais e das vilas, nos principais lugares das povoações. Ainda, conforme os autores, o recurso oral continuou por muito tempo desempenhando um papel importante na divulgação das normas régias, sobretudo por conta do que apontamos anteriormente, o número significativo de analfabetos. Assim, em alguns locais, os oficiais realizavam as leituras públicas das ordens determinadas para a região, o texto era lido em voz alta e poderia ser acompanhado por um instrumento musical, pelo som de uma trombeta, rufar de tambores⁴², como aparece na documentação do período,

para que venha a notícia de todos, e se não possa alegar ignorância, mando que este seja publicado a som de caixas nesta Vila, e no

41 – SOUZA, Antonio Candido de Mello e. Letras e ideias no Brasil Colonial. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I. Época colonial, vol. 2. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 106.

42 – CARDIM, Pedro; BALTAZAR, Miguel. A difusão da legislação régia (1621-1808). In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Orgs.). *Um reino e as suas repúblicas no atlântico*. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p.179.

arraial do Tejuco, *onde será fixado em lugar público*; e cópias dele assinadas pelo dito Desembargador Intendente mandará fixar na Vila do Príncipe, e arraiais circunvizinhos a demarcação dos Diamantes; e será registado nos livros da secretaria deste governo⁴³.

Durante o período em questão, a recepção e difusão das normas, na comarca do Serro Frio, dependia da dedicação do governador de capitania, assim como da responsabilidade da administração local, principalmente dos cargos de ouvidor de comarca e do Intendente dos Diamantes, que desempenhavam uma responsabilidade primordial na malha administrativa de regulação da extração de diamantes. E, como é possível observar, através dos bandos encaminhados para a localidade, os recursos de propagação da ordem régia poderiam variar, sendo utilizados modelos escritos ou simbólicos, na sua distribuição.

De uma forma geral, os acontecimentos nos levam a indicar que os ruídos na comunicação, diante das continuidades nas transgressões ocorridas na localidade em desacordo com os regulamentos, não são apenas consequência do número considerável de indivíduos que não tinham domínio da escrita, por esse motivo eram criados outros mecanismos para a popularização e difusão das regulações. Em função disso, não podemos confundir, mas sim considerar também como um possível fator, entre tantos outros, como uma desobediência legal proposital. Com efeito, não é a falta apenas da compreensão da população que continuava infringindo as regras, fazendo com que a Coroa buscasse reafirmar o seu controle efetivo, este suposto pode ser a imperiosidade da lei em contraste com os interesses individuais, ou de um grupo, que não estavam dispostos a obedecer as ordens legais inseridas nesta região. Posto isto, o social não é algo dotado de propriedades, com categoriais prontas, mas é um conjunto de inter-relações dentro de configurações em constante adaptação, onde as experiências dos atores e suas redes de relações têm grande importância ante o jogo das estruturas⁴⁴.

43 – ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Bando de 23 de abril de 1738*, *op. cit.*, p. 125. Grifo meu.

44 – REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.).

Esse movimento divergente se fez acompanhar pela publicação do bando de 23 de abril de 1738, agora assinado pelo novo governador, Gomes Freire de Andrada. Logo, tornou-se necessário reiterar, mais até do que recordar, à medida que buscou o curso da produção legislativa anterior para a extração de diamantes, no sentido de inserir novos elementos regimentais, que seriam aprovados e regulamentados na região do Serro Frio. Em seguida, impuseram tarefas que buscassem enfraquecer uma questão arraigada, que a administração das minas experimentava e não era uma novidade no cotidiano da localidade: a extração vetada de diamantes e a compra ou venda de diamantes através do comércio ilegal. Assim, seriam feitas “diligências para impedir, e remover qualquer presunção de extrair diamantes na comarca do Serro do Frio, e seria de grande embaraço para o seu exame, e averiguação terem na dita comarca algumas pessoas ainda tirando diamantes do tempo das capitações⁴⁵”.

Nesse sentido, o Intendente da extração dos diamantes, Rafael Pires Pardinho deveria fazer a averiguação com o propósito de confiscar as pedras que não estavam registradas, ainda que os negociantes pudessem e quisessem alegar que a extração ocorreu antes da proibição da exploração. Na tentativa de regularizar, toda a pessoa, independente da qualidade e condição social, que possuísse diamantes brutos, em pouca ou muita quantidade, tinha a obrigatoriedade de mandá-los, no tempo de três meses, para a Intendência. Desta forma, seria feito o registro da pedra preciosa, com informações do seu número, peso e qualidade e, mais tarde, embrulhavam e lacravam o mineral e armazenavam no cofre da administração. Após o procedimento, era feita a autorização para que os donos pudessem executar a sua venda. Os possíveis compradores poderiam marcar o dia e horário para verificar os diamantes disponíveis, e a visitação ocorria somente com a presença dos proprietários ou dos seus procuradores. Através destas condutas, davam início à negociação, podendo abrir e fechar o embrulho que selava os diamantes; era autorizado

Jogos de escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 26-32.

45 – ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Bando de 23 de abril de 1738, op. cit.*, p.124.

também que as pedras preciosas saíssem da comarca, caso houvesse guias assinadas pelo Intendente e o seu escrivão.

Ao passo que não se realizasse acatamento destas regras, ou seja, passando tempo de três meses sem apresentar o metal precioso ao Intendente responsável pela averiguação, todos os diamantes que não estivessem registrados na comarca eram confiscados para a Real Fazenda, metade do valor da apreensão seria direcionado para os oficiais de justiça e soldados que descobrissem e denunciassem. O regulamento impunha punições aos indivíduos infratores consoantes aos apontados no bando de 19 de julho de 1734, além disso, qualquer denúncia seria sempre bem-vinda, em sigilo qualquer acusação era recebida pela administração da extração que impunha correções “contra os transgressores destes bandos, e provando-os, haverá os denunciante também em segredo a terça parte do valor dos diamantes, e bens, que se confiscarão aos denunciados⁴⁶”. Quanto aos escravizados que fizessem a denúncia dos seus proprietários, “provando-se lhe culpa, por que seja condenado em qualquer dos referidos casos deste, e aquele bando, mandará o dito desembargador Intendente passar carta de alforria em nome de Sua Majestade, assinada por ele⁴⁷”.

Por certo, posterior ao bando de 23 de abril de 1738, encontramos para a localidade um caso de denúncia feita no dia 21 junho de 1758⁴⁸. Na ocasião, o escravizado chamado Lourenço, Nação Angola, acusou para a Intendência dos Diamantes o seu proprietário, Nicolau Rodrigues Cruz, por extraviar noventa e seis pedras de diamantes introduzidos dentro de

46 – *Idem*, p. 124.

47 – *Ibidem*, p. 124-125.

48 – Cumpre destacar o fato de que, no dia 11 de agosto de 1753 foi promulgado um alvará que dispunha da mesma característica do bando de 23 de abril de 1738. Nesse sentido, como produzido na legislação mineral de 1738, a norma, na tentativa de alcançar a eficácia da lei, procurou receber as denúncias em segredo, “como se pratica no fisco dos ausentes; e que, sendo os denunciante escravos, se libtem pela competente parte do prêmio da denúncia; entregando-se lhes o resto para deles usarem, como bem lhes parecer (art. 3)”. Portanto, podemos considerar a aproximação entre as regulamentações com o objetivo de estimular denúncias buscando almejar o controle e a estabilidade sobre a exploração dos metais preciosos. Ver: SILVA, Antonio Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações, 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 161-164.

dois pães, onde entregaria ao seu irmão, Luiz Rodrigues Cruz. Conforme estabelecida pela legislação mineral, a execução da sentença respeitava a mescla de distribuição do valor dos diamantes entre a Fazenda Real e o denunciante, consequentemente pelo acusador ser escravizado existia a possibilidade de alforria.

Dada razão oficial, e não naquelas que cada uma das como particular, porque nestas é a certo leais acusatório como e reputado no presente caso, o denunciante que deu a denúncia que produziu contra o réu, seu senhor, para em verdade ela mesma *haver além da pena pecuniária* que a lei reaplica, ou em *estimável prêmio da liberdade*⁴⁹.

Neste caso particular, os escravizados que testemunharam e serviam como força de trabalho para o réu na extração mineral “com quem tinham particular amizade⁵⁰”, asseguravam que era desengano de Lourenço, ainda deram assertiva de que, “resulta uma veemente presunção de que o denunciante tinha ideia de como o havia de conseguir a liberdade⁵¹”. A mesma ação de desqualificar a queixa foi feita por alguns moradores da região, por não terem conhecimento que o réu comercializava diamantes de forma ilegal. A principal justificativa para a denúncia entregue por Lourenço se baseava nos castigos recebidos pelo seu proprietário, assim sendo, “para conseguir a liberdade que pretendia por não querer mais servir ao réu⁵²”, declarou os diamantes comercializados de forma ilegal por seu proprietário.

Com efeito, pelas testemunhas conseguirem provar a legalidade necessária do réu no Arraial do Tejuco, Nicolau foi solto da prisão e absolvido da culpa que tinha sido acusado por Lourenço, “porém que não tornará mais adentrar dentro da demarcação das terras diamantinas de baixo da pena de degredo de dez anos para o reino de Angola⁵³”. Ademais, como o denunciante não tinha dinheiro, por ser escravizado, Nicolau Rodrigues

49 – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU), Rio de Janeiro, Cx. 62, Doc. 5935. Grifo meu.

50 – *Idem*.

51 – *Idem*.

52 – *Idem*.

53 – *Idem*.

Cruz foi obrigado a pagar os custos da sua condenação, como também deveria a fazer a venda do escravizado “pelo justo valor de sorte, que não retorne mais ao seu poder⁵⁴”. Na inspeção das pedras preciosas, ocorrida em março de 1761 na cidade do Rio de Janeiro, o Intendente Geral, João Tavares de Abreu, o tesoureiro, Alexandre de Faria e Silva, e o procurador do contrato de diamantes, João Carneiro da Silva, constataram que das noventa e seis pedras denunciadas, oitenta e quatro eram diamantes, pesavam aproximadamente quatro oitavas e meia e sete grãos. Assim, fizeram embrulhos separando as pedras preciosas das comuns para serem entregues ao comandante da frota, Antônio Pereira Borges, que ficava responsável pelo envio para a cidade de Lisboa.

Do quadro esboçado, o que pode ser retido de todo esse conjunto quando confrontado com o bando de 23 de abril de 1738, que abrangia os moradores negros na região do Serro Frio, verifica-se que, na maior parte dos casos, as ações não se desprendiam assim tão naturalmente. Como era de se esperar, em uma sociedade de Antigo Regime, as instituições eram mais complexas, visto que o aparato estatutário ou jurídico, que viabilizava legalmente a norma na prática, considerava as hierarquias sociais. Para tanto, a maioria dos escravizados eram cerceados pela lei e pelos costumes, assim mantinham-se na base da hierarquia, na circunstância mais adversa desta sociedade, na qual a honra refletia a qualidade social e, portanto, na condição de escravizado, era impedido de alcançar algum tipo de status, a não ser, com mais possibilidades dentro do próprio grupo⁵⁵.

Nesse sentido, o ato administrativo e jurídico em denunciar os potentados locais, caso estivessem envolvidos no comércio ilegal de diamantes, por parte dos escravizados, era uma iniciativa muito arriscada. A dimensão da acusação evoca um primeiro plano, um ato figurativo, um mecanismo utilizado pela administração como forma de aproximação e imposição de medo, visto que o escravizado é o sujeito que divide o co-

54 – *Ibidem*.

55 – SCHWARTZ, Stuart B. Uma sociedade escravista colonial. In: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 210-215.

tidiano com o seu senhor. Contudo, no plano prático, a relação do negro cativo e o seu senhor é mais estreita e tangível, sobretudo quando confrontado com o vínculo do escravizado e a administração colonial, como podemos perceber no documento as testemunhas que eram escravizadas declararam a favor do seu proprietário.

Sendo assim, é preciso atentar-se também que o ato de denunciar, como o que foi comunicado pelo escravizado Lourenço, não necessariamente implica que a acusação feita promoveria ganhos, como a alforria, e muito menos que seria garantia de tranquilidade e isenção das violências no dia a dia da sociedade colonial. Aqui, talvez, compreendendo o desfecho da denúncia feita por este escravizado, podemos constatar que, a condição mais favorável dentro de um contexto marcado por castigos, foi o afastamento de Nicolau Rodrigues Cruz. Entretanto, não se tratou da sua liberdade, a venda para outro proprietário não fornecia nenhuma garantia de segurança. Já para a administração do Distrito Diamantino, todo o movimento fazia parte de ações administrativas dentro da legislação mineral buscando alcançar um controle mais eficaz no âmbito da mineração. Nesta esteira, por meio da denúncia efetuada pelo escravizado Lourenço, conseguiram impedir a circulação de um potencial transgressor nas terras minerais.

Retomando a discussão anterior, as regulamentações implementadas pelo Estado português, a inflexibilidade na extração dos diamantes e o fechamento do Distrito Diamantino, estabeleceram tentativas para que as normas fossem cumpridas de algum modo. Sendo assim, apesar das adversidades encontradas nas ações administrativas no período, podemos observar que aos poucos os rendimentos sobre a exploração dos metais preciosos foram reiterados, o escoamento de diamantes na localidade foi diminuindo e o preço no mercado europeu começou a crescer, em torno dos anos de 1736 e 1737⁵⁶. O que permaneceu foi apenas o comércio ilícito praticado na comarca do Serro Frio, as atividades ilegais eram uma prática social constitutiva e formadora da sociedade colonial, contempla-

56 – BOXER, Charles. *A Idade do Ouro do Brasil*: dores do crescimento de uma sociedade colônia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 232.

va diferentes grupos sociais, de membros da elite a escravizados, estava ligado à natureza das inter-relações pessoais que organizavam o funcionamento das hierarquias e o poder político⁵⁷.

Em 19 de janeiro de 1739, foi publicado um edital, autorizando os mineradores a entrarem em suas lavras e, deste modo, em conformidade com a ordem, puderam retomar as atividades de extração em suas terras. A organização do governo promovia o empreendimento, ao mesmo tempo em que ensaiava a reabertura da exploração de diamantes, que ocorreu sete meses depois da permissão destinada aos mineiros. Por sua vez, muitas pessoas tinham se retirado da comarca do Serro Frio, na época em que foi proibida a exploração, e formado o Distrito Diamantino. A maioria dos indivíduos saiu em busca de melhores condições de vida em outras áreas, dado que as concessões e a possibilidade para minerar nesse período de depressão econômica eram ínfimas. Por esse motivo, após a divulgação do edital, foram promovidas vias “para que venha a notícia de todos, declaro, que no fim do mês de abril, tempo próprio para a abertura daquela mina⁵⁸”.

Considerando os procedimentos citados, trata-se mais do que a constatação de que existia uma adequação entre as tentativas de tocar as experiências comuns da administração colonial, a governança fazia um esforço consciente e fundamental para reabrir as lavras de diamantes, ocupar novamente e reconquistar a confiança dos mineradores, exatamente por isso, pois era o parâmetro da validade político-administrativa da Coroa portuguesa na exploração. Assim, uma vez que atingiu o equilíbrio do valor dos diamantes no mercado europeu, na comarca do Serro Frio, a reabertura da extração de diamantes foi ordenada por meio da difusão do bando de 26 de agosto de 1739 e, foi assim, que iniciaram novamente a exploração das minas de diamantes “na forma mais conveniente e regular, se acha ajustada por companhia a extração deste precioso gênero, e de-

57 – CAVALCANTE, Paulo. *Negócio de Trapaça*: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750). São Paulo: Hucitec, 2006, p. 47-89.

58 – ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Edital de 19 de janeiro de 1739*, op. cit., p. 125.

marcadas no rio Jequitinhonha as partes, em que os novos contratadores podem trabalhar⁵⁹”.

Ao contrário da execução feita pela administração das minas anteriormente, que considerava a capitação anual por cada escravizado que trabalhasse na extração de diamantes, medida que gerou muitas indefinições no ordenamento da comarca do Serro Frio, devido à constante alteração nos valores da tributação, a partir de então, de acordo com as decisões régias, a exploração dos diamantes passou para a responsabilidade das companhias particulares, na tentativa de assegurar os rendimentos referentes à mineração. A questão central para a administração das minas era empenhar-se para assegurar a reabertura da exploração de diamantes com solidez. Desse modo, pressupunham que seriam acordos temporários entre a Coroa portuguesa e particulares, e tinham prazo determinado para o início e fim, bem como a fixação prévia de seus valores⁶⁰, isto é, criar novos meios de conter e fiscalizar as atividades que contrariavam, de algum modo, os desígnios régios e o bem comum. Por consequência, foi estipulado que a primeira arrematação e os novos contratadores comessem o trabalho na exploração em 1 de janeiro de 1740⁶¹.

No âmbito da administração, tal estratégia estava influenciada por muitas inquietações, por conta da vivência experimentada pela capitação

59 – ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Bando de 26 de agosto de 1739*, op. cit., p. 125. Cf. também: INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Revista trimensal de História e Geographia, jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, n. 21, Tomo sexto. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1844, p. 296.

60 – ELLIS, Myriam. Comerciantes e Contratadores do Passado Colonial. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: USP, p. 97-122, 1982.

61 – O sistema de contrato perdurou até o ano de 1771. A partir dessa data, a Coroa portuguesa voltou a monopolizar a extração dos diamantes, lançando o sistema da Real Extração, que possuía regimento e legislação específicos, o chamado Livro da Capa Verde. Quanto aos contratos, o primeiro e o segundo foram assinados por João Fernandes de Oliveira em associação com Francisco Ferreira da Silva, entre 1740 a 1747. O terceiro foi acordado por Felisberto Caldeira Brant, Conrado Caldeira Brant e Alberto Luís Pereira, de 1749 a 1753. O quarto foi novamente arrematado por João Fernandes de Oliveira, entre 1753 a 1758. Posteriormente, o seu filho homônimo assumiu a responsabilidade de 1759 a 1771, somando seis contratos durante a vigência do sistema.

entre 1729 a 1733 e, conseqüentemente, a proibição da exploração de diamantes no ano de 1734. Nesse sentido, foi conveniente o bando de 26 de agosto de 1739 mandar garantir a segurança “tanto da nova companhia, como a do Distrito demarcado em Real Fazenda, se tomem as providências necessárias a embarçar a desordem, e confusão, a que antigamente chegou este arraial e mais Distrito⁶²”. Além disso, houve alteração dos limites da demarcação, isto é, uma nova configuração do Distrito Diamantino, contudo, permaneceram as mesmas ordens e penas, conforme estabelecidos nos bandos anteriores para as pessoas que extraíssem diamantes, sem autorização, dentro dos limites exigidos⁶³.

[...] e também por me achar informado, que fora das terras até ao presente proibidas se tem achado Diamantes; ordeno, que de hoje em diante fique a demarcação na forma seguinte. Do arraial de São Gonçalo linha reta as cabeceiras das três barras, e delas ás do rio da Paraúna todo o rio abaixo até onde nele entra o ribeirão da Arraia, de cuja barra se seguirá a demarcação, linha reta a barra que do rio Pardo pequeno faz no rio Pardo Grande no sitio chamado da Forquilha, e pelo rio Pardo Grande, acima de suas cabeceiras, irá linha reta ás do rio Inhaí, e por ele a baixo até ao Jequitinhonha, cujo rio em toda a parte desta Capitania fica proibido; e da barra do Inhaí até a barra do Caeté-mirim voltará a demarcação pelo Jequitinhonha acima até de frente do arraial do Rio Manso, donde irá demandar as cabeceiras do Jequitinhonha do Campo, e delas ás do Jequitinhonha do Mato, continuando as do rio Capivari, donde irá fechar a demarcação no mesmo arraial de São Gonçalo⁶⁴.

62 – ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Bando de 26 de agosto de 1739*, *op. cit.*, p.125-126.

63 – *Idem*, p. 126.

64 – *Idem*, p. 126.

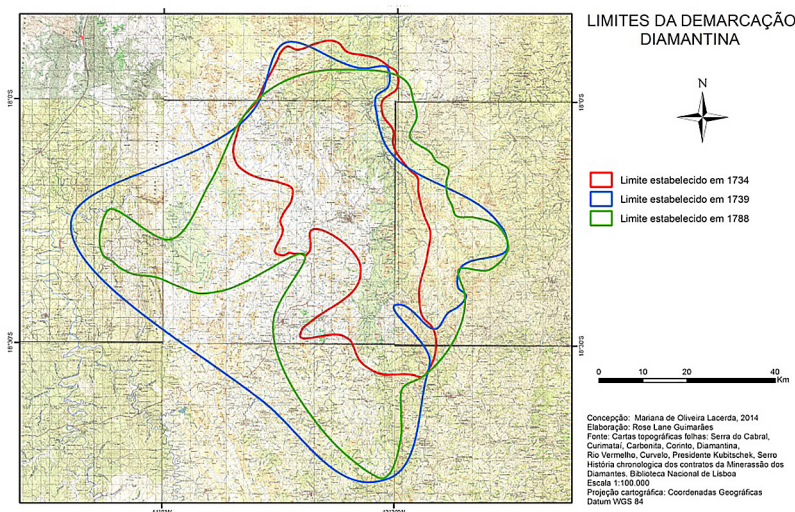


Figura 3. Limites da Demarcação Diamantina, 1734 (contorno vermelho), 1739 (contorno azul) e 1788 (contorno verde). Extraído de LACERDA, Mariana de Oliveira. *Paisagem da Terra dos Diamantes: passado e presente a favor de uma reflexão prospectiva*. vol., 1. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014, p. 107.

Nesse cenário, no campo administrativo, deu-se alguns acréscimos na regulamentação. Para coibir o número excessivo de escravizados que trabalhavam na mineração das companhias, foi estipulado seiscentos escravizados para prestarem serviços na exploração mineral e, se houvesse denúncia de “um ou mais negros da dita companhia, mostrando que trabalham, ou trabalharam nos serviços, ou fora deles, lhe será o escravo, ou escravos, denunciados e entregues⁶⁵”. Em termos mais particulares, o bando de 26 de agosto de 1739, assim como a ordem 19 de julho de 1734, determinava a possibilidade de degredo do escravizado. Caso a infração fosse permitida e cometida pelo caixa ou administrador da extração, no formalismo do regulamento, haveria a perda do cativo e o governo colocaria os responsáveis a pagarem uma “duplicapitação⁶⁶”, ou seja, a im-

65 – *Ibidem*, p. 126.

66 – Percebe-se assim que foi instituído que metade do valor seria destinado para a Real Fazenda, e a outra parte para o denunciante e, caso a constatação do número superior de

portância de quatrocentos e sessenta mil réis por cada escravizado posto a mais para trabalhar na mineração de diamantes⁶⁷.

Portanto, essa lógica fundamentava um novo sistema para extrair diamantes e medidas que transformariam o cotidiano, a organização do trabalho e as relações no Distrito Diamantino. Conforme observa-se, o direito de minerar e o acesso exclusivo à exploração das lavras foram concedidos apenas aos mineradores, atrelados à companhia, determinavam a força de trabalho, em sua maioria, de negros escravizados. Por esse motivo, como destacou Júnia Furtado, não podemos ignorar o fato do número de escravizados alugados pela companhia, para servir no trabalho pesado da mineração de diamantes. Segundo a autora, nos registros de óbitos, consta um número considerável de mortes de cativos alugados pela companhia arrematante do contrato, quase sempre ocasionadas por acidentes no local de trabalho⁶⁸.

escravizados se desse nas vistorias, pelo oficial da Intendência ou nas averiguações dos cabos e soldados de dragões ocorridas na demarcação, a outra parcela era remetida para estes oficiais régios. Vale ainda lembrar que, em relação ao Intendente dos Diamantes, era obrigado a tirar devassa a cada ano, e deveria deixar a diligência sempre aberta em ocorrência de fraude sem ser por denúncia, além de receber o escravizado e a “duplicapitação” em benefício da Real Fazenda. Ver: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Bando de 26 de agosto de 1739, op. cit.*, p. 127.

67 – A restrição de homens negros escravizados para trabalhar na exploração das lavras de diamantes ocasionou grandes divergências durante o período de vigência do sistema de contrato, sendo motivo de contestação por parte dos contratadores, notadamente pelo número de seiscentos escravizados que não conseguiriam alcançar o esperado na extração anual, de oito a dez mil quilates de diamantes, que eram vendidos na Europa, no valor entre duzentos a trezentos mil cruzados. Com esse número de cativos trabalhando nas lavras, a capitação deveria entregar entre quarenta a cinquenta mil réis por cada homem escravizado que trabalhava na exploração. Ademais, o contrato exigia condições a serem cumpridas por conta das grandes despesas da arrematação, assim deveria ser regulado com seiscentos negros destinados apenas para extração de diamantes, porém, além desse número, entre quatro a cinco mil escravizados, às vezes mais, de acordo com o regulamento do contrato, foram permitidos para executar outros tipos de serviços fora da demarcação. Cf.: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Parte 1ª, op. cit.*, p. 22-23.

68 – FURTADO, Júnia Furtado. *Chica da Silva e o Contratador dos Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 2010.

De fato, como chamou atenção Régis Quintão, as condições de trabalho nas regiões mineradoras eram difíceis e insalubres, sob a fiscalização dos feitores existia muita negligência, acarretando muitas vítimas no serviço de mineração, o contato com a água em baixa temperatura, a inclinação do corpo na lavagem dos cascalhos, a radiação solar por um longo período, as variações de temperatura, as picadas de insetos e acidentes por animais peçonhentos, além dos ferimentos ocasionados no trabalho durante o dia a dia, seja no manuseio das ferramentas ou no deslocamento dentro da demarcação, foram condições prejudiciais que atingiam majoritariamente a população negra escravizada⁶⁹.

Neste bando ainda, é revalidado o mesmo teor de uma norma experimentada anteriormente⁷⁰, o de examinar os negros e negras alforriados que estavam na área do Distrito, “os ofícios, ou empregos de que vivem, e aqueles que lhe constar não terem outra vida, que a desordem de seu procedimento os faça sair fora das terras demarcadas⁷¹”, ainda, de acordo com o bando, caso tivessem trabalho “possam ser reputados como quaisquer outros moradores⁷²”. Aqui, a administração não considerava o comércio feito por mulheres negras forras, pois não havia autorização para que “haja venda alguma administrada por negra e as que trouxerem tabuleiros vendendo no arraial não poderão passar a vender nas lavras e faisqueiras⁷³”. Com efeito, a região do Serro Frio, após a reabertura da exploração de diamantes, se traduziu no distanciamento dos escravizados, forros e de indivíduos, que não estavam atrelados às companhias

69 – QUINTÃO, Régis Clemente. Cultura material e trabalho nos serviços de mineração do Distrito Diamantino (Minas Gerais, século XVIII). Estudos de Cultura Material/ Dossiê. São Paulo: *Anais do Museu Paulista*. vol. 26, 2018, p. 11.

70 – No dia 9 de janeiro de 1732, por meio do bando publicado, o governador, D. Lourenço de Almeida, autorizava expulsão de negros e negras forros que permaneciam na comarca do Serro Frio. Cf.: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Sobre o descobrimento dos diamantes na comarca do Serro frio. Primeiras Administrações. Sobre o despejo e confisco nos terrenos diamantinos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 7, vol. 1, p. 275-276, 1902.

71 – ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Do Descobrimento dos Diamantes, e Diferentes Methodos, que se tem praticado na sua Extração. *Bando de 26 de agosto de 1739*, *op. cit.*, p. 128.

72 – *Idem*, p. 128.

73 – *Idem*, p. 128.

minerais, para fora das áreas sinalizadas, além disso a proposta da norma estabelecia.

não possa assistir nas terras demarcadas pessoa alguma, que não tenha ofício ou cargo, cujas pessoas vulgarmente se chamam traficantes; e as que ao presente se acharem neste arraial, ou nas Minas, digo ou nas mais partes das terras demarcadas⁷⁴.

Como instrumento que almejava o controle mais eficaz sobre as terras diamantinas, ao final do segundo mês após a publicação do bando, quem fosse encontrado dentro da demarcação, pela primeira vez, pagaria da cadeia cem oitavas de ouro e, em seguida, era exilado para fora da capitania, caso fosse em uma segunda ocasião, “Ihe assentará praça para a Nova Colônia, Rio Grande ou Ilha de Santa Catarina⁷⁵”. Dessa data em diante, ainda era mandado que se examinassem todas as pessoas que entrassem novamente no Distrito Diamantino, com exceção desta revista às pessoas que fossem à Intendência capitar os seus escravizados. As novas pessoas que chegassem nessa região tinham a obrigação de se encaminhar até a Intendência no período de seis a oitos dias, assim o Intendente fazia o registro do ofício, negócio ou dependência que motivava o deslocamento para a comarca do Serro Frio. Posteriormente, eram examinadas e, quem sabe, autorizadas por licença a residir na localidade; contudo, existindo ausência de justificativa, seriam consideradas como traficantes.

Verifica-se que a sociedade que se organizou no Distrito Diamantino era marcada pela desigualdade entre os indivíduos, nesse contexto, o lugar-comum de escravizados e forros era o da subalternidade, por mais que houvesse tentativas de negociação e resistência, a conjuntura social e econômica arquitetava-se em manter os privilégios e as hierarquias sociais, onde estes sujeitos seriam a base para funcionamento desta sociedade, assim como, em muito menor escala, a população local, despossuída de status, que também não tinha acesso livre à riqueza, porém, poderia contornar essa situação mediante a obtenção do direito de explorar os rios que se comprovassem exclusivamente auríferos, ou através do alu-

74 – *Idem*, p. 127.

75 – *Ibidem*, p. 127.

guel dos seus escravizados para os contratadores, assim como poderiam embrenhar-se com mais facilidade na exploração ilícita dos diamantes na região demarcada⁷⁶.

Todas as disposições salientadas no texto se enquadram no espaço interpretativo, onde o anseio do Estado português em auferir maior produtividade nas lavras colaborava na organização do sistema, e dos modos de minerar e se comportar na extração dos diamantes. No entanto, conforme destacou Laura de Mello e Souza, a administração portuguesa, na região de Minas Gerais, durante o século XVIII, apresentava os seus aspectos contraditórios. As ambiguidades das práticas políticas e administrativas adotadas nas localidades eram perpassadas por uma linha tênue, entre a suavidade e a rigidez⁷⁷. De acordo com Pedro Cardim, as inclinações centralizadoras sempre coexistiram com outras forças, estas, por sua vez, apontavam no sentido de descentralização política e da manutenção da pluralidade de polos de poder. Dessa forma, o processo de centralização percorreu um caminho descontínuo, com muitos avanços, todavia também com inúmeros recuos, diante dos interesses de indivíduos ou grupos, como também de outras formas de auto-organização social⁷⁸.

Em relação aos processos que deram o encerramento e a reabertura da exploração de diamantes na década de 1730, podemos afirmar que era impossível delinear um plano assertivo que não passasse por reformulações, seria o mesmo que dizer que a sociedade em questão era inerte, ao mesmo tempo que as ordens também não eram. Sendo assim, podemos apontar que, os limites foram postos dependente às realidades materiais cotidianas, isto é, conforme a atividade mineral se tornava um negócio consolidado na região e as demandas fossem aparecendo, com o decorrer

76 – FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*, *op.cit.*, p. 210.

77 – SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 30-31.

78 – CARDIM, Pedro. Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime. Lisboa: *Instituto de Defesa Nacional*, 2ª série, nº 98, p.131, 1998.

do tempo, nos interesses múltiplos da dinâmica político-econômica para a exploração dos terrenos diamantinos.

Considerações finais

A governabilidade na comarca do Serro Frio foi processual, na tentativa de controle da área demarcada, as medidas apresentavam-se em um movimento constante que era flexível, conforme vários outros elementos foram atribuídos ao estatuto mineral, a saber, os novos achados de pedras e metais preciosos, o aumento populacional, o caráter estrutural da escravidão, os interesses da Coroa portuguesa e das populações do território, entre outros. As mudanças da sociedade se refletiam nos ordenamentos, de natureza diferente, as determinações da governança incidiam nas relações sociais, todas estas levaram à uma reorganização do aparelho administrativo nas atividades minerais, como sucedeu nos anos de 1734 a 1739.

Obviamente, examinando o contexto da mineração na comarca do Serro Frio, podemos considerar que a configuração da ordem procurava encontrar as suas debilidades dentro do próprio sistema perante o corpo social, desta forma podiam se dispor a redirecionar, recriando ou reafirmando as regulamentações para a localidade, com o propósito de punir os transgressores e os comportamentos considerados desviantes pela administração colonial. Com isso, revela-se que o objetivo da administração, enquanto organização, e não considerando os sujeitos inseridos nos cargos, que também poderiam estar envolvidos em práticas ilícitas, seria se inteirar das diligências jurídicas para estruturar o território e auferir maiores benefícios na mineração.

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação em abril de 2021.

ARCADISMO E RELIGIOSIDADE NA CASA DA ÓPERA DE VILA RICA: O CASO DA ENCENAÇÃO DE *SÃO BERNARDO*, DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA, EM 1770¹

ARCADIANISM AND RELIGIOSITY AT THE VILA RICA OPERA HOUSE: THE STAGING OF THE DRAMA *SÃO BERNARDO* BY CLÁUDIO MANUEL DA COSTA IN 1770

MARIANA FRANÇA SOUTTO MAYOR²

Resumo:

O trabalho pretende investigar a encenação da obra *São Bernardo*, do poeta Cláudio Manuel da Costa, na Casa da Ópera de Vila Rica, em 1770, durante a temporada de inauguração do prédio teatral. A partir de aspectos da construção do próprio teatro, seus principais agentes, assim como de episódios históricos de Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, o texto busca reconstituir os imaginários em tensão do período, envolvendo a expulsão dos jesuítas da América portuguesa, em 1759, e a figura do Frei Manoel da Cruz, bispo de Mariana. Como não há vestígio do texto teatral até o momento, a pesquisa procura relacionar as ligações de seu autor com o teatro recém-construído, as motivações de sua escrita, associando-a a outras obras dramáticas, e à presença de textos de temática religiosa no teatro setecentista.

Palavras-chave: Casa da Ópera de Vila Rica; Cláudio Manuel da Costa; Jesuítas; Minas Gerais.

Abstract:

The paper aims to investigate the staging of the drama São Bernardo by the poet Cláudio Manuel da Costa at the Opera House of Vila Rica in 1770, during the opening season of the theater. We first analyse aspects such as the construction of the theater itself, its main agents as well as historical episodes in the state of Minas Gerais in the second half of the 18th century. Secondly, we seek to recreate the imaginaries in tension at the time involving the expulsion of the Jesuits from Portuguese America in 1759, and the figure of Manoel da Cruz, bishop of Mariana. Since the theater text cannot be traced, we attempt to retrace the connections between the author and the newly constructed theater, his motivation for writing the drama, linking it to other dramatic works, and to the existence of texts with religious content in the 18th century theater.

Keywords: Opera House of Vila Rica; Cláudio Manuel da Costa; Jesuits; Minas Gerais.

Em 6 de junho de 1770, dia de aniversário d'El Rei D. José I, a Casa da Ópera de Vila Rica abriu suas portas pela primeira vez aos espectadores da capitania mineira. Construída em um terreno em declive na rua de Santa Quitéria pelo coronel e contratador João de Souza Lisboa, a casa de espetáculos seguia o padrão arquitetônico dos teatros públicos por-

1 – Agradeço aos professores Adalgisa Arantes Campos, Iris Kantor, Laura de Mello e Souza, João Adolfo Hansen, Sérgio Alcides e meu orientador de doutorado, Sérgio de Carvalho, pelos apontamentos no desenvolvimento desta pesquisa.

2 – Universidade de São Paulo. E-mail: marianasoutto@gmail.com.

tugueses setecentistas e localizava-se a poucos metros da construção da monumental Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

Naquelas terras inóspitas, cuja formação arrivista e violenta organizou uma sociedade complexa em torno da mineração, a existência de um prédio teatral indicava mudanças de padrões artísticos e sociais. Uma nova cultura urbana estruturava-se em torno de uma elite letrada, entre ares aristocráticos e burgueses, saudosa dos anos vividos em Portugal. Esses homens liam Ovídio, Horácio, Petrarca, Sá de Miranda, Boileau, Muratori e Voltaire, frequentavam festas no Palácio do Governador, eram membros de irmandades religiosas, e tinham negócios e investimentos em contratos, lavras de terras, escravizados, assumindo postos da administração pública.

A iniciativa particular de Souza Lisboa, que desembolsou cerca de 16 mil cruzados para a edificação³ foi motivada por uma combinação de fatores, envolvendo interesses próprios e determinações políticas. O contratador aliava gosto pessoal por práticas artísticas ao desejo de investir na cultura como capital simbólico. Ao mesmo tempo, houve uma ordenação por parte do governador geral da capitania, José Meneses de Castelo Branco e Abranches, o Conde Valadares, fazendo do teatro parte de um projeto cultural mais amplo em desenvolvimento⁴. Duzentos e cinquen-

3 – CARTA enviada a João Baptista de Carvalho, residente em Lisboa, em 31 de julho de 1770 sobre a construção da Casa da Ópera que lhe havia sido encarregada e a compra de materiais necessários para o funcionamento da mesma. Belo Horizonte, APM, CC 1206, fl. 2v e 3.

4 – No dia 31 de julho de 1770, João de Souza Lisboa enviou uma carta a um de seus agentes na colônia, o alferes João Batista de Carvalho. No texto, após uma longa descrição de afazeres, negócios e contas, o coronel dá a seguinte informação num pequeno parágrafo ao final da carta: “[...] estou aqui encarregado de huma Casa de Opra que me mandaram fazer e a fiz que me chegou a dezasseis mil cruzados e agora não tenho mais remédio que suprir com o que he preciso para ella.” CARTA enviada a João Baptista de Carvalho, residente em Lisboa, em 31 de julho de 1770 sobre a construção da Casa da Ópera que lhe havia sido encarregada e a compra de materiais necessários para o funcionamento da mesma. Belo Horizonte, APM, CC 1206, fl. 2v e 3.

A informação de que “mandaram fazer” uma Casa da Ópera, sugere que o empreendimento de João de Souza Lisboa estava subordinado a determinações superiores a ele. Foi o filólogo português Manuel Rodrigues Lapa, um dos primeiros estudiosos da Casa da Ópera de Vila Rica quem revelou a possibilidade de a construção do teatro ser uma “im-

ta anos depois, o prédio é considerado o mais antigo em atividade na América Latina.



Casa da Ópera, na atual cidade de Ouro Preto.
Acervo pessoal da pesquisadora Rosana Marreco Brescia.

Quando de sua inauguração, em 1770, João de Souza Lisboa ainda organizava a forma de funcionamento de seu espaço teatral. Tendo como referência os modos de produção das casas de espetáculos lisboetas portuguesas da segunda metade do século XVIII, como o Teatro do Bairro Alto, ou o Teatro da Rua dos Condes, o contratador arrendaria o prédio para administradores/empresários coordenarem um repertório representado por companhias de artistas, em temporadas teatrais, viabilizadas pela cobrança de ingressos e aluguel de camarotes.

posição do Governador”, no caso, seria o nobre D. José Luis de Meneses Castelo Branco e Abranches, o Conde de Valadares. LAPA, Manuel Rodrigues. *A Casa da Ópera de Vila Rica*. In: Suplemento Literário do Jornal Minas Gerais, 20 de janeiro de 1968, p. 5.

Apesar da ordenação, Souza Lisboa até a sua morte, em 1778, manteve-se próximo aos administradores de seu teatro, auxiliando na organização de repertório de peças, contratação de artistas, e mobilizando conhecidos para frequentarem a casa de espetáculos, na qual tinha um camarote fixo. Para uma análise detalhada: MAYOR, Mariana França Souto. *Espectáculo disforme: o trabalho teatral da Casa da Ópera de Vila Rica (1769-1793)*. Tese (Doutorado em Teoria e Prática do Teatro). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020, 265p.



Interior da Casa da Ópera. Fotografia da autora (2019).

Na documentação do Arquivo Público Mineiro, intitulada *Cartas de um contratador*, há uma série de escritos do coronel comentando sobre os planos para seu teatro, entre projetos, angústias e incertezas. Nessas cartas, Lisboa relata sobre as dificuldades para contratação de atores e músicos, estratégias para atrair público, precariedade na aquisição de repertório, roubo de partituras e possibilidades de encomendas de textos. Por essas fontes, pode-se pensar que um mercado teatral ainda estava longe de ser constituído, fazendo com que as categorias de regularidade, profissionalização e autonomia fossem instáveis naquela realidade.

Para a temporada de estreia da Casa da Ópera, no primeiro ano de seu funcionamento, ainda sob responsabilidade de João de Souza Lisboa, sabe-se que algumas peças e libretos foram representados, como *José no Egito*, do italiano Metastasio, autor modelar para os árcades setecentistas; *São João de Pomucena* e *Oratória a Nossa Senhora*, de anônimos, e a ópera *São Bernardo*, do poeta e advogado Cláudio Manuel da Costa⁵.

5 – Assume-se nesta pesquisa a organização de repertório proposta pela musicóloga Rosa Marreco Brescia. A pesquisadora baseia-se nas cartas do contratador encontradas em códice do Arquivo Público Mineiro e também na documentação organizada por Herculano Matias Gomes, no Arquivo Nacional. Seguiremos neste trabalho a proposta de Rosana, apesar de em algumas fontes as evidências dizerem respeito mais sobre a procura

A existência da última obra, única de autoria de um poeta local, chama a atenção por se tratar de um caso paradigmático na história do pequeno teatro, e nos leva a questionar tanto a influência da cultura religiosa mineira no repertório da Casa da Ópera, como a participação de Cláudio Manuel no espaço teatral, levando-nos a imaginar também como teria sido encenada.

Contudo, apesar de sua inegável importância, não há vestígios do texto de *São Bernardo*. A fonte documental que nos revela a existência da obra é uma carta de próprio punho do contratador Souza Lisboa, expondo o aparecimento do texto em dezembro do mesmo ano⁶ e, posteriormente, em 1775⁷. O que teria motivado o poeta a escrever uma ópera para o teatro? E o que levou a peça ser encenada no primeiro ano de atividades da Casa da Ópera?

Sabe-se que Cláudio Manuel não era um poeta qualquer na capitania de Minas Gerais. O letrado, formado em Coimbra, era autor de vasta obra reconhecida, envolvendo títulos relacionados às formas teatrais⁸. Em

e encomendas de textos, do que efetivamente a representação dos mesmos no palco do teatro. Ver BRESCHIA, Rosana Marreco. *C'est là que l'on joue la comédie*: les Casas da Ópera en Amérique Portugaise (1719-1819). Tese (Doutorado em História). Universidade de Paris IV e Universidade Nova de Lisboa, 2010; e BRESCHIA, Rosana Marreco. *É lá que se representa a comédia*: a Casa de Ópera de Vila Rica (1770 – 1822). Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

6 – “Senhor Rodrigo Francisco Vieira/Recebo a de vossa mercê de 6 do corrente em que me dis he aparecida a opera de São/Bernardo, e que se fica tresladando para entregar a própria a seu dono [...]”. CARTA enviada por João de Souza Lisboa a Rodrigo Francisco Vieira em 14 de Dezembro de 1770 sobre o aparecimento da Opera São Bernardo. Belo Horizonte, APM, CC – 1205, fls 45v e 46.

7 – Em carta endereçada em 5 de março de 1775 para o Capitão José de Souza Gonçalves, João de Souza Lisboa escreve sobre o roubo de “/hum ato da opera de S. Bernardo q este nao hem eu sim do/Doutor Claudio Manoel da Costa

q me tras amofinado/por elle perder obra sua e a quererem por agora na coresmoa no tablado.” CARTA enviada por João de Sousa Lisboa ao Capitão José de Sousa Gonçalves em 5 de março de 1775, a respeito do roubo de algumas óperas e solfas de sua casa, incluindo um ato da ópera *São Bernardo*, composta por Cláudio Manuel da Costa. Belo Horizonte, APM, CC – 1205, fl.256.

8 – Na carta de Cláudio Manuel da Costa enviada para ser aceito na Academia dos Renascidos, da Bahia, em 1759, o poeta resume os títulos de suas obras até então. Entre elas estão “muitas poesias dramáticas que se representaram diversas vezes, nos teatros de Vila Rica e de outras cidades de Minas e do Rio de Janeiro [...] Varias traduções dos dramas

1759, foi eleito sócio supranumerário na breve Academia Brasília dos Renascidos, na Bahia, que apesar de funcionar por pouco tempo motivou uma rede de sociabilidade letrada na América portuguesa⁹. Dois anos antes da inauguração da Casa da Ópera, em 1768, Cláudio Manuel lançou sua primeira publicação intitulada *Obras*, editada em Coimbra, e esteve presente em dois eventos ligados ao governador-geral de Minas Gerais, que possuem uma ligação direta com o teatro que seria construído.

No dia 4 de setembro de 1768, o poeta participou de uma reunião acadêmica no Palácio do Governador, em Vila Rica, para homenagear a posse do novo capitão-general da capitania, o Conde de Valadares. O evento foi composto de um recital de poesias com a apresentação de poemas laudatórios em formato musicado, éclogas, odes e sonetos, recitados pelo próprio letrado e envolvendo figuras ilustres da região⁵. Três meses depois, mais especificamente em 5 de dezembro, Cláudio retornaria ao mesmo Palácio para apresentação de seu drama musicado, *O Parnazo Obsequioso*¹⁰, em comemoração ao aniversário de 26 anos de Valadares.

Para atrair a atenção do novo governador, foi pensada a apresentação de uma série de poemas encomiásticos, gênero laudatório recorrente no Setecentos, envolvendo música e discursos bajulatórios, juntamente com um drama para ser representado. No salão nobre onde Valadares recebeu o poeta mineiro, assim como figuras ilustres da elite local, homens da câmara municipal e religiosos, foi preparado um verdadeiro espetáculo com música e cenário iluminado por candelabros e lustres.

do abade Pedro Metastasio: O Ataxerxes, a Dircea, o Demetrio, o José reconhecido, o Sacrificio de Abraão, o Regulo, o Parnaso Acusado; alguns destes dramas em rima solta, outros em prosa, proporcionados ao teatro português.” CARTAS enviadas pelo Dr. Claudio Manoel da Costa à Academia Brazilica dos Renascidos em Salvador da Bahia. Belo Horizonte, APM, Col. APM Cx.01, doc.03.

9 – HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 234; MELLO E SOUZA, Laura de. *Claudio Manuel da Costa: o letrado dividido*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, p. 149; KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana 1724-1759*. São Paulo: Hucitec, 2004.

10 – MANUSCRITO *O Parnazo Obsequioso*, de Cláudio Manuel da Costa. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, Minas Gerais.

Para o musicólogo Curt Lange, não havia dúvidas sobre os aspectos musicais sofisticados da apresentação, que fora “sublinhada com música instrumental e pode ter tido partes cantadas, entregues, mercê de prévio entendimento com o compositor, a profissionais capazes, dos quais havia muitos¹¹”. José Theodoro Gonçalves de Melo, músico e compositor mineiro atuante em Vila Rica, teria sido o responsável pela composição original. Este, era protegido do Conde de Valadares que o recomendou em uma carta ao Senado da Câmara, para que “o tivesse em conta para os serviços anuais de música¹²”. As partes musicais tinham uma importância singular no evento, dado o modelo adotado do drama metastasio. Segundo Sérgio Buarque, a obra *Il Parnaso Acusado e Difeso*, de Pietro Metastasio, que tinha como subtítulo “festa teatrale per musica”, e representada por ocasião do aniversário da imperatriz Elisabetta Cristina, do Sacro Império Romano-Germânico, em 1738, fora a escolhida pelo poeta mineiro como referência para a composição de seu texto¹³.

Metastasio era naquele momento um dos autores mais encenados na Europa. Conhecido por ser um renovador da forma da ópera italiana, o poeta Cesário estava filiado à Arcádia de Roma, o movimento literário neoclássico que se opunha às formas rebuscadas barrocas, elegendo como referência autores gregos e romanos, com vínculos próximos às monarquias europeias. Em Portugal, na primeira metade do século XVIII, Metastasio era especialmente lido no ambiente aristocrático, tendo diversas óperas encenadas em teatros régios e outros espaços frequentados pela nobreza. D. João V fora o responsável pelo financiamento da sede da Arcádia Romana, e teria estabelecido uma pequena relação com o poeta italiano, encomendando-lhe óperas. Ao longo do século, Metastasio

11 – LANGE, Curt. La musica en Villa Rica (Minas Gerais, siglo XVIII). *Revista Musical Chilena*, 22 (103), 1968, p. 31-32.

12 – *Ibid.*, *idem*.

13 – HOLANDA, *op. cit.*, p. 235. Ver: Parnaso Acusado e Difeso, festa teatrale per musica dal rappresentarsi nell'imperial favorita festeggiandosi il felicissimo giorno natalizio della sacra cesarea, e cattolica real maestà di Elisabetta Cristina Imperadrice regnante per comando della Sacra Cesaria, e Cattolica Real Maestà di Carlo VI, imperadore de' romani sempre augusto L'anno MDCCXXXVIII. Si vendono a Pasquino, all'insegna di S. Gio: di Dio. In: Vienna, ed in Roma, Per Gio: Zempel, con licenza de' Superiori.

foi se popularizando, sendo encenado nos teatros públicos portugueses e, inclusive, sendo objeto de crítica por parte de grupos literários. Cláudio Manuel, como homem letrado de sua época, era leitor e admirador da obra metastasiana.

Em Vila Rica, um evento como esse ajudaria a compor uma espécie de sociabilidade cortesã legitimada pelo “poder do ouro”, orbitando ao redor do governador-geral – quem ali representava a instância máxima do ordenamento social – e deslocando parte da elite local para um espaço da vida urbana que concentrava novas práticas artísticas. Até então, as Igrejas e Irmandades religiosas centralizavam as atividades culturais da província – mesmo as festividades organizadas pela Câmara municipal tinham a mediação da Igreja. Agora, no Palácio do Governador, o bispo de Mariana e membros do clero local poderiam até estar presentes, mas teriam que conviver com novidades discursivas, literárias, musicais e teatrais. Da convivência nos salões, saíam possibilidades de negócios, contratos, formas de enobrecimento e prestígio, e, claro, por que não, representações artísticas.

Mas a composição de uma obra original em versos, com temática árcade, formada por coreografias corais e personagens variados, como Apolo e musas gregas, indica não só a existência de uma movimentação ensaiada com outros elementos cênicos, tal como música, iluminação, cenário e figurino; mas também uma idealização artística por parte de Cláudio Manuel de caráter autoral. Os esforços valeriam a pena, porque no mesmo dia em que o drama foi representado – dia 5 de dezembro – Cláudio Manuel lançou as bases da chamada *Arcádia Ultramarina*, uma extensão da *Arcadia Romana* em ambiente colonial. A iniciativa de Cláudio, longe de ser uma ação isolada, foi tramada em contato com outros poetas mineiros que estavam na Europa e que ansiavam por novas relações sociais e literárias, como Basílio da Gama, natural de São José do Rio das Mortes, atual Tiradentes; Joaquim Inácio de Seixas Brandão, natural do Rio de Janeiro e formado em Medicina, em Montpellier; Silva Alvarenga, natural de Vila Rica, e formado em Coimbra; e muito provavelmente Alvarenga Peixoto, carioca, também estudante de Coimbra.

Naquele momento, teatro e literatura tinham um vínculo especial em Vila Rica, nomeando o próprio governador-geral como protetor da nova agremiação literária.

Um ano depois, o prédio teatral de João de Souza Lisboa começou a ser construído, por meio de uma ordenação do Conde de Valadares. Em 1770, a Casa da Ópera foi inaugurada, e entre as peças representadas em sua primeira temporada de funcionamento havia uma de autoria de Cláudio Manuel Costa. A relação entre as três figuras nos parece determinante para a existência do novo teatro mineiro, e a obra de Claudio Manuel teve uma importância singular – ele era o poeta de destaque da vila, mobilizador da elite letrada em torno de um projeto artístico e “civilizatório” árcade¹⁴.

Mas, por se tratar justamente do poeta, com prestígio para além da capitania de Minas, que escrevera *O Parnazo Obsequioso*, inspirado n’*O Parnazo Acusado*, de Metastasio, cuja história em homenagem ao Conde de Valadares se passava nos altos montes gregos, seguindo uma tópica árcade, entre outros textos teatrais com referências metastasianas, por que se dedicaria – entre tantos temas possíveis – a uma peça sobre um santo para a Casa da Ópera? Por qual motivo especificamente São Bernardo, se na sua biografia não há indícios de uma ligação direta ou devoção por meio de irmandades ou mesmo escritos que o poeta tenha deixado? E, finalmente, sobre qual santo a peça tratava? São Bernardo italiano ou o francês?

14 – No poema *Parnazo Obsequioso*, Cláudio faz súplicas constantes ao Conde de Valadares dar ouvidos à “harmonia das musas” em meio “ao rugido das feras”. Era preciso transformar o “tão bárbaro país” e reivindicar os ideais modernos de *civilidade e racionalidade*, amparados pelas categorias de *délicatesse*, *bienséance*, *politesse* e *police*, em voga através das discussões neoclássicas vigentes na Europa. Para os árcades mineiros, em especial Cláudio Manuel, os *topoi* clássicos do *locus amoenus*, e *fugere urbem*, e o culto ao natural e a rusticidade, fizeram um estranho sentido naquelas terras de penhascos, natureza abundante, “selvageria” e “barbarismos”. A convenção pastoral permitia transformar a “falha em mérito”. Ver: HOLANDA, *op. cit.*; CANDIDO, Antonio. Os ultramarinos. In: *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.; ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos*: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem de Minas (1753-1773). São Paulo: Hucitec, 2003.

Para responder a essas questões há duas hipóteses que devem ser consideradas: a primeira de que a peça poderia ser sobre o São Bernardo italiano, conhecido como Frei Bernardo de Corleone, nascido no ano de 1605, na Sicília, que havia sido recém-canonizado no dia 15 de março de 1768, pelo papa Clemente XI.

A história de vida desse santo é marcada por um episódio de “iluminação”. Após violentamente matar um companheiro militar em uma briga, São Bernardo recebeu um chamado divino para entrar na ordem religiosa dos franciscanos¹⁵. Se for este São Bernardo, o tema sugere uma peça de teatro com uma trajetória de superação, arrependimento e humildade, que decerto envolveria emocionalmente os espectadores. A recente canonização do santo – dois anos antes – revela uma conexão e atualização diante dos acontecimentos do Vaticano por parte da comunidade católica de Vila Rica. Haveria alguma comemoração religiosa local? Algum anúncio especial? Será que algum religioso influente, sensibilizado pela canonização do santo, próximo ao poeta, a João de Souza Lisboa ou ao Conde de Valadares teria motivado a escrita?

A segunda hipótese é a de que o texto poderia tratar de Bernardo de Claraval, santo do início do século XI, nascido na região da Borgonha, e responsável pela reforma da ordem beneditina de Cister¹⁶. Surpreendentemente, a figura de Cláudio Manuel se relaciona com a ordem cisterciense através de algumas evidências.

A ordem religiosa teve uma importância considerável em Portugal, particularmente na cidade onde se localizava a Universidade de Coimbra onde Cláudio Manuel cursou Direito Canônico entre os anos de 1749 a 1753¹⁷. Ao longo de sua formação, o poeta pode ter se aproximado da

15 – VARAZZE, Jacopo de. *Legenda Aurea*: vidas de Santos. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, p. 693.

16 – Bernardo de Claraval foi um santo intelectualizado, autor de tratados, um dos responsáveis pela organização do Segundo Concílio de Latrão, e encarregado pelo papa de pregar na Segunda Cruzada rumo à Jerusalém. Fundador de 160 mosteiros e muito influente politicamente, foi conselheiro de papas e reis.

17 – Em Coimbra, foi fundado o colégio de S. Bernardo de Coimbra que pertencia aos religiosos. A escola era responsável pela qualidade do ensino ministrado aos monges

ordem bernardina e ter estudado a vida do santo de Claraval por meio de colegas ou professores. O poeta também foi membro da Academia Litúrgica, criada em 1747, pelo papa Bento XIV com as cátedras de História Eclesiástica e de Liturgia, dotadas de uma perspectiva historicizante e com caráter científico para discussão de tópicos religiosos. Certamente ali deve ter discutido sobre São Bernardo de Claraval, compartilhando com os acadêmicos uma sociabilidade culta dotada de espírito crítico¹⁸.

Há, entretanto, um dado importante a ser considerado. Frei D. Manoel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, nomeado em 1748, era bernardino, membro da Ordem de Cister. Frei Manoel era formado em Teologia e

universitários beneditinos, e alguns dos monges cistercienses que ali estudaram, se tornaram reitores da própria Universidade. Em 1560, por carta régia, o colégio foi incorporado à Universidade, aumentando sua influência cultural dentro da comunidade universitária. Porém, no governo de D. José I, entre 1768 e 1769, o colégio e as ordens monásticas sofreram um “golpe” por parte da Coroa portuguesa na gestão patrimonial, e em 1772, com a reforma da Universidade de Coimbra, a atuação dos cistercienses foi mais enfraquecida. Ver PAIVA, José Pedro. *Guia de Fundos e Coleções da Universidade de Coimbra*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 324.

18 – O pesquisador Carlos Cabecinhas escreve que foi o jesuíta Manuel de Azevedo quem definiu a nova disciplina de ciência litúrgica como o estudo de todos e ritos e cerimônias que dizem respeito à administração dos Sacramentos, à Eucaristia, as horas canônicas, às bênçãos e a outras funções sagradas. Nas palavras de Cabecinhas: “O objectivo desta ciência é a explicação dos ritos e cerimônias da Igreja. A esta disciplina designa Azevedo como *Sacrorum Rituum disciplina*, *Liturgia ou liturgica disciplina*. Na leccionação, Azevedo adoptou uma perspectiva prevalentemente histórica, deixando de lado a interpretação de tipo alegórico, típica da Idade Média, que conhecia, mas da qual conscientemente se afastou, e procurando ultrapassar uma abordagem meramente rubricista. Desta abordagem histórica não estavam afastados também objectivos apologeticos. [...] A Academia ficava sob a tutela e patrocínio de Bento XIV e da Sé Apostólica, cabendo a Frei Gaspar da Encarnação, Visitador e Reformador da Ordem, e depois dele ao Superior Geral de Santa Cruz de Coimbra, a representação do Pontífice junto da Academia. O Pontífice determinava ainda os rendimentos próprios da Academia, que deveriam garantir a sua viabilidade. Cabia ao bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, o encargo de elaborar os Estatutos, que deviam estabelecer as 2 cátedras. [...] Manuel do Cenáculo conheceu pessoalmente Manuel de Azevedo em Roma e o papa. Indirectamente, também a cátedra de “Teologia Litúrgica” da Universidade de Coimbra, criada em 1772, pela reforma pombalina da universidade, teve influência do jesuíta.” CABECINHAS, Carlos. *Ciência Litúrgica como disciplina universitária*. Manuel de Azevedo S.J. (1713-1796) e as primeiras cátedras de ciência litúrgica. In: Didaskalia xl (2010). Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10140/1/V04002-113-133.pdf>. Acesso em: 03.01.20.

Direito Canônico, também na Universidade de Coimbra, e assumiu o cargo de Mestre dos Noviços no Mosteiro de Alcobaça (principal casa da Ordem de São Bernardo em Portugal). Em 1738, foi nomeado pelo rei D. João V para servir como bispo no Maranhão. Após dez anos, foi transferido para Minas Gerais, para fundar o primeiro bispado da capitania. Em 1748, ocorreu sua entrada triunfal nas Minas, depois de viagem de um ano e dois meses, celebrada na festividade *Aureo Trono Episcopalis*, com declamação de variados poemas feito por uma academia de circunstância¹⁹. Um ano depois, o relato da festa publicado em Lisboa e escrito pelo cônego da Sé de Mariana, Francisco Ribeiro da Silva, foi dedicado ao “illusttrissimo patriarca S. Bernardo”, marcando a relação do santo italiano com a nova diocese:

[...] E para que a mesma bem aventuraça no mundo se communique a esta nova Diocese, conservai o espirito, dilatai a vida, felicitai a saude com o vosso patrocínio ao nosso Excelllentissimo, e Reverendissimo Prelado, para que criando aos seus novos filhos, e súbditos com aquelle suave néctar da graça, e celestial pão da doutrina, com que Vós o criastes a ele [...] e assim vós sois o seu antigo radiante esplendor, seja elle o novo, inveterado, luzido ornamento deste bispado, que, como creatura sua, também o respeita, e venera amoroso pai.²⁰

Frei Manoel da Cruz trouxe São Bernardo de Claraval para Mariana. No Seminário da Boa Morte, fundado pelo novo bispo, há uma imagem desse santo, datada do século XVIII, de origem portuguesa:

19 – Para análise detalhada da festividade e suas implicações sociais e políticas, ver KANTOR, Iris. *Pacto festivo em Minas colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP, 1996.

20 – Dedicatória, Preclarissimo, e gloriosíssimo Senhor S. Bernardo. Aureo Trono Episcopalis. In: AVILA, Affonso. *Resíduos Seiscentistas em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967, p. 339.



São Bernardo. Escultura em madeira policromada.
Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana.

Para a fundação do seminário de teologia, Frei Manoel da Cruz contratou professores de gramática e filosofia – os primeiros docentes eram todos jesuítas, entre eles o padre José Nogueira, seu sobrinho vindo de Portugal²¹. Era um homem culto, tinha amizade com religiosos influentes na América Portuguesa, como o padre Gabriel Malagrida, jesuíta italiano,²² e o Frei Gaspar da Encarnação, reitor da Universidade de Coimbra, deão da Sé de Lisboa, deputado do Santo Ofício e membro do Conselho de D. João V²³.

Esse último também era uma figura admirada por Cláudio Manuel da Costa, homenageado no poema *Epicédio*, de 1753²⁴. O poeta com-

21 – MOTT, Luiz. *Rosa Maria Egípcíaca: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p. 116; CATÃO, Luiz Pena. *Sacrílegas palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. Tese de Doutorado – UFMG. 2005, p. 191.

22 – O Frei Manoel da Cruz escrevera para o rei e o alto clero português para contratar seu amigo, o Padre Gabriel Malagrida para ajudá-lo na fundação do seminário de Mariana. O padre era considerado um dos maiores taumaturgos do norte e nordeste do Brasil. Mais tarde, seria preso pelo Santo Ofício e queimado em auto de fê, em Lisboa, no ano de 1761. O motivo da condenação foi que Malagrida tinha interpretado o terremoto de Lisboa de 1755 como consequência da devassidão da corte. cf. KANTOR, *op. cit.*, 1996, p. 26.

23 – *Ibid.*, p. 20. Frei Gaspar da Encarnação era próximo na nobreza dos Távoras, que seriam acusados de alta traição no atentado contra D. José I.

24 – MELLO E SOUZA, *op. cit.*, 2011, p. 65. Segundo a historiadora, talvez Cláudio

partilhava com o bispo marianense interesses em comum, referências do mundo religioso, e, da parte de Cláudio, uma inclinação à vida religiosa. Em 1748, quando ainda estava estudando no Rio de Janeiro em colégio jesuítico, antes de partir para Portugal, certamente Cláudio teve notícias das festividades do *Aureo Trono Episcopalis* e da figura do novo bispo.

Nesse período de formação inicial ainda em terras coloniais, pode ter conversado sobre liturgias, vida de santos, e carreira religiosa, com seu primeiro mestre, ainda em Minas, o jesuíta Cristóvão César Consentino, professor de gramática e latinidade – que seria preso em 1768 suspeito de subversão antipombalina; assim como seu tio, dr. Frei Francisco Vieira, procurador-geral da Santíssima Trindade em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Fato é que em 1751, de Coimbra, Cláudio Manuel fez um requerimento ao Frei Manoel da Cruz para se tornar sacerdote, tal qual seu irmão, o Padre Antônio de Santa Maria dos Mártires, frei agostiniano²⁵.

O processo se arrastou pela década de 1750, período em que Cláudio Manuel já tinha regressado à terra natal, e se perdeu já no final da década,

Manuel tivesse relações pessoais com d. Francisco da Anunciação, reitor da Universidade de Coimbra e sobrinho de Gaspar da Encarnação, de 1745 a 1757. “O poema, de cunho barroco, é como os anteriores, pesado e monótono, mal deixando entrever o talento que os versos subsequentes revelariam. Nas margens, citações eruditas de autores antigos, como Suetônio, Sêneca, Virgílio, Ovídio; de doutores e santos da Igreja católica, como Pedro Valério, santo Ambrósio, são Tomás de Cantuária, são Carlos Borromeu, sem falar nas várias passagens da Bíblia. O jovem, já bacharel, ou em vias de tornar-se, queria visivelmente impressionar o reitor, mobilizando tradições e códigos familiares ao universo cultural reinante na universidade que ele dirigia. Frei Gaspar havia reformado os cônegos regulares de santo Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra; d. Francisco, o reitor, também era agostiniano, pertencendo igualmente àquela Congregação. Da mesma ordem, era ainda o irmão mais velho de Cláudio, Frei Antônio de Santa Maria, coetâneo e possível amigo de Frei José de Santa Rita Durão, outro Agostiniano.” *Ibid.*, p. 66.

25 – *Ibid.*, p. 68. Sobre o tema, Sérgio Buarque de Holanda escreve: “Sabe-se que, durante sua estada em Portugal, pensou seriamente em seguir a carreira eclesiástica, tanto para servir a Deus, dizia, como “para amparo de uma mãe viúva e de suas irmãs”. [...] O requerimento de Cláudio Manuel da Costa não traz data, mas é certamente de antes de 12 de maio de 1751, dia em que foi dado o despacho do bispado de Mariana. Os dos bispos de Coimbra e de São Paulo datam respectivamente de 1755 e 1757, por conseguinte de épocas em que já tinha residência no Brasil. [...] O provável, é provável, é que, por volta de 1758, o advogado de Vila Rica já não se obstinasse vivamente em sua vocação religiosa, se é que, algum dia, realmente a tivera. HOLANDA, *op. cit.*, 1991, p. 233-234.

“quando a vocação remota se esgarçou de vez ou o amor por Francisca Arcângela de Sousa, sua companheira da vida toda, falou mais alto, inviabilizando a observância do voto de castidade²⁶”.

Apesar de não ter seguido a pretensa vocação religiosa, provavelmente esteve próximo ao Frei D. Manoel da Cruz e do ambiente culto e letrado que havia ao redor do Seminário em Mariana. Na já citada carta à Academia dos Renascidos na Bahia, Cláudio Manuel cita que escrevera o poema dramático *Mafalda triunfante*, dedicado ao bispo²⁷. Além disso, o poeta foi morador da cidade após seu retorno de Coimbra, e em 1754 se tornou almotacé da Câmara. Os tempos indicavam grandes mudanças na vida urbana (Mariana tinha acabado de ser elevada à cidade, via carta régia em 1745), e nos homens locais:

A cidade de Mariana ia ainda roendo os pastos circunvizinhos, ultrapassava, com pontes, os regatos auríferos, exibia seu primeiro chafariz de repuxo e erguia igrejas mais firmes e mais solenes: a do Rosário, a da Matriz nova, a de São Pedro dos Clérigos, sem falar do Seminário, que funcionou primeiro numa casa já existente e acabou anexando a seu corpo principal a capela de Nossa Senhora da Boa Morte, construída por Arouca, e pintada, anos depois, por Ataíde. [...] Ser cabeça de bispado implicava cuidar da evangelização dos povos, zelar pelas práticas religiosas, ostentar os signos exteriores da fé e, claro, abrigar o bispo e o cabido, que se tornaria famoso, século afora, pela arte de sempre discórdias e alimentar encrencas. Realidade nova, própria de uma sociedade mais complexa, e com a qual Cláudio também teria que ir aprendendo a lidar.²⁸

Em janeiro de 1764, o Frei D. Manoel da Cruz falece em Mariana. Segundo Luiz Mottt, o bispo teria sido enterrado em vala comum na Sé Marianense, o que demonstra um certo desprezo dos cônegos e religiosos

26 – MELLO E SOUZA, *op. cit.*, 2011, p. 80.

27 – “[...]Muitas poesias dramáticas que se representaram diversas vezes, nos teatros de Vila Rica e de outras cidades de Minas e do Rio de Janeiro; *Mafalda Triunfante*, que se mandou imprimir e foi composta a empenho do Exm. Bispo Frei Manuel da Cruz, a quem foi dedicada [...]” Cartas enviadas pelo Doutor Claudio Manuel da Costa à Academia Brazilica dos Renascidos em Salvador da Bahia. Belo Horizonte, APM, Col. APM Cx. 01, doc. 03.

28 – MELLO E SOUZA, *op. cit.*, 2011, p. 77.

do bispado para com a sua figura.²⁹ Decerto, após ter sérios conflitos de jurisdição com o Ouvidor da comarca de Vila Rica e com o Juiz de Fora de Mariana³⁰ ter sido advertido pela Corte portuguesa por algumas de suas medidas de proteção aos jesuítas, e de ter tido enfrentamentos com sacerdotes locais, por suas medidas moralizantes e disciplinadoras no bispado, sua imagem estava estremecida. Com o agravante de estar próximo e ser um entusiasta dos inicianos perseguidos por Pombal (Manoel da Cruz chegou a defender a beatificação do padre José de Anchieta no ápice da tensão entre Coroa e jesuítas, em 1759)³¹, nem todos os habitantes das Minas simpatizavam com sua pessoa. Seu final de vida teria sido de certo isolamento melancólico³².

Pelo bispo não ser uma unanimidade em Minas Gerais, a escolha de se representar a vida de um santo ligado diretamente ao religioso da ordem bernardina chama a atenção. No ano da morte do frei, Cláudio Manuel já se encontrava em Vila Rica, trabalhando como secretário de governo do recém-empossado governador geral, Luís Diogo Lobo da Silva³³, integrado aos círculos de poder local. O poeta teria tal vínculo afetivo com Manoel da Cruz para lhe render tal homenagem? João de Souza Lisboa teria proximidades com o bispo? O Conde de Valadares seria favorável a tal figura num momento político de campanha contra os jesuítas? Como teria sido o processo de criação da obra até chegar ao palco do teatro?

De certa maneira, rememorar o Frei Manoel da Cruz através da história do santo – mesmo que indiretamente – seria se conectar com o tu-

29 – MOTT, Luiz. Modelos de santidade para um clero devasso: a propósito das pinturas no Cabido de Mariana, 1760. *Revista de História do Departamento de História*. Belo Horizonte, n. 09, 1989, p. 119.

30 – A organização do primeiro bispado em Minas teve inúmeros conflitos entre jurisdições. Para esse assunto, ver: KANTOR, *op. cit.*, 1996. e também SANTOS, Patricia Ferreira dos. *Poder e palavra: discursos, contenda e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. Dissertação de Mestrado – USP, 2007. Neste último trabalho há um capítulo sobre os conflitos entre o ouvidor geral da capitania Costa Matoso e o bispo Frei Manuel da Cruz.

31 – CATÃO, *op. cit.*, p. 200.

32 – MOTT, *op. cit.*, 1989.

33 – *Ibid.*, p. 96.

multuoso episódio da expulsão da ordem jesuítica da colônia, em 1759. Em Minas, não foram poucas as vozes dissonantes à determinação de D. José I e do Marquês de Pombal. Dos burburinhos de insatisfação surgiram as primeiras Inconfidências da capitania que ocorreriam em Curvelo (1760-1763), Mariana (1768), depois em Sabará (1775) e novamente em Curvelo (1776), com críticas incisivas contra a figura do monarca português e distribuição de pasquins e panfletos³⁴. É claro que o primeiro bispo de Mariana não era um inaciano, mas suas relações interpessoais e trajetória no bispado explicitavam seu vínculo com a ordem religiosa banida.

Se o próprio Cláudio Manuel da Costa fora convidado a depor no processo contra seu ex-professor, Cristóvão César Constantino, que havia sido preso por “estar circulando pelos sertões das Minas”, e em 1770, no ano de inauguração do teatro, outro jesuíta seria preso, residente próximo à comarca de Sabará³⁵, é de se perguntar se valeria a pena a exposição de se vincular ao frei “amigo dos jesuítas”, mesmo que indiretamente através da história do santo, apesar de já haver passado seis anos da morte do bispo.

Se considerarmos essa hipótese, dado todo o contexto de conflitos religiosos em Minas, é provável que, de forma implícita, a encenação da obra tivesse um sentido político. O libreto pode ter representado a trajetória de vida do santo intelectualizado e influente politicamente – reiterando sua capacidade de oratória e as inúmeras conversões que fez

34 – Em Vila Rica, Mariana e Sabará já em 1759 existiam prontos elogios fúnebres para dom José I – havia a ideia generalizada em Minas de se matar o rei para “libertar os infelizes súditos”, com a circulação de “papéis sediciosos”. Inclusive este tinha sido o mote para o processo da primeira Inconfidência de Curvelo, em 1760. De acordo com o pesquisador Luiz Pena Catão, o crime mais grave de inconfidência do período pombalino ocorreu em 1775. Os protagonistas foram as duas principais autoridades da comarca de Sabará: o ouvidor José de Góes Ribeiro Lara de Moraes e o vigário geral José Corrêa da Silva. Além do crime de inconfidência, foram acusados por descaminho de ouro e diamantes, manipulação de cargos públicos e “perturbação do sossego dos povos”. Mas apesar do peso das determinações que afetaram a ordem religiosa, o pesquisador Luiz Catão considera a hipótese de que mais do que um protesto contra a expulsão dos jesuítas, as inconfidências do período pombalino revelam a cisão entre os poderosos locais. CATÃO, *op. cit.*, p. 200.

35 – *Ibid.*, p. 239.

ao longo da vida. Cláudio Manuel deve ter destacado a visão que teve de um menino estimulando-o ao dom da pregação; a fundação da Abadia de Claraval, sua pregação na segunda cruzada e sua participação intercedendo em favor do reconhecimento da Ordem do Templo, os Templários. Se fosse mais ousado, pode ser que o poeta tenha feito também discretas menções à vida de D. Frei Manoel da Cruz ou às instituições religiosas de Mariana e Vila Rica, utilizando algumas representações historicamente associadas à figura de São Bernardo, como seu “crucifixo de abade, um cachorro branco, um diabo acorrentado, uma mitra no chão (porque se recusou a ser bispo) ou uma colmeia (porque sua eloquência era doce como o mel)”³⁶.

Do ponto de vista da cena, o imaginário barroco presente nas festividades religiosas e cívicas da capitania e no próprio cotidiano daquela sociedade certamente ajudou a composição de *São Bernardo*, misturando-se com as experiências de apresentações à moda italiana nos salões de ares aristocráticos como parte do projeto da república das letras imaginada pelos homens da elite local. O libreto de Cláudio Manuel, possivelmente inspirado nas óperas Metastasio, ainda devia trazer um eco do seiscentismo barroco nas mutações de cena, figurinos e cenários, somado a virtuosos dos atores/cantores, dramaticidade das melodias e elaboração dos versos poéticos por influência de Metastasio.

A escolha de uma peça de temática religiosa seria também estratégica para dialogar com práticas representacionais da Igreja católica e com a própria religiosidade exacerbada daquela sociedade, assim como se aproximar de parte do poder religioso local, marcando a Casa da Ópera naquele momento não como espaço de cisão ou disputa – pelo menos não abertamente. Se levarmos em consideração a hipótese do libreto tratar de São Bernardo do Claraval, e de ter uma relação com o primeiro bispo de Mariana, D. Frei Manoel da Cruz, a abertura da Casa da Ópera revela um vínculo aberto do teatro, nesse primeiro momento, com a história religiosa local, assumindo ares politizantes.

36 – VARAZZE., *op. cit.*, p. 160.

Como o texto original ainda não foi encontrado, podemos ter uma ideia vaga da forma da ópera se analisássemos outras obras teatrais, mais especificamente autos religiosos que mencionassem a vida do santo, como, por exemplo, um *Auto de São Bernardo*. Entretanto, até agora não foi possível localizar nenhum texto nesse sentido para compararmos³⁷.

Outra fonte de estudo possível seria olharmos para um libreto sacro de Metastasio, que fora representado inclusive no mesmo teatro, pouco tempo depois. Trata-se da *Oratória a Joze no Egypto*, que poderia também ter sido traduzida por Cláudio Manuel, já que o poeta afirmou ter “Varias traduções dos dramas do abade Pedro Metastasio: O Ataxerxes, a Dircea, o Demetrio, o José reconhecido [...]”³⁸.

Curiosamente a oratória tem como primeira cena a imagem de um *trunfo*, a mesma forma teatralizada derivada da Antiguidade Clássica, que alude a uma grande procissão de celebração em um espaço público³⁹, e que deu nome e forma às festividades do *Triunfo Eucarístico*, de 1733, ou do *Aureo Trono Episcopal*, de 1748, na capitania das Minas. Na rubrica da primeira cena da obra de Metastasio: “Cidade com aparato de triunfo. Joze em carro triunfal e comparsas. Enquanto Joze sahe no triunfo, o coro canta”⁴⁰.

No libreto metastasiano, a história bíblica de José é contada a partir do início dos sete anos de seca que assolaram o Egito e tinham sido pre-

37 – Em pesquisas nos arquivos da Sala Jorge de Faria, na Universidade de Coimbra, no acervo de teatro de cordel, da Fundação Calouste Gulbenkian, assim como no acervo do Teatro D. Maria II e na Biblioteca Nacional de Lisboa não foi encontrada peça que faça menção à *São Bernardo* – o que também não significa a sua inexistência, pois sabe-se que desde o teatro feito por jesuítas promovia uma “política de popularização de santos e mártires” em seus eventos festivos com a apresentação de peças teatrais. Ver KANTOR, *op. cit.*, 1996, p. 65.

38 – Cartas enviadas pelo Doutor Claudio Manuel da Costa à Academia Brasileira dos Renascidos em Salvador da Bahia. Belo Horizonte, APM, Col. APM Cx. 01, doc. 03.

39 – No mestrado da autora há um estudo sobre o Triunfo como uma espécie de tradição de gênero, seguida na festividade do Triunfo Eucarístico. MAYOR, Mariana. *O Triunfo Eucarístico como forma de teatralidade no Brasil colônia*. São Paulo: Desconcertos, 2019.

40 – *Oratória a Jozé no Egypto*. Lisboa: Typografia nunesiana, 1789. Sala Jorge de Faria, Universidade de Coimbra, n. 777, p. 01.

vistos pelo próprio José, depois dos sete anos de fatura. A ópera começa quando seus irmãos – os mesmos que o venderam ainda jovem como escravo a mercadores ismaelitas por ciúme do filho preferido de Jacó – vêm buscar ajuda, fugindo da fome. O conflito melodramático se passará entre José e seus irmãos: estes não irão reconhecê-lo até determinado momento do texto, enquanto o primeiro estará dividido entre a vingança e a misericórdia. O final da ópera termina apoteótico com o perdão de José a todos os irmãos. Entre textos recitados, árias cantadas e coros, o libreto de Metastasio é composto por 8 personagens (entre eles um anjo) e o coro da cidade. As rubricas indicam mutações de cenas complexas, como a presença de um carro triunfal no início; ainda no primeiro ato, uma nuvem que se dividiria em onze partes, posteriormente um bosque, a aparição do anjo em uma nuvem, e, mais à frente, a chegada dos irmãos em camelos.

É possível pensar em *São Bernardo* como uma história de superação e redenção, permeada de reviravoltas e peripécias, com conversas de anjos saídos de nuvens, iluminações do espírito santo, até um provável final de triunfo da fé representado por uma pregação de São Bernardo para diversos fiéis recém-convertidos, com uma música apoteótica cantada em coro, acompanhada pela orquestra.

São Bernardo é apresentado novamente em 1775. Após essa data, não há indícios de sua representação nem na Casa da Ópera de Vila Rica, nem em outro teatro, como os do Rio de Janeiro ou São Paulo – o que nos leva a pensar na força que o tema teve para aquele contexto específico, ligado à figura do Frei D. Manuel da Cruz. Cláudio Manuel da Costa ou João de Souza Lisboa teriam sofrido alguma represália pela escolha da obra sobre o santo ou o possível vínculo com o bispo não seria percebido pelos espectadores?

A ópera não fora a única de temática religiosa a ser apresentada no palco do teatro – a proximidade geográfica com a Igreja de N. Sra. do Carmo nos parece simbólica neste sentido. Apesar de não termos acesso aos textos originais, como *São Bernardo*, vale a pena comentar sobre duas obras específicas: *São João de Pomucena* e *Triunfos de São Francisco*.

A primeira pode dizer respeito a um santo de origem da cidade de Nepomuk, na atual República Tcheca. São João de Nepomuceno fora canonizado em 1729 pelo papa Bento XIII, como santo protetor dos confesores e de devoção da rainha portuguesa D. Maria Ana, esposa do rei D. João V e filha do imperador Leopoldo I, do Sacro Império Romano-Germânico, que tinha sob seus domínios a cidade da Boêmia, terra natal de São João. Possivelmente através da rainha portuguesa, o culto de São João chegou nas terras coloniais⁴¹. Há uma imagem do santo datada do século XVIII, feita por Aleijadinho, em Mariana, proveniente do Seminário da Boa Morte:



São João de Nepomuceno. Escultura em madeira policromada e dourada, atribuída a Aleijadinho. Museu Arquidiocesano de Mariana.

Curiosamente, há um registro de drama neolatino escrito pelo padre jesuíta Jerônimo da Gama, em 1757, que atuava em São Luís, no Maranhão. Com o título de *Silentium Constans*, a peça representava o martírio de Jan Nepomucký, ou João Nepomuceno. Segundo o musicólogo Rogério Budasz, o jesuíta deve ter se baseado na narrativa escrita por Bohuslav Balbín sobre as festividades de canonização do santo, em 1729. Sabe-se que, durante o século XVII, os jesuítas promoveram Nepomuceno como símbolo da sua resistência ao assédio dos poderes seculares⁴². Teria

41 – Há em Minas uma cidade intitulada São João de Nepomucena, originária da família do Major Jacob Henriques Pereira, da Vila de Queluz.

42 – BUDASZ, Rogério. Revisitando o teatro neolatino na América portuguesa. *Opus*, v. 23, n. 3, p. 91-108, dez. 2017., p. 99. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20504/>

o texto de Gama relação com a encenação na Casa da Ópera de Vila Rica? Será que uma cópia poderia ter sido trazida à Mariana, pelo Frei Manoel da Cruz?⁴³ Ou para Minas teria sido escrita uma obra inédita por um poeta local? Este poeta seria Cláudio Manuel da Costa?

O que nos revelam os registros das cartas de João de Souza Lisboa são apenas os títulos das obras, sem nenhuma informação no que diz respeito ao conteúdo, autoria e forma das obras. No caso da peça citada, o contratador transparece no documento de dezembro de 1770 a fragilidade do material: “Dis vossa mercê que aparecera a opera de São João de Pomoçena, e que/lhe falta hum pedaço, e que rogara a hum amigo para remediar, feito que seja venha,/que se lhe faltar alguma couza cá se remediará⁴⁴”.

Em relação ao texto de *Triunfos de São Francisco*, há tão poucos dados quanto a obra de *São João de Nepomuceno*. Sabe-se que em 1771, mesmo ano de sua possível representação, Cláudio Manuel da Costa fora contratado como advogado da Ordem Terceira de São Francisco, cujo templo estava em construção desde 1765. A famosa Igreja de São Francisco de Assis, que só seria concluída em 1806, tinha Aleijadinho como responsável pelo projeto da fachada principal, dos púlpitos em pedra-sabão e da talha em madeira do altar-mor.

O poeta mineiro teria mediado a escolha de tal texto teatral? A ordem religiosa poderia ter patrocinado a representação? Se sim, os grandes mestres das artes locais, envolvidos na construção da Igreja, teriam de alguma forma contribuído para a cenografia do teatro, ou num projeto de cenário?

opus2017c2305. Acesso em: 04.11.20.

43 – Budasz revela que não só o jesuíta Gama escreveu tragédias no Maranhão naquele período. O amigo de Manuel da Cruz, Gabriel Malagrida, missionário que também atuava em São Luís, também escreveu uma tragédia sobre a conversão de Ignácio de Loyola para ser encenada no colégio jesuíta. *Ibid.*, p. 102.

44 – CARTA enviada por João de Souza Lisboa a Rodrigo Francisco Vieira em 14 de Dezembro de 1770 sobre o aparecimento da Opera São Bernardo. APM, CC – 1205, fls 45v e 46.

É certo que João de Souza Lisboa tinha interesse pessoal nessas obras, como atesta na já citada carta enviada para Rodrigo Francisco Vieira, em 14 de dezembro de 1770, em que Lisboa comenta sobre uma ópera de *São João de Pomucena*, uma *Oratória à Nossa Senhora* e também sobre um fragmento da ópera *José do Egito*, de autoria de Metastasio⁴⁵. Mas, na carta de 17 de fevereiro de 1771, há um dado importante a ser considerado sobre o texto de *São Francisco*:

[...]

Recebi uma carta de VMce a fazer desta em que me diz entendia e me mandava a opera de S. Francisco mas por não estar acabada não veio a que logo ma mandava estimarei o tenha feito para meu te livrar della⁴⁶.

O fato de a obra “não estar acabada” leva à indagação: teria sido feita também por um autor local? Apesar da ausência de documentos que poderiam informar a autoria do texto, é inegável que há uma conexão entre a história sacra de Vila Rica e Mariana com os títulos das obras da Casa da Ópera. De alguma maneira, o teatro de Souza Lisboa nos seus primeiros anos de funcionamento representou acontecimentos religiosos significativos para aquela comunidade.

Comparando com a forma que Lisboa trata da ópera *São Bernardo* em suas cartas, sempre fazendo menção ao seu ilustre autor, Cláudio Manuel da Costa, ou indicando que o texto tinha “dono⁴⁷”, pode-se pensar que os autores ou autor dos outros textos não tivessem tanto prestígio

45 – *Ibid.*, *idem*.

46 – CARTA de João de Souza Lisboa a 17 de fevereiro de 1770 sobre envio da ópera S. Francisco. Belo Horizonte, APM, CC 1205, fl. 56v.

47 – “Senhor Rodrigo Francisco Vieira/Recebo a de vossa mercê de 6 do corrente em que me dis he aparecida a opera de São/Bernardo, e que se fica tresladando para entregar a própria a seu dono [...]” Carta enviada por João de Souza Lisboa a Rodrigo Francisco Vieira em 14 de Dezembro de 1770 sobre o aparecimento da Opera São Bernardo. Belo Horizonte. APM, CC – 1205, fls 45v e 46.

[...] hum ato da opera de S. Bernardo q este nao hem eu sim do/Doutor Claudio Manoel da Costa q me tras amofinado/por elle perder obra sua e a quererem por agora na cores-moa no tablado. [...] CARTA enviada por João de Souza Lisboa ao Capitão José de Sousa Gonçalves em 5 de Março de 1775, à respeito do roubo de algumas óperas e solfas. Belo Horizonte, APM, CC – 1205, fl.256.

assim para serem lembrados com frequência pelo coronel. Ou mesmo os textos seriam arremedos de versões estrangeiras, já anônimas.

No caso de *São João da Pomucena* e *São Bernardo*, ambos representados em 1770, é curioso o vínculo da história desses santos com o reinado de D. João V. Apesar de no período a América Portuguesa ser governada por D. José I, já com seu ministro Marquês de Pombal sofrendo mudanças significativas em termos de política e economia, o elo anunciado no teatro nos parece um eco do período joanino em Portugal e em Minas rondando o imaginário daqueles homens – alguns formados em Coimbra nos “tempos áureos” antes da expulsão dos jesuítas, outros raiosos com as novas medidas pombalinas, saudosos do tempo do passado. Seria possível pensar numa permanência das práticas culturais joaninas, ligadas sobretudo à religiosidade católica e misturadas a “resíduos seiscentistas” em Minas na segunda metade do século XVIII?

Naquela Vila Rica do início da década de 1770, os tempos indicavam mudanças e permanências. A inauguração da Casa da Ópera de João de Souza Lisboa foi fruto da busca por novas sociabilidades, derivadas de práticas representacionais aristocráticas dos salões da elite culta local. Mas essa mesma elite desejosa de prestígio e distinção, leitora de árcades e neoclássicos que negavam os excessos barrocos e a herança seiscentista deixada pelos espanhóis, foi formada em colégios coloniais com professores inicianos, ou mesmo na Universidade de Coimbra ainda quando era dirigida pelos jesuítas, e tinha como referencial os teóricos da segunda escolástica e os poetas “extravagantes” do rococó. Não por acaso Cláudio Manuel, por exemplo, trazia em seus poemas traços e referências diretas ao gongorismo e às “agudezas” de Baltasar Gracián⁴⁸.

48 – HOLANDA, *op. cit.*, 1991, p. 259; CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. v. I. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 27.

O próprio reinado de D. João V foi marcado por várias contradições em termos do fomento às artes em Portugal. Ao mesmo tempo, havia proibições e arroubos de fanatismo religioso por parte do rei, e o investimento em contratação de artistas italianos, o financiamento da Arcádia romana (D. João era filiado à Instituição literária), a fundação da Academia de Ciências, e circulação de textos estrangeiros (principalmente franceses e italianos). Ver “Modernidade cultural e mentalidade barroca”, primeira parte da obra de ARAUJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa:

Não só no campo do imaginário havia a permanência de teorias e autores do passado seiscentista, mas também no campo das estruturas, já que tanto barrocos quanto neoclássicos exaltavam e pediam a proteção de monarcas católicos, fiéis aos ideais da aristocracia dominante. Como bem pergunta Sérgio Buarque “o sonho da Arcádia ressurrecta, com suas campinas idílicas, suas ninfas ingratas e seus pastores fingidos, já não é por si só uma ficção barroca?”, ao analisar as permanências do barroco no arcadismo, complexificando os aspectos culturais residuais do movimento emergente⁴⁹.

É certo que na colônia o arcadismo tomaria cores próprias, combinando o culto à razão e ao “bom gosto” à paisagem rústica de Minas, ao elogio ao Antigo Regime, a aspiração à fidalguia, as referências de formação jesuítica, com a exploração avançada baseada na acumulação primitiva de capital, estruturada no moderníssimo trabalho de escravizados.

Na Casa da Ópera de Vila Rica, tal arranjo social estaria presente na própria cena. A apresentação de *São Bernardo* sintetizou forças culturais que impulsionaram a criação do teatro, seja pelo seu autor, Cláudio Manuel da Costa, seja pelo tema religioso, que se conectava à história local, seja pelas formas teatrais presentes no palco do teatro, trazendo elementos do auto religioso barroco e da poesia árcade. Para além disso, sabe-se que os atores e atrizes que representavam no teatro eram, em sua grande maioria, negros e mestiços, descendentes de escravizados ou mesmo, eles próprios escravizados. Os artistas vestiam-se à moda trágica, francesa, mourisca e pintavam suas caras de branco para interpretar os santos, anjos, fiéis, religiosos, reis e rainhas. A presença desses trabalhadores na cena também indicava as particularidades daquela sociedade, que sonhava com os ares da corte, andando por entre os penhascos de Minas.

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação em março de 2021

Livros Horizonte, 2003, p. 23-50.

49 – HOLANDA, *op. cit.*, 1991, p. 224.

REFORMAS E ILUMINISMO NO MUNDO ATLÂNTICO: O CASO PORTUGUÊS¹

REFORMS AND ENLIGHTENMENT IN THE ATLANTIC WORLD: THE PORTUGUESE CASE

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES²

Resumo:

Uma das questões que tem merecido mais atenção por parte de diferentes historiografias tem como pano de fundo cronológico um longo século XVIII, embora com maior incidência cronológica nos meados e na segunda metade de Setecentos, e respeita a eventual relação entre os projectos e as práticas reformistas, por um lado, e o corpo de ideias a que se chamou Iluminismo, por outro. No caso português, o reinado de D. José I é geralmente apresentado como uma etapa decisiva das reformas ilustradas, sendo esse período perspectivado mais em termos de ruptura do que de continuidade, buscando-se naquela as marcas da “modernidade” do Iluminismo. Neste texto, tendo como pano de fundo o mundo atlântico e, em particular, o espaço português, pretendemos discutir a relação, por vezes demasiado apressada, entre reformas setecentistas e Iluminismo, nomeadamente as que são atribuídas ao Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, e os limites dessas mesmas reformas.

Palavras-chave: Iluminismo; Reformas; Portugal; Império; Marquês de Pombal.

Abstract:

One of the issues that has received increasingly more attention from different historiographies has a long eighteenth century as its chronological frame, and, more specifically, the period from the mid to the end of the 18th century. It refers to the possible relationship between projects and reformist practices, on the one hand, and the set of ideas under the label of Enlightenment, on the other. In the Portuguese case, the reign of D. José I is generally presented as a decisive stage of the enlightened reforms. The period is viewed more in terms of rupture than of continuity, the former bringing with it signs of “modernity” of the Enlightenment. From the perspective of the Atlantic world and, in particular, of the Portuguese Atlantic world, we discuss in the paper the relationship that is sometimes hastily made between eighteenth-century reforms and the Enlightenment, especially those attributed to the Secretary of State Sebastião José de Carvalho and Melo, and the limits of the reforms.

Keywords: Enlightenment; reforms; Portugal; empire; Marquis of Pombal.

1. A emergência da modernidade configura-se como um dos territórios mais instigantes e percorridos pelas ciências humanas e, neste quadro,

1 – Este texto constitui a base da Conferência de Abertura proferida no dia 7 de Dezembro de 2020 por ocasião do evento *online O Brasil e o Mundo Atlântico*: entre a modernidade e a contemporaneidade, organizado pelo NEMAt – UFPE (Núcleo de Estudos do Mundo Atlântico), LABEEM – UESB (Laboratório de Estudos da Escravidão e das Mestiçagens), NESEM-UFAL (Núcleo Escravidão e Sociedade na Época Moderna) e NEIC – UFRPE (Núcleo de Estudos Império Coloniais), 7 a 10 de Dezembro de 2020.

2 – Doutor em História. Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa). Director do Doutoramento em História Marítima e Director do Mestrado em Estudos Brasileiros. E-mail: josedamiao@campus.ul.pt.

os historiadores têm contribuído para os debates que se vêm desenvolvendo desde o século XIX buscando as raízes dessa mesma modernidade, da politização das sociedades tradicionais e da gênese do “espaço público”³. Uma questão que tem merecido a atenção continuada por parte de diferentes historiografias tem como pano de fundo cronológico um longo século XVIII, embora com maior incidência cronológica nos meados e na segunda metade de Setecentos, e respeita a eventual relação entre os projectos e as práticas reformistas, por um lado, e o corpo de ideias a que se chamou Iluminismo, por outro. Com efeito, é possível identificar um *corpus* de obras relevantes que, tendo como pano de fundo espacial o mundo europeu e os seus prolongamentos ultramarinos, sobretudo nos espaços atlântico e americano, procura responder às interrogações suscitadas pela dinâmica histórica global, sem que exista, todavia, um consenso quanto aos resultados. Em particular, neste *corpus* historiográfico que continua em crescimento, busca-se identificar e avaliar as possíveis relações que se podem estabelecer entre reformismo e iluminismo e entre iluminismo e modernidade ou modernização e quais foram as forças operativas em presença⁴.

3 – A obra clássica sobre este assunto é de HABERMAS, Jürgen. *A transformação estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013 [edição original: 1962]. Para o contexto que aqui nos interessa, assinalamos a obra de GUERRA, François-Xavier, LEMPÉRIÈRE, Annick et al.. *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México*: Centro francés de estudios mexicanos y centroamericanos, Fondo de Cultura Económica, 1998.

4 – Sobre a “modernidade política”, veja-se o estudo já clássico de GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Fundación Mapfre, 1992. Também do mesmo autor, LEMPÉRIÈRE, Annick e LOMNÉ, Georges (comp.). *Figuras de la modernidad: Hispanoamérica siglos XIX-XX*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia-Taurus, 2012. Para uma leitura complementar do problema da “modernidade” e da sua relação com as reformas nas Américas ibéricas, ver ZERMENO PADILLA, Guillermo. História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1850. *Almanack Braziliense*. Guarulhos: n.º 7, p. 5-46, Maio 2008. Sobre o conceito de “modernidade”, a sua complexidade e o uso do vocábulo no contexto da emergência do liberalismo e das novas nações em começos de Oitocentos, ver QUIJADA, Mónica. Sobre ‘nación’, ‘pueblo’, ‘soberanía’ y otros ejes de la modernidade en el mundo hispánico. In: RODRÍGUEZ O., Jaime E. (coord.). *Las nuevas naciones: España y México 1800-1850*. Madrid: Fundación Mapfre, 2008, p. 19-51.

Para muitos historiadores europeus ou do hemisfério americano, tratava-se inicialmente de compreender em que medida o esforço reformista das monarquias europeias se traduzira na reorganização política e administrativa do reino e, depois, das Américas, cooptando ou não as elites dos diversos territórios americanos, e como é que este investimento podia ter conduzido, num nexos causal, a uma transformação social, às independências oitocentistas e à emergência dos Estados-nação. Para os defensores desta linha de raciocínio, existe uma inquestionável relação entre pensamento ilustrado, reformismo, identidade protonacional e, por fim, independência. O ideário iluminista ou, se se preferir, da “modernidade ilustrada” teria constituído assim o fermento intelectual a partir do qual as distintas elites das periferias imperiais americanas começaram a pensar a sua diferença. Presume-se, pois, que antes de 1808, nas Américas espanhola e portuguesa, a afirmação identitária seria de matriz ilustrada e, paradoxalmente, que uma clivagem entre a monarquia e as elites se deu em boa medida como uma reacção às reformas ilustradas do centro, que romperam o pacto entre a monarquia e as elites locais, visando impor um maior controlo sobre os territórios imperiais, objectivo visível, por exemplo, na criação das intendências, um processo que conheceu um ritmo mais intenso a partir de 1776. O reinado de Carlos III, período em que se assistiu a uma importante expansão demográfica e económica, surge neste quadro como o exemplo mais acabado de um período durante o qual se aplicou um “programa” reformista⁵.

As reformas idealizadas e implementadas no império espanhol, as reformas borbónicas, são de tal forma centrais no quadro das historiografias ibero-americanas e das historiografias que se dedicam ao estudo da monarquia espanhola no século XVIII que constituem mesmo uma categoria analítica própria⁶. A perspectiva de uma certa “ortodoxia” his-

5 – Para o império espanhol, vejam-se as obras de STEIN, Stanley J. e STEIN, Barbara Hadley. *Silver, Trade, and War: Spain and America in the Making of the Early Modern Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000; *Idem. Apogee of Empire: Spain and New Spain in the Age of Charles III, 1759-1789*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003; *Idem. Edge of Crisis: War and Trade in the Spanish Atlantic, 1789-1808*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2009.

6 – Cf. SÁNCHEZ SANTIRÓ, Ernest. Las reformas borbónicas como categoría

toriográfica vigente nas décadas de 1970 e 1980 pode ser encontrada na formulação de John Lynch, que falou da “desconstrução do Estado *criollo*” e da “desamericanização da América”: por um lado, ocorreu uma vaga migratória de peninsulares a partir de 1760 e, por outro, existia uma manifesta antipatia do Secretário de Estado do Despacho Universal de Índias José de Gálvez contra os *criollos*, criando-se, assim, as condições para a gênese de uma tomada de consciência das diferenças que existiam entre Espanha e o império e o desenvolvimento de uma identidade nacional *criolla*⁷. E como se estabeleceu, com frequência, um vínculo entre iluminismo e protoliberalismo e entre este e modernidade, a orientação ideológica parece clara: as novas nações, quando nasceram, já eram modernas. Não pensemos, porém, que esta formulação ideológica acerca da etnogênese nacional se pode encontrar apenas em algumas obras mais datadas. Pelo contrário, uma afirmação inequívoca desta filiação, ou seja, que o novo Estado-nação americano saiu das reformas setecentistas, no caso bourbónicas, está presente em edições bem recentes⁸.

Este é um debate historiográfico em aberto, inacabado, e que mobiliza interpretações dissonantes. Nas últimas décadas, as contribuições oriundas da chamada *Atlantic history* enriqueceram as perspectivas existentes⁹, introduzindo uma escala de análise de maior fôlego e, na linha

de análisis en la historiografía institucional, económica y fiscal sobre Nueva España: orígenes, implantación y expansión. *Historia Caribe*. Vol. XI, n.º 29, p. 19-51, Julho-Dezembro 2016.

7 – Cf. “John Lynch”, in CHUST, Manuel (ed.). *Las independencias iberoamericanas en su laberinto. Controversias, cuestiones, interpretaciones*. Valencia: Universitat de València, 2010, p. 241-249.

8 – “El efecto del ensayo reformista en la Nueva España fue contundente. En apenas cuatro décadas, el perfil del virreinato adoptó su rostro maduro, preludio de la futura nación.” Cf. FRANCO, María Teresa. Presentación. In: ROMÁN GUTIÉRREZ, José Francisco (ed.). *Las reformas borbónicas y el nuevo orden colonial*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2020, sem n.º de página [edição electrónica].

9 – Para uma apresentação dos objectivos e sínteses do “estado da arte” da *Atlantic history*, ver BAILYN, Bernard. *Atlantic History: Concept and Contours*. Cambridge, Mass.-London: Harvard University Press, 2005; GREENE, Jack P. e MORGAN, Philip D. (eds.). *Atlantic History: A Critical Appraisal*. New York: Oxford University Press, 2009; BAILYN, Bernard e DENAULT, Patricia L. (eds.). *Soundings in Atlantic History: Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830*. Cambridge, Ma.-London University Press: Harvard, 2009; CANNY, Nicholas e MORGAN, Philip (eds.). *The Oxford Hand-*

das *connected histories* ou *entangled histories*, o potencial da dimensão comparativa entre impérios e territórios cujas histórias se interpenetram¹⁰. Por outro lado, convirá recordar que este debate ocorre a par de todo um profundo trabalho de revisão e reavaliação historiográficas que se vem operando desde a década de 1980 no que diz respeito à relação entre monarquias absolutas e Iluminismo, por um lado, e ao conteúdo e uso de categorias históricas e analíticas como “Iluminismo” e “despotismo esclarecido” ou “despotismo iluminado¹¹”. Com efeito, embora

book of the Atlantic World: 1450-1850. Oxford: Oxford University Press, 2011; PRIOR, David. After the Revolution: An Alternative Future for Atlantic History. *History Compass*. 12/3, p. 300-309, 2014; MILLER, Joseph C. (ed.). *The Princeton Companion to Atlantic History*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2015. Para as críticas dirigidas à *Atlantic history* norte-americana ou anglo-saxónica, ver, entre outros, COCLANIS, Peter A.. *Drang Nach Osten: Bernard Bailyn, the World-Island, and the Idea of Atlantic History*. *Journal of World History*, vol. 13, n.º 1, p. 169-182, 2002; MORELLI, Federica e GÓMEZ, Alejandro E.. La nueva Historia Atlántica: un asunto de escalas. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos [online]*, n.º 6, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document2102.html>. Acesso em: 20.06.17; SCHAUB, Jean-Frédéric. The Case for a Broader Atlantic History. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos [online]*. Coloquios, 2012. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/63478>. Acesso em: 31.12.14. Para uma tentativa de articulação entre a *Atlantic history* e a *global history*, ver CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge e SEEMAN, Erik. *The Atlantic in Global History, 1500-2000*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2006. Para uma crítica “atlântica” da *global history*, ver ZUÑIGA, Jean-Paul. L'Histoire impériale à l'heure de l'«histoire globale». Une perspective atlantique. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, n.º 54-4bis, p. 54-68, 2007/5.

10 – Cf. ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian World*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2006; TORTAROLO, Edoardo. Eighteenth-century Atlantic history old and new. *History of European Ideas*. 34, p. 369-374, 2008; PAQUETTE, Gabriel (ed.). *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830*. Farnham and Burlington, VT.: Ashgate, 2009; e RODRIGUES, José Damião (coord.). *O Atlântico Revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*. Ponta Delgada: CHAM, 2012. Para uma apresentação geral das perspectivas das *connected histories* para o caso dos impérios ibéricos, ver as contribuições de SUBRAHMANYAM, Sanjay. Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500-1640. *American Historical Review*, Vol. 112, n.º 5, p. 1359-1385, December 2007; SUBRAHMANYAM, Sanjay. Sobre comparaciones y conexiones: notas sobre el estudio de los imperios ibéricos de Ultramar, 1490-1640. In: CHARTIER, Roger e FEROS, Antonio (dir.). *Europa, América y el mundo: tiempos históricos*. Madrid-Barcelona: Fundación Rafael del Pino-Fundación Carolina-Colegio Libre de Eméritos-Marcial Pons, 2006, p. 239-262. Para a perspectiva das *entangled histories*, ver *American Historical Review*, vol. 112, n.º 3, June 2007: “AHR Forum. Entangled Empires in the Atlantic World”.

11 – Sobre os problemas colocados pelo uso da categoria “despotismo iluminado”, expressão cunhada e usada já no século XVIII, ver, entre outros, as observações de

sem conquistarem a unanimidade entre os historiadores, novos ângulos de análise modificaram o mapa conceptual do Iluminismo, chamando a atenção para a necessidade de se equacionarem os diferentes contextos nacionais e regionais, o envolvimento diferenciado dos múltiplos corpos e actores sociais nos processos estudados e a existência de vários centros de gravidade intelectual na Europa do século XVIII, o que se traduzia numa polifonia de vozes e de sentidos, em suma, numa multiplicidade de Iluminismos, em cujo contexto a França surge afinal como o contraexemplo face às descentragens geográfica e cronológica operadas¹². Neste

INGRAO, Charles. The Problem of “Enlightened Absolutism” and the German States. *The Journal of Modern History*. Vol. 58, Supplement: *Politics and Society in the Holy Roman Empire, 1500-1806*, p. S161-S180, Dezembro 1986; BLACK, Jeremy. *La Europa del siglo XVIII 1700-1789*. Madrid: Akal, 1997 [edição original: 1990], p. 395-396 e 451-456; e PAQUETTE, Gabriel B.. Empire, Enlightenment and Regalism: New Directions in Eighteenth-century Spanish History. *European History Quarterly*, Vol. 35 (1), p. 107-117. Para a formulação original da expressão “despotismo iluminado”, ver BEALES, Derek. *Enlightenment and Reform in Eighteenth-century Europe*. London-New York: I. B. Tauris, 2005, p. 49-53.

12 – De entre uma vasta bibliografia, citemos apenas alguns livros e artigos mais recentes, remetendo para a bibliografia aí indicada: KIRK, Linda. The Matter of Enlightenment. *The Historical Journal*, Vol. 43, n.º 4, p. 1129-1143, 2000; BRADLEY, James E. e VAN KLEY, Dale K. (ed.). *Religion and Politics in Enlightenment Europe*. Notre Dame: The University of Notre Dame Press, 2001; PORTER, Roy. *Enlightenment: Britain and the Creation of the Modern World*. London: Penguin Books, 2001; MCMAHON, Darrin M.. *Enemies of the Enlightenment: The French Counter-Enlightenment and the Making of Modernity*. Oxford-New York: Oxford University Press, 2001; KORS, Alan Charles (ed.). *Encyclopedia of the Enlightenment*. Oxford: Oxford University Press, 2003, 4 vols.; HIMMELFARB, Gertrude. *The Roads to Modernity: The British, French, and American Enlightenments*. New York: Knopf, 2004; OUTRAM, Dorinda. *The Enlightenment*. 2ª ed., Cambridge: Cambridge University Press, 2005 [edição original: 1995]; MCMAHON, Darrin M. e HANLEY, Ryan. *The Enlightenment: Critical Concepts in Historical Studies*. London: Routledge, 2009, 5 vols.; AHR Forum – New Perspectives on the Enlightenment. *The American Historical Review*, Vol. 115, n.º 5, p. 1340-1435, Dezembro 2010; SCHMIDT, James. Misunderstanding the Question: ‘What Is Enlightenment?’: Venturi, Habermas, and Foucault. *History of European Ideas*, 37, p. 43-52, 2011; SCHMIDT, James. Enlightenment as Concept and Context. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 75, n.º 4, p. 677-685, October 2014; LAVAERT, Sonja e SCHRÖDER, Winfried (eds.). *The Dutch Legacy: Radical Thinkers of the 17th Century and the Enlightenment*. Leiden-Boston: Brill, 2016; LILTI, Antoine. *L’héritage des Lumières. Ambivalences de la modernité*. Paris: Éditions de l’EHESS, 2019. Neste contexto de reequacionamento do Iluminismo, importa ainda pensar para além da Europa como forma de evitar os perigos do eurocentrismo. A este respeito assinalamos a contribuição de FOURCADE, Marie e ŽUPANOV, Ines G. (dir.). *L’Inde des Lumières. Discours, histoire, savoirs (XVII^e-XIX^e siècle)*. Paris:

contexto, e pela ambição e relevância das suas obras, merecem destaque os nomes de J. G. A. Pocock¹³ e de Jonathan I. Israel¹⁴.

Ainda a este respeito, e numa breve nota, é justo recordar que, precisamente no começo dos anos oitenta, Luís Reis Torgal, em “Nota Introdutória” ao número da *Revista de História das Ideias* dedicado ao marquês de Pombal, após breve exposição sobre a perspectiva de alguns historiadores, como François Bluche (1925-) e Matthew Anderson (1922-2006), concluía já pela diversidade de casos, afirmando então que “os «despotismos esclarecidos» ou «absolutismos esclarecidos» – expressões que os historiadores continuam, apesar de tudo, a usar – estão cheios de incoerências¹⁵”. Não obstante a desconfiança e a hesitação que pode-

Édition de l'École des hautes études en sciences sociales, 2013.

13 – Cf. POCKOCK, J. G. A.. *Barbarism and Religion*. Cambridge: Cambridge University Press, 6 vols., 1999-2015. Face à sua importância, o impressionante *tour de force* de J. G. A. Pocock foi objecto de análise em número do *Journal of the History of Ideas*, vol. 77, n.º 1, January 2016: *Symposium on J. G. A. Pocock's Barbarism and religion*. Sobre as formulações teóricas da chamada “Cambridge School of Intellectual History”, que defende a correcta contextualização histórica dos autores estudados e da respectiva produção, além da obra de J. G. A. Pocock, são de consulta obrigatória os estudos de Quentin Skinner. Para uma introdução, ver SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*, vol. 1: *Regarding Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Para uma síntese destas formulações, ver BRETT, Annabel. *Que é a história intelectual hoje?*. In: CAN-NADINE, David (coord.). *Que é a história hoje?*. Lisboa: Gradiva, 2006 [edição original: 2002], p. 151-172.

14 – Cf. ISRAEL, Jonathan I.. *Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity, 1650-1750*. Oxford: Oxford University Press, 2001; *Enlightenment Contested: Philosophy, Modernity, and the Emancipation of Man 1670-1752*. Oxford: Oxford University Press, 2006; *A Revolution of the Mind: Radical Enlightenment and the Intellectual Origins of Modern Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2010; *Democratic Enlightenment: Philosophy, Revolution, and Human Rights 1750-1790*. Oxford: Oxford University Press, 2011; *Revolutionary Ideas: an Intellectual History of the French Revolution from the Rights of Man to Robespierre*. Princeton: Princeton University Press, 2014. Contrariamente à obra de J. G. A. Pocock, a visão ou revisão de Jonathan I. Israel tem sido recebida com mais críticas e resistências. De entre estas, indicamos LA VOPA, Anthony J.. *Historiographical Reviews. A New Intellectual History? Jonathan Israel's Enlightenment*. *The Historical Journal*. Vol. 52, n.º 3, p. 717-738, 2009; MCMAHON, Darin M.. *What Are Enlightenment?*. *Modern Intellectual History*. Vol. 4, n.º 3, p. 601-616, 2007. Para uma síntese, ver MUNCK, Thomas. *The Enlightenment as Modernity: Jonathan Israel's Interpretation Across Two Decades*. *Reviews in History*. Review n.º 2039, Dezembro 2016. Disponível em: <https://reviews.history.ac.uk/review/2039>. Acesso em: 4.12.07; DOI: 10.14296/RiH/2014/2039.

15 – Cf. TORGAL, Luís Reis. Nota introdutória. Acerca do significado do Pombalismo.

mos detectar em alguns historiadores quanto ao uso das citadas expressões, certo é que as mesmas ainda encontram defensores, como Gabriel Paquette, se bem que alertando para a necessidade de se reavaliar o que foi o Iluminismo, pensando este mais como “a series of communicative practices¹⁶”.

Por outro lado, importa lembrar que, em anos mais próximos, graças a um trabalho porfiado, com recurso a documentação de arquivo – e não somente a diplomas e textos “programáticos” –, novos ângulos de análise, libertos de modelos herdados da historiografia liberal e nacionalista – o “paradigma estadualista”, de que falou António Manuel Hespanha¹⁷ –, permitiram uma significativa renovação historiográfica destas questões. Em primeiro lugar, importa sublinhar a recusa de uma “visão progressiva” da história, ou seja, de uma interpretação que considerava existir um progresso linear e uma lógica de modernização no tocante aos programas reformistas e à recusa das dicotomias introduzidas pelo liberalismo¹⁸. Depois, além de recuarem a cronologia das reformas setecentistas, as mais recentes contribuições têm sublinhado a importância da negociação e das tensões entre as monarquias e as elites; apontado as hesitações dos reformadores; identificado os limites do poder monárquico e dos reformismos setecentistas, que se confrontavam com o ordenamento jurídico e social do Antigo Regime; e, por fim, denunciado as insuficiências das interpretações teleológicas, nomeadamente no que respeita à conjuntura da viragem do século XVIII para o século XIX e ao início dos processos

Revista de História das Ideias. Coimbra: vol. 4: *O Marquês de Pombal e o seu tempo. Número Especial no 2º Centenário da sua morte, 1982-1983*, Tomo I, p. 7-17, *maxime* p. 10 para a citação.

16 – Cf. PAQUETTE, Gabriel. The reform of the Spanish empire in the age of Enlightenment. In: ASTIGARRAGA, Jesús (ed.). *The Spanish Enlightenment revisited*. Oxford: Voltaire Foundation, p. 149-167, 2015, *maxime* p. 151-153.

17 – Para uma exposição e crítica do que considerou ser o “paradigma estadualista”, ver HESPANHA, António Manuel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *Poderes e instituições na Europa do Antigo Regime. Coleção de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 7-89.

18 – Cf. GUERRA, François-Xavier. Revolución Francesa y revoluciones hispánicas: una relación compleja. In: LEMPÉRIÈRE, Annick e LOMNÉ, Georges (comp.). *Figuras de la modernidad: ...*, p. 291-327, *maxime* p. 297-299.

independentistas¹⁹. Desde logo, as reformas da primeira etapa do reinado de Filipe V foram integradas numa perspectiva mais alargada; por outro lado, os projectos concebidos para os territórios imperiais foram situados em conjunturas precisas e nos seus contextos específicos, evitando ou tentando evitar a tentação de construir uma narrativa que tivesse em conta o que os historiadores já sabiam acerca dos “futuros do passado”, ou seja, de um passado que, para os coevos, era ainda um futuro incerto, por fazer.

Esta sinopse, muito geral, aplica-se também, conforme dissemos, ao caso da monarquia pluricontinental portuguesa. É inegável que os progressos registados nas últimas décadas pelas historiografias portuguesa e brasileira permitiram rever modelos interpretativos, moldados no paradigma da “centralização”, e desfazer – ou dar início à tarefa – de mitos e equívocos relativos ao Antigo Regime, quer para o reino, quer para o império português²⁰. No entanto, apesar das edições publicadas por ocasião

19 – Ver, entre outros, PORTILLO VALDÉS, José M.. *Crisis atlántica. Autonomía e independencia en la crisis de la monarquía hispana*. Madrid: Fundación Carolina, Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos, Marcial Pons Historia, 2006; PAQUETTE, Gabriel. *Enlightenment, Governance, and Reform in Spain and its Empire, 1759-1808*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008; MORELLI, Federica. La redefinición de las relaciones imperiales: en torno a la relación reformas dieciochescas/independencia en América. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [online]. Debates, 2008, colocado online a 17 de Maio de 2008. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index32942.html>; ALBAREDA, Joaquim. El debate sobre la modernidad del reformismos [sic] borbónico. *Revista HMiC*. N.º X, p. 6-18, 2012; GARRIGA, Carlos. Os limites do reformismo borbónico: a propósito da administração da justiça na América espanhola. *Almanack*. Guarulhos: n.º 6, p. 38-60, 2.º semestre de 2013; PEARCE, Adrian J.. *The Origins of Bourbon Reform in Spanish South America, 1700-1763*. New York: Palgrave Macmillan, 2014; KUETHE, Allan J. e ANDRIEN, Kenneth J.. *The Spanish Atlantic World in the Eighteenth Century. War and the Bourbon Reforms, 1713-1796*. New York: Cambridge University Press, 2014; EXBALIN, Arnaud. L'ordre urbain à Mexico. Acteurs, règlements et réformes de police (1692-1794). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [online]. Extratos de teses, colocado online a 11 de Junho de 2015. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/68104>. Veja-se ainda o sugestivo ensaio interpretativo de PAQUETTE, Gabriel. Historiographical Reviews. The Dissolution of the Spanish Atlantic Monarchy. *The Historical Journal*. 52 (1), p. 175-212, 2009.

20 – Entre outros exemplos possíveis, ver FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; e MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências

do duplo centenário da morte do marquês de Pombal²¹ e de relevantes contribuições no campo da história econômica e social²², um dos períodos que menos tem beneficiado com a renovação historiográfica é, em nosso entender, o reinado josefino, coincidindo com a presença de Sebastião José de Carvalho e Melo nos gabinetes do poder²³.

De um modo geral, o período pombalino tem sido perspectivado mais em termos de ruptura do que de continuidade, buscando-se naquela as marcas da “modernidade” do Iluminismo. De acordo com esta lógica, e coincidindo praticamente com a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Iluminismo adquiriu em Portugal uma “feição de Estado”, no contexto do “despotismo esclarecido”, verificando-se uma aliança entre Iluminismo e política²⁴. No âmbito do reformismo ilustrado português, o Secretário de Estado, geralmente identificado como Pombal, seria “um agente do espírito científico iluminista²⁵” e, com ele, a monarquia preten-

Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005.

21 – Cf. AAVV. *Como Interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*. Lisboa-Porto: Edições Brotéria-Livraria A. I., 1983; *Revista de História das Ideias*. Coimbra: vol. 4: *O Marquês de Pombal e o seu tempo*. Número Especial no 2º Centenário da sua morte, 1982-1983, 2 tomos; SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *Pombal revisitado*. Comunicações ao Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, 2 volumes.

22 – No campo da história social, vejam-se os importantes estudos de PEDREIRA, Jorge Miguel, *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*. Tese de doutoramento – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: 1995, policopiado; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998 e, do mesmo autor, *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

23 – Para uma interpretação recente do reinado de D. José, ver MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José. Na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006; 2.ª edição, revista e ampliada, Lisboa: Temas e Debates, 2008. Para uma exposição das dinâmicas do império luso-brasileiro no contexto da história atlântica e prolongando a narrativa até meados do século XIX, ver PAQUETTE, Gabriel B. *Imperial Portugal in the age of Atlantic revolutions: the Luso-Brazilian world, c. 1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

24 – Sobre esta perspectiva, ver, para Portugal, a síntese de CALAFATE, Pedro. Filosofia política. In: CALAFATE, Pedro (dir.). *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. III: *As Luzes*. Lisboa: Caminho, 2001, p. 45-62.

25 – Cf. GAUER, Ruth M. Chittó. A influência das reformas pombalinas na moderni-

deria concretizar o projecto de formação de um novo oficialato e de uma nova arquitectura institucional ao serviço do centro político. No quadro desta grelha de leitura, a reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, constitui um momento-chave e um marco da introdução da “modernidade” em Portugal²⁶. Ora, uma tal linha interpretativa, assente numa representação holista e “optimista” do movimento ou programa filosófico e cultural do Iluminismo contrasta com o estilhaçar historiográfico do Iluminismo, pois, salvo algumas posições dissonantes ou mais reservadas, a maioria dos textos vindos à lume no universo lusófono, mas não só, tende a apresentar-nos uma representação idealista e teleológica do Iluminismo e das suas manifestações em Portugal, vendo em todas as iniciativas ou reformas do período um cunho ilustrado e identificando um “sentido” no percurso político, social e económico da monarquia portuguesa ao longo de Setecentos, que se caracterizaria pelo “progresso” e por uma gradual “racionalização” da política e da administração, nomeadamente na organização do espaço e em matéria fiscal.

Apesar de ser possível detectar para o período do reinado de D. José I as afirmações de um novo ideário – na sequência, de resto, de um processo iniciado efectivamente na primeira metade de Setecentos e no âmbito do qual pontificaram grandes nomes da cultura portuguesa²⁷ –, justifica-se uma certa prudência na aplicação *uniforme* de uma grelha de leitura iluminista às décadas do reinado josefino²⁸, um cuidado que, aliás, outros historiadores fizeram questão de recomendar antes de nós²⁹. Devemos

dade brasileira. In: AAVV. *Congresso O Marquês de Pombal e a sua época/Colóquio O século XVIII e o Marquês de Pombal. Actas*. Pombal-Oeiras: Câmara Municipal de Pombal-Câmara Municipal de Oeiras, 2001, p. 47-61, *maxime* p. 48 para a citação.

26 – Sobre esta questão, ver, a título de exemplo, GAUER, Ruth Maria Chittó. *A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

27 – Em relação à cultura portuguesa de Setecentos, com particular ênfase no pensamento iluminista, ver a síntese de ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

28 – Cf. DIAS, José Sebastião da Silva. *Pombalismo e Teoria Política*. Separata de *Cultura – História e Filosofia*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982, p. 1: “Teoricamente, o absolutismo esclarecido não foi igual a si mesmo do princípio ao fim do pombalismo. E por outro lado, não nasceu feito. Fez-se aos poucos, de acordo com o apelo das lutas concretas em que sucessivamente se envolveu.”

29 – Cf., entre outros, FALCON, Francisco José Calazans. As práticas do reformismo

atender à cronologia; ao peso dos modelos, nomeadamente em matéria de economia política num contexto de competição imperial³⁰, e das convenções herdadas; às tensões e diferenças que existiram no seio do movimento das Luzes, mormente “a preponderância do alinhamento católico das Luzes em Portugal³¹”, que introduz um contraste com algumas das correntes do pensamento iluminista europeu³²; à coexistência do “antigo” e do “moderno”; e à oposição corporativa a toda a mudança³³. Em suma, importa contemplar as continuidades e as resistências, não ignorando a complexidade e a “contrapolaridade inquestionável³⁴” do Iluminismo, no-

ilustrado pombalino no campo jurídico. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: vol. 18: *História – Memória – Nação*, p. 511-527, 1996, *maxime* p. 512-513.

30 – Cf. HONT, Istvan. *Jealousy of Trade: International Competition and the Nation-State in Historical Perspective*. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 2005. Sobre a presença de modelos estrangeiros, nomeadamente ingleses, na definição das políticas de Sebastião José de Carvalho e Melo, ver PAQUETTE, Gabriel. Political economy, local knowledge and the reform of the Portuguese empire in the Enlightenment. In: ASTIGARRAGA, Jesús e USOZ, Javier (eds.). *L'économie politique et la sphère publique dans le débat des Lumières*. Madrid: Casa de Velázquez, 2013, p. 245-257, *maxime* p. 249-251.

31 – Cf. DIAS, José Sebastião da Silva. *Pombalismo e Teoria Política*, p. 17. Sobre esta questão, ver também SANTOS, Cândido dos. Matrizes do Iluminismo Católico da época Pombalina. In: AAVV. *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 949-956, vol. 3.

32 – Cf. DIAS, José Sebastião da Silva. Pombalismo e projecto político. *Cultura – História e Filosofia*. 1984, p. 135-259, vol. III. Sobre esta questão, vejam-se também os dois estudos de DOMINGUES, Beatriz Helena. Algumas considerações sobre a relação entre Modernidade, Barroco e Iluminismo no mundo ibérico, 2001, e The Role of the Jesuits in the Iberian Catholic Enlightenment. 2003-2004. Disponível em: http://www.la.utexas.edu/research/paisano/paisano_three/BHDtext.html; http://www.georgetown.edu/centers/woodstock/publications/Jesuits_in_Iberian_Enlightenment.htm#_ftn1.

33 – A obra de Kenneth Maxwell constituirá, porventura, uma boa síntese destas tensões e dos problemas de interpretação que a personagem de Sebastião José de Carvalho e Melo suscita. Ao definir Pombal como um “paradoxo do Iluminismo”, o autor está, afinal, a afirmar a sua dificuldade em definir como ilustrado um governante com um ideário e práticas dissonantes em relação ao que comumente se entende por Iluminismo. Cf. MAXWELL, Kenneth. *Pombal, Paradox of the Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. Para uma crítica desta obra, considerando a necessidade de bem definir o que se entende por Iluminismo, ver MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Maxwell, Kenneth. Pombal, Paradox of the Enlightenment. *e-journal of Portuguese History*. Vol. 11, n.º 1, Summer p. 110-119, 2013. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue21/html/v11n1a07.html.

34 – A expressão é de PEREIRA, José Esteves. A Ilustração em Portugal. In: PEREIRA, José Esteves. *Percursos de História das Ideias*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. 91-103, *maxime* p. 91 para a citação. Esta “contrapolaridade”, aliás, não é

meadamente no espaço português e ibérico, sob risco de empobrecimento da história cultural e intelectual de Setecentos. A relativização da importância do período dito “pombalino” enquanto momento de afirmação das Luzes em Portugal sublinha “as limitações de abertura da modernidade do pombalismo”³⁵ e a desconfiança do poder face ao fermento de ideias e a alguns dos princípios defendidos por certas correntes iluministas.

Não iremos retomar aqui o debate em torno do pombalismo, dos respectivos fundamentos teóricos e da sua eventual “modernidade”. Lembramos tão somente que já tivemos a oportunidade de defender e aplicar uma proposta teórica e metodológica³⁶ que sustenta que é essencialmente nos documentos produzidos pela administração e na correspondência trocada entre o centro e as periferias que podemos apreender a cultura política do Antigo Regime³⁷ e encontrar “des éléments déterminants du mode de penser politique de ceux qui agissaient”³⁸. Ou seja, é na

específica do caso nacional. Para o caso inglês, ver a excelente exposição de POCOCK, John G. A.. *Clero y comercio: la Ilustración conservadora en Inglaterra*. In: POCOCK, John G. A.. *Historia e Ilustración. Doce estudios*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2002, p. 173-210. Este texto data originalmente de 1985.

35 – Cf. PEREIRA, José Esteves. Poder e saber. Alcance e limitações do projecto pombalino. In: PEREIRA, José Esteves. *Percursos ...* p. 133-140, *maxime* p. 135 para a citação. O autor segue aqui a interpretação de José Maurício de Carvalho. Ver ainda, no mesmo volume, “A Ilustração em Portugal”, p. 91-103, e “Teorização absolutista e centralização”, p. 107-123. De igual modo, consulte-se CHACON, Vamireh. *O Humanismo Ibérico. A escolástica progressista e a questão da modernidade*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 31 e 57-58.

36 – Cf. RODRIGUES, José Damião. “*para o socego e tranquilidade publica das Ilhas*”: p. 157-183; RODRIGUES, José Damião. Percursos de um magistrado nos Açores: a etapa açoriana de José Acúrsio das Neves. In: *O Liberalismo nos Açores: do Vintismo à Regeneração. O Tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807-1870)*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 147-160.

37 – Para uma avaliação crítica do conceito de “cultura política” e do seu uso por historiadores e cientistas políticos, ver, entre outros, FORMISANO, Ronald P.. The Concept of Political Culture. *Journal of Interdisciplinary History*. Vol. XXXI, n.º 3, p. 393-426, Winter 2001. Para a sua aplicação aos casos de Portugal, do Brasil e do Atlântico português, ver SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

38 – Cf. PASQUINO, Pasquale. Police spirituelle et police terrienne. D. Reinkingk et V. L. von Seckendorff. In: LAZZERI, Christian e REYNIÉ, Dominique (ed.). *La raison d'Etat: politique et rationalité*. Paris: PUF, 1992, p. 83-115, *maxime* p. 85 para a citação.

comunicação política que existia entre a monarquia e os diferentes pólos de poder, mesmo aqueles que eram uma extensão periférica da coroa, que podemos detectar o modo como o governo representava os corpos políticos e sociais e perceber quais eram os objectivos do centro político relativamente aos territórios e às populações sob a sua jurisdição³⁹. No caso concreto do período aqui considerado, tal metodologia adquire particular relevância quando consideramos que o reinado de D. José I, em termos históricos e historiográficos, se caracteriza por ser um período de polaridades opostas e no qual a “modernidade” política se parece consubstanciar, tal como no tempo do conde-duque Olivares, na prática de um governo “activo”, que procurava romper com os equilíbrios tradicionais.

A emergência de um modelo de administração activa, que pretendia reorganizar o todo social, relaciona-se com o desenvolvimento, durante a primeira metade do século XVIII, de uma “ciência de polícia”, de matriz cameralista, que propunha um modelo de administração activa⁴⁰. Será então aqui que podemos encontrar os eventuais elementos de “modernidade” ou “novidade” do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, num reformismo activo de inspiração cameralista⁴¹ que aspirava

39 – A este respeito, veja-se o texto da carta de Sebastião José de Carvalho e Melo a Joaquim de Melo e Póvoas, governador do Maranhão, onde o então conde de Oeiras expõe “um breve methodo de governar”, com recurso a uma linguagem tradicional. Cf. ALBUQUERQUE, Martim de. Para a história das Ideias Políticas em Portugal. Uma carta do Marquês de Pombal ao governador do Maranhão em 1761. In: ALBUQUERQUE, Martim de. *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 331-342, vol. III.

40 – Cf. SUBTIL, José. Os poderes do centro. Governo e administração. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto Volume da *História de Portugal*, dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 157-193, *maxime* p. 159-163 para o “Estado de polícia”. Sobre o conceito de “polícia”, ver SCHIERA, Pierangelo. A “polícia” como síntese de ordem e de bem-estar no moderno Estado centralizado. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *Poderes e Instituições na Europa ...*. p. 307-319. É de notar que o conceito de “polícia” também era conhecido em Portugal e foi registado pelo padre Rafael Bluteau no seu *Vocabulário Portuguez, & Latino* ainda no primeiro quartel de Setecentos. Cf. BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Portuguez, & Latino*, [...]. Lisboa: na Oficina de Pascoal da Silva, 1720, p. 575.

41 – José Luís Cardoso considerou que, entre as inspirações doutrinais e políticas que alimentaram um ambiente propício à mudança no contexto do reformismo iluminado que caracterizou a governação de Sebastião José de Carvalho e Melo, devemos incluir o cameralismo austríaco-alemão. Cf. CARDOSO, José Luís. Direito natural e despotismo legal: a

a romper com um modelo administrativo “passivo” e o equilíbrio de poderes tradicional, procurando impor uma diferença enquanto estratégia política⁴². Para tentar impor ao reino e ao império as reformas desejadas, o Secretário de Estado precisou recorrer a uma nova prática governativa⁴³. É, então, a partir desta grelha que iremos observar e comentar as iniciativas de reforma operadas durante o reinado de D. José I, bem como os resultados alcançados, tomando como objecto de análise os territórios portugueses do Atlântico, situando-os no seu contexto internacional e atlântico e contribuindo assim para restituir uma mais correcta compreensão do regalismo josefino e das condições efectivas do exercício do poder neste período⁴⁴.

2. Começamos por sublinhar, como destacou o historiador Jorge Borges de Macedo, que as políticas seguidas pelo Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo não representaram uma ruptura total com as grandes linhas definidas no reinado de D. João V. Com efeito, durante o reinado de D. José I foram continuados “alguns dos princípios essenciais que orientavam o governo de D. João V: aliança inglesa e neutralidade na Europa, a independência e unidade na direcção do Estado⁴⁵”.

ordem e o discurso fisiocrático em Portugal. In: CARDOSO, José Luís. *Pensar a Economia em Portugal* – Digressões Históricas. Lisboa: Difel, 1997, p. 119-135, *maxime* p. 127. 42 – Cf. WILSON, Kathleen. Introduction: histories, empires, modernities. In: WILSON, Kathleen (ed.). *A New Imperial History: Culture, Identity, and Modernity in Britain and the Empire, 1660-1840*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 1-26, *maxime* p. 8. É ainda esta historiadora que, a propósito da “diferença”, afirma que esta era “a political strategy rather than a verifiable descriptive category, a highly mobile signifier for power relations” (*idem*, p. 4).

43 – Para a nossa análise, seguimos a grelha analítica concebida por Michel Foucault. Em particular, sublinhamos a distinção que o autor estabeleceu entre a crítica do “reformismo como prática política” e a de uma “prática política no pressuposto de que pode dar origem a uma reforma” e os três conceitos de “formas de racionalidade” necessários a uma interpretação das relações de poder – estratégias, tecnologias e programas de poder –, alertando ainda para a diferença entre discursos, práticas e efeitos sociais. Cf. RODRIGUES, José Damião. “*para o socego e tranquilidade publica das Ilhas*”: p. 157-183, *maxime* p. 149-152 e a bibliografia aí indicada.

44 – Sobre estas questões, ver CHAUNU, David e DUC, Séverin (eds.). *La domination comme expérience européenne et américaine à l'époque moderne*. Bruxelles-Bern-Berlin-New York-Oxford-Wien: Peter Lang, 2019.

45 – Cf. MACEDO, Jorge Borges de. *O Marquês de Pombal (1699-1782)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982, p. 18.

Por outro lado, o mesmo historiador notara, em síntese agora clássica, que não podemos pretender que o período de vinte e sete anos de permanência de Sebastião José de Carvalho e Melo no governo tenha tido sempre as mesmas características ou sequer que os modelos políticos subjacentes à acção governativa estivessem configurados desde a chamada do futuro marquês de Pombal à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra⁴⁶. José Sebastião da Silva Dias também sublinhou este aspecto, ou seja, o facto de que a governação durante o reinado josefino não foi igual do princípio ao fim, devendo ser perspectivada como um conjunto de respostas políticas a diferentes desafios⁴⁷. Assim, no arco cronológico que se estende de 1750 a 1777, são identificáveis diversas conjunturas, que exigiram do poder respostas adequadas à situação interna e externa.

No primeiro decénio do reinado de D. José I, importa lembrar que algumas das decisões tomadas não devem ser imediatamente atribuídas ao pensamento ou à influência do novo Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, resultando antes de dinâmicas e solicitações que vinham do reinado anterior. Podemos referir a criação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, em 1751; a autonomização do governo de Moçambique do Estado da Índia, em 1752; ou a mudança da capital das ilhas do Golfo da Guiné de São Tomé para a vila, de imediato elevada à cidade, de Santo António, no Príncipe, em 1753, acompanhando a incorporação da ilha nos bens da coroa. Na década seguinte, ainda no decurso das sequelas dos tratados negociados entre as monarquias ibéricas e ao cair do pano da Guerra dos Sete Anos, em 1763, o Rio de Janeiro tornou-se a nova capital do Estado do Brasil, culminando o movimento que deslocara para a região centro-sul o eixo político e económico da América portuguesa. A centralidade do Rio de Janeiro, agora formalmente afirmada, era também fruto das novas circunstâncias geopolíticas no Atlântico

46 – Cf. MACEDO, Jorge Borges de. Pombal, Marquês de (1699-1782). In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. S. ed. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, p. 113-121, vol. V. Este texto data, na sua origem, do final dos anos de 1960.

47 – Cf. DIAS, José Sebastião da Silva. *Pombalismo e Teoria Política*. Separata de *Cultura – História e Filosofia*. p. 1.

Sul⁴⁸. Por outro lado, reformas que tiveram a mão do então já conde de Oeiras não se configuraram como uma manifestação do “despotismo esclarecido”, antes foram a resposta a uma conjuntura de crise fiscal, como sucedeu com a criação da capitania-geral dos Açores, instituída em 1766. Por fim, importa ainda situar as reformas ditas “pombalinas” no quadro europeu. O ímpeto reformista não foi um exclusivo português, bastando para tal olhar para os territórios americanos da monarquia borbônica, onde é possível identificar uma “avalanche reformista” de 1777 a 1787, com diferenças regionais assinaláveis e resultados limitados e desapontadores. Estes surtos de reformas, de mudanças institucionais, devem ser encarados como respostas adaptativas a alterações registadas nas dinâmicas imperiais e no equilíbrio das relações internacionais de poder⁴⁹. E a sua coincidência cronológica com os tempos fortes do Iluminismo não significa que na base das reformas tenham estado necessariamente preceitos ilustrados, ou seja, a aplicação de princípios racionalistas em prol de um reformismo administrativo.

Observando agora alguns dos territórios portugueses do Atlântico, vejamos, de forma breve, que reformas a coroa procurou implementar, quais as conjunturas e os contextos e que resultados foram atingidos.

Começemos pelos Açores. De um modo geral, na constelação das “reformas pombalinas”, as ilhas ocupam uma região periférica relativamente ao núcleo daquelas, composto pelos espaços e temas “fortes” dos discursos historiográficos. Tal facto poderá ser explicado por uma questão de escala, considerando-se que, pela sua dimensão, os exemplos recolhidos nos Açores têm sobretudo interesse regional. Deste modo, o

48 – Sobre esta conjuntura, ver uma síntese em RODRIGUES, José Damião. *Um tempo de ruptura? (1750-1778)*. p. 264-276.

49 – Cf. DELGADO RIBAS, Josep M.. *Dinámicas imperiales (1650-1796). España, América y Europa en el cambio institucional del sistema colonial español*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2007, p. 21-22, 32 e 36-37. Para uma comparação e avaliação das reformas ibéricas nas Américas, ver MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Reformas pombalinas e reformas borbônicas nas Américas: esboço de uma análise comparada. In: GARRIDO, Álvaro, COSTA, Leonor Freire e DUARTE, Luís Miguel (orgs.). *Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães. Economia, instituições e império*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 373-390.

impacto das reformas e da acção governativa do conde de Oeiras nos arquipélagos portugueses do Atlântico e, em particular, nos Açores tem sido descurado por historiadores nacionais e estrangeiros, com a inevitável excepção da historiografia produzida em meios insulares ou com estes relacionados⁵⁰, não obstante configurarem um bom exemplo – um *case study* – das ambições, possibilidades e limites que se colocavam aos diversos projectos reformistas das monarquias europeias e ao desígnio de instaurar uma nova ordem social.

Em meados do século XVIII, três séculos após o início do povoamento das ilhas dos Açores, a partir do seu perímetro oriental, estaríamos, segundo algumas interpretações, perante uma “deterioração do sistema político-administrativo insular⁵¹”. A coroa não dispunha de meios efectivos para levar a cabo um qualquer projecto centralizador e, no caso dos Açores, a distância do reino, a fragmentação geográfica e a persistência de estruturas senhoriais que datavam do começo da ocupação humana do arquipélago ampliavam as dificuldades da monarquia em impor um maior controlo aos poderes periféricos⁵². Deste modo, as reformas que, na década de 1760, o conde de Oeiras concebeu para os Açores não visavam responder ao “abandono” e “decadência” das ilhas, devendo antes ser enquadradas nas respectivas conjunturas nacional e internacional, por um lado, e no contexto da implementação de um novo paradigma administrativo, que melhor correspondesse às urgências da coroa portuguesa,

50 – Para uma exposição do projecto de reformas nos Açores, seus objectivos, limites e resultados, ver MENESES, Avelino de Freitas de. *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, vol. I: *Poderes e instituições*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1993 e vol. II: *Economia*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1995; LEITE, José Guilherme Reis. *Administração, sociedade e economia dos Açores, 1766-1793. Arquivo Açoriano. Enciclopédia das Ilhas dos Açores*. Vol. 16º, Parte 2ª, Fascículos 14 a 23, p. 267-368, 1971; vol. 16º, Parte 3ª (e última), Fascículos 24 a 35, p. 369-475, 1972; RODRIGUES, José Damião. “*para o socego e tranquilidade publica das Ilhas*”:

51 – Cf. MENESES, Avelino de Freitas de. *Os Açores nas encruzilhadas* p. 52, vol. I.

52 – Sobre esta questão, ver RODRIGUES, José Damião. *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003 [2004], p. 94-98, vol. I; RODRIGUES, José Damião. Um arquipélago de geometria variável: representações dos Açores no período moderno. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: vol. 13, n.º 1, p. 7-22, Verão 2008 [reeditado in RODRIGUES, José Damião. *Histórias Atlânticas: os Açores na primeira modernidade*. Ponta Delgada: CHAM, 2012, p. 33-43].

por outro. De resto, Portugal não estava só no que respeita aos impulsos de reformar ou reorganizar as instituições e o governo da monarquia, na medida em que os oponentes da Guerra dos Sete Anos estavam esgotados⁵³ e as consequências desastrosas do conflito para algumas das partes – pensamos sobretudo no caso de França – estiveram na origem de projectos que buscavam encontrar uma saída para a crise. Em suma, a crise na economia e nas finanças públicas reclamou a atenção do poder, sobretudo nos anos de 1764 a 1770, período durante o qual a energia governativa se dirigiu essencialmente para o “reforço dos privilégios mercantis e da cobrança de impostos⁵⁴”. Assim, e apesar das interrogações que se colocam sobre a existência de “um coerente modelo de actuação no plano económico⁵⁵”, podemos afirmar que as medidas administrativas adoptadas pela coroa portuguesa na década de 1760 obedeceram também a preocupações “fiscalistas”, almejando, no limite, “établir une nouvelle fonctionnalité économique impériale⁵⁶”.

Nos Açores, as reformas do conde de Oeiras introduziram diversas alterações no mapa do governo político e jurídico e, concomitantemente, na rede de poderes insulana. Os parâmetros de actuação do primeiro executor das reformas no terreno, D. Antão de Almada, segundogénito da casa dos senhores de Pombalinho e mestres-sala da Casa Real, homem da confiança do conde de Oeiras e de seu irmão, Francisco Xavier de

53 – Cf. BOIS, Jean-Pierre. *De la paix des rois à l'ordre des empereurs (1714-1815)*. Paris: Éditions du Seuil, 2003, p. 186-202 para uma síntese da Guerra dos Sete Anos e dos tratados de 1763; SCHUMANN, Matt e SCHWEIZER, Karl. *The Seven Years War: A Transatlantic History*. New York: Routledge, 2008; BAUGH, Daniel. *The Global Seven Years' War*. Harlow: Longman, 2011.

54 – Cf. MACEDO, Jorge Borges de. Pombal, Marquês de (1699-1782). p. 113-121, vol. V, *maxime* p. 117. Sobre a crise económica deste período, ver MACEDO, Jorge Borges de. *A situação económica no tempo de Pombal* – alguns aspectos. 3ª ed.. Lisboa: Gradiva, 1989 [edição original: 1951].

55 – Cf. CARDOSO, José Luís CARDOSO. Política económica. In: LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.). *História económica de Portugal*, vol. I: *O Século XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 345-367, *maxime* p. 355-362 para a política económica no período pombalino (citação da p. 355).

56 – Cf. GIRALDO, Manuel Lucena. Le réformisme de frontière. *Histoire et sociétés de l'Amérique latine*. N.º 7, p. 209-220, premier semestre 1998, *maxime* p. 210 para a citação.

Mendonça, foram fixados em dois documentos: um, público, o alvará de lei e regimento, de 2 de Agosto de 1766; e outro, secreto, a “Instrução particular [...] para o seu governo secretissimo [...]” ou “Instrução Secretissima”, com a mesma data⁵⁷. É na “Instrução Secretissima” que se manifesta a cultura política dos agentes do poder e se revelam as concepções e os objectivos da monarquia para o arquipélago, justificados pela *utilidade* das ilhas⁵⁸. De um modo geral, estamos perante a confluência de uma velha⁵⁹ e uma nova “razão de Estado”, que se pensa “ciência da polícia” ou “ciência da administração⁶⁰”.

O novo governador e capitão-general era instruído sobre o local de residência (Angra); a urgência de proceder a uma inventariação rigorosa

57 – Cf. *O Códice 529-Açores do Arquivo Histórico Ultramarino. A Capitania-Geral dos Açores durante o consulado pombalino*. Introdução e fixação do texto por José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo-Ponta Delgada, Secretaria Regional de Educação e Cultura/Direcção Regional dos Assuntos Culturais-Universidade dos Açores/Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 1988, p. 28-35 e 35-58, respectivamente. No segundo documento, a “razão de Estado”, presente ao longo das instruções confiadas ao capitão-general, revela-se logo no início, com a confissão de que a sua natureza exige “a circunspecção de mais delicado segredo” (*idem*, p. 36).

58 – O texto da “Instrução Secretissima, [...]” refere “as *uteis* Ilhas Terceiras vulgarmente chamadas dos Açores”. Cf. *O Códice 529-Açores ...*, *cit.*, p. 36 (itálico nosso). O princípio da utilidade pública pode ser encontrado em António Ribeiro Sanches, um dos mentores das políticas pombalinas. Cf. SERRÃO, José Vicente. O pensamento agrário setecentista (pré-«fisiocrático»): diagnósticos e soluções propostas. In: CARDOSO, José Luís (org.). *Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, p. 23-50, *maxime* p. 29-30 e 37-38. Para uma análise deste documento e de outros conexos, ver RODRIGUES, José Damião. “*para o socego e tranquilidade publica das Ilhas*”: p. 157-183, *maxime* p. 160-166.

59 – A “razão de Estado”, tal como foi formulada por Giovanni Botero, não ignorava a importância do inventário dos recursos do Estado: “L’innovation de Botero est de conférer à la raison d’État un véritable domaine de réalité. [...] La stratégie est *statistique*. [...] elle trouve sa raison dans l’analyse des ressources et leur exploitation équilibrée.” Cf. SFEZ, Gérald. *Les doctrines de la raison d’État*. Paris: Armand Colin, 2000, p. 60-61 (em itálico no original).

60 – Cf. REYNIÉ, Dominique. Le regard souverain. Statistique sociale et raison d’État du XVI^e au XVIII^e siècle. In: LAZZERI, Christian e REYNIÉ, Dominique (ed.). *La raison d’État*: p. 43-82, *maxime* p. 62-63. Veit Ludwig von Seckendorff recusava a noção de “razão de Estado”, embora o seu pensamento se inscrevesse na tradição de um Giovanni Botero. A “razão de Estado” e a “polícia”, apesar das diferenças, tinham em comum a preocupação com o inventário dos recursos do Estado, que a *gute Polizei* levará mais longe. SFEZ, Gérald. *Les doctrines de la raison d’État*. p. 163.

do estado dos corpos militares⁶¹, da Fazenda Real (número de oficiais e suas qualidades, repartições, receitas e despesas das folhas eclesiástica, civil e militar) e da justiça régia (informação sobre todos os bacharéis que serviam nas ilhas); e a respectiva jurisdição e o relacionamento com outras instâncias de poder, nomeadamente a boa correspondência com as pessoas eclesiásticas, a fiscalização do comportamento dos oficiais régios e o controlo da actuação das câmaras no tocante à apropriação indevida de terrenos. Com estes diplomas, reorganizava-se a corregedoria dos Açores, de novo dividida em duas, tal como acontecera entre 1534 e 1544; nomeavam-se juízes de fora para a cidade de Angra e as vilas mais importantes de cada ilha – em São Miguel, a cidade de Ponta Delgada tinha um juiz de fora desde 1554 –; e alterava-se o sistema eleitoral dos principais concelhos insulanos com a introdução do sistema das pautas régias enviadas pelo Desembargo do Paço em Ponta Delgada e nas vilas mais importantes. Deste vasto plano, chamemos ainda a atenção para o projecto de reorganização militar, que coincidia com a esperada instalação na Terceira do Regimento Insulano⁶², e para o acento colocado na aplicação das “minhas Leys de Policia” em matéria de justiça⁶³.

61 – O capitão-general devia elaborar um mapa militar para cada uma das ilhas, com o registo do número de homens e fortalezas, informação que devia ser coligida anualmente, e, em paralelo, cuidaria de informar o centro político das qualidades dos oficiais e soldados das companhias de auxiliares e das ordenanças com vista à organização de terços. Cf. *O Códice 529-Açores* p. 28-29.

62 – Cf. *O Códice 529-Açores* p. 134-143, “Alvará de 2 de Agosto de 1766. Extinguem-se as Ordenanças de pé de Castelo, e se mandam criar tropas regulares para a guarnição das Ilhas dos Açores”. Anexo ao alvará, encontra-se o plano do regimento de infantaria e artilharia que guarneceria os castelos das ilhas açorianas.

63 – Cf. *O Códice 529-Açores* p. 32-33. O monarca refere-se às leis de 25 de Junho e 19 de Agosto de 1760, 20 de Outubro de 1763 e 24 de Outubro de 1764. A primeira diz respeito aos emolumentos dos corregedores e escrivães criminais, com alusão clara à questão da “segurança publica” e a uma lei anterior, promulgada “para a Policia, e conservação da tranquillidade publica da minha Corte”; a segunda, datada de 13 de Agosto e publicada a 19 desse mês, é a conhecida lei que reforma os passaportes. Cf. *Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado Del Rey Fidelissimo D. Jozé o I. Nosso Senhor Desde o anno de 1750 até o de 1760, e a Pragmatica do Senhor Rey D. Joaõ o V. do anno de 1749.*, Tomo I. Lisboa: na Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1771, sem indicação de p. ou fl.

O conde de Oeiras esperava afirmar a superioridade do centro político sobre as instâncias periféricas de dominação e, conforme escreveu então o provedor da Fazenda Real nos Açores, Manuel de Matos Pinto de Carvalho, um dos principais informantes do Secretário de Estado nas ilhas, as medidas implementadas pretendiam ser “de uma grande consequência para o socego e tranquilidade publica das Ilhas⁶⁴”, expressão que se enquadra bem nos objectivos da teoria administrativa da *Policey*, a “polícia⁶⁵”. De forma inequívoca, em instrução dirigida ao recém-nomeado corregedor da comarca das ilhas de São Miguel e Santa Maria, o conde de Oeiras informava, a propósito do perdão geral concedido aos moradores das ilhas: “Uzando Sua Magestade da sua benignissima clemencia, mandou expedir hum Perdão Geral de todos os dilictos preteritos, que podião caber na indulgencia para principiar hum Mundo novo⁶⁶”. Principiar um *mundo novo*, ou seja, refundar a ordem política e social, seria a ambição do conde de Oeiras e do modelo de administração activa, de inspiração cameralista, que procurava impor aos territórios da monarquia. Na prática, este foi um desígnio falhado. Com efeito, ao equacionarmos os objectivos de reformas imaginadas no centro e o impacto efectivo das mesmas nas periferias, ultrapassando o quadro normativo, as afirmações ideológicas dos actores e as interpretações historiográficas que viram a imposição de uma política “moderna” face a estruturas “arcaicas” ou obsoletas”, não podemos ignorar que continuamos a falar de sociedades tradicionais de Antigo Regime, nas quais imperava o respeito

64 – Cf. *Arquivo dos Açores*. Edição fac-similada da edição original. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, vol. VI, 1981, pp. 21-40, *maxime* p. 27 para a citação.

65 – Manuel de Matos Pinto de Carvalho serviu cinco anos como provedor da Fazenda Real dos Açores e, com base na sua experiência, elaborou uma representação onde expôs “o mais que observei respectivo ao publico e policia particular de cada uma [das ilhas]” (idem, p. 26 para a citação). O bacharel Manuel de Matos Pinto de Carvalho foi nomeado provedor da Fazenda Real dos Açores por alvará de 25 de Janeiro de 1760 e, meses depois, a 8 de Maio, foi contemplado com uma carta de padrão de 12.000 réis de tença com o hábito da Ordem de Cristo, a vencer desde 11 de Abril desse ano, dia em que se lhe passara a provisão. No final do seu exercício, por diplomas de 6 de Fevereiro de 1765, o desembargador recebeu o alvará de cavaleiro da Ordem de Cristo, a carta de lançamento do hábito e o alvará de profissão. Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo*, Livro 220, fls. 362-362 v; Livro 270, fls. 85-85 v; e Livro 277, fls. 374-374 v.

66 – Cf. *O Códice 529-Açores* p. 154-157, *maxime* p. 154 para a citação.

pelas “liberdades”, isto é, os privilégios, e a defesa da autonomia dos corpos políticos e sociais. As reformas continuavam a ter de enfrentar a visão corporativa da sociedade, concepção que defendia a partilha do poder e a autonomia jurisdicional dos corpos sociais, entre outros “obstáculos fácticos a um qualquer projecto de centralização⁶⁷”. Nos Açores, ao longo da segunda metade do século XVIII e apesar da vasta jurisdição que lhes foi outorgada, os capitães-generais não conseguiram aplicar as medidas plasmadas nos diplomas de 2 de Agosto de 1766.

É verdade que a instalação de um novo pólo de poder na cidade de Angra, sede da capitania geral, perturbou o equilíbrio político e jurisdicional vigente, sobretudo à escala local. D. Antão de Almada, desde o dia em que desembarcou em Angra acompanhado pela sua família e comitiva, a 28 de Setembro de 1766, afirmou-se como um interlocutor-chave na comunicação política entre a corte e as ilhas e dentro do espaço arquipelágico⁶⁸. Mas os ofícios que o capitão-general enviou para a corte revelam a consciência que tinha das dificuldades que enfrentava e de como procurava apoiar-se em colaboradores de confiança para ultrapassar “os enredos e embrulhadas das Ilhas⁶⁹”. A recepção do modelo político-administrativo da capitania geral por parte das populações insulanas não correspondeu ao que era esperado pela coroa. De igual modo, o controlo das nobrezas concelhias ficou muito aquém do objectivo inicial. O sistema das pautas

67 – Cf. HESPAÑA, António Manuel. *Poder e Instituições no Antigo Regime. Guia de Estudo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992, p. 22.

68 – Para Ponta Delgada, num universo de 927 documentos relativos a instituições produtoras e emissoras de correspondência nos séculos XVII e XVIII, após a cabeça da monarquia (monarca ou príncipe), com 522 registos, e o Desembargo do Paço, com 148 registos, figura a capitania geral, com 38 documentos. E se tomarmos como período de análise apenas os anos subsequentes à instituição da capitania geral, o protagonismo do governador torna-se mais visível: nos anos 1760-1797, o capitão-general foi responsável por 23 documentos recebidos e registados na câmara de Ponta Delgada, ultrapassando o monarca (rei ou rainha), com 21 registos. Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), Arquivo da Câmara de Ponta Delgada (ACPD), 117, *Livro 4.º do Registo (1760-1797)*, dados recolhidos no âmbito do projecto PTDC/HIS-HIS/098928/2008, *A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808)*: Reino, Atlântico e Brasil. Em relação a Angra, importa perceber em que medida a instalação da sede da capitania geral em Angra introduziu um elemento de desvio, por excesso, na comunicação política. Esta análise está ainda em curso.

69 – Cf. *Arquivo dos Açores*. 1981, p. 535, vol. V.

régias não produziu os efeitos desejados e casos houve de oficiais camarários que se instalaram nos senados concelhios durante longos anos, sem que os representantes da coroa os incomodassem⁷⁰. Por fim, além das dificuldades de comunicação que existiam entre as ilhas durante os meses de Inverno, impedindo que os juizes de fora das ilhas vizinhas se deslocassem à Terceira⁷¹, importa dizer que alguns juizes letrados constituíram um foco de instabilidade à escala local, fomentando parcialidades e perturbando a paz pública⁷².

Em síntese, entre as medidas que foram fixadas em diplomas e os resultados práticos das reformas, o hiato foi significativo. Recordemos a este propósito as palavras de José de Medeiros da Costa Albuquerque, governador de São Miguel e filho segundo da elite de Ponta Delgada, que, em 1797, escreveu uma representação denunciando o fracasso das reformas do conde de Oeiras no plano militar nas ilhas dos Açores. Segundo o governador, a orgânica concebida por Sebastião José de Carvalho e Melo resultara apenas em despesas para a Fazenda Real e as reformas tinham transformado a ilha Terceira, “capital das outras”, em “um monstro enorme, com a cabeça de formiga e membros de gigante⁷³”. Não admira, pois,

70 – Cf. DRUMMOND, Francisco Ferreira. *Anais da Ilha Terceira*. Reimpressão fac-similada da edição de 1850-1864. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, p. 49-50, 69-70, 81 e 95-96, vol. III; MENESES, Avelino de Freitas de. *Os Açores nas encruzilhadas* p. 112 e 216-221, vol. I, Quadros N.º 7 a 9; RODRIGUES, José Damião. *São Miguel no século XVIII* p. 358-418, vol. I; RODRIGUES, José Damião. Orgânica militar e estruturação social: companhias e oficiais de ordenança em São Jorge (séculos XVI-XVIII). In: *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 1998, p. 527-550, *maxime* p. 543-544 [reeditado in RODRIGUES, José Damião. *Histórias Atlânticas*: p. 129-153, *maxime* p. 145-146].

71 – Cf. MENDES, António Maria de Ornellas Ourique. Compilação e anotações às cartas e ofícios remetidos pelo primeiro capitão-general, D. Antão de Almada, ao Conde de Oeiras, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado e a Martinho de Melo e Castro e que se acham no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Arquivo Açoriano. Enciclopédia das Ilhas dos Açores*. Vol. 16º, Parte 1ª, fascículos 1 a 13, p. 19-41, 69-85, e 101-121, 1971, *maxime* p. 25-26.

72 – Cf. *Arquivo dos Açores*. 1981, p. 532-533, vol. V; 1981, p. 9-14, vol. VI. Para a Horta, veja-se RODRIGUES, José Damião. “Com exorbitância inaudita”: elites locais e magistrados régios na Horta em finais de Setecentos. In: GARRIDO, Álvaro; COSTA, Leonor Freire e DUARTE, Luís Miguel (orgs.). *Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães*. p. 215-225.

73 – Cf. *Arquivo dos Açores*. 1983, p. 492-507, vol. XII, *maxime* p. 503 para a citação.

que, face aos mitigados resultados, a coroa tenha decidido “refundar” a capitania geral no final da centúria, sob a égide de um novo programa reformista, agora encabeçado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812)⁷⁴.

Na região da Guiné do Cabo Verde, a crise que afectava as ilhas cabo-verdianas desde meados do século XVII e a presença da navegação europeia no litoral africano e em Cabo Verde constituíam factores de bloqueio ao crescimento económico. Em 1713, o Conselho Ultramarino apresentou uma proposta para que os moradores de Santiago se organizassem em companhias, entrando assim no comércio com a costa africana; anos depois, porém, o governador de Cabo Verde afirmaria que tal projecto era impraticável devido à falta de capital, responsável pelo abandono dos principais centros urbanos das ilhas e pela ruralização. A reorganização do mapa político e administrativo de Cabo Verde pela carta régia de 27 de Agosto de 1731 não travou este processo⁷⁵. Perante este cenário negativo, algumas décadas mais tarde, houve quem pensasse que a actuação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em Cabo Verde seria benéfica para as ilhas, permitindo à sociedade e à economia locais recuperarem do marasmo em que se encontravam.

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão foi fundada pelo alvará de 7 de Junho de 1755, vindo a ser extinta por decreto de 5 de Janeiro de

74 – Sobre D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ver SILVA, Pedro Miguel Carvalho Alves da. *O despotismo luminozo: introdução ao pensamento de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho*. Dissertação (Mestrado em História Cultural e Política) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1997, policopiado; e SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*, vol. I: *Les années de formation 1755-1796*. Lisboa-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. Para a segunda vida da capitania geral, ver COSTA, Ricardo Manuel Madruga da. *Os Açores em finais do regime de Capitania-Geral (1800-1820)*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2005, 2 vols..

75 – Cf. SILVA, António Correia e. Dinâmicas de decomposição e recomposição dos espaços e sociedades. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. III. Lisboa-Praia: ICT-IIPC, 2002, p. 32-66; BALENO, Ilídio. Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da companhia do Grão-Pará e Maranhão. In: *ibidem*. p. 157-233.

1778. Foi a principal companhia a actuar nos “Rios de Guiné”, graças ao alvará secreto de 28 de Novembro de 1757, que lhe concedeu o exclusivo do comércio das ilhas de Cabo Verde e costa da Guiné. Com grandes interesses nas ilhas de Cabo Verde (a urzela, os panos de algodão) e na zona dos “Rios de Guiné”, instalou bases em quase todas as ilhas do arquipélago e ainda em Bissau, Cacheu, Angola e Benguela. Em Cabo Verde, a companhia beneficiou de privilégios excepcionais. Após a petição de 14 de Novembro de 1757, a Junta da Administração da Companhia recebeu o governo político e militar das ilhas por um período de vinte anos, podendo apresentar nomes que seriam aprovados pelo rei. A Companhia assumiu assim uma jurisdição da coroa. O descontentamento com as condições em que actuava manifestou-se logo em 1761, face ao aumento dos preços dos produtos vendidos e ao controlo mais apertado da navegação estrangeira, legal ou ilícita. No contexto de uma “economia de favores”, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão recebeu amplos privilégios, mas não parece ter cumprido as obrigações devidas pela situação de exclusivo que deteve em Cabo Verde. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão dedicou-se essencialmente ao tráfico escravagista, mas exportou também outros produtos cabo-verdianos e da costa africana (urzela, cera, marfim e panos de algodão). Contudo, não investiu nas ilhas, cuja situação económica e social colapsou, um quadro agravado pela fome de 1773-1776⁷⁶. No geral, a acção da companhia não contribuiu para recuperar a posição que os Portugueses haviam detido no passado, nem para minimizar os efeitos da crise económica e comercial em Cabo Verde. No final de Setecentos, os estrangeiros, nomeadamente os Ingleses, continuavam em força na região dos “Rios de Guiné”⁷⁷.

76 – Cf. CARREIRA, António. *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Editorial Presença, 1983 [edição original: 1969], p. 43-45, 252-271 e 272-277; BALENO, Ilídio. Reconversão do comércio externo em tempo de crise

77 – Cf. CARREIRA, António. *As Companhias Pombalinas* p. 52-56 e, do mesmo autor, *Notas sobre o tráfico português de escravos*. 2ª ed., revista, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1983 [edição original: 1978], p. 64; MONTEIRO, Fernando Amaro e ROCHA, Teresa Vázquez. *A Guiné do século XVII ao século XIX: o testemunho dos manuscritos*. Lisboa: Prefácio, 2004 [2005], p. 104-105.

Por outro lado, não podemos esquecer que, mais ainda do que no caso dos Açores, os condicionalismos físicos que afectavam o exercício do poder por parte dos oficiais régios e que, em Cabo Verde, mas também mais ao sul, nas ilhas do Golfo da Guiné, contribuíram de forma determinante para o reforço do poder e autonomia da câmara da Ribeira Grande, em Santiago, mas também do da Povoação, em São Tomé. Nesta ilha, a coroa concedeu à câmara, em 1548, o privilégio de suceder no governo da ilha, na ausência dos representantes do poder central, corregedores ou governadores. Em Santiago, nos séculos XVII e XVIII, também a câmara da Ribeira Grande assumiu interinamente o governo da ilha por diversas ocasiões, geralmente após a morte dos governadores e enquanto não chegava um novo representante do longínquo poder central. Toda esta situação aumentava a capacidade de resistência dos concelhos aos agentes régios, tendo-se mesmo verificado, em ambos os arquipélagos, a deposição e prisão de governadores, nos séculos XVII e XVIII. Este quadro só se alteraria, pelo menos formalmente, no reinado de D. José I, com o decreto de 12 de Dezembro de 1770, de âmbito geral, que excluía as câmaras da sucessão no governo das ilhas⁷⁸. Tal não impediu, contudo, que os “filhos da terra” continuassem a dominar a política local e a resistir à jurisdição dos governadores e ouvidores que eram enviados do reino.

No Atlântico Sul, na costa ocidental africana, a presença portuguesa em Angola em meados do século XVIII não ocupava todo o litoral entre o rio Loge e Benguela e, no *hinterland*, assentava numa magra rede de *presídios* instalados junto aos cursos de água, rede que não garantia o domínio efectivo sobre as regiões a controlar, quer pelo comportamento dos capitães-mores, quer pela resistência dos sobas. Com efeito, entre o final do século XVI e o último quartel do século XX, a situação em Angola caracterizar-se-ia sempre por uma guerra endémica, sustentada com o apoio de alguns sobas, e as dificuldades de penetração no *hinterland* an-

78 – Cf. BARCELOS, Christiano José de Senna. *Subsidios para a Historia de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1905, p. 50, parte III; NEVES, Carlos Agostinho das. *S. Tomé e Príncipe na segunda metade do séc. XVIII*. Funchal-Lisboa: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração/Centro de Estudos de História do Atlântico-Instituto de História de Além-Mar, 1989, p. 45 e 50.

golano manter-se-ão uma constante. Não admira, pois, que a estrutura administrativa portuguesa no território assentasse na organização militar dos presídios, justificando plenamente a afirmação de Orlando Ribeiro segundo a qual Luanda e Benguela eram “feitorias em país inimigo⁷⁹”. Por outro lado, a economia da possessão portuguesa dependia do comércio escravagista, sobretudo o que era realizado com o Brasil, não existindo uma “economia de plantação”.

O reino de Angola, no entanto, não ficou à margem das transformações que se tentou introduzir, com maior ou menor sucesso, na administração do império e, em particular, no espaço atlântico, pelo que os anos centrais e finais do reinado josefino foram, naquele domínio, um tempo de implementação de projectos e reformas ambiciosas. Alguns dos projectos eram antigos, relacionando-se com as vias de comunicação e a desejada ligação com Moçambique. Dada a importância de Angola no fornecimento de escravos ao Brasil e a outros mercados, depois da criação das duas companhias monopolistas e no seguimento do alvará de 1758, Sebastião José de Carvalho e Melo, já conde de Oeiras, apresentou ao rei um parecer de sua lavra no qual expôs o seu projecto para “restituir” a agricultura, a navegação e o comércio de Angola. Afirmando que o reino de Angola podia vir a ser um império, defendeu uma política de colonização que faria desta conquista uma colónia de povoamento. Apostando na territorialização da presença portuguesa em Angola e na politização do sertão, o conde de Oeiras esperava assim obter uma melhor integração das conquistas atlânticas e, por essa via, maiores dividendos para a monarquia portuguesa. O projecto era grandioso, mas megalómano e, no fundo, impraticável⁸⁰.

Se D. António de Vasconcelos, homem da confiança de Sebastião José, terá sido o primeiro governador “pombalino” de Angola – che-

79 – Cf. RIBEIRO, Orlando. *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, p. 325.

80 – Cf. SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo “polido” para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c. 1800)*. Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2005, policopiado, p. 44-66 e 135-183. A autora refere o carácter “impraticável” do projecto na p. 150.

gou a 4 de Outubro de 1758 –, salientou-se pela sua acção D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772), que alguns autores consideraram ter sido “o governador pombalino por excelência de Angola⁸¹”. O governador estava ligado a Sebastião José de Carvalho e Melo por laços de parentesco espiritual – o conde de Oeiras era padrinho de três filhos de Francisco Inocêncio –, o que terá influenciado a sua nomeação para o governo de Angola⁸². Durante o seu governo, aplicou o reportório de medidas que encontramos associadas à visão pombalina para a conquista. A exploração geográfica conheceu um grande impulso, tanto para leste, como para sul, sobretudo em Benguela, apontando ao planalto de Huíla, e fundou-se Novo Redondo (1769), como ponto de apoio na ligação entre Angola e Benguela, e as capitanias-mores de Bié e do Bailundo (1770). No plano da economia, o governador organizou a exploração do sal em Benguela; projectou e montou uma fábrica de ferro em Nova Oeiras, recorrendo à mão de obra de ferreiros e fundidores locais, empreendimento que os seus sucessores deixaram cair em desuso, e uma outra de solas, atados e couros em Benguela, de modo a valorizar a pecuária da região; tentou desenvolver a agricultura, publicando um *bando* em que ameaçava expropriar todos aqueles que tivessem terras por cultivar e procurando incrementar a cultura da urzela e do anil; estabeleceu novas feiras; e tentou uma exploração da riqueza mineral de Angola⁸³. De igual modo, durante este governo, foi implementado o funcionamento do Terreiro Público, criado por carta régia de 13 de Novembro de 1761 a partir de proposta de Sebastião José de Carvalho e Melo. A sua direcção cabia ao Senado da Câmara de Luanda e destinava-se a articular o *hinterland* angolano e a economia atlântica. A função do Terreiro Público era dirigir e fiscalizar a distribuição e venda dos produtos agrícolas mais importantes (farinha de mandioca, feijão e milho), base da alimentação em Luanda,

81 – Cf. REGO, António da Silva. *O Ultramar Português no século XVIII*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1970, p. 163.

82 – Cf. SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État: ..., vol. I: Les années de formation 1755-1796*. p. 33.

83 – Cf. DELGADO, Ralph. O Governo de Sousa Coutinho em Angola. *Stydia*. Lisboa: n.º 6, p. 19-56, Julho 1960, n.º 7, p. 49-86, Janeiro 1961, e n.º 10, p. 7-47, Julho 1962; CORTESÃO, Jaime. *O Ultramar Português depois da Restauração*. Lisboa: Portugália Editora, 1971, p. 291-299.

mas igualmente alimento dos escravos embarcados para o Brasil. Convirá ainda referir que uma parte do soldo dos militares era pago em farinha de mandioca, o que, desde logo, justificava o interesse da Fazenda Real em controlar os preços dos produtos⁸⁴.

De regresso ao reino, o governador fez uma autoavaliação muito positiva do seu desempenho em carta dirigida ao filho, Rodrigo. O Secretário de Estado e já marquês de Pombal, aliás, felicitara-o pelo “completo acerto” com que actuara ao serviço da monarquia⁸⁵. Angola viveu assim um curto período de fomento e investimento reformista. Como em outras partes do império, nesta segunda metade do século XVIII estaríamos a assistir à aplicação em Angola de um novo paradigma, norteador pela noção de “polícia” e pelo ideal da “administração activa”. Os sucessores de D. Francisco Inocêncio, porém, não seguiram todas as suas linhas de actuação e, pontualmente, ignoraram mesmo os projectos daquele governador, como foi o caso de D. António de Lencastre (1772-1779), que não se interessou pela fábrica de ferro. Afinal, se continuassem a promover os resultados da actuação voluntarista de D. Francisco Inocêncio estariam eventualmente a contribuir para a maior glória daquele, mas não da sua. No final do século, o governador D. Miguel António de Melo escreveria acerca da incapacidade portuguesa de controlar o comércio na região da barra dos rios Loge e Dande que

desde que, em cumprimento do aviso de 12 de Agosto de 1791, foi demolido o reduto (a que chamamos com nome pomposo Fortaleza) de S. João do Loge e as outras disposições do mesmo aviso se executaram, os ingleses levam bastante marfim, não pouca cera, os melhores escravos, ficando para nós principalmente destes os refugos que deixam⁸⁶.

Podemos assim concluir lembrando algumas das ideias presentes no estudo de Catarina Madeira Santos, quando afirmou que o episódio de

84 – Cf. VENÂNCIO, José Carlos. *A Economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 63-67.

85 – Cf. SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État: ...*, vol. I: *Les années de formation 1755-1796*. p. 35 e 316-317.

86 – Cf. DIAS, Gastão Sousa. *Os portugueses em Angola*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1959, p. 299-300.

Cabinda, na década de 1780, constituiu a ilustração da “impossibilidade de manter um império tão extenso suportado em meios de imposição de soberania débeis” e que existiu uma “distância entre o projecto político imaginado em Lisboa e a acção no terreno⁸⁷”.

Na margem americana do Atlântico Sul, as Américas portuguesas também foram tocadas por projectos de mudança, embora neste caso as generalizações sejam ainda mais perigosas, pois a aplicação de uma grelha de interpretação uniforme a partir de alguns casos melhor conhecidos não dá conta da diversidade geográfica nem dos distintos ritmos de integração territorial a partir dos dois principais *clusters* ou “arquipélagos” de colonização⁸⁸. Tendo presentes estas condicionantes, vejamos as conclusões a que chegaram alguns autores.

Em relação ao Brasil, Nuno Gonçalo Monteiro concluiu que, no geral, o governo do Estado não conheceu qualquer mudança digna de registo durante este período, pelo menos nada que seja comparável às reformas globais introduzidas na América borbónica pelo Secretário de Estado José de Gálvez⁸⁹. De resto, foi a norte, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, que mais se sentiu a intervenção do centro político, embora aquele historiador afirme: “O balanço final desse processo está longe de se poder considerar um êxito absoluto”.

Terá sido nas questões fiscais e económicas que a legislação destes anos mais se fez sentir. No entanto, os resultados ficaram aquém do

87 – Cf. SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo “polido” para Angola*. p. 316-322, *maxime* p. 321 para a citação, e p. 386.

88 – Veja-se a análise da geopolítica portuguesa na América do Sul, distinguindo os dois espaços, em MARTINIÈRE, Guy. A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750). In: MAURO, Frédéric (coord.). *O Império Luso-Brasileiro (1620-1750)*, *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 91-261, vol. VII.

89 – Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Pombal’s Government: Between Seventeenth-Century *Valido* and Enlightened Models. In: PAQUETTE, Gabriel (ed.). *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies*, p. 321-338; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial*, vol. 3 (ca. 1720-ca. 1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 111-156, *maxime* p. 136 para a citação.

pretendido, no reino e no império. A propósito da constituição do Erário Régio e da implementação de novas regras de funcionamento da administração régia, mormente pela imposição de uma hierarquia entre o Erário Régio e as Juntas da Fazenda, Miguel Dantas da Cruz afirmou que o projecto do Secretário de Estado encontrou grandes resistências e que se registaram vários problemas relacionados com as arrematações de contratos e com a gestão de recursos destinados ao esforço de guerra. Se é verdade que o Erário Régio e o sistema de Juntas da Fazenda continuou para além do final do reinado josefino, não é menos certo que a administração fiscal da coroa revelou uma evidente falta de eficácia e que elites locais disso se aproveitaram⁹⁰.

De igual modo, Angelo Alves Carrara concluiu pelo falhanço das projectadas reformas introduzidas no Estado do Brasil. Ao estudar a fiscalidade e, em concreto, o reformismo fiscal pombalino, este autor afirmou:

Se levar-se em consideração estritamente o critério da eficácia tributária da[s] medidas fiscais pombalinas – isto é, a “regular e exata arrecadação das rendas que constituem o erário público”, como propunha o alvará de 1761, elas resultaram num retumbante fracasso⁹¹.

E, mais adiante, acrescenta:

Algo que ainda não foi objeto de análise consistente pela historiografia é a contradição entre o propalado êxito da política económica pombalina no Estado do Maranhão e Grão Pará, de um lado, ao lado de um fracasso fiscal estrondoso. Este fato obriga a uma investigação detida tanto sobre os agentes diretamente envolvidos nos negócios da Companhia de Comércio quanto sobre o funcionamento da administração fazendária no Pará⁹².

3. Em 1777, após a morte de D. José I, não teve lugar uma crise sucessória e a continuidade da monarquia – e, portanto, do poder monár-

90 – Cf. CRUZ, Miguel Dantas da. Pombal e o Império Atlântico: impactos políticos da criação do Erário Régio. *Tempo*. Niterói: vol. 20, 2014 [DOI: 10.1590/TEM-1980-542X-2014203621].

91 – Cf. CARRARA, Angelo Alves. O reformismo fiscal pombalino no Brasil. *Historia Caribe*. Vol. XI, n.º 29, p. 83-111, Julho-Dezembro 2016, *maxime* p. 104 para a citação.

92 – *Idem*, p. 106.

quico – não foi posta em causa por meio de uma “revisão” da história e da prática política recentes. Deste modo, não houve um regresso ao passado e o processo a que se chamou “Viradeira” manifestou-se sobretudo ao nível da primeira nobreza de corte⁹³. No entanto, nos anos subsequentes a 1777, assistiu-se a uma certa reorientação da política anterior. O facto de não se ter registado uma resistência às mudanças ou às reabilitações então operadas, o que sugere, de forma clara, que não existia um “partido pombalino”, tal como assinalaram Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa⁹⁴.

Após a longa experiência da governação de Sebastião José de Carvalho e Melo no reinado anterior e o seu carácter excepcional, o período mariano parece ter correspondido a um retorno a uma situação de equilíbrio tradicional do poder. Todavia, importa não perder de vista que algumas linhas de força definidas durante o reinado josefino permaneceram actuautes. As Secretarias de Estado continuaram a ser os centros de decisão política por excelência e os titulares dos postos-chave exerceram o poder durante um largo número de anos, tal e qual o fizera Sebastião José de Carvalho e Melo, de resto no seguimento de uma tendência que se desenhara na primeira metade do século XVIII. Dois dos ministros em exercício permaneceram no seu cargo durante o reinado de D. Maria I: Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar desde 1770 e que serviu até à sua morte, em 1795, e Aires de Sá e Melo, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra desde 1775⁹⁵. Ambos asseguraram a transição entre os reinados de D. José e D. Maria I e o prolongamento de alguns dos fios condutores das políticas interna e externa da monarquia e do governo das conquistas, com destaque para Martinho de Melo e Castro. Esta mesma ideia, de resto, foi exposta na viragem do século em obra originalmente composta em Inglês, vertida

93 – Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Pombal e a aristocracia. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. Lisboa: n.º 15-16, Janeiro-Junho 2004: *Marquês de Pombal*, p. 34-41.

94 – Cf. PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 31.

95 – Sobre Martinho de Melo e Castro, ver BEIRÃO, Caetano. *D. Maria I (1777-1792). Subsídios para a revisão da história do seu reinado*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1934, p. 86-89.

para Francês e, depois, traduzida em Português e anotada pelo célebre António de Moraes Silva e editada com o patrocínio da Academia Real das Ciências. Ao serem apresentadas as nomeações efectuadas pela rainha, refere-se que D. Maria procurou “preencher as vistas, e as disposições d’ElRei seu Pai”, aperfeiçoar a forma do governo e elevar à perfeição “o quadro magnifico do Imperio Lusitano [que] tinha sido deixado em esboço”. Sublinhava-se, assim, a continuidade, por um lado, e os avanços do reinado, por outro⁹⁶.

Contudo, no que ao império se refere, certo é que algumas das instituições ou reformas mais emblemáticas do reinado josefino, que terão sido obra ou obtido o apoio de Sebastião José, foram extintas ou revogadas quase de imediato. No espaço atlântico, estiveram neste caso as duas companhias majestáticas. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão foi extinta em 1778 e a decisão saudada em Lisboa com um *Te Deum*; quanto à Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, sobreviveu uns meses mais, sendo extinta em 1779 e os seus navios colocados ao serviço da coroa na navegação para a Ásia⁹⁷. As companhias monopolistas criadas à sombra do protecçãoismo mercantilista não estavam de acordo com as novas ideias que emergiam – em 1776, Adam Smith dera à estampa a sua *opus magnum*, na qual criticava esta política –, não obstante ser essa uma solução que, em Portugal, foi defendida ainda no século XIX⁹⁸.

4. Numa avaliação da acção governativa de Sebastião José de Carvalho e Melo, podemos concluir que, no balanço entre objectivos per-

96 – Cf. *Historia de Portugal composta em Inglez por huma Sociedade de Litteratos, trasladada em vulgar com as addições da versão franceza, e notas do traductor Portuguez, Antonio de Moraes Silva, Natural do Rio de Janeiro. E agora novamente emendada, e accrescentada com varias Notas, e com o resumo do Reinado da Rainha N. S. até o anno de 1800.* Lisboa: na Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo IV, 1802, p. 82-83.

97 – Cf. BEIRÃO, Caetano. *D. Maria I ...*, p. 130-131.

98 – Cf. CUNHA, João Manuel Teles e. Economia e finanças. A rede económica do Estado da Índia (1660-1750). In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (coord.). *O Império Oriental (1660-1820), Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 2006, p. 162-338, vol. V, tomo I, *maxime* p. 337; CUNHA, João Manuel Teles e. A Carreira da Índia e Goa – apogeu e declínio crepusculares (1760-1835). In: *ibidem*, p. 380-449, *maxime* p. 415.

seguidos e resultados alcançados, nem todas as reformas operadas pelo ministro de D. José se manifestaram de imediato ou produziram os efeitos pretendidos pelo legislador. Se, como defendem alguns autores, existiu um “projecto pombalino” para as sociedades portuguesas, a do reino e as do império, importa saber como é que a monarquia o procurou materializar, quem foram os seus agentes, quais as resistências que encontrou, qual o seu alcance real. Ao avaliarmos o papel das instituições na produção da mudança social, constatamos a centralidade da legislação da monarquia ao nível do ordenamento social e das relações de poder no Antigo Regime. Se os textos legislativos estabeleciam as coordenadas de legitimidade que deviam balizar a actuação dos oficiais régios e o comportamento dos vasallos, uma avaliação do papel das instituições na produção da mudança social reconhecerá que o resultado social se caracterizou por um amplo leque de situações, que exigem ser estudadas em termos de uma “microfísica do poder”, isto é, da interacção entre os actores institucionais e sociais e da importância dos contextos locais e das redes interpessoais nos jogos de poder e nas práticas de dominação concretas.

A eficácia da legislação e das instituições da monarquia, aliás, seria maior no centro do que nas periferias. Os exemplos aqui apresentados de forma telegráfica colocam-nos perante dois grandes tipos de obstáculos que os centros políticos enfrentavam: os geográficos (distância, descon continuidade territorial, extensão) e os políticos e sociais (resistência das populações nativas ou das elites locais, estrutura tradicional do poder). Em relação aos primeiros, lembremos as palavras de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho a propósito de Angola, quando era embaixador na corte espanhola: “Não hé possível, que hum menistro d’Estado possa saber tudo, e muito mais de regioens tam distantes⁹⁹”. Algo semelhante havia dito também o conde da Ega, Manuel de Saldanha de Albuquerque, vice-rei da Índia (1758-1765), acerca do desconhecimento da Ásia por parte do centro político¹⁰⁰. E recordemos ainda o espanto do 4.º morgado de

99 – Cf. SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d’un homme d’État: ...*, vol. I: *Les années de formation 1755-1796*, p. 363-366, *maxime* p. 364.

100 – Cf. RODRIGUES, José Damião. *Um tempo de ruptura? (1750-1778)*. p. 289-290.

Mateus, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, governador de São Paulo, que, nas suas cartas à esposa, dava conta da desmesura do território e das grandes distâncias a percorrer¹⁰¹.

Por outro lado, situadas na longa duração, as reformas “pombalinas” adquirem contornos distintos de propostas mais inovadoras, o que não nos deve surpreender. Afinal, o repertório de medidas e os dispositivos institucionais à disposição da monarquia portuguesa eram mais tradicionais do que inovadores e a implementação das reformas não se fez sem oposição e resistências, por vezes violentas¹⁰². As inércias e resistências da sociedade corporativa tradicional funcionaram como factores de bloqueio ou de resistência às reformas emanadas do centro político, que podiam abalar as bases da autoridade das elites locais ou introduzir mecanismos mais rigorosos de cobrança fiscal ou de alistamento. Por esse motivo, nos territórios da monarquia portuguesa, como nos de outras monarquias, a coroa e os seus oficiais foram forçados a negociar com os grupos dominantes que constituíam a cúspide da ordem política e social. E, por esse motivo, entre outros, as monarquias não conseguiram atingir plenamente os objectivos que, idealmente, perseguiram. Seria apenas com o Liberalismo que, pouco a pouco, a modernidade política penetraria em Portugal, um cenário que, cremos, se repetiu em ambas as margens do mundo lusófono.

Texto apresentado em dezembro de 2020. Aprovado para publicação em abril de 2021.

101 – Cf. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Nem o Tempo Nem a Distância. Correspondência entre o 4.º Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-1798)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2007, carta de Santos, de 25 de Dezembro de 1765, p. 216-218, *maxime* p. 216.

102 – Sobre esta questão e num quadro de Antigo Regime, ver RICCARDO, Rosolino e MARIA, Novella Borghetti. Vices tyranniques. Résistance au monopole, idéologie et marché à l’aube de la modernité. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Paris: 68^e année, 2013/3, p. 793-819.

ANÁLISE CRÍTICA DA BIBLIOGRAFIA MEMORIALÍSTICA SOBRE O ENSINO JURÍDICO NO PERÍODO IMPERIAL (1827-1889): AS “TRADIÇÕES E REMINISCÊNCIAS” DE ALMEIDA NOGUEIRA

CRITICAL ANALYSIS OF THE MEMORIAL BIBLIOGRAPHY ON LEGAL EDUCATION IN THE IMPERIAL PERIOD (1827- 1889): THE TRADIÇÕES E REMINISCÊNCIAS BY ALMEIDA NOGUEIRA

ARIEL ENGEL PESSO¹

Resumo:

O presente artigo faz uma análise crítica da obra de José Luís Almeida Nogueira intitulada *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*, cuja primeira edição foi publicada em 9 volumes entre 1907-1912. Tal análise se dá mediante a reconstituição de como a obra foi produzida, o resgate da(s) motivação(ões) para sua elaboração, o estudo de sua estrutura e o exame de pontos que devem ser problematizados. Nosso objetivo é saber se se trata de uma fonte histórica segura aos(as) pesquisadores(as) sobre ensino jurídico no Brasil imperial, vez que utilizada amplamente pela História do Direito. A conclusão a que chegamos é que trata-se de uma importante obra sobre a história local (da cidade de São Paulo e da Faculdade de Direito de São Paulo) e nacional (da política e do direito brasileiros), mas deve ser utilizada com precaução, na medida em que apresenta como principais problemas: falta de preocupação em relação às fontes e à metodologia empregadas; dificuldade em se averiguar a veracidade dos fatos; focalização em figuras próximas ao autor e nos “grandes vultos” do direito brasileiro; falta de sistematização; e lacunas a serem preenchidas, por tratar-se de uma obra inacabada.

Palavras-chave: Ensino Jurídico; Brasil Império; Faculdade de Direito de São Paulo; Almeida Nogueira.

Abstract:

*The article provides a critical analysis of José Luís Almeida Nogueira's work entitled *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*, whose first edition was published in 9 volumes between 1907-12. The analysis traces back how the book was produced, the motivations of the author for writing it, examines its structure and raises further relevant questions. Our aim is to scrutinize if the book is a safe historical source for researchers on legal education in imperial Brazil, since it is commonly used in studies in the History of Law. We conclude that it is an important book for the history of the city of São Paulo and the São Paulo Law School as well as for the history of Brazilian politics and law. But it should be used with caution, as it presents the following problems: its sources and methodology are not always clear; it is difficult to check the veracity of facts; it focus only on figures close to the author and on “great names” of the Brazilian law; it lacks systematization; and, since it is an unfinished book, it presents gaps to be filled.*

Keywords: legal education; Empire of Brazil; São Paulo Law School; Almeida Nogueira.

1 – Bacharel, mestre e doutorando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP). Bacharel em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Bolsista da FAPESP (Processo nº 2019/04345-9). E-mail: ariel.epesso@gmail.com.

1. Introdução

O interesse pelo ensino jurídico brasileiro vem ganhando cada vez mais espaço no âmbito historiográfico, em especial pela proximidade da celebração do bicentenário de fundação dos cursos jurídicos (1827-2027). Nesta esteira, proliferam estudos e pesquisas sobre o tema e, no que diz respeito ao ensino do Direito no período imperial deve-se destacar, dentre as fontes secundárias de reconhecido valor, as obras do início do século XX de Almeida Nogueira², Spencer Vampré³ e Clóvis Beviláqua⁴, todos eles formados e posteriormente lentes⁵ nas Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife. Cada uma dessas obras, à sua maneira, possui aspectos positivos e negativos do ponto de vista da pesquisa em História do Direito.

A obra de Almeida Nogueira se constituiu em um importante marco no que diz respeito ao regate das memórias da Faculdade de Direito de S. Paulo. Tanto é assim que foi reeditada em 1953-55 (4 volumes)⁶ e em

2 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. São Paulo: Vanorden, 1907, v. 1; NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. Lisboa: Typ. “A Editora”, 1907, v. 2; NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. Lisboa: Typ. “A Editora”, 1908, v. 3; NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. Lisboa: Typ. “A Editora”, 1908, v. 4; NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. Lisboa: Typ. “A Editora”, 1908, v. 5; NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. Lisboa: Typ. “A Editora”, 1909, v. 6; NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. Lisboa: Typ. “A Editora”, 1909, v. 7; NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. Lisboa: Typ. “A Editora”, 1910, v. 8; NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. Lisboa: Typ. “A Editora”, 1912, v. 9.

3 – VAMPRE, Spencer. *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. São Paulo: Saraiva & Cia, 1924. 2 v.

4 – BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1927. 2 v.

5 – “Lente” era a denominação utilizada no século XIX e começo do século XX para professor.

6 – NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminis-*

1977 (5 volumes)⁷ e acabou por adquirir um *status* de autoridade, como enfatiza Celso Maria de Mello Pupo:

sua obra se tornou clássica: foi seguida por outras de menor âmbito, incapazes de atingir o volume da primeira, não por falta de autores competentes, mas, talvez, por fatores adversos que sobejam nos tempos mais modernos. Historiou Almeida Nogueira a própria Academia, em relatos cronológicos e contemporâneos de turmas acadêmicas, traçando perfis dos seus professores, seguidos de figuras dos estudantes, em exposição de séria visualização biográfica, ou caricatas passagens da vida acadêmica que tanto marcou a sociedade paulistana, sociedade que teve na pena de Almeida Nogueira um observador e cronista de escola⁸.

Várias são as razões para o êxito da empreitada de Almeida Nogueira. Além da pesquisa documental, ele contou com a ajuda de vários contemporâneos, que sempre lhe confiavam informações e anedotas dos tempos acadêmicos. O gênero literário empregado – o retrato – é favorecido pelo estilo aprazível com que o autor redige os capítulos de sua obra. Além disso, o autor tinha conhecimento de causa: frequentara o curso anexo à Faculdade entre 1867-1868 e a Academia entre 1869-1873, de modo que as Arcadas lhe eram familiares havia quase cinco décadas quan-

cências, estudantes, estudantões, estudantadas. 2. ed. [São Paulo]: [S.N.], 1953, v. 1; NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. 2. ed. [São Paulo]: [S.N.], 1953, v. 2; NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. 2. ed. [São Paulo]: [S.N.], 1955, v. 3; NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. 2. ed. [São Paulo]: [S.N.], 1955, v. 4.

7 – NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1977, v. 1; NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1977, v. 2; NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1977, v. 3; NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1977, v. 4; NOGUEIRA, José Luís de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1977, v. 5.

8 – PUPO, Celso Maria de Mello. Almeida Nogueira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, ano 40, n. P. I, p. 352, jul/dez. 1977.

do ele iniciou a publicação em 1906 das “Reminiscências e Tradições da Academia de São Paulo” em fascículos no *Correio Paulistano*. No mais, não devemos esquecer que a instituição havia sido alvo de um incêndio (aparentemente criminoso) em 1880, que lhe havia destruído parte considerável do arquivo⁹. Deste modo, a obra de Almeida Nogueira promovia a conservação de sua memória, pelo menos daquilo que não foi arrebatado pelo fogo.

Além de ter sido exitosa ao tempo em que veio a lume, as “Tradições e Reminiscências”, como ficaram conhecidas, continuaram – e continuam – a ser amplamente utilizadas por pesquisadores(as), como, por exemplo, Alberto Venancio Filho e o seu *Das Arcadas ao Bacharelismo*, publicado em 1977 por ocasião do sesquicentenário de criação dos cursos jurídicos e ainda hoje a principal obra sobre o ensino jurídico.

Não obstante, é certo que a obra possui alguns aspectos que devem ser problematizados, de modo que não se faça um uso inadvertido dela. Assim, nosso objetivo é efetuar uma análise crítica sobre a obra de Almeida Nogueira enquanto fonte histórica, utilizando-nos, para tanto, da 1ª edição publicada entre 1907 e 1912. A escolha por tal edição se justifica porque, em primeiro lugar, possibilita a comparação com os fascículos publicados em 1906 e 1907 e, em segundo lugar, porque o texto original manteve-se inalterado nas sucessivas edições da década de 1950 e 1970, apenas com acréscimos extemporâneos por Carlos Penteado de Rezende, em forma de notas de rodapé.

Para a consecução de tal objetivo, fizemos uso da obra em si, de algumas fontes secundárias (muito pouco foi produzido sobre a obra, ainda que ela seja muito utilizada) e, principalmente, de notícias em jornais obtidos na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional¹⁰. O artigo está estruturado da seguinte forma: de início apresentamos uma breve biografia de Almeida Nogueira; em seguida, fazemos um estudo sistemático da obra *A Academia de São Paulo*, buscando compreender seu

9 – VAMPRÉ, Spencer, *op. cit.*, p. 416-423, v. 2.

10 – Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

processo de produção, a(s) motivação(ões) do autor, sua estruturação e os aspectos problemáticos; por fim, apresentamos a conclusão.

2. Almeida Nogueira (1851-1914): biografia¹¹

José Luiz de Almeida Nogueira, natural de Bananal, formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1873 e no ano seguinte obteve o doutoramento pela mesma instituição. Foi deputado provincial, geral (no Império), constituinte e federal (na República) por São Paulo e senador no mesmo Estado, além de advogar e colaborar em jornais. Foi nomeado e tomou posse como lente substituto da Faculdade em 1890. Em 1892 assumiu a cadeira de Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado¹², na qual foi reconduzido em 1896¹³. Em 1901 foi designado para a cadeira de Economia Política, Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado¹⁴, que mudou de nomenclatura para Economia Política, Ciência das Finanças em 1911¹⁵ e nela permaneceu até seu falecimento em 1914.

11 – Sobre sua biografia, ver VAMPRÉ, Spencer, *op. cit.*, p. 561-565, v. 2, ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brasil*: apontamentos biographicos sobre todos os prezidentes e vice-prezidentes da república, ministros de estado e senadores e deputados ao Congresso Nacional. São Paulo: S. N., 1918, p. 372-378, v. 1. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/36459>. Acesso em: 05.12.20, CHAVES, Pedro Rodovalho Marcondes. *Centenário de Almeida Nogueira (notas para uma biografia)*. São Paulo: Saraiva, 1951 e “Dr Almeida Nogueira”. *Correio Paulistano*, S. Paulo, p. 1, 17 de julho de 1914, p. 1. Para sua bibliografia, ver ABRANCHES, Dunshee de, *op. cit.*, p. 376–378. Para sua atuação na cadeira de Economia Política, ver MELLO NETO, Cardozo de. Almeida Nogueira e a cadeira de economia política, na Faculdade de Direito. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, [S. l.], v. 48, p. 106-115, 1952. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66184>. Acesso em: 24.11.20.

12 – 2ª cadeira da 3ª série (ano) do Curso de Ciências Sociais, conforme estabelecido pela reforma do ensino jurídico de 1891, conhecida como Reforma Benjamin Constant (Decreto nº 1.232-H, de 2 de janeiro de 1891).

13 – 3ª cadeira do 3º ano da Faculdade de Direito, conforme estabelecido pelos novos Estatutos das Faculdades de Direito (Decreto nº 2.226, de 1º de fevereiro de 1896).

14 – 4ª cadeira do 4º ano, conforme estabelecido no novo Regulamento das Faculdades de Direito (Decreto nº 3.903, de 12 de janeiro de 1901).

15 – 3ª cadeira da 2ª série (ano), conforme estabelecido no novo Regulamento das Faculdades de Direito (Decreto nº 8.662, de 5 de abril de 1911).

3. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas (1907-1912)*

“Quando perecessem os outros livros, devidos á sua penna, bastariam as *Tradições e Reminiscencias* para salvá-lo do olvido¹⁶”. Assim se expressa Spencer Vampré sobre *A Academia de São Paulo* de Almeida Nogueira, e com muita razão. Se hoje poucos se lembram de sua obra como político, advogado, jornalista ou lente de Economia Política, todo(a) pesquisador(a) do ensino jurídico do século XIX se vê na necessidade de recorrer aos seus nove volumes dedicados à Academia de São Paulo, escritos entre 1907 e 1912.

A obra começou de forma modesta, publicada em fascículos no jornal *Correio Paulistano* em 2 de abril de 1906. Com efeito, já havia algum tempo Almeida Nogueira vinha alimentando a ideia de escrever sobre os tempos passados da Academia, o que ele havia confessado em 23 de julho de 1905 na coluna “Great Attraction!¹⁷” de *O Commercio de São Paulo*, veículo do qual tinha a direção intelectual e foi redator-chefe entre maio e setembro de 1905¹⁸. Na ocasião, a coluna tratou de um episódio ocorrido em 1842 entre duas figuras conhecidas dos paulistanos: o padre Valladão e o Conselheiro Brotero¹⁹. Conforme se depreende das edições que a su-

16 – VAMPRÉ, Spencer, *op. cit.*, p. 565, v. 2, grifos no original.

17 – A coluna “Great Attraction!” apareceu, ao que tudo indica, em junho de 1905 e tratava da “Praça do Mercado” (conhecido atualmente como o Mercado Municipal de São Paulo). Não se tratava de historiar o local, mas de descrevê-lo e convidar os leitores a um passeio ao local (“Great Attraction! – Praça do mercado”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 25 de junho de 1905). A coluna era publicada com certa regularidade aos domingos, mas há edições em que ela aparece durante a semana e há edições dominicais em que ela está ausente.

18 – Conforme noticiado em “Notas e Notícias”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 26 de maio de 1905 e “Dr Almeida Nogueira”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 22 de setembro de 1905. Em 1905, o jornal mudou de proprietário e de direção e, com isso, afirmou que voltou às origens de independência e imparcialidade, não mais servindo como órgão partidário (“Commercio de S. Paulo”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 17 de maio de 1905 e reiterado em 18 de maio de 1905, p. 1). Justamente por essa mudança na pauta do jornal, deu-se maior visibilidade a outros assuntos que não a política, como notícias e informações de assunto geral e local, bem como produções literárias e escritos científicos, entre outros. Nesta esteira, começou-se a publicar notas de caráter histórico, com vistas a atrair leitores.

19 – “Great Attraction! – In illo tempore... – O Padre Valladão e o Conselheiro Brotero”.

cederam²⁰, a coluna não possuía, inicialmente, a intenção de rememorar histórias acadêmicas, mas apenas de trazer fatos e informações curiosas que chamassem a atenção do leitor, vez que publicada na capa do jornal. Com o tempo, o espaço dedicado às lembranças da Faculdade de Direito foram crescendo (mas nunca chegou a ser totalmente ocupado por elas), com publicações sobre a turma de 1855²¹, a turma de 1857²², a disputa entre Rodrigues Alves e Affonso Penna para redator-chefe da *Imprensa Acadêmica* em 1870²³, e a figura de Veiga Cabral²⁴ (esta última fez imenso sucesso e a edição esgotou-se no mesmo dia²⁵).

O Commercio de S. Paulo, São Paulo, p. 1, 23 de julho de 1905.

20 – “Great Attraction! – A visão de S. Paulo no Caminho de Damasco”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 30 de julho de 1905; “Great Attraction! – Coquelin, Ainé – Interessante interview”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 5 de agosto de 1905; “Great Attraction! – A Batalha de Campo Osorio – Morte de Saldanha Gama – Pormenores inéditos”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 13 de agosto de 1905; “Great Attraction! – A População de S. Paulo”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 20 de agosto de 1905; entre outros.

21 – “Great Attraction! – A Academia de S. Paulo (notas retrospectivas) – A turma de bacharéis de 1857”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 15 de outubro de 1905.

22 – “Great Attraction! – A Academia de S. Paulo (notas retrospectivas) – A turma de bacharéis de 1855”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 9 de outubro de 1905 e “Great Attraction! – A Academia de Direito – A turma de bacharéis de 1857 – Notas enviadas de Minas por um dos da turma”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, 4 de dezembro de 1905.

23 – “Great Attraction! – Rodrigues Alves e Affonso Penna (em 1870) – Emulos e amigos, na Academia de Direito de São Paulo”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 6 de novembro de 1905. Esta coluna não entrou em sua obra, pois se tratava da turma de 1870 e ele deveria estar colhendo material para sua redação.

24 – “Great Attraction! – In illo tempore – Lembranças e Tradições da Academia de São Paulo – O Conselheiro Veiga Cabral”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 18 de fevereiro de 1906.

25 – “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1862)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 2 de abril de 1906.

Em 1906, a coluna “Great Attraction!” migrou²⁶ de *O Commercio de São Paulo* para o *Correio Paulistano*, órgão do partido republicano, do qual Almeida Nogueira era afiliado²⁷ e que naquele ano representava no Senado de São Paulo. Conforme já referido, em 2 de abril o autor deu início a publicações na coluna que tratavam exclusivamente sobre a história da Academia:

Figura 1 – Coluna “Great Attraction!” no *Correio Paulistano*, a primeira a tratar das “Reminiscências e Tradições da Academia de São Paulo” de forma sistemática.
Fonte: *Correio Paulistano*, São Paulo, 2 de abril de 1906, p. 1.

Nesta primeira publicação o autor afirmava que “ha todo um livro por se escrever, e livro que pode ser interessantíssimo, sobre a Academia de S. Paulo... especialmente nos tempos idos²⁸”. Ao longo de 1906 (ape-

26 – É possível ver essa migração pela continuidade da coluna: “Great Attraction! – O Medium Slade – Interessantes experiências feitas no Rio de Janeiro em 1887”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 18 de março de 1906 e “Great Attraction! – O Medium Slade – Phenomenos curiosos por elle produzidos no Rio de Janeiro, em 1886”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 26 de março de 1906.

27 – Sua história com o periódico vinha de muito antes. Como (quase) todo bacharel em Direito do século XIX, Almeida Nogueira atuava ativamente na imprensa e era o redator-chefe do *Correio Paulistano* quando sobreveio a proclamação da República, ocasião em que ele teve uma importante atuação no sentido de legitimar o novo regime político (ABRANCHES, Dunshee de, *op. cit.*, p. 373-375).

28 – “Great Attraction! – Reminiscências e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1862)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 2 de abril de 1906.

nas com um breve intervalo em junho), Almeida Nogueira continuou a publicar às segundas-feiras as memórias sobre diversas turmas, sempre pedindo a colaboração de quem pudesse acrescentar, corrigir ou confirmar algo – ao todo, foram 30 colunas dedicadas apenas à Faculdade de Direito de São Paulo (sendo duas dedicadas à criação dos cursos jurídicos e à instalação da Faculdade)²⁹. Em menos de um ano, já em dezembro de

29 – “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1862)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 2 de abril de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1869)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 9 de abril de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1863)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 16 de abril de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1873)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 23 de abril de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1838)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 30 de abril de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1856)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 7 de maio de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1872)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 14 de maio de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1874)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 16 de julho de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1875)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 23 de julho de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1861-65)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 30 de julho de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1861-65) – Segunda Parte”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 6 de agosto de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1867-71)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 13 de agosto de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (1854-58) – Parte Primeira”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 20 de agosto de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (1854-58) – Segunda Parte”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 27 de agosto de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1858) – Parte Terceira”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 3 de setembro de 1906; “Great Attraction! – A criação do Curso Jurídico no Brasil – Academia de São Paulo – Historia de sua fundação”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 10 de setembro de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas – 1872-76”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 17 de setembro de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas – 1872-76 – Segunda Parte”. *Correio Paulistano*,

1906, ele anunciava que a primeira série (volume) das “Reminiscencias e Tradições” haviam sido impressas³⁰ e o livro foi publicado em 1907 pela Tipografia Vanorden em São Paulo.

São Paulo, p. 1, 24 de setembro de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – A inauguração do Curso Jurídico”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 1 de outubro de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudentões e estudentadas – 1845-49”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 8 de outubro de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudentões e estudentadas – 1864-68 – Parte Primeira”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 15 de outubro de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudentões e estudentadas – 1864-68 – Parte Segunda”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 22 de outubro de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudentões e estudentadas – 1864-68 – Parte Terceira”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 29 de outubro de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudentões e estudentadas – A primeira turma acadêmica (1831)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 19 de novembro de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudentões e estudentadas – 1862-66”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 19 de novembro de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudentões e estudentadas – 1862-66 – Segunda Parte”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 26 de novembro de 1906, p. 1; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudentões e estudentadas – 1862-66 – Terceira Parte”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 3 de dezembro de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudentões e estudentadas – (1841-45) – Primeira Parte”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 10 de dezembro de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudentões e estudentadas (1841-45) – Segunda Parte”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, 17 de dezembro de 1906; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudentões e estudentadas (1839-43)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 24 de dezembro de 1906.

30 – “Great Attraction! – Reminiscencias e tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudentões e estudentadas (1839-43)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 24 de dezembro de 1906.



Figura 2 – Página de rosto da primeira série da obra *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas* (1907).

Fonte: NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências, estudantes, estudantões, estudantadas*. São Paulo: Vanorden, 1907, v. 1.

A empreitada continuou e entre janeiro e março de 1907 mais 9 colunas foram publicadas³¹; ele deixou de colaborar com o jornal ao final

31 – “Great Attraction! – Reminiscências e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas – 1851-55 – Parte Primeira”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 7 de janeiro de 1907; “Great Attraction! – Reminiscências e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas – 1851-55 – Parte Segunda”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 14 de janeiro de 1907; “Great Attraction! – Reminiscências e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas – 1851-55 – Parte Terceira”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 21 de janeiro de 1907; “Great Attraction! – Reminiscências e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas – 1851-55 – Quarta Parte”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 28 de janeiro de 1907; “Great Attraction! – Reminiscências e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas – 1856-60”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 11 de fevereiro de 1907; “Great Attraction! – Reminiscências e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas – 1856-60 – Segunda Parte”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 18 de fevereiro de 1907; “Great Attraction! – Reminiscências e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas – 1856-60 – Terceira Parte”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 25 de fevereiro de 1907; “Great Attraction! – Reminiscências e Tradições da Academia de

de março³² e, assim, a coluna encerrou-se. Ao todo, Almeida Nogueira já tinha material referente a 21 turmas, um feito impressionante. O autor aproveitou muito do que havia publicado e mais o material que foi coligindo com o tempo³³ e publicou mais 8 séries entre 1907 e 1912³⁴, totalizando 9 volumes ao todo. Entretanto, apesar da dimensão da obra e da pretensão do autor de chegar até 1890³⁵, ela ficou inacabada pela sua morte repentina em 1914 e, ao que consta, os eventuais manuscritos

São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas – 1844-48 – Primeira Parte”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 4 de março de 1907; “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas – 1844-48 – Segunda Parte”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 11 de março de 1907.

32 – “Notas”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 31 de março de 1907.

33 – Almeida Nogueira retomou sua coluna em 1912 e em 1914, ano de seu falecimento, com o título de “Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo – Estudantes, Estudantões e Estudantadas”. Ele publicou sobre mais três turmas: 1835-1839, 1874-1878 e 1831-1835 (“Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo – Estudantes, Estudantões e Estudantadas – A turma academica de 1835-39 (parte segunda)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 25 de junho de 1912, p. 1; “Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo – Estudantes, Estudantões e Estudantadas – A turma academica de 1835-39 (parte segunda)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 26 de junho de 1912, p. 1; “Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo – Estudantes, Estudantões e Estudantadas – A turma academica de 1835-39 (parte terceira)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 30 de junho de 1912, p. 1-2; “Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo – Estudantes, Estudantões e Estudantadas – A turma academica de 1874-78 (parte primeira)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 7 de julho de 1912, p. 2; “Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo – Estudantes, Estudantões e Estudantadas – A turma academica de 1874-78 (parte segunda)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 15 de julho de 1912, p. 2; “Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo – Estudantes, Estudantões e Estudantadas – A turma academica de 1874-78 (parte terceira)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 25 de agosto de 1912, p. 2-3; “Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo – Estudantes, Estudantões e Estudantadas – A turma academica de 1874-78 (quarta e ultima parte)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 1 de setembro de 1912, p. 5; “Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo – Estudantes, Estudantões e Estudantadas – A turma academica de 1874-78 (quarta e ultima parte)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2 de setembro de 1912, p. 2-3; “Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo – Estudantes, Estudantões e Estudantadas – A turma academica de 1831-35 (parte primeira)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 2 de março de 1914, p. 1-2; “Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo – Estudantes, Estudantões e Estudantadas – A turma academica de 1831-35 (parte segunda)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6 de abril de 1914, p. 1).

34 – Publicadas em Lisboa, na Tipografia “A Editora”.

35 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1907, p. II, v. 1.

inéditos se perderam³⁶. Na 1ª edição, ficaram de fora as turmas 1831-35, 1842-46, 1846-50, 1849-53, 1852-56, 1857-61, 1858-62, 1859-63, 1865-69, 1866-70, 1868-72, 1873-77 e de 1875 em diante³⁷, o que foi posteriormente suprido por Spencer Vampré em seu livro³⁸. Não obstante, quando da reedição da obra em 1953-55, incorporou-se as turmas de 1831-35, 1842-46, 1846-50, 1849-53 e 1852-56³⁹ e na reedição de 1977 as turmas de 1857-61, 1858-62, 1859-63⁴⁰. Todos esses complementos à obra original foram pesquisados e escritos por Carlos Penteado de Rezende⁴¹, que também inseriu notas e acréscimos às turmas publicadas na 1ª edição⁴².

Quando iniciou a publicação dos fascículos em 1906, Almeida Nogueira era professor catedrático de Economia Política e pertencia ao corpo docente da Faculdade de Direito havia 16 anos (ele entrou como substituto em 1890). Ele também era Senador em São Paulo pelo Partido Republicano⁴³, que possuía como órgão justamente o *Correio Paulistano*.

36 – GREMAUD, Amaury Patrick. Almeida Nogueira: professor de Economia Política no Largo São Francisco no início do século XX. In: BARBOSA, Alexandre Marcos Lourenço (Org.). *Grandes Escritores do Vale do Paraíba*. Aparecida: Lince, 2012, p. 71-86, p. 72, v. 1.

37 – PUPO, Celso Maria de Mello, *op. cit.*, p. 358-359. Apesar de terem saído na coluna semanal do *Correio Paulistano*, ficaram de fora dos livros as turmas de 1831-1835, 1852-1856, 1858-1862, 1859-1863, 1865-1869 e 1868-1872. As três primeiras foram incorporadas na edição de 1977 (NOGUEIRA, José Luís de Almeida, *op. cit.*, 1977, p. 161-342, v. 5), mas foram redigidas por Carlos Penteado de Rezende e não incluiu-se a publicação original do *Correio Paulistano*. Assim, elas ainda não foram publicadas em livro e permanecem inéditas.

38 – VAMPRE, Spencer, *op. cit.*, 1924, 2 v.

39 – Cf. NOGUEIRA, José Luís de Almeida, *op. cit.*, 1953, p. 7-20, v. 2; 1955, p. 9-20, v. 3, 119-136, 195-214, v. 3 e 1955, p. 99-120, v. 4, respectivamente.

40 – Cf. NOGUEIRA, José Luís de Almeida, *op. cit.*, 1977, p. 161-342, v. 5.

41 – Carlos Penteado de Rezende formou-se nas Arcadas em 1946 e possuía uma íntima relação com a instituição, vez que descendia de professores da Faculdade que lá lecionaram desde sua fundação: era filho de Gabriel José Rodrigues de Rezende Filho, neto de Gabriel José Rodrigues de Rezende, bisneto de José Maria Correia de Sá e Benevides e tataraneto de José Maria de Avellar Brotero. Entre a publicação dos volumes 1 e 2 (1953) e 3 e 4 (1955) da 2ª edição de Almeida Nogueira, Carlos Penteado de Rezende publicou um interessante estudo sobre a música na Academia de S. Paulo no século XIX (REZENDE, Carlos Penteado de. *Tradições musicais da Faculdade de Direito de São Paulo*: edição ilustrada, comemorativa do IV Centenário de São Paulo. São Paulo: Saraiva, 1954).

42 – NOGUEIRA, José Luís de Almeida, *op. cit.*, 1977, p. XI-XII, v. 1.

43 – Ele foi Senador no Congresso Legislativo do Estado de São Paulo entre 1898 a

É possível que sua contribuição no periódico servisse para divulgar sua atuação como político e aumentar o número de vendas do jornal, não somente aos filiados ao partido, mas ao público leitor em geral – lembrando-se que parcela significativa do referido público era formado por bacharéis egressos das Arcadas, particularmente interessados em rememorar os tempos da juventude acadêmica. Além da carreira política consolidada⁴⁴, Almeida Nogueira também militava como advogado e anunciava seus serviços no mesmo jornal, que era considerado uma fonte potencial para novos clientes. Com a publicação da primeira série em 1907, a vinculação ficou mais clara:

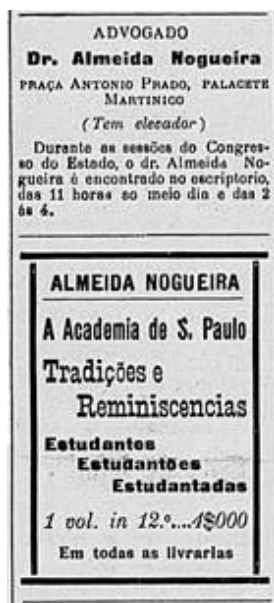


Figura 3 – Anúncios de Almeida Nogueira no *Correio Paulistano*.
 Fonte: *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 de janeiro de 1907, p. 5.

1900 (4ª Legislatura), 1904 a 1906 (6ª Legislatura) e 1910 a 1912 (8ª Legislatura) (CALIMAN, Auro Augusto (coord.). *Legislativo Paulista: Parlamentares, 1835-1998*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998).

44 – Filiado ao partido conservador durante todo o Império, foi eleito deputado à Assembleia Provincial já em 1873, antes mesmo de se formar. Isso se deve principalmente ao seu avultado “capital político”, vez que suas relações familiares lhe proporcionaram a entrada prematura na política, da qual se retirou apenas quando faleceu.

Assim, é bem provável que o motivo imediato para a manutenção de uma coluna semanal voltada às tradições e reminiscências da Academia de São Paulo fosse prático, isto é, mercadológico (aumentar a venda de jornais e sua clientela como advogado) e também para dar-lhe visibilidade enquanto político (apesar de suas mais de três décadas de atuação); o motivo mediato, nos parece, foi dar vazão à sua verve de cronista, algo que ele fazia bem e fazia com gosto. O passo seguinte foi reunir os fascículos em livro, o que serviu para consolidar seu trabalho e perenizar as memórias coletadas, como ele o afirma no prefácio à primeira série:

Os escriptos enfeixados neste livro foram dados, quasi todos, á publicidade no *Correio Paulistano*, no decurso do anno próximo findo.

O acolhimento extremamente favoravel que o publico lhes proporcionou, ao ponto de se exgottarem todas as respectivas edições do jornal, e, além disso, as manifestações benevolas de numerosos amigos: convenceram-nos de que estas chronicas sobre os tempos idos da Academia de S. Paulo alguma cousa contêm de util e são dignas talvez de ser conservadas.

Cuidamos, por isso, proceder avisadamente, a despeito do estylo despretencioso em que ellas foram traçadas, *currente calamo*, em lhes dar vida menos ephemera, collocando-as sob a capa tutelar do livro.

Se lhes não couber a fortuna de proporcionar aos seus leitores momentos de attrahente diversão, poder-lhes-ão trazer, em todo o caso, uma ou outra nota biographica a respeito de nomes conhecidos ou de alguma saudosa personalidade. Alcançarão, outrosim, salvar do olvido interessantes pormenores, desses que desdenhosa a historia omitta do alto dos seus cothurnos, mas que o chronista solícito recolhe e registra cuidadoso⁴⁵.

Os nove volumes de *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*, estudantes, estudantões, estudantadas dão conta de 36 turmas que passaram pelas Arcadas no século XIX⁴⁶. É certo que o projeto não

45 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1907, p. I, v. 1.

46 – As turmas são, cronologicamente: 1831; 1828-32; 1829-33; 1830-34; 1832-36; 1833-37; 1834-38; 1835-39; 1836-40; 1837-41; 1838-42; 1839-43; 1840-44; 1841-45; 1843-47; 1844-48; 1845-49; 1847-51; 1848-52; 1850-54; 1851-55; 1853-57; 1854-58; 1855-59; 1856-60; 1860-64; 1861-65; 1862-66; 1863-67; 1864-68; 1867-71; 1869-73; 1870-74; 1871-75; 1872-76; 1874-78. Conforme já dissemos, nas reedições de 1953-55 e 1977 foram acrescidas as turmas de 1831-35, 1842-46, 1846-50, 1849-53, 1852-56, 1857-

foi fácil e ele mesmo reconheceu tratar-se de um “trabalho de longo fôlego” no prefácio à quarta série, propondo inclusive a dilação do número total de volumes da obra para dez ou doze (o que não ocorreu)⁴⁷. Almeida Nogueira não segue a ordem cronológica das turmas e geralmente reúne em um mesmo volume turmas de datas distantes (mas, no mesmo volume, as turmas estão dispostas em ordem cronológica). Esta falta de sistematização se deve principalmente ao fato de que ele ia publicando os fascículos e, posteriormente, os livros, conforme coletava as informações e dependia, no mais das vezes, da correspondência de antigos alunos, que fizeram parte da turma ou tinham ouvido histórias e fatos sobre as turmas passadas e as que lhes sucederam. Não obstante, mesmo que publicados rapidamente, quando o autor juntava os fascículos e os publicava em livro ele preocupava-se em corrigir eventuais equívocos e dar maior desenvolvimento a certos pontos⁴⁸.

Um fato que nos chama a atenção é o estilo despretensioso empregado por Almeida Nogueira, exímio cronista que era. Informações sobre lentes e trabalhos acadêmicos misturam-se a causos, estudantadas e anedotas que trazem leveza ao texto e que dificilmente não arrancam um sorriso ao(à) leitor(a) – como por exemplo:

O Martinho Contagem [Martinho Alvares da Silva Contagem] era [...] um exímio caçador, que andava a atirar codornas aili pelo Cambucy, veados nos Campos Elyseos, e marrecas na lagôa da rua Victoria.

Livros, não abria elle. Entretanto, era talentoso e assignalava-se por muita presença de espirito.

Foi, um dia, chamado á licção, estando completamente *a quo*⁴⁹.

Costumava o Falcãozinho destinar para taes chamadas somente dois, três ou, no maximo, cinco minutos, antes da terminação da aula.

O Contagem nem ao menos sabia qual era o ponto da licção. Percebeu, porém, que somente faltavam dois minutos para soar a hora. Então concertou a garganta, assoou-se vagarosamente, de novo concertou

61, 1858-62 e 1859-63, redigidas por Carlos Penteado de Rezende.

47 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1908, p. I, v. 4.

48 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1907, p. II, v. 1.

49 – “Estar *a quo*” era uma gíria acadêmica utilizada quando alguém não sabia a lição (NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1910, p. 129, v. 8).

a garganta, e se assoou mais uma vez; afinal, pausado o lent[ç]o começou: “Vamos tratar do objecto hontem proficientemente explicado pela illustrada cadeira...”. Pausa, repetem-se os concertos de garganta e assoamentos; prosegue: “Não obstante os argumentos adduzidos pela cadeira, estamos, com a devida venia, em completo desacôrdo da doutrina pelo illustrado mestre expendida sobre o assumpto...”. Movimento geral de curiosidade. O dr. Falcão Filho fita com atenção o estudante. Nova pausa deste. Continúa: “Tanto os theologos como os canonistas dissertam longamente sobre esta grave matéria e dizem... (*Cresce a atenção dos collegas, que sabiam que o Martinho nada sabia*) e dizem... coisas muito importantes” (*Hilaridade geral*). Nova pausa. Prosegue elle, já queixoso da preguiça do relógio: “Vamos demonstrar que não tem fundamento algum a doutrina da cadeira... (*Toca ao auge a emoção do auditorio*) que não tem razão o illustre mestre...”. Sôa, por fim a hora. Uff!... O Martinho suspira de alívio.

Toda a classe ri gostosamente pelo ardil empregado. O lente também ri e empraça o Martinho Contagem para, no dia seguinte, no principio da hora, expor os fundamentos da sua objecção.

Quem não adivinha o que aconteceu? Tanto no dia seguinte como nos subsequentes, não deu signal de si o nosso Martinho⁵⁰.

O conselheiro Cabral [Prudencio Geraldês Tavares da Veiga Cabral] era dotado de grande intelligencia e vasta cultura juridica; era, não obstante, um mau lente, já pelas suas singularidades algum tanto ridiculas, como, sobretudo, pelo pouco caso que ligava aos seus deveres cathedromaticos.

Não é justo accusal-o de explicar mal o Mello Freire; ha mais acerto em dizer-se que elle não se dava ao trabalho de explical-o, para não se incomodar; mas. . . não antecipemos.

Qual o seu estado civil?

Delle póde-se dizer, sem trocadilho, que não era casado, nem solteiro, nem viuvo; porque, realmente - era casado e ao mesmo tempo o não era, pois o seu matrimonio não foi seguido... Como diremos? Emfim, porque, depois de effectuado o casamento, não fez elle a minima corte á sua noiva, nem nada; ao contrario, arrependeu-se desde logo do passo que havia dado, e, interpellando-se em voz alta, a si mesmo, passou toda a noite em frente ao quarto nupcial, cujo limiar não transpoz:

50 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1907, p. 271-273, v. 1, grifos no original.

– Que fizeste, Cabral!? – exclamava elle, desolado. — Que loucura foi esta?!

Afinal, saltando pela janella (o predio era assobradado), abandonou a casa e jamais conviveu com *mademoiselle* Cabral, *sa femme*.

Esta senhora era filha do tenente general Rendon, e, pelas suas virtudes, certo não merecia tão affrontosa desatenção⁵¹.

Logo que se formou [José de Calazans Soares de Souza], retirou-se para Valença, onde seu pae era fazendeiro de café e senhor de grande escravatura.

Processado criminalmente um dos escravos da fazenda, incumbiu-se naturalmente da defesa do mesmo o joven Calazans, bacharel recém-formado.

La fazer, assim, a sua estreia, perante o tribunal do jury. Imaginem com que emoção!...

Começou remontando ao direito romano. Mostrou que o escravo era coisa, e que, portanto, ao advogado da defesa cabia naquelle momento a indeclinável incumbência de defender a coisa do seu pae...

O orador não poudé proseguir, impedido a principio pelos risos abafados, e, logo, logo, por explodida e geral hilaridade.

Após este incidente, o dr. Calazans abandonou a advocacia e dedicou-se á vida agricola⁵².

Além disso, o autor faz questão de nomear e dar informações sobre cada um dos alunos da referida turma, tanto em relação ao quinquênio acadêmico, tanto em relação a fatos posteriores. Vale destacar que em algumas ocasiões, ele emprestou a pena a outra pessoa, que poderia falar da turma com mais propriedade – o caso exemplar é o do Barão de Paranapiacaba, que narrou as memórias da turma acadêmica de 1844-48, a qual pertenceu⁵³.

Este expediente de narrar fatos e causos sobre cada um dos lentes e alunos pode ser entendido como o gênero literário do retrato, como bem o afirmou Wenceslau de Queiroz no prefácio à sétima série⁵⁴, que inclu-

51 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1907, p. 35-36, v. 2, grifos no original.

52 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1908, p. 213-214, v. 5.

53 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1908, p. 2-65, v. 3.

54 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1909, p. VIII, v. 7.

sive conta com a foto de Almeida Nogueira no início (a única imagem em todos os nove volumes). Mas o retrato não se resume às pessoas; nele também estão presentes os cenários e costumes da São Paulo de outra, dos banhos e da natação no Tamanduateí, das “caçadas noturnas” em quintais alheios, dos bailes, serenatas e festas religiosas, das lavadeiras e das “mundanas”, das tradições e galhofas acadêmicas, enfim, do trajar à vida nas repúblicas de estudantes⁵⁵.

Nesta esteira, não podemos esquecer que tratava-se de um obra escrita por e para os egressos da Faculdade de Direito de S. Paulo e por isso, como já dissemos, contou com a colaboração de vários antigos alunos. Era um processo em que ocorria não apenas o resgate de memórias dos tempos passados, mas também a própria constituição deles como sujeitos da história, fosse ela local (da cidade e da Academia) ou nacional (da política e do direito brasileiros)⁵⁶. Talvez por isso a insistência – quase recalcitrante – de Almeida Nogueira para obter informações ou correções em sua obra⁵⁷ e também o fato de que tanto os fascículos no *Correio Paulistano* quanto os diversos volumes foram um sucesso de público, como ele mesmo o afirma nos prefácios à sua obra⁵⁸.

Todavia, não nos deixemos enganar pelo estilo leve do autor ou pelo êxito da obra para com o público. Se é um fato que as “Tradições e Reminiscências” tiveram um papel importante para a perenidade da me-

55 – Ver, em especial, NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1909, v. 6, capítulo VI. Para as tradições e, principalmente, gírias acadêmicas, ver NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1910, p. 128-129, v. 8.

56 – Tal sentimento de “pertencimento histórico”, se o podemos chamar assim, aparece nos prefácios dos livros, que por vezes contam com a participação de amigos e colegas de Almeida Nogueira – é o caso do referido Wenceslau de Queiroz, formado nas Arcadas em 1890 e seu colega de redação no *Correio Paulistano*, que faz um longo prefácio (o maior de todas as séries) no sétimo volume (NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1909, p. I-XIII, v. 7) e as cartas de Joaquim Nabuco e J. B. de Sampaio Ferraz (NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1910, p. II, v. 8 e 1912, p. II-V, v. 9, respectivamente).

57 – No prefácio da primeira série lê-se: “No interesse de corrigir, quanto possível, esses defeitos e de reparar alguma involuntaria injustiça, acceitaremos de bom grado quaesquer rectificações que com visos de authenticidade nos forem comunicadas. Aproveital-as-emos para edição ulterior” (NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1907, p. II, v. 1).

58 – Cf. NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1907, p. I, v. 1; 1907, p. I, v. 2; 1908, p. I, v. 5.

mória e história da Faculdade de Direito de S. Paulo, não podemos deixar de apontar alguns de seus aspectos problemáticos.

O primeiro desses aspectos diz respeito às fontes e à metodologia empregadas. Elucidativa aqui é a pergunta que Nabuco dirige a Almeida Nogueira em carta de 1909, posteriormente incluída no prefácio à oitava série: “Mas como tem V. podido reunir tanta informação?⁵⁹”, ao que o autor responde:

recorremos a todas as fontes escriptas que ficam ao nosso alcance, e, alem disso, nos dirigimos ás pessoas cujo testemunho nos pôde ser proveitoso, a algumas mesmo, refractárias ás primeiras sollicitações, importunamos com segundo e terceiro pedido. Por fim, contribuem com algum subsidio. Outras nos teem auxiliado com pormenores interessantes dos tempos idos da Academia⁶⁰.

Dentre as fontes escritas, destacam-se as de caráter oficial, guardadas no arquivo da Faculdade (ofícios da diretoria, atas da congregação, avisos ministeriais, etc. – o que sobreviveu do incêndio de 1880), e não oficial, como o *Diccionario Bibliographico* de Sacramento Blake, o *Memorial Paulistano*, as *Memorias e Viagens* de Silva Jardim e o *Parnaso Acadêmico* (organizado por Paulo Antonio do Valle). Contudo, o autor não faz uso de duas importantes fontes históricas: os relatórios do Ministério do Império e as memórias histórico-acadêmicas, publicadas a partir de 1855⁶¹. Ambas dariam ensejo não apenas à correção de algumas

59 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1910, p. II, v. 8.

60 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1910, p. III, v. 8.

61 – As memórias-histórico acadêmicas foram instituídas pela reforma do ensino jurídico de 1854, conhecida como Reforma Coutto Ferraz (Decreto nº 1.386, de 28 de abril de 1854). Em seu art. 164, previa-se que seria apresentada uma memória-histórico acadêmica na primeira sessão da Congregação em que se relatassem “os acontecimentos notáveis do anno findo”. Ainda, dever-se-ia especificar “o gráo de desenvolvimento a que for levada, nesse mesmo periodo, a exposição das doutrinas nos Cursos publicos e naquelles, que por autorisação da Congregação se instituirem particularmente para ampliação ou auxilio das materias obrigatórias”. Com o tempo, tais memórias históricas adquiriram um caráter burocrático e relatorial, sendo poucas as que ousavam, por exemplo, analisar o estado do ensino jurídico e propor soluções para o mesmo. Segundo Spencer Vampré, a primeira memória histórica da Faculdade de Direito de São Paulo foi apresentada em 1855 pelo lente Prudencio Giraldes Tavares da Veiga Cabral, mas ela se perdeu (VAMPRÉ, Spencer, *op. cit.*, p. 156, v. 1); em pesquisa recente, descobrimos que ela foi elaborada pelo Con-

incertezas, como também a adição de outros fatos que ficaram de fora da obra⁶². As fontes orais eram variadas e por vezes mantidas em sigilo, de modo que aumenta sobremaneira a dificuldade em verificar-se a veracidade dos fatos – o aspecto mais problemático da obra, de que trataremos em seguida.

Ainda no tocante ao aspecto metodológico, não podemos esquecer dos aportes trazidos pelo próprio Almeida Nogueira em forma de lembranças, de modo que são constantes em toda a obra frases como “ocorre-nos á memoria”, “traz-nos á memoria”, “nos volvem á memoria” e frases em que ele mesmo aponta a carência de informações, como “nos fugiram da memoria” e “escapam á memoria”. Inúmeros são os problemas que podemos levantar acerca deste modo de registro histórico e aqui nos deparamos com o maior problema da obra, que é: trata-se de uma fonte histórica confiável?

Almeida Nogueira reconhecia que, a despeito de suas (muitas) correções, permaneciam na obra “erros de facto e até quiçá, injustiça nas apreciações: o que sinceramente nos pezeria, se em desabono de alguém⁶³”. Quando da publicação do primeiro fascículo em 1906 ele havia ido além:

Não é por amor ao passado que supomos ser a sua chronica [da Academia de S. Paulo] mais attrahente que a critica ou a narração dos factos da actualidade.

Não, não é por isso; mas simplesmente porque se tem maior liberdade no dizer. Os malevolos, quiçá, accrescentarão que ha tambem maior liberdade para a imaginação do chronista.

Pode muito bem que seja assim.

Nesta ultima parte, porém, não nos cabe a carapuça. Não negamos que, sciente ou inconscientemente, a nossa penna procura ás vezes

selheiro Ribas e publicada no *Correio Mercantil* em 1856 (anno XIII, v. 81, p. 1, 22 de março de 1851). Praticamente todas as memórias históricas da instituição encontram-se atualmente na biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

62 – Posteriormente, as memórias históricas foram utilizadas para a confecção das *Memórias para a História da Academia de São Paulo* de Spencer Vampré (1924). Os relatórios ministeriais, ainda que importantes como fontes históricas, não avançam muito em relação às memórias históricas.

63 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1907, p. II, v. 1.

enfeitar os factos que esteja a referir; e sempre ella considera um dever attenuar por euphemismos certos dictos apimentados que tenha de reproduzir ou pôr um véo apropriado sobre certas scenas que tenha de descrever^[64]. [...]

Si isto nos permittimos, todavia, nada inventamos quanto ao fundo das narrações.

Dado que sejam apocryphos alguns dos factos que nestas chronicas ficam registrados, não nos caberá outra culpa sinão a de sermos confiante, a de termos dado fê a alheio testemunho.

Em relação ás chronicas da vida academica, especialmente, póde acontecer que de facto não sejam authenticas algumas anedoctas que correm activa ou passivamente ligadas a certos nomes de lentes ou de estudantes. Queriamos dizer – casos em que tais nomes figuram como protagonistas ou como victimas no incidente referido, quando haja nelle heróe e paciente⁶⁵.

E ele continua, justificando as anedotas:

Muitas vezes, uma pilheria inventada por mera diversão de espirito é repetida com accrescimos e já com determinada applicação; e, assim, formada a sua curiosa genesis, vai ella evoluendo, ate que chega a conquistar os foros de autenticidade.

A principio não se apura muito si o caso é *vero*, basta que seja *ben trovato*; depois, á força de ouvil-o, toda a gente acredita na sua veracidade.

Essa verdade, algumas vezes, por ser hypothetica, por não ser objectiva, isto é, por não resultar de um facto acontecido, nem por isso deixa de ser moralmente uma verdade. Assim acontece quando a invenção vem, por exemplo, descrever exactamente o character de uma pessoa, apanhar-lhe a feição peculiar. Procede, então, de lima generalização

64 – Exemplo maior de tal atenuação é a descrição que Almeida Nogueira faz do lente José Rubino de Oliveira: “Estatura regular, rosto comprido, ornado de ligeiro bigode e escassa barbica sob o queixo. De côr parda... sim, elle era pardo. Não tocaríamos neste ponto, se não fosse o próprio Rubino o primeiro a chasquear sobre a coisa” (NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1908, p. 230, v. 4).

65 – “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1862)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 2 de abril de 1906.

formada pela causticidade e fina observação de pessoa mais espirituoso que Voltaire, a saber – *tout le monde*”⁶⁶.

Entretanto, ele demonstrava uma preocupação com a exatidão da parte histórica propriamente dita, que entendia ser mais fácil de corrigir⁶⁷. Para combater os eventuais erros, ele afirmou que faria um apêndice, inicialmente previsto para a quinta série e posteriormente realocado para a décima segunda⁶⁸. Tal apêndice, contudo, não chegou a ser publicado.

Um ponto que sobressai dessa discussão acerca da confiabilidade do registro de Almeida Nogueira refere-se ao fato de que muitas das informações que ele publicou acabaram por adquirir o *status* de “verdade histórica”, repetidas à exaustão por aqueles(as) que vieram depois dele – sendo os maiores exemplos Spencer Vampré⁶⁹ e Alberto Venancio Filho⁷⁰ e, na sua trilha, os(as) pesquisadores(as) sobre ensino jurídico e cultura jurídica no Brasil.

Outro aspecto a ser problematizado diz respeito ao destaque que o autor dá a determinadas figuras em detrimento de outras. Da leitura das nove séries fica claro que Almeida Nogueira reserva mais espaço às pessoas com quem ele conviveu nos tempos acadêmicos, com as pessoas a quem tinha maior afinidade (tanto na juventude quanto na carreira política) e, por suposto, aos “grandes vultos” do direito pátrio como Teixeira de Freitas, Pimenta Bueno e Lafayette Rodrigues Pereira. São escolhas compreensíveis, ainda mais se lembrarmos que fazer história àquele momento era exaltar os “grandes homens”, mas mesmo assim é um enfoque que não poderíamos deixar de apontar.

66 – “Great Attraction! – Reminiscencias e Tradições da Academia de São Paulo – Estudantes, estudantões e estudantadas (em 1862)”. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 2 de abril de 1906, grifos no original.

67 – “Convém que, ao menos na parte histórica, fiquem estas chronicas, em ulterior e definitiva edição, escoimadas, quanto possivel, de equívocos e inexactidões” (NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1908, p. I, v. 3).

68 – Cf. NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1908, p. I, v. 3 e 1908, p. II, v. 5.

69 – VAMPRÉ, Spencer, *op. cit.*, 1924, 2 v.

70 – VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

A falta de sistematização, como já dissemos, também é um problema da obra de Almeida Nogueira, ainda que menor. Sobre isso, e principalmente em relação à falta de ordem cronológica das turmas, ele mesmo reconhecia ser um “grave senão”:

É este um grave senão, bem o sabemos, para a esthetica do nosso trabalho. Mas, que fazer!? É irremediável. Nós nos vemos na contingência de ir escrevendo á medida que colligimos (e sabe Deus com que difficuldade!) os necessarios elementos de informação. Ora, estes dependem, em grande parte, da complacência alheia, contra a qual não se póde insurgir a nossa vontade⁷¹.

Neste sentido, as crônicas enfileiradas num mesmo livro constituíam capítulos autônomos, cuja leitura, na opinião do autor, “não se prende á dos precedentes ou subsequentes, nem se prejudica pela sua collocação nesta ou naquella série do trabalho planejado⁷²”. A esta falta de sistematização propôs Joaquim Nabuco em 1909 a elaboração de um índice nominal⁷³, o que foi feito apenas em 1977 por Celso Maria de Mello Pupo, que organizou o índice de lentes, das turmas e o índice nominal dos alunos, incluindo-lhes a turma a que pertenceram e sua naturalidade⁷⁴.

Por fim, em que pese sua meritória extensão, devemos ressaltar que se trata de uma obra inacabada em função da morte repentina do autor. Logo, algumas turmas ficaram de fora, com destaque para a famosa turma acadêmica de 1866-70⁷⁵, a qual pertenceram Joaquim Nabuco, Castro

71 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1907, p. II-III, v. 1.

72 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1907, p. III, v. 1.

73 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1910, p. II, v. 8.

74 – PUPO, Celso Maria de Mello, *op. cit.* O trabalho de Celso Maria de Mello Pupo é realmente digno de nota. Contudo, para confeccionar o índice ele se baseou na 1ª edição, publicada entre 1907 e 1912. No mesmo ano de 1977 em que seu índice veio a lume, foi publicada a 2ª e 3ª edição de alguns volumes da obra de Almeida Nogueira, que não contam com um índice nominal. A tarefa seria então compatibilizar o índice de Pupo com a nova paginação, bem como abarcar as turmas que só foram incluídas nas edições de 1953-55 e 1977.

75 – Almeida Nogueira afirmou que essa turma estava em preparação (NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1910, p. II-III, v. 8), mas nunca chegou a ser publicada e os manuscritos não chegaram a nós. Ele chegou a registrar um episódio ocorrido entre Rodrigues Alves e Afonso Pena quando ainda era redator no *O Commercio de São Paulo* (“Great Attraction! – Rodrigues Alves e Affonso Penna (em 1870) – Emulos e amigos,

Alves, Rui Barbosa, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Bias Fortes, etc. Segundo informações do nono volume, a décima série estava em preparação⁷⁶, mas nunca chegou a ser publicada.

4. Conclusão

A extensa obra de Almeida Nogueira trouxe uma contribuição muito valiosa para a história da Faculdade de Direito de S. Paulo e para a história do Brasil.

Iniciando-se a publicação em fascículos em 1906, logo o autor passou a reunir o maior número de informação possível sobre os alunos e professores que por lá haviam passado desde sua fundação em 1827. Tal esforço deu ensejo à publicação de 39 colunas semanais entre 1906 e 1907 no *Correio Paulistano*, totalizando 21 turmas diferentes.

Entre 1907 e 1912, ele publicou 9 volumes que cobriram ao todo 36 turmas que passaram pela instituição no século XIX. O resgate da memória dos tempos acadêmicos, somado ao estilo extremamente agradável do autor, fizeram grande sucesso junto ao público e foram reeditadas em 1953-55 e 1977⁷⁷.

Com o tempo, as histórias colacionadas por Almeida Nogueira tornaram-se uma importante fonte histórica àqueles(as) que se dedicam ao estudo do ensino jurídico no Brasil. Contudo, a utilização das informações contidas em sua obra deve ser feita *cum grano sallis* (com um grão de sal), como gostam de dizer os juristas – isto é, com precaução. Isso

na Academia de Direito de São Paulo”. *O Commercio de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 6 de novembro de 1905). Como já dissemos antes, tal episódio possivelmente seria publicado na crônica da turma de 1870.

76 – NOGUEIRA, José Luiz de Almeida, *op. cit.*, 1912, p. 298, v. 9.

77 – Mesmo reeditada, a obra de Almeida Nogueira nunca foi completada por inteiro, pelo menos não do modo como ele a planejou em 1907, isto é, com o registro de todas as turmas entre 1831 e 1890. Ainda restam por fazer as turmas de 1866-70, 1873-77 e de 1875 em diante. Uma boa oportunidade seria a reedição da obra em 2027 (bicentenário da criação dos cursos jurídicos), contemplando as turmas já feitas por Almeida Nogueira (em livro e as que saíram em fascículos, ainda inéditos, como apontado acima) e Carlos Pentead de Rezende, as turmas faltantes e um índice remissivo.

porque, em função da época em que foi elaborada (início do séc XX) e a despreocupação com um rigoroso método histórico, ela possui como aspectos que devem ser problematizados: (i) fontes e metodologia empregadas, (ii) veracidade dos fatos (o principal problema), (iii) enfoque narrativo, voltado aos “grandes homens”, (iv) falta de sistematização e (v) falta de algumas turmas acadêmicas (obra inacabada).

Entretanto, não devemos exigir algo que não estava ao alcance do autor – sua intenção não era fazer uma história institucional (ao modo do que realizou posteriormente Spencer Vampré em 1924) e sua preocupação era menos com a rigidez metodológica (à época, o campo da história oral, por exemplo, sequer existia) e mais com a preservação da memória dos tempos passados da Academia de São Paulo.

Texto apresentado em dezembro de 2020. Aprovado para publicação em junho de 2021.

OS MELHORAMENTOS PORTUÁRIOS NO ATLÂNTICO OITOCENTISTA

PORT IMPROVEMENTS IN THE NINETEENTH-CENTURY ATLANTIC

THIAGO VINÍCIUS MANTUANO DA FONSECA¹

Resumo:

O que propomos para esta comunicação é nos atentarmos para o processo de mutação/conservação das operações portuárias nos portos atlânticos. Para tanto, nos valem de um detalhado roteiro de estudos portuários, respeitando sempre as condicionantes de cada sociedade e cidade portuária; assim como, considerando a análise estrutural do capitalismo nos mares, em sua Revolução dos Vapores Marítimos. Através de estudos, memórias, projetos etc. de engenheiros contemporâneos podemos entender melhor a complexa convivência entre a reprodução das antigas infraestruturas e os melhoramentos portuários que, embora não tenham transformado a lógica produtiva portuária, mudaram a paisagem dos portos atlânticos no Oitocentos.

Palavras-chave: Portos; Atlântico; Oitocentos.

Abstract:

The paper reflects on the process of change / maintenance of port operations in Atlantic ports. We analysed a detailed list of port studies, always taking into account the conditions of each society and port city, while also considering the structural analysis of capitalism on the seas in the maritime transport revolution. Based on studies, memories and projects of contemporary engineers, we can better understand the complex coexistence between the reproduction of old infrastructures and port improvements, which, although they did not transform the productive logic of the ports, changed the landscape of the Atlantic ports in the Eighties.

Keywords: ports; Atlantic; nineteenth century.

Sobre a história urbano-portuária do século XIX

Os portos atlânticos, durante o Oitocentos, sofreram transformações notáveis. Essa afirmativa tem sentido duplo: quantitativo e qualitativo. Sendo verdade que o seu processo produtivo e sua operação mudaram a lógica produtiva por completo em apenas algumas cidades-portuárias, chave no centro do sistema capitalista, com mudanças radicais, especialmente na infraestrutura; também é verdade que as mudanças, em termos da reprodução de suas antigas infraestruturas, das tensões já estabelecidas e novas relações sociais entre produtores do deslocamento no espaço (seja terrestre, marítimo ou portuário), do esforço construtivo do novo arcabouço jurídico-político que ordenasse e mediasse essas relações, da implementação e aperfeiçoamento do aparato institucional com prerrogativas crescentes, e do conflito entre capital e trabalho, devem ser estudadas para que possamos explicar como esse mundo, que parece ser aparte,

¹ – PPGH-UF. E-mail: thiago_mantuano@id.uff.br.

produz e está suscetível às continuidades e transformações sociais do seu tempo.

O que propomos para esta seção é mirar as infraestruturas portuárias como fenômeno mais observável desse movimento de continuidade e mudança, mas também desejamos perceber o emaranhado de dimensões e perspectivas, aos quais podemos abordar as diferentes operações portuárias no tempo e no espaço. Dessa forma, sugerimos um roteiro básico para os estudos sobre História urbano-portuária:

Infraestrutura: observar sua construção a partir da relação entre projeto e concretude realizada, além da execução de suas obras nas perspectivas da compatibilidade do investimento com a expansão do serviço demanda, e dos custos com o aproveitamento pela operação da estrutura já constituída; perceber a constituição física e material das unidades isoladamente e no conjunto de determinado porto, a partir de sua amplitude, capacidade, resistência, desenvolvimento técnico e implementos tecnológicos; distinguir a operação portuária no todo entre pré-capitalista e capitalista, cotejando a hegemonia das unidades a partir dos seguintes critérios: intervenção na natureza, mais valia (relativa e absoluta), capital (constante e variável), função das relações sociais e extração coercitiva do excedente (mercadológica e outras).

Negócio: observar os modelos de gestão do complexo e as formas administrativas das unidades produtivas, discriminar as relações comerciais entre unidades internas e externas à operação portuária (fornecedores e clientes), sopesar a relação entre mercado interno e externo (abastecimento e exportação, longo curso e cabotagem), estabelecer as mercadorias que demandam deslocamento no espaço em dado porto (tipo, qualidade, quantidade, fluxo, etc.), estabelecer hierarquias entre as redes portuárias.

Arcabouço jurídico-político: observar a relação entre posse e propriedade da costa, assim como a regulação de sua tomada e a regulamentação de seu usufruto, perceber como o ordenamento jurídico

concede o deslocamento das cargas no espaço (alfândega, impostos, isenções, permissões, restrições, etc.), assim como os procedimentos permitidos e proibidos em dada operação portuária, nos transportes terrestres e marítimos (quando estes tocam ao porto), entender como foram construídas socialmente as legislações sobre a construção e desobstrução dos portos (as tensões entre direito consuetudinário e novas regras para a remodelação do arcabouço), assim como seus impactos.

Relações político-institucionais: observar a existência, o estabelecimento, as limitações e avanços de prerrogativas das autoridades portuárias, separadamente nos terrenos do policiamento, fiscalização, controle, ordenamento e gestão de uma operação portuária; perceber a associação e conflito entre poderes local e nacional; estabelecer a posição dos agentes que operam o porto no bloco histórico de poder.

Força de trabalho: observar o conflito entre capital e trabalho (greves, paralisações, boicotes, *lockouts*, etc.); considerar a composição étnico-social dos trabalhadores portuários (livre ou escravo, avulso ou fixo, local, migrante ou imigrante), suas formas e critérios de contratação, sua organização laboral: processos de trabalho específicos e articulações no processo produtivo como um todo, a criação de categorias e subcategorias internas (sua taxonomia) e sua consequente organização política; identificar a sociabilidade tecida no trabalho, na habitação, nos espaços religiosos e de lazer; perceber suas condições de vida (índices de saúde, alimentação, habitação, deslocamento, salário, posses, etc.), a relação desse corpo de trabalhadores com o mercado; perceber o grau e a forma de especialização e estratificação do trabalho (subsunção formal ou real do trabalho frente ao capital); estabelecer qual o tipo de coerção predominante para extração do excedente (puramente econômica ou outras).

Gostaríamos de deixar claro que o esforço de abordar as transformações em alguns portos do atlântico se dará primordialmente através da perspectiva infraestrutural que, afinal das contas, nos parece ser a que

preside o movimento de continuidade e transformação dos portos. Na medida que a historiografia urbano-portuária nos oferece maiores subsídios sobre essa dimensão, a exploraremos com maior afinco, sem, no entanto, deixar de lado, por completo, as outras perspectivas apresentadas.

Consideramos que ainda cabem algumas colocações sobre a relação navio/porto. Segundo Brian Hoyle², apresentado a nós por Suárez Bosa³, existem cinco fases gerais do desenvolvimento urbano-portuário, dos quais nos interessam as três primeiras:

1. da Idade Média até meados do século XIX, presidida pela força de propulsão dos ventos, a navegação funcionalizou as cidades portuárias como seu empório, depósito e praça comercial; nesses tempos, a relação entre portos e cidades era estreita, e sua linha de delimitação tênue. Em nossa classificação, podemos dizer que esse modelo corresponde ao estágio pré-capitalista de desenvolvimento das forças produtivas;
2. com a industrialização e a introdução das ferrovias e dos barcos a vapor, as infraestruturas portuárias legadas pelo período anterior se viram em constante gargalo, tendo que reproduzir-se de forma frenética para acompanhar os incrementos de escala e frequência dos novos transportes marítimos e terrestres. As primeiras transformações na infraestrutura portuária acontecem em vários lugares: molhes, píeres, docas, diques, armazéns e a mecanização do trabalho, especialmente com a introdução dos guindastes e das esteiras. Em nossa classificação, ainda podemos dizer que esse é um momento pré-capitalista, mas observáveis tensões do capital pela solução das contradições criadas na relação entre navio a vapor e porto;

2 – HOYLE, B. S.; PINDER, D. A. *European port cities in transition*. London: Belhaven Press, 1992.

3 – BOSA, Miguel Suárez. Puerto y Ciudad en el Mundo Atlántico: el Puerto de Las Palmas de Gran Canaria. In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos. (org.). *Portos e cidades: movimentos portuários, Atlântico e diáspora africana*. 2 ed. Ilhéus: Editus, 2013.

3. em princípios do século XX, um movimento duplo, na maioria dos portos atlânticos, traz a hegemonia da operação portuária capitalista: a construção dos portos supera os melhoramentos e o estabelecimento ou fortalecimento das prerrogativas de uma autoridade portuária (pública ou privada). Contribui com esse movimento, segundo Bosa, “el crecimiento industrial vinculado al movimiento portuario, es decir el establecimiento de empresas industriales en torno al puerto como astilleros, silos, frigoríficos, depósitos de combustible, etc.⁴”.

Atentamos para duas considerações quanto ao modelo de Hoyle: primeiro que ele demanda um nível elevado de abstração do processo histórico concreto e individual de cada formação econômico-social, de toda forma nos parece válido pensar a partir dessas balizas e na oposição categorial entre porto pré-capitalista e porto capitalista, tecendo alguns conceitos teórico-históricos internos ao dito modelo. Também gostaríamos de lembrar que o centro das nossas preocupações será no segundo momento apontado pelo autor, embora façamos alguns apontamentos iniciais e finais sobre o primeiro e o terceiro. Isto quer dizer que concentramos as nossas análises na segunda metade do século XIX, recuando e avançando um pouco no recorte de acordo com a necessidade.

Também temos de ressaltar que o centro de nossa discussão foi condicionado pelas fontes que privilegiamos: os registros das reflexões e ações dos engenheiros civis nos portos do século XIX. E é necessário notar que estas fontes nublaram o continente africano na análise que se segue e, evidentemente, limitam o trabalho.

Primeiramente, é forçoso reconhecer que há correlação temporal entre o fim efetivo do tráfico transatlântico de escravos, em escala massiva, e o início da navegação a vapor transoceânica. Os traficantes de escravos não chegaram a vislumbrar a possibilidade de utilizar navios a vapor de

4 – BOSA, Miguel Suárez. Puerto y Ciudad en el Mundo Atlántico: el Puerto de Las Palmas de Gran Canaria. In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos. (org.). *Portos e cidades: movimentos portuários, Atlântico e diáspora africana*. 2 ed. Ilhéus: Editus, 2013, p.77.

forma sistemática para a travessia atlântica, e isto não se deu por falta de capitais. Os problemas enfrentados com a política antitráfico britânica e as medidas tomadas para cercar o mesmo pelos impérios coloniais⁵ tornavam proibitivo tamanho investimento em nova tecnologia e constante abastecimento para embarcações com força motriz artificialmente criada⁶. O mesmo pode ser pensado para os portos negreiros que, em sua maioria, tiveram seus barracões realocados em regiões costeiras distantes das cidades tradicionalmente estabelecidas pelos colonizadores como entrepostos de sua colonização em África – como é o caso de Angola, onde o esvaziamento dos portos de Benguela e Luanda se deu, em grande medida, pelo deslocamento do tráfico para Cabinda. A repressão ao contrabando também tornou pouco atraentes grandes investimentos nas infraestruturas portuárias que serviam ao tráfico. Constantemente os barracões negreiros eram simplesmente destruídos pelas forças de repressão inglesas⁷.

Por último, é justo registrar que a historiografia tem produzido alguns trabalhos que abordam os portos do Atlântico africano e apontam questões muito parecidas com as que trabalharemos aqui⁸. As fontes desses trabalhos são diferentes das nossas e é possível, mesmo, que os en-

5 – BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos (1807-1869)*. Brasília: Senado Federal, 2002.

6 – Para melhor entendimento sobre a predileção dos traficantes de escravos pelos veleiros rápidos norte-americanos – clippers –, consultar: MARQUES, Leonardo. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas (1776 -1867)*. Connecticut: Yale University Press, 2016.

7 – A destruição do barracão de Manuel Pinto da Fonseca pela Royal Navy, em Cabinda, no ano de 1842, é demonstração clara destes riscos: MESQUITA, João Marcos. *O comércio ilegal de escravos no Atlântico: a trajetória de Manoel Pinto da Fonseca, c. 1831 – c. 1850*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019, p. 160.

8 – RODRIGUES, Jaime. A grande loba que devora tudo: portos, feitorias e barracões de Angola. In: *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; HIDALGO, Daniel Castillo. Dakar, um porto a serviço do Império: infraestruturas, instituições e administração portuária na África Ocidental (1857-1939). *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro, vol. 6, n.1, janeiro-abril, 2014; BRICHTA, Laila. Economía y actividad pesquera en el atlántico sur: el caso de moçâmedes en el siglo XIX. *Almanack*, v. 21, p. 273, 2019.

genheiros no século XIX estivessem olhando preferencialmente para os portos europeus e americanos. Factualmente, os melhoramentos portuários foram mais recorrentemente executados em portos africanos a partir da década de 1880 – quando a interiorização da colonização em África se acelerou –, o que já vinha acontecendo décadas antes na Europa e na América.

Entre os melhoramentos e a reprodução

Para levarmos a cabo os nossos objetivos é necessário aclarar o que consideramos por *melhoramento* e *construção* nos portos. Partimos do pressuposto de que ambos são reações por parte dos agentes e instituições que comandam determinada operação portuária ao processo de profunda modificação na navegação⁹.

Os melhoramentos terminaram por expandir as infraestruturas e reproduzir a lógica portuária pré-capitalista¹⁰ em escala superior. No entanto, mantiveram-se importantes limitações naturais e baixa intervenção na natureza, com capital variável sobrepujando o capital constante (o que acarretava as frágeis infraestruturas e baixo nível de mecanização), a mais-valia absoluta sendo a via preferencial pela qual a acumulação se dava, com a subsunção apenas formal do trabalho, um processo produti-

9 – MANTUANO, Thiago. A revolução dos vapores na navegação marítima. *História Econômica & História de Empresas (ABPHE)*, v. 21, p. 479-517, 2018.

10 – Esta lógica presidia um sem-fim de operações portuárias, ao longo do Atlântico, que não obedeciam ao avanço das forças produtivas nos demais subsectores dos transportes. A chamada “operação portuária pré-capitalista” é uma forma observável e diversa em si, conforme a formação social em que se instalava. Consistia num conjunto de características da estrutura, funcionamento, regramento, trabalho e produção desses portos que fugia ao mais básico do modo de produção de mercadorias sob o capitalismo e, também, à acumulação nesse sistema. Mesmo que tenha mudado no tempo e sofrido os melhoramentos que aqui apontamos - parte destes apresentavam algumas manifestações técnicas, tecnológicas, laborais e produtivas típicas da Revolução Industrial -, eram insuficientes para tornar os portos oitocentistas aceitáveis frente à expansão do mercado mundial e a radical transformação nos demais meios de transporte. Algumas dessas características serão ressaltadas neste texto, mas, para um entendimento alargado e aplicado à operação portuária pré-capitalista no Rio de Janeiro, consultar: MANTUANO, Thiago Vinícius. Porto do Rio de Janeiro: um panorama da sua operação no século XIX. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 2, p. 589-618, 2017.

vo com níveis de integração e articulação correspondentes ao período de domínio da navegação a vela e com processos de trabalho nada padronizados, ainda extremamente dependente dos saberes e condição física dos trabalhadores.

A construção de um porto é todo reverso dos melhoramentos: passa decisivamente pelo estabelecimento de uma autoridade portuária com prerrogativas de gestão e controle; transforma as unidades produtivas em organismos que investem em capital constante para poupar trabalho e garantir maiores lucros sobre a mais-valia relativa; a subsunção real do trabalho é dada desde a sua construção até as atividades mais banais que são racionalmente articuladas e integradas às mais complexas. A reorganização do espaço urbano e a mudança da sua relação com o porto, permitindo a adaptação da sua operação ao sistema fabril, pelo menos de forma hegemônica, são uma importante condição. Segundo Honorato:

A diferença entre as chamadas obras de melhoramentos e as de construção de um porto é que estas se dão sob a égide do capitalismo, submetendo a força do trabalho a um sistema fabril. Em última instância, subjugando a natureza e os trabalhadores ao capital¹¹.

Até meados do século XIX, a natureza marcadamente oscilante da atividade portuária estava condicionada exatamente às questões da navegação a vela, das comunicações entre as praças do comércio, dos ciclos agrícolas e das guerras. Os vapores transoceânicos, a comunicação via telégrafo, a intensa incorporação de áreas produtivas nas colônias e zonas de influência imperialista, além da chamada *Pax Britânica*, semearam condições para a mudança paulatina dessa característica. Segundo Suarez Bosa, “ahora, se propicia una cierta coordinación, en algunos formando redes o cadenas de transportes, facilitada por la aplicación del vapor a los buques y el empleo del hierro como material de construcción¹²”.

11 – HONORATO, Cezar. *O polvo e o porto: a Companhia Docas de Santos 1888-1914*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 158.

12 – BOSA, Miguel Suárez. Puerto y Ciudad en el Mundo Atlántico: el Puerto de Las Palmas de Gran Canaria. In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos. (org.). *Portos e cidades: movimentos portuários, Atlântico e diáspora africana*. 2 ed. Ilhéus: Editus, 2013, p. 75.

Para se ter uma ideia, é possível recordar que neste exato momento se iniciaram as primeiras obras do Canal do Panamá. A primeira tentativa de construir um canal através do istmo do Panamá começou em 1881, após décadas de projetos que não saíram do papel. O governo colombiano concedeu à *Compagnie Universelle du Canal Interocéanique* a construção e exploração do canal. A empresa, sob a liderança de Ferdinand de Lesseps, foi financiada por capital francês e conseguiu a concessão devido ao envolvimento do diplomata na construção do Canal de Suez. Os resultados do seu projeto previam que os navios que navegassem entre as costas leste e oeste dos Estados Unidos, que de outra forma seriam obrigados a contornar o Cabo Horn, encurtariam a viagem em cerca de 15.000 quilômetros usando o canal. O canal de 81 quilômetros foi um dos maiores desafios de engenharia hidráulica de seu tempo. Questões geopolíticas e crises sanitárias marcaram os mais de 30 anos de sua construção. A partir de 1904, o governo norte-americano assumiu a empreitada e finalizou o projeto. A conclusão do Canal do Panamá se deu, apenas, em 1914, totalizando 639 milhões de dólares e 80 mil homens empregados em sua obra¹³. Os portos atlânticos e os interessados em seu funcionamento passaram a ser pressionados pelas mesmas forças que demandavam uma construção como a do Canal do Panamá.

Os portos, então, passaram a desempenhar um novo papel econômico e se envolveram em um intenso e contínuo processo de “modernização”, que exigia fundos consideráveis para seu financiamento, constituindo um novo desafio para as autoridades públicas e uma nova oportunidade de investimento para os agentes privados. O tamanho dos navios a vapor, com materiais de aço, implementos tecnológicos, crescente velocidade, autonomia, capacidade de carga e passageiros que suportava, juntamente com a necessidade de serviços regulares de abastecimento, reparação e substituição, tornaram necessária a realização de importantes obras de adaptação e/ou remodelação dos portos.

13 – LAFEBER, Walter. *The Panama Canal: The Crisis in Historical Perspective*. New York: Oxford University Press, 1978.

Não pode haver dúvida quanto ao descompasso do avanço das forças produtivas entre esses subsetores dos transportes: a navegação, especialmente a transoceânica, avançou técnica e tecnologicamente à frente dos portos, por sua vez um condicionou as mudanças no outro. Segundo Teixeira:

Desde o século XIX, os guindastes de bordo, movidos pelas caldeiras do navio, tinham sido o equipamento padrão dos vapores transatlânticos e a inovação tecnológica mais importante, tornando possível ao armador aumentar a exploração da força de trabalho utilizada nas embarcações por meio da aceleração do ritmo do trabalho¹⁴.

Mesmo os mais avançados portos do mundo não acompanharam o desenvolvimento das forças produtivas marítimas, costeiras e fluviais, até mesmo na Inglaterra e ainda mais nela, tendo a principal frota mercante do mundo. A impressão de Hobsbawm, sobre os portos ingleses (os maiores e mais avançados do mundo no século XIX), nos parece verdadeira, mesmo que os pequenos avanços não sejam generalizáveis para os portos atlânticos:

Naturalmente é verdade que a irregularidade essencial das chegadas e partidas dos navios impõe limites até hoje à racionalização e mecanização da faina portuária, mas no fim da década de 1880 não havia, em absoluto, com exceção dos guindastes, guinchos e ferrovias de beira de cais, virtualmente nenhum equipamento mecânico. A revolução técnica que iria mecanizar a carga e descarga de grãos e carvão, e até certo ponto da madeira, não foi iniciada seriamente senão no fim da década de 1890 e começo de 1900, e o seu progresso foi lento¹⁵.

Entretanto, em suas características mais gerais, nem mesmo os portos ingleses não fogem ao paradigma atlântico do Oitocentos, como bem descreve Hobsbawm:

O porto é uma indústria com fronteiras fluídas e nenhuma forma exata, já que o seu trabalho consiste na carga e descarga de carregamentos, no transporte de mercadorias através da água (por chatas ou bal-

14 – TEIXEIRA, Fernando. *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 153.

15 – HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores – Estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 244.

sas), na beira do cais (por caminhão, vagonetes e outros equipamentos mecânicos), e do cais para as estradas de ferros, armazéns e outras partes (por trem, e no fim do século dezenove, cavalo e carroça). Ele compreende também a manutenção das instalações e máquinas permanentes do cais, o complexo de empregos burocráticos do pessoal de “colarinho branco” de conferir, despachando e dispondo em geral das mercadorias, força pequena mas decisiva para o fluxo (pilotos, tripulações de rebocadores e manobreiros), e uma força maior de supervisores, policiais e guardas para impedir perdas excessivas de mercadorias¹⁶.

O autor caracteriza, como “espantosamente primitivo”, a faina portuária até a última década do século XIX; nem as tão faladas Docas Inglesas passaram por cima de uma operação portuária tradicionalmente estabelecida com baixa mecanização e padronização inexistente: “cada embarcadouro ou cais tinha o seu conjunto especial de problemas e costumes, não necessariamente duplicados em qualquer outro lugar [...]”¹⁷.

Ingrid Sarti, num clássico trabalho a respeito do porto de Santos, atenta para o antagonismo Porto $\times$ Navio¹⁸, que teve como principal consequência a estruturação, ao longo de século XIX, do processo de produção portuário e a organização de sua operação portuária. Os tempos distintos de desenvolvimento das forças produtivas dos dois subsetores dos transportes escancararam a tensão entre interesses do capital e interesses corporativos de agentes que ainda trabalhavam sob outra lógica.

Velasco e Cruz traz importante clarificação a respeito deste choque de interesses fundamental para o nosso entendimento:

Ao proprietário ou explorador do porto interessa maximizar a renda oriunda do uso de suas instalações ou serviços, mediante a cobrança de taxas sobre a tonelagem dos navios, tempo de atracação, trânsito de mercadorias, armazenagem, utilização dos maquinismos do cais, for-

16 – HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores – Estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 242.

17 – HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores – Estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 248.

18 – SARTI, Ingrid. *O porto vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

necimento de água, lastro, etc. Ao armador, pelo contrário, interessa minimizar os custos acima e agilizar ao máximo a passagem do navio pelo porto, carregando e descarregando o mais rápido possível¹⁹.

Podemos também depreender, para alguns casos de grandes cidades portuárias, um antagonismo entre Porto × Navio × Ferrovia, que tinha todo o interesse em fazer seus trilhos chegarem o mais próximo das margens dos rios e do mar. Essencialmente, a tese de Sarti não muda, apenas se torna mais complexa: cada fração dos proprietários tem seus meios e eles competem por maiores prerrogativas produtivas e, consecutivamente, pelo comando do maior número de trabalhadores.

Essa dinâmica, entretanto, pode ser relativizada no decurso histórico. Como bem demonstra Suárez Bosa²⁰, uma mesma empresa poderia dominar uma “linha de serviços”, desde os transportes marítimos de longo curso até a ferrovia e vice-versa. Como também demonstra Honorato, uma mesma empresa poderia monopolizar um subsetor e, especialmente, nos grandes portos de importação e exportação, ter a garantia de que todo o fluxo de mercadorias, de um jeito ou de outro, passaria por suas unidades produtivas, não havendo grande prejuízo numa ágil operação. Aliás, no caso dos monopólios portuários por empresas privadas, era bom que a relação com os armadores fosse minimamente estável e menos conflituosa possível, pois estes poderiam simplesmente mudar as escalas alegando a sobredita demora na operação. Ademais, num porto de operação tipicamente capitalista esses conflitos se davam nos âmbitos das autoridades portuárias que serviam para mediá-los e arbitrá-los, atenuando assim suas consequências; o que não ocorria nas operações portuárias pré-capitalistas, aonde as disputas extrapolavam o mero terreno da competição comercial e, na inexistência de uma autoridade portuária com prerrogativas para tal, as consequências eram mais destrutivas.

19 – VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Teses de Doutorado – USP. São Paulo, 1998, p. 38.

20 – BOSA, Miguel Suárez. *Las Empresas Carboneras en los Puertos de las Islas Atlánticas*. *Vida Marítima*, noviembre, 2008.

Apesar dos conflitos e descompassos, a relação entre porto e navio se tornou tão mais intensa quanto mais mundializados se revelaram os interesses capitalistas. Os portos atlânticos, em sua maioria, reagiram às novas demandas do comércio internacional e da navegação transoceânica através dos seus *mejhoramentos*, reproduzindo em maior escala a lógica pré-capitalista, mesmo assim “[...] los pueros atlânticos se erigieron como puertas de entrada em el proceso de globalización, facilitando la inversión en infraestructuras y el desarrollo de economias de mercado²¹”.

A pergunta que se impõe é: havia necessidade de tão radical transformação? Seria apenas um deslumbre ter portos profundamente transformados em sua disposição no território, em seu domínio da natureza, em seu estatuto jurídico, em sua organização administrativa e regulamentar, em sua exploração da técnica e da tecnologia, em suas relações laborais, processo produtivo e processos de trabalho, em sua adequação às demais atividades econômicas a eles articuladas e aos modais de transportes a eles integrados? O ensaio para essa transformação foi penoso e, em nosso recorte, estava longe de constituir um padrão. No entanto, as questões portuárias que suscitavam a sua elaboração eram concretas, factuais e de repercussões econômicas, políticas e sociais abrangentes, assim como as suas soluções foram formuladas de forma complexa e sofisticada, como veremos a seguir.

O entendimento dos engenheiros

Tendo em vista o nosso roteiro de estudos portuários, buscamos coletar observações relevantes de um tipo específico de agentes contemporâneos que muito se envolveram com as mudanças sofridas pelos portos no século XIX: trata-se dos engenheiros. A utilização crítica dos seus estudos, relatórios, projetos, memórias, pareceres, etc. é inescapável à pesquisa de nosso objeto.

21 – HIDALGO, Daniel Castillo. *Puerto de Dakar, Puerta de África Occidental: una Historia Económica de Senegal (1857-1957)*. Santa Cruz de Tenerife: Vereda Libros, 2015, p. 273.

Durante a Segunda Revolução Industrial houve um crescimento sem precedentes de escolas especializadas em engenharia e da atuação profissional e política dos intelectuais voltados aos exercícios da engenharia civil – que fora separada da engenharia militar ao longo do século XIX – no Ocidente. Os desafios impostos pelos processos de urbanização e industrialização, as necessidades concernentes aos estabelecimentos de serviços públicos, assim como as demandas de empresas privadas – especialmente nos setores dos transportes e comunicações – colocaram a necessidade da formação de profissionais que atuassem desde a elaboração dos projetos até sua gestão para consecução de objetivos cada vez mais audaciosos, representando este potente revolucionamento das forças produtivas.

Olhando para o Brasil, Rodrigues capta este movimento:

O esforço de diferenciação no currículo das categorias militar e civil expressa, assim, as especificidades das competências exigidas por cada uma. As grandes obras necessárias à criação de uma infraestrutura urbana, energética e de transportes que desse conta do incremento das atividades comerciais ao longo daquele século, e da montagem do complexo cafeeiro confundem-se, portanto, com o estabelecimento do campo profissional da engenharia civil²².

É neste exato momento que se acentuam os descontentamentos com os funcionamentos dos portos em todo o Atlântico, quanto mais parecem inadequados aos interessados em seu funcionamento, mais os engenheiros são acionados como formuladores e viabilizadores das mudanças a serem empreendidas.

A reflexão, a capacidade e abrangência de entendimento de alguns engenheiros acerca das questões portuárias podem impressionar o pesquisador. As peculiaridades do seu ofício, casadas com convicções político-ideológicas sobre o seu fazer e os resultados do seu trabalho²³, garantiam

22 – RODRIGUES, Fernanda Barbosa dos Reis. Engenharia e política: os debates ferroviários no clube de engenharia e a organização econômica e social do Rio de Janeiro (1880 - 1900). In: GASPARETTO JÚNIOR, Antonio; BÔSCARO, Ana Paula Dutra. (org.). *História: espaço fecundo para diálogos* 3. 1 ed.: Atena Editora, 2020, p. 116, v. 3.

23 – MARINHO, Pedro. Por uma leitura integral do Estado Imperial Brasileiro: os enge-

à engenharia um posto privilegiado de observação e intervenção nas operações portuárias espalhadas pelo Atlântico. Segundo Rodrigues:

A engenharia como actividade, pelo tipo de tarefas que proporciona e os engenheiros realizam, continua a oferecer autonomia e satisfação intrínseca no trabalho; a necessidade de resolução de problemas novos decorrentes da evolução tecnológica, organizacional ou de mercado, obstaculiza a padronização, rotinização e desqualificação²⁴.

Aqui buscaremos o ponto de vista de estudiosos, empresários e funcionários públicos que exerciam a engenharia hidráulica e portuária. Recuperaremos excertos de seus textos que sejam representativos de sua contribuição para o entendimento das questões e que registrem a sua atuação nas empreitadas de conservação/mudança portuárias nas dimensões da infraestrutura, do negócio, do arcabouço jurídico-político, das relações político-institucionais e da relação com a força de trabalho nos portos atlânticos.

Já no alvorecer do século XX, o engenheiro português Adolfo Loureiro definia os portos como: “[...] espaços abrigados, que fossem facilmente acessíveis e onde pudessem estacionar com comodidade e segurança as embarcações de toda a ordem²⁵”. Entretanto, esta definição era ampla demais e podia incluir portos sem melhoramentos expressivos, o que acarretava operações portuárias muito díspares ao longo do Atlântico e em constante reprodução das antigas infraestruturas como fuga dos seus próprios gargalos.

Como podemos ver no caso do Rio de Janeiro, os diversos melhoramentos executados ao longo do século XIX não evitaram a descrição do engenheiro brasileiro Alfredo Lisboa:

Em princípios do século [XX] andantes os serviços de expedição de mercadorias para o exterior, e para os Estados por via marítima, e

nheiros em foco. In: SALLES, Ricardo. (org.). *Ensaio Gramsciano: política, escravidão e hegemonia no Brasil imperial*. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 221-283, v. .

24 – RODRIGUES, Maria de Lurdes. *Os Engenheiros em Portugal*. Oeiras: Celta, 1999, p. 37.

25 – LOUREIRO, Adolfo. *Portos marítimos de Portugal e ilhas adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907, p. 8.

do recebimento das providas de fora, por mar, eram efetuados geralmente por meio de saveiros, que atracavam a pontes, quase todas construídas de madeiras, a piers ou a cais de pequeno calado d'água; apenas a algumas dessas construções acostavam vapores de pequena cabotagem²⁶.

Para combater esse estado de coisas, um pacote de obras era recomendado por Loureiro:

[...] devem ser dotados de cais e pontes para a acostagem das embarcações, de desembarcadouros, rampas e escadas para o serviço de passageiros, de docas, tanto de marés, como de flutuação ou de nível constante para estacionamento dos navios, de armazéns e de aparelhos para a manutenção das mercadorias, de estradas e linhas férreas de serviço para as operações terrestres do comércio, etc.²⁷

Os desafios naturais para tal empreitada, somados à revolução dos vapores na navegação marítima, fez com que um grupo de engenheiros ingleses, liderados pelo professor de Oxford, Leveson Francis Vernon-Harcourt, passasse a acreditar que os melhoramentos, por diversas vezes, não eram o suficiente. Pensavam ser necessário construir novos portos. Por razões comerciais e estratégicas, portos localizados nas partes centrais das cidades passaram a ser repensados; assim como, portos em locais com grande dificuldade de implementação, pela distância dos centros urbanos, passaram a ser pensados. Carregando as tintas na defesa da engenharia britânica, dizia Vernon-Harcourt:

Frequently, a port having been established in a site possessing some natural advantages, which were sufficient when vessels were small, has to be improved and enlarged in order to provide adequate depth and accommodation for the increasing size of vessels. Also, long lines of exposed coast are sometimes devoid of any shelter; and great losses of life and property may be prevented by the establishment of harbours of refuge. Moreover, no natural harbours may exist in the nearest line of communication with other countries, or be suitably si-

26 – LISBOA, Alfredo. Portos do Brasil. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, p. 633.

27 – LOUREIRO, Adolfo. *Portos marítimos de Portugal e ilhas adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907, p. 10.

tuated for strategical purposes. Under these circumstances, harbours have to be improved or created; and, occasionally, most unfavourable and exposed sites have to be resorted to, in which the skill of the engineer is taxed to the utmost for providing shelter where waves and currents have ruled supreme²⁸.

No entanto, tanto uma obra, quanto a operação de um porto melhorado ou construído não era nem simples, muito menos pouco custosa. Para começar, havia a necessidade de entender a região costeira em voga, cartografá-la para registrar a profundidade e a qualidade do leito submarino, dos regimes de ventos, marés e chuvas, isso demandava introduzir novas técnicas de pesquisa/testes para a definição de um sistema de obras e para a utilização de determinados tipos de materiais. O primeiro a sondar o solo submarino de frente à Alfândega do Rio de Janeiro foi o engenheiro inglês Charles Neate, que assim relatava ao Ministro da Fazenda brasileiro as primeiras necessidades das obras:

Não tendo encontrado nenhuma planta do litoral, que pudesse servir-me de guia, o meu primeiro passo foi fazer uma detalhada exploração dos terrenos ao longo da linha projetada, bem como de sondar o canal que lhe fica fronteiro. Tive também de verificar a natureza do fundo, mandando fazer furos (*borings*) com todo o cuidado, pois já sabia, por me ter dito o Coronel Jardim, que até agora não se tem feito nenhuma investigação sobre este objeto. Eram-me indispensáveis estas informações preliminares antes de me aplicar a fazer o plano da obra em geral, ou de proceder à sua execução em detalhe. O primeiro resultado que colhi das sondas e dos furos foi diverso do que espe-

28 – VERNON-HARCOURT, Leveson Francis. *Harbours and Docks: Their Physical Features, History, Construction, Equipment and Maintenance with Statistics as to their Commercial Development*. Oxford: The Clarendon Press, 1885, p. 3. Tradução livre: “Frequentemente, um porto tendo sido estabelecido em um local que possui algumas vantagens naturais, que eram suficientes quando os navios eram pequenos, tem que ser melhorado e ampliado para fornecer profundidade e acomodação adequadas para o tamanho crescente dos navios. Além disso, longas linhas de costa exposta às vezes são desprovidas de qualquer abrigo; e grandes perdas de vidas e propriedades podem ser evitadas pelo estabelecimento de portos de refúgio. Além disso, nenhum porto natural pode existir na linha de comunicação mais próxima com outros países, ou ser convenientemente situado para fins estratégicos. Nessas circunstâncias, os portos devem ser melhorados ou criados; e, ocasionalmente, é preciso recorrer a locais mais desfavoráveis e expostos, nos quais a habilidade do engenheiro é sobrecarregada ao máximo para fornecer abrigo onde as ondas e as correntes dominam.”.

rava, e obrigou-me a modificar, para uma parte das obras, o sistema de execução que tinha a princípio adotado; sendo talvez esta parte a mais importante de todas principalmente por estar nela compreendido o cais fronteiro à Alfândega²⁹.

Desde muito cedo, o país se via enredado na febre em torno das Docas Britânicas. Ao longo do século XIX, “fazer docas” tornara-se sinônimo do avanço nos portos atlânticos.

Entretanto, o significado do que eram docas, ao longo do século XIX, variou muito. Segundo o engenheiro anglo-americano Charles Colson³⁰, havia quatro tipos de docas:

1. **Bacias artificiais:** docas com barreiras e portas que permitem a vazão das águas constantemente, controlando as marés;
2. **Diques ou Docas secas:** são estruturas que se enchem e esvaziam-se através do fechamento de comportas e da ação de bombas hidráulicas;
3. **Docas flutuantes:** são estruturas que através de um sistema pneumático afundam aparelhos que suportam a embarcação e o fazem flutuar com ar pressurizado;
4. **Docas deslizantes ou Mortonas:** são trilhos assentados do leito submarino até a terra firme, que trazem por força mecânica a embarcação ao solo.

Um novo tipo de infraestrutura chamada de Docas *Jetty Principle* foi introduzido em Nova Iorque na segunda metade do Oitocentos. Embora extremamente pouco custosas e amplas para a época, carregavam três problemas em sua concepção: as grandes embarcações a vapor até podiam acostar nelas, mas de forma muito lenta e extremamente cuidadosa, isso incrementava muito o tempo de carga e descarga das mercadorias,

29 – BRASIL. Ministério da Fazenda. *Proposta e Relatório. Anexo 44*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1852, p. 1.

30 – COLSON, Charles. *Notes on Docks and Dock Construction*. Londres: Longman's, Green & C., 1894.

além de valorizar sobremaneira a praticagem; seus principais materiais (madeira e ferro), expostos ao clima e às marés, estavam suscetíveis e eram descartáveis em médio e longo prazo, portanto demandavam grande esforço de conservação, manutenção e reposição; de início, não havia sequer previsão do assentamento de maquinário (guindastes e esteiras principalmente) e, no futuro, sua constituição fora um problema quando estes se generalizaram nas operações portuárias do Atlântico, assim como estava descartada qualquer possibilidade de avanço de linhas férreas sobre as pontes, se tolhendo a linha do cais³¹.

Mesmo com todos esses avanços no conhecimento sobre os portos e suas necessidades, e mesmo com a solução oferecida pela “febre das Docas”, a reprodução das já estabelecidas operações portuárias nadava de braçada com a expansão do comércio internacional. No porto com maior número de docas do mundo, o de Londres, em 1904, os velhos *wharves* – trapiches – ainda detinham parte substancial da sua operação. Segundo o engenheiro Douglas Owen:

Then there are essential differences between port and port in the method of discharge and delivery. In London, for example, some 75 or more per cent, of the general cargo to the port goes overside into barges for conveyance to river-side wharves or warehouses, or to water-side depôts of the railway companies³².

As grandes companhias da navegação internacional pressionavam pela adequação dos portos e, muitas vezes, se viam imbuídas, direta ou indiretamente, nas tentativas de conservar ou modificar, e operar as infraestruturas dos portos. Os interesses do comércio, indústria e finanças locais e de arrecadação dos próprios Estados Nacionais também pesavam para a tensão entre mudanças e continuidades. São necessários mais estudos

31 – REBOUÇAS, André. *Justificação do Sistema de Execução das Obras*. Rio de Janeiro: Typ. J. C. de Villeneuve & C., 1872.

32 – OWEN, Douglas. *Ports and Docks. Their History, Working, and National Importance*. London: Methuen, 1904, p. 25. Tradução livre: “Além disso, existem diferenças essenciais de porto para porto no método de descarga e carga. Em Londres, por exemplo, cerca de 75 ou mais por cento da carga geral para o porto vai para o exterior em barcas de transporte para cais ou armazéns à beira do rio, ou para depósitos à beira das companhias ferroviárias.”.

monográficos para termos um mapeamento dos sentidos que governavam as ações desses diversos agentes, porto a porto. Contudo, é importante ter a noção dos poderosos interesses locais, nacionais e internacionais entremeados em todos os níveis nessa verdadeira guerra surda. O processo de carga, descarga, deslocamento, conservação, guarda, aferição fiscal, transporte, etc. passava a ser visto como um negócio.

O engenheiro argentino Luis Huergo, ministro das Obras Públicas da Província de Buenos Aires, confessou as principais razões para elaborar, desde muito cedo, projetos e soluções para um novo porto de Buenos Aires. As pressões dos negociantes envolvidos na operação portuária e no comércio do Rio da Prata pesavam nas iniciativas que o engenheiro tomava. Huergo estava mais ligado aos interesses locais, dos estaleiros buenaireses e dos negociantes nacionais que ocupavam o Riachuelo, do que aos interesses da finança internacional, junto a qual Madero tinha maior inserção. Entretanto, não se deve menosprezar as forças econômico-sociais que o moviam, nem os limites reais da operação portuária posta em questão:

Hace ya unos 16 años que conozco el Riachuelo y sus alrededores, por la frecuencia con que durante los años de 1857 á 1861, tenia necesidad de ir a los Saladeros y Barracas, allí situados.

No me ocupaba entonces de cuestiones de ingenieria; pero las continuas quejas de los comerciantes y de los propietarios de lanchas, por los perjuicios que sufrían, en la demora de seis y ocho dias, durante los cuales las lanchas se encontraban sin poder entrar o salir, a causa de la Barra del Riachuelo; me hacían pensar que con muy poco sacrificio de tempo y dinero, podrian mejorarse las condiciones de su navegacion³³.

33 – HUERGO, Luís. *Los Intereses Argentinos em el Puerto de Buenos Aires*. Buenos Aires: Imprenta Rural, 1873, p. 87. Tradução livre: “Conheço o Riachuelo e seus arredores há cerca de 16 anos, devido à frequência com que durante os anos de 1857 a 1861, tive a necessidade de ir aos Saladeros e Barracas, aí localizados. Na época, eu não estava ocupado com questões de engenharia; mas as contínuas reclamações dos mercadores e proprietários de embarcações, pelos danos que sofreram, no atraso de seis e oito dias, durante os quais as embarcações não puderam entrar ou sair, por causa da Barra del Riachuelo; eles me fizeram pensar que com muito pouco sacrificio de tempo e dinheiro, as condições de sua navegação poderiam ser melhoradas.”.

O engenheiro brasileiro André Rebouças esteve dos dois lados do balcão. Foi funcionário público como Diretor das Obras da Alfândega e, depois, foi representante privado dos interesses de uma grande companhia de vapores transatlânticos para incorporação de uma doca privada no Rio de Janeiro. Já em 1867, teve destacada atuação na querela sobre a constituição de uma tarifa para a utilização dos serviços portuários oferecidos pela Alfândega. Rebouças tenta forçar, a todo momento, em seus textos, a naturalidade da cobrança:

As taxas que, em virtude da tarifa proposta, terão de pagar os navios que utilizarem da Doca da Alfândega, não constituem de modo algum um novo imposto nem como tais devem ser consideradas; serão realmente retribuições, que ao Estado darão os particulares por um serviço por ele prestado, da mesma natureza que as taxas que são atualmente pagas ao governo pelos navios que fazem obra no dique ou pelos passageiros e pelas mercadorias que são transportadas pela estrada de ferro D. Pedro II³⁴.

Essa pressão redundou na lei brasileira de número 3986 de 1867³⁵, que regulamentava as taxas propostas por Rebouças. Ele mesmo foi um dos redatores do texto legislativo. Entretanto, nem sempre os diferentes arcabouços jurídico-políticos garantiam esse tipo de cobrança nos portos atlânticos. Em nações europeias como na Holanda, por exemplo, as municipalidades não só eram proprietárias dos portos, como os governavam através de conselhos municipais e não cobravam pela maioria dos serviços regulares³⁶. Assim como o próprio New York City's Department of Docks (DOD) planejava e executava obras de proveito comum aos utilizadores privados dos portos sem estabelecer taxas ou tarifas por lei.

Demorou para que, em todo o Atlântico, se estabelecessem instituições ou empresas que guardavam a prerrogativa de controlar algum porto

34 – REBOUÇAS, André. *Companhia da Doca da Alfândega do Rio de Janeiro. Publicação dos Documentos que Precederam e Motivaram sua Organização*. Rio de Janeiro: Typ. J. C. de Villeneuve & C., 1870, p. 14.

35 – BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Decreto 3986 de 23/10/1867. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867.

36 – LOUREIRO, Adolfo. *Portos marítimos de Portugal e ilhas adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907, p. 312.

com possibilidades tais que, sobre a sua jurisdição, estivessem o controle das forças produtivas e do próprio processo produtivo, a coordenação do complexo sobre todas as unidades produtivas e a fiscalização dos tributos devidos por elas. Demorou quase um século para que um único aparato tivesse obrigações organizacionais do porto que se apresentava e de planejamento e execução da expansão destas mesmas infraestruturas.

Entretanto, iniciativas públicas ou privadas para racionalizar os portos em novas bases não deixaram de existir. Já em 1870 é criado o New York City's Department of Docks; em 1892, a Companhia Docas de Santos assume o porto; em 1907, surge a Exploração do Porto de Lisboa; em 1908, é criada a Port of London Authority; em 1910, é constituída a Compagnie du Port de Rio de Janeiro. No Brasil, as companhias privadas que assumiam os portos por monopólio passaram a estar sob estrito escrutínio da Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais, apenas em 1911. A constituição da inspetoria representou a principal tentativa de centralizar os estudos, a direção e a fiscalização da operação, conservação, reforma e construção dos portos no país. A instituição de uma autoridade portuária significa um salto qualitativo fundamental para caracterização de determinada operação portuária como capitalista. Também é digno de nota os esforços para o melhoramento, expansão da capacidade e adequação aos novos meios de transporte das Alfândegas, das Capitânias dos Portos e dos órgãos de controle sanitário específicos aos portos.

Não sem razão, mesmo fazendo a apologia da gestão privada dos portos, o engenheiro português Adolfo Loureiro reconhecia a necessidade de uma autoridade que os coordenasse. Essa necessidade se impunha aos diversos tipos de exploração, mesmo naqueles portos de exploração descentralizada, os quais preferia Loureiro. Dizia o engenheiro que:

[...] é necessário reunir nas mãos de autoridade única as diversas partes do governo de um porto, que, tendo a sua disposição os fundos necessários para os trabalhos ao passo que forem sendo precisos, tenha também a faculdade de regulamentá-los. A administração do porto, aproximando-se de uma administração do Estado, que tenha poderes próprios, parece bem disposta para um porto, cujo desenvolvimento

deve aproveitar de perto ao país, e onde predominam os interesses gerais.³⁷

De fato, no fim do século, foram feitos grandes investimentos em infraestrutura e principiou a aplicação de maquinários em todos portos atlânticos de maior relevância. Entretanto, o descompasso com o desenvolvimento das forças produtivas nos mares pôs mais ainda em contradição o processo produtivo das operações portuárias no Atlântico com os maiores vapores e locomotivas com os quais se entrecruzavam. Segundo o engenheiro francês Jules Drujon, a grande responsável para essa contradição – que acarretava diversos inconvenientes – passou a ser a organização corporativa da força de trabalho. Segundo um estudo patrocinado pela Companhia das Docas de Marselha, antes das intervenções para construção daquele porto:

D'autres difficultés provenaient de l'organisation du travail et des procédés primitifs de manutention. L'outillage mécanique, qui constitue aujourd'hui un élément si importante de la prospérité des ports, faisait complètement défaut: aucune machine ne venait en aide à la main de l'homme. Le trafic des quais était monopolisé par la puissante Corporation des portefaix, dont il est nécessaire de dire, dès à présent, quelques mots, car nous la retrouverons plus tard en conflit avec la compagnie des Docks³⁸.

O que está claramente manifesto no estudo é a intenção da Companhia das Docas de Marselha de proletarizar a força de trabalho a seu serviço, antes mesmo de generalizar a mecanização em sua operação, padronizar e coordenar todos os seus processos produtivos, segundo a racionalidade capitalista: poupando trabalho e extraindo mais valor a partir dos avanços das forças produtivas. Intentava, pois, politicamente destruir a orga-

37 – LOUREIRO, Adolfo. Portos marítimos de Portugal e ilhas adjacentes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907, p. 311.

38 – DRUJON, Jules. *Étude Sur Les Docks de Marseille*. Paris: Recueil Sirey, 1913, p. 26-27. Tradução livre: “Outras dificuldades surgiram da organização do trabalho e dos procedimentos primitivos de manejo. As ferramentas mecânicas, que hoje constituem um elemento tão importante para a prosperidade dos portos, faltaram por completo: nenhuma máquina veio em auxílio do homem. O tráfego das docas era monopolizado pela poderosa Corporação do Portefaix, da qual é necessário dizer, de agora em diante, algumas palavras, porque mais tarde a encontraremos em conflito com a companhia das Docas.”.

nização que protegia os trabalhadores, submetendo-os de forma real ao capital.

Em realidade, o quadro era muito diferente do que expunha Drujon. A natureza oscilante da atividade marítima e, por consequência, portuária pautou o caráter geral do trabalho portuário durante todo o Oitocentos, a saber: a casualidade. No porto pré-capitalista – e em alguns portos que poderíamos denominar como capitalistas – encontra-se, majoritariamente, trabalho por fração de tempo diária, por alguma tarefa específica ou por carga “trabalhada”. As condições de vida e laborais dos trabalhadores nos portos, ao fim do Oitocentos, eram invariavelmente más. Segundo H. A. Mess:

They are engaged for short spells, by the day or even by the hour. They are in work to-day and out of work to-morrow. They cannot properly be said to be either employed or unemployed; our economists call them underemployed. Such are the men who hang about warehouses, the men who will carry your bag from the railway station, the men who describe themselves as labourers and say that they can do “anything” and notoriously a very large number of men who earn a precarious livelihood at the docks and wharves³⁹.

Comum a todos os trabalhadores dos portos, um fator preponderante: a pobreza.

Considerações finais

Estudar os portos atlânticos ao longo do Oitocentos não é tarefa fácil. Tanto a mudança, quanto a conservação do conjunto de unidades de produção portuárias está enfeixado por diversas determinações e condicionantes. A principal determinação foi a revolução dos vapores na nave-

39 – MESS, H. A. *Casual Labour on the Docks*. Londres: G. Bell and Sons, 1916, p. 16. Tradução livre: “Eles estão engajados por curtos períodos, por dia ou mesmo por hora. Eles estão trabalhando hoje e amanhã estão desempregados. Não se pode dizer que estejam empregados ou desempregados; nossos economistas os chamam de subempregados. Esses são os homens que vagam pelos armazéns, os homens que carregam sua mala da estação ferroviária, os homens que se descrevem como trabalhadores e dizem que podem fazer “qualquer coisa” e, notoriamente, um número muito grande de homens que ganham um sustento precário nas docas e cais.”.

gação marítima; e a principal das condicionantes era, evidentemente, a formação social em que estava inserido determinado porto.

Pode-se dizer que, durante o Oitocentos, os portos atlânticos mudaram, mas poucos deles implementaram uma nova lógica produtiva. Embora as principais motivações para fazê-lo sejam passíveis de serem generalizadas, apenas os estudos de caso demonstram os limites para sua transformação e como conseguiram modificar as suas operações portuárias sem irromper a estrutura existente. Com certeza ampliaram sua capacidade através dos melhoramentos, pontualmente, mas a reprodução das antigas infraestruturas – elas mesmas também melhoradas – foram, afinal de contas, decisivas para dar vazão ao impressionante incremento da movimentação portuária nos principais portos atlânticos.

A Revolução Industrial Portuária começa com a experiência das Docas Britânicas – que ainda não hegemonizavam nem mesmo o porto de Londres, ao longo do Oitocentos –, mas vai, finalmente, se generalizar e implementar a lógica do capital em todos os maiores portos atlânticos apenas no século XX. No entanto, esta revolução é legatária dos melhoramentos portuários do século anterior, quando a engenharia hidráulica e portuária se formou, acumulando saberes e experiências decisivas para a ruptura de padrão que se seguiu.

Texto apresentado em janeiro de 2021. Aprovado para publicação em maio de 2021

ARTHUR NAPOLEÃO, O PIANO VIRTUOSO E O TABULEIRO DE XADREZ: UM EXERCÍCIO DE SOCIABILIDADE DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

ARTHUR NAPOLEÃO, THE VIRTUOUS PIANO AND THE CHESSBOARD: AN EXERCISE IN SOCIABILITY FROM THE EMPIRE TO THE REPUBLIC

ALEXANDRE RAICEVICH DE MEDEIROS¹

Resumo:

O presente artigo versa sobre a importância do compositor e pianista português Arthur Napoleão (1843-1925), para a formação de uma rede de sociabilidade cultural no Rio de Janeiro do fim do século XIX. Através da inserção de sua música no ambiente sociocultural carioca do período, e da consolidação de sua nova perspectiva laboral no campo da música, como empreendedor e mediador cultural, desde seu estabelecimento definitivo no Brasil em 1868. Por meio da organização de estabelecimentos comerciais voltados para a venda de pianos e partituras musicais que se tornaram importantes espaços de sociabilidade na Corte e depois capital federal da República, ao longo da sua vida. E paralelamente às práticas musicais, por sua intensa atividade em relação a prática do enxadrismo, que muito colaborou para a divulgação e desenvolvimento do jogo na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Arthur Napoleão; Música no Rio de Janeiro; Rede de Sociabilidade; Enxadrismo.

Abstract:

The article discusses the importance of Arthur Napoleão (1843-1925), a composer and pianist from Porto who contributed to the development of a network of cultural sociability in Rio de Janeiro at the end of the 19th century. As an entrepreneur and cultural mediator, he introduced his music into the socio-cultural environment of Rio de Janeiro after settling definitively in Brazil in 1868, where he consolidated his work as a musician. Throughout his life, he helped set up commercial establishments focused on the sale of pianos and musical scores, which became important spaces of sociability in the Court and, later, in the capital of the Republic. Parallel to his musical activities, he was also a keen chess player who helped to develop and promote the game in the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Arthur Napoleão; music in Rio de Janeiro; sociability network; chess.

O século XIX trouxe diversas transformações para o universo da música na Europa. As práticas musicais passaram por um longo processo de revalorização, deixando de ser reconhecidas como apenas parte de um “elemento cerimonial”, tornando-se uma marca de prestígio social, independente, a conquistar progressivamente novos espaços. Foram criadas sociedades musicais nos grandes centros culturais do velho continente, como a *The Royal Philharmonic Society* (1813) e a *New Philharmonic Society* (1859) em Londres, a *Société des Concerts du Conservatoire*

1 – UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: alexandreraicevich@gmail.com.

(1828) e a *Colonne Orchestra* (1873) em Paris, e a *Berlin Philharmonika* (1882), que nas suas temporadas chegavam a reunir um público de 2000 a 3000 pessoas. Assim, durante todo o Oitocentos, o público europeu teve contato constante com grande diversidade de tipos de práticas musicais, desenvolvendo sua “competência cultural”, e aprendendo a diferenciar e a apreciar a qualidade sonora das novas formações orquestrais que se apresentavam nesses espaços. A aceleração dos processos de industrialização proporcionou a confecção de instrumentos de maior qualidade, mais calibrados e mais afinados. Consequentemente, os instrumentistas passaram a ter mais possibilidades na sua execução, e com isso ocorreu o surgimento e a valorização do virtuosismo nas apresentações. Frente a tantas oportunidades, deu-se o surgimento de gerações de compositores e instrumentistas que começaram a divulgar suas composições e a apresentar-se, pelos recém-criados palcos de todo o continente².

Em Portugal, D. João V fundara em 1713 um Seminário destinado ao ensino especial da música. Essa instituição teve o seu período mais próspero durante o reinado de D. José I, entre 1750 e 1777, quando contou com um grupo de professores formado pelos mais notáveis compositores de ópera, música religiosa e profana, como, David Peres, João de Souza Carvalho, Antônio Leal Moreira, Marcos Portugal, João José Baldi, Frei José Marques e Francisco Xavier Migoni. O Seminário foi duramente atingido pelos reveses da política interna lusa nas primeiras décadas do século XIX. Em 1815, com D. João ainda no Brasil, se deu uma primeira tentativa de restauração do Seminário que só se concretizou com o retorno do monarca, quando as famílias dispersas retornaram à Corte. O ensino de música instrumental foi incluído no programa de aulas, com João Jordani, lecionando instrumentos de corda, Francisco Kuckenkuck os metais e José Avelino Canongia as palhetas. A instituição foi fechada pelo Governo Liberal, numa de suas medidas reformadoras, em 1834. No ano seguinte, foi fundado um Conservatório anexado à *Casa Pia* que reintegrou alguns dos professores do extinto Seminário, e teve como di-

2 – MASIN, Jean. & Brigitte. *História da Música Ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997, p. 661-673.

retor João Domingos Bomtempo. Nesse mesmo período foram fundadas outras instituições em Lisboa ligadas à cultura, como o Teatro Nacional de Lisboa, de 1836, e o Conservatório Geral de Arte Dramática, criado por um decreto em 15 de novembro de 1836, que acabou por incorporar o Conservatório de Música criado no ano anterior, o qual passou a constituir uma Escola de Música da nova instituição³.

Ainda nos primeiros anos do século XIX, na cidade do Porto, a arte e a ciência tiveram um grande desenvolvimento, mesmo frente às incertezas que assolavam o país. Foram criados em 1833 a Real Biblioteca Pública da cidade do Porto, solenizando o aniversário da cidade, e o Museu Portuense, o primeiro museu de arte de Portugal, que tinha como objetivo preservar o patrimônio artístico vindo dos conventos extintos e utilizá-lo para fins culturais e pedagógicos. Posteriormente, o Museu Portuense e a Associação dos Amigos da Arte constituída em 1835, foram anexados à Academia Portuense de Belas-Artes criada em 1836. Nesse período também foram criados o Liceu Nacional do Porto e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto, ambos em 1836, transparecendo assim a prosperidade cultural que envolveu a região⁴.

Arthur Napoleão dos Santos nasceu na cidade do Porto, na região da Beira, em 06 de março de 1843 e foi revelado pelo pai, o professor de piano napolitano Alexandre Napoleão, ainda na infância como um prodígio musical. Sua estreia pública se deu num concerto da Philharmonica Portuense, em 03 de dezembro de 1849, quando ainda não completara 7 anos de idade. Com o sucesso da apresentação o jovem Arthur Napoleão foi homenageado pelo escritor português Camilo Castelo Branco. “Dir-se-ia que as trêmulas mãos do menino curvavam a fronte de seu pai e mestre, quando os aplausos estrondeavam na sala. Os louvores animaram o jubiloso pai a levar seu filho à apreciação de mais numeroso público⁵”.

3 – SANTOS, Maria Luiza de Queiróz Amâncio dos. *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, p. 72-75.

4 – PERES, Damião. *História da Cidade do Porto*. Portucalense Editora, p. 479-485, vol. II.

5 – BRANCO, Camilo Castelo. *Cousas leves e pesadas*. 2.ed. Portugal: Parceria Antonio Maria Editora, 1908, p. 163.

Em 24 de janeiro de 1850, deu-se um concerto no Theatro São João na cidade do Porto, no qual Arthur Napoleão foi o solista. Nesta noite a orquestra foi regida pelo afamado maestro portuense João Ribas, que chegou a opinar num jornal da época, *O Periódico dos Pobres*, que Alexandre Napoleão deveria apresentar com urgência o talento de seu filho à cidade de Lisboa⁶.

Assim, após algumas apresentações na sua cidade natal foi levado a Lisboa onde teve o talento reconhecido pela elite local. Arthur Napoleão descreveu nas suas *Memórias*⁷ o encanto da sua chegada a Lisboa, demonstrando tratar-se de “um mundo novo” que surgia diante de olhos infantis. Na sua passagem pela capital portuguesa os Napoleão ficaram hospedados na residência de um casal amigo, os Aldosser. Em relação às atividades profissionais, Alexandre Napoleão se dedicava a buscar os meios necessários para inserir o filho nos espaços em que a sua musicalidade precoce pudesse ser reconhecida. No tempo livre, Alexandre costumava jogar gamão com o senhor Jacob Aldosser, enquanto o pequeno pianista era mimado pela anfitriã Dona Adelaide.

Enfim, a inclusão dos Napoleão no ciclo da elite de Lisboa se deu através da proteção dos irmãos Antônio Bernardo da Costa Cabral, Ministro do Reino, e José Bernardo da Silva Cabral, Chefe do Supremo Tribunal de Justiça. Arthur Napoleão frequentou os saraus do Palacete do Poço Novo, residência de José Bernardo da Silva Cabral, após ser recomendado por carta à esposa do Primeiro-ministro, a senhora Maria Emilia Pereira da Silva⁸.

Tanto a afeição de D. Maria Emilia pelo pequeno pianista quanto o seu talento facilitaram a organização de um concerto no Theatro de São

6 – NAPOLEÃO, Arthur. *Memórias*, 1907, p. 6.

7 – O texto das memórias de Arthur Napoleão, datado de 1907, foi objeto da nossa Tese de Doutorado em História na Uerj em 2013, sob o título *Uma memória ímpar: a trajetória de Arthur Napoleão na sociabilidade musical de dois continentes (1843-1925)*. Uma cópia datilografada desse texto autobiográfico que foi publicado pelo periódico *Correio da Manhã* entre 4 de setembro de 1925 e 7 de fevereiro de 1926, faz parte do acervo da Biblioteca Alberto Nepomuceno da Escola de Música da UFRJ.

8 – NAPOLEÃO, 1907, p. 8.

Carlos, em 29 de maio de 1850, que contou com a presença dos soberanos D. Maria II e D. Fernando. O programa apresentado foi composto pela *Fantasia para violoncelo e piano*, e por um *Rondó para piano*, ambos de autoria do próprio Arthur Napoleão; também foi executada a Abertura da ópera *Zampa* (1831) para piano a quatro mãos do compositor francês Louis Joseph Ferdinand Hérold. O pequeno pianista português foi acompanhado pelo pai na execução da peça para piano a quatro mãos, e pelo violoncelista Guilherme Antonio Cossoul. Esse concerto teve destaque n' *O Estandarte*, um periódico fundado por José Bernardo da Silva Cabral, com a seguinte notícia:

O pequeno artista que mal se distinguia em scena, apresentou-se com um garbo e desembaraço, que a todos causou espanto. Saudou suas majestades, e saudou o público, como se fora um ator de muitos anos. Foi o bastante para romperem as palmas da platéia e dos Camarotes. [...] Em Honra do pequeno artista espalharam-se diversas composições poéticas, que publicaremos!. Por hoje damos esta breve notícia, aproveitando também a ocasião para felicitar a virtuosa protetora do beneficiado e sua patrícia, por ter visto coroados os seus esforços e por ter talvez aberto ao seu protegido uma carreira brilhante⁹.

O brilhantismo do recital, levou Arthur Napoleão ao Paço das Necessidades em 31 de maio de 1850, onde se apresentou, mais uma vez, para os regentes D. Maria II e D. Fernando, que cantou um trecho da ópera *I due Foscari* acompanhado pelo pequeno pianista. Outras apresentações se seguiram no Teatro D. Maria e no Teatro D. Fernando, tendo sido a última registrada, mais uma vez, pelo *O Estandarte*, “O jovem artista andou pelos camarotes, onde as mais belas damas o cobriam de beijos, o padre José da União, chama-lhe o Napoleão da música¹⁰”.

Em 1852, aos 9 anos, Arthur Napoleão deixou Portugal e percorreu cerca de dezessete países entre a Europa e as Américas, contando sempre com a companhia do pai, que além de ser seu primeiro professor de piano,

9 – Artigo publicado no periódico *O Estandarte*, 31 de maio de 1850. BNP. Disponível em: <http://purl.pt/14335/1/>. Acesso em: 22.03.18.

10 – NAPOLEÃO, 1907, p. 8.

também tutelava sua carreira entregando cartas de apresentação, organizando seus concertos e viagens¹¹.

Essa busca e valorização de pequenos talentos musicais foi muito comum nos séculos XVIII e XIX. Iniciados quase sempre pelos próprios pais, ou tendo frequentado conservatórios, essas crianças se destacavam por apresentarem talentos precoces tanto em *performance*, quanto em relação à prática da composição. No Oitocentos, muitos cantores e instrumentistas se tornaram celebridades, e procuravam executar um repertório de extrema dificuldade capaz de hipnotizar e emocionar o público¹².

Consequentemente, a trajetória artística de Arthur Napoleão se entrecruzou com a dos principais artistas do universo musical do período, como Sigismond Thalberg, Giacomo Meyerbeer, Hector Berlioz, Henri Herz, Charles Hallé, Clara Schumann, Gioachino Rossini, Carl Reinecke e Franz Liszt. A música desses artistas era apreciada nos salões frequentados por membros da aristocracia e da burguesia em ascensão. Esses espaços eram muito desejados pelos Napoleão, principalmente pelos possíveis favorecimentos resultantes das talentosas apresentações, que podiam variar desde algum recurso financeiro, até uma melhoria no *status* social do músico e de seus familiares¹³.

Arthur Napoleão visitou o Brasil por três vezes (1857, 1862 e 1866), até se fixar definitivamente em 1868 na cidade do Rio de Janeiro, onde se tornou, além de pianista e compositor, um atuante homem de negócios do campo das artes.

Ao estabelecer-se no Rio de Janeiro, Arthur Napoleão decidiu investir no campo dos negócios ligados à música, sem abandonar, entretanto, sua carreira de concertista. Após uma longa série de conversas o pianista optou por dedicar-se ao mercado de partituras e instrumentos musicais.

11 – *Ibid.*, p. 8-10.

12 – GRIFFEL, L. Michael. The Romantic and Post-Romantic Eras. In: SCHIMER. *History of Music*. New York: Schimer Books, 1982, p. 591.

13 – ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 68-70.

Tratava-se de um mercado voltado especificamente para as práticas musicais vigentes, que se intensificaram na segunda metade do século XIX e se propagaram até as primeiras décadas do século XX.

As condições propícias para a formação desse mercado musical se baseavam em quatro pontos, sendo os dois primeiros ligados ao surgimento de um número crescente de produtores, ou melhor de compositores que passaram a ter suas peças publicadas e comercializadas. Em consequência deu-se a formação de um público consumidor, capaz de não medir esforços para adquirir as mais recentes edições musicais do período. O terceiro ponto era o responsável pela ligação entre os precedentes, satisfazendo tanto aos produtores quanto aos consumidores. Eram as lojas especializadas, espaços nos quais se comercializavam as partituras e os instrumentos musicais, que se espalhavam pela cidade, envolvendo um grande número de profissionais, como técnicos em impressão e copistas, sempre dedicados à chegada do produto final às vitrines. Por fim, dava-se a consagração das peças, que eram divulgadas pelos periódicos e rapidamente integradas ao repertório executado nos palcos e salões da cidade.

Um ano depois da sua chegada ao Brasil, Arthur Napoleão se associou ao português Narciso José Pinto Braga, que era proprietário de um estabelecimento que comercializava pianos e partituras musicais, e fundou a Narciso, Arthur Napoleão & Cia (1869-1870)¹⁴. A prosperidade dos negócios com Narciso Braga levou Arthur Napoleão a ampliar seus investimentos, passando desde então a ter seu nome sempre ligado a estabelecimentos voltados para o comércio de partituras e instrumentos, como Narciso & Arthur Napoleão (1870-1877), Arthur Napoleão & Miguez (1878-1880), Narciso, Arthur Napoleão & Miguez (1880-1882), Narciso & Arthur Napoleão (1882-1889) e Arthur Napoleão & Cia. (1895-1913).

Dentre estas firmas destacamos a que associou Arthur Napoleão e o jovem e talentoso violinista Leopoldo Miguez¹⁵. *A Arthur Napoleão & Miguez (1878-1880)* além de manter o trabalho de edição de parti-

14 – NAPOLEÃO, 1907, p. 145.

15 – *Ibid.*, p. 191.

turas, passou a comportar um pequeno salão destinado a apresentações de música de câmara e concertos solo, abertas a um público não muito diferente do frequentador dos grandes clubes e das sociedades musicais cariocas do período¹⁶. Esses espaços tinham dependência do patronato, sendo a fundação de uma sociedade musical um símbolo de *status* social, por serem extremamente elitistas, impondo aos sócios um rígido processo de seleção no qual as fichas de inscrição só eram aceitas depois de serem examinadas pelos membros da diretoria. Nesses espaços, os sócios e suas famílias podiam mostrar publicamente sua cultura e posição social, que eram reconhecidos como símbolos de distinção e influência¹⁷.

Para que o campo musical funcionasse, era necessária a presença dos executantes que iriam dar vida às formações, tentando reproduzir aqui o modelo europeu, proporcionando aos frequentadores distração e um convite à sociabilidade¹⁸. Em sua maioria, esses músicos vinham das classes pobres da população, o que não impedia que alguns possuísem técnica musical refinada, obtida muitas vezes nas aulas ministradas por músicos que chegavam à cidade com as companhias líricas. A presença desses estrangeiros era constante no universo musical no Rio de Janeiro do fim do século XIX, transitando pelos palcos dos clubes e das sociedades, apresentando-se em óperas e operetas, montadas por companhias italianas, francesas, espanholas e portuguesas¹⁹.

Pelo palco da Casa Arthur Napoleão & Miguez passaram diversas atrações, tanto nacionais quanto internacionais, o que pode comprovar a ocorrência de uma circularidade constante de músicos. Dentre os instrumentistas internacionais podemos citar o violinista português Francisco Pereira da Silva Costa²⁰, o violoncelista português Frederico

16 – Salão Arthur Napoleão & Miguez. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro: ano II, n.1, em 03 de janeiro de 1880. (BNRJ).

17 – MAYER, Arno J. *A força da tradição. A persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 248.

18 – Theatro S. Pedro. *Jornal do Commercio*, 13 de setembro de 1885. (BNRJ).

19 – MAGALDI, Cristina. *Music in Imperial Rio de Janeiro: European Culture in a Tropical Milieu*. Lanham (MD): The Scarecrow Press Inc., 2004, p. 62-69.

20 – Nascido na cidade do Porto, Francisco Pereira da Silva Costa foi aluno de Alard no Conservatório de Paris, chegando ao Rio de Janeiro em 1871 onde atuou como instru-

do Nascimento²¹, e o violinista cubano José White que viveu no Brasil entre 1879 e 1889. Quanto ao público que frequentava a sociedade podemos destacar que o concerto de José White em 30 de dezembro de 1879, no salão da Casa Arthur Napoleão & Miguez, reuniu “Um núcleo de distinctíssimas senhoras, ministros d’estado, músicos notáveis, e outras pessoas gradas²²”. O virtuose da flauta e filho de escravos Viriato Figueira da Silva²³, e o então jovem e talentoso pianista Ernesto Nazareth²⁴ foram alguns dos artistas nacionais que se apresentaram no salão da Casa Arthur Napoleão & Miguez.

Em relação à tarefa primordial do estabelecimento, destacamos dentre as partituras editadas pela Casa Arthur Napoleão & Miguez a primeira peça de Ernesto Nazareth, a polca-lundu *Você bem sabe*, em 1877, que o compositor dedicou ao seu pai, contando com um anúncio publicado no *Jornal do Commercio* um ano depois: “Sahio a luz : Você bem sabe, linda polca para piano, composição do distincto pianista Ernesto Júlio Nazareth, acha-se a venda unicamente em casa de Arthur Napoleão & Miguez – 89 Rua do Ouvidor 89²⁵”. A pianista Chiquinha Gonzaga também teve diversas composições editadas pela firma de Arthur Napoleão, dentre as quais a balada *Manhã de Amor* (ca. 1881)²⁶, e a valsa *Carlos Gomes* (ca. 1880)²⁷, escrita em homenagem ao maestro e compositor brasileiro.

mentista e professor.

21 – Nascido em Setúbal chegou ao Rio de Janeiro em 1880. Sendo indicado em 1890 para a cadeira de professor no Instituto Nacional de Música, tendo Heitor Villa-Lobos como um de seus alunos.

22 – Salão Arthur Napoleão & Miguez. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro: ano II, n. 1, em 03 de janeiro de 1880. (BNRJ).

23 – Concerto Scolari. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro: ano I, n. 20, em 17 de maio de 1879. (BNRJ).

24 – Salão do Club Mozart. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro: ano II, n. 6, em 13 de março de 1880. (BNRJ).

25 – Arthur Napoleão & Miguez. *Jornal do Commercio*, 25 de dezembro de 1878. (BNRJ).

26 – Novas publicações. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro: ano II, n. 14, em 26 de junho de 1880. (BNRJ).

27 – Homenagens a Carlos Gomes. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro: ano II, n. 17, em 17 de julho de 1880. (BNRJ).

Além das partituras, a Arthur Napoleão & Miguez editou e publicou um periódico intitulado *Revista Musical e de Bellas Artes* (1879-1880)²⁸. A primeira página do seu primeiro exemplar em 4 de janeiro de 1879 destacava a falta de outra revista que tratasse especificamente das questões da música e das belas-artes no Brasil. O artigo relatava que esse problema já encontrava solução em países “até mais *atrazados*” que possuíam um, ou até mais periódicos responsáveis por registrar as atividades artísticas dos seus nacionais. Concluindo, afirmava: “Não nos iludimos com as pretensões de suprir de remédio infalível este mal. O que podemos asseverar é que, o que nos falta em forças e competência, sobejanos em diligência e boa vontade²⁹”.

No seu primeiro ano de circulação, a *Revista Musical e de Bellas Artes* foi publicada semanalmente, contando com 52 números. Em 1880, no primeiro semestre ocorreram irregularidades na periodicidade de publicação da revista, com alguns meses apresentando ora dois ou três exemplares aleatoriamente. No segundo semestre as publicações voltaram a ser semanais, o que totaliza portanto, 38 exemplares da revista editados no seu último ano.

Uma nota constante na primeira página dos seus 90 exemplares apresentava o periódico como um *Semanário Artístico*, publicado aos sábados e cujo preço da assinatura na Corte era de 10\$000 anual, 6\$000 semestral e 4\$000 trimestral, enquanto que na província a anuidade era de 12\$000 e a semestralidade de 7\$000. A contracapa era sempre dividida entre a propaganda, e uma descrição sumária da revista, como um periódico responsável pela publicação de matérias relativas ao movimento artístico nacional e estrangeiro, além de artigos musicais didáticos, análise de óperas, crítica e seções referentes às belas-artes.

28 – MEDEIROS, Alexandre Raicevich de. *A Revista Musical e de Bellas Artes (1879-1880)*. In : BESSONE, Tania; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira; MOMESSO, Beatriz (orgs.). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2016, p. 85-104.

29 – Revista Musical. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro: ano I, n. 1, em 04 de janeiro de 1879. (BNRJ).

A revista podia ser adquirida pelo público em geral, e apesar de sua ligação direta com os eventos organizados pelo estabelecimento de Arthur Napoleão e Leopoldo Miguez, também costumava retratar nos seus artigos as especificidades de todo o universo cultural do Rio de Janeiro no fim do século XIX. Dentre seus colaboradores se encontravam o cronista Urbano Duarte; o engenheiro André Rebouças; o pianista, crítico de arte e dramaturgo Oscar Guarabiarino; o Visconde de Taunay, Alfredo d'Escagnolle Taunay, o engenheiro-arquiteto, jornalista e músico Alfredo Camarate, Alfredo Bastos e o próprio Arthur Napoleão³⁰.

Quanto aos artigos, muitos dos textos publicados eram traduzidos e copiados de livros ou periódicos que costumavam circular pela França, Inglaterra e Alemanha. Os artigos sobre os compositores Jean-Philippe Rameau, Johann Sebastian Bach, Franz Schubert, Robert Schumann e Felix Mendelssohn foram retirados do livro *Symphonistes et virtuoses*, 1878, de autoria do pianista e professor do Conservatório de Paris, Antoine François Marmontel³¹. Outros três textos retirados de periódicos franceses, foram escritos pelos compositores Hector Berlioz, *Os maus e os bons cantores, o publico e a claqué*³², e *Da imitação musical*³³; e Franz Liszt, *Uma noite na casa de Chopin*³⁴. Já o artigo sobre o compositor Ludwig van Beethoven, intitulado *Testamento de Beethoven*³⁵, foi retirado do periódico *Neue Zeitschrift für Musik*. A *Revista Musical e de Bellas Artes* também publicou integralmente os *libretos* das óperas

30 – NAPOLEÃO, 1907, p. 194.

31 – MARMONTEL, Antoine François. *Symphonistes et virtuoses*. Paris: Imprimerie Centrale des Chemins de Fer, 1878.

32 – Os maus e os bons cantores, o publico e a claqué. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro: ano I, n. 48, em 29 de novembro de 1879. (BNRJ).

33 – Da imitação musical. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro: ano I, n. 34, em 23 de agosto de 1879. (BNRJ).

34 – Uma noite na casa de Chopin. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro, ano I, n. 47, em 22 de novembro de 1879. (BNRJ).

35 – Testamento de Beethoven. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro: ano I, n. 24, em 14 de junho de 1879. (BNRJ).

Don Carlo (1867) de Giuseppe Verdi³⁶, e *Le Roi de Lahore* (1877) de Jules Massenet³⁷.

Outros temas não tão próximos ao universo da música costumavam aparecer com certa frequência nas páginas do periódico. Podemos citar: o *Resumo da História da Arte Antiga na Grécia e em Roma*, assinado por Pedro Laurent³⁸, e *Os Lusíadas* de autoria de André Rebouças, que divulgava a publicação da luxuosa edição da obra de Camões em 1880, pelo alemão Karl Emil Biel³⁹.

Por mais que variassem os temas da *Revista Musical e de Bellas Artes*, repara-se, no entanto que, da produção ao consumo, isto é, dos autores dos artigos aos leitores, a preferência era decididamente pelo gênero romântico, gosto estético tão em voga no continente europeu por quase todo o século XIX, e que garantia o sucesso do periódico entre a elite sociocultural brasileira, sempre disposta a seguir as tendências europeias.

Desde a sua primeira passagem pelo Rio de Janeiro em 1857, Arthur Napoleão teve o seu talento reconhecido pela sociedade carioca. Poucos dias após desembarcar do vapor Calcutta⁴⁰, *O Folhetim do Jornal do Commercio* anunciava em 19 de julho de 1857 que,

o célebre jovem pianista Arthur Napoleão, que tantos aplausos têm colhido em todas as capitais da Europa, e ainda ultimamente na Polônia, Áustria e Prússia, pretende visitar o Rio de Janeiro, vindo no Vapor Calcutá, que devia partir da Inglaterra em 04 do corrente. Se se verificar esta notícia, teremos ocasião de apreciar um artista de talento

36 – Don Carlo. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro: ano I, n. 34, em 23 de agosto de 1879. (BNRJ).

37 – Le Roi de Lahore. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro: ano I, n. 37 e 38, em 13 e 20 de setembro de 1879. (BNRJ).

38 – LAURENT, Pedro. *Resumo da História da Arte Antiga na Grécia e em Roma*. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro: ano I, n. 50, 51 e 52, em 13, 20 e 27 de dezembro de 1879; e ano II, n. 1, em 03 de janeiro de 1880. (BNRJ).

39 – REBOUÇAS, André. *Os Lusíadas*. *Revista Musical e de Bellas Artes*, Rio de Janeiro, ano II, n. 15, em 03 de julho de 1880. (BNRJ).

40 – NAPOLEÃO, 1907, p. 51-52.

reconhecido, e que já goza de justo renome no velho mundo. Venha ele! Eu gosto de ver esta gente na minha terra.

O artigo deixa claro uma calorosa expectativa da sociedade carioca pela oportunidade de conhecer e apreciar o talento de um grande instrumentista europeu, ao registrar no periódico a alegria “de ver esta gente na minha terra⁴¹”.

Ao chegar no Rio de Janeiro, Alexandre Napoleão não alterou a forma de administrar a carreira do filho, que foi reconhecido como sensação pelos patrícios residentes na Corte do Império do Brasil. Logo após se instalarem, Arthur Napoleão e o pai visitaram o Imperador D. Pedro II, e, como de costume, entregaram cartas de apresentação⁴².

Dias depois, o *Jornal do Commercio* fazia mais uma referência a Arthur Napoleão. Nesse artigo, Alexandre Napoleão era citado como um “modesto mestre do piano”, e Arthur era chamado de “menino diabo”, que parecia ter “um espirito maligno na ponta de cada um dos seus dedos⁴³”.

Ao concluir a *tournee*, que além do Rio de Janeiro incluiu uma breve passagem por Montevidéu e Buenos Aires, Alexandre Napoleão decidiu retornar à cidade do Porto em 1858. Entretanto, o talento do jovem pianista deixou uma grande impressão no público carioca, e despertou o interesse de Alexandre Napoleão para as possíveis oportunidades financeiras que poderiam advir do retorno do filho aos palcos brasileiros.

Os Napoleão aportaram pela segunda vez na cidade do Rio de Janeiro em 1862, onde puderam colher de imediato os frutos da sua primeira passagem pela capital Imperial. O periódico carioca *O Futuro* (1862-1863), editado pelo jornalista portuense Faustino Xavier de Novaes publicou um artigo assinado por Machado de Assis no qual o escritor não poupava

41 – Folhetim do Jornal do Commercio. A Semana. *Jornal do Commercio*, 19 de julho de 1857. (BNRJ)

42 – NAPOLEÃO, 1907, p. 52.

43 – Folhetim do Jornal do Commercio. A Semana. *Jornal do Commercio*, 10 de agosto de 1857. (BNRJ).

elogios ao talento musical de Arthur Napoleão, comparando-o ao jovem Mozart, que também teve sua carreira tutelada pelo pai Leopold Mozart, cerca de cem anos antes.

[...] Falemos agora de Arthur Napoleão que acaba de chegar ao Rio de Janeiro. Em 1857, aquele prodigioso menino inspirou verdadeiro entusiasmo nesta corte onde acabava de chegar cercado pela auréola de uma reputação. Criança ainda, o prestígio dos tenros anos dava ao seu talento realce maior. Com ele acontecera o mesmo que com Mozart, de quem diz um escritor, aludindo á primeira manifestação do talento na idade pueril – “C’est ainsi que Mosart apprit la musique, comme en se jouant, ou plutôt la musique se revellait dans son ame avec le sentiment de la vie.” Desde os primeiros anos, Arthur revelou-se, e desde logo começou para ele essa série não interrompida de triunfos de que se tem composto a sua existência. Os amigos e os patrícios poderiam desconfiar do seu entusiasmo, e indagar entre si se ele não era efeito de um amor sem exame nem reserva, ou pela interessante criança, ou pelo patrício artista. Essa dúvida, se alguma vez se apresentou no espírito dos patrícios e dos amigos dissipou-se sem dúvida quando Arthur Napoleão entrando nos grandes centros da arte e dos artistas recebeu deles a confirmação solene do baptismo da pátria. Aplausos, ovações, abraços fraternais o receberão, e cada nome que passava, Rossini, Meyerbeer, Verdi, Talberg, Vieux-Temps, Sivori, deixaram uma nota sua, uma linha, uma palavra no álbum do menino artista. Assim cresceu Arthur Napoleão na idade, na glória e no talento: de cidade em cidade, a sua viagem foi um triunfo não interrompido; mas, como verdadeiro artista, não se deixou adormecer nos louros e nas delícias de Capua; estudou viajando e buscou pelo estudo a perfeição. Nem só executa inspirações alheias, tem as suas dos mais originais; e deve-se ao seu estro musical algumas composições esparsas de muito merecimento. Sei mesmo que Arthur Napoleão busca voar mais alto e escrever o seu nome em uma obra duradoura: dois poetas ingleses deitaram mãos á obra, a pedido do compositor, e cada um foi depor-lhe nas mãos um poema dramático, tirado um da comédia de Shakespeare, *Como queira*, e o outro de uma novela de Finimore Cooper⁴⁴.

Fica claro portanto, que todas as atividades exploradas por Arthur Napoleão na sua trajetória, surgiram como desdobramentos da sua car-

44 – ASSIS, Machado de. *Chronica. O Futuro*, 15 de setembro de 1862. (BNRJ).

reira de concertista internacional. A simples presença de um virtuose do piano na capital imperial atraía um grande número de amadores e até mesmo de profissionais do campo da música, que buscavam a oportunidade de conhecer pessoalmente tão importante figura do cenário artístico internacional. Essa competência muito colaborou para prosperidade tanto da Narciso, Arthur Napoleão & Cia., quanto dos demais estabelecimentos dirigidos por Arthur Napoleão⁴⁵.

A prosperidade de uma casa que comercializava partituras musicais trazia naturalmente algumas vantagens para o seu jovem proprietário, sempre ávido pela conquista de novos espaços. A primeira dessas vantagens era o contato com diversos apreciadores das artes, sempre atentos às novidades inspiradas pelo dominante modelo europeu. Esses contatos e a renda advinda das firmas, possibilitaram a inserção do jovem Arthur Napoleão numa vasta rede de sociabilidade, distribuída pelos mais diferentes espaços da cidade, que escolhera para viver até o fim dos seus dias. Dentre esses campos culturais de atuação encontrava-se uma grande e antiga paixão do pianista, que paralelamente a música foi de suma importância por toda a sua vida, a prática do enxadrismo⁴⁶.

Ao sair de Portugal em 1852, a trajetória de Arthur Napoleão foi baseada em horas de estudo sob a severa supervisão do pai, longos períodos de isolamento a bordo dos navios que entrecruzavam oceanos, distribuição de cartas de apresentação, concertos, e por fim, o êxito profissional. Todo esse processo, apesar de estar voltado para o sustento da família Napoleão, e para a consequente consagração do jovem músico, talvez não fosse ideal para o desenvolvimento de uma criança, que segundo o próprio pianista achava-se muitas vezes saturado por acordes, letras e algarismos⁴⁷.

45 – BOURDIEU, Pierre. *As regras da Arte Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 170.

46 – BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003, p. 22.

47 – NAPOLEÃO, 1907, p. 3.

A “triste infância” dos prodígios musicais, que eram quase sempre tratados como pequenos adultos, passava por constantes adaptações, evitando qualquer possibilidade de desistência, ou distração de seus misteres. A fala de Arthur Napoleão nas suas *Memórias* reconhece, que o pai, Alexandre possuía uma certa metodologia aceitável para desenvolver ao máximo a potencialidade do filho, mas que não deixava de colocar-lhe sobre os “pequenos ombros” uma responsabilidade inconveniente.

A solução imediata foi encontrar atividades que pudessem distrair, mesmo que sumariamente, a alma infantil, evitando problemas que pudessem eclodir na vida adulta do pianista. Entretanto, por serem muito limitados os espaços de tempo livre na cansativa rotina do musicista, nos únicos momentos distantes das “atividades profissionais”, restava ao pequeno Arthur Napoleão envolver-se na atividades dos adultos, que costumavam se divertir com jogos, geralmente após as apresentações musicais e literárias, que aconteciam na cidade do Porto, entre 1840 e 1850. Ao circular nesse universo, o menino Arthur, ávido por novidades, descreve ter desenvolvido de imediato a paixão pelo jogo de xadrez, que foi incentivada pelo pai, por parecer uma distração eficiente, e incapaz de atrapalhar a carreira do seu prodígio infantil. Desde então, a vida de Arthur Napoleão passou a contar com lições de piano, ensaios, concertos, e a companhia de um pequeno tabuleiro de xadrez.

Em relação a sua carreira internacional, o primeiro país visitado por Arthur Napoleão e seu pai foi a Inglaterra. Ao chegarem a Londres, levados por um vapor inglês, os Napoleão se hospedaram na casa da madrinha de Arthur, a senhora Angelina Alvarenga, em Oxford Terrace, n 30. A família da senhora Angelina visitara a cidade do Porto a negócios, e nessa oportunidade a jovem tornou-se aluna de piano de Alexandre Napoleão, dando início assim a uma profunda relação de amizade, que originou o apadrinhamento de Arthur⁴⁸.

48 – FRIAS, Visconde de Sanches de. *Arthur Napoleão Resenha comemorativa da sua vida pessoal e artística*. Lisboa: Edição promovida e subsidiada por amigos e admiradores do artista, 1913, p. 20.

Angelina Alvarenga dividia a casa com a mãe, a quem todos chamavam de senhora Swinbourn e a irmã Celina, casada com um relojoeiro suíço, o senhor Rochat. Contando com esse ambiente tão familiar, cabia a Alexandre Napoleão administrar a carreira do filho, procurar os contatos, entregar as cartas de apresentação e buscar os que seriam os admiradores, e principalmente protetores de Arthur Napoleão. Nesse novo ambiente, Arthur Napoleão teve a oportunidade de praticar intensamente o enxadrismo dividindo o tabuleiro com o senhor Rochat, que era um grande apreciador do jogo e acabou por tornar-se um incentivador de Arthur Napoleão, apesar do pequeno pianista, já haver se deparado com problemas mais intrincados nas partidas que disputara em Portugal, e considerar o velho Rochat um amador do tabuleiro⁴⁹.

Mais tarde, entre 1858 e 1860, Arthur Napoleão e o pai estiveram nos Estados Unidos da América, sempre em busca de oportunidades de apresentações, sendo que nesse período o jovem pianista começava a ensaiar seus primeiros passos como um adolescente que desejava encontrar o espaço necessário para as suas próprias realizações, mesmo que para isso fosse preciso contrariar as ordens de seu pai. Assim, ao circular por Nova Iorque mantendo a programação de concertos organizada por Alexandre Napoleão, Arthur também procurou encontrar-se com os mais importantes enxadristas da cidade, como Sam Loyd, Miron James Hazeltine, Charles Henri Stanley e Theodor Lichtenhein, e disputar algumas partidas com esses grandes jogadores. O período dos Napoleão em Nova Iorque também coincidiu com o retorno do grande enxadrista Paul Morphy da Europa. Morphy que havia derrotado mestres franceses, ingleses e alemães foi recebido com significativas manifestações de carinho, e presenteado com um tabuleiro de xadrez cujas peças eram confeccionadas em ouro e prata numa solenidade em que se encontrava presente o jovem pianista portuense. O mais importante desses encontros com Morphy se deu numa noite na qual Arthur Napoleão foi convidado a

49 – *Ibid.*, p. 19.

visitar o *New York Chess Club*. Nessa oportunidade o pianista foi desafiado por Morphy para um confronto no tabuleiro⁵⁰.

Após sua fixação no Rio de Janeiro, em 1868, e o necessário tempo de adaptação para resolução de questões pessoais e profissionais no campo da música, Arthur Napoleão retomou gradativamente suas atividades junto ao universo do enxadrismo como a organização de torneios, eventos e a manutenção de uma relação muito próxima com a imprensa do período, que muito contribuiu para a oficialização do jogo na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1876, Arthur Napoleão foi procurado pelo caricaturista alemão radicado no Brasil, Henrique Fleiuss, que participou ao pianista que iniciaria a publicação de um periódico, a *Ilustração Brasileira* (1876-1878), aproveitando essa oportunidade para convidá-lo a redigir uma coluna sobre o jogo de xadrez. Arthur Napoleão afirmou que inicialmente não se achava preparado para assumir tal incumbência, mas em pouco tempo, por amor ao enxadrismo aceitou o convite. Apesar de em dois anos a *Ilustração Brasileira* ter deixado de existir, Arthur Napoleão relata nas suas *Memórias* que a oportunidade de dedicar-se à divulgação do xadrez fez com que o pianista revivesse sentimentos que envolveram seu espírito na juventude, passando então a adquirir novos livros e estudar profundamente as mais diversas questões relacionadas à prática do jogo⁵¹.

Em 1880, Arthur Napoleão organizou um torneio em sua residência que contou com a presença de Carlos Pradez, Caldas Vianna, Machado de Assis, Navarro de Andrade e Joaquim Palhares.

Torneio de Xadrez. Está-se efetuando atualmente um torneio de xadrez entre seis dos melhores amadores desta Corte. Cada um tem a jogar 4 partidas com o outro e no resultado final, será considerado vencedor. A situação dos jogadores, nesta data é a seguinte: Sr. Machado d' Assis, 6; Arthur Napoleão, 5 ½; C. Vianna, 4 ½; Pradez, 4; Navarro,

50 – *Ibid.*, p. 71.

51 – NAPOLEÃO, Arthur. *Caissana Brasileira*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodriguez & C., 1898, p. 3.

1; Dr. Palhares, 1. Conforme os regulamentos hoje instituídos em toda a parte, as partidas empatadas contam meia partida a cada jogador⁵².

Ao término do torneio Arthur Napoleão saiu vencedor, sendo seguido por Caldas Vianna e Carlos Pradez, no segundo e terceiro lugar respectivamente. Segundo o próprio Arthur Napoleão, esse torneio despertou o interesse da sociedade carioca pelo jogo e consequentemente estimulou a organização de outros embates na cidade⁵³.

Ainda em 1880, iniciou-se uma série de torneios no Club Beethoven; Arthur Napoleão recebeu o 1º prêmio e Caldas Vianna ficou com a segunda colocação⁵⁴. Alguns meses depois, o pianista recebeu outro convite, dessa vez do Dr. Luiz de Castro, redator-chefe do *Jornal do Commercio*, para iniciar uma seção sobre xadrez, aos domingos naquele periódico. Arthur Napoleão afirma que essa espécie de “apadrinhamento” por parte de um grande órgão do jornalismo brasileiro foi fator preponderante para que a prática do xadrez pudesse penetrar com firmeza nos mais diferentes espaços da sociedade carioca. Essa seção sobre o jogo, que teve grande aceitação, foi interrompida temporariamente por uma viagem de Arthur Napoleão à Europa e por uma mudança na direção do periódico, passando então a redigi-la o exímio enxadrista Caldas Vianna, que sempre encontrava-se próximo ao amigo Arthur Napoleão em todos os seus projetos sobre a divulgação do jogo⁵⁵.

Paralelamente, o pianista e o fazendeiro Visconde de Pirapetinga, pai do enxadrista Caldas Vianna, organizaram um Club de Xadrez na sede do Clube Polytechnico, localizada na rua da Constituição, nº 47. Essa associação não foi muito duradoura, tendo a prática do enxadrismo se instalado definitivamente no Club Beethoven, onde a partir de 1883 deu-se uma série de torneios. Arthur Napoleão fez parte da comissão organizadora da primeira competição, que teve como vencedor Caldas Vianna, com

52 – Torneio de Xadrez. *Revista Musical e de Bellas Artes*, ano II, n. 2, em 17 de janeiro de 1880. (BNRJ).

53 – NAPOLEÃO, 1907, p. 218.

54 – Notícias Várias. Publicações periódicas. *Jornal do Commercio*, 03 de janeiro de 1886. (BNRJ).

55 – NAPOLEÃO, 1898, p. 4.

Carlos Pradez ficando com a segunda colocação. Após o torneio, durante a distribuição dos prêmios, Caldas Vianna fez uma interessante exibição jogando duas partidas simultaneamente, sem ter qualquer contato visual com os tabuleiros, ganhando uma e perdendo outra, por falha do enunciado de um lance⁵⁶.

Foi organizada uma segunda competição no Club Beethoven, em 1884, que mantendo a tradição premiou Caldas Vianna com a primeira colocação e Arthur Napoleão com a segunda. Mais uma vez, o campeão Caldas Vianna exibiu o seu talento, jogando três partidas, sem ver os tabuleiros, ganhando duas delas e perdendo uma⁵⁷.

Outras atividades desenvolvidas por Arthur Napoleão, como a organização de festas musicais e a administração dos seus estabelecimentos comerciais, acabaram por afastá-lo temporariamente do universo do xadrez. Entretanto, os esforços empenhados até então, despertaram naturalmente o interesse de enxadristas amadores por toda a capital federal. Esses amadores recorreram a Arthur Napoleão, que cedeu às investidas do grupo e organizou um novo Club de Xadrez, localizado na rua do Ouvidor. Arthur Napoleão assumiu a presidência dessa sociedade, contando com a ajuda dos seus amigos Caldas Vianna, Henrique de Villeneuve e Napoleão Jeolás. As viagens do pianista à Europa, afastaram-no do Club, tendo o Visconde de Ivinhema, Almirante Francisco Pereira Pinto substituído Arthur Napoleão na presidência, passando então o pianista a ocupar o cargo de presidente honorário da associação⁵⁸. Alguns anos depois, o Club encerrou suas atividades, em consequência dos desastres da Revolta da Armada em 1893⁵⁹.

Arthur Napoleão, seguindo sua paixão pelo jogo, tornou a organizar uma outra sociedade enxadrista, dessa vez localizada na rua Gonçalves Dias, nº 55. O pianista assumiu a presidência, o vice-presidente eleito foi Caldas Vianna, o Dr. Theophilo Torres o secretário, F. Mandroni o tesou-

56 – *Ibid.*, p. 4.

57 – NAPOLEÃO, 1907, p. 218.

58 – Sport. Xadrez. *Jornal do Commercio*, 11 de janeiro de 1891. (BNRJ).

59 – NAPOLEÃO, 1907, p. 7.

reio e o Dr. Cesário Machado o comissário. Essa associação originou-se do Club de Xadrez Fluminense, tendo como fato marcante da sua existência a presença do exímio jogador Sittenfeld, que em uma noite jogou vinte partidas simultâneas contra vinte membros do Club, ganhando dezesseis, perdendo duas e empatando duas⁶⁰.

Mais uma vez, em relação à imprensa, no ano de 1897 o periódico *A Notícia* passou a publicar, aos sábados, uma coluna sobre xadrez, com especialidade para problemas em dois lances. O redator era o Dr. Theophilo Torres, que contou com ajuda de Caldas Vianna e de Arthur Napoleão, e estabeleceu um prêmio para o melhor problema publicado a cada semestre. Na primeira das premiações foram vencedores Heitor Bastos e Dr. Luiz A. F. Soares, tendo recebido menções honrosas, os senhores, Maschick, Souza Campos Júnior, Dr. Brotero M. Soares, e Dr. Carlos Keyes⁶¹.

Arthur Napoleão também dirigiu uma seção sobre enxadrismo, que era publicada aos domingos na *Gazeta de Notícias*. Essa coluna que passou a incluir muitos problemas de autoria de enxadristas nacionais, foi encerrada em consequência de uma nova viagem do pianista à Europa⁶².

O ano de 1898 tornou-se marcante para a relação de Arthur Napoleão com a prática do xadrez. Nesse ano o pianista escreveu um livro sobre o jogo, publicado pela Typographia do Jornal do Commercio de Rodriguez & C., que recebeu o título de *Caissana Brasileira*⁶³. Esse título foi inspirado na história de Caíssa, ninfa da mitologia grega, considerada a deusa do xadrez. A relação entre Caíssa e o jogo foi criada pelo poeta inglês Sir Willian Jones, que em 1763 escreveu o poema “Caíssa”, ou “Jogo de Xadrez”, inspirado no *Scacchia Ludus* (jogo de xadrez), um poema medieval, escrito em latim por Marcus Hieronymus Vida em 1513. No

60 – *Ibid.*, p. 7.

61 – *Ibid.*, p. 5.

62 – *Ibid.*, p. 222.

63 – *Ibid.*, p. 7.

poema de Sir Willian Jones, Marte, o deus da guerra, convence o deus dos esportes a inventar um jogo para distrair o coração de Caíssa, na intenção de conquistar o seu amor. O poema “Caíssa” foi publicado pela primeira vez em 1773. Porém, foi somente em 1836, ao ser republicado na revista *Le Palamedé*, o primeiro periódico sobre xadrez conhecido, que Caíssa passou a ser chamada de “a deusa do enxadrismo”, como uma forma poética de se referir ao jogo e desejar boa sorte⁶⁴.

A *Caissana Brasileira* de Arthur Napoleão se encarregava de apresentar, pela primeira vez em língua portuguesa, um trabalho sério sobre o enxadrismo. O livro continha um breve panorama histórico do xadrez, incluindo seu código de leis baseado numa bibliografia consistente e uma série de anotações sobre a prática do xadrez, capaz de esclarecer dúvidas até mesmo dos mais experientes jogadores. Além de reunir cerca de quinhentos problemas de autores nacionais e estrangeiros residentes no Brasil, apresentando suas soluções e listando os torneios de xadrez realizados no Rio de Janeiro desde a chegada do autor na cidade, em 1868, até a data da publicação do livro. Para escrever *Caissana Brasileira*, Arthur Napoleão consultou os melhores autores e teve o auxílio de três *experts* no assunto que se encontravam na cidade, o jogador francês Sittenfeld, o campeão João Caldas Vianna Neto e o Doutor Theophilo Torres.

Na introdução do livro, Arthur Napoleão relata que na sua primeira viagem ao Brasil, em 1857, eram citados como enxadristas importantes, o Dr. Pennell, o negociante inglês Jordan Cruise e senhor Elkin Hime, chefe de uma importante casa comercial carioca. O Ministro da Prússia, o Barão von Heydebrand und der Lasa, que esteve no Brasil nos anos de 1858 e 1859, também tem destaque no livro do pianista, como um jogador de primeira grandeza. Alguns anos mais tarde, a lista de nomes de referência ligados ao jogo no Rio de Janeiro, passa a incluir os nomes de Carlos Pradez e do próprio Arthur Napoleão.

64 – SOARES, C. S. Machado de Assis, o enxadrista. *Revista Brasileira*. Fase VII, nº 55, Ano XIV, 2008, p. 135-152, Abril-Maio-Junho. (ABL).

Quanto aos problemas apresentados no livro, alguns foram reconhecidos em importantes periódicos internacionais especializados na prática do enxadrismo, como os de autoria de Caldas Vianna e R. Eichbaum, reproduzidos e elogiados no famoso tratado de *Tolosa Carrera*. O *Bretanos Chess Monthly* (1882) afirmou que o problema proposto por Caldas Vianna, publicado na *Caissana Brasileira* sob o nº 185 (3 lances), seria digno de um primeiro prêmio em qualquer torneio.

O *Jornal do Commercio* promoveu em 1887, um torneio de xadrez do qual Arthur Napoleão fez parte do comitê organizador, junto com o Dr. G. Sauerbronn e o senhor J. M. Bastos Pereira. A primeira colocação ficou com Caldas Vianna, seguido por Rodolpho Eichbaum, Dario Galvão, Luiz A. Ferreira Soares e Napoleão Jeolás⁶⁵. Algumas jogadas desenvolvidas nesse torneio foram incluídas no livro de Arthur Napoleão. Dentre estas uma de autoria do próprio pianista, que no seu livro recebeu o nº 93 e foi reproduzida em diversas revistas especializadas em enxadrismo da Europa e América⁶⁶.

Através da descrição dessas jogadas, Arthur Napoleão destaca o talento dos enxadristas cariocas, que muito o ajudaram tanto na formulação de problemas, quanto na própria organização do livro. Entre os jogadores que tiveram problemas formulados na *Caissana Brasileira*, encontram-se os amigos de Arthur Napoleão, Machado de Assis com um problema em dois lances, sob o nº 17 e o diretor do *Instituto Nacional de Música* Leopoldo Miguez com um em três lances, nº 83. Arthur Napoleão também cita os seus irmãos Aníbal, que faleceu em 1898, e Alfredo Napoleão como interessados na prática do xadrez.

Já em relação a suas próprias produções, Arthur Napoleão afirmou que parte de seus problemas haviam sido compostos há mais de trinta anos e encontravam-se em níveis diferenciados dos produzidos mais recentemente. Alguns desses foram publicados em periódicos especializa-

65 – Primeiro torneio de problemas de Xadrez, no anno de 1887. v.1. *Jornal do Commercio*, 12 de agosto de 1888. (BNRJ).

66 – NAPOLEÃO, 1898, p. 5.

dos, além de fazerem parte do acervo reunido na *Caissana Brasileira*, como por exemplo, os problemas de três lances nº 85 e nº 86, incluídos no *Clipper Chess problem tournament*, 1860, de autoria de Hazeltine, enquanto o de dois lances nº 21 foi publicado num Jornal de Nova York em 1859.

Em 09 de agosto de 1897, ocorreu no Theatro São Pedro uma festa beneficente que contou com uma exibição especial, uma partida de xadrez, na qual foram utilizadas peças vivas. Essa partida, que terminou em empate, foi dirigida pelo Doutor Theophilo Torres e Arthur Napoleão. As peças principais foram representadas por importantes membros da sociedade carioca do período, enquanto crianças elegantemente vestidas assumiram o papel dos peões⁶⁷.

O pianista português listou na sua *Caissana Brasileira* o nome das pessoas que tomaram parte no evento: Peças brancas – Rei: senhor Barten Allen, Rainha: senhoritas Stella Wilson e Sylvia Faria, Bispos: senhores Bahiana e Garcia, Cavalos: senhores Franklin e Davies. Peças pretas – Rei: senhor Cabaret, Rainha: senhorita Soares Brandão, Torres: senhoritas Rasteiro, Bispos: senhores Youle e Peck, Cavalos: senhores Pacheco e Souza Campos Junior⁶⁸.

Quanto à bibliografia utilizada para a redação da *Caissana Brasileira*, Arthur Napoleão afirma ter contado com um acervo de quase quinhentos volumes. Segundo o autor, algumas dessas obras seriam indispensáveis a qualquer interessado em conhecer mais sobre o universo do xadrez, independentemente de ser um jogador profissional ou um mero amador. O *Durand et Preti – Ouvertures et fins de parties*, de quatro volumes, e o *Numa Preti – ABC*, são descritos como de grande valor, reunindo interessantes questões sobre o jogo. Outros livros citados são o alemão *Handbuch de Bilguer*, os ingleses *Modern Chess Instructor*, de Steinitz, a obra de Freebourough: *Chess Openings e Chess Endings* e o *Cook-Synopsis*. Em relação aos problemas, Arthur Napoleão indica como prin-

67 – *Ibid.*, p. 6.

68 – *Ibid.*, p. 6.

cipais livros o *Traité Analytique* de Tolosa Carreras, o *Chess Its Poetry and Prose* de Makensie, além das obras de Mrs. Rowland e Wm. Lyons. As coleções de partidas recomendadas são as do enxadrista Paul Morphy, editadas por Lowenthal, os *Chess Brilliants* de Taylor e os *Chess Studies* de Walker⁶⁹.

O pianista lista ainda o nome de todos os enxadristas que colaboraram com a sua obra, enviando-lhe problemas para serem publicados. Compõe essa lista, os nomes de Dr. Diogo d'Almeida, Dr. Cyriaco do Amaral, Avellar Filho, Heitor Bastos, Luiz A. Cardoso Braga, A. de Souza Campos Júnior, Dr. Augusto de Castro, Dr. Barros Cobra, Emilio Coelho, Jacintho Coelho, Dr. J. Mariano da Costa, Rodolpho Eichbaum, Augusto Silva Enkel, Dr. Francisco Feio, Dr. Alfredo Ferreira, E. Fomm, Fonseca Júnior, Dr. Dario Galvão, Miguel Genin, Dr. Arthur Greenhalgh, Napoleão Jeolás, H. P. Jorgensen, Dr. Carlos Keyes, Korff, Benjamin Labottière, Dr. Maurício Levy, E. Cirne Lima, A. Ferreira Lobo, Machado de Assis, Dr. Carlos Thomaz Magalhães Gomes, Dr. Mendes Pereira, A. G. Meschick, Leopoldo Miguez, Eugenio Monteiro de Barros, Alfredo Napoleão, Aníbal Napoleão, Dr. J. Nazareth, José Nunes, Eduardo Octaviano, O. de Oliveira, Pealm, F. Pedroza, Dr. Julio Pinkas, D. de Mendonça Pinto, Dr. Luiz Ribeiro, Dr. Crockatt de Sá, Almirante Luiz F. Saldanha da Gama, Dr. Gustavo Sauerbronn, Augusto Silva, Pedro da Silveira, Padre Silvério, Augusto Silvestre Paes de Barros, Dr. Brotero M. Soares, J. E. Macedo Soares, Dr. Luiz A. Ferreira Soares, Álvaro Carvalho de Souza, Baron E. Taffe, Mario Tavares, Nicolau Tavares, Dr. Theophilo Torres, Dr. Valentim, Vater, Dr. João Caldas Vianna e Ernesto Werna.

Arthur Napoleão conclui a sua *Caissana Brasileira*, afirmando que, “O Xadrez deve ser cultivado sem prejuízo de outras ocupações sérias da vida – o tempo bem distribuído chega para uma enorme quantidade de cousas –, e é fora de dúvida que o Xadrez moraliza, desenvolve e eleva o espírito. Rio, 30 de junho de 1898⁷⁰”.

69 – *Ibid.*, p. 392.

70 – *Ibid.*, p. 392.

Em 30 de outubro de 1898, o *Jornal do Commercio* publicou um artigo no qual agradecia a Arthur Napoleão pelo livro *Caissana Brasileira*, que segundo o periódico supria uma lacuna frente ao crescimento dos admiradores do “rei dos jogos e do jogo dos reis”⁷¹.

Dois meses mais tarde, em 18 de dezembro, o *Jornal do Commercio* transcreveu uma carta do enxadrista, diplomata e historiador alemão Barão Heydebrand der Lasa que havia visitado o Brasil em 1858. A carta era endereçada a Arthur Napoleão e não poupava elogios à publicação da *Caissana Brasileira*, reforçando a ideia da importância do livro para enxadristas nacionais e estrangeiros.

Sr. Arthur Napoleão – Wiesbaden 20 de novembro de 1898. Há dias tive o prazer de receber por intermédio do Sr. Preti, a vossa *Caissana*. Sinceramente vos agradeço a remessa, e particularmente a lisonjeira dedicatória com que dotastes o volume. De facto bem merecestes reunindo em uma coletânea geral os diferentes factos e trabalhos avulsos que o tempo ameaçava fazer perder. A vossa narração histórica deve ser mui completa, por isso que até menciona um incidente tão pouco importante como a minha estadia passageira no Brazil em 1858-59, que me deu a vantagem de ler o português sem dificuldade. Há quatro anos, pouco mais ou menos, tive ensejo de reatar relação com um antigo conhecido meu no Brazil, o Sr. Harriss Gastrell, que era ultimamente Ministro Inglês em Guatemala, e que depois deixou a carreira. Anteriormente tínhamos estados juntos no Rio, onde ele frequentava as reuniões particulares de um pequeno circulo interno de amadores de xadrez. Por vezes eu aparecia nessas reuniões, mas somente quando, para o expediente de negócios, deixava a minha residência habitual de Petrópolis para ir à cidade. O Sr. Gastrell e eu, revendo-nos em Wiesbaden, volvidos tantos anos, acordamos á nossa memória, entre outras cousas relativas ao Brazil, as sessões de xadrez, das quais talvez sejamos hoje os únicos participantes vivos. Quanto ás reuniões, não me ocorrem mais nem o seu número, nem as pessoas que delas participavam: recordo-me, porém, com segurança que joguei algumas partidas no pequeno Club, sem que entretanto fosse assinalada qualquer cousa digna de nota. O apêndice dos vossos problemas é muito interessante. Examinei com atenção assás considerável da

71 – O Jogo do Xadrez. *Jornal do Commercio*, 30 de outubro de 1898. (BNRJ).

vossa coleção de obras de xadrez. Atualmente a vossa biblioteca deve ser certamente a mais notável de toda a América Meridional, e não desejo errar dizendo que não cessarei de aumentá-la. Recebei, etc. – Heydebrand und der Lasa⁷².

Ressaltamos que na página final da *Revista Musical e de Bellas Artes* havia um espaço reservado ao enxadrismo. A diagramação dessa seção do periódico apresentava o desenho de um tabuleiro, sobre o qual era proposta a criação ou solução de uma jogada. A seção permitia a integração com os leitores, muitos dos quais enxadristas profissionais ou amadores que se correspondiam com a revista, enviando questões para serem analisadas e posteriormente publicadas. Assim, a inclusão de uma página sobre o enxadrismo no editorial da *Revista Musical e de Bellas Artes* ampliava tanto o seu campo de interesse, quanto a consequente apreciação por parte de outros membros da elite cultural cidadina, dentre os quais era constante o nome de Machado de Assis⁷³.

O desejo do escritor em aprofundar seus conhecimentos na prática do enxadrismo pode ter se iniciado entre os anos de 1862 e 1865, por incentivo do amigo Arthur Napoleão, que visitava o Brasil pela segunda vez nesse período. A prática do jogo faz parte de alguns contos do escritor como, *Questão de vaidade* (1864), *Astúcias do marido* (1886), *História de uma lágrima* (1867), *Ruy de Leão* (1872), *Qual dos dois* (1872), *Antes que cases* (1875); do romance *Iaiá Garcia* (1878) e da novela *A cartomante* (1884). O escritor ainda chegou a frequentar algumas das mais importantes agremiações de xadrez, espalhadas pela cidade, e o pianista costumava discutir com o amigo questões sobre o jogo⁷⁴.

Rio de Janeiro, 25 de dezembro de [...] Meu caro Machado. Eu creio ter-te dito ontem que te dava o problema como muito bonito e difícil; tão difícil que não julgo que terei quem o possa resolver. Quando li, pois, o teu cartão não julguei por um momento que em 12 horas o

72 – Xadrez. *Jornal do Commercio*, 18 de dezembro de 1898. (BNRJ).

73 – MEDEIROS, 2016, p. 85 -104.

74 – SOARES, C. S. Machado de Assis, o enxadrista. *Revista Brasileira*. Fase VII, nº 55, Ano XIV, 2008, artigo:, p. 135-152.

tivesses resolvido! Há mil jogadas neste problema que parecem ser as verdadeiras e afinal não são.

Tu envias-te-me: 1. B. 2 R 1. D. 3 R 2. D. 8 CD 2. Aqui se eu tivesse a condescendência de jogar como tu indicas eu estaria mate em 4, mas eu prefiro responder com 2. D. 4 B. Parece-me suficiente indicação. Desculpa, e trabalha de novo, fica certo de que se resolveres o problema eu te considero um grande homem na matéria. Em compensação, quando quiseses eu te mando a solução, que te há de deixar boquiaberto!!... Mais nada. Teu amigo certo A. Napoleão⁷⁵.

Machado de Assis e Arthur Napoleão teriam a consagração desses laços de amizade alguns anos depois, quando o acaso colocou-os frente a frente. Esse reencontro deu-se em função da chegada da senhorita Carolina Augusta Xavier de Novaes à cidade do Rio de Janeiro. A jovem Carolina deixou a cidade do Porto com o intuito de cuidar do seu irmão, o jornalista, poeta e escritor português Faustino Xavier de Novaes, que residia no Brasil desde 1858, e que nesse momento encontrava-se hospedado na residência da senhora Rita de Cássia Calasans Rodrigues, filha dos Barões de Taquary, por estar sofrendo das faculdades mentais⁷⁶.

Quanto ao acaso, a família de Arthur Napoleão mantinha uma antiga relação de amizade com a família Novaes, que pode ser comprovada por uma poesia escrita por Faustino, em 09 de dezembro de 1862, dedicada a Arthur Napoleão, e publicada no periódico *O Futuro*⁷⁷. Nada mais simples do que os Novaes contarem com a ajuda do velho amigo pianista, que se encontrava na sua cidade natal, solicitando que Arthur Napoleão acompanhasse Carolina Novaes na sua primeira viagem ao Brasil. Assim, desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1868, trazidos pelo navio francês *Estreamadure*, Carolina Augusta Xavier de

75 – COLEÇÃO AFRÂNIO PEIXOTO. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Correspondência de Machado de Assis*: tomo II, 1870-1889 /coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Silvia Eleutério – Rio de Janeiro: ABL, 2009, [171], p. 168. O bilhete não apresenta qualquer indicação de data. Entretanto, o texto referencial cita que o texto está redigido num papel com monograma ANLS (*Arthur Napoleão Livia Santos*), possivelmente impresso durante a primeira viagem do casal à Europa, entre 1873 e 1876.

76 – NAPOLEÃO, 1907, p. 142-143.

77 – Arthur Napoleão. *O Futuro*, 01 de janeiro de 1863. (BNRJ).

Novaes e Arthur Napoleão, o qual chegava ao Brasil pela quarta vez⁷⁸. Nessa ocasião, Machado de Assis foi apresentado por Faustino Xavier de Novaes àquela que seria sua companheira de toda a vida e simultaneamente teve o prazer de reencontrar-se com o amigo Arthur Napoleão. Em 12 de novembro de 1869, Carolina Augusta Xavier de Novaes casou-se com o escritor Machado de Assis e como era de se esperar Arthur Napoleão foi convidado para ser padrinho do enlace matrimonial⁷⁹.

—

Arthur Napoleão presidiu um Club de Xadrez, que mantinha sua sede social na rua Sete de Setembro, n. 95⁸⁰, e fez parte da Comissão Diretora de um torneio de xadrez, em 03 de agosto de 1902, no Club dos Diários. Esse torneio reuniu amadores nacionais e estrangeiros, e também contou com o Conde de Figueiredo e Harold Hime na sua organização⁸¹.

Em 01 de dezembro de 1902, se realizou pelo telégrafo um *match* de xadrez entre o Club dos Diários e o Club del Progreso de Buenos Aires, mediado pela *Western Telegraph Company*. O Brasil foi representado por João Caldas Vianna, Arthur Napoleão, Luiz Eisengarthen, Henrique Costa, e Theóphilo Torres⁸²

Segundo as *Memórias* do pianista, a exibição com peças vivas, apresentada no Theatro São Pedro, em 1897, foi reapresentada em 1904, no Parque da Praça da República, numa outra festa beneficente promovida pelo Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos. O pianista e o Doutor Henrique Costa dirigiram essa partida, que contou exclusivamente com a participação de crianças, que simularam durante a exibição um combate entre russos e japoneses, aludindo à guerra em curso entre os Impérios Russo e Japonês, pela disputa dos territórios da

78 – VIANNA FILHO, Luiz. *A vida de Machado de Assis*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974, p. 79.

79 – NAPOLEÃO, 1907, p. 157.

80 – Club de Xadrez. *Gazeta de Notícias*, 20 de maio de 1899. (BNRJ).

81 – Club dos Diários. *Gazeta de Notícias*, 04 de julho de 1902. (BNRJ).

82 – Match de Xadrez Brasil-Argentina. *Gazeta de Notícias*, 08 de dezembro de 1902. (BNRJ).

Coreia e da Manchúria, que ocorria no sudeste asiático e se estenderia até 1905⁸³.

Por fim, considerando que a análise da trajetória de uma vida está definitivamente comprometida com o espaço social que a cerca, e que não podemos analisar tal trajetória sem observar a “pluralidade de campos”, nos quais ela se desenrolou a cada instante e consequentemente as relações com os demais agentes do período e o ambiente em questão, pois acreditamos que cada indivíduo participa de algum modo dos diversos contextos que o cerca através de inúmeras dimensões⁸⁴, reconhecemos que o consagrado concertista internacional, Arthur Napoleão tornou-se um importante personagem no processo de desenvolvimento de dois círculos de sociabilidade do período, a música e o xadrez⁸⁵, ao reunir em torno do piano e do tabuleiro uma elite intelectual capaz de decifrar e apreciar os códigos desses dois campos, formadores de um amplo circuito de contatos sociais e trocas culturais no Rio de Janeiro do fim do Oitocentos⁸⁶.

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação em abril de 2021.

83 – NAPOLEÃO, 1907, p. 142-143.

84 – BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica, 1986. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 189-191.

85 – Em março de 2012, o *Jacarepaguá Tênis Clube*, organizou um torneio de xadrez, que recebeu o nome de Torneio Arthur Napoleão, em homenagem ao pianista. Nesse torneio foi vencedor o enxadrista Fábio Lopes Novais (rating FIDE 2131). (<http://www.wsc.jor.br/xadrez/jtc/jtc.htm#Top>). Acesso em: 02.03.15.

86 – BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 105.

A IDENTIDADE DOS MARINHEIROS DE MANAUS PELO MUNDO DAS HISTÓRIAS LIDAS E CONTADAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

THE IDENTITY OF MANAUS SAILORS IN THE WORLD OF STORIES READ AND TOLD IN THE FIRST BRAZILIAN REPUBLIC

CAIO GIULLIANO PAIÃO¹

Resumo:

O porto de Manaus foi reestruturado entre 1903 e 1907 com um moderno ancoradouro flutuante. Tudo feito em função do crescimento da economia de exportação, centralizada no comércio da borracha amazônica, segundo maior produto do Brasil, atrás do café. A capital do Amazonas possuía então um dos principais portos do país e o mais importante do interior do continente. A alocação de marinheiros nesse período, oriundos de outros lugares e países, inseriu navios e a própria cidade numa intensa rota do mercado editorial nacional e internacional, bem como do trânsito de narrativas orais. É possível problematizar por meio de jornais, romances e outras histórias as formas pelas quais esses trabalhadores eram e queriam ser vistos, bem como passaram a ser percebidos. A oralidade e a circulação de impressos também são constitutivas de um *ethos* da marinhagem e da própria criação desse imaginário em termos de experiência, de onde proponho entender a formação de uma identidade enquanto trabalhadores em seu cotidiano de vida e trabalho.

Palavras-chave: Trabalho e trabalhadores; Imprensa; Literatura; Movimento operário; Primeira República; Manaus.

Abstract:

The port of Manaus was restructured between 1903 and 1907 to include a modern floating anchorage with the aim of supporting the export economy, which was then focused on rubber trade, the second largest product in Brazil after coffee. The capital of Amazonas had at the time one of the main ports in the country, and the most important one in the interior of the continent. The allocation of sailors from other places and countries in this period put the ships and the city itself in the limelight of the national and international publishing market, as well as in the flow of oral narratives. Newspapers, novels and other stories allow us to question how the sailors were seen and how they came to be perceived. Orality, and the circulation of printed material are an expression of an ethos of seamanship, and also an expression of the very creation of this imaginary in terms of experience, through which we aim to understand the formation of an identity of workers in their daily life and labor.

Keywords: labor and workers; press; literature; labor movement; First Brazilian Republic; Manaus.

Introdução

Com o advento do vapor (1853) e a abertura internacional do rio Amazonas (1866) ocorreu um aceleração da navegação amazônica, impulsionada nos anos seguintes pelo sucesso de exportação da borracha silvestre. No alvorecer republicano, o Amazonas era o principal fornece-

1 – Doutorando em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista FAPESP/Processo nº 2018/18252-0. E-mail: caio_giulliano@hotmail.com.

dor do produto no mundo, tendo nos rios o seu principal meio de deslocamento. Não sem razão, nesse mesmo período a navegação foi reorganizada pelo Ministério da Marinha, com base num projeto de aquisição de novas tecnologias e disciplinamento do pessoal. A marinha mercante passou a ser apresentada por seus maiores divulgadores (autoridades, literatos e grande imprensa), como representante de uma nova ordem estabelecida, numa sociedade recém-saída da escravidão. Para afastar o estigma escravista e atrair investidores estrangeiros, os interesses empresariais e políticos promoviam o livre comércio e uma ideia de “nação civilizada” como efeitos do poderio naval. Assim, alteravam-se as formas como viam navio e marinheiro – elementos que ganham centralidade na configuração da economia e na reorganização do trabalho flutuante.

A cidade de Manaus, às margens do rio Negro, localiza-se na confluência das chamadas Amazônia Ocidental e Oriental e, desde meados dos anos 1870, é um importante entreposto de navegação fluvial. Com a reforma portuária (1903-1907) e a instalação de um moderno cais flutuante, um contingente marujo de diferentes regiões do Brasil e do mundo passou a se alocar ali. Um porto desses, de enorme convergência de culturas e trajetórias de vida, não ficou aquém de conexões com o restante do globo. Essa perspectiva transnacional pode ser observada no processo de composição identitária da categoria marítima que, num curto espaço de tempo, experimentou intensa rota de informações e narrativas (ficcionais ou não) como elementos constitutivos do seu cotidiano de vida e trabalho. O conjunto documental analisado é composto por relatos de viajantes, periódicos e literatura que, de alguma maneira, passavam pelo mundo desses trabalhadores.

As fontes coligidas correspondem a períodos anteriores à transição tecnológica a vapor na segunda metade do século XIX, e após sua definitiva inserção nas duas décadas iniciais do século XX. A ideia é problematizar como a transição mecânica na navegação incidiu na produção de percepções acerca da marinhagem, baseada em esquemas culturais cambiáveis de acordo com os interesses de quem detinha (ou não) acesso à escrita, na medida em que tais percepções podiam ser interiorizadas na

formação de uma identidade de trabalhador. O conceito de *identidade* orienta-se, segundo Alberto Melucci, como o resultado de um processo interativo ao longo de um período, onde é possível reconhecer a si mesmo numa dada coletividade e dela ser reconhecido como partícipe, de forma permanente ou momentânea. Nisso os atores sociais seriam capazes de produzir orientações simbólicas e significados pelos quais são capazes de se identificar mutuamente².

Sobre o mundo da imprensa no Amazonas, importa entendê-la como prática social e agente ativo na constituição de modos de viver e pensar, “no seio de uma sociedade fortemente amparada numa tradição de oralidade³”. Percebe-se que a mecanização do trabalho naval avançou sobre formas tradicionais de deslocamento, ao mesmo tempo em que instaurou maior contato e uso da palavra escrita para descrever barcos e marinheiros. Optei por jornais amazonenses em sua maioria, os quais representavam abertamente forças políticas das oligarquias regionais. Suas folhas, porém, não ficaram restritas a isso, quando vemos o espaço dado às camadas populares, tanto para criticá-las quanto para receber delas as suas demandas, fosse por pressão ou afinidades de circunstância.

O navio a vapor foi inclusive espaço de produção textual ao observar os relatos de viajantes. Recorro aos textos de naturalistas oitocentistas, dando maior destaque para os escritos do século seguinte, de quem dividiu espaço com outros passageiros e tripulantes de linhas regulares. Eles foram produzidos como diários de bordo e validavam interesses de deslocamento dos autores e sua eventual publicação. Mulheres e homens de diferentes origens, classes sociais, profissões e intenções de viagens, muitas vezes, tomavam partido nas disputas sociais e na formação de memórias da região amazônica. Prevalece em seus textos o elogio a uma concepção de “progresso” e “civilização”, partilhada com políticos e empresários locais, na difusão de ideias e projetos que tinham para aquela sociedade⁴.

2 – MELUCCI, Alberto. *Challenging Codes*. Collective Action in the Information Age. Cambridge: Cambridge Press, 1996, p. 73.

3 – PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Manaus: Edua, 2015, p. 21.

4 – COSTA, Hideraldo. *Cultura, trabalho e luta social na Amazônia*: discurso dos via-

Nestas duas modalidades documentais, aponto diferentes graus de percepção sobre o mundo marítimo e seus trabalhadores, tributários de esquemas culturais referentes aos chamados “romances marítimos” de princípios do século XIX. Quando os paquetes foram promovidos a meio de transporte ideal no rio Amazonas, as formas de descrição e percepção do seu universo de trabalho passaram a nivelar a marujada local às demais ao redor do globo, principalmente do norte-atlântico. O campo de referências foi muitas vezes buscado na literatura, mesmo quando os trabalhadores ficavam às margens das narrativas ficcionais, necessitando leituras a contrapelo para encontro de trabalhadores/as, segundo Bruce Robbins, em tramas onde o labor parece existir sem que ninguém de fato o fizesse⁵. Para C. L. R. James, o “romance marítimo” podia ressonar no campo literário e político de uma sociedade, com analogias do cotidiano em terra, espelhado e tencionado na vida flutuante. Isso não evitava que certas leituras de mundo fossem assimiladas e apropriadas pela marinhagem para positivar sua imagem como trabalhadores, na luta por direitos e reconhecimento profissional, como argumenta Leon Fink⁶.

A seguir, apresento o que se convencionou chamar *Sea Novel* (“romance marítimo”) em princípios do século XIX, acercando sua importância nas formas de ver e imaginar marinheiros, bem como a apropriação dos valores ali defendidos e interiorizados num *ethos* da marinhagem. Afinal, a circulação “atlântica-fluvial” de ideias não se reduzia a modelos empresariais de navegação ou de tecnologia, como pretendia o oficialato da Marinha em seu projeto de país. Porque também “importava-se” de britânicos e estadunidenses formas de imaginar e descrever navios e tripulantes. A imprensa e os romances tiveram papel estratégico, pois, operando com tempos vazios e homogêneos, eram meios técnicos ideais

jantes – século XIX. Manaus: Valer, 2013.

5 – ROBBINS, Bruce. *The Servant's Hand: English Fiction from Below*. New York: Columbia UP, 1986.

6 – JAMES, C. L. R. *Mariners, Renegades and Castaways*. The Story of Herman Melville and the World We Live In. London; New York: Allison & Busby, 1985. FINK, Leon. *Sweatshops at Sea: Merchant Seamen in the World's First Globalized Industry, from 1812 to the Present*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011, p. 39.

para representar certo tipo de “comunidade imaginada” como “nação”. E, se imaginar é selecionar o marinheiro branco, europeu, disciplinado e obliterar o negro, o mestiço, o indígena, o rebelde, cabe verificar como isso ocorreu no caso amazônico, no todo de diferença e individualidade de um grupo social imaginado.

A emergência dos romances marítimos

A partir da literatura britânica e estadunidense, John Peck estudou os efeitos das “vitórias marítimas” na formação política, social e cultural da ideia de “nação”. Mais do que o poder militar, ele analisou o “sucesso empresarial” na configuração histórica dessas sociedades. Nisso, recuou aos primórdios da expansão capitalista no século XVIII, antes da ascensão naval britânica, quando a Holanda dominava os mares, para demonstrar como as suas frotas construíram sociedades “civilizadas” enquanto forma imaginada e projeto político. Direta ou indiretamente, percebe Timothy Brook, os veículos difusores desse ideário passaram a representar negociantes marítimos em seus espaços privados, como faziam os pintores holandeses da época⁸. Nos romances e na pintura, a segurança econômica e a prosperidade representadas resultavam do poderio mercante que enriquecia a vida doméstica. Peck aponta o processo de enriquecimento por vias oceânicas como sendo também da criação de novas ideias em torno das individualidades, da participação econômica, do pensamento e imaginação de “sociedades livres”. No caso da literatura anglófona, os chamados “romances marítimos” (*Sea Novel*) trabalhavam basicamente com dois grandes temas: dominar a natureza e estabelecer ganhos financeiros. Em termos mais amplos, as primeiras histórias marítimas enfatizavam o poder anárquico da natureza preconizando uma aventura capitalista. A característica perduraria até o final do século XIX, quando as “histórias de marinheiros” quase sempre eram sobre assumir o controle e o domínio do meio ambiente. Os literatos partilhavam uma linha narrativa comum,

7 – ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 55.

8 – BROOK, Timothy. *Vermeer's Hat. The Seventeenth Century and the Dawn of the Global World*. London: Bloomsbury Press, 2007.

na qual a estratégia naval e o comércio preponderavam à natureza. Assim a navegação comporia uma “história de empreendimento” ou de como saber aproveitar uma oportunidade⁹.

Tanto na Grã-Bretanha quanto nos EUA, um sistema ambivalente é construído nesses romances: a aventura marítima expressaria o “caráter nacional” e o “espírito de risco” empresarial um modelo de inspiração. O desafio do comércio seria se estender a lugares distantes, apoiando-se numa marinhagem que personificasse os poderes “terrestres” da nação. Mas havia uma disparidade entre as formas imaginadas pela literatura e as experiências vividas pelos marinheiros a bordo ou em terra. Nesse ponto é importante ressaltar a diferença sentida na pena de autores/marujos, cujos trabalhos baseavam-se em diários de bordo. Embora sob contextos, lugares, intenções e períodos diferentes, Herman Melville, em *Moby Dick* (1851) e Joseph Conrad, em *The Shadow Line* (1917) são representativos, para ficar apenas em dois clássicos da língua inglesa¹⁰.

A “missão dada” por determinado modelo de “civilização” a esses marujos não se enquadrava na conformação de espaços próprios criados por eles mesmos, dando margem a aspirações avessas. Este é um dilema que parece ter sido comum a cada novo empreendimento de navegação ao longo do tempo. Afinal, se supunha que a marinhagem assumisse o papel de “representante” das bandeiras nacionais mercantes, algo só possível na imaginação de quem desconhecia a vida embarcada. Diferente dos vínculos com uma “nação” imaginada, os marujos se identificavam através de redes sociais¹¹ tecidas a bordo e em terra. As autoridades “terrestres” não entendiam como isso acontecia ao certo. Políticos e empresários do norte-atlântico às águas do Amazonas se questionavam sobre onde es-

9 – PECK, John. *Maritime Fiction: Sailors and the Sea in British and American Novels, 1719-1917*. New York: Macmillan, 2001, p. 5.

10 – MELVILLE, Herman. *Moby Dick, or The Whale*. New York: Harper & Brothers, 1851. Disponível em: <https://onemorelibrary.com>. Acesso em: 25.4.21. CONRAD, Joseph. *The Shadow Line: A Confession*. New York: Doubleday, Page and Co. 1917. Disponível em: *The Shadow Line A Confession* : Conrad, Joseph : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive. Acesso em: 25.4.21.

11 – POLLETTA, Francesca; JASPER, James. Collective Identity and Social Movements. *Annu. Rev. Sociol.* Danvers (27), p. 283-305, p. 288, 2001.

taria a lealdade dos marinheiros. O conflito de hierarquia, onde o poder “terrestre” esbarrava nas culturas e costumes do mundo flutuante, muitas vezes igualava as experiências marítimas e fluviais de navegação. E isso faz toda a diferença em relação àquela comunidade imaginada, algo observado a não ser por uma história social vista de baixo.

É vital entender o que se passava no mundo em rápida ascensão de movimento e circulação de marinheiros de pouca ou nenhuma “lealdade” aos portos onde se matriculavam. Leon Fink sublinha que, no século XIX, os marujos estadunidenses e britânicos podiam ser encarados como “homens apátridas”. A variedade de origens deles dificultava o controle e seu entendimento por parte das camadas sociais dominantes, que os estereotipava como desorganizados e rebeldes – signos que reforçavam a ideologia do não pertencimento social¹². Tal mobilidade não era sentida de maneira irrefletida, ao contrário, estimulou a formulação de mecanismos de proteção social. Aqui me refiro ao associativismo de marinheiros que não residiam nos portos de passagem ou aonde recém chegavam. No caso estudado, isso era evidente no conjunto oriundo de populações pobres, negras e mestiças da região norte do Brasil. Havia uma parcela considerável de homens do litoral nordestino compondo a marinhagem do transporte fluvial amazônico. Isso distinguia completamente do contingente marujo da Amazônia de séculos passados, formado (forçadamente ou não) por indígenas e escravizados negros. Em princípios do século XX, os marítimos nacionais da região provinham de diferentes lugares, especialmente do nordeste. Tal fluxo sintonizava um processo de longa duração de migrações remontadas desde os anos 1870, conforme a borraça amazônica conquistava o mercado internacional¹³.

No rio Amazonas dos 1900, a marinhagem recomposta com forasteiros passou com maior força a compartilhar características gerais da categoria nacional e internacional, mescladas à tradição de “velhos ma-

12 – FINK, Leon. *Sweatshops at Sea*, p. 39.

13 – Cf. CARDOSO, Alexandre Isídio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Dissertação (mestrado em História). Fortaleza: UFCE, 2011.

rinheiros” regionais (em sua maioria, de ascendência indígena, negra e mestiça). Entre tripulantes de diferentes origens e etnias, as culturas e valores locais eram reproduzidos no sistema de relações a bordo. Se por um lado isso dificultava o exercício de controle que visava submeter o grupo à hierarquia naval, por outro, incentivava diferentes formas de resistências, organizadas ou não.

A autoridade naval demandava rigorosa disciplina para alcançar o máximo de produtividade: viagens mais rápidas aceleravam o transporte de mercadorias e, quanto maior a frequência, maiores os lucros dos armadores. Pelos paquetes tal dinâmica aparece, na literatura e na imprensa de fins do Oitocentos, como a vitória da razão humana sobre a natureza. A máquina teria vencido as imposições naturais que atravancavam de maneira imprevisível a mesma atividade realizada nos veleiros. Além disso, na visão de seus beneficiários, a produção de riquezas promovia uma sociedade mais “aberta, justa e humana”. Mas a empresa marítima alicerçava-se em relações que eram tudo, menos isso. Para Fink, a liberdade, mas principalmente a falta dela, exerceu influência sobre o imaginário oitocentista do mundo atlântico. No século XIX, a imagem do comandante tirano castigando friamente a marujada misturava fascínio e repulsa em romances e jornais lidos por quem não tinha acesso a mares e rios. Desta forma, a marujada simbolicamente protagonizou debates sobre e pela liberdade naquele período, alinhada a movimentos abolicionistas e agitada por levadas de leitores atentos aos dilemas vividos pelo grupo¹⁴.

Nos EUA, o tema da liberdade maruja ganhou proeminência em algumas décadas do Oitocentos. Os romances marítimos emulavam um sentimento de “nacionalismo marítimo”, muito em voga depois de 1812, fazendo do marinheiro símbolo de cidadania da jovem República que rompia fronteiras oceânicas. No entanto, sem a ameaça do domínio britânico, os americanos logo descobriram que a tirania podia emergir localmente na figura de comandantes autoritários, esfacelando a ideia de “inimigo externo” como catalisador de todos os males. Na Grã-Bretanha se

14 – PECK, John. *Maritime Fiction*, p. 5. FINK, Leon. *Sweatshops at Sea*, p. 35.

contrastava a riqueza produzida pelo comércio marítimo com a má condição de vida e a liberdade precária dos marinheiros a bordo dos navios¹⁵. Fink e Peck defendem que a situação mercante e os contextos políticos, culturais e econômicos de cada país se refletiam nas maneiras de abordar o mundo marítimo e seus trabalhadores. Em Manaus, a presença de ingleses e estadunidenses na região portuária não isentou as formas como a navegação e os marinheiros locais eram vistos, imaginados e percebidos por quem produzia, lia e contava histórias.

Lendo e contando histórias no mundo das águas

Depois de observar meandros do mundo marítimo imaginado por certa literatura, cabe pensar em que medida isso alcançou marinheiros nos confins da Amazônia, e qual a sua importância no processo de elaboração de imagens sobre eles ou até da assimilação delas na sua formação identitária enquanto fração de classe. Vale destacar a influência dos anglófilos nos negócios portuários, náuticos e na organização da marujada em Manaus.

Ainda hoje as marcas da presença britânica são vistas nas ruas do centro histórico da capital amazonense. Nomes de empresas gravados em tampas de bueiros, monumentos, pontes e prédios estão por toda parte. Entre o final do século XIX e o início do XX, quase todos os serviços urbanos eram realizados por empresas britânicas: bondes, energia elétrica, água, saneamento, construção civil, porto, bancos etc. Na navegação a vapor, desde 1871, a londrina The Amazon River Steamship Navigation Company detinha, por concessão pública, a imensa maioria das rotas fluviais no norte do país. Em 1904, publicou um livreto sobre sua frota de 32 navios, dissertando sobre a região amazônica e, para atrair leitores, rechearam a edição com mapas, fotografias e gravuras sobre o rio Amazonas e seus vapores. A edição ficou a cargo da mesma empresa responsável

15 – GILJE, Paul A. *Free Trade and Sailors' Rights in the War of 1812*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 89, p. 339. GLENN, Myra C. *Campaigns Against Corporal Punishment: Prisoners, Sailors, Women, and Children in Antebellum America*. New York: State University of NY Press, 1984. FINK, Leon. *Sweatshops at Sea*, p. 37.

pelos livros de *Sherlock Holmes*¹⁶. O volume nunca foi traduzido para o português, revelando sua finalidade de circulação internacional. Sobre o conteúdo do texto, é clara a estratégia de vender aos futuros viajantes uma aventura em terra de exotismos e belezas, porém com o conforto da alegada segurança de seus navios. Os autores eram ou foram informados destes temas pela diretoria da empresa, composta inteiramente de ingleses que transitavam entre Manaus e Belém, onde ficavam os escritórios da companhia.

No porto da capital amazonense, além da navegação interna, a longa cabotagem era dominada pela Booth Line, de Liverpool, que fez a ligação dali até a Europa e a América do Norte, de 1882 até meados dos anos 1980. O serviço portuário também era gerenciado por britânicos, através da Manáos Harbour Limited. Nessas empresas, o corpo burocrático, de diretores a guarda-livros, eram todos patrícios. Já os trabalhos da estiva, o carregamento de mercadorias e as tripulações eram feitos por brasileiros e estrangeiros: portugueses, italianos, espanhóis e também ingleses¹⁷. David Pennington realizou um estudo atento sobre a presença britânica em Manaus, enfocando suas relações com Liverpool na virada do século XIX para o XX. Ele aventou aspectos pouco evidentes no cotidiano e no imaginário dos habitantes de Manaus, que revelam contatos e trocas culturais entre as duas cidades portuárias nesse período. Pennington verificou, por exemplo, a tendência de alguns letrados manauaras a reforçar o imaginário da presença inglesa elogiando a qualidade de seus produtos, a modernidade de sua tecnologia e exemplar comportamento (pontualidade, honra etc.). “Tais representações integram o imaginário do Império Britânico e dão suporte à sua inserção internacional¹⁸”, embora elas não

16 – The Amazon River Steamship Navigation Company. *The Great River*. Notes on the Amazon and its Tributaries, and the Steamer Services. London: Humpkin, Marshal, Hamilton, Kent & Co. Limited, 1904. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=txu.059173018462179&view=1up&seq=10>. Acesso em: 24.4.21.

17 – PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920. *Varia Historia*, v. 30, n. 54, p. 818-9, 2014.

18 – PENNINGTON, David. *Manaus e Liverpool: uma ponte marítima centenária – anos finais do Império / meados do XX*. Manaus: Edua, 2009, p. 92.

sejam hegemônicas na formação da memória histórica e na historiografia amazônica.

Maria Luiza Ugarte Pinheiro evidenciou os conflitos da comunidade de britânicos endinheirados com a elite proprietária e política de Manaus. Eles eram vistos como capitalistas avarentos que dilapidavam a economia local e/ou como contrabandistas de sementes de seringueiras enviadas à Inglaterra e dali para suas colônias no sudeste asiático – temas comuns nas redações de jornais e lugares de convivência, como bares e cafés. Os jornalistas eram implacáveis em explorar a “impertinência” dos ingleses que pensavam beneficiar uma “população atrasada¹⁹”. Alguns marujos podem ter acessado esses assuntos e abordagens sobre os donos dos navios que tripulavam, durante os momentos vividos em terra partilhados com outras categorias, como estivadores, tipógrafos e jornalistas. Eles também recebiam o pessoal das redações a bordo, quando iam recolher material para as “colunas marítimas” que noticiavam idas e vindas de navios e outras novidades. Os marujos também iam pessoalmente à imprensa reclamar das condições de trabalho ou dar recados nos “avisos” ou “queixas do povo” do *Jornal do Comércio*. Quanto às opiniões sobre os britânicos, importa distinguir as suas relações.

Entre a marinhagem subalterna, muitos sequer sabiam quem eram os armadores estrangeiros daqueles navios, pois o pagamento e a negociação de seus salários eram feitos por intermédio dos comandantes e sob fiscalização do capitão do porto. As conexões são observáveis na confecção dos navios em estaleiros estrangeiros que forçaram a distribuição do pessoal a bordo e a execução uniforme de seus trabalhos. A maior parte desses vapores foi fabricada em Delaware (EUA) e Glasgow (Escócia), trazendo à região as concepções desses países sobre como e onde se alocaria cada tripulante. Segundo Jeffrey Bolster, a segregação racial “chegou” à indústria naval americana por volta de 1850. Isso foi incentivado pela própria produção do espaço físico do navio: de cima a baixo, os setores não se encontravam na maior parte das vezes, dificultando a “mistura racial”

19 – PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Migração, trabalho e etnicidade, p. 821-4.

da tripulação²⁰. Aparentemente, esse planejamento chegou à navegação amazônica através dos navios fabricados em estaleiros estadunidenses. Empresas como Pusey, Jones & Co. especializaram-se em paquetes destinados ao rio Amazonas²¹. Em contrapartida, setores isolados tendiam a se relacionar de forma mais próxima, podendo circular informações estratégicas para cada categoria²².

Os oficiais marítimos de Manaus (pilotos, práticos e maquinistas) tinham as marinhas anglófilas em alta conta, e acreditavam que o processo de modernização da brasileira deveria se espelhar no que acontecia no norte-atlântico desde o final do Oitocentos. O mundo da escrita e da oralidade foi crucial em dinamizar informação sobre outras marinhas pelo mundo. A formação dos oficiais para a vida marítima exigia alfabetização, havendo na época duas instituições de ensino: a Escola de Maquinistas e Pilotos do Pará (Belém) e a Escola Naval do Rio de Janeiro²³. Além de possivelmente consumirem textos estrangeiros, eles próprios passaram a produzir meios e espaços de divulgação de suas aspirações e projetos de marinha nacional. Em Manaus, os jornais “marítimos” eram assinados pelo oficialato mercante: *O Timão* (1899); *O Marítimo* (1911); *Marinha Mercante* (1913); *O Timoneiro* (1913); e *Folha Marítima* (1915)²⁴. *O Marítimo* é o único jornal acessível até o momento. Ainda veremos essa

20 – BOLSTER, Jeffrey. *Black Jacks: African American Seamen in the Age of Sail*. Cambridge: Harvard University Press, 1997, p. 218.

21 – Em 1886, a empresa dizia ter produzido, em 25 anos, uma centena de navios para as Américas Central e do Sul, Caribe e Grã-Bretanha. Desses, 37 estavam no rio Amazonas. *Los Angeles Herald*, v. 26, n. 70, 23 dec. 1886. Disponível em: <https://cdnc.ucr.edu/>. Acesso em: 24.4.21.

22 – HARLAFTIS, Gelina. *A History of Greek-Owned Shipping*. The Making of an International Tramp Fleet, 1830 to the Present Day. New York: Routledge, 2005, p. 230-1.

23 – FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo. A Marinha de Guerra na Amazônia: atuação e questões de modernização técnica (final do século XIX e início do XX). *Navigator*, v. 10, p. 67, 2014.

24 – *Comércio do Amazonas*. Manaus, n. 394, 11 fev. 1899. *O Marítimo*. Manaus, n. 1, 27 abr. 1911. *Estado do Pará*. Belém, n. 825, 13 jul. 1913. *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 3.301, 6 jul. 1913. *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 4.002, 17 jun. 1915. No momento, o único desses títulos acessível é *O Marítimo* (Laboratório de História da Imprensa no Amazonas/UFAM). Os demais jornais aqui analisados foram consultados no banco de dados da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7.10.20.

folha mais adiante; por enquanto, vale salientar que servia de veículo ideológico da Liga Naval da Amazônia (1911), associação composta quase que totalmente de comandantes de navios. Uma de suas referências era a Liga Marítima Brasileira (1908) que, por sua vez, se inspirava nas ligas inglesa e alemã. As finalidades dessas agremiações, dentre outras, era aproximar as marinhas de guerra e mercante, promover maior qualificação intelectual e moral da marujada, e atrair a juventude à vida marítima²⁵.

Numa edição d'*O Marítimo*, seus redatores passaram a traduzir trechos de um manual sobre as atribuições e deveres dos marinheiros, contidos no “excelente livrinho inglês *Shipmasters' Business Companion*”, publicado em Glasgow em 1911, no mesmo ano de criação do jornal²⁶. A sugestão de leitura mostra um oficialato atento ao que tinha de mais recente na discussão marítima em países considerados exemplares. Para o jornal, o livro merecia tradução, pois a marinha mercante brasileira não era uniforme em seus procedimentos, ao contrário da “inglesa e outras” supostamente mais bem organizadas. A solução seria o amadurecimento do associativismo marítimo que guiaria a “padronização” dessas marinhas²⁷. Se os marinheiros mais rasos acessavam ou assimilavam os ensinamentos britânicos e suas percepções (imaginárias ou práticas) de como deveriam se portar é algo a se questionar. Antes disso, analisemos o impacto do mundo editorial e das histórias lidas e contadas entre os marítimos da região amazônica.

De início, algumas das questões centrais para quem pesquisa a historicidade da circulação de impressos são: as pessoas de fato liam? E se liam, quem eram elas? O debate é extenso e lida com a ideia de esfera pública, taxa de alfabetização, gênero, raça, classe, circulação da imprensa e do mundo editorial etc.²⁸ Ao tratar dos romances e dos jornais como ele-

25 – *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, n. 224, 25 set. 1908.

26 – ANDERSON, J. W. *Shipmasters Business Companion, Including Hints to Young Shipmasters on Insurance, Shipmasters' Business, Bills of Lading, etc. with a Few Odds and Ends of Modern Seamanship*. Glasgow: James Brown & Son, 1911.

27 – *O Marítimo*. Manaus, n. 2, 16 mai. 1911.

28 – Cf. GRANJA, Lúcia; LUCA, Tania Regina de (org.) *Suportes e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos*. (1789-1914). Campinas: Ed. Unicamp, 2018.

mentos partícipes da construção do imaginário sobre a marinhagem e seu *ethos*, diálogo com parte dos enunciados acima, no sentido de questionar como/se os embarcações liam e/ou quando. Algumas respostas podem ser detectadas nos ritmos de trabalho empregado em diferentes situações ao longo do tempo.

Em águas amazônicas, na iminência e durante a transição tecnológica para o vapor, o tempo de trabalho embarcado se relacionava com o tempo da natureza e, em alguma medida, trazia quebras de rotina. Em 1839, o missionário norte-americano Daniel Kidder ia do Maranhão ao Pará num veleiro, e viu que “à noite, quando os viajantes procuravam descanso e refrigério, punham as canoas a seco, nas praias, e os índios habilidosos em poucos momentos apanhavam a caça necessária para a refeição. Assim prosseguia-se a viagem com insignificante fadiga e bastante distração²⁹”. Sete anos depois, o naturalista francês Paul Marcoy anotou: “enquanto a correnteza vinha de encontro à proa da chalupa, a tripulação desembarcava e cada um passava o tempo como queria”. Alguém pegava “a sarabatana e ia caçar na mata; outro saía com suas linhas para pescar; outro podia ser visto costurando sua camisa rasgada ou pondo um remendo na calça; outro pegava no sono, a cabeça a sombra e os pés esticados ao sol”. O tempo de espera pelo momento ideal de navegar era, segundo ele, um dos deleites da viagem. “Essas horas agradáveis passavam depressa e o começo da vazante era recebido com tristeza³⁰”.

Com o advento das linhas a vapor (1853) ocorreu uma maior regularização das viagens, sem abandono do uso de barcos artesanais ligados a costumes e experiências de bordo anteriores aos paquetes. A coexistência de diferentes modos de trabalho não anulava uns aos outros, abrindo

MACKAY, John. *True Songs of Freedom: Uncle Tom's Cabin in Russian Culture and Society*. Madison: University of Wisconsin Press, 2013. FISCH, Audrey A. *American Slaves in Victorian England: Abolitionist Politics in Popular Literature and Culture*. New York: Cambridge University Press, 2000. ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginário anticolonial*. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

29 – KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias e geográficas do Império e das diversas províncias*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 179.

30 – MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: Edua, 2006, p. 226.

brechas para que histórias ficcionais ou não fossem lidas ou contadas. O vapor não sublimou formas passadas de navegação, pelo contrário, dependeu de conhecimentos de gente acostumada noutros tipos de barcos. Desde quando se viajava com “insignificante fadiga e bastante distração” e “cada um passava o tempo como queria”, tripulantes encontravam momentos para ler e escutar coisas, debater sobre o que se lia e ouvia pelos portos e embarcações.

A formação do marujo também ocorria por meio da narrativa de histórias e feitos memoráveis e, características como coragem, virilidade e masculinidade eram constitutivas desse processo. Vejamos como a imprensa reiterava isso, ao noticiar o foguista Theodoro Fernandes dos Santos, de “pele tostada pelo calor” das “fornalhas em chamas crepitantes”, deitado ao colo da namorada, onde “divertia-se talvez em contar à deusa de seus cuidados as peripécias ocorridas no exercício daquela profissão fadigosa, os transe notáveis dessa vida levada no porão de um barco que desliza ao léu da sorte, deixando atrás de si uma esteira infinita de saudades”. Os embarcadouros nutriam o imaginário social com os estereótipos da profissão, comumente reforçados por eles mesmos no conjunto de outros grupos sociais. Ter participado de motins ou greves, enfrentado tempestades, desencalhado navios, desafiado certo valentão ou comandante tirano, conferia uma aura diferente a quem reivindicava o protagonismo da ação. “Contando a história de todos os seus feitos *heróicos*”, João Pereira bebia nos botequins da rua Joaquim Sarmiento, quando foi encontrado pela polícia e levado ao xadrez por vadiagem. O marujo continuou sua narrativa aos policiais e mesmo preso, cantarolava “uma cantiga dolente, que devia ser interpretada por ele com uma fria ironia...”³¹ Pereira foi detido durante período de desemprego no porto de Manaus, com a navegação basicamente paralisada pela Primeira Guerra Mundial. Contar histórias era uma maneira de reafirmar identidades perante o grupo e a sociedade em geral, conquistar respeitabilidade pública e melhores oportunidades de emprego. E, como vemos acima, também

31 – *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 3.136, 20 jan. 1913. *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 4.858, 4 nov. 1917.

servia para desdenhar da insistência em mantê-los sob determinado controle social. Grandes feitos podiam, além disso, positivar uma vida inteira pautada pelo trabalho.

Em 1928, adentrou na redação da *Folha do Norte* de Belém, o “preto velho” Julio Lopes da Silva, na intenção de que o jornal noticiasse seu aniversário de 100 anos. O ex-marujo se orgulhava de sua trajetória profissional e queria compartilhar histórias memoráveis vividas como homem livre nos anos de escravidão, pois se aposentou em 1888. Na memória do trabalho ele justificou toda sua biografia³². A boa conversa do centenário rendeu a longa entrevista que vemos abaixo.

Nasceu em 1828 em São Salvador, na Bahia, sendo batizado ali na igreja de Nossa Senhora do Pilar.

Quando rapaz, assentou praça na Marinha, servindo como marinheiro nas corvetas *Bahia*, *Dona Januária* e *Dois de Julho* e em fortalezas da Corte (Rio de Janeiro). Em 1872, veio da Bahia para aqui, na canhoneira *Mearim*. Em 1874 seguiu até Manaus, onde trabalhou na construção da [Igreja da] Matriz, ao tempo em que dirigia o clero provincial, Dom Antonio de Macedo Costa. No Amazonas, sempre como marinheiro, percorreu várias localidades: Codajás, Coari, Tabatinga etc. Em 1888 voltou a Belém, servindo como remador no Arsenal da Marinha, onde viu passarem como inspetores os oficiais de marinha Borges Machado, Campello, Serra Pinto (aquele que morreu na explosão do *Aquibadan*, explicou), Fernandes Panema e outros.

Serviu também como remador no antigo Arsenal de Guerra, quando comandado pelo coronel Drummond Bezerra. Em 1888, já cansado da vida de marinheiro, deu baixa, ficando a trabalhar como civil.

Nesse ano casou-se com uma guapa rapariga da sua cor, orçando aí pelos seus vinte e poucos anos, Joanna Maria da Silva, que lhe deu sete filhos, dos quais morreram três, ficando quatro ainda vivos e são: Levina, Constância, Maria e Lauro, todos aqui moradores; vivendo ainda sua mulher, que arrasta aí os seus sessenta e tantos anos e se entrega às lidas de casa e à criação das suas galinhas e pintos, no Trilho de Carvão, à travessa de Breves, onde moram.

32 – BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 481.

Disse-nos mais o velho Júlio Lopes da Silva que faz hoje os seus cem anos no perfeito uso de todas as suas faculdades físicas e mentais, podendo ainda enfiar uma agulha e divisar ao longe um rabo de saia ou outro qualquer vulto...

Nunca teve moléstia do mundo e seu filho Lauro até parece que é o pai dele.

Como nota final, disse-nos o sajica velhinho que quando serviu na fortaleza [da ilha] de Villegaignon [na baía de Guanabara], conhecera Pedro II, “que ali costuma [*sic*] ir comer com os seus marinheiros, pois lá ninguém botava veneno na comida³³”.

A narrativa de Julio Lopes guardou emblemas morais da vida marítima: ainda era viril para as mulheres, forte perante os mais jovens, honrado e leal no dever, corroborado por ninguém menos que Pedro II³⁴, Tais características eram comuns nas histórias de marujos lidas e/ou escutadas desde a era das grandes navegações. Também vemos que a cronologia dos acontecimentos vividos por Julio Lopes foi marcada pela ação de indivíduos ilustres. Isso é um aspecto comum na reelaboração constante da memória, principalmente de trabalhadores/as, muitas vezes esquivos e estratégicos em diminuir a “atenção às determinações mais complexas e menos óbvias por trás dos acontecimentos dos quais participaram³⁵”. Em todo caso, havia uma formação de identidade de classe forjada pela oralidade, realizada no tempo disponível do cotidiano de vida e trabalho, de indivíduos com diferentes trajetórias pessoais e coletivas, diversos em termos étnico-raciais. Na era do vapor, este *ethos* da marinhagem estaria ainda mais solidificado no imaginário cultural. Isso podia ser reforçado

33 – A reportagem foi republicada no *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 8.458, 21 jul. 1928. [Grifos meus].

34 – Na época em que teria conhecido o imperador, funcionava naquela fortaleza o Corpo de Imperiais Marinheiros. Pedro II se sentia seguro ali porque o oficialato foi leal à monarquia ainda por muitos anos durante a República. ALMEIDA, Sílvia Capanema. Os marinheiros nacionais e a ideia republicana: circulações, revolta e apropriações (anos 1910). *Antíteses*, v. 7, n. 13, p. 45-59, 2014. Já a aparente simpatia de Julio Lopes pode estar ligada à ideia de liberdade associada à promulgação da lei áurea em 1888, sintomaticamente, ano em que ele mesmo decidiu abandonar a vida de bordo.

35 – HALL, Michael. História oral: os riscos da inocência. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 160.

por particularidades do ofício naval; o tempo de descanso durante e após as viagens; o agrupamento em portos, hospedarias, bares, cafês; contatos com falantes de outros idiomas etc. Para tanto a circulação de impressos foi também fundamental.

A inauguração da navegação a vapor no Amazonas aconteceu conjuntamente à promulgação do Decreto nº 1.445, de 2 de outubro de 1853, que tornou obrigatório o transporte gratuito das malas dos correios por esses navios. A imprensa amazonense foi incrivelmente beneficiada ao obter meios mais rápidos na circulação de materiais para publicação (fascículos de outras províncias e países, revistas, álbuns etc.). Desde então, a bordo de um navio amazônico se encontrava toda sorte de impressos e das mais variadas origens. Por exemplo, com a regularidade da navegação, milhares de panfletos e catálogos dos EUA e Inglaterra passaram a ser transportados ao norte do continente sul-americano. Segundo um viajante citado pelo jornal nova-iorquino *The Sun*, um foguista do Amazonas dizia alimentar a caldeira do navio com montanhas de “catálogos *yankees* impressos em inglês”. Por causa de tamanha quantidade, os armadores paraenses e amazonenses teriam criado esse uso “aproveitável” do material³⁶.

Já as notícias impressas eram veiculadas dentro dos navios antes mesmo que aportassem. Vinda do Ceará pelo *Manáos*, em 1892, uma professora viu que o jornal *Libertador* de Fortaleza passava de mão em mão com bastante atenção. Ele reportava a deposição de governadores pelo presidente Floriano Peixoto³⁷. A leitura para si ou em voz alta foi uma constante nos vapores. Um leitor escreveu para o humorístico *A Encrenca*, elogiando a folha como seu passatempo preferido nas viagens do *Sobralense*³⁸. O material de leitura era levado de antemão ou adquirido

36 – *The Sun*. New York, n. 245, 3 mar. 1919. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/sn83030431/1919-05-03/ed-1/>. Acesso em: 7.10.20.

37 – FREITAS, Emilia. Do Ceará ao Amazonas. In: *Almanaque do Amazonas*. Histórico, administrativo, comercial, estatístico e literário. Manaus: Typ. do Amazonas, 1895, p. 185-6. (Biblioteca Pública do Amazonas). O governador do Amazonas era Taumaturgo de Azevedo e do Ceará, Clarindo de Queirós. As deposições foram assinadas após a substituição de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891. O presidente Floriano Peixoto afastou dos governos estaduais todos aqueles ligados ao governo federal anterior.

38 – *A Encrenca*. Manaus, n. 24, 20 ago. 1916.

no próprio curso da viagem. Quando dois navios se encontravam no meio dos rios, o que estava fora há mais tempo se beneficiava do que acabava de sair do porto trazendo cartas, livros, jornais, panfletos e notícias quentes. Uma viagem entre Belém e Manaus colocava para circular uma quantidade considerável de informações orais e impressas. Foi assim com um navio saído de Belém a quatro dias de isolamento fluvial ao encontrar outro vindo no sentido oposto. “Nota-se entre passageiros e tripulação dos dois [navios], uma grande alegria. [...]. Enquanto uns transmitem as últimas notícias de Belém, os outros fornecem as que trazem de Manaus. Trocam-se jornais³⁹”. Não apenas recepção, mas produção de material escrito também era realizada. O militar Aníbal Amorim descreveu um jornal de bordo chamado *O Voador*, feito a mão por um autor anônimo. Ele publicava assuntos relativos à viagem, poesias, informes gerais e fofocas dos embarcados⁴⁰. Mas os impressos tipográficos provavelmente tiveram maior influência no mundo vivido, imaginado e criado pelos marinheiros.

Na segunda metade do século XIX, a aquisição de equipamentos modernos melhorou as vendas dos jornais de Manaus, que abriram impressões por encomenda. Na tipografia do *Commercio do Amazonas*, Antonio L. von Honhooltz, o barão de Tefé, imprimiu 50 volumes para circulação íntima do seu livro *A corveta Diana* (1873), chamado por ele “Romance marítimo original brasileiro⁴¹”. O autor foi senador pelo Amazonas e era almirante, não sendo obviamente, o único exemplo de pretensão artística entre o oficialato naval. Há outros indicativos disso numa parcela do associativismo da marinha mercante de Manaus.

Parte da identidade social do oficialato prezava pela iluminação e distinção literária. Primeira aglomeração do tipo na cidade, o efêmero Clube União Marítima (1899-1900) foi presidido pelo tenente da Armada Roberto Lecoq de Oliveira, qualificado pelo bibliotecário Genesino

39 – MATTOS, Pedro. *Trinta dias em águas do Amazonas*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1933, p. 29. (Biblioteca Pública Arthur Reis/Manaus).

40 – AMORIM, Aníbal. *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre – Aspectos da Amazônia: do Rio a Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Garnier, 1909, p. 177-84. (Biblioteca Nacional/RJ).

41 – HOONHOLTZ, Antonio von. Antes de ler. In: *A corveta Diana: romance marítimo*. Manaus: Typ. do *Commercio do Amazonas*, 1873, p. III-IV. (Biblioteca Brasileira/USP).

Braga, como fomentador da vida literária que se elevava na capital. O clube foi apoiado por Péricles de Moraes, “português idealista, amigo dos livros e da Cultura”, um dos fundadores do Real Gabinete Português de Leitura em Salvador⁴². Na primeira década dos 1900, o norte do Brasil acompanhou um movimento de escritores e artistas que buscavam transformar a Amazônia numa espécie de epicentro intelectual do país, conforme observa Aldrin de Moura Figueiredo⁴³. Essa parece ter sido uma das intenções do oficialato ilustrado do período. O associativismo realizado pelos oficiais se vinculava aos círculos literários de Manaus e Belém para compor fileiras de leitores e bibliófilos, como também fez a Liga Naval da Amazônia onze anos depois.

O fascículo inaugural d’*O Marítimo* de Manaus, órgão da Liga, apresentou um poema de Maranhão Sobrinho, intitulado *Baixel sem rumo*⁴⁴. Os versos louvavam a intrepidez da navegação como um belo confronto com a força da natureza, no melhor estilo *Sea Novel*. O poeta passou a morar em Manaus a partir de 1908, iniciando uma intensa vida noturna pelos bares da cidade. Não descarto hipótese de ter tido contato com marinheiros nestes momentos, daí a escolha editorial pelo autor⁴⁵. A ilustração assumida pela Liga era uma forma de melhor preparo de seus associados para os confrontos de classe, onde o perfil político era socialista e procuravam agregar todos os marítimos na entidade. Dias após a

42 – BRAGA, Genesino. *Nascença e vivência da Biblioteca do Amazonas*. Belém: INPA, 1957, p. 41. (Biblioteca do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Manaus). Sobre o cenário intelectual da época e o papel do literato amazonense Péricles de Moraes, cf. PAIVA, Marco Aurélio. *A crítica nas margens. Péricles Moraes e as representações literárias da Amazônia*. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 18, p. 101-28, 2015.

43 – FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Tese (doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2001.

44 – *O Marítimo*. Manaus, n. 1, 27 abr. 1911.

45 – José Américo Maranhão Sobrinho (1878-1915) foi um poeta e jornalista maranhense. Em 1903 embarcou para Belém, onde se tornou um boêmio tão conhecido quanto era em sua terra natal. Sua produção literária deu-se pelos bares e botequins de São Luís, Belém e Manaus, onde em 1908 passou a morar. Em curta vida de 36 anos, fundou as Academias de Letras do Amazonas e do Maranhão e publicou três coletâneas de poesias. Morreu em Manaus, pouco depois de se estabelecer como funcionário público. CASTRO, Kissyan. *Maranhão Sobrinho: o poeta maldito de Atenas*. Guaratinguetá: Penalux, 2019.

fundação, a diretoria anunciou que estava aberta a doações de livros para montagem de sua biblioteca. Compor acervos era algo bastante comum em outras experiências de associações operárias da Primeira República. Não sabemos se obtiveram sucesso nem quais títulos chegaram a ser doados, pois a Liga não passou daquele ano de 1911.

Já a criação da Biblioteca Pública do Amazonas, em 19 de março de 1871, favoreceu uma maior acessibilidade a livros e jornais por um período mais longo. Por exemplo, o marinheiro Raimundo Moraes (1872-1941) foi um assíduo frequentador do acervo, acusado até mesmo de extravio de volumes para ler no curso das viagens. Ele não teve escolaridade formal e foi autodidata em sua alfabetização. Aprendeu inglês na lida de navios carregados de camarões, caranguejos e cocos do Pará e Maranhão até Miami, o que permitiu seu contato com a literatura anglófila do século XIX. Sua carreira literária começou com textos jornalísticos, ensaios e crônicas, chegando a publicar um livro sobre Machado de Assis⁴⁶. Mas seu grande projeto literário era mesmo um “romance marítimo” nas águas do Amazonas. Aos seus contemporâneos “ele próprio se dizia um êmulo de Mark Twain, só porque o genial criador de Tom Sawyer era comandante de navios de rodas no rio Mississippi⁴⁷”. Porém, não foi muito exitoso na literatura de ficção, sendo mais lembrado por crônicas regionalistas.

Caso diferente foi o inglês Henry Major Tomlinson (1873-1958), que trabalhou como marítimo e deixou uma longa lista de romances e outras publicações. Seu primeiro livro resulta do diário da viagem realizada pelo rio Amazonas a bordo do *Capella*, onde ocupou o posto de escrivão naval. Ele reportava a empreitada para os jornais britânicos *English Review*, *Pall Mall Magazine*, *Morning Leader* e *Yorkshire Observer*. Destes textos veio a composição final de *The Sea and the Jungle* (1912). O livro narra o cotidiano da jornada iniciada em dezembro de 1909 no porto de Swansea, País de Gales, cruzando o Atlântico até o Pará e mais duas mil

46 – MORAIS, Raimundo. *Machado de Assis*. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1939. (Biblioteca Pública Arthur Vianna/Belém).

47 – MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Histórias facetas de Manaus*: anedotas envolvendo figuras amazonenses. Manaus: Governo do AM / SEC, 2012, p. 208-9.

milhas adentro pelo rio Madeira até Santo Antonio, quando terminam por entregar materiais para construção da ferrovia Madeira-Mamoré. O retorno ocorreu em 1910, com passagens por Barbados, Jamaica e Flórida. Segundo o escrivão, tal trajeto nunca havia sido feito por um navio daquele porte. Os vapores que navegavam o rio Amazonas de então eram fabricados exclusivamente para navegação fluvial. O *Capella* diferenciava-se por ser um navio de águas oceânicas. Sua tripulação era uma miríade de idiomas e culturas marítimas: ingleses, irlandeses, alemães, noruegueses, holandeses e brasileiros (práticos mestiços do Amazonas e um fogueira negro)⁴⁸.

Apesar da pretensão factível, o livro é repleto de passagens dramáticas de enfrentamento da natureza, sem evitar questões políticas da categoria, como a ganância de armadores e críticas à industrialização de navios a vapor. Contudo, a ideia de jornada heroica, figurada no marujo branco destemido, amarra a maior parte da narrativa. O sucesso editorial levou o autor a escrever outros seis “ensaios de viagem” antes de publicar seu primeiro romance *Gallions Reach* (1927). Parte da crítica literária chegou a chamá-lo de “o segundo” Joseph Conrad⁴⁹,

Além dos apontamentos reveladores de que, mesmo nas águas do Amazonas, o relato baseava-se nas premissas da “literatura marítima”, representativa das idealizações da navegação e seus trabalhadores, Tomlinson descreve momentos de leitura e de partilha de livros no *Capella*. “Nós não temos biblioteca, claro, mas nós temos uma circulação de livros a bordo”. Os volumes eram deixados a esmo pelo navio para que todos pudessem lê-los. O ambiente um tanto libertário a bordo era incommum naquele tempo. Pelo que sugere, não havia exclusividade de leitura; quando podiam, uma hora lia o comandante, outra o maquinista, o médico

48 – TOMLINSON, H. M. *The Sea and the Jungle*. Being the Narrative of the Voyage of the Tramp Steamer *Capella* from Swansea to Santa Maria de Belém do Grão-Pará in the Brazil's. London: Duckworth & Co. 1912, p. 94. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/37205>. Acesso em: 7.10.20.

49 – MAYER, Frederick. H. M. Tomlinson: The Eternal Youth. *VQR*, Charlottesville, v. 4, n. 1, Winter, 1928. Disponível em: <https://www.vqronline.org/essay/hm-tomlinson-eternal-youth>. Acesso em: 7.10.20.

de bordo etc. Tomlinson aborda diversos momentos de conversas a bordo sobre temas espinhentos à categoria, como a superlotação dos navios. A leitura parece ter sido uma atividade recorrente desde o início da jornada e pode ter alimentado diálogos entre os tripulantes.

Pouco antes de partir de Swansea, a tripulação recebeu um fardo de livros. A doadora pertencia à Society for the Succor of Seaman, de Caxton Hall. O pacote consistia em títulos evangélicos, como *Joy Bells for Young Christians* (1899), cumprindo objetivos daquela entidade “preocupada” com a salvação das almas da marujada. A descoberta do conteúdo do pacote foi um desapontamento geral. O jeito foi avançar sobre os volumes que cada um trazia consigo. Depois de lidos todos eles, como *Morphology of the Cryptogamia* (livro de botânica que virou peso de porta); *Three Fingered Jack, the Terror of the Antilles* (pertencente ao maquinista); *Robert Elsmere* (trazido por Tomlinson); *The South Atlantic Sailing Directions* (leitura técnica do comandante) e livros de Henry James (1843-1916), o escrivão resolveu desempacotar a doação. O foguista brasileiro abriu o pacote e assim ficaram espalhados pelo *Capella* hinários, livros, jornais, revistas e almanaques, todos religiosos e lidos a contragosto pela tripulação, segundo Tomlinson⁵⁰.

Do mundo da leitura, vamos ao da criação literária, conforme registra Mário de Andrade em Guajará, no atual Estado de Rondônia, no ano de 1927. Segundo o escritor, teria ele encontrado ali o casco do sucateado *Aripuanã* servindo de cais flutuante. A despeito das disputas no campo da memória em Guajará, Mário de Andrade anotou, a partir de suas próprias intenções naquele momento, versos escritos nas paredes do velho navio. A autoria seria (supostamente) de antigos marujos. Os poetas anônimos

50 – TOMLINSON, H. M. *The Sea and the Jungle*, p. 57-8. Não encontrei informações sobre o livro cristão, o de botânica e o guia de navegação, mas *Three Fingered Jack, the Terror of the Antilles* contava a história de Jack Mansong, líder de uma rebelião escrava na Jamaica. Escrito pela antissufragista Mary A. Ward, sob pseudônimo Humphry Ward, *Robert Elsmere* narra a desilusão do protagonista homônimo com a Igreja Anglicana e sua adesão ao chamado “liberalismo construtivo”, de forte apelo a causas sociais. O livro foi apreciado por Henry James, um dos autores favoritos de Tomlinson. WARD, Humphry. *Robert Elsmere*. London: Macmillan, 1888. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/8737>. Acesso em: 7.10.20.

tinham costume de compor em forma de desafios, numa espécie de batalha de rimas, para expressar orgulho e superioridade da embarcação que tripulavam. O célebre paulistano teria anotado essas trovas, seguidas de pequenos comentários seus.

O Rio-Mar

É a flor desta zona

É respeitado o seu talha-mar

No Pará e Amazonas.

Outro:

Cuiabá, xodó do porto.

Vai, um tripulante do *Madeira-Mamoré*, orgulhoso de seu navio, escreveu sem rivalidade:

O homem de boa fê

Nunca fala despeitado:

O Madeira-Mamoré

É o barco respeitado.

Ora um marujo do [*Rio*] *Curuçá*, valente, responde com arrogância:

O homem de boa fê

Sempre tem palavra má:

O Madeira-Mamoré

É café pro (*sic!*) *Curuçá*.

Delícia, a gente observar esse “café” empregado por gente do Norte, onde dizemos “é sopa”, “é canja”. (Naquele tempo ainda não aparecera, aqui no sul, a expressão “café-pequeno”, no mesmo sentido. Pelo menos eu não tinha conhecimento dela [anotação posterior de 1942]). Mas outro valente do *Madeira-Mamoré* revidou de tal forma que não teve mais resposta:

O Madeira-Mamoré

É o pai do *Curuçá*,

É pesado, de conforça

Como o cabo Corumbá.

Cabo Corumbá disque foi uma espécie de revolucionário em ponto pequeno, que andou fazendo estripulias pelo sertão. Curioso, é nas três primeiras quadrinhas copiadas, a rima dupla, erudita⁵¹.

Os versos ressaltam a relação de marujo e navio e a perspectiva da disputa como forma valorativa da identidade estabelecida pela turma naqueles locais de trabalho. A leitura, a escrita e a oralidade das narrativas (ficcionais ou não) constituíam o universo vivido pelos marinheiros, conectavam-nos entre si e com o restante do mundo. Todo esse conjunto literário desaguava no espaço público por quem dominasse o mínimo da leitura; de forma que a marujada também movimentava aquilo que escutava a bordo, nos portos, em bares, cafés, hospedarias, prostíbulos etc. Creio que estas experiências guardavam outras formas de aprendizado de resistências e assimilação de valores mais amplos sobre a própria formação de marinheiro, da relação deste com o coletivo da categoria e o próprio espaço de trabalho. O navio “respeitado” nos versos acima seria produto do bom trabalho de uma orgulhosa tripulação.

Por fim, vimos que o norte do Brasil não ficou aquém das narrativas consagradas no mundo marítimo desde o começo do século XIX, muito menos imune aos debates sobre a liberdade e a exploração dos marinheiros nos anos subsequentes. Essa mudança de abordagem decorre da transformação da navegação amazônica no início de 1900, com a utilização de novas tecnologias e de reformas institucionais nas Capitanias dos Portos e no Ministério da Marinha. Por um lado, o estereótipo negativo do marinheiro – violento, bêbado, truculento e deslocado na nova ordem instaurada pelo fim da escravidão e início da República – vai sendo atribuído aos do Amazonas, colorindo um “novo” personagem que entra em cena. Por outro, a imagem do trabalhador explorado, castigado, flagelado, empobrecido e humilhado passa a ser associada a eles. Outras condutas positivas pairam sobre a categoria em sua inserção social, como o ímpeto de aventura, coragem, bravura e virilidade – adjetivos comuns desde que os “romances marítimos” passaram a ser lidos e traduzidos mundo afora,

51 – ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Brasília: Iphan, 2015, p. 162-3. [Grifos meus]. Também não consegui precisar quem seria o aludido “cabo Corumbá”.

tal como assimilados pelos próprios marinheiros como qualificações morais e profissionais.

Nesse contexto, a imagem idílica do canoeiro amazônico, símbolo tradicional da navegação ditada pelo ritmo da natureza, vai sendo nublada por uma concepção genérica de marinheiro. Conforme os vapores iam sendo inseridos no cotidiano de trabalho fluvial, cada vez menos se imaginava tripulações de “homens sempre alegres”, como dizia o príncipe Adalberto da Prússia de passagem pela Amazônia em 1847. Ou, de maneira romântica e melancólica, como os cantos dos “bugres ou mestiços” que “quebravam a monotonia de suas longas viagens”, harmonizando-se “com o eco dos canais, as infinitas florestas sombrias, as noites solenes e as cenas das águas tempestuosas ou das terras caídas”⁵².

Um importante lugar a ser analisado para a compreensão desta mudança é o próprio navio. Quando os vapores passavam a transportar mais passageiros, houve maior demanda de criados, cozinheiros, taifeiros etc. Diferente dos barcos artesanais e veleiros, o conjunto de atividades a vapor deslocou boa parte dos marinheiros, antes nos conveses, para o trabalho nos porões: embarque, acondicionamento e desembarque de cargas; e para o setor de máquinas, o mais complexo de todos⁵³. Maquinistas, carvoeiros e foguistas foram os novos embarcadouros inseridos no mundo fluvial pelos vapores. A imaginação desses novos ofícios, sob tom de denúncia da literatura social do século XX, explica em parte as escolhas de autores envolvidos com o movimento operário na capital amazonense.

52 – ADALBERTO, Príncipe da Prússia. *Brasil: Amazônia-Xingu*. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 313-4. BRUNO, Ernani S. *Imagens da formação do Brasil: o trabalho e a produção – comunicações e transportes – a sociedade e os costumes*. São Paulo: Cultrix, 1962, p. 192.

53 – COBLEY, Alan. That Turbulent Soil. Seafarers, the “Black Atlantic”, and Afro-Caribbean Identity. In: BENTLEY, J. H. *et al.* (ed.). *Seascapes: Maritime Histories, Littoral Cultures, and Transoceanic Exchanges*. Honolulu: University of Hawai’i Press, 2007, p. 58.

O foguista “Samuel” de Manoel Madruga

Manoel Madruga era um jovem paraibano chegado a Manaus no início do século XX, quando ganhou destaque na imprensa e estabeleceu contatos com o incipiente movimento operário da cidade. Ele defendia alguns teóricos de correntes diferentes, às vezes até antagônicas, que “conotavam ecletismo e denunciavam pouco amadurecimento no conhecimento sobre socialismo e anarquismo⁵⁴”. Madruga lançou-se como cronista para denunciar os males do capitalismo e promover seu eclético ideário nas folhas locais. Em 1909, no *Jornal do Comércio* publicou a crônica “Samuel”. O protagonista homônimo ao título é um foguista de gaiola que trabalhava nas caldeiras “sob o calor terrível que se derramava naquele cenário de fogo”, obedecendo prontamente às ordens do maquinista. Anos antes, Madruga publicou um folheto no jornal da comunidade espanhola em Manaus (*La Voz de España*), em que demonstrou, de fato, conhecer o cotidiano de bordo amazônico. Ali ele esmiuçou o comportamento de passageiros de diferentes classes sociais e o trabalho dos marinheiros⁵⁵. Possivelmente conhecia de perto, por convivência e diálogo, as condições particulares da marinhagem do rio Amazonas.

O foguista da crônica apresenta características comuns à boa parte dos marujos de Manaus. “Samuel viera para Belém há cerca de oito anos. Moço, forte, de uma robustez invejável, entregara-se valentemente ao afanoso mister de foguista nas gaiolas da marinha mercante. Muito ativo e decidido, na sua juventude radiosa, nada o aterrorizava nem o fazia temer”. O autor lhe atribuiu características dos “romances marítimos”: é descrito de forma heroica, viril, sensual (possuía “pele rija e bronzeada pelo ardoroso contato das labaredas ardentes”) tendo a bravura como instrumento de trabalho primordial. Samuel enfrentava a labuta nas caldeiras, enquanto “pelos seus lábios passava um sorriso tranquilo e sereno”. A

54 – PINHEIRO, Luís Balkar; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá: Paco, 2017, p. 124-5.

55 – MADRUGA, Manoel. Samuel (Ao Dias Parêdes). *Jornal do Comércio*. Manaus, n. 2.014, 7 nov. 1909. Não descobri a quem se dedica a crônica. MADRUGA, Manoel. De Manaus a Catai. *La Voz de España*. Manaus, n. 35, 31 ago. 1907.

penumbra onde trabalhava era iluminada apenas pelas brasas dos fornos. Mas, “para ele não havia segredos nos mais complicados maquinismos; seu olhar seguro e penetrante abrangia os mais insignificantes detalhes, e as grossas mãos calejadas manobravam na sombra com extraordinária perícia os aparelhos misteriosos”.

Essa crônica não se distancia muito de escritos contemporâneos à ascensão de novas tecnologias, quando o maquinário a vapor ainda era visto com ressalvas. No século XIX, escritores como Thomas Carlyle (1795-1881) desconfiavam que as máquinas não fossem lá muito obedientes, pois não se “dobravam” à vontade de um comandante naval ou maquinista ferroviário. Muito semelhante ao artifício de Madrugá, Carlyle descreveu fornalhas de oficinas projetando nas paredes e nos corpos dos operários, sombras pontiagudas de ares infernais – o cenário produzido pela tecnologia não se reduzia a tal alegoria, porque sua função era a desumanização do espaço de trabalho⁵⁶. Porém, entre a máquina e a voz de mando de um oficial permanecia o elemento humano, esse, verdadeiramente castigado caso julgado incompetente ou rebelde.

Diferente dos veleiros de romances de princípios do Oitocentos, onde ventos e ondas desenhavam atmosfera de aventura, as caldeiras de Madrugá surgem como degradação do trabalho e, a coragem para enfrentá-las, um “surto magnífico de uma vontade soberana”. Também a literatura de viajantes a serviço das propagandas abolicionistas, no final do século XVIII e início do XIX, serviu de referência aos literatos que descreviam o horror dos navios negreiros. Jaime Rodrigues sugere que esses escritos sejam vistos mais pelo tom de denúncia do que de verdade descritiva⁵⁷. De certo modo, Madrugá não fugiu à regra. No contexto em que escrevia, os vapores já gozavam de preferência aos veleiros; ainda assim, ao longo de todo o tempo, a exploração do trabalho e a acumulação

56 – LAND, Isaac. *War, Nationalism, and the British Sailor, 1750-1850*. New York: Macmillan, 2009, p. 133.

57 – RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 135.

de capital coexistiram em ambos os tipos de embarcação e, sob velhas ou novas formas, independiam do modelo em uso⁵⁸.

A influência descritiva dos navios negreiros em tempos posteriores é plausível na representação da exploração maruja, mas não explica de todo as escolhas de quem os representava⁵⁹. Lendo Madrugá dimensionamos menos o trabalho a bordo do que a forma como foi representado no início do século XX. O autor jogou com o imaginário de seus leitores por uma apropriação simbólica prenhe de valores sobre a vida e o trabalho de um foguista. Na crônica, Samuel ganhava muito pouco e, mesmo com qualidades suficientes para realizar a prova de maquinista, não queria se submeter a ela por “humildade”. Afinal, “soubera fazer do seu fatigante labor um verdadeiro sacerdócio”. Mesmo que pudesse alcançar uma posição mais confortável, o personagem se recusa e prefere permanecer submisso e obediente em seus deveres. Vive harmonicamente com o superior, seguindo à risca os horários e a hierarquia de bordo, até que a Capitania do Porto do Amazonas permite a armação do navio aquém dos seus limites de tonelagem. Aqui o autor mostra conhecimento de causa sobre a superlotação dos vapores – um dos principais problemas que a categoria enfrentou ao longo de toda a primeira metade dos 1900.

Toda a resolução de Samuel acaba de forma dramática quando o vapor, já muito além das capacidades de seu maquinário, fica prestes a explodir. O clímax da narrativa é dado: heroicamente Samuel se lança às chamas, no afã de salvar navio e passageiros. Vêm a explosão e a trágica sentença: “Samuel sucumbira”. Conclui-se com Madrugá, que de nada valia a obediência à hierarquia e a boa execução do trabalho, quando toda exploração capitalista tende à fatalidade. Mais do que simples representação, o texto denuncia a exploração da navegação e evidencia como o ace-

58 – A Argentina vivia contexto similar. CARUSO, Laura. *Embarcados*. Los trabajadores marítimos y la vida a bordo: sindicato, empresas y Estado en el puerto de Buenos Aires, 1889-1921. Buenos Aires: Imago Mundi, 2016, p. 19.

59 – Refletir representações de operários e suas vivências em escritos literários não é um exercício novo. Vide, por ex.: PARIS, Robert. A imagem do operário no século XIX pelo espelho de um “vaudeville”. Trad. Claudio Batalha. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 8 (15), 1988, p. 84-5.

leramento das viagens, o mau acondicionamento de cargas e as condições aviltantes de trabalho permitiam as maiores tragédias. Um naufrágio dava fim a vidas humanas, mercadorias e ao próprio navio, questões recorrentes nas fontes jornalísticas daquele tempo.

A crônica captura uma imagem bastante explorada pelos setores operários organizados: a cena trágica em que o trabalhador sucumbe à ganância dos patrões. Penso que sem a presença do operário industrial “típico” na sociedade amazonense, o recurso usado por Madrugá foi investir no exemplo mais próximo daquele cotidiano, acertadamente, o foguista de vapores. Dessa conexão, o autor apresenta uma narrativa não mais aliçada na figura idílica do marinheiro amazônico, para evidenciar uma nova ocupação imposta pela máquina. Os tripulantes dos porões não eram inspirados pela natureza que se via passar serenamente no costado dos navios. As cores e os sons da floresta não os alcançavam na escuridão nem superavam os ruídos do maquinário. A atenção a um tipo diferente ao clássico tripulante regional foi um mérito literário de Madrugá. Na verdade, Samuel se assemelhava a outros foguistas ao redor do mundo.

Enric Domingo argumenta que marítimos de porões na Espanha tendiam mais a se autoidentificar como “proletários”. Para a construção dessa imagem o aspecto físico do navio contribuiu bastante: casco metálico, máquinas, tubos, aparelhos de medição, espaços de trabalho escuros e quentes, fogo, carvão etc. Somado a isso, o serviço regulado pelo relógio e a vigilância constante de superiores. A percepção do navio a vapor como similar ao espaço da fábrica era evidente e a imagem típica do proletariado industrial contrastava com a dos veleiros. Os vapores deixavam no passado a idealização dos barcos a vela, “um mundo limpo e silencioso, onde todos sabiam o que se precisava fazer e o ritmo era marcado pelo vento, caprichoso e variável, e não por uma máquina que parecia nunca parar”. O mundo do navio a vapor era o do ruído e da vibração, da sujeira de graxa e da fuligem. O embarcadiço de porão, não assimilado à vida flutuante, e com possibilidade de embarcar sem necessariamente possuir conhecimentos específicos (como o caso dos carvoeiros), “poderia ter influenciado a percepção dessas mudanças no sentido de um processo de

proletarização, mas não na realidade dele⁶⁰". O autor percebeu um aspecto importante aos ocupantes do setor. As mudanças técnicas envolveram trabalho humano e influíram sobremaneira nas relações sociais dos tripulantes. O porão do vapor, a casa de máquinas e os fornos eram mundos distintos do leme, da cozinha, dos conveses e vice-versa.

Conclusão

Vimos, portanto, que as percepções sobre o mundo marítimo e seus trabalhadores se alteravam conforme a mecanização da navegação fluvial. O tempo e o ritmo de trabalho da máquina a vapor modificaram os momentos de leitura e partilha de histórias. Num mercado de trabalho subordinado a empresas estrangeiras, que requeriam condutas e perfis marujos específicos, a marinhagem regional conseguiu criar seu próprio espaço para divulgar narrativas e utilizar-se delas para valorizar ou denunciar más condições de trabalho, através, muitas vezes, de quem possuía meios de publicação, como Madrugá. Quanto mais dilatados e velozes ficavam as viagens amazônicas, maiores eram as condições de acesso a informações úteis à categoria para granjear posições vantajosas na vida embarcada. Enfim, a identidade dos marinheiros de Manaus não se mostrou apartada dos processos de circulação do mundo editorial ou da oralidade (persistente ao longo do período), algo pouco perceptível àqueles que imaginavam a região isolada do restante do país e do mundo.

Texto apresentado em outubro de 2020. Aprovado para publicação em março de 2021.

60 – DOMINGO, Enric. *El trabajo en la marina mercante española en la transición de la vela al vapor* (1834-1914). Tese (doutorado em História). Barcelona: Universidad de Barcelona, 2013, p. 365.

DO PUNJAB À SERRA DO MAR: NOTAS SOBRE AS AFINIDADES ENTRE O *ARIANO* DE ARTHUR DE GOBINEAU E O *BANDEIRANTE* DE PAULO PRADO

FROM PUNJAB TO SERRA DO MAR: NOTES ON THE AFFINITIES BETWEEN ARTHUR DE GOBINEAU'S *ARIANA* AND PAULO PRADO'S *BANDEIRANTE*

HELGA GAHYVA¹

Resumo:

Trata-se de artigo cujo objetivo consiste em investigar as afinidades eletivas entre Arthur de Gobineau e Paulo Prado por meio da análise dos grandes heróis de suas epopeias históricas: o ariano e o bandeirante, respectivamente. A análise baseia-se na hipótese segundo a qual ambos compartilham certo *ethos* aristocrático que, não obstante suas diferenças, permite colocar suas obras em diálogo.

Palavras-chave: Arthur de Gobineau; Bandeirantismo; Paulo Prado; Pensamento Social Brasileiro; Racialismo.

Abstract:

We aim to investigate the elective affinities between Arthur de Gobineau and Paulo Prado through the analysis of the great heroes in their historical epics Aryan and Bandeirante, respectively. The analysis is based on the hypothesis that both share a certain aristocratic ethos that, despite their differences, allows them to place their works in dialogue.

Keywords: Arthur de Gobineau; bandeirantism; Paulo Prado; Brazilian social thought; racialism.

Introdução

Nascido em 1869, Paulo Prado publica sua curta, porém contundente obra, durante os anos 1920. Trata-se de um conjunto de reflexões maturadas em mais de meio século de uma vida que acompanhou algumas das maiores transformações no cenário social, político e econômico brasileiro, dentre as quais se destacam o fim do regime servil de trabalho e a transição da monarquia para república.

1 – Professora Associada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: helga.gahyva@gmail.com.

Filho de Antônio² e sobrinho de Eduardo³, ele testemunhou tais mudanças a partir de lugar bastante específico: se a estabilização do novo regime de governo concretizara a hegemonia dos cafeicultores do Oeste paulista, foram os Silva Prado agentes privilegiados desse processo⁴. O pródigo rebento não destoou de suas origens, compatibilizando sua atividade propriamente intelectual ao envolvimento com os negócios familiares, situação que lhe permitiu, por exemplo, ser o principal mecenas da Semana de Arte Moderna de 1922⁵.

Seus vínculos com o movimento modernista não contradizem, todavia, a adesão a certo conservadorismo⁶. Como nota Berriel, é sobretudo por meio de Paulo Prado que se expressa a “dimensão de continuidade

2 – Descendente de abastada família paulista ligada à lavoura cafeeira, Antônio da Silva Prado (1840-1929), formou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. A partir de 1865, dividiu-se entre a carreira política e suas atividades jornalísticas. Conduziu, em 1871, a formação da Sociedade Auxiliadora de Colonização e Imigração, da qual se tornou vice-presidente, e, em 1886, a Sociedade Promotora da Imigração. Foi titular do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do gabinete Cotegepe, entre os anos de 1885 e 1887. Neste último ano, tornou-se senador; em 1888, conselheiro do Império e, mais uma vez, ministro da agricultura, desta feita sob a chefia de João Alfredo. A mudança de regime não reduziu sua importância no cenário político: apesar de ter dedicado a maior parte da última década do século XIX aos seus negócios familiares, elegeu-se prefeito de São Paulo em 1899, cargo que ocupou durante 12 anos. Após a experiência, manteve-se figura de destaque tanto no ramo empresarial como na arena pública.

3 – Também formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, o monarquista Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901) foi jornalista, escritor e esteve entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras. Em 1893, lançou *A ilusão americana*, sua obra mais conhecida. PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2005.

4 – ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*: a construção de um tipo paulista, o bandeirante. Cuiabá: EdUFMT, 2019, p. 141. WALDMAN, Thais Chang. *Moderno Bandeirante*: Paulo Prado entre espaços e tradições. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010, 237p., p. 33, 157.

5 – AGUIAR, Isabel Cristina Domingues. *Paulo Prado e a Semana de Arte Moderna*: ensaios e correspondências. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014, 151p.; CALIL, Carlos Augusto. Um brasileiro de São Paulo. In: PRADO, Paulo. *Paulística etc.* São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 9-42, p. 15; CALIL, Carlos Augusto. Paulo Prado, entre tradição e modernismo. In: BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lília Moritz (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil*: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 132-143, p. 134.

6 – DUTRA, Eliana. O Não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu retrato do Brasil. In: *Estudos Históricos*, v.14, Rio de Janeiro: FGV, p.233-52, p. 234, 2000.

no Modernismo”, movimento no qual “ruptura estética [...] nem sempre significou ruptura social”⁷.

É na tensão dialética entre tradição e novidade que, em *Tietê, Tejo, Sena*, esse intérprete inscreve o universo pradiano⁸. Analisando o impacto das ideias da Geração de 1870 lusitana sobre a formação intelectual do jovem Paulo, Berriel conclui que “[...] era tarde demais para que fosse romântico e cedo demais para que fosse modernista”⁹. Essa condição refletia-se, igualmente, no recurso simultâneo a certos pressupostos racialistas e modernistas na elaboração de sua narrativa sobre a formação histórica e social brasileira¹⁰.

Tornou-se famosa a passagem de *Retrato do Brasil* onde ele rechaça a doutrina sobre a desigualdade das raças desenvolvida pelo escritor e diplomata francês Arthur de Gobineau¹¹. Entretanto, a despeito de sua objeção, este artigo os coloca em diálogo por meio da investigação das semelhanças entre os grandes heróis de suas narrativas históricas. Pretende-se revelar como, não obstante suas substanciais diferenças, eles constroem epopeias lideradas por personagens, apresentados como “tipos raciais”, cujas características apresentam notáveis convergências: o ariano e o bandeirante, respectivamente.

À análise dessa proximidade subjaz a hipótese segundo a qual Gobineau e Prado compartilham “continuidades subterrâneas”¹² deriva-

7 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas: Papirus, 2000, p. 11.

8 – Ecos dessa interpretação são encontrados em AGUIAR, Isabel Cristina Domingues, *op. cit.*, p. 11; CALIL, Carlos Augusto, *op. cit.*, 2004, p. 32; CALIL, Carlos Augusto, *op. cit.*, 2009, p. 138; DINIZ, Cláudio Lúcio de Carvalho. Tristeza tupiniquim: a melancolia brasileira no retrato do Brasil de Paulo Prado. In: *I Encontro Memorial do ICHS* (UFOP), Mariana. Anais... Mariana, p. 4, 2004. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/15520295/claudio-lucio-de-carvalho-diniz-ichs>. Acesso em: 26.08.20204; WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 30, 34.

9 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 28.

10 – DINIZ, Cláudio Lúcio de Carvalho, *op. cit.*, p. 5, 10.

11 – PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: IBRASA, 1981, p. 223-224.

12 – BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007, p. 54.

das de similar *ethos* aristocrático. Essas afinidades eletivas são aqui evidenciadas, especialmente, pela correlação que estabelecem entre as disposições morais daquelas duas individualidades históricas e ordenações sociais onde a força das linhagens resiste ao ímpeto centralizador do poder público. Em ambos os casos, essa sugestão informa certa imagem da decadência que se confunde com o aviltamento das liberdades regionais em face do fortalecimento da autoridade governamental.

O Ariano

Publicado na primeira metade dos anos 1850, o hoje conhecido *Essai sur l'inégalité des races humaines*¹³, de Gobineau, encontrou morna acolhida à sua época¹⁴. Por uma série de razões, o livro foi resgatado, na virada do século XIX para o XX, transformando doravante seu autor em fundador do racismo moderno¹⁵. Contudo, já demonstramos alhures que, analisado em conjunto, o grande tema articulador de sua obra não fora a desigualdade entre as raças, mas a crítica à centralização monárquica e seu correlato ideal igualitário¹⁶. Neste sentido, seu esforço intelectual buscava estabelecer alguma forma de hierarquia própria aos tempos democráticos. Se, conforme sugeriu Evans-Pritchard, “A proclamação da igualdade fez explodir um modo de distinção centrado no social, mas que misturava indistintamente aspectos sociais, culturais, físicos¹⁷”, o *Essai* fora a colaboração de Gobineau em direção à formulação de um critério racial capaz de fundar a diferença entre homens tornados iguais.

Dentre as diversas razões para o insucesso do livro, destaca-se o flagrante pessimismo subjacente à sua concepção de miscigenação. Afinal, ele afastava-se tanto da perspectiva racialista otimista, que via na mistura a possibilidade de universalização dos valores ocidentais, quanto de sua

13 – Doravante, apenas *Essai*.

14 – GAHYVA, Helga. *O inimigo do século: um estudo sobre Arthur de Gobineau* (1816-1882). Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2012, p. 74.

15 – GAHYVA, Helga, *op. cit.*, 2012, p. 107-119.

16 – GAHYVA, Helga, *op. cit.*, 2012, p. 58.

17 – EVANS-PRITCHARD, Edward, *apud* DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 314.

versão cética, que a condenava. Segundo ele, a fusão étnica explicaria simultaneamente a ascensão e a queda das civilizações. Trata-se de processo irreversível em estado já avançado: a humanidade caminharia em direção à ruína.

Gobineau atribuía exclusivamente a uma variedade específica da raça branca, a ariana, uma *lei de atração* que a impelia à miscigenação. A história do desenvolvimento e da falência das diversas civilizações que povoaram o globo teve sua gênese na Sogdiana, na Ásia Central, e no Punjab, no norte do subcontinente indiano, de onde, guiado por seus penhores para a mistura, dispersou-se esse grupo mundo afora. Movimento inelutável, uma vez que, a despeito de suas qualidades, faltariam aos arianos certas características sem as quais seria impossível a constituição de uma civilização. *Primeira conclusão*: não há civilizações sem a contribuição das três raças humanas.

Mas, reitera-se, a miscigenação era igualmente responsável pelo refinamento das civilizações, pois ela trazia consigo a *degeneração*, princípio de dissolução do corpo social:

Penso, então, que a palavra degeneração, aplicando-se a um povo, deve significar e significa que esse povo não tem mais o valor intrínseco que outrora possuía, porque ele não tem mais em suas veias o mesmo sangue, já que combinações sucessivas lhes modificaram gradualmente o valor; em outras palavras, ainda que mantendo o mesmo nome, ele não conservou a mesma raça que seus fundadores; enfim, que o homem da decadência, aquele que chamamos homem degenerado, é um produto diferente, do ponto de vista étnico, do herói das grandes épocas. [...] Os elementos heterogêneos que predominam nele compõem, apesar de tudo, uma nacionalidade inteiramente nova e deveras desencontrada em sua originalidade; ele não mais pertence àqueles que ainda chama de país, a não ser de modo muito colateral. Ele morrerá definitivamente, e sua civilização com ele no dia em que o elemento primordial se encontrará tão subdividido e afogado nesses aportes das raças estrangeiras, no dia em que a virtualidade desse elemento já não exercerá uma ação suficiente. Ela não desaparecerá, certamente, de maneira absoluta; mas, na prática, ela estará tão enfraquecida, que sua força se tornará cada vez menos sensível, e é nesse

momento que a degeneração poderá ser considerada como completa, e todos os seus efeitos aparecerão¹⁸.

Para comprovar suas hipóteses, ele procurou demonstrar que, se aqueles agrupamentos humanos merecedores, em sua interpretação, do epíteto de civilização, contaram, em sua formação, com a presença do elemento ariano, contemporaneamente esse grupo estava virtualmente extinto. Eis a singularidade dos tempos atuais: desta feita, comprometera-se a heterogeneidade. As combinações étnicas, agora indomáveis e unívocas, nivelaram aquilo que, outrora, mantivera-se múltiplo. A moderna civilização europeia convertera-se n'a *era da unidade*, versão gobiniana para o fim da história:

[...] o último termo da mediocridade em todos os gêneros: mediocridade de força física, mediocridade de beleza; mediocridade de aptidões intelectuais, podendo-se quase dizer “vazio”. Esta triste herança, cada um possuirá uma porção igual; motivo algum existe para que um tal homem tenha um lote mais rico que um tal outro; [...] todos os homens se parecem. [...] Eles terão a mesma dose de forças físicas, direções idênticas em seus instintos, medidas análogas em suas faculdades, e este nível geral, mais uma vez, será a mais revoltante humildade¹⁹.

Segunda conclusão: a hierarquia racial de Gobineau naufragou no seu próprio imobilismo, pois se o ímpeto regenerador ariano remonta a épocas pretéritas, não poderia fundamentar um princípio de distinção no presente. Ciente da impossibilidade, ele transitou da hierarquia racial à individual, substituindo sua concepção de nobreza de raça por outra mais ampla – e talvez exequível: a nobreza espiritual.

O deslocamento é visível em *Les Pléiades*, romance publicado em 1872, onde ele aderiu à ideia segundo a qual “não há mais classes, não há mais povos, mas somente, em toda Europa, certas individualidades

18 – GOBINEAU, Arthur de. *Œuvres*. Tomo I. Paris: Gallimard, 1983a, p. 162-163.

19 – GOBINEAU, Arthur de, *op. cit.*, 1983a, p. 1164.

que boiam na superfície como fragmentos sobre um dilúvio²⁰”, aqueles a quem o autor denomina “*fiis de roi*”²¹.

Esse critério de distinção, todavia, levou o francês a nova encruzilhada. Se ele admitia a presença de vigorosas individualidades em um mundo gradativamente medíocre, um “ser de elite” carecia de missão regeneradora; sua tarefa era para consigo próprio²². Não havia salvaguardas quanto ao futuro: a probabilidade era a de que os “*fiis de roi*” se tornassem progressivamente incomuns ou, mais radicalmente ainda, condenados à extinção. A hierarquia individual de Gobineau incorria naquele obstáculo que fora insuperável no *Essai*: a falta de representantes.

Sua busca por outro princípio hierárquico o conduziu a *Histoire de Ottar Jarl, pirate norvégien, conquérant du pays de Bray en Normandie et de sa descendance*²³, último livro do autor, editado em 1879, onde ele narrava suas supostas memórias genealógicas. Trata-se de combinar os critérios racial e individual para conformar derradeira tentativa de fundar uma distinção no mundo dos iguais: a hierarquia familiar.

Gobineau tentava escapar tanto da generalidade de um fundamento racial hodiernamente ineficaz, quanto do individualismo atomista subjacente às pessimistas conclusões de *Les Pléiades*. Enquanto o *Essai* garantia que o homem existia somente como componente de sua raça e, naquele romance, ele apenas resistia à animalidade fechado em si mesmo²⁴, a síntese viria em *Ottar Jarl*: seria na qualidade de membro da família que o homem obteria significado.

O novo princípio de distinção, contudo, comprometia-se em seu nascedouro. Segundo Arthur de Gobineau, era ele o último exemplar de sua

20 – GOBINEAU, Arthur de, *apud* GAULMIER, Jean. Les Pléiades: notice. In: GOBINEAU, Arthur de. *Œuvres*. Tomo III. Paris, Gallimard, 1983b, p. 934.

21 – GOBINEAU, Arthur de, *op. cit.*, 1983b.

22 – GAHYVA, Helga. Em Burbach eu sou amigo do rei: um estudo sobre *Les pléiades* (1874), de Arthur de Gobineau”. In: *Escritos*: Revista do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, ano 2, nº 2, p. 283-300, 2009.

23 – Doravante, apenas *Ottar Jarl*.

24 – GOBINEAU, Arthur de, *op. cit.*, 1983b, p. 18-19.

linhagem. Em sua autoatribuída qualidade de *filz de roi*, o francês não nomeava sucessores. *Ottar Jarl*, a seu modo, ratificava as conclusões do *Essai*: a inviabilidade de regeneração trazia consigo a *era da unidade*. Por isso, a hierarquia era necessariamente provisória. Assim, em sua última obra, ele aderiu irrevogavelmente à resignação e, por meio de sua ficção familiar, assegurava a inevitável decadência da nobreza ariana.

O triplo esforço de Gobineau representa momentos diversos e consecutivos de uma obra que se constitui como espécie de “epopeia da decadência²⁵”. Para os fins do presente artigo, interessa resgatar, por trás de suas tentativas de estabelecer novos princípios hierárquicos no mundo moderno, a feição do protagonista de sua narrativa: o derrotado herói ariano.

Já sabemos que ele é dotado de uma lei de atração que o leva a romper com “o espírito de isolamento [...] inerente à espécie humana²⁶”. Superando a homogeneidade racial originária, o ariano tempera suas limitações com qualidades próprias aos outros grupos étnicos. Seu extraordinário instinto de liberdade, por exemplo, apesar de reiteradamente elogiado por Gobineau, continha em si os germens da anarquia. Se a ânsia de independência tornava-o pouco afeito a princípios de autoridade fundados em valores racionais e abstratos, ao fundir-se com a raça amarela, adquiria certo senso de utilidade inatingível ao puro ariano; ao unir-se ao negro, por outro lado, desenvolvia o ímpeto imaginativo propulsor do florescimento artístico.

Seguindo o “paradoxo trágico²⁷” da miscigenação, a saudável contenção do espírito guerreiro, necessária para a vida associativa, comprometia, paulatinamente a mais destacada característica ariana: a coragem

25 – DREYFUS, Robert. Le cas Gobineau: Gobineau est-il responsable de Hitler?. *Revue de Paris*, vol. 5, p. 595, set. 1933; GAHYVA, Helga. A epopeia da decadência: um estudo sobre o *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), de Arthur de Gobineau. In: *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro: v. 17, nº 3, p. 501-518, 2011.

26 – GOBINEAU, Arthur de, *op. cit.*, 1983a, p. 166.

27 – TAGUIEFF, Pierre-André. *La couleur et le sang: doctrines racistes à la française*. Paris: Mille et une nuits, 2002, p. 51.

enérgica. Mas se o destino da marcha rumo à fusão étnica – a degeneração – era inexorável –, sua dinâmica processual permitia a identificação de certo “ponto ótimo”.

Conforme dito mais acima, a despeito das intenções de Gobineau, interessa-nos interpretar sua obra – e o *Essai*, especificamente – como reação à democracia²⁸. Já discutimos, em outros trabalhos, como a tradição germanista, própria ao liberalismo aristocrático francês do século XVIII, encerra uma reflexão que informou simultaneamente os pensamentos liberal e racista do século XIX²⁹. Como nota Aron³⁰, foram Alexis de Tocqueville e Gobineau, respectivamente, seus derradeiros representantes. Guardadas suas divergências, eles compartilham um legado intelectual estabelecido sobre uma trílice identificação: no eixo negativo, *centralização / igualdade / homogeneidade*; no positivo, *descentralização / liberdade / heterogeneidade*³¹, tal como se observa, de modo exemplar, n’*O Antigo Regime e a Revolução*³²: a formação do Estado francês desenvolveu-se como um lento movimento por meio do qual as liberdades locais, fomentadoras da heterogeneidade social, sucumbiram à sanha igualitária do poder real.

Gobineau reiterava, nos diversos casos de formação e ruína das civilizações que povoam seu tratado sobre as raças, espécie de momento privilegiado – efêmero por princípio – no qual a mestiçagem revelava suas potencialidades positivas. Não obstante as particularidades das distintas civilizações estudadas no *Essai*, as narrativas históricas convergem para um padrão de desenvolvimento marcado por fraco poder central,

28 – Entendida, aqui, no sentido tocquevilliano de “igualdade de condições”. Trata-se, portanto, de forma de igualdade cujo antônimo não é a desigualdade, mas a hierarquia. Cf. TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

29 – GAHYVA, Helga. De Boulainvilliers a Tocqueville: da liberdade como defesa de privilégios à liberdade como defesa de diferenças. In: *Sociologias*, Porto Alegre: n° 31, p. 168-190, 2012.

30 – ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1987, p. 64.

31 – GAHYVA, Helga, *op. cit.*, 2011, p. 506.

32 – TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1987.

preservação das distinções estamentais, monarquia eletiva e hereditária. A estes elementos subjazeria um contrato social entre iguais, por meio do qual os guerreiros arianos reprimiriam seu excessivo gosto pela liberdade, submetendo-se a um restrito e limitado poder comum, mal necessário perante o qual eles se dobravam ponderadamente com fins utilitários.

O instante privilegiado, contudo, fora sempre véspera da fatal degeneração. Em comum aos exemplos analisados por Gobineau, identificamos similar processo por meio do qual as antigas hierarquias soçobravam em face de ideais democráticos. Em outras palavras, aquele abastardamento dos poderes locais, inscrito na história da formação do Estado moderno – a centralização –, cumpria sua obra: a vitalidade e a pluralidade singulares à organização hierárquica cediam seu espaço à ordem igualitária. A decadência de certa civilização não impedia, porém, a emergência de outra. Modernamente, entretanto, comprometeu-se aquela energia ariana capaz de represar as vogas igualitárias. Ao contrário de Tocqueville, para quem era necessário “instruir a democracia³³”, Gobineau recusava a ordem presente, decretando seu breve colapso, e aderiu à idealização de um glorioso e nostálgico passado feudal. “Sou um homem da Idade Média e aí fico”³⁴.

O Bandeirante:

“[...] o mundo de 1934 difere tanto do mundo de 1850 como este do mundo da Idade Média³⁵”, declara Paulo Prado no “Prefácio à 2ª Edição” de *Paulística*. A sentença poderia resumir, hiperbolicamente, o abismo que o separava de Arthur de Gobineau. Não são suas explícitas distâncias, todavia, o alvo do nosso interesse. Ao contrário, pretendemos, nessa sessão, abordar a construção do tipo bandeirante para, a seguir, aproximá-lo ao protagonista do *Essai*.

33 – TOCQUEVILLE, Alexis de, *op. cit.*, 1998, p. 12.

34 – RAEDERS, George (org.). *D. Pedro II e o Conde de Gobineau: correspondências inéditas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938, p. 361.

35 – PRADO, Paulo. *Paulística etc.* São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 50.

Se o francês tinha a ambição de formular uma filosofia da história universalmente válida, os objetivos de Prado eram bem mais circunscritos. Ainda que ele inicie seu mais famoso livro, *Retrato do Brasil*, associando o momento histórico do Renascimento “[...] ao misterioso impulso que de séculos em séculos põe em movimento as massas humanas, após os longos repousos em que as civilizações nascem, se desenvolvem e morrem³⁶”, seu interesse era compreender a formação e os impasses da jovem nação onde nascera, o Brasil. Neste sentido, enquanto Gobineau tentara formular uma teoria geral sobre a miscigenação, a Prado interessava analisar as misturas raciais processadas especificamente em solo nacional. Em outros termos, sua preocupação consistia em analisar quais foram as consequências das fusões étnicas entre portugueses, indígenas e africanos na colônia portuguesa.

Se há controvérsias quanto ao peso atribuído por ele aos fatores étnicos na economia interna de sua obra³⁷, parece haver consenso quanto à forma ambígua com a qual ele tratava o tema racial³⁸. Por um lado, insinuava adesão ao postulado da igualdade entre as raças, afirmando que “[...] o cavalo de batalha de Gobineau [...] é questão que a ciência vem resolvendo no sentido negativo³⁹”. Ao atribuir ao passado escravocrata grande parcela de responsabilidade pelos males da população negra⁴⁰, Prado sugeria que as diferenças raciais não seriam de ordem qualitativa.

36 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 150.

37 – AGUIAR, Isabel Cristina Domingues, *op. cit.*, p. 238; ANDRADE, Yara Rodrigues de. *(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e de Paulo Prado no início do século XX*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2008, 122p., p. 79; BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 143; DINIZ, Cláudio Lúcio de Carvalho, *op. cit.*, p. 11; FERREIRA, Clayton José. *História na Primeira República: perspectivas ético-políticas nos ensaios de Paulo Prado e Manoel Bomfim*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mariana, 2016, 127p., p. 71.

38 – AGUIAR, Isabel Cristina Domingues, *op. cit.*, p. 36; DUTRA, Eliana, *op. cit.*, p. 238; WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 133.

39 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 136. Em “Cristãos-novos em Piratininga”, escrito dois anos antes da publicação de *Retrato do Brasil*, era mais intensa a hesitação de Prado quanto à “controvertida questão das raças”: “A ciência, apesar das suas conquistas modernas, ainda não conseguiu resolver o problema”. PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 130.

40 – PRADO, Paulo, *op. cit.* 1981, p. 88, 99-103, 118, 139.

Por outro ângulo, não era sem reservas que ele avaliava o fenômeno da miscigenação⁴¹. Se todas as raças, isoladamente consideradas, assemelhavam-se em suas possibilidades de desenvolvimento, suas misturas gerariam frutos essencialmente desiguais. Sua convicção fundamentava-se na análise da constituição de dois produtos raciais derivados dos cruzamentos processados durante nossa história colonial: o mulato e o mameluco⁴², produtos da mistura dos portugueses⁴³ com o negro e o índio, respectivamente.

Em seu afã de estabelecer um princípio interpretativo único, a hierarquia racial, Gobineau rechaçou a *doctrine des milieux* no sexto capítulo do primeiro livro do *Essai*, intitulado “Tanto no progresso como na estagnação, os povos são independentes dos lugares que habitam⁴⁴”. Em oposição, era exatamente na importância atribuída aos fatores geográficos que se encontrava o elemento-chave da avaliação de Prado sobre esses dois grupos mestiços⁴⁵.

41 – DINIZ, Cláudio Lúcio de Carvalho, *op. cit.*, p. 6; PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 49; PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 137; VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. In: *Revista Tempo*, Niterói: v. 8, p. 7-22, p. 4, 7, 1999.

42 – Apesar de Prado grafar *mamaluco*, seguimos, aqui, parte expressiva de seus intérpretes, optando por *mameluco*. Sobre o recurso aos dois termos, ver MONTEIRO, Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, p. 9, 1994.

43 – Segundo Prado, o Brasil fora, inicialmente, ocupado pelo português da Renascença: “Nos primeiros tempos, padres e conquistadores vinham da mesma origem, que era essa aventureira época de todas as audácias e em que surgia um mundo novo para a multiforme atividade humana”. PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 102. Esse “tipo perfeito de aventureiro” fora substituído pelo português da decadência. PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 89. Como nota Berriel, “Estavam dadas pois as condições para que surgisse o paulista como uma raça, e isto se deu ao findar o século XVI: em meio ao século, o cruzamento das mencionadas etnias já teria alcançado uma nova expressão étnica. A rapidez desse processo é essencial para a teoria que Paulo Prado está desenvolvendo: afinal, o componente lusitano da nova raça advém do período heroico, camoniano, e não do posterior, decadente e degenerado, como o desenha Oliveira Martins. *Fins do século XVI* significa não apenas o nascimento da raça paulista, mas também o início da decadência dos povos peninsulares”. BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 141.

44 – GOBINEAU, Arthur de, *op. cit.*, 1983a, p. 190.

45 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 73, 212.

O mulato é, essencialmente, o mestiço litorâneo. Localizado nas portas de acesso da vida colonial, originou-se, em grande medida, da mescla do português decadente com o negro degradado pela escravidão. Mesmo sendo, metonimicamente, o protagonista de *Retrato do Brasil*, dada sua condição de representante privilegiado da “mixórdia racial do resto do país⁴⁶” e, portanto, de nosso “povo triste⁴⁷”, Prado, em certo sentido, debruçou-se pouco sobre esse personagem. Em primeiro lugar, por identificar, no país, progressivo movimento de arianização da população⁴⁸. Mas, mormente, porque o mulato, posto que costeiro, é, também, *o outro*.

Ele não é o mameluco. Em oposição a amálgamas raciais descontrolados e, portanto, de mais difícil caracterização, formou-se, no isolamento proporcionado pela imponente Serra do Mar, esse tipo étnico novo derivado, sobretudo – mas não exclusivamente⁴⁹ – a, da fusão do elemento autóctone com o português da Renascença⁵⁰. Ora, se fora Prado um dos principais divulgadores da tese do caráter decadente dos colonizadores lusitanos⁵¹, admitindo, assim, que sua terra natal tenha recebido seu contingente de degredados, sua narrativa não se furtava a identificar, na formação local, “vinte e sete cavaleiros fidalgos [...], tronco primitivo de quase todas as cinquenta e duas famílias paulistas de ascendência conhecida⁵²”. Menos importante, porém, do que a origem social desses pio-

46 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 14.

47 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 17.

48 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 137-138.

49 – Apesar de acentuar, na gênese do tipo paulista, as contribuições das populações indígenas e portuguesas, Prado não se abstém de indicar o aporte de outros grupos: “Do cruzamento do forte sangue português quinhentista, dos franceses, castelhanos e flamengos com as cunhas, o mamaluco surgiu perfeitamente aparelhado para o seu destino histórico. A montanha isoladora dos contágios decadentes do litoral [...] – todos esses fatores conjugados criaram um admirável exemplar humano, belo como um animal castiço, e que só puderam realizar nessa perfeição física os homens da Renascença italiana, quando César Bórgia seduzia o gênio de Maquiavel”. PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 147.

50 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 190; PICOLI, Fabíola. *Terra Roxa e outras terras: modernismo e paulistanidade*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade de Campinas (Unicamp). Campinas, 2008, 162, p. 110; PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 90.

51 – VAINFAS, Ronaldo, *op. cit.*, p. 5.

52 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 74. Ver, também, PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 27-28.

neiros era, em primeiro lugar, o fato de que os descendentes do “tronco de grande linhagem mestiça⁵³” de João Ramalho compartilhavam similar caráter “individualista e anárquico, ávido de gozo e vida livre” que lhes facilitou adaptação à vida colonial⁵⁴. Esse tipo de colono, entretanto, fora logo substituído pelo “português da governança e da fradaria⁵⁵” que, desprovido daquele ímpeto audacioso, permanecera no litoral, misturando-se a “toda a espuma turva das velhas civilizações⁵⁶”. Em contraste, a segregação geográfica manteve São Paulo distante desse elemento “já garfado do germe da decadência⁵⁷”, tornando a região imune ao declínio da metrópole enquanto, em seu interior, gestava-se a mistura do “índio nômade [...] e do branco aventureiro, audacioso e forte⁵⁸”. Se, para ele, “A mestiçagem do branco e do africano ainda não está definitivamente estudada. É uma incógnita⁵⁹”, não lhe restavam dúvidas quanto às qualidades superiores dos mamelucos⁶⁰.

Tema central da reflexão de Prado, a “função seletiva⁶¹” do Caminho do Mar atuara como espécie de “cordão sanitário⁶²”: simultaneamente dificultara o contato da região com os decadentes centros litorâneos⁶³ e permitira a reprodução endogâmica⁶⁴ capaz de equilibrar a mescla racial. Mas os efeitos dessa segregação evidenciavam-se, também e acima de tudo, sob o ponto de vista político: comprovação da existência pretérita de uma “raça paulista⁶⁵”, o mameluco “desprezava as ordens e instruções além-mar para só atender aos seus interesses imediatos e à ânsia de liber-

53 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 29.

54 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 44.

55 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 90.

56 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 26.

57 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 89.

58 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 78.

59 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 138. Como nota Berriel, “Para Paulo Prado, há uma miscigenação ‘certa’, a paulista, da qual não participa o negro, e a outra, brasileira”. BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 209.

60 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 137.

61 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 72.

62 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 133.

63 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 72.

64 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 131.

65 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 79.

dade e riquezas⁶⁶”. É nesse comportamento insubmisso, atrelado àquela combinação entre espírito errante e audacioso, que Prado localiza a gênese do grande herói de sua epopeia:

O bandeirismo é um resultado da localização do paulista no seu altiplano; a sua expansão, como se deu, era fatal e lógica. [...] a bandeira resumiu todas as qualidades e defeitos da raça que se apura na segregação da montanha⁶⁷.

Trata-se, entretanto, de narrativa coletiva. A valorização de certo passado paulista começara nos últimos anos do Império, constituindo-se como estratégia de fazendeiros do Oeste paulista filiados às forças republicanas locais⁶⁸. Iniciava-se, no último quartel do século XIX, um movimento federalista, prenhe de demandas descentralizadoras, que se justificava historicamente por meio da promoção de “uma autovisão construtiva da coletividade regional⁶⁹”, edificada sobre um idílico passado local, no qual os ideais de liberdade seriam diques à tirania governamental⁷⁰. Nesse momento, ainda não emergia plenamente o “culto ao bandeirante⁷¹”, mas já se associava a particularidade paulista à pujança da iniciativa privada⁷² em oposição a “um diagnóstico que identificava os males nacionais como fruto de uma espécie de onipotência estatal⁷³”.

O pesado investimento na construção de uma epopeia paulista ganhou corpo com a criação, em 1894, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)⁷⁴, mas foi nos anos 1910 e 1920, momento no qual

66 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 87.

67 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 60.

68 – QUEIROZ, Maria Isaura de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. In: *Revista USP*, nº 13, p. 78-87, p. 81-82, 1992; TEIXEIRA, Ana Lúcia. Contribuições de *Pau Brasil* para a consagração bandeirante nos anos de 1920. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 29, nº 86, p. 29-44, p. 33, 2014.

69 – FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Unesp, 2002, p. 35.

70 – FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.*, p. 60.

71 – FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.*, p. 48.

72 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 211.

73 – FERRETTI, Danilo J. Zion. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v. 21, nº 41, p. 59-78, p. 62, 2008.

74 – Como nota Waldman, “[...] se o IHGB apresenta uma pretensão totalizante, depois

as diversas singularidades regionais do país tornaram-se via privilegiada de acesso para discutir questões nacionais⁷⁵, que o empenho institucional atingiu seu ápice, transformando o bandeirante em “eixo interpretativo”⁷⁶ da tradição local⁷⁷.

Para dar cabo da tarefa, membros do IHGSP resgataram certa interpretação genealógica da história colonial paulista, elaborada ao redor do último quartel do século XVIII, dedicada à construção de uma identidade regional positiva⁷⁸. Mesmo sem utilizar o termo “bandeirante”, essa literatura linhagística, desprezada durante boa parte da centúria posterior⁷⁹, criava uma “imagem lendária”⁸⁰ capaz de fundamentar uma narrativa al-

dele surgem diferentes institutos históricos com falas marcadamente regionais, como é o caso do IHGSP”. WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 93. A autora ressalta, também, o elo entre a família Prado e esse instituto. WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 108.

75 – MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992, p. 79; FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.*, p. 64; WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 106.

76 – TEIXEIRA, Ana Lúcia, *op. cit.*, p. 33.

77 – “As razões para essa recuperação mítica podem ser encontradas na cena econômico-social da época, marcada por uma crise do café e das oligarquias a ele ligadas. Pode-se dizer que a oligarquia cafeeira começa a enfrentar uma crise imposta por uma sociedade que ela mesma ajudara a desenvolver. São Paulo, nesse período, passa a concentrar não só proprietários industriais de origem estrangeira, como também uma grande população operária que, a partir de 1917, intensifica as greves por melhores condições de trabalho, levando ao centro do debate político a questão social. Em uma espécie de resposta a essas transformações em curso, vemos aflorar um forte sentimento de ancestralidade e pertencimento, que se vale da imagem do bandeirante” WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 178.

78 – “Na segunda metade do século XVIII, três indivíduos aparentados, dois deles paulistas e um mineiro de origem paulista, produzem obras que expressam o sentimento de orgulho que os habitantes de São Paulo sentiam das suas origens. São eles Pedro Taques de Almeida Paes, frei Gaspar da Madre de Deus e Cláudio Manuel da Costa. As obras, a *Nobiliarquia Paulistana*, a *Memória Histórica da Capitania de São Paulo* e o poema “Vila Rica”, antecedido de um *Fundamento Histórico*”. MELLO E SOUZA, Laura de. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. In: *Revista de História*, São Paulo: n° 142-143, p. 261-276, p. 274, 2000. Ver, também, ABUD, Katia Maria, *op. cit.*, p. 65-103; SCHNEIDER, Alberto Luiz. A (disputa pela) imagem dos sertanistas de São Paulo na Era Colonial: entre a Lenda Negra e a Lenda Dourada. In: *Revista do IHGSP*, vol. XCVIII, p. 117-136, 2014; FERRETTI, Danilo J. Zion, *op. cit.*, p. 61; WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 178.

79 – ABUD, Katia Maria, *op. cit.*, p. 96.

80 – QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *op. cit.*, p. 80.

ternativa às conotações pejorativas muito frequentemente associadas ao passado da região⁸¹. Em outras palavras,

Com o advento da República, [...] alguns intelectuais e estadistas de São Paulo buscaram redimir o passado paulista de tão má fama. [...] passaram, em seguida, a elevar o bandeirante a uma estatura homérica e a exaltar a mestiçagem que ocorreu no planalto como um dos poucos exemplos na história em que absolutamente tudo deu certo⁸².

Importa, aqui, destacar como esse movimento de reconstrução e louvação da singularidade paulista, protagonizado pelos historiadores do IHGSP⁸³, encontrou eco nas reflexões de Paulo Prado, corroborando sua visão específica da epopeia bandeirante. Nesse sentido, pelo menos dois elementos merecem destaque.

Em primeiro lugar, e retomando a oposição assinalada mais acima, a defesa do mameluco como produto de uma mestiçagem apropriada envolveu processo de desqualificação do mulato⁸⁴. Sob o ponto de vista da produção institucional do IHGSP, isso significou total desinteresse sobre a história da tradição escravocrata na região⁸⁵. Mas o outro lado da construção desse “símbolo da pujança paulista”⁸⁶ também pode ser evidenciado no discurso de desvalorização da capital federal construído, à época,

81 – MELLO E SOUZA, Laura de, *op. cit.*, p. 275; MOTTA, Marly Silva da, *op. cit.*, p. 34; PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 84; SCHNEIDER, Alberto Luiz & MARTINS, Renato. A expansão paulista em Afonso de Taunay e Sérgio Buarque de Holanda. In: *Revista de História*, São Paulo, nº 178, p. 1-27, p. 3, 2019.

82 – MONTEIRO, John Manuel, *op. cit.*, p. 79-88, p. 83.

83 – Dentre os diversos membros da instituição dedicados ao estudo do passado bandeirante, destacam-se três nomes: “[...] Taunay procurou se distinguir como o descobridor de documentos e o estudioso da epopeia das bandeiras; Ellis Junior como o estudioso da formação da ‘raça paulista’ e Alcântara Machado como o analista dos costumes”. DELLA VALLE, Franco. *Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2015, 159p., p. 13. Conforme ressalta Queiroz, “Por nascimento ou aliança, pertenciam todos eles a velhas famílias paulistas, e seus trabalhos manifestam, explícita ou implicitamente, claro orgulho de linhagem”. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *op. cit.*, p. 82.

84 – MONTEIRO, John Manuel, *op. cit.*, p. 87.

85 – FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.*, p. 147.

86 – WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 118.

por parte dessa intelectualidade local⁸⁷. Afinal, se São Paulo originara-se de mistura racial privilegiada, condicionada pelo isolamento geográfico, o Rio de Janeiro, cidade litorânea, fora povoada pelos herdeiros de portugueses identificados com o “parasitismo do Estado peninsular⁸⁸” e negros submetidos à escravidão. Enquanto a Serra do Mar preservava aquela terra dos desmandos governamentais, o carioca acostumara-se, sobretudo – mas não exclusivamente – a partir da transferência da corte portuguesa para o Novo Mundo, aos efeitos deletérios da onipresença estatal, tornando-se refratário ao “*ethos* individualista do ‘homem econômico⁸⁹’”.

Em consonância com essa narrativa, Prado apresentou sombrio panorama da vida colonial no qual a degradação das principais cidades – e do Rio de Janeiro, em particular⁹⁰ – era diretamente proporcional à facilidade de contatos com o mundo exterior. Os ares da vetusta metrópole absolutista, somados aos efeitos nocivos do intenso do tráfico negreiro, fomentaram a passividade das mestiças populações litorâneas. Síntese mal-acabada de diversas e desorganizadas determinações étnicas e culturais, o mulato tornava-se, em *Retrato do Brasil*, representante privilegiado do “organismo precocemente depauperado⁹¹” cuja tristeza conferia tom ao caráter nacional brasileiro.

Fora da órbita do poder público, e em confronto com a natureza hostil, o mameluco formou-se em ambiente onde “tudo se deve à iniciativa privada⁹²”. Em contraste com o espírito anestesiado dos habitantes das regiões costeiras, o caldeamento racial gestado no planalto paulista, distante dos “contágios decadentes da raça descobridora⁹³”, plasmou, já em fins do século XVI⁹⁴, um tipo étnico cuja principal característica, a ânsia de independência, tornou o bandeirante espécie de “baluarte da resistên-

87 – MOTTA, Marly Silva da, *op. cit.*, p. 94-102. Como nota Abud, o movimento de desqualificação estendia-se a outras províncias. ADUD, Katia Maria, *op. cit.*, p. 117.

88 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 134.

89 – MOTTA, Marly Silva da, *op. cit.*, p. 92, 99-100.

90 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 119.

91 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 113.

92 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 144.

93 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 72.

94 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 79.

cia contra as pretensões de mando da metrópole⁹⁵". O isolamento, assim, convertia-se em autossuficiência⁹⁶.

Em segundo lugar, Prado compartilhava com seus contemporâneos do IHGSP o investimento na construção de uma imagem lendária do bandeirantismo capaz de estabelecer um elo histórico entre a particularidade paulista e a constituição da nacionalidade. Se os insubmissos desbravadores dos sertões teriam sido os grandes responsáveis pela conquista e integração da vasta colônia lusitana nos trópicos⁹⁷, justificar-se-ia a pretensão de torná-los símbolo simultaneamente regional e nacional⁹⁸. O mito bandeirante permitia vertebrar, a partir de São Paulo, um projeto nacional⁹⁹.

Mas se Prado assegurava que "A história do que se chamou a 'expansão geográfica do Brasil' não é, em sua quase totalidade, senão o desenvolvimento fatal das qualidades étnicas do tipo paulista¹⁰⁰", pouco acrescentando, no que diz respeito à gênese desse personagem, ao imaginário corrente do bandeirantismo¹⁰¹, distanciava-se das versões canônicas elaboradas no seio IHGSP ao introduzir, na sua narrativa, o tema da decadência¹⁰². Os bandeirantes, segundo ele, carregavam consigo os germens de sua própria destruição¹⁰³.

Crepúsculo dos (semi)deuses

No prefácio à primeira edição de sua obra inaugural, *Paulística*, Paulo Prado apresenta o esquema interpretativo em linha curva por meio do qual compreende a trajetória da história paulista e, por derivação, nacional:

95 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 60.

96 – SCHNEIDER, Alberto Luiz, *op. cit.*, p. 120.

97 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 172, 105-106.

98 – WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 118.

99 – ABUD, Katia Maria, *op. cit.*, p. 25, 123; BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 143, PICOLI, Fabiola, *op. cit.*, p. 110-111; TEIXEIRA, Ana Lúcia, *op. cit.*, p. 35.

100 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 87.

101 – TEIXEIRA, Ana Lúcia, *op. cit.*, p. 35.

102 – FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.*, p. 317.

103 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 152.

Curva ascensional, culminando na expansão colonizadora e mineira do século XVIII [...]; curva descendente, resultante do despovoamento provocado por conquistas e minas, atingindo a degradação política, moral e física dos tempos dos governadores capitães-gerais, em que na miséria extrema da província morria vergonhosamente a glória do paulista antigo; curva ascendente para se elevar de novo ao renascimento econômico dos dias de hoje. Nessas oscilações, se continuaram vivos e fortes alguns traços característicos, como a energia sempre rediviva nas lutas pela riqueza, outras virtudes desapareceram, como o anseio de independência, a altivez inquieta e indômita do antepassado piratiningano¹⁰⁴.

Assim como o ariano descrito por Gobineau, o mameluco de Prado, convertido em bandeirante, é dotado de caráter expansivo, pouco interessando à discussão aqui eleita o fato de o primeiro ser apresentado como tipo étnico “puro” e, o segundo, como já derivado de fusões raciais. Importa perceber como, em ambos os casos, eles são impelidos para fora de seus lugares de origem, misturando-se a outros povos. Conforme visto mais acima, para o francês, encontra-se nesse espriamento a chave última para a criação das civilizações; já o brasileiro, atribuía ao seu protagonista certa “necessidade inelutável¹⁰⁵” que lhe convertera no “herói providencial¹⁰⁶” capaz de cumprir a árdua tarefa histórica de integração nacional¹⁰⁷. Nos dois casos, todavia, o amplo exercício dessas virtudes os conduzia à bancarrota.

Assim como fora o ariano vítima de suas próprias qualidades, o bandeirante perecera “pelo próprio excesso do esforço¹⁰⁸”: “Por um fenômeno histórico tantas vezes repetidos, a própria expansão colonizadora do gênio de um povo veio ferir de morte as forças vivas da sua existência e desenvolvimento¹⁰⁹”. A batalha pela interiorização do Brasil, assegurava Prado, tivera como contraface inevitável o rompimento da segregação

104 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 59-60.

105 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 136.

106 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 147.

107 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 79.

108 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 46.

109 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 72.

que insulava os paulistas nos limites da Serra do Mar. Os filhos mais audazes da região foram exatamente aqueles que, de forma mais intensa, se dedicaram às expedições desbravadoras em busca da fortuna prometida pelas minas. Munidos de “riqueza ancestral”, sintoma do “dinamismo formidável da raça¹¹⁰”, tiveram seus predicados paulatinamente esgotados à medida que abandonavam seu torrão natal e, sedentarizando-se alhures, se misturavam às populações locais¹¹¹. “Se grande no isolamento, São Paulo tornou-se, pelo contato, semelhante ao Brasil¹¹²”.

Por um ângulo, a expansão paulista privava a “velha Piratininga dos tempos heroicos¹¹³” de seus mais resolutos membros¹¹⁴. Por outro, e decisivo lado, o bandeirante, outrora submetido às suas próprias leis, tornava-se, efetivamente, súdito da Coroa. Doravante contaminado pela atmosfera deteriorada emanada do absolutismo metropolitano, ele se convertia, durante o “nefasto século XVIII¹¹⁵” no “paulista da decadência¹¹⁶”.

Tanto para Gobineau, quanto para Prado, o ocaso do tipo étnico privilegiado coincide com sua subordinação ao poder central. Nesse processo, a submissão das linhagens ao nivelamento compromete a chama do patriotismo local. Para o primeiro, o sentimento de apego ao lugar de origem corresponde à antítese da nacionalidade: seu conceito de pátria envolve a reatualização daquele patriotismo rústico e local¹¹⁷ simultaneamente suplantado e recriado, no decorrer do século XVI, no processo de consolidação do Estado nacional francês¹¹⁸. Trata-se, segundo Gobineau, de caminho sem volta: a inexorável centralização transformara definiti-

110 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 46.

111 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 150-151.

112 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 197.

113 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 61.

114 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 157.

115 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 61-62. Ver, também, PRADO, Paulo, *op. cit.*, 1981, p. 72.

116 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 90.

117 – Trata-se da *petit patrie* que “[...] evoca a terra, os mortos, a terra, esse grande ossuário de mortos”. FEBVRE, Lucien. *Honneur et patrie*. S/L: Perrin, 1996, p. 144.

118 – ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 232.

vamente aquele patriotismo dantes associado à herança familiar em sentimento de fidelidade ao rei¹¹⁹.

Já o paulista, nos anos 1930, clamava pelo “justo equilíbrio das forças centrípetas e centrífugas¹²⁰”: evitar o “desastre final¹²¹” implicaria reconhecer e incentivar a diversidade regional brasileira, de modo que o “orgulho comum da história pátria” convivesse com o “amor da independência local e da autonomia [...]”. Duas fidelidades, dois patriotismos¹²².

O pleito de Prado parecia sugerir certa dimensão propositiva, entretanto raros são os intérpretes de sua obra¹²³ que nela identificam efetiva possibilidade de superação dos dilemas nacionais. A maioria, em oposição, destaca seu pessimismo¹²⁴, interpretando até mesmo seu famoso e pouco claro apelo à revolução¹²⁵, no *Post-Scriptum a Retrato do Brasil*, como mero “recurso metafórico¹²⁶”.

Em seu último escrito, o “Prefácio à 2ª edição” de *Paulística*, ele, de fato, afirmava não ter percebido “no aparente anulamento das virtudes cívicas do piratiningano, a mesma hibernação que já assinalara no sinistro período dos governadores do século XVIII¹²⁷”. Por isso, na tiragem de 1925, Prado identificara a degeneração e posterior extinção da aristo-

119 – GAHYVA, Helga, *op. cit.*, p. 117-118.

120 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 54.

121 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 53.

122 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 54.

123 – FERREIRA, Clayton José, *op. cit.*, p. 73; GAIO, Henrique Pinheiro Costa. Entre passado e futuro: pessimismo e ruína em Retrato do Brasil de Paulo Prado. In: *Revista Maracanã*, nº 16, p. 169-187, p. 170-173, jun. 2017.

124 – CALIL, Carlos Augusto, *op. cit.*, 2009, p. 141; LEITE, Dante Moreira de. *O caráter nacional brasileiro*: história de uma ideologia. São Paulo: Ed. UNESP, 2002, p. 352; PRADO, Maria Emília. Leituras da colonização portuguesa no Brasil do século XX. In: *Revista Intellectus*, ano 5, vol. 1, p. 1-14, p. 7, 2006; SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 119; 1970:29; WALDMAN, Thais Chang, *op. cit.*, p. 142-144.

125 – NOGUEIRA, Marco Aurélio. Paulo Prado: Retrato do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*: um banquete no trópico. São Paulo: Senac, 2004, p. 191-213, p. 209-210.

126 – DUTRA, Eliana, *op. cit.*, p. 247.

127 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 48-49.

cracia rural, “último reduto do tipo ancestral¹²⁸”. Em São Paulo, a onda migratória, gêmea do industrialismo cosmopolita, substituíra “o laço íntimo e profundo que liga ao solo¹²⁹” por uma “massa gregária¹³⁰” alheia aos destinos coletivos. Em outras palavras, ele narrava o canto do cisne do tipo paulista, “épigono prestes a desaparecer¹³¹” devido à sua diluição progressiva no pujante caldeamento étnico que formaria, mais cedo ou tarde, uma nova raça.

A mudança de tom de uma edição a outra pode ser analisada, entretanto, menos como um efetivo laivo de otimismo de um autor cuja obra já foi definida como “o avesso de um paradigma do nacional¹³²”, do que como impacto da Revolução Constitucionalista de 1932. Essa é, por exemplo, a interpretação de Calil, para quem o prefácio de 1934, “é obra de um desencantado¹³³”.

Considerações finais

Compreender a frustração de Prado envolve resgatar suas afinidades eletivas com Gobineau, sugeridas na introdução desse artigo. A título de conclusão trata-se, agora, de ilustrar a hipótese segundo a qual tanto o ariano, quanto o bandeirante, são construções históricas capazes de revelar certa “índole aristocrática¹³⁴” compartilhada pelos dois autores.

Vimos como, no *Essai*, os diversos casos de ascensão e queda das civilizações convergem para uma narrativa específica: a uma organização social aproximada a uma particular idealização da época medieval, segue-se a introdução de elementos exógenos nos temas de natureza pública. A heterogeneidade derivada do poder local conferido às distintas estirpes soçobrava em face da missão unificadora típica da construção do moderno Estado-nação ocidental. Nesse processo, a massa se ergueria à

128 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 90.

129 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 90.

130 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 253.

131 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 91.

132 – DUTRA, Eliana, *op. cit.*, p. 247.

133 – CALIL, Carlos Augusto, *op. cit.*, 2004, p. 27.

134 – BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas, *op. cit.*, p. 10.

custa das grandes famílias e, conseqüentemente, a linhagem sucumbiria à igualdade¹³⁵. Por isso, nem o elo genealógico estabelecido, pelo diplomata francês, entre ele e *Ottar Jarl*, tem qualquer potencial regenerador: ao se constituir como seu derradeiro descendente, o vigor ariano pereceria no túmulo de Gobineau.

Ora, Prado, igualmente, se colocava em relação de ancestralidade com seu personagem bandeirante¹³⁶. Em um momento histórico no qual São Paulo fora invadida por novos e múltiplos atores sociais, ele filiava-se a uma historiografia que reivindicava exclusivamente para a aristocracia rural vinculação ao heroico passado desbravador¹³⁷. Mas o pesado investimento simbólico não impediu a ascensão social de ádvenas desprovidos de conexão profunda com o solo, elo necessário à criação e à manutenção do caráter coletivo. Ao fim e ao cabo, assim como o sangue ariano, a herança das bandeiras, patrimônio das robustas linhagens, parecia condenada à extinção: se Gobineau antevira a *era da unidade*, Prado assegurava que “Em São Paulo, está prestes a se extinguir, numa mutação de cena, o primitivo quadro em que se desenrolou a sua história¹³⁸”.

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação em abril de 2021

135 – GAHYVA, Helga, *op. cit.*, 2012, p. 16.

136 – CALIL, Carlos Augusto, *op. cit.*, 2004, 15.

137 – FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.*, p. 178-179; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *op. cit.*, p. 84-85.

138 – PRADO, Paulo, *op. cit.*, 2004, p. 210.

DE CNT A TST: O PROCESSO INSTITUCIONAL E NORMATIVO DE CRIAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO (1923-1945)

FROM THE NATIONAL LABOR *COUNCIL* TO THE SUPERIOR LABOR COURT: THE INSTITUTIONAL AND REGULATORY PROCESS FOR THE CREATION OF LABOR COURTS (1923-1945)

MARIA PIA GUERRA¹

RAFAEL LAMERA GUESTA CABRAL²

Resumo:

A criação da Justiça Trabalhista no regime Vargas, além dos motivos amplamente conhecidos, decorreu da negociação entre burocratas do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) e juristas que guardavam as fronteiras do judiciário. O artigo parte da documentação do CNT e do Supremo Tribunal Federal para identificar três fases da transformação do órgão administrativo em judicial. Conclui que a acomodação institucional associou estratégias de sobrevivência política a parâmetros normativos de justiça decorrentes de uma cultura jurídica comum. Socialização do direito levou a uma ampliação dos poderes de interpretação da magistratura. Corporativismo recebeu, no mundo do direito e do judiciário, contornos vinculados menos à representação classista e mais ao acesso à justiça e ao controle estatal da demanda dos trabalhadores.

Palavras-chave: Justiça do Trabalho; Conselho Nacional do Trabalho; corporativismo.

Abstract:

In addition to widely known factors, the creation of Labor Justice Courts in the Vargas regime resulted from negotiations between bureaucrats from the National Labor Council (CNT) and legal experts who guarded the boundaries of the judiciary. The article draws on documentation from the CNT and the Supreme Court to identify three phases of conversion of the administrative body into a judicial one. We conclude that, in the process of institutional adjustment, political survival strategies were associated with normative parameters of justice stemming from a common legal culture. The socialization of law led to an expansion of the power of interpretation of the judiciary. In the world of law and judiciary, corporatism received contours linked less to class representation and more to access to justice and state control of the workers' demands.

Keywords: Labour Justice; National Labour Council; corporatism.

1. Introdução

Na primeira metade do século XX, a criação de cortes especializadas para as demandas trabalhistas foi um marco para diversos países da América Latina e do mundo. Embora tenham surgido em um contexto específico, estas cortes subsistiram, em sua maior parte, nos anos seguin-

1 – Universidade de Brasília – UnB. E-mail: mpguerra@unb.br.

2 – Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. E-mail: rafaelcabral@ufersa.edu.br

tes e, em alguns casos, como o do Brasil, puderam mesmo ampliar a sua relevância institucional. Elas são, assim, um elemento central não apenas para a história política e história do trabalho, mas também para a formação do estado e das instituições jurídicas.

Este artigo analisa o processo de criação da Justiça do Trabalho a partir das controvérsias relatadas nos processos do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) e do Supremo Tribunal Federal. Divide-se em três partes, relativas às fases de transformação institucional, em ordem cronológica. Na primeira, estão os esforços de consolidação administrativa do órgão, materializados na busca pela efetividade de suas decisões. Na segunda, estão as mudanças pós-Revolução de 1930, que deram condições para a investida em direção à jurisdição. Na terceira, estão as negociações com o Supremo Tribunal Federal, que produziram a conformação final em Justiça do Trabalho.

O CNT foi criado em 1923 como órgão administrativo de apoio aos estudos sobre trabalho e previdência do Governo. Ele foi incorporado à estrutura do Poder Judiciário em 1946, como Tribunal Superior do Trabalho. Em pouco mais de 20 anos, foi responsável pela estruturação da Justiça do Trabalho, produzindo mais de 50 mil decisões administrativas em conflitos sobre direito trabalhista e previdenciários. Por ser pouco explorado, o fundo de arquivo do Conselho Nacional do Trabalho – CNT, hospedado no Tribunal Superior do Trabalho – TST, tem permitido aos pesquisadores ampliar os programas de pesquisa no levantamento de dados empíricos e assim revisitar as narrativas institucionais sobre a Justiça do Trabalho e as teorias consolidadas no mundo do trabalho.

A explicação histórica para este processo de criação de cortes trabalhistas tem conjugado, na literatura, uma série de fatores. Parte da historiografia social do trabalho no Brasil, que tradicionalmente relaciona os movimentos sociais e políticos mais amplos aos do mundo do trabalho, destaca a luta dos trabalhadores e a atuação da burguesia, em detrimento de uma história essencialmente focada em aspectos normativos ou institucionais. Desde os anos 2000, mais ainda, esta literatura tem se benefi-

ciado da ampliação das abordagens empíricas e da ampliação de acessos a fundos de arquivos para novas interpretações e problematizações sobre o mundo do trabalho. Os destaques são os historiadores Angela de Castro Gomes³, Fernando Teixeira da Silva⁴, Samuel Fernando de Souza⁵, Magda Barros Biavaschi⁶ e Clarice Gontarski Speranza⁷, que produziram uma historiografia capaz de registrar que a Justiça do Trabalho foi o resultado de um longo trajeto de conflitos sociais⁸, de ampliação e restrição ao direito de greve e tantos outros direitos, assim como da circulação mundial de ideias como a corporativismo⁹, em um movimento amplo e complexo que tem em Getúlio Vargas uma autoria a ser sempre problematizada.

Sem olvidar das contribuições destes autores, este artigo busca destacar alguns outros fatores que parecem ainda pouco problematizados. O primeiro decorre das práticas da história da formação do Estado. Concentrando-se nas últimas décadas do século XIX até as primeiras décadas do século XX, esta historiografia explica as transformações sociais do período a partir da formação de elites burocráticas e de *experts* dentro dos nascentes órgãos da administração pública¹⁰. Embora seus autores

3 – GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005; GOMES, A. de C.; SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

4 – SILVA, F. T. da. *Trabalhadores no Tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2019.

5 – SOUZA, S. F. de. *Coagidos ou subordinados: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade de Campinas, 2007; SOUZA, S. F. de. “A questão social é, principalmente e antes de tudo, uma questão jurídica”: o CNT e a judicialização das relações de trabalho no Brasil (1923-1932). *Cadernos AEL: Trabalhadores, leis e direitos*, Campinas: v. 14, n. 26, 2009.

6 – BIAVASCHI, M. B. *O direito do trabalho no Brasil – 1930-1942: construindo o sujeito de direitos trabalhistas*. 1ª ed. São Paulo: LTR, 2007.

7 – SPERANZA, C. G. *Cavando Direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.

8 – GOMES, A. de C. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. 2. ed. São Paulo: 7 Letras, 2014.

9 – GENTILE, F. O fascismo como modelo: incorporação da “carta del lavoro” na via brasileira para o corporativismo autoritário da década de 1930. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 1, p. 84, 19 jun. 2014.

10 – ZIMMERMANN, Eduardo. *Los liberales reformistas: La Cuestion Social En La Argentina, 1890-1916*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995. Para uma avaliação

tenham se detido pouco na temática laboral, parece-nos que o destaque para uma dinâmica institucional interna permite compreender alguns aspectos centrais para o processo de expansão estatal da temática e de consolidação de um órgão administrativo, como era o Conselho Nacional do Trabalho¹¹.

O segundo fator decorre das práticas da história do direito. Esta historiografia tem dialogado com a história social nos últimos anos na forma de uma valorização das fontes judiciais¹². Este artigo busca contribuir para o tema no uso destas fontes, mas principalmente no destaque aos aspectos da autonomia do direito neste processo, que se mostraram presentes no âmbito da negociação administrativa e judicial que definiu os pressupostos normativos da recriação de um órgão administrativo em órgão judiciário.

Na conjugação destas duas tradições historiográficas, como buscaremos mostrar, vê-se um longo trajeto de acomodação entre os integrantes das duas instituições para a criação da justiça trabalhista, um processo de aproximação entre os interesses do órgão administrativo e os interesses dos órgãos judiciais que seguia parâmetros *normativos* de justiça estabelecidos na tradição do direito. Esta tradição, por certo, estava em mudança acelerada em direção a um perfil *social*, resultado da confluência dos movimentos teóricos jurídicos da *socialização do direito* e do corporativismo, reorganizados a partir das balizas varguistas desde a Revolução de 1930. Deste modo, o processo de criação da justiça trabalhista foi tanto um produto como uma instância produtora destas transformações mais amplas do mundo jurídico.

da metodologia interna utilizada pelo autor, ver BOHOSLAVSKI, E. El Estado argentino y sus políticas públicas (1880-1943): algunas discusiones historiográficas. *Sociedad y economía*, v. 26, 2014.

11 – Exemplo próximo desta historiografia é o trabalho já referido de Samuel Fernando de Souza. Já exemplo que a conjuga com a historiografia social pode ser visto na excelente coletânea FINK, L.; PALACIO, J. *Labor Justice across the Americas*. Champaign: University of Illinois Press, 2018.

12 – LARA, Silvia H.; MENDONÇA, Joseli N. (Org.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de História Social*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

O artigo pretende demonstrar que o resultado foi uma síntese, na qual conflitos trabalhistas passavam a ter resposta institucional, dentro, porém, de parâmetros já consolidados pela comunidade jurídica, apenas parcialmente modificados para a inclusão de direitos sociais. Neste ponto, a aproximação entre as duas formas institucionais, a administrativa e a judicial, que levou à incorporação do CNT na estrutura do Poder Judiciário, pode ser descrita como um processo de espelhamento ou simetria. Com isso, queremos dizer que uma mesma sensibilidade jurídica perpassou e aproximou ambas as instituições, na medida em que advogados e juristas que compunham uma rede aproximada pelo uso da mesma linguagem e forma decisória transitavam entre as duas instituições¹³. Tal sensibilidade pode mesmo ser qualificada aqui como uma *cultura jurídica*, da qual participavam os profissionais treinados nas faculdades de direito e nas organizações judiciais¹⁴. Esta cultura decorria em parte da comunhão por meio de laços de uma mesma rede de contatos, que advinha de faculdades de direito e atividades profissionais comuns, em um mundo ainda pouco complexo, em comparação com os dias de hoje, mas decorria também e sobretudo de uma estratégia comum de formulação de argumentos e distinções a partir de determinado conjunto de fontes jurídicas¹⁵. Estas formas comuns de raciocinar juridicamente por meio de fontes jurídicas textuais levaram a uma progressiva aproximação da atuação dos agentes

13 – HESPANHA, Antonio Manuel. Southern Europe (Italy, Iberian Peninsula, France). In: PIHLAJAMÄKI, H.; DUBBER, M.; GODFREY, M. *The Oxford handbook of European legal history*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

14 – FONSECA, Ricardo Marcelo. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, Curitiba: v. 44, 2006. LOBO, J.; STAUT JR., S. Discussão pública e formação da cultura jurídica: contribuição metodológica à história do direito brasileiro. *Revista Quaestio Iuris*, v. 8, n. 3, p. 1688-1710, 2015. SILVEIRA, M. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de Direito (1936-1943)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

15 – Inspiramo-nos aqui no estudo de Antonio Manuel Hespanha sobre a região sul da Europa. O autor identifica uma prática jurídica comum na região a partir da existência de produções textuais semelhantes, independentemente da existência compartilhada de instituições ou organizações. Embora o estudo original se refira a um outro contexto histórico e geográfico, a hipótese que avançamos aqui é da existência de um processo de aproximação decorrente de produções textuais comuns. HESPANHA, *op. cit.*

nas duas instituições, particularmente em relação às exigências normativas (regras procedimentais, regras probatórias, contraditório, ampla defesa, dentre outras) que seriam pertinentes a uma instância deliberativa que aspirava possuir capacidade de decisão *definitiva* a respeito de controvérsias do mundo do trabalho.

Por fim, argumentamos que este foco na autonomia do direito pode mesmo levar a uma nova percepção sobre o processo de criação da justiça trabalhista. Isso porque o olhar metodológico pelo qual optamos permite perceber os impactos próprios no mundo do direito decorrentes de teorias sociológicas da época, que de outra forma poderiam permanecer relativamente invisíveis. Assim, uma vez associadas às teorias de socialização do direito, as teorias corporativistas – que propunham, por exemplo, a representação classista – produziam dois efeitos particulares. O primeiro efeito diz respeito ao formato da justiça. É possível dizer que o que se arraigou com mais força e de forma mais duradoura nesta justiça não foi a representação classista, mas a ampliação do acesso dos trabalhadores, por meio, dentre outros, do mecanismo da gratuidade processual e da desnecessidade de amparo por advogado. Mais do que a composição das instâncias de deliberação, o corporativismo dentro do judiciário se traduzia pela extensão do poder estatal a grupos de trabalhadores que antes resolviam seus conflitos com os patrões de forma privada. Esta constatação não é distinta daquela trazida por Sônia Draibe, para quem a expansão da intervenção do Estado no período exigiu a concomitante expansão das instâncias de resolução de conflitos sociais – dentre elas o judiciário e as agências federais¹⁶. O que ocorria era uma forma de canalização de novos e velhos conflitos trabalhistas privados para dentro do Estado. O ponto é particularmente interessante se lembrarmos que na história da justiça trabalhista brasileira o elemento dos juízes classistas foi abandonado muito antes do que o elemento da gratuidade processual, modificado apenas na última reforma trabalhista do país.

16 – DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses*: Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

O segundo efeito diz respeito à prática decisória daqueles juízes. É possível dizer que o que teve, novamente, impacto mais amplo e mais duradouro nos ramos do direito como um todo foi a expansão da discricionariedade judicial, mais do que um cuidado ou uma atenção especial às *questões sociais*. As teorias de socialização do direito defendiam uma sensibilidade especial para com a realidade social. Após uma fase inicial mais crítica, no entanto, os juízes, de forma majoritária, apropriaram destas teorias sobretudo os elementos que autorizavam uma maior liberdade de interpretação das regras legais, ou seja, destacaram destas teorias particularmente os elementos de ampliação dos poderes de atuação da magistratura.

O artigo segue uma ordem cronológica, em três etapas, que vão da criação do CNT em 1923 à sua incorporação definitiva ao judiciário, após o fim do Estado Novo.

2. A consolidação administrativa (1923-1930)

Em 1923, após a aprovação da Lei Eloy Chaves, o então presidente Arthur Bernardes criou o CNT, destinado a estudar as questões sociais, superintender as Caixas de Aposentadoria e Pensão e fiscalizar as empresas de seguros para acidentes do trabalho (Decreto 4.682/23 e Decreto 16.027/23). O CNT viria a ser a estrutura embrionária da Justiça trabalhista, convertido em tribunal superior. Antes disso, no entanto, precisaria construir sua legitimidade e autoridade. Este foi o trajeto nos anos 1920.

Originalmente, o órgão não possuía competências normativas ou jurisdicionais, apenas consultivas. Nas palavras do então Ministro Calmon: “a questão social, entre nós, não se manifesta com a mesma acuidade com que se apresenta nos países propriamente industriais, [mas] não se poderia negar a conveniência de, mediante inquéritos conscienciosos, estudar

as condições e os aspectos peculiares ao nosso meio¹⁷”. Não foi à toa, portanto, que limitação foi considerada estratégia diversionista¹⁸.

Ainda nos seus primeiros anos, porém, a legislação inseriu uma ambiguidade nas suas competências. Além de supervisionar as caixas e propor regulamentações, o CNT rotineiramente recebia petições individuais. Mesmo sem autorização legal para medidas concretas, ouvia demandantes e identificava violações. A cada novo caso, argumentamos, os integrantes do CNT não podiam senão pressionar para expandir sua autoridade. A estratégia foi a mimetização dos procedimentos judiciais, facilitada pela circulação de advogados. Antes mesmo de 1930 o órgão já iniciava o processo de acomodação institucional.

A pressão pela autoridade institucional: o papel das multas

Na primeira fase, o CNT enfrentou o desafio de consolidar a sua relevância no arranjo estatal. Devia, por um lado, garantir a eficácia de suas decisões em um campo até então pouco regulado e, por outro, salvaguardar o espaço de atuação diante dos demais poderes.

O caso Virgílio Rodrigues é emblemático dos desafios. Em 1923, a Leopoldina Railway Company negou posse a Virgílio, eleito para o Conselho da Caixa, alegando que ele, detentor de função temporária, não seria ferroviário. O CNT decidiu a favor do empregado, mas a companhia, em reação, o dispensou sem o devido inquérito (art. 42, Decreto 4.682/23). Dessa vez os conselheiros não se pronunciaram, por não possuírem força executória para a decisão. Em 1926, com Virgílio reeleito, mudaram de opinião e mandaram dar posse em 48h. Porém restava o mesmo problema: a lei não “impunha mecanismo de respeito¹⁹”.

17 – ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin. Introdução. *Revista do Conselho Nacional do Trabalho*, n. 1, 1923. ALMEIDA, F. A competência do presidente do CNT e da Câmara de Previdência Social em face do Dec. 3.710/41. *Revista do Conselho Nacional do Trabalho*, n. 11, p. 170, 1942.

18 – OLIVEIRA, Moacyr Velloso Cardoso de. Um pouco de história da previdência social – o Conselho Nacional do Trabalho, suas origens. *Revista de Previdência Social*, Brasília: V. 12, n. 90, p. 269-271, 1988.

19 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Parecer do Procurador Geral no caso

Dilema equivalente ocorreu no caso João Carvalho. O engenheiro recorreu ao CNT contra a demissão sem inquérito pela companhia Estrada Maricá. Tendo a companhia negado a competência ao órgão “meramente consultivo”, os conselheiros inovaram na solução: pediram ao Ministro de Obras Públicas e ao Presidente do Rio de Janeiro que não reconhecessem outro superintendente da Estrada ou presidente da Caixa que não o engenheiro. Aparentemente o esforço foi infrutífero, pois o caso voltou ao pleno para novas providências²⁰.

A dificuldade em impor a própria autoridade dava tom de irritação às falas dos conselheiros. Assim, Oscar Saraiva, procurador adjunto, reclamava dos diversos expedientes da São Paulo Railway para descumprir decisão: “servem apenas para deixar patente o desrespeito”. Deve-se exigir o cumprimento do que lhe foi ordenado em termos claros e inequívocos e com caráter definitivo²¹.

Parte da solução veio em 1926, quando novo decreto reconheceu a competência do CNT para decidir em última instância questões relativas às caixas, ajuizar ações na justiça e, principalmente, impor multas em caso de descumprimento das decisões (art. 55, Dec. 5.106/26).

A partir daí as multas se tornaram o principal mecanismo de autoafirmação²². De fato, para as partes ela era pouco satisfatória: embora alguns reclamantes pedissem que lhes fosse destinada – convertida em indenização *sui generis* – o Conselho decidiu que, por lei, ela reverteria para a Caixa²³. Progressivamente, não obstante, os conselheiros convergiam

Virgílio Affonso. *Revista do CNT*, n. 5, ano 5, p. 3, 138 e 173, nov. 1930a.

20 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso n.º 380/1927. *Revista do CNT*, n. 5, ano 5, p. 98, nov. 1930b.

21 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso n.º 706. *Revista do CNT*, n. 5, ano 5, p. 376, nov. 1930c.

22 – Dizia um conselheiro que “as decisões não se acham amparadas por força coercitiva (...) sendo a única sanção a multa”, cf. Brasil. Conselho Nacional do Trabalho. Processo n.º 5.109/26, 1926a. Existiam limites: só valia para casos de ferroviários (BRASIL, 1931a: 442). Existiam também outras estratégias, como pedir a mediação do ministro. BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Processo n. 9.289/30. *Revista do CNT*, n. 6, p. 296, 1931c).

23 – Decreto 17.941, de 1927. Ver ainda BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Pa-

para a multa²⁴. É este o caminho relatado por Ataúlpho Paiva. Para seu presidente, o CNT seria um órgão administrativo que, mesmo tendo “a aparência de um tribunal”, não exercia coerção sobre indivíduos ou impedia recurso ao judiciário. No entanto, poderia e deveria decidir, assim como impor multas para proteger sua competência²⁵.

A pressão pela competência deliberativa: o papel do peticionamento individual e da simetria judicial

Fosse apenas órgão consultivo, o problema seria menor. Mas por fiscalizar as Caixas, cabia também ao Conselho garantir a estabilidade do ferroviário: após dez anos o ferroviário só seria demitido por falta grave, verificável em inquérito, com recurso ao CNT (art. 42, Decreto 4.682/23; art. 43, Decreto n.º 5.109/26). Este procedimento fez do Conselho um órgão de resolução de dissídios individuais. Empregados demitidos recorriam em massa ao CNT, quanto mais por estarem isentos de custas processuais e da necessidade de um advogado²⁶. Surgiam com as mais diversas questões. Seriam médicos empregados das Estradas também ferroviários²⁷? Com quais parâmetros se comprova uma falta grave²⁸? Assim, além de pressionarem para uma resposta satisfatória, sob pena de tornar o órgão irrelevante e refrear a onda de novas demandas, eles impunham

receres. *Revista do CNT*, n. 6, 1931d, e BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso 15, 1929. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 240, 1930d.

24 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso n. 18/28. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 111, 1930e; BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso 7/25. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 95, 1930f; BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso 902/27. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 140, 1930g; BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Processo n. 2594/31. *Revista do CNT*, n. 6, p. 366, 1931b.

25 – PAIVA, A. Explicação necessária. *Revista do CNT*, n. 5, p. 3, 1930.

26 – A gratuidade era determinação legal para os recursos dos ferroviários (art. 53, Dec. 5.109/26) e uma decorrência da natureza do pedido de férias, definida como uma “comunicação à autoridade competente para a fiscalização” a ser enviada ao Conselho (art. 17, Dec. 17.496/26). Era também decorrência do modelo de financiamento do Conselho, que desde 1926 recebia recursos do saldo das Caixas.

27 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Pareceres. *Revista do CNT*, n. 6, p. 282, 284, 285, 295, 1931d.

28 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Acórdão de 7 maio 1931. *Revista do CNT*, n. 6, p. 216, 1931e.

dois novos desafios: criar uma jurisprudência de interpretação da lei e organizar uma estrutura burocrática de processamento dos casos.

A lei de férias, que entrou em vigor em 1925, deu impulso importante, pois o seu regulamento conferiu ao CNT a fiscalização (Lei 4.982/25, Dec. 17.496/26). Como os empresários ignorassem a medida, grande quantidade de trabalhadores recorreu ao órgão para demandar o cumprimento. Parte da historiografia analisa este evento para medir a efetividade dos direitos trabalhistas²⁹. No entanto, a constatação mais interessante é a expansão dos mecanismos institucionais. Como mostra o relatório sobre 1926, aumentou expressivamente o número de casos em decorrência da nova lei. Logo, o Conselho, esclarecia, teria sido constrangido a fiscalizar as leis sociais e, para tanto, precisava “urgentemente” de novas instalações administrativas, orçamento e pessoal³⁰.

A pressão teve efeito. Em 1927, o Congresso Nacional ampliou o orçamento e autorizou a remuneração dos conselheiros (Dec.-leg. n.º 5.407/27). Em 1928, o governo criou um departamento jurídico, com procuradores remunerados, além de um sistema recursal, atribuindo a última instância ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (Decreto n.º 18.074/1928). Alimentado pela pressão social externa, o CNT expandia a si próprio na prática cotidiana, legitimado pela técnica e pelo saber jurídico³¹.

Vale notar que a reorganização burocrática ocorreu em espelhamento às práticas judiciais. Facilitou terem parte dos conselheiros formação jurídica, apta a forjar uma racionalidade legal. O primeiro presidente, por exemplo, foi o ministro do Supremo Tribunal Federal Viveiros de Castro. Mas existia uma intencionalidade. Para os procuradores jurídicos, a mis-

29 – SOUZA, S. F. de. “A questão social é, principalmente e antes de tudo, uma questão jurídica”: o CNT e a judicialização das relações de trabalho no Brasil (1923-1932). *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009.

30 – BRASIL. Relatório Conselho Nacional do Trabalho, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. 1926b. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2022/000371.html>. Acesso em: 28.05.19.

31 – PLOTKIN, M. Ben; ZIMMERMANN, E. *Los saberes del Estado*. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

são do conselho era solucionar “dúvidas de aplicação da lei aos casos concretos”, dar interpretação uniforme aos textos legais³². Para o presidente Ataúlfo de Paiva: “para o indispensável respeito da autoridade de que promanam, mister se fazia assumirem aspecto jurídico³³”. A simetria com o judiciário era também, nos primeiros momentos, a consolidação administrativa.

O resultado: a jurisprudência trabalhista e o (limitado) papel da equidade

Nos processos, a simetria surgia como um rigor procedimental, temperado pelo acesso à justiça³⁴. Formava-se, assim, uma jurisprudência trabalhista, pela qual casos semelhantes levavam a decisões semelhantes, fosse pela pressão das partes por tratamento isonômico, fosse pela otimização do trabalho burocrático.

O ponto da formação da jurisprudência é importante porque, à época, este era um dos argumentos para a especialização. As questões trabalhistas, por sua natureza social, exigiam novo tipo de interpretação, em atenção à realidade sociológica. O processo de criação do CNT, lembremos, ocorreu em paralelo ao processo mais amplo de transformação do direito, que no Brasil recebeu a alcunha de *socialização*³⁵.

32 – ALVIM, J. L.; SARAIVA, O. Apresentação. *Revista do Conselho Nacional do Trabalho*, n. 5, p. 6, 1930.

33 – PAIVA, A. Explicação necessária. *Revista do Conselho Nacional do Trabalho*, n. 5, p. 3, 1930.

34 – Sobre o peticionamento individual, ver: BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso n. 9/1928. *Revista do CNT*, n. 5, p. 140, nov. 1930h e BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Processo n. 2.461/1928. *Revista do CNT*, n. 5, p. 183, nov. 1930i; BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso n. 66/1928. *Revista do CNT*, n. 5, p. 235, nov. 1930j e BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso n. 7/1927. *Revista do CNT*, n. 5, p. 290, nov. 1930k. Sobre a instrução probatória, ver: BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso n. 2.556/29. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 249, nov. 1930l.

35 – “O Direito torna-se uma força verdadeiramente coordenadora e propulsora da ordem social, amoldados os princípios socialísticos às realidades presentes, à sombra da equidade e da solidariedade”, cf. REZENDE FILHO, G. Socialização do direito. *Revista Forense*, v. LXXXVI, n. 456, p. 699, 1941.

O conceito central aqui é o de equidade. Nos embates travados com Oliveira Vianna na década de 1940, mesmo Waldemar Ferreira dizia caber à Justiça do Trabalho uma “dilatada margem de arbítrio judicial, que deixa campo aberto para o critério de equidade³⁶”. A ideia, porém, era antiga. Em 1908, Rodrigues de Carvalho diferenciava a interpretação do direito civil daquela do direito social, com “as modificações que a equidade ensina³⁷”. Em 1905, Evaristo de Moraes defendeu a criação de tribunais de patrões e operários para arbitragem dos conflitos (MORAES, 1986). A ideia foi recebida pelo Min. Mourão, já em face da Constituição de 1934: “tribunais *prud’hommes*, que decidiam segundo os usos e costumes; por equidade, não segundo a lei escrita³⁸”.

Os argumentos para a especialização institucional – e para a composição classista – recorriam frequentemente às formas de interpretação. É uma surpresa da pesquisa, assim, perceber um papel limitado para a equidade no CNT. Na prática cotidiana, a nova hermenêutica, conquanto tivesse apelo mítico, não era tão distinta assim para ser motivo central da especialização. Existiam referências expressas: para os procuradores Leonel Rezende e Oscar Saraiva o princípio dominante era a “obediência às normas de equidade, de modo a suavizarem as asperezas de alguns textos legislativos³⁹”. Em alguns casos, elas eram determinantes. Em 1930, os conselheiros discutiam se, na ausência de lei, filho natural poderia ser equiparado a legítimo para receber pensão. O relator, favorável à nova interpretação, por “direito jurisprudencial ou *standardização*”, insistiu: “se pode equiparar com o filho adotivo, que é menos sanguíneo, por que não

36 – FERREIRA, W. M. *Princípios de legislação social e direito judiciário do trabalho - Waldemar Martins Ferreira - Google Livros*. São Paulo: Ed. São Paulo, 1938.

37 – CARVALHO, J. R. Accidentes do trabalho e sua garantia jurídica. *O Direito*: revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, v. 106, p. 184, 1908.

38 – BRASIL. Voto na decisão do mandado de segurança n. 77. *Archivo Judiciario*, v. 39, p. 167, 1936a.

39 – ALVIM, J. L.; SARAIVA, O. Apresentação. *Revista do CNT*, n. 5, p. 6, 1930. A lei dos ferroviários era “lei social, de justiça e equidade e [portanto] merece acatamento” (BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso 21/25. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 53, nov. 1930m).

com este?⁴⁰”. Em outros casos, porém, solução equivalente, para pensão por invalidez, recorria à tradicional analogia⁴¹.

A formação da jurisprudência exigia uma padronização das decisões, algo que dificilmente os *atos sociais* de Oliveira Vianna poderiam dar. Como construir uma jurisprudência somente com apelos à excepcionalidade? Por isso, ferroviário estável era o definido em lei, a despeito da necessidade pessoal (art. 2º, Dec. 5.109/26). A fórmula de cálculo de pensão era a legal, não a mais vantajosa ao empregado disposta em projeto, pois “a equidade não exige prejudicar o patrimônio coletivo⁴²”. Quanto às férias, independiam de bom comportamento ou de lucro da empresa, não se perdiam por falta grave e subsistiam para empregados da família⁴³. Por outro lado, sendo vedado trabalhar durante as férias, perdia o direito aquele que, demitido, viesse a trabalhar em outro estabelecimento antes de decorridos trinta dias⁴⁴.

No final da década, o Conselho decidiu uma série de casos sobre a ordem sucessória das pensões. O Código Civil de 1916 priorizava ascendentes e descendentes ao cônjuge (art. 1.603, CC 1916). Já a lei especial priorizava o cônjuge aos filhos (Dec. 5.109/26). Em atenção às partes, as Caixas passaram a dividir o valor entre os interessados. O parecer dos procuradores do CNT, porém, condenou a solução: nem adotava a regra especial, nem a regra comum, mas criava uma nova ao arrepio da lei. O certo, aqui, seria reconhecer a preferência da lei especial sobre a geral e atribuir a pensão à viúva. “A Caixa tentou amenizar a dureza da lei (...).

40 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso 322/30. *Revista do CNT*, n. 6, p. 499, 1931f.

41 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Processo n. 29.985/1930. *Revista do CNT*, n. 7, p. 306, 1931g.

42 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso n. 43/1928. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, nov. 1930n.

43 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso 57/1927. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 328, nov. 1930o; BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso 202/1927. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 37, nov. 1930p; BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Processo 2.157/1927. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 277, nov. 1930q.

44 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso 527/1927. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 356, nov. 1930r.

Porém, isso só pode ocorrer com nova lei”. A atual, “apesar de injusta e iníqua, tem que ser obedecida⁴⁵”.

No CNT, porém, a atuação dos advogados, seguida pelos conselheiros, espelhava as práticas judiciais e adotava lógica de argumentação com a qual estavam habituados. Por isso, se as decisões eram semelhantes, qual o papel da composição classista – e do corporativismo?

O que ocorria dentro e fora do Conselho era uma transformação global do direito. Ao longo dos anos 1930, por exemplo, os artigos sobre equidade debatiam também a lei de luvas e locação imobiliária, julgadas na Justiça Estadual⁴⁶. Tal transformação seria amplamente reconhecida pelo STF: “decidir conforme analogia não invalida decisão da Justiça do Trabalho⁴⁷”, pois analogia também é critério do direito comum, “constante na lei de introdução nova e antiga⁴⁸”. Se por um lado “a Justiça do Trabalho é ambiente mais livre para o manejo da equidade”, por outro “também no direito comum o estrito silogismo perdeu seu prestígio tirânico, suplantado pelo bem comum e interesse social⁴⁹”.

3. O caminho para a justiça (1930-1941)

A chegada de Getúlio Vargas ao poder deu ao CNT as condições para ser tornar órgão chave das políticas sociais. Tendo colhido os frutos de consolidação administrativa, aproveitou o momento para disputar com o judiciário. A difusão das ideias corporativistas certamente contribuiu. Logo na primeira edição, a *Revista do CNT* publicou discurso do Min.

45 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso 313/1931. *Revista do CNT*, n. 6, p. 156, 246, 1931h; BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso 271/1931. *Revista do CNT*, n. 6, p. 225, 1931i.

46 – GARCIA NETO, P. M. A questão social na Era Vargas entre a regulação de trabalho da CLT e os “fins sociais” da Lei de Introdução ao Código Civil. In: MOTA, C. G.; SALINAS, N. S. C. (Eds.). *Os juristas na formação do Estado-Nação brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 223–253.

47 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Agravo de Instrumento n.º 12.039, 18 jan. 1945a, s/p. Rel. Min. Castro Nunes.

48 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Agravo de Instrumento n.º 12.149, 16 abr. 1945b, s/p. Rel. Min. Philadelpho Azevedo.

49 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Agravo de Instrumento n.º 12.510, 20 set. 1945c, s/p. Rel. Min. Philadelpho.

Lindolfo Collor defendendo a sindicalização. Em seguida, publicou discurso do presidente do CNT, Mário Ramos, tomando para si a liderança de unir “Estado, capital e trabalho”, como “força moral” do governo⁵⁰.

As práticas do CNT, porém, não acompanhavam plenamente as expectativas mais ousadas de teóricos do corporativismo. Ao contrário, mostram um longo caminho de aproximação com a tradição jurídica, que envolvia um órgão em busca de funções jurisdicionais, um judiciário resistente e, nos anos 1940, tribunais moldando a acomodação, antes mesmo da Constituição de 1946. Como diria o conselheiro Antônio Dória, defendendo o corporativismo “com o temperamento dos direitos individuais”: ‘A magistratura do trabalho, ao invés de desquitar-se da magistratura comum, converge para ela, sentindo nos elementos dessa justiça toda a segurança⁵¹’.

A pressão por uma nova posição do CNT na coordenação da política social: as funções normativas

De 1930 a 1934, o CNT se engajou na produção de leis sociais e buscou aí reforçar as suas funções. Em 1930, o governo limitou a entrada de estrangeiros. Obrigou a todas as empresas do país que possuíssem ao menos dois terços de empregados brasileiros natos (art. 3º, Dec. 19.482/30). Como a implementação fosse um desafio, Lindolfo Collor encomendou ao CNT a regulamentação. O resultado, ao final, foi confiar ao Conselho a fiscalização, a imposição de penalidades e o julgamento dos recursos. O decreto incluía também a obrigação de cadastro: todo empregador, indivíduo ou empresa, privado ou público, enviaria anualmente ao Conselho uma relação nominal de seus empregados (art. 32, Dec. 20.291/31). Embora pouco factível, a previsão revela a pretensão expansiva dos seus proponentes: foram 10287 comunicados apenas no primeiro ano⁵².

50 – RAMOS, M. Discurso. *Revista do Conselho Nacional do Trabalho*, n. 6, p. 9, 1931.

51 – DORIA, A. Apresentação. *Revista do Conselho Nacional do Trabalho*, n. 8, p. 76, 1932.

52 – É certo que a lei de férias já tinha dispositivo equivalente em 1926, obrigando todas os estabelecimentos comerciais (art. 16, Dec. 17.496/26), porém apenas a lei de 1931, pelo que vimos, gerou registros do efetivo envio das relações. Ver: BRASIL. Conselho

Em 1931, após a lei de sindicalização, o governo promoveu uma reforma nas Caixas de Aposentadoria e as estendeu a todo o serviço público (Dec. 20.465/31). Adotou sugestões do CNT e esclareceu antigas divergências: definiu parâmetros de falta grave, equiparou filhos naturais a legítimos e mulheres a filhos, confirmou a isenção de pagamento de selos e regulamentou o recurso ministerial. Para os empregados do comércio, excluídos, Lindolfo Collor incumbiu ao CNT uma norma social, que deu origem à regulamentação da jornada de trabalho e do descanso dominical⁵³.

Estes projetos ampliavam as funções normativas. Elas, porém, nunca foram plenas, suplantando decretos e leis – mesmo porque atribuir tais funções a vários órgãos tornava difícil a definição da norma válida. Nos anos 1920, mais contido, o conselho decidiu não estender a lei de férias, nem regular a jornada de trabalho, por não ter competência para criar direito substantivo⁵⁴. Na década de 1930, tendo o judiciário declarado a inconstitucionalidade de lei social, apenas recomendou nova lei ao legislativo. Deu passo seguinte apenas em 1940, sustentado pelo acúmulo de debates corporativistas. A lei da justiça do trabalho deu ao CNT a decisão de efeitos coletivos.

O número de processos aumentou significativamente em 1931⁵⁵. Na sequência, uma reforma administrativa manteve atribuições administrativas e contenciosas, mas as dividiu com mais cuidado (Dec. 19.686/31 e Dec. 20.886/31). Em 1934, em decorrência da criação das Comissões Mistas de Conciliação (CMC) e das Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ), nova reforma reforçou o caráter jurisdicional e a autonomia do

Nacional do Trabalho. Sessão do Conselho n.º 276. *Revista do CNT*, n. 6, p. 516, 1931j.
53 – COLLOR, L. Discurso. *Revista do Conselho Nacional do Trabalho*, n. 7, 1932.

54 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Processo 125/23. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 64, nov. 1930s; BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso 1.547/28. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 279, nov. 1930t; BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso 27/26. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 72, nov. 1930u.

55 – Pelos dados da revista do CNT, foram 494 processos em 1928, 584 em 1929, 559 em 1930 e 1716 em 1931 (BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Relatório. *Revista do CNT*, n. 6, 1931k).

Conselho em face do Poder Executivo⁵⁶. Restringiu o recurso ao ministro do Trabalho a apenas dois casos: decisão no pleno por voto de desempate e violação da lei ou modificação da jurisprudência. Aprimorou a capacidade de execução das decisões: criou uma carta de sentença a ser executada na justiça comum e conferiu à procuradoria, além da competência opinativa, a legitimidade ativa para defender o conselho na justiça (Dec. 24.784/34). Poucos dias antes da promulgação da Constituição de 1934, o governo provisório de Getúlio Vargas elaborou uma nova reforma no CNT, para recepcionar as demandas da futura Justiça do Trabalho, cujo Conselho funcionaria como Tribunal Superior⁵⁷.

Ainda em 1934, a Assembleia Nacional Constituinte criou a Justiça do Trabalho, um sistema integrado, composto por tribunais do trabalho e comissões, de composição classista, ao qual não se aplicariam as regras da magistratura (art. 122, CF 1934). A Constituição de 1937 repetiu a previsão e, assim como a anterior, referiu-se à Justiça do Trabalho em artigo distinto daquele em que listava os órgãos do judiciário, perpetuando a celeuma.

Em 1939, a Justiça foi instituída, em ramo apartado, com representação classista e poder normativo, a partir do anteprojeto de Oliveira Vianna, consultor do Ministério do Trabalho. Dentre os órgãos estavam as juntas, os tribunais regionais e no topo o CNT, nomeado “tribunal superior da Justiça do Trabalho” (Dec.-lei 1.237/39). O Conselho tornou-se um tribunal de recursos, mas manteve um departamento de previdência e uma inspetoria para fiscalização das caixas⁵⁸. A efetiva instalação ocorreu

56 – As comissões eram instâncias corporativas de conciliação sem poder executório, salvo em caso de arbitragem mediante o aceite das duas partes (Dec. 21.396/32), já as Juntas de Conciliação e Julgamento eram instâncias corporativas de julgamento, com poder executório, as quais seriam posteriormente incorporadas pela justiça do trabalho (Dec. 22.132/32).

57 – CABRAL, R. L.; PEREIRA, E. K. G.; CHAVES, V. V. G. Processo histórico de formação da Justiça do Trabalho no Brasil: do Conselho Nacional do Trabalho ao Tribunal Superior do Trabalho. *Revista Jurídica - UNICURITIBA*, Curitiba: vol. 1, n. 54, p. 266-291, 2019.

58 – ALMEIDA, F. A competência do presidente do CNT e da Câmara de Previdência Social em face do Dec. 3.710/41. *Revista do Conselho Nacional do Trabalho*, n. 11, p. 170, 1942. Cfr. Dec.-Lei. 1.346/39, Portaria CNT n. 17/41 e Dec. 3.710/41.

em 1941, com modelo consolidado pela CLT de 1943 e pela Constituição de 1946.

O contencioso administrativo e os embates com o Poder Judiciário

A atribuição de função jurisdicional esbarrava na tradição do contencioso administrativo. A Constituição de 1891 havia adotado a unicidade da jurisdição, o que significa que, rejeitando o Conselho de Estado, optou pela ampla revisão judicial dos atos da administração, salvo para as *questões políticas*⁵⁹. As ideias corporativistas, porém, assim como a pressão dos burocratas, abriram caminho para uma possível revisão. Propostas mais ou menos radicais dotavam órgãos *quasi*-judiciais de autonomia em relação aos três poderes. Se os conselheiros antes evitavam confrontos, em 1940 apregoariam “o caráter supremo” das suas decisões⁶⁰.

Inicialmente, as partes insatisfeitas tinham duas saídas: recurso ao ministro e ação na justiça comum. Para o CNT, porém, a avocação ministerial reduzia a autonomia decisória. Assim, em 1927, incomodados, os conselheiros disseram não caber o recurso de decisão transitada em julgado⁶¹. Em 1932, defenderam decisões insuscetíveis de revisão no mérito pelo ministro de Estado⁶². Em atenção a estes esforços, a reforma de 1934 limitou o recurso ao voto de desempate e à violação de lei federal ou jurisprudência (Dec. 24.784/34).

Certamente, essa autonomia administrativa flertava com as necessidades do tempo da política, sobretudo no período de 1935 a 1937, pós

59 – BARBOSA, R. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1975; LYNCH, C. E. C. *Da monarquia à oligarquia: História institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

60 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Processo 15.204/42. *Revista do CNT*, n. 16, p. 91, 1943a. Em 1931 um conselheiro já podia anunciar a “evolução da competência do Conselho” de órgão consultivo a “tribunal administrativo e mesmo judicante”, ainda que, reconhecesse, com não lhe era autorizado proibir recurso ao Judiciário federal (BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Processo n. 321/1931. *Revista do CNT*, n. 6, p. 442, 1931a.).

61 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Recurso 247/27. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 322, nov. 1930v.

62 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Processo 9.359/1932. *Revista do CNT*, n. 5, v. 1, p. 29, nov. 1930x.

Intentona Comunista. As empresas deveriam por lei encaminhar os inquéritos administrativos de faltas graves de empregados estáveis. Eventuais faltas decorrentes de greves neste período geraram demissões pelo ministro do Trabalho, a despeito das deliberações do CNT. Não raro, os acórdãos do Conselho indicaram remessa obrigatória para o ministro, que na maioria das vezes, apenas homologava as demissões.

A outra saída era a ação judicial⁶³. Algumas destas ações interferiam nos trabalhos do Conselho, mas não lhes retiravam a autoridade. Tendo o Tribunal de Justiça de São Paulo declarado inconstitucional a lei do descanso dominical, o CNT respondeu que pediria nova lei⁶⁴. O dilema, porém, era maior se estava o Conselho em questão. Os insatisfeitos logo descobriram que o CNT não possuía meio de coerção, apenas multa executada na Justiça Federal. Como o processo seria inevitavelmente levado ao judiciário, ao serem notificados, opunham embargos à execução. Reabriam a discussão de mérito, tendo por limite apenas a teoria do contencioso administrativo.

Eram casos como o de Renato Vianna, que, tendo sido condenado pela Junta de Conciliação e Julgamento – JCJ ao pagamento de salários, embargou a execução alegando não ter sido intimado da decisão original (BRASIL, 1939). Era, também, o caso da Companhia Fiat Lux que, condenada pela JCJ a indenizar empregado demitido, embargou alegando cerceamento de defesa, pois não lhe haviam autorizado a participação do advogado. O juiz de primeiro e o STF, por maioria, reconheceram a nulidade, pois muito embora a legislação não exigisse a presença do procurador, também não a proibia (art. 10, Dec. 22.132/32)⁶⁵.

A situação tornou-se ainda mais conflitiva após a criação das JCJ, as quais, ao contrário do Conselho, podiam condenar ao pagamento de

63 – Durante a década de 1920, o CNT decidiu que não cabia ao órgão contrariar decisão judicial ou optar entre decisões divergentes (BRASIL, 1930w: 55).

64 – BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Processo 2.575/31. *Revista do CNT*, n. 7, p. 106, 1931l.

65 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Recurso Extraordinário n.º 4.744, 29 dez. 1942a. Rel. Min. Orosimbo Nonato. Voto divergente: Min. Waldemar Falcão.

verbas indenizatórias. Eram elas “instancia única para os julgamentos que proferirem, os quais só poderão ser discutidos nos embargos à sua execução” (Dec. 22.132/32), tal como previstos no processo civil e na teoria que autorizava ampla revisão judicial.

A situação incômoda levou Vargas a editar o Dec. 39/37, o qual, dispondo sobre a execução trabalhista, limitava os embargos à justiça comum, não seriam admitidas “outras defesas senão as referentes a *nulidades, pagamento, ou prescrição da dívida*, e correndo o processo independente de custas, pagas afinal pelo vencido” (*grifo nosso*, art. 2º e 3º, Dec. 39/37).

Os conflitos, entretanto, até mesmo se intensificaram. No STF, o Min. Philadelpho Azevedo persistentemente se opôs ao diploma, por violação ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. Pedia fosse interpretado o requisito *nulidade* de “forma não literal”, “tolerando a expressão sentido que comportasse certa revisão de mérito⁶⁶”. Também o fazia o Min. Goulart Oliveira, para quem “deve ser ilimitada a ação da justiça comum”. No sentido contrário, manifestava-se o Min. Orosimbo Nonato, a favor da plena autonomia do CNT, “cingindo-se a justiça comum à apreciação da prescrição, nulidade e pagamento⁶⁷”.

O fato é que o decreto não resolvia a amplitude do conceito de nulidade, mas remetia aos debates sobre a justiça *quasi*-judicial. Era o caso do empregador Almeida & Bruno, que alegava ser ilegal a avocação do ministro, devendo ser mantida, ao contrário, a decisão da JCJ, que lhe havia sido mais favorável. O STF, porém, rejeitou os embargos, confirmando, assim, a possibilidade de avocação livre no mérito – embora o Min. Orosimbo Nonato tenha reconhecido que era “algo anômala⁶⁸”.

66 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Recurso Extraordinário n.º 3.880, 13 jul. 1945d. Rel. Min. Orosimbo Nonato.

67 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Recurso Extraordinário n.º 5.727, 19 jan. 1944a. Rel. Min. Goulart de Oliveira. Como continuava: até porque “em todas as execuções, de qualquer natureza, é restrita, naturalmente, a defesa, solvida que já se encontra a relação jurídica entre as partes”. (BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Recurso Extraordinário n.º 3.880, 13 jul. 1945d. Rel. Min. Orosimbo Nonato.).

68 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Recurso Extraordinário n.º 7.619, 3 mai.

Era também o caso da Companhia Papéis e Cartonagem, que, condenada na JCJ, obteve decisão favorável na Justiça comum, pois a condenação teve base em depoimentos não transcritos no processo. Simplificação e oralidade tinham limites⁶⁹. Era, por fim, o caso de Florêncio Martins. O empregador alegava, em embargos, que fora condenado por inspetores do CNT à multa por denegação de férias, o que equivalia a condenar por verbas devidas. Os inspetores alegaram que já havia sem sucesso notificado o empregador por duas vezes. Na terceira vez, inconformados, aplicaram multa por descumprimento, somada ao valor correspondente às férias – uma condenação travestida de multa administrativa, o sonho dos conselheiros na década de 1920. Em 1936, o STF decidiu que a sentença era nula, pois apenas as juntas podiam condenar à indenização⁷⁰. Os agentes de fiscalização, sem poder jurisdicional, não podiam agir como juízes.

Os dilemas da execução mostram um caminho aberto, um jogo de mútua acomodação travado em uma sequência de processos pouco famosos. Os órgãos administrativos buscavam demarcar a sua autoridade, restringindo seletivamente a avocação e os embargos. Pagavam, porém, um preço, que era o de se adequar à jurisprudência estabelecida sobre nulidades, de vincular-se, por simetria, a regras de devido processo legal. O Conselho poderia ter exigido uma reformulação mais radical do sistema, sem que possamos imaginar se seria ou não bem-sucedido. Optou, porém, por uma acomodação com o judiciário, que se consolidaria na década de 1940.

4. A acomodação na Justiça (1941-1945)

Desde a apresentação do anteprojeto de lei elaborado por Oliveira Vianna, a Justiça do Trabalho tornou-se celeuma. O CNT, por um lado, passou a advogar o “caráter supremo” das suas decisões. O STF, por ou-

1945e. Rel. Min. Barros Barreto.

69 – Como dizia Castro Nunes: “a oralidade, princípio que domina o processo nas jurisdições trabalhistas, não exclui o depoimento escrito” (NUNES, J. de C. Da justiça do trabalho no mecanismo jurisdicional do regime. *Arquivo Judiciário*, v. XLI, p. 12, 1937).

70 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Recurso Extraordinário n.º 6.632, 28 out. 1936b. Rel. Min. Eduardo Espínola.

tro, defendeu as suas prerrogativas. O resultado foi uma acomodação, mediada por ideias normativas de um processo justo e ideias políticas de autoridade institucional. Neste processo, o corporativismo foi sintetizado pela comunidade jurídica, aplicado mais aos critérios de acesso à justiça do que às teorias hermenêuticas. Venceram, aqui, os juristas, não os sociólogos.

A negociação com o Supremo Tribunal Federal

O cenário no STF se consolidou aos poucos após a implementação da Justiça do Trabalho. Em três casos, citados amplamente, a corte reconheceu a natureza judicial e a autonomia do CNT, na mesma medida, porém, em que o vinculou ao sistema jurídico vigente. Em 1943, o Min. Orosimbo Nonato fez longa defesa da Justiça do Trabalho. Explicou ser irrelevante não estar ela referida no artigo que listava os órgãos do judiciário, uma vez que também ali não estava o tribunal do júri e ninguém contestava a sua natureza⁷¹. Em 1942, o Min. Castro Nunes fez defesa equivalente. Afirmou, reconstruindo uma memória menos conflitiva dos fatos, que o STF, antes mesmo da Constituição de 1934, já considerava as Juntas órgãos da Justiça do Trabalho. Nas suas palavras, “a Constituição de 1934 reafirmou o espírito de 1932⁷²”. Esta jurisdição se esgota nas suas instâncias⁷³ e só caberia a ela a execução e rescisão de suas sentenças⁷⁴.

O Min. Philadelpho continuou a criticar a atividade judicante “dos órgãos mistos” e o “problema da descentralização de serviços” que autorizava uma intervenção cada vez maior do Estado⁷⁵. Na prática, porém, apenas adotava um critério mais rígido de devido processo legal para os

71 – Refere-se ao artigo 90, Constituição de 1937. BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Apelação Civil n.º 7.219, 21 set. 1943b, 2ª T. Rel. Min. Orosimbo Nonato. Voto contrário: Min. José Linhares.

72 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Apelação Civil n.º 7.282, 6 ago. 1942b. Rel. Min. Castro Nunes. Voto contrário do Min. Laudo de Camargo e Aníbal Freire.

73 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Apelação Civil n.º 7.330, 28 abr. 1941. Rel. Min. Octávio Kelly; BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. CJ n.º 1.498, 30 maio 1944b.

74 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Agravo de Instrumento n.º 11.062, 28 jun. 1943c. Rel. Min. Aníbal Freire.

75 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Agravo de Instrumento n.º 11.490, [s/d].

órgãos jurisdicionais: “não seria razoável considerar-se meras decisões administrativas e observar a rigidez de coisa soberanamente julgada (ou de competência e prazo)⁷⁶”, “coerentemente, tenho também de afastar [dos órgãos mistos, como o CNT] o rigor dos conceitos jurídicos, como são apreciados nos verdadeiros tribunais”. Quisessem ter decisão inquestionável, deveriam ter os mesmos parâmetros de defesa, prova e formalidade.

Neste ponto, os ministros não divergiam. Também Castro Nunes exigia respeito a princípios de defesa e formalidade processual, reconhecendo neles um conteúdo substantivo de justiça⁷⁷. A definição da competência, que seria uma decisão estritamente política – a qual órgão dar a última palavra? – era também negociada juridicamente, a partir de critérios normativos de justiça. A simetria, assim, era estratégia política, assim como uma exigência normativa, o trilha por meio do qual acomodavam tradição jurídica e expectativas de transformação⁷⁸.

Como estratégia política, os ministros reconheciam a supremacia do STF perante toda a justiça. Nunca deixaram de reconhecer o cabimento do recurso extraordinário contra decisão do CNT a despeito dos reclames pesarosos dos conselheiros⁷⁹. Decidiram mesmo que receberiam o recur-

76 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. ACI n.º 7928, 28 jan. 1943d. Rel. Min. Philadelphia Azevedo; BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Apelação Civil n.º 7.459, de 1942c.

77 – Dizia Castro Nunes: “eu mesmo já tenho anulado decisões por incompetência das Juntas ou por inobservância da forma legal, como no caso dos depoimentos orais, ou de sentença não assinada pelos vogais, ou por vogal aposentado que tomou parte no julgamento em contrário às determinações da lei” (NUNES, J. de C. Da justiça do trabalho no mecanismo jurisdicional do regime. *Arquivo Judiciário*, v. XLI, p. 12, 1937).

78 – ERNST, D. R. *Tocqueville’s nightmare: the administrative state emerges in America*, 1900-1940. Oxford: Oxford University Press, 2014.

79 – O recurso extraordinário era interposto diretamente no STF contra última decisão do CNT. Sobre o cabimento em violação de lei federal:

BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Agravo de Instrumento n.º 12.419, 30 out. 1945f. Rel. Min. Orosimbo Nonato; BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Recurso Extraordinário n.º 8.452, 30 out. 1944c. Rel. Min. Laudo Camargo; BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Agravo de Instrumento n.º 13.203, 29 abr. 1947. Rel. Min. Lafayete; BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Recurso Extraordinário n.º 11.057, 26 jan. 1948. BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Recurso Extraordinário n.º 11.840, 25 set. 1944d. Rel. Min. Lafayete; BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Agravo de Instrumento n.º 12.943, 30 set.

so por divergência entre tribunais do trabalho, quando o CNT, por conta própria, não solucionasse o conflito (BRASIL, 1945g)⁸⁰. Assim, não apenas subordinavam o CNT/, Tribunal Superior da Justiça do Trabalho (Decreto-Lei n. 1.237/39) à estrutura institucional-judicial vigente, mas também estendiam a ele as expectativas cabíveis a um órgão judicial. Dizia o Min. Castro Nunes, ainda antes de 1941: “Retirada, pois, da magistratura federal a execução das sentenças da justiça do trabalho, mais se aviva a necessidade de encontrar caminho na Constituição para o recurso a ser interposto das decisões do Tribunal Superior do Trabalho à Corte Suprema⁸¹”.

Por certo, os juristas fizeram concessões: acolheram o modelo corporativo e, na unidade do direito, expandiram os critérios sociais para todo o sistema⁸². Primeiro, recepcionaram a jurisprudência do CNT, reconhecendo, assim, sua natureza jurídica. Dizia Arnaldo Sussekind, sobre a posição do direito do trabalho: “são manifestações mais ou menos públicas, mas sempre jurídicas⁸³”. Segundo, amenizavam o potencial disruptivo da nova hermenêutica, estendendo apenas o potencial remanescente. Para Castro Nunes, ainda que o CNT pudesse ser considerado um “tribunal de equidade”, aplicaria a lei e utilizaria o princípio da equidade “apenas como temperamento⁸⁴”. Para o Min. Philadelpho, muito embora a Justiça

1946a. Rel. Min. Castro Nunes; BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Agravo de Instrumento n.º 12.484, 23 jul. 1946b. Como os conselheiros não se sentissem contemplados, editaram portaria regulando o recurso extraordinário à corte: BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Portaria n.º CNT-47, 10 ago. 1944. *Revista do CNT*, v. 19, p. 35, 1944e. 80 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Agravo de Instrumento n.º 12.510. Acórdão de 20 set. 1945g. Rel. Min. Philadelpho Azevedo.

81 – O artigo, embora publicado antes da instalação da justiça, mostra posicionamento persistente nos anos 1940 (NUNES, J. de C. Da justiça do trabalho no mecanismo jurisdicional do regime. *Arquivo Judiciário*, v. XLI, p. 12, 1937).

82 – Para Antônio Guedes, a justiça do trabalho exige dos juízes uma sensibilidade no contato com as partes, à diferença do civil que lida com “homens de nível social mais alto” (BRASIL. Conselho Nacional do Trabalho. Relatório. *Revista do CNT*, n. 19, p. 19, 1944f.). O que ficava, aqui, era menos a composição classista e mais a tentativa de criar de um ambiente de processamento individual de conflitos sociais, mais controlável.

83 – SUSSEKIND, A. A posição do direito do trabalho na enciclopédia jurídica. *Revista do Conselho Nacional do Trabalho*, n. 22, p. 60, 1944.

84 – NUNES, J. de C. Da justiça do trabalho no mecanismo jurisdicional do regime. *Arquivo Judiciário*, v. XLI, p. 12, 1937.

do Trabalho fosse “ambiente mais livre no manejo da equidade”, também no direito comum “o estrito silogismo perdeu seu prestígio tirânico, substituído pelo bem comum e interesse coletivo⁸⁵”.

Com concessões e limites, a atuação concertada dos ministros do STF foi bem-sucedida. Antes de versões mais ousadas, impôs-se ao final uma versão acomodada, que vinha em parte de Oliveira Vianna e em parte de juristas como Castro Nunes.

5. Conclusões

O modelo de Justiça do Trabalho adotado na Constituição de 1946 foi o resultado de um longo processo de negociação, iniciado na Primeira República, entre os integrantes do Conselho Nacional do Trabalho e os integrantes do judiciário. Aqueles, no intuito de afirmar sua relevância no arranjo estatal, pressionaram para expandir as competências. Estes, resguardando seus poderes, exigiram a conformação ao sistema de justiça, incluída a subordinação ao Supremo Tribunal Federal. No decorrer do artigo, nomeamos este processo como aproximação por simetria, o que significa que, na realidade, ocorreu um ajuste entre os modos de atuação dos integrantes do CNT e os modos de atuação dos integrantes do judiciário a partir dos conflitos dados a cada caso judicial. Esta aproximação ocorria por uma mediação de advogados e juristas que atuavam em ambas as instituições, a partir de uma rede comum de juristas treinados nas faculdades de direito ou nas práticas judiciais. Mas ocorria sobretudo por uma prática comum de leitura de fontes e documentos jurídicos, por uma *cultura jurídica* formada por modos comuns de produção de textos⁸⁶. Esta aproximação, dessa forma, seguia interesses de política institucional, assim como concepções normativas de devido processo legal – revelando outrossim que a criação de uma estrutura institucional por meio da atribuição de competência legal é uma decisão político tanto quanto normativa.

85 – BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Agravo de Instrumento n.º 12.510. Acórdão de 20 set. 1945g. Rel. Min. Philadelpho Azevedo.

86 – HESPANHA, A. M. Categorias. Uma Reflexão Sobre a Prática de Classificar. *Práticas da História - Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, v. 7, p. 224–256, 2019.

O processo sintetizou tradição jurídica e expectativas de transformação social. As teorias hermenêuticas da *socialização do direito*, uma vez negociadas, tornaram-se mais ordinárias e mais abrangentes, no sentido de ser delas destacado e ressaltado o elemento de ampliação da discricionariedade do juiz. Em outras palavras, o argumento da sensibilidade à questão social tornou os juízes mais fortes. As teorias de representação corporativa, por sua vez, converteram-se em regras de acesso à justiça e de controle estatal da demanda. Este aspecto do corporativismo estatal no Brasil viria a ser um acordo se não permanente ao menos um de longa duração.

O argumento deste artigo, ao final, ajuda a explicar como subsistia um fechamento operacional do direito em um contexto autoritário – ou como subsistiam regras normativas derivadas da tradição jurídica a despeito de, imediatamente, parecerem contrariar os interesses políticos de governo. Afinal, Vargas, mesmo que inicialmente tenha restringido o judiciário em seu impulso de rever os atos do CNT, não interveio nesta querela da unidade judiciária. Parecia a nós intrigante, no início da pesquisa, perceber que um tema tão central ao regime varguista havia sido simplesmente delegado ao judiciário. Porém, como já bem explicou Sônia Draibe, o intervencionismo estatal requeria a criação de aparatos eficientes de resolução de conflitos⁸⁷. A adaptação do corporativismo ao sistema do direito entregava os mesmos resultados prometidos, como o mecanismo de nacionalização e descompressão, mantendo aberta, ainda, a porta de controle estatal sobre a sociedade.

Texto apresentado em agosto de 2020. Aprovado para publicação em fevereiro de 2021

87 – DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HISTORIADORES AMAZÔNICOS NO TERCEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL: O IHGB E OS INSTITUTOS HISTÓRICOS DA AMAZÔNIA (1938)

AMAZONIAN HISTORIANS AT THE THIRD NATIONAL HISTORY CONGRESS: IHGB AND AMAZONIAN HISTORICAL INSTITUTES (1938)

LUCILVANA FERREIRA BARROS¹

Resumo:

Este estudo contribui com a historiografia brasileira e amazônica na década de 1930, tomando como objeto de análise as teses apresentadas pelos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1938. As principais fontes utilizadas nesse texto foram os Anais do mencionado Congresso. Além do que, foram consultadas edições das revistas dos institutos históricos do Pará e Amazonas. A leitura dos documentos e do referencial bibliográfico possibilita compreender que as teses dos historiadores amazônicos, evidenciadas no citado evento, revelam o trato de temas da história regional em diálogo direto com a história da nação brasileira, logo se traduzem pela dupla conotação de servirem para apresentar a Amazônia e seus historiadores à rede intelectual em torno do IHGB, bem como ao participarem do evento se prestaram a compor um quadro mais amplo referente à construção do Estado nacional, tarefa há muito empreendida pelo próprio IHGB.

Palavras-chave: Historiografia; IHGB; Amazônia.

Abstract:

The paper is a contribution to Brazilian and Amazonian historiography in the 1930s. It is based on the analysis of a number of theses presented by Amazonian historians at the Third Congress of National History held by the Brazilian Historical and Geographic Institute in 1938. The main sources used in the text were the Annals of the Congress. In addition, we also consulted magazine editions published by the historical institutes of Pará and Amazonas. A reading of the documents and the bibliographic reference makes it possible to understand that the theses of the Amazonian historians presented at the congress reveal that they treat regional history themes in direct dialogue with the history of the Brazilian nation. The theses had, therefore, the double aim of serving to introduce the Amazon and its historians to the intellectual network around the IHGB, and also of enabling the historians to be part of a broader picture in terms of the development of a national state, a task that had long been a goal of the IHGB itself.

Keywords: historiography; IHGB; Amazon.

Introdução

Em ata de sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, de 1931, o presidente Luiz Barreiros informava que o IHGP havia recebido “um telegrama do Dr. Lauro Sodré agradecendo a indi-

1 – Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará-UFPA. Professora do Curso de História-UNIFESSPA. E-mail: lucilvanabarros@hotmail.com.

cação feita por este instituto para seu representante perante o Congresso de História Nacional²”. O evento, ao qual o presidente Luiz Barreiros fez referência, foi o Segundo Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) entre os dias 07 e 14 de abril de 1931. Congresso que teve como temática o centenário da Abdicação de D. Pedro I, e que ficou ricamente registrado nos Anais do Segundo Congresso de História Nacional impressos pelo IHGB, em 1934, registrando, segundo o presidente do Congresso, Ramiz Galvão, o “trabalho preliminar, assim como as atas das sessões que se realizaram e as numerosas monografias evidenciadas no memorável certame de 1931 [...] que a todo tempo serão atestados do patriotismo e do talento dos ilustres Brasileiros da nossa geração³”.

O Segundo Congresso ficou marcado, conforme Lúcia Paschoal Guimarães, pela celebração do centenário do 7 de abril de 1831, e voltava-se “para a nacionalização da independência, espelhando os valores e as ideias comuns de uma época que se caracterizou pela preocupação do cultivo dos sentimentos patrióticos e do enaltecimento de figuras exemplares⁴”. Assim, os trabalhos acadêmicos foram organizados em três seções, e voltaram-se para as seguintes áreas do conhecimento histórico: História política; História administrativa, econômica e diplomática; e História científica, literária e artística, e biobibliográficas. No referido Congresso, três intelectuais dos Institutos Históricos da Amazônia participaram do evento: o médico e político Vivaldo Palma Lima Filho, do Instituto Geográfico e Histórico do Estado do Amazonas (IGHA), o militar e político republicano Lauro Nina Sodré e Silva e o intelectual Jorge Hurley representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP).

2 – Ata de sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Sessão comemorativa ao primeiro centenário da abdicação de D. Pedro I, 1931, p. 1.

3 – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Anais do Segundo Congresso de História Nacional*, 1934, s/p.

4 – GUIMARÃES, Lúcia M. P. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 146.

O IHGB realizou na primeira metade do século XX quatro congressos de História Nacional (1914, 1931 e 1938, 1949), um Congresso Internacional de História da América (7 a 15 de setembro de 1922), além de conferências, palestras, comemorações do centenário da independência (1922) e de D. Pedro II (1925), dentre outros eventos. Esses eventos congregavam participantes de várias partes do país e alguns do exterior, como foi o caso do Congresso Internacional de História da América, e era comum o IHGB encaminhar convites aos Institutos estaduais para que estes enviassem um representante de cada estado para participação nos eventos.

Desde o século XIX, o IHGB buscou solidificar o seu projeto de integração nacional espalhando seus ideais civilizatórios para as várias partes do Brasil, este projeto ficou implícito no incentivo às viagens exploratórias e de reconhecimento de regiões distantes do centro-sul do país, e de reconhecimento à Amazônia, a exemplo da histórica expedição científica realizada às províncias do norte do país entre 1859 e 1861, quando estudiosos da astronomia, botânica, etnografia e outras áreas trabalharam, conforme o IHGB, para produzir um conhecimento nacional em detrimento do conhecimento produzido por viajantes estrangeiros, e ainda com vistas à organização de uma exposição no Museu Nacional: “daí o espaço que a Revista mantida pela instituição concedia aos trabalhos voltados para a divulgação de conhecimento de caráter histórico, geográfico e etnográfico sobre a região⁵” [amazônica], ou o estudo dos materiais coletados nesta região, a partir das diretrizes civilizatórias do IHGB, como afirmou Salgado Guimarães:

Revelar o Brasil, chegar até às suas regiões-limite, identificar os seus recursos naturais, estudar o índio como possível força-de-trabalho a civilizar e integrar à sociedade brasileira, conhecer necessariamente os grandes homens do país, eram desafios a que o Instituto se lançou tão logo foi fundado. Centralizar essas formas de saber no Rio de Janeiro, para a feitura da História nacional, era a contrapartida in-

5 – GUIMARÃES, Manoel L. S. A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839-1857) fazendo a história nacional. In: WELHING, A. *Origens: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – ideias filosóficas e sociais e estrutura de poder no 2º Reinado*. Rio de Janeiro: Erca, 1989, p. 21-41.

lectual do processo de centralização política que presidia à ação do Império na construção da ordem monárquica⁶.

Contudo, a “concepção orgânica e excessivamente centralizadora de nação, inspirada, em parte, nos princípios do Iluminismo”, sacrificava “determinadas especificidades regionais, sobretudo aquelas de áreas tão remotas e desconhecidas, como era o caso da Amazônia, em nome da necessidade de promover o país a padrões ditos civilizados”⁷. A partir das primeiras décadas do século XX, com uma maior participação dos intelectuais amazônicos nos eventos e publicações do IHGB, trazendo uma maior visibilidade para a região, estas distâncias foram minimizadas, evidenciando a existência de uma elite intelectual na Amazônia. Arthur César Ferreira Reis⁸, entre outros intelectuais do IGHA e do IHGP, destacou-se neste contexto, escrevendo para tornar a região mais conhecida, construindo e divulgando um conjunto de imagens e representações sobre a região, buscando instituir uma História oficial sobre este espaço. Dos eventos realizados pelo IHGB concederemos destaque para o Terceiro Congresso de História Nacional, por este ter congregado o maior número de intelectuais da Amazônia no evento, buscando analisar as teses apresentadas e os debates realizados pelos intelectuais do IGHA e IHGP nos quadros do IHGB neste evento.

O Terceiro Congresso de História Nacional foi realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na semana de 21 a 28 de ou-

6 – *Idem*.

7 – COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de. Fronteiras da História, limites do saber: a Amazônia e seus intérpretes. In: QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cezar. (Orgs.). *Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. 1ª ed. Belém; Macapá: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/UFPA; Universidade Federal do Amapá, 2001, p. 162.

8 – Arthur César Ferreira Reis, nasceu em Manaus em 1906 e faleceu no Rio de Janeiro em 1993. Bacharelou-se em Direito em 1927 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Historiador do Estado do Amazonas. Professor, jornalista, sócio do IHGB, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e de vários institutos estaduais. Foi presidente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), governador do Amazonas. Professor de Sociologia e Política na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e de Administração na Fundação Getúlio Vargas, e da pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

tubro de 1938, e trouxe como marco o primeiro centenário do IHGB. O evento teve como “presidência de honra o Conde de Afonso Celso, o Ministro da Educação e Saúde Pública, o Cardeal Arcebispo, o prefeito do Distrito Federal e o Presidente da República Getúlio Vargas⁹”. Além dos integrantes dos quadros sociais, o IHGB convidou uma ampla relação de “personalidades formada por autoridades do governo, representantes dos institutos históricos estaduais e instituições congêneres¹⁰”. No que se refere às regras do evento, decidiu-se aceitar “apenas a inscrição de obras inéditas, avaliadas previamente por comitês científicos”, tal como ocorreu no primeiro e segundo congressos, realizados em 1914 e 1931, contudo novos certames foram elaborados para a organização das seções, devendo estas ser organizadas da seguinte forma: “Biobibliografias; História Política e Parlamentar; História Econômica e Social; História Diplomática e Militar; Etnografia, Geografia e Arqueologia; Ciências, letras, artes e religião¹¹”.

A organização das seções demonstrava uma preocupação que já se apresentava na historiografia brasileira deste contexto: “abordar os aspectos econômicos articulando-os aos quadros sociais¹²”. No que se refere à organização temática, os congressistas poderiam [...] “contribuir com quaisquer memórias sobre história do Brasil, no período que vai de 1500 a 1900¹³”, prevalecendo ainda uma orientação pela divisão cronológica da história do Brasil. De acordo com os regimes políticos, contudo, as principais fases da história pátria deveriam ser analisadas a partir de diversas abordagens, diferente da “sequência árida de episódios, regulamentos e

9 – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1.

10 – GUIMARÃES, Lúcia M. P., *op. cit.*, p. 187.

11 – IHGB. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 17-18. Em função da amplitude dos temas tratados a comissão organizadora inseriu mais uma seção intitulada História Geral do Brasil.

12 – RODRIGUES, J. H. *Teoria da História do Brasil: uma introdução metodológica*. 5ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978, p. 187.

13 – IHGB. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 17-18.

leis, que prevaleceram nos quadros das seções do Primeiro Congresso de 1914¹⁴”.

No conjunto das temáticas privilegiadas pelo evento, destacou-se a preocupação em abordar a problemática das origens e da formação da cultura brasileira, e a necessidade de enfatizar personalidades que servissem de exemplos às gerações futuras. A esta altura, formava-se uma nova geração de historiadores no IHGB, a exemplo de José Honório Rodrigues, Américo Jacobina Lacombe e Arthur César Ferreira Reis, inclusive o parecer da tese exposta por Arthur Reis, no evento, apontava que as considerações do citado historiador eram “dignas de figurar entre as melhores dos Anais¹⁵”. Além da tese exposta por Arthur César Ferreira Reis (“A navegação fluvial durante o Segundo Reinado”), do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, foram apresentadas no Terceiro Congresso de História Nacional as teses dos representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a saber: “A proclamação da República”, de Lauro Sodré, e “Os selvagens do Brasil”, de Jorge Hurley.

Levando em consideração as informações acima, esse artigo tem como objetivo analisar as três teses acima citadas dos historiadores amazônicos destacadas no Congresso, buscando refletir sobre a história e os historiadores amazônicos presentes no evento. Arelada ao objetivo deste artigo, encontra-se a questão central de pesquisa: como as teses apresentadas pelos historiadores da Amazônia representaram temas da história nacional e, ao mesmo tempo, de que forma essas teses possuíam aspectos históricos pertinentes à própria história da Amazônia?

Como fontes para o referido estudo serão analisadas as três teses apresentadas pelos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional, além de alguns artigos das revistas dos institutos históricos do Pará e Amazonas. A análise destes documentos ancora-se em aporte bibliográfico voltado para a historiografia brasileira e do próprio

14 – GUIMARÃES, Lúcia M. P., *op. cit.*, p.188.

15 – Parecer sobre a tese *Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas*, de autoria de Arthur César Ferreira Reis. IHGB. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1.

IHGB, bem como de uma bibliografia amazônica, e outra especificamente paraense.

A importância de investigar a relação entre texto e discurso e a inscrição destes no contexto histórico social nos obriga a analisar mais de perto o universo social e intelectual a que pertenciam os intelectuais que serão aqui analisados, buscando compreender a natureza das representações elaboradas por eles em suas narrativas e o lugar sociocultural em que eles se inseriam, as redes de poder e saber nas quais estavam imersos para a construção de seus discursos. Para essa reflexão é importante o debate apresentado por Jean-François Sirinelli¹⁶, a começar pelo conceito de rede de sociabilidade, ou seja, o meio intelectual identificado como “um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam [...]”¹⁷, em um ambiente de fermentação intelectual que põe em movimento ideias, a exemplo dos congressos de História Nacional promovidos pelo IHGB. Ainda para esse autor, é fundamental a análise das relações estabelecidas entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a “cultura política” de sua época, como poderemos observar no perfil dos intelectuais amazônicos. Ainda é necessário conhecer, conforme afirma Michel de Certeau, “o lugar social de produção destas narrativas, o universo institucional a que pertenceram seus autores, o processo de produção (prática de escrita) das mesmas e a natureza de suas escritas”¹⁸.

Este estudo contribui com a historiografia amazônica e brasileira naquilo que diz respeito ao exame da história e dos historiadores regionais amazônicos em diálogo com a historiografia brasileira na década de 1930. Além do que, este artigo justifica-se em função de não se conhecerem estudos que analisem a participação de historiadores amazônicos nos congressos de História organizados pelo IHGB ao longo de sua história. Sendo assim, este texto supre uma lacuna na compreensão deste debate tão importante para a historiografia brasileira.

16 – SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

17 – *Ibidem*, p. 248.

18 – CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 65-106.

O artigo foi dividido em cinco partes. Na primeira, enfatizamos o tema, os objetivos, as ideias norteadoras do trabalho, as fontes consultadas e os aspectos teóricos e bibliográficos. Adiante, na segunda parte, apresentamos a participação do historiador paraense Henrique Jorge Hurley e o seu debate acerca dos povos indígenas no Brasil *durante o processo de colonização*. Na terceira parte, destacamos a participação do historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis no evento e o seu debate acerca da navegação fluvial no Segundo Reinado. Em um quarto momento, salientamos a participação do republicanista Lauro Nina Sodré no evento e a sua defesa pela República Brasileira. E, por fim, apresentamos as considerações finais deste artigo.

Jorge Hurley: a integração do indígena amazônico ao Brasil

A primeira tese apresentada por um historiador amazônida no Terceiro Congresso de História Nacional foi de autoria de Henrique Jorge Hurley¹⁹ do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. A tese intitulada “Os selvagens do Brasil” foi ofertada pelo autor paraense ao secretário perpétuo do IHGB Max Fleiuss: “ao ilustre mestre de História Geral e do Brasil, Dr. Max Fleiuss, ofereço o meu trabalho ‘Os Selvagens do Brasil’, escrito para colaborar na obra da comemoração do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro²⁰”. A obra dividida em cinco capítulos disserta acerca dos indígenas brasileiros durante o processo de colonização em várias partes do Brasil. Chama atenção no texto a linguagem e o olhar historiográfico expressado por Hurley acerca dos povos indígenas narrados ao longo dos capítulos.

19 – Henrique Jorge Hurley nasceu na cidade de Natal/RN em 1883 e morreu em Belém/PA, em 1956. Formou-se pela Faculdade de Direito do Pará-1905-1910. Foi nomeado Desembargador do Tribunal Superior de Justiça do Estado do Pará em 1934. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, vice-presidente no período 1930-1932 e presidente nos períodos de 1932-1935, 1935-1937 e 1937-1939. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, São Paulo e Bahia.

20 – HURLEY, Jorge. Os selvagens do Brasil. In: IHGB. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p.s/p.

Henrique Jorge Hurley iniciou a carreira profissional como militar, logo formou-se em Direito, campo propício para seu trânsito junto aos letrados à época como os literatos modernistas paraenses, daí sua participação em instituições clássicas do campo literário e de pesquisa histórica, como a *Revista Belém Nova*, a Academia Paraense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, atuando na fronteira de ser um tipo de antropólogo e historiador. Esteve alinhado ao movimento político que a partir de 1930 governou o Brasil, de modo que alcançou os cargos de Corregedor das comarcas de Belém e durante a interventoria de Magalhães Barata no Pará ocupou o cargo de desembargador do Tribunal do Estado. Segundo Magda Ricci, Jorge Hurley:

[...] transitou pela política do governo varguista e do Estado Novo, debatendo uma série de conceitos comuns à época, como os de identidade nacional *versus* raça, educação e civilização no Brasil e o papel do homem no espaço amazônico²¹.

Inicialmente, destacamos o título da obra, a saber: “Os selvagens do Brasil”, que aponta para as representações clássicas elaboradas por alguns membros do IHGB no que diz respeito aos povos indígenas no Brasil. Para Manoel Luiz Salgado Guimarães, ao analisar as representações dos povos indígenas nas revistas do IHGB do século XIX, concluiu que não se tratava apenas de buscar incluir os indígenas na História do Brasil, mas de uma tentativa de integrá-los socialmente na nação, possibilitando “o processo civilizador²²”, processo esse análogo ao que ocorria nas décadas de 1930 e 1940 no país, que se voltava para os debates em torno do povo brasileiro e a questão da mestiçagem, ou seja, a formação étnica e social da nação mediante as três raças formadoras. No Pará, desde 1935, conforme Ricci (2007), os intelectuais paraenses procuravam um sentimento de unidade com o Brasil, sobretudo, naquilo que diz respeito ao homem brasileiro, que visto a partir da Amazônia apresentava-se como o caboclo, investido de seu antepassado de luta: o cabano. Em 1938, Jorge Hurley

21 – RICCI, Magda. Folclore, literatura e história: a trajetória de Henrique Jorge Hurley. In: FONTES, Edilza Joana de Oliveira; NETO, José Maia Bezerra. (Orgs.). *Diálogos entre história, literatura e memória*. Belém: Paka Tatu, 2007, p. 309-310.

22 – GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 144.

buscava o tratamento por índios selvagens, por parte deste autor, indicava a postura de um intelectual com a pretensão de transformar esse índio em um brasileiro, obviamente tido como civilizado, o que explica a nomenclatura utilizada por Hurley para os povos indígenas em suas narrativas historiográficas.

Narrando, inicialmente, o processo de pacificação e conquista dos povos indígenas dos sertões da Bahia no início do século XVIII (1716), Jorge Hurley os descreve inúmeras vezes como “bárbaros selvagens”, “aborígenes”, “indomáveis” etc., como podemos observar no fragmento a seguir:

Habitavam os sertões da Baía várias tribos que os jesuítas portugueses denominavam *tapuias* por serem inimigos fígadais dos *tupis* e seus anãmas (parentes). Ocupavam os tapuias as selvas quase inacessíveis dos sertões [...]. Dentre esses bárbaros selvagens, destacavam-se, pela sua ferocidade, os *Orizes* e seus aliados Procazes, que mantinham um perpétuo estado de guerra com os *Caiambés*[...]²³.

Ao buscar descrever o perfil dos indígenas desta região, exibindo para o leitor os traços estéticos destes sujeitos, Jorge Hurley classifica-os negativamente, depreciando-os como bárbaros sanguinários, ferozes e violentos, assustadores em suas práticas:

De estatura alta e corpo reforçado, esses tapuias cultivavam mandioca, carás e batatas, e davam-se à antropofagia *devorando, por vingança e gula, os inimigos que lhes caíam prisioneiros*. Eram tristes, ferozes e odientos. A preocupação principal de sua política era o desforço sangrento, a vingança²⁴.

Partindo das descrições ressaltadas pelo escritor português José Freire de Monterroio Mascarenhas, na obra avulsa “Os Orizes conquistados”²⁵, publicada em Lisboa pelas “Officinas de Antonio Pedroso Galvão”,

23 – HURLEY, Jorge, *op. cit.*, 1938, v.1, p. 71.

24 – *Ibidem*, p. 72.

25 – “Os Orizes conquistados, ou notícia da conversam dos indomitos Orizes Procazes, povos barbaros, & guerreyros do Certaõ do Brasil, novamente reduzidos a Santa Fé Catholica, & á obediencia da Coroa Portugueza: com a qual se descreve tambem a aspereza do sitio da sua habitaçaõ, a cegueyra da sua idolatria, & barbaridade dos seus ritos.” Acesso em: 26.03.21. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br>.

em 1716, Jorge Hurley reafirma a importância do trabalho de catequização dos indígenas como via de integração social, ou seja, civilizar por meio da religião e da renúncia à violência, destacando o papel das ordens religiosas como primordiais na cristianização dos indígenas. Assim, lembra o trabalho de sacerdotes jesuítas como José de Anchieta e Manoel da Nóbrega que “entraram na historiografia como civilizadores do Brasil²⁶”, o autor traz destaque para a figura do padre Eusébio Dias Laços Lima:

A descrição desses maravilhosos sucessos põe em realce o devotamento, a abnegação e a coragem do vigário da paróquia de nossa Senhora de Nazareth de Itapocurú de Cima padre Eusébio Dias Laços Lima, o herói pacífico dessa esplêndida vitória²⁷.

Desse modo, na narrativa de Hurley, o padre Eusébio Dias Laços Lima era o protagonista da história de “pacificação dos bravos orizes e procazes²⁸” ocorrida, segundo este autor, em junho de 1713.

No primeiro capítulo da obra “Um milagre de N. S. de Nazareth”, Hurley narra o episódio do resgate de dezoito indígenas orizes das mãos de seus inimigos, os índios caimbés, realizado pelo padre Eusébio Dias Laços Lima, levando-os para viverem em Itapocucurú de Cima, onde, segundo o autor, os orizes passaram pelo processo de catequização, necessário para “modificar-lhes a educação livre das selvas²⁹”. Na narrativa de Hurley, podemos observar uma supervalorização do desempenho dos colonizadores, neste caso do padre Eusébio, por meio de uma descrição épica e eurocêntrica, posto que os portugueses teriam sido capazes de, além de negociar com os caimbés, dominar povos guerreiros, como os orizes e procazes, e catequizá-los, disciplinando-os para fazer-lhes trabalhar e defender a terra como fiéis e submissos servidores do rei, exaltando o processo de pacificação realizado pelos portugueses e apresentando a catequização do restante da tribo como moeda de troca pelo resgate dos rapazes da aldeia, dentre eles o filho do cacique, como podemos observar no fragmento a seguir:

26 – GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, *op. cit.*, 2011, p. 151.

27 – HURLEY, Jorge, *op. cit.*, 1938, v.1, p. 71.

28 – *Ibidem*, p. 73.

29 – *Ibidem*, p. 75.

O cacique entra na trincheira e vendo o filho ao lado do padre são e salvo, “lançou-se por terra com os de sua companhia” [...] O padre Eusebio Dias o levantou nos braços, e o filho lhe contou quanto tinha passado, e pediu-lhe que aceitasse a paz e a religião dos brancos. Mostrou-lhe que a vida lá fora, com os brancos era melhor do que “naquelas incultas brenhas³⁰”.

Não demorou muito o padre Eusebio levantou um altar do lado de fora da barricada, a partir do qual “deveria celebrar o santo sacrifício da missa em ação de graças por essa vitória da religião³¹”. Na cerimônia, foram batizadas três mil e setecentas pessoas, durante três dias, entre homens, mulheres, velhos e meninos, sendo destacado o padre Eusébio neste cenário como “o virtuoso general dessa incomensurável conquista para a civilização brasileira, pois este “vencera com a cruz, irradiando a piedade cristã, [...], e “as feras de ontem eram os cordeiros de hoje e o vigário de Nazareth do Itapocurú de Cima, o seu pastor, que com eles, suportando, pacientemente, a vida e os costumes selvagens, passou cinco meses instruindo-os de modo a que pudessem receber o batismo³²”.

Na Amazônia das primeiras décadas do século XX, intelectuais a exemplo de Jorge Hurley demonstravam interesse por estudos de caráter folclórico e etnográfico, demonstrando especial atenção para a identidade dos índios amazônicos. Desde a expedição ao rio Gurupi, em 1919, que este historiador analisava em suas pesquisas as práticas e representações, bem como o destino dos índios da região. Assim, na década de 1930, acompanhando a política governamental do Estado Novo, de civilizar a nação brasileira, e os debates realizados no interior da política indigenista brasileira, Jorge Hurley reafirma as suas propostas para estes povos, os quais ele pensava, conforme Figueiredo:

“civilizar” o mais rápido possível [...], procurando dar condições para que o índio se transformasse num “brasileiro”. A ideia era “matar” a figura do índio e construir sobre ela a do civilizado. Quanto às tradições, seriam registradas no momento da conquista, da pacificação e

30 – *Ibidem*, p. 77.

31 – *Ibidem*, p. 78.

32 – *Ibidem*, p. 79.

conservadas sob a forma de etnografia e folclore. Assim ninguém teria que enfrentar índios bravos e sanguinários, ao mesmo tempo em que se mataria o embrião das crenças pagãs, guardando apenas os registros do passado³³.

Para Hurley, o processo de pacificação e conquista era fundamental, contudo, por intermédio de um trabalho lento e gradual de integração pacífica destes povos à civilização brasileira e amazônica, dialogando com estes e estabelecendo laços de amizade e alianças de paz. Deste modo, no segundo capítulo do livro desse autor, intitulado “O Heroísmo de Iauirauçu-Arraia Grande”, esse historiador concede destaque para o personagem indígena Iauirauçu, conhecido como arraia grande, indígena cacique dos caetes. Em três páginas, narra um dos episódios da tentativa de colonização pelos franceses do Norte do Brasil, em especial o Pará na primeira metade do século XVII. O texto apresenta a aliança firmada pelo general protestante da Marinha francesa Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière e os índios tupinambás na região do rio Tocantins:

Ravardière esteve no rio Tocantins nas aldeias Pacaiá e Parisope (Parijós), onde o cacique Iuacauaçu (cêu grande), aderindo a guerra aos camarupins, lhe ofereceu mais mil e duzentos caboclos cametaoaras[...] Depois desse encontro sangrento, em que foram mortos muitos camarupins, recuou Ravardière [...] pretendia prolongar sua excursão ao interior do Pará³⁴.

Explicitando a aliança firmada entre o general francês e o cacique tupinambá, Hurley narra de forma engrandecedora as ações do cacique Iuacauaçu à frente de um naufrago em que este esteve presente com destino ao Maranhão vindo do Pará. Assim, descrito como o herói da narrativa, Iuacauaçu foi quem salvou, conforme Hurley, a tripulação do navio francês, como podemos observar no fragmento a seguir:

Estavam nus numa ilha deserta, sem água doce e cercada de mangues, siriubeiras e tinteiras e de praias povoadas de aves marinhas, condenados a morrerem à fome e à sede. [...] E Arraiá-grande, como verdadeira Iamanta (Arraia fabulosa), “atirou-se às ondas, e a nado, atravessou

33 – *Ibidem*, p. 322.

34 – *Ibidem*, p. 82.

grande espaço cheio de mangue, desembaraçando-se a muito custo das raízes destas árvores, e do tujuco, onde, às veses, se enterrava até o pescoço. Chegando à aldeia dos seus semelhantes, animou-os a virem com algumas canoas, vestidos e víveres, e depois que todos regressaram às aldeias defronte do lugar do naufrágio, ele lhes entregou tudo quanto haviam perdido, e que o mar tinha atirado às praias. Esse ato do bravo governador selvagem dos caetés consolidou a amizade entre franceses e tupinambás³⁵.

Dito isso, observamos um processo de heroicização do personagem indígena, quando este aparece como protagonista dos episódios narrados. O protagonismo, no entanto, decorre da amizade do índio com a figura dos colonizadores, pois, para ser grande, Iuacauaçu precisou filiar-se ao general francês, “firmando com eles amizade e paz³⁶”. De todo modo, na narrativa de Hurley, a valorização do papel do índio foi algo a se notar, visto que a inclusão efetiva dos povos indígenas com suas ações, práticas e formas de existências na narrativa histórica ocorreu apenas na década de 1990.

O terceiro capítulo do livro de Hurley, denominado “A pacificação dos selvagens dos rios Doce e Mucuri”, destaca, por sua vez, um personagem europeu, Guido Thomaz Marlière, Tenente-Coronel do Exército francês, e as suas incursões pelo interior do Sul do Brasil, especificamente, os “vales férteis de São Mateus, Mucuri e Jequitinhonha, antigas províncias do Espírito Santo e Minas Gerais”. Para Hurley, Guido Thomaz foi um herói colonizador da região, parafraseando o sertanista Theóphilo Otoni, Guido Thomaz foi o “pai e o amigo dos Botocudos, comparado a Anchieta, Antonio Vieira ou um Malagrida³⁷”.

Utilizando como fonte um artigo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, “Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pocrane³⁸”, Hurley narra de forma harmônica e romântica a amizade es-

35 – *Ibidem*, p. 84.

36 – *Ibidem*, p. 83.

37 – *Ibidem*, p. 85-86.

38 – FERRAZ, L. P. do C. Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pocrane e sobre o francez Guido Marlière, oferecido ao Instituto Histórico Geográfico do Brasil, pelo sócio

tabelecida entre um índio botocudo da região e Guido Thomaz. Guido Pocrane serviu durante 13 anos como “ponto de ligação entre os selvagens e agente de Marlière³⁹”, bem como “penetrava os sertões regionais em vista às aldeias”, conciliando as aldeias inimigas. Para Jorge Hurley, eram esses dois conhecidos como os “pacificadores dos Botocudos do Rio Doce”, e ficaram “perpetuados na memória dos sertanejos e dos aborígenes do Espírito Santo e Minas Gerais, os quais recordavam com saudade, os seus nomes⁴⁰”.

Uma característica bastante presente nas narrativas de Jorge Hurley acerca dos povos indígenas é a recusa à violência, visto sua aproximação com a ideia de pacificação por meio da catequização. Assim, ao narrar a atuação do político e comerciante do império Teófilo Ottoni, destaca as críticas enfatizadas por este acerca da “selvajaria dos colonos contra os aborígenes”, como observa-se a seguir:

No sítio do Mariano, duas léguas acima de São José, os cristãos tendo atraído os selvagens a uma emboscada, os atacaram a falsa fé, e fizeram larga carnificina. Dezesseis crânios foram então vendidos (triste mercadoria) a um francês, que disse fazer esta aquisição por conta do Museu de Paris. Foi isto em 1846. O francês tinha encomenda de crânios selvagens e o cristão sertanejo preparou-se, de emboscada e bateu dezesseis amerabas para satisfazer-lhe o pedido. Matar um homem do caá para lhe extrair o crânio era, naquele tempo, a mesma coisa que abater um jaguar para lhe tirar a pele, ou uma garça para lhe colher as plumas! Perseguidos e chacinados, assim, com tanta crueldade, os selvagens somem-se nas florestas onde as feras lhes seriam, talvez, mais amigas ou, paradoxalmente, mais humanas[...]⁴¹.

A partir desta lógica, portanto, de narrar o processo de pacificação sem violência, destaca, no capítulo quatro de sua obra: “A 4ª Bandeira Goiana”, a investida do alferes José Pinto da Fonseca na região do rio Araguaia, realizada em junho de 1775 para a conquista e pacificação dos índios Carajás e Javaé. Assim, enfatiza com reprovação o processo de

Exmo. Snr. Conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz. *RHGB XVIII*, 1855, p. 410-417.

39 – HURLEY, Jorge, *op. cit.*, 1938, v.1, p. 88.

40 – *Ibidem*, p. 90.

41 – *Ibidem*, p. 91.

pacificação empreendido pelo Coronel Antônio Pires de Campos, descrevendo-o como uma “bandeira de trágica e bárbara memória, ocorrida em 1741⁴²”.

Ao utilizar como fonte vários artigos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, inclusive o relatório de Alferes Fonseca, Hurley narra com satisfação o pacto de amizade estabelecido entre os bandeirantes e os indígenas Carajás e Iavaés, episódio que ficou registrado na carta declarada pelo Cacique Carajá e no juramento de vassalagem e fidelidade elaborado pelo chefe da bandeira José Pinto da Fonseca. Apesar de os bandeirantes terem ficado conhecidos pelos métodos violentos de apresamento de indígenas pelos sertões do Brasil, o que *a priori* os afastaria da ideia de conquista pacífica de Hurley, acabaram sendo bem vistos pelo autor, em virtude do caráter cristão catequizador empreendido pelos bandeirantes, visto que a instalação da bandeira na aldeia era legitimada por meio da celebração de uma missa, como ficou registrado em vários episódios do processo de colonização no Brasil, inclusive, no vale do rio Araguaia como narrou este historiador:

No dia de Santana, de 1775, o padre Francisco da Vitória, diante de uma grande cruz e num altar improvisado e enfeitado de flores da mata, das quais se destacava lindas catleias e outras parasitas, celebrava a primeira missa, assistida dos bandeirantes e da massa Carajá, cujos selvagens, ajoelhando-se e levantando-se, seguiam os movimentos dos brancos durante a missa. Terminada a missa, houve lugar a festa da imposição do nome de “Santa Ana” à ilha Bananal. Depois dessa cerimônia, o chefe Carajá declarou a Bandeira instalada na ilha, recebendo, nessa ocasião, mais algumas ferramentas⁴³.

Essa perspectiva de Jorge Hurley acerca da pacificação indígena por meio da catequização foi defendida em vários de seus artigos, inclusive em um artigo publicado na *Revista do IHGP* de 1932, intitulado “Prol catequese do aborígene brasileiro: o serviço de proteção aos índios no Pará e talvez no Brasil, por sua ineficiência, é pura ficção⁴⁴”, quando este

42 – *Ibidem*, p. 95.

43 – *Ibidem*, p. 103.

44 – HURLEY, Jorge. Prol catechese do aborígene brasileiro. O serviço de proteção aos

autor afirma que “a catechese dos selvagens, que ainda possuímos, como “bicho do mato”, não pode ser eficiente sem o auxílio protector da grande árvore frondosa do christianismo eterna cartilha de A, B, C da civilização entre os povos bárbaros⁴⁵”.

Assim, no último capítulo de seu livro “Estudos sobre o selvagem brasileiro”, o historiador paraense relata a vingança dos índios caiapós contra o coronel Antônio Pires de Campos, este “insigne assassino[...] que tinha o prazer de ensanguentar os sertões brasileiros com o sangue nobre dos nossos aborígenes”, havia, conforme Hurley, tido o mesmo destino de suas vítimas na “bandeira da morte”, liderada por este colonizador:

Após alguns dias de marcha, houve o encontro entre esses selvagens e a Bandeira sinistra do coronel (de milícias) Antonio Pires de Campos que, depois de uma luta encarniçada desbarata os Caiapós que, num instante feliz, conseguem encravar-lhe uma flecha no peito direito abaixo do hombro⁴⁶.

Portanto, Jorge Hurley no último capítulo de sua obra reafirmava sua tese de integração dos indígenas da Amazônia ao Brasil, mediante processos de pacificação e cristianização. Todavia, tal idealização de política indigenista de Hurley acaba por revelar um processo também violento, visto pressupor eliminar a carga cultural indígena a partir da transposição para uma condição dita pelo autor de civilização, o que se traduz como a cultura do homem branco. Essa posição de Hurley foi tensionada a partir de 1920, com a chegada no Pará do etnólogo alemão Curt Nimuendajú, ele que assumia a Chefia da Seção Etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi naquele ano. Conforme Figueiredo, o momento de contestação de Hurley, por parte de Curt Nimuendajú, ocorreu justamente quando esse último demonstrou aversão em relação “a proposta de Jorge Hurley em trazer os índios Tembê do Gurupi para morar com os Tembê do Guamá, que viviam mais próximos do contato com a “civilização⁴⁷”. Estabelecia-

‘índios’ do Pará e talvez no Brasil, por sua ineficiência, é pura ficção. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, VII, nº 7, p. 223-227, 1932.

45 – *Ibidem*, p. 227.

46 – *Idem*.

47 – FIGUEIREDO, Aldrin Moura. (2010). O índio como metáfora: política, modernis-

se nesse momento o contraste entre uma visão acerca do indígena a ser submetido a um processo de imposição cultural e, por outro lado, uma visão que objetivava a conservação de sua condição tida como “autêntica”.

Arthur César Ferreira Reis: a exaltação da Amazônia no Segundo Reinado

Tese escrita sob encomenda pelo IHGB, o texto produzido e apresentado por Arthur Reis, versava sobre o “Panorama econômico-financeiro do 2º Reinado: Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas”, e caracterizava-se como uma valorização da história do Segundo Reinado, atrelada à discussão da navegação fluvial, especialmente, a do rio Amazonas. Uma carta, localizada no acervo de correspondências de Arthur César Ferreira Reis, no Centro Cultural dos Povos da Amazônia, em Manaus, escrita em 15 de outubro de 1937 pelo IHGB, assim se reportava acerca do convite ao historiador amazônida:

Em nome da Comissão Organizadora do 3º Congresso de História Nacional, a realizar-se nesta Capital de 21 a 29 de outubro do anno vindouro, para comemorar o primeiro centenário da fundação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, temos a honra de comunicar a V. Excia. Que a mesma commissão, prestando justa homenagem aos altos merecimentos e comprovada competncia de V. Excia., resolveu elege-lo relator da these n. 37- (e) que assim se escreve: “*Panorama economico-financeiro do 2º Reinado: Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas*”. Certos de que V. Excia. Não recusará o encargo que lhe foi espontaneamente conferido, antecipamos nossos agradecimentos, aproveitando o ensejo que se nos offerece para apresentar a V. Excia. Os protestos de nosso particular estima e distinctissima consideração⁴⁸.

Com base nas normas do evento, cada tese apresentada deveria ter um parecerista, e no caso do texto exibido por Arthur Reis o parecer ficou a cargo do historiador carioca Marcos Carneiro de Mendonça,

mo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. *Projeto História*, nº 41. São Paulo: USP, p. 322-323.

48 – Carta-convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1937. *Biblioteca Arthur Reis, Centro Cultural dos Povos da Amazônia, Manaus, AM*.

membro do IHGB. Para Mendonça, o texto de Reis “oferece-nos condensado panorama dos múltiplos aspectos por que tem sido tratado no Brasil, esse importante problema⁴⁹”. O tema da navegação fluvial deve ser considerado como importante para o IHGB, visto que, seguindo sua tradição imperial, o Instituto possivelmente buscava exaltar o evento da abertura do rio Amazonas à navegação internacional, decretado por D. Pedro II, em 1867. Faz-se necessário também lembrar que a tese sobre o Segundo Reinado foi justamente solicitada ao representante do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e não ao representante do Instituto do Pará, aventa-se, nesse caso, certa tradição monarquista do instituto do Amazonas, diferentemente do instituto do Pará de nítida tradição republicana desde sua fundação.

Na tese sustentada por Reis, evidencia-se uma epopeia da ocupação portuguesa na região a partir do processo de reafirmação da autoridade portuguesa neste espaço. Pautado nos ideais civilizatórios do IHGB, o texto acaba discriminando os índios e negros no processo de colonização e construção da nacionalidade, destacando os personagens lusitanos como condutores do processo histórico, como podemos observar na narrativa apresentada pelo autor:

A política portuguesa, relativamente à navegação de nossos cursos d'água, não fugiu ao sistema de reservas, de prudência, que a orientou noutros aspectos. Foi, significativamente, cautelosa. Dentro do espírito da época, Portugal aproveitou, em grande parte, para os seus nacionais, as vias magníficas que cortavam o hinterland. Aproveitou a seu modo, limpando as margens de indígenas, quando estes incomodavam os viajores, fazendo criar, para eles, pequenas colônias de pousadas e abastecimento [...]. Através dessas estradas líquidas, atingiu, com os bandeirantes, o coração do Brasil, ligou norte a sul, fez circular as riquezas com que o alto sertão contribuiu para o movimento da economia nacional [...]⁵⁰.

49 – Parecer sobre a tese Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas, de autoria de Arthur César Ferreira Reis. IHGB. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p.144.

50 – REIS, Arthur César Ferreira. Navegação fluvial, especialmente a do Amazonas. IHGB. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1941, v. 4, p. 5.

No final do século XVIII e início do XIX, Reis heroifica os trabalhos desenvolvidos pelo português D. Francisco de Souza Coutinho na região, afirmando, que este teria governado a Amazônia:

[...] com preocupações civilizadoras, imaginando aumentá-la com a incorporação da Guiana Francesa, projetou uma série de providências para animá-la e elevá-la às altas condições de progresso. Um plano largo, que propunha os mais variados problemas da região e lhes dava a solução enérgica, sábia, momentosa. D. Francisco compreendera a realidade amazônica, nos seus aspectos físico-humanos⁵¹.

Ainda em relação aos índios e negros, a visão de Reis coaduna-se com a visão da intelectualidade da época, especialmente de alguns membros do IHGB, notadamente uma visão destes grupos étnicos dentro da ideia de raças bárbaras, incivilizadas, como pode-se ver quando o autor fala acerca do período da Cabanagem que a “massa indígena cooperava sem ordem”. Sobre o negro dizia que “[...] viera para a Amazônia em número reduzido. Não se criara ali, por isso, um foco de *homo-afer*⁵²”, ou seja, a tradução deste último em dicionários revela que o autor tratava assim sobre o negro na condição de impassível e preguiçoso. Na esteira da formação social da região, Reis voltou a falar sobre a população à época da Cabanagem, evidenciando que em localidades de diretórios indígenas e ribeirinhas, “dessas malocas, desses núcleos, de um primitivismo rude, saíam às centenas os caboclos, empregados nas obras públicas de Belém e Manaus⁵³”. Em contraposição, apontava que sob os vícios da civilização estavam domésticos o canoeiro, o buscador de drogas do sertão e trabalhadores de sítios e roças, obviamente descendentes de brancos.

Quando Arthur Reis analisava as demais partes do Império, no que se referia à questão da navegação fluvial, a exemplo do Parnaíba, no Paraíba do Sul, no São Francisco etc., afirmava que “a navegação continuava aquela que vinha da era colonial⁵⁴”. Para este autor, “o pensamento dominante era o de que sem a intervenção eficiente do poder público nada

51 – *Ibidem*, p. 7

52 – *Ibidem*, p. 32.

53 – *Idem*.

54 – *Ibidem*, p. 24-25.

de útil seria possível”. Contudo, segundo Arthur Reis, este cenário iria mudar com a emergência do Segundo Reinado, pois:

Com Pedro II, até 1889, íamos viver a nossa grande experiência democrática. Em todos os setores do país, a força moralizadora e serena e construtiva se faria sentir. Os mais graves problemas do Estado iam agora ser examinados, para que o Império ascendesse no continental [...].

As interpretações sobre o processo histórico vivido na Amazônia, portanto, para Arthur Reis, vinculavam-se à percepção de um estado forte e centralizado, capaz de promover e gerir o desenvolvimento do país, estando representado neste momento, nas ações do Segundo Reinado sobre o território amazônico. Reis, ao passo que se debruçou acerca da navegação fluvial no Vale do Amazonas, traçou um quadro econômico e financeiro da região, como sugere o título de sua comunicação. Logo, se após a independência o Extremo Norte estava envolvido em uma complexa crise econômica e social, noticia que após 1850 os debates sobre a navegação do rio Amazonas e a implementação do barco a vapor mobilizaram as elites políticas da região, quando narra a criação de companhias de navegação, a presença dos investimento do Barão de Mauá e seus enviados à região, como João Martins da Silva Coutinho, além de demonstrar que o Vale possuía uma produção econômica a partir de produtos agrícolas e da extração da seringa. O texto tratava ainda da liberação da navegação do Amazonas para nações estrangeiras e, por fim, Reis dedicou uma pequena parte do seu texto para tratar da navegação em outras partes do Império, citando as bacias do São Francisco, Paraguai, Paraíba do Sul, entre outros.

Em pleno contexto de centralização política vivida no país com o golpe de Estado de 1937, Arthur Reis, enquanto intelectual vinculado ao Estado, crítico do liberalismo, e com o histórico de apoio a intervenção estatal em diferentes contextos da história nacional e amazônica, a exemplo da “junta Revolucionária, em 1930, do Estado Novo, em 1937, e Militar, em 1964, defendia a “intervenção do Estado na organização das relações sociais, nos seus diversos níveis⁵⁵”.

55 – COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Fronteiras da História*, li-

Compreendendo a história como um instrumento pedagógico, este autor foi buscar nos investimentos do passado imperial para com a Amazônia, em especial do Segundo Reinado, os exemplos a serem seguidos pelo poder estatal da geração presente para com a região, característica que ficou expressa em várias de suas obras sobre a história da região⁵⁶. Era uma marca da Historiografia brasileira e amazônica deste momento o engajamento intelectual com as tendências políticas nacionais e regionais. De acordo com Mônica Pimenta Veloso, foi uma prática comum no Brasil “nos momentos de crise e mudanças históricas profundas – instauração do Império, Proclamação da República, Revolução de 30 e Estado Novo –, as elites intelectuais marcarem presença no cenário político, defendendo o direito de interferirem no processo de organização nacional⁵⁷”.

No Estado do Amazonas, os intelectuais ligados às tradicionais instituições de produção de saber, como o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e a Academia Amazonense de Letras (AAL), estavam estreitamente ligados às preocupações políticas locais e regionais, integravam este grupo, por exemplo, “os intelectuais diretamente envolvidos no processo revolucionário de 1930”: Carlos Mesquita, professor, Waldemar Pedrosa, advogado, o próprio Arthur César Ferreira Reis, a esta época relator da Comissão de Delimitação de Limites dos Municípios do Estado do Amazonas, e o advogado Álvaro Botelho Maia, membro da AAL, nomeado Interventor Federal durante os anos 1930-1931 e, posteriormente, por meio das eleições de 1935 a 1945, dez anos⁵⁸.

mites do saber: a Amazônia e seus intérpretes. In: COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal de (Orgs.). *Amazônia: modernização e conflito* (séculos XVIII e XIX). 1ª ed. Belém; Macapá: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/UFPA; Universidade Federal do Amapá, 2001, p. 159-190, p. 170.

56 – REIS, Arthur César Ferreira. A ocupação portuguesa no vale amazônico. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1968, tomo I, volume I; REIS, Arthur César Ferreira. (1940) *A Política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

57 – VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, vol. 2.

58 – GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. *História de brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro* (Sécs. XVIII- XIX). Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas: 1997, p. 115-116.

Assim, compreendendo o texto de Reis como fruto do contexto histórico e político vivido no país à época, naquilo que diz respeito ao auge do autoritarismo político dos anos Vargas, e a postura adotada pelo IHGB ao apoiar os acontecimentos revolucionários de 1930, nomeando como presidente de honra do Terceiro Congresso de História Nacional o Presidente da República, Getúlio Vargas, bem como a encomenda do IHGB para Arthur Reis na construção de uma tese sobre o Segundo Reinado e os investimentos deste no que confere à navegação fluvial para a Região amazônica, percebe-se a relação passado-presente na narrativa histórica, como afirma Marc Bloch, pois foi exatamente nos anos Vargas que a região amazônica recebeu uma atenção “especial” do Governo Federal e recepcionava uma visão de história sobre a região produzida pelo Governo, pautada na ideia de soerguimento da Amazônia, em razão da marcha para o Norte.

A Revista Mensal de Estudos Brasileiros *Cultura Política*, criada em 1941 pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas, considerada, conforme Ângela de Castro Gomes, um “espelho do Brasil”⁵⁹, integrou um conjunto de realizações na área da política cultural do Estado Novo, trazendo em suas várias seções⁶⁰ o retrato das políticas e ideologias governamentais à frente da nação brasileira neste contexto. No que confere à Região Amazônica, podemos identificar inúmeras narrativas acerca desta região nos artigos deste periódico, sendo elaboradas nos anos 1940 várias representações para a região que, por vezes, tal como frisado por Andrade (2010), retomaram as representações clássicas construídas por “Euclides da Cunha em (Um Paraíso Perdido e À margem da História), Alberto Rangel (Inferno Verde) e Alfredo Ladislau (Terra Imatura) sobre clima, raça e civilização”⁶¹, ou tentavam superá-

59 – GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 125

60 – Problemas políticos e sociais; O pensamento político do chefe do governo; A estrutura jurídico-política do Brasil; Atividade governamental; Textos e documentos históricos; Brasil social, intelectual e artístico.

61 – ANDRADE, Rômulo de Paula. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta: Getúlio Vargas e a *Revista Cultura Política* redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, maio-ago.

-las, colaborando para construir um ideário oficial pelos intelectuais do Estado Novo (1937-1945) com o intuito de explicar a realidade social da Amazônia e as possíveis áreas de intervenção do governo central, culpa-do historicamente pela situação de “abandono” desta região.

O programa Marcha para o Oeste e a viagem de Getúlio Vargas à região nos anos 1940, quando proferiu o “Discurso do rio Amazonas”, proporcionaram uma ampliação de publicações de artigos na revista durante os anos 1941 e 1942, que passou a trazer um conjunto de representações sobre a Amazônia, classificando-a, muitas vezes, como “um lugar a ser conquistado pelo poder central” e o debate sobre temas regionais, a exemplo da subseção “Quadros e costumes do Norte”, escrito por Raimundo Pinheiro, e a representação de elementos regionais, a exemplo da necessidade de povoamento, o saneamento, a redenção do caboclo e do nordestino, a superação do clima, do binômio homem *versus* natureza e a colonização da região, tornando-se constantes nas narrativas deste periódico.

Além do que, os temas acima evidenciados estiveram presentes no discurso do Presidente Vargas no Amazonas, em 1940, quando ele enfatizou em sua fala aspectos caros à história da região, como a questão do clima, a ideia de civilizar e povoar, além de pressupor uma visão técnica e moderna para o alavanque da região. O discurso varguista praticamente lastreou certa interpretação histórica da Amazônia a partir da década de 1940. Ao iniciar seu pronunciamento, Vargas, logo no início, elencou que a história da região foi feita de heroísmo e luta contra o meio e a missão histórica dos homens públicos destinou-se a “conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta⁶²”. A função enunciativa de Vargas naquele momento era transpor o discurso do lendário e contemplativo em relação à Amazônia para fomentar um estudo “objetivo da realidade” para o desenvolvimento regional articulado ao crescimento da Pátria.

2010.

62 – Discurso do Presidente Getúlio Dornelles Vargas. In: *A Visita do Presidente Vargas e as esperanças do ressurgimento do Amazonas*: propaganda amazonense. Imprensa Pública: Manaus, 1940, p. 13.

Mais importante para o tema da História e da Historiografia amazônica é compreender a construção de certa interpretação da História da região a partir da visão governamental varguista e, para isso, concorre observar a fala do próprio Presidente ao dizer: “o Amazonas sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização⁶³”. Esse cenário acima descrito caracteriza o clima em torno dos debates que construíram um novo pensamento social acerca da Região Amazônica, (re)visando, em alguns aspectos, as narrativas e a produção literária da primeira República, trazendo novos olhares para a História da região, representando, desta forma, uma nova forma de interesse do governo central para com a região historicamente invisibilizada.

Lauro Sodré e a defesa pela instituição republicana

Além do texto do representante amazonense (Arthur Reis), cabe analisar o texto de um dos representantes paraenses, o político e militar Lauro Nina Sodré⁶⁴, por sua vez, de considerável relevância para a compreensão historiográfica do contexto do evento que participava, visto a natureza política da tese sustentada por ele: “uma defesa pela instituição republicana” através do texto intitulado “A Proclamação da República”. Lauro Sodré iniciou seu texto destacando os elogios realizados pelo escritor português Latino Coelho ao “patriarca” da independência brasileira José Bonifácio, enfatizando o papel desempenhado por este no processo de emancipação política nacional, reafirmando a importância da efeméride para o destino da nação brasileira:

[...] militava pela instituição republicana o ser a própria nação ainda nascente, desatada por completo dos usos europeus, formando parte importante de um sistema político propriamente americano, onde a

63 – *Ibidem*, p. 14.

64 – Lauro Nina Sodré e Silva nasceu em Belém do Pará em 1858 e faleceu no Rio de Janeiro em 1944. Foi um político e militar republicano, governador do Pará e senador. Seguidor da doutrina positivista de Augusto Comte. Dentre as suas principais publicações destacam-se: *A idéia republicana no Pará* (1890), *Palavras e atos* (1896), *Crenças e opiniões* (1896), *A evolução política do Brasil* (1906) e *Pelo norte da República*.

monarquia era uma exceção, quase uma anomalia, como se disséramos um tipo orgânico em certa maneira dissonante da flora política do novo mundo. [...] desde os primórdios do século XVIII começamos a galgar, de degrau em degrau, a longa série de perigosas andadas, que nos subiram até às cumeadas, a que vitoriosos chegamos em 1889⁶⁵.

Tomando como aparato teórico e metodológico a compreensão da história como uma ciência positiva para a sua análise histórica da Proclamação da República, Lauro Sodré buscou encontrar as “Leis gerais” ou os “padrões”⁶⁶ das experiências históricas que levaram ao processo republicano de 1889. Assim, baseado na doutrina filosófica do francês Augusto Comte, desenvolveu uma equiparação entre as ciências naturais e sociais compreendendo os fatos históricos como objetos passíveis de observação e experimentação, como podemos observar no fragmento de sua tese a seguir:

[...] a ciência da história é hoje como as ciências positivas. O seu método é como os das outras ciências, o método experimental; assim: “constatam-se os fatos pela observação e pela experimentação e desses fatos particulares tiram-se por indução os fatos gerais ou leis”. Era já a lição de Pascal no *Fragment d’un Traité du vide* a mostrar como um mesmo homem que subsiste sempre e que aprende continuamente. O que a história como ciência ensina, no dizer autorizado do grande mestre que foi um dia Littré, é como os estados sociais sucedem uns aos outros em uma ordem determinada⁶⁷.

Observa-se uma perspectiva universalista e a busca por leis gerais e constantes que estariam por trás do desenvolvimento das sociedades humanas. Ao citar intelectuais iluministas, como o matemático Condorcet e o filósofo Kant, que buscavam as leis para a determinação das ações humanas, e um “fio condutor” que explicasse a história dos homens, este intelectual observa o processo de Proclamação da República como algo inevitável e inerente ao cenário moderno do final do século XIX, demons-

65 – SODRÉ, Lauro. A Proclamação da República. IHGB, *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/ Imprensa Nacional, tomo especial, 1938, v.1, p. 351.

66 – BARROS, José D’ Assunção. *Teoria da História*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 73.

67 – SODRÉ, *op. cit.*, 1938, p. 351.

trado empiricamente por fatos e experiências passadas, como podemos observar nas narrativas a seguir:

Era já com larga antecedência, a opinião emitida por Condorcet, ao ver como se manifesta a constância na variedade dos fenômenos sociais: “se o homem pode prever com uma segurança quase inteira os fenômenos, cujas leis lhes são conhecidas; se, mesmo quando elas lhes são desconhecidas é possível, segundo a experiência do passado, predizer, com uma grande probabilidade, os acontecimentos do futuro, porque olhar-se-ia como quimérica empresa a de traçar com alguma verossemelhança o quadro dos destinos futuros da espécie humana, segundo os resultados da sua história?⁶⁸”.

Aberto o livro é bem de ver como nasceu e se avolumou em constante crescimento a ideia republicana, em tempos vários e em pontos diversos e distantes da pátria, sem esquecer que não cessaram de pagar o seu doloroso tributo os confessores da nova ideia salvadora, caindo condenados e mortos pelas autoridades violentas da coroa, os audaciosos pregadores das doutrinas liberais⁶⁹.

Assim, apropriando-se das leituras do filósofo Condorcet, Lauro Sodré relembra em sua tese a necessidade de libertar o Brasil, de finais do século XIX, dos grilhões do antigo regime. Condorcet, que viveu o clima da França Revolucionária na busca da libertação das opressões políticas e sociais impostas pelo Antigo Regime naquele país, buscava em suas obras a superação do cenário que unia os interesses do Estado Absolutista, da Nobreza com seus privilégios, e dos setores mais conservadores da igreja, e sustentavam a Monarquia Absolutista e os privilégios de uma Aristocracia encarada sob o prisma do “parasitismo social”, bem como “as superstições teológicas e hierarquizações sociais difundidas pelo Alto Clero⁷⁰”. Era, portanto, um cenário que se encaixava como “uma luva” para lembrar as pretensões políticas e sociais galgadas por Sodré em finais do Oitocentos no Brasil e na Amazônia, ou seja, a construção de um governo democrático e republicano, tal qual sonhado pelos ideólogos do movimento republicano de 1870, e não o cenário de corrupção e centrali-

68 – *Idem*, p. 351.

69 – *Idem*, p. 351.

70 – BARROS, José D’ Assunção. *Teoria da História*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

zação política vividos na Primeira República, ou de autoritarismo político vivido no Brasil dos anos Vargas.

Na busca das fundações do sentimento nacional e reafirmação do pensamento republicano, Lauro Sodré, contrariamente ao estado autoritário dos anos 1930, mergulha nos eventos do passado do Brasil colonial e imperial na busca das raízes do republicanismo no país. Assim, enfatizando acontecimentos como a Guerra dos Mascates, em especial o 10 de novembro de 1710, o conflito entre os senhores de engenho de Olinda e um grupo de comerciantes portugueses de Recife, afirmando ser este o “primeiro e largo passo para que entre nós vingasse um regime político, que nos fizesse emparelhar com as nações, em que o povo por si se governa⁷¹”. Ainda nesta perspectiva, Sodré evoca outras revoltas nativistas como a Revolta de Vila Rica (ou de Felipe dos Santos), narrando o “conflito com tons claramente antilusitanos, o autor contrapõe brasileiros e portugueses [...], apontando para as deficiências da atuação dos portugueses no Brasil, destacando a má administração, a prática do improviso, o uso da violência e os abusos contra os colonos”, era a raiz da ruptura política.

Além do que, para Sodré, era imprescindível “rebuscar as lições da história, cujas páginas registram os inesquecíveis feitos dos que abriram as veredas, por onde entraram vencedores e felizes, os revolucionários de 1889⁷²”. Dentre estes “revolucionários”, Sodré destaca com afincos o papel desempenhado por Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”. Para o autor:

De todos os conspiradores, só Tiradentes não dissimulou com a Pátria, não mentiu a seu destino cívico, não faltou a seus compromissos de conjurado, não vergou no tremendo passo do horrendo suplício final. Só teve com os débeis companheiros as generosas equivocções que os inocentavam, sem jamais, nem de leve, os carregar de culpas fictícias. Foi nobre, generoso, foi da melhor estirpe cívica e teve a clarividência, que faltou aos mais ilustres⁷³.

71 – SODRÉ, Lauro, *op. cit.*, 1938, v.1, p. 354.

72 – *Ibidem*, p. 356.

73 – *Ibidem*, p. 357.

Lauro Sodré evoca uma imagem do Tiradentes tal qual desenhada pelos republicanos das primeiras décadas do século XX, como representação oficial, o herói da pátria, mártir da República, o evangelizador capaz de representar com altivez a causa da pátria futura, porque “ele sofreu a tirania dos potentados pelo desejo de liberdade de seu próprio paiz⁷⁴”. Com mesmo tom nacionalista e heroicizador, Sodré narra a “deradeira tentativa de implantação da República em nosso país, completadas assim as lidas, a que se consagraram as gerações que precederam os derradeiros apóstolos do novo evangelho político⁷⁵”, ou seja, a Revolução Pernambucana de 1817, relatando que em Pernambuco nascia a “ideia de completa libertação da Pátria⁷⁶”. Esta data tornou-se célebre para os republicanos, apesar da derrota final dos “revolucionários”, pois conseguiram deflagrar, “de fato”, um movimento separatista, chegando a tomar o poder de Pernambuco e instalar um governo provisório, tornando-se semente para os “destinos da nova República⁷⁷”.

O ano de 1817 foi evocado com amplitude não apenas por Lauro Sodré nas primeiras décadas do século XX, mas pelos intelectuais paraenses da Academia Paraense de Letras e do reinstalado Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pois foi nesta data que o IHGP ganhou sua re-fundação, tonando-se a referida data o marco fundador da instituição. A data, além de estender as comemorações e rememorar o Tricentenário da Fundação de Belém (1916), era “capaz de reunir em torno da Associação, as representações coletivas de que precisava para se autoafirmar como instituição cívica⁷⁸”. Governador do estado do Pará à época, Lauro Sodré participou ativamente incentivando o ato de re-fundação do IHGP em 1917, tornando-se o “presidente de honra” da instituição.

74 – Ata de sessão extraordinária comemorativa do martirólogo de Tiradentes e em homenagem à memória de João Pessoa. *Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 21 de abril de 1931, p. 1.

75 – SODRÉ, Lauro, *op. cit.*, 1938, v.1, p. 358.

76 – *Ibidem*, p. 358.

77 – *Idem*.

78 – FREITAS, Iza Vanesa Pedroso de. *O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930 – 1937)*. PPGH/UFGA, Belém – Pará, 2007.

Assim, o recém-reinstalado Instituto Histórico trazia as marcas do pensamento e anseios republicanos, os mesmos apresentados por Sodré em sua tese publicada nos Anais do Terceiro Congresso de História Nacional de 1938. Outra característica importante destacada na tese do autor é a sua crítica às formas de governos autoritários, pois, em inúmeros parágrafos do texto, Sodré citando fragmentos dos manifestos no final do século XIX, à época das campanhas republicanas, reafirma a necessidade de se construírem governos democráticos e republicanos no Brasil, como podemos observar na longa mas importante narrativa a seguir:

É este o ensinamento da história. É ao passado que pertencem as páginas do reinado do despotismo [...] Com o andar dos tempos, as ideias houveram de padecer modificações, e cada vez se acrescentava e crescia a esfera da liberdade, à proporção que minguava a da tirania. Nem mais deuses ou semideuses, não mais descendentes de deuses, os reis passaram a ser considerados como meros delegados de um ser supremo... *Dessa doutrina vetusta se derivaram as formas de governo, que, como a nossa, se resumem na vontade absoluta de um só indivíduo [grifo nosso], cujo poder não é uma delegação da Nação. É essa submissão de um povo a um homem é para ser considerada como um diagnóstico seguro de um padecimento moral. É ela, como reconhece J. Spencer, um atestado de baixa de caráter, e, o que é mais, no chefe e no súdito: em um há um egoísmo frio, em outro uma abdicação vil e covarde dos direitos do homem[...]*⁷⁹.

Contrariamente à postura exibida por Arthur Reis em sua tese apresentada no mesmo evento, ao reafirmar o poder da monarquia, em especial o Segundo Reinado, representado por um estado forte e centralizado, realidade política também vivenciada no Brasil dos anos 1938 com o golpe de Estado perpetrado pelo governo Vargas em âmbito nacional e, por conseguinte, estaduais no Pará e Amazonas, com as interventorias de Magalhães Barata e Álvaro Maia, respectivamente, Sodré reafirma as bases do republicanismo, enfatizando “que há de desaparecer do país o trono dos césores”, e “que há de vir de baixo a revolução destinada a quebrar as armas da tirania, consagrando os instrumentos da democracia⁸⁰”.

79 – SODRÉ, Lauro, *op. cit.*, 1938, v.1, p. 371.

80 – *Ibidem*, p. 372-373.

Assim, observamos duas posturas históricas e políticas contrárias no mesmo evento, demonstrando as distinções da historiografia amazônica, em que historiadores de uma mesma região se destacavam como representação intelectual deste espaço, porém a partir de compreensões diferentes da história.

Considerações finais

A participação dos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional demonstra o diálogo estabelecido entre os historiadores desta região e a historiografia brasileira neste momento, destacando a participação destes nos principais debates realizados no evento, bem como evidenciando a existência de uma elite intelectual na região que escrevia a partir deste e sobre este espaço. Os historiadores amazônicos, ao participarem do Congresso, passaram a compor a rede de sociabilidade intelectual em torno do IHGB e, portanto, da historiografia nacional, dada a rede de intelectuais que gravitavam em torno do IHGB à época.

Com a análise dos temas apresentados nas três teses, algumas questões afloram nas contribuições dos historiadores amazônicos participantes do Congresso: primeiro, a questão política, pois se observa as posturas monarquistas e republicanas dos representantes da Amazônia no Terceiro Congresso de História Nacional, sobretudo considerando as relações dessas teses com os institutos amazônicos, ou seja, aventamos que a tese solicitada ao instituto do Amazonas, IGHA, foi uma tese relacionada com a temática monárquica, enquanto a tese desenvolvida por Lauro Sodré, e possivelmente solicitada pelo IHGB ao IHGP, relacionava-se à tradição republicana do próprio Lauro Sodré e do instituto do Pará.

Além do que, outra questão é a discussão etnográfica referente à tese de Hurley, visto que diante de uma década de debates sobre a formação da sociedade brasileira, o tema possuía alta aceitação e estava em consonância com as diretrizes do evento. Ao apropriar-se de uma fonte do século XVIII (a obra de José Mascarenhas, obra em que o autor apresenta o trabalho de pacificação dos indígenas realizado pelos portugueses, através

da religião católica), Jorge Hurley reafirma a necessidade de pacificação e integração dos povos indígenas à nação brasileira dos anos 30, legitimando o projeto de identidade nacional dos anos Vargas, em especial o Estado Novo, que se baseava neste momento no modernismo regionalista, enfatizando os aspectos da cultura brasileira na busca de uma civilização nos trópicos. Assim, destacava-se a “necessidade de desvendar o sentido ‘original’ do país e suas especificidades, analisando a constituição étnica e social da nação através das três raças formadoras⁸¹”.

A partir da análise das três teses apresentadas pelos historiadores amazônicos no Terceiro Congresso de História Nacional (1938), observamos que foram privilegiadas temáticas nacionais que possuíam aspectos da própria história da região amazônica, como as discussões sobre a navegação e o panorama do Segundo Reinado (tese de Arthur Reis), ocasião em que uma das principais discussões sobre navegação naquele momento foi o caso da abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira; a proclamação da República, a partir das reflexões sobre o fortalecimento dos ideais republicanos no Brasil e na Amazônia (tese de Lauro Sodré), até porque o autor da tese esteve em ascensão política no Pará justamente no período republicano; e o debate sobre os índios do Brasil (tese de Jorge Hurley), tese essa que explorava um tema caro à história amazônica, notadamente a questão indígena, a qual seu autor possuía afinidade, haja vista ter publicado vários trabalhos na interface da história e da etnografia na década de 1930.

No que se refere aos ideais de construção da nação por parte do IHGB, observamos que nas três teses apresentadas pelos historiadores amazônicos tais ideais se fizeram presentes, a saber: primeiro, o tema tratado por Arthur Reis guarda aspectos relacionados à importância do Segundo Reinado, chefiado por D. Pedro II, para a navegação nacional à época, bem como a atuação do Governo imperial na Amazônia; segundo, Lauro Sodré, por sua vez, explanou um tema diretamente ligado à história

81 – FIGUEIREDO, Aldrin Moura. (2010). O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. *Projeto História*, nº 41. São Paulo: USP, p. 321.

nacional: a República; terceiro, Jorge Hurley enfatizou, em sua tese, o debate nacional sobre a formação da sociedade brasileira, considerando que os índios “selvagens” deveriam ser pacificados e integrados à nação, transformando-os em brasileiros.

É importante notar que as três teses advindas da Amazônia para o citado Congresso, vistas em conjunto, revelam os interesses do IHGB e dos institutos amazônicos na história tripartida da Amazônia e do Brasil, ou seja, marcada, em partes, por uma cronologia política, as teses apresentaram certa continuidade e regularidade de tempos convencionais da história do Brasil, como Colônia (Hurley), Império (Arthur Reis) e República (Sodré). A ênfase nessa periodização também diz respeito ao próprio momento vivido na década de 1930 no campo cultural e educacional do país, sobre este último Bittencourt, tomando como exemplo o caso da educação primária, considera que se vivia uma época de consolidação da memória histórica nacional e patriótica, observando que duas situações caracterizavam o ensino de História: primeiro, existia um culto aos heróis da Pátria, a exemplo de Tiradentes; segundo, a obrigatoriedade da História do Brasil para estudantes que ingressavam nos estudos secundários⁸². Em resumo, o Terceiro Congresso de História Nacional aconteceu em uma década marcada pela história da Pátria.

Texto apresentado em abril de 2021. Aprovado para publicação em junho de 2021

82 – BITTENCOURT; Circe Maria F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Ed Cortez, 2011, p. 60.

II – COMUNICAÇÕES

NOTIFICATIONS

REPERCUSSÕES DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA DE 1817 NOS ESTADOS UNIDOS E FRANÇA

REPERCUSSIONS OF THE BRAZILIAN REVOLUTION OF 1817 IN THE UNITED STATES AND FRANCE

VAMIREH CHACON ¹

Resumo:

A Revolução Republicana de 1817 de Pernambuco ao Nordeste do Brasil atraiu a atenção dos escritores franceses Chateaubriand e Stendhal e de Richard Rush, Secretário de Estado do Presidente James Madison. Até Napoleão se interessou pela América Latina.

Palavras-chave: Brasil; Pernambuco; Revolução de 1817; Escritores franceses; Napoleão Bonaparte.

Abstract:

The Republican Revolution of 1817 in Pernambuco and its adjacent captaincies in the Northeast drew the attention of the French writers Chateaubriand and Stendhal, and of Richard Rush, who served as President James Madison's Secretary of State. Even Napoleon became interested in Latin America.

Keywords: Brazil; Pernambuco; Revolution of 1817; French writers; President Madison; Napoleon.

As tentativas de negociação do reconhecimento diplomático pelos Estados Unidos da Revolução Brasileira de 1817, das origens pernambucanas e nordestinas às suas pretensões nacionais e internacionais, são mais conhecidas desde a *História da Revolução de Pernambuco de 1817* por direto testemunho de Muniz Tavares, acrescida por outras pesquisas e comentários de Oliveira Lima. O também historiador e diplomata Gonçalo Mello Mourão ampliou e aprofundou esse estudo. O conjunto de documentação originária impresso compõe os *Autos do Processo para Julgamento dos Rebeldes de Pernambuco, Participantes da Rebelião de 1817*, comentados por José Honório Rodrigues. O seu dia a dia está documentado por Pereira da Costa nos seus *Anais Pernambucanos*.

1 – Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor honoris causa pela Universidade de Erlangen-Nuremberg na Alemanha. Sócio correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Sócio emérito do IHGB. Professor emérito da Universidade de Brasília. Email: vamirehchacon@gmail.com.

Merecendo reconhecimentos são as repercussões francesas da tentativa de libertar Napoleão do seu exílio na atlântica ilha Santa Helena, entre a África e o Brasil, na Revolução de 1817, ecoando nos escritores franceses Chateaubriand e Stendhal.

Chateaubriand, nas suas *Memórias de Além-Túmulo* (*Mémoires d'outre-tombe*), publicadas em 1849 e 1850, menciona “um coronel Latapie, à cabeça de um bando de aventureiros americanos, meditava um desembarque em Santa Helena”, referindo-se à tentativa do grupo do coronel Latapie, conde Pontécoulant, ordenança Artong e soldado Roulet vindos dos Estados Unidos pelo Recife, na Insurreição de 1817, rumo ao confinamento atlântico de Napoleão prisioneiro na ilha Santa Helena entre a África e o Brasil.

A expressão “um bando de aventureiros americanos” confirma o conhecimento da procedência do grupo, assim denominado pela fidelidade legitimista de Chateaubriand aos Bourbons, portanto contra a Revolução Francesa e Napoleão Bonaparte.

Em oposta perspectiva é o registro do bonapartista Stendhal no seu *Diário* (*Journal*) datado de 1817, escrito antes de Chateaubriand, porém publicado parcialmente em 1937, por inteiro e completo na edição *Pléiade* de 1955, portanto desconhecido por ele.

Stendhal, eurocêntrico nas linhas da sua época, algumas vezes faz digressões sobre outros continentes, porém no caso do Brasil chega a ser surpreendente ao anotar no dia 1 de junho de 1817 em Paris no seu *Diário* (*Journal*) “a insurreição admirável do Brasil, quase a maior coisa que possa acontecer”. Na realidade a Revolução Brasileira de 1817, iniciada em 6 de março deste ano no Recife, alastrada às vizinhas Paraíba e Rio Grande do Norte, tinha sido detida no Ceará e na Bahia quando tentava ir além, rumo ao Norte e Sul do Brasil. Durara em torno de dois meses e meio e terminara pela armada repressão com tropas enviadas de Salvador pelo último vice-rei português no Brasil, então governador da Bahia, Conde dos Arcos, a mando de Dom João VI, antes da data registra-

da por Stendhal. Diferença explicável pela lentidão das informações entre continentes através da navegação marítima.

Em seguida Stendhal no mesmo dia acrescenta: “1. A liberdade é como a peste. Enquanto não for lançado ao mar o último pestilento, nada se fez. 2. O único remédio contra a liberdade, são as concessões. Mas é preciso empregar o remédio em tempo: vide Luís XVIII. Não há *lords* nem brumas no Brasil”. Em francês a palavra “*brouillard*” significa também esboço de texto, além de brumas. Stendhal referia-se às perdidas oportunidades de reconciliação entre bonapartistas, recentes derrotados, e os adeptos dos Bourbons retornando do exílio imposto desde a Revolução Francesa, revanchistas quando da restauração por Luís XVIII.

Também muito sintomático é o anterior registro de Stendhal em 7 de fevereiro do mesmo ano no seu *Diário (Journal)*, portanto antes do irrompimento da Revolução de 6 de março: “Ot[is] me diz, [em] Nápoles no [7] de fevereiro [de 1817]: Breve haverá uma impressora [gráfica] na América meridional em proveito dos liberais europeus. Não se fazem sedições com escritos vendidos após oito meses que tenham sido compostos. Esta grande instituição será pois sem inconvenientes”, portanto oportunas aos revolucionários sediciosos.

Quem era Otis?

Era o estadunidense George Alexander (Stendhal escreve este nome no francês, *Alexandre*) Otis, no pessoal testemunho de Stendhal: “americano muito amável e muito doce, cheio de bem-viver” (“*savoir-vivre*”, sentido raro), “mora em Boston. Procurá-lo na viagem à América”. O que denota o projeto de Stendhal ir aos Estados Unidos, nunca realizado.

Em anotação de 4 de abril ainda em 1817, portanto também antes do irrompimento da Revolução de 1817 no Brasil: “Eu acreditava que a América [do Norte = Estados Unidos] nos faria justiça da Inglaterra. Mas eles [norte-americanos = estadunidenses] amam demasiado o dinheiro e raciocinam demasiado friamente para fazer a guerra por cólera”.

Em primeiro lugar, uma afirmação: Stendhal escritor, e não um político, era bonapartista convicto e de coração, tinha vários contactos directos com militares e diplomatas, como se vê no seu *Diário (Journal)*, e sabia da venda da colônia francesa da Luisiana aos Estados Unidos na esperança de Napoleão assim atrair a aliança americana contra a Inglaterra, então inimiga da França. Em segundo lugar, uma interrogação: sabia Stendhal, através de alguma ligação, talvez maçônica ou bonapartista ou ambas, que os conspiradores, logo revolucionários de Pernambuco, planejavam enviar o emissário Cabugá para encontrar-se com o Secretário de Estado (Ministro das Relações Exteriores) dos Estados Unidos, Richard Rush?

Richard Rush era interino Secretário de Estado nada mais nada menos que do Presidente James Monroe, que veio a ser o autor da Doutrina Monroe contra intervenções extracontinentais, portanto potencial aliado de rebeliões independentistas nas Américas contra colonizadores europeus. A eles foi enviado em 1817, pelos insurrectos pernambucanos, Antônio Gonçalves da Cruz, dito Cabugá ou Cruz Cabugá.

Cabugá – no testemunho pessoal de Muniz Tavares, um dos poucos sobreviventes entre os directos participantes da Revolução de 1817, por isso autor da primeira *História da Revolução de Pernambuco de 1817* – Cabugá era dos ricos comerciantes exportadores-importadores da nascente burguesia do Recife: “Este pernambucano tinha viajado na Europa, e possuía considerável fortuna; a sua casa era o receptáculo dos brasileiros mais conspícuos atraídos pela sua afabilidade, e maneira livre de pensar”. Ele, e seus companheiros de grandes empresários a outros tantos proprietários rurais formados por universidades europeias além da de Coimbra, podiam ter contactos pessoais directos inclusive com Hipólito José da Costa, moderado autor do primeiro jornal brasileiro impresso em Londres, o *Correio Braziliense*. Mesmo assim não aceito pelo então governo de Portugal.

Os brasileiros, mesmo sem conhecerem seu contemporâneo francês Stendhal, chegavam às mesmas conclusões dele sobre os estadunidenses no testemunho de Muniz Tavares, merecedor de reprodução na íntegra:

Pernambuco iludia-se, quando na combinação dos seus planos contava com o apoio decisivo daqueles governos, que professavam máximas liberais, principalmente o dos Estados Unidos da América do Norte. Não gastaria “dinheiros públicos” no apoio aos revolucionários anticolonialistas, nem os reconheceria oficialmente, porém os apresentava a empresários privados e cidadãos estadunidenses dispostos a participar das suas revoluções.

Foi o que aconteceu com Cabugá.

Confirmando a previsão de Muniz Tavares, o Secretário de Estado Richard Rush, Ministro das Relações Exteriores do Presidente James Monroe, recebeu-o em pessoa, encaminhando-o a empresários dispostos a vender-lhe armamentos, para isto Cabugá trouxe consideráveis dólares, e a cidadãos estadunidenses e estrangeiros residentes nos Estados Unidos dispostos a participarem da empreitada. Lembremos que a primeira representação diplomática dos Estados Unidos no Brasil foi a do seu consulado no Recife, como ele próprio ainda hoje assim se reconhece. Seu primeiro Cônsul era James Ray, ativo participante direto da conspiração revolucionária em Pernambuco e articulador da recepção de Cabugá por Richard Rush.

O Cônsul da Grã-Bretanha também no Recife, John Lampriere, chegou mesmo a apresentar solidariedade, solicitando reconhecimento britânico ao governo revolucionário de 1817, sendo demitido pelo governo britânico quando derrotada a rebelião, no relato testemunho de Muniz Tavares, *História da Revolução de Pernambuco de 1817*, comentada pelo historiador e diplomata brasileiro Oliveira Lima. Lembre-se ainda a presença de culto comerciante inglês residente em Pernambuco, Henry Koster, autor do livro *Viagens no Brasil (Travels in Brazil)*.

O que não deve surpreender, pois o Recife era desde muito tempo o porto oceânico de Olinda, então capital do rico Pernambuco açucareiro

no Nordeste, que na dominação holandesa projetara o açúcar, de remédio comprado em farmácia, a produto de consumo mundial em massa. A quantidade e qualidade de europeus de várias procedências em Olinda estão documentadas desde a *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil (Denúncias e Confissões de Pernambuco. 1593-1595)*, comentadas por José Antônio Gonsalves de Mello, após as da Bahia em 1591.

Foi o açúcar que atraiu os holandeses ao Nordeste do Brasil pela sua Companhia das Índias Ocidentais. Na Holanda, com a oficial denominação Países Baixos, estavam as refinarias açucareiras, daí a importância da conquista da fonte desta matéria-prima.

José Antônio Gonsalves de Mello apresenta a vida social do Nordeste brasileiro holandês no seu *Tempo dos Flamengos*. Pereira da Costa pormenoriza este período até no dia a dia, entre outros dos seus *Anais Pernambucanos*.

Cabugá vindo do Recife foi a Filadélfia, onde, após a derrocada da Revolução de 1817, chegou também por conexões maçônicas a Abreu e Lima, filho do cognominado Padre Roma, fuzilado na sua presença, ao desembarcar em Salvador na busca da adesão da Bahia rumo a estender-se ao Sul mais populoso no Brasil.

Lembremos a quantidade e qualidade de pernambucanos comerciantes maçônicos. Articulando suas exportações e importações com outros tantos maçons na Europa e Estados Unidos. Ao longo do texto de Muniz Tavares vamos detectando estas conexões.

Cabugá, além da compra de armamentos e munições, conseguiu atrair quatro bonapartistas franceses para combaterem na Revolução de 1817, como eles próprios se apresentam: o conde Pontécoulant, o coronel Latapie, o ordenança Artong e o soldado Roulet, como se vê nos *Autos do Processo para Julgamento dos Rebeldes de Pernambuco, Participantes da Rebelião de 1817*.

Ao chegarem, a Revolução já tinha sido reprimida e logo foram presos. Antes deles já estava no Recife o também francês Louis-François de Tollenare, industrial na França e comerciante no Brasil, que de volta ao seu país escreveu *Notas Dominicais tomadas durante uma Viagem a Portugal e ao Brasil em 1816, 1817 e 1818*, comentadas pelo historiador francês Léon Bourdon, professor na Sorbonne. Tollenare assistiu surpreso os eventos revolucionários e com objetividade os relatou. Antibonapartista, conservador aristocrático, adepto da dinastia dos Bourbons, guilhotinado na Revolução Francesa ou exilados, não foi procurado no Brasil pelos conspiradores, porém viu e escreveu sobre os líderes da Revolução de 1817.

Pouco antes, em 1815, Napoleão vencido pela segunda e última vez na batalha de Waterloo, entregou-se prisioneiro aos britânicos, seus principais vencedores, que o colocaram em vigiada prisão domiciliar na isolada ilha equatorial defronte da África, Santa Helena, onde veio a falecer protestando sempre contra o tratamento recebido. O *Memorial de Santa Helena*, ditado por ele ao Conde de Las Cases, entre os poucos civis e gerais que voluntariamente o acompanharam, descreve suas queixas e recordações mais políticas e épicas que sentimentais. Outro tanto Gourgaud, Montholon e Bertrand. Diante deles Napoleão nunca se referiu às incursões bonapartistas nas Américas.

Napoleão só retornou à França após falecido e sepultado, com todas monumentais honras, no Palácio dos Inválidos às margens do Sena em Paris.

Napoleão nada diz sobre os projetos para libertá-lo. Tinha motivos para o silêncio. Descobertos, ele e cúmplices, seriam evidentemente ainda mais duramente punidos pelos seus vigilantes britânicos.

No Brasil o historiador J. A. (José Augusto) Ferreira da Costa, não confundi-lo com o mais conhecido F. A. (Francisco Augusto) Pereira da Costa, escreveu artigo sobre as andanças brasileiras dos conspiradores franceses bonapartistas Pontécoulant, Latapie, Artong e Roulet no volume

X em 1903 da *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Depois, póstumo, ainda Pereira da Costa em 1958, no volume 7 dos seus *Anais Pernambucanos*, descreveu com muitos pormenores essa aventura, falhada, porém extraordinária.

Outros pesquisadores também se dedicaram ao tema.

O que aqui em seguida nos interessa é articular estas pesquisas com as do historiador argentino Emilio Ocampo no seu livro *La Última Campaña del Emperador Napoleón (Napoleón y la Independencia de América)*.

Seus pontos de partida foram as documentadas comunicações dos historiadores Analola Borges (“El Plan Bonaparte y sus Repercusiones en los Documentos Anglo-Espanoles”) e Olivier Baulny (“Napoléon et les Projets d’Ataque du Brésil”), respectivamente publicadas em forma de artigos nos anais do *Cuarto Congreso de História de América*, tomo VII, Buenos Aires, 1966 e na *Revue de l’Institut Napoléon*, número 118, Paris, 1971.

O Cônsul britânico no Rio de Janeiro enviou, em fins de 1817 ao Lord Castlereagh, então Secretário (Ministro) das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, um relatório “secreto e confidencial” no qual dizia:

Há algumas semanas quatro passageiros [referia-se a Pontécoulant, Latapie, Artong e Raulet] desembarcaram de um bergantim perto de Pernambuco. [...]. Ao serem interrogados, reconheceram terem vindo da América do Norte e que seu objetivo era unir-se ao exército rebelde. [...]. Credo que estavam envolvidos na conspiração de Pernambuco do que davam a entender e com a esperança de descobrir alguns segredos a respeito, o governador [colonial português de Pernambuco] considerou valioso que [o coronel] Latapie [chefe militar do grupo ao lado do Conde de Pontécoulant, chefe político] confessasse e prometeu-lhe liberdade e livre passagem aos Estados Unidos, se divulgasse o verdadeiro motivo da sua vinda a Pernambuco [...]. Ele admitiu que seu objetivo era ajudar os rebeldes a estabelecerem sua independência e que ele pensara que poderia obter o comando das suas tropas [...] com a esperança de estabelecer um lugar independente ao sul da fron-

teira [dos Estados Unidos], donde subsequentemente pudesse levar a cabo com maior exército seu plano ulterior, nada mais nada menos que a libertação do general Bonaparte da ilha de Santa Helena.

Pouco antes, começos de 1817, acrescentam as pesquisas por Emilio Ocampo, chegara a Buenos Aires o General Michel Breyer do exército de Napoleão, quando ele já estava derrotado e exilado na ilha de Santa Helena. O principal libertador argentino, San Martín, não o aceitou e o expulsara do seu exército. O que não fez Breyer desistir. Ele insistiu em permanecer na Argentina e tornou-se amigo do prócer Alvear, outro dos líderes da independência argentina.

Napoleão dele disse: “Breyer é um homem extraordinário”. Permanecera ao seu lado até às vésperas da derrota final em Waterloo. Antes Napoleão o fizera conde do império e comandante da Guarda Nacional em Lyon. Napoleão disse, ao despedir-se do seu irmão José Bonaparte: “Eu me estabalecerei nos Estados Unidos [...]. Em pouco tempo reunirei os restos do império [...]. Meus antigos veteranos encontrarão um asilo ao meu lado”.

Foram palavras de despedida repetidas a Armand de Caulaincourt, general, embaixador nobilitado como duque por Napoleão, reproduzidas por Charlotte de Sot no segundo volume das memórias dele por ela coligidas, *Lembranças do Duque de Vincenza (Souvenirs du Duc de Vicence)*, publicadas em Paris, 1837, também na bibliografia de Emilio Ocampo em *La Última Campaña del Emperador (Napoleón y la Independência de América)*.

Jean-Paul Bertaud, professor na Sorbonne, não entra em pormenores no geral panorama de Napoleão, enfim derrotado e acossado em Paris a caminho do exílio, porém relembra, no seu livro *A Abdicação (L'Abdication)*, os últimos três dias dele ainda no poder, traduzido ao português e publicado no Brasil sob o título *A Queda de Napoleão*. Recorda as palavras, por ele então ditas e depois reproduzidas pelo Conde de Las Cases no *Memorial de Santa Helena*: “Antes que se passe um ano, os acontecimentos da França e da Europa haverão de reagrupar a seu redor

[de Napoleão] milhões de indivíduos, em sua maioria dispendo de propriedades, talento e instrução”.

Enquanto isto, ainda no *Memorial de Santa Helena* anotado por Las Cases, Napoleão acreditava passar desapercibido nos Estados Unidos, enquanto prepararia seu retorno: “Lá é possível percorrer mil quilômetros e ser igual a todo mundo em qualquer lugar. Qualquer um pode perder-se na multidão como bem lhe aprouver, sem nenhum inconveniente, com seus costumes, sua língua e sua religião”. Donde Napoleão acreditava ser possível retornar triunfante, sem então revelar aos seus acompanhantes em Santa Helena as conexões.

Entre seus últimos encontros a caminho do exílio em Santa Helena, Napoleão despediu-se também do seu irmão José fugindo aos Estados Unidos, para onde irá depois outro irmão, Luciano. Este tinha sido dos conspiradores mais importantes na presidência do Conselho dos Quinhentos, último Parlamento da Revolução Francesa já esgotada, para levar Napoleão ao poder no golpe de Estado do 18 de brumário (9 de novembro ainda no calendário revolucionário) de 1799, término do século dezoito, começo de outra época. Aquele outro irmão tinha sido por ele nomeado rei da Espanha, quando participou de várias conspirações instigando movimentos independentistas na América Hispânica, paralelos aos locais movimentos libertadores de Bolívar, San Martín, Sucre e O’Higgins, conforme Emilio Ocampo demonstra em *La Última Campaña del Emperador (Napoleón y la Independencia de América)*.

Napoleão tentara atrair os Estados Unidos, recém-independentes, para aliança com a França, que, desde o reinado dos Bourbons, ajudara com tropas comandadas por Lafayette na guerra de independência contra a Inglaterra, Reino Unido da Grã-Bretanha. Para isso Napoleão vendeu a Luisiana aos Estados Unidos na presidência Jefferson, quando a Luisiana era vasto território francês às margens do rio Mississippi que corta mais ou menos pela metade o território americano desde o mar no Golfo do México até o Canadá ao norte. E na presidência de Madison, Napoleão começara a negociar a venda também da Flórida aos Estados

Unidos, quando a Espanha, então dona desse território, estava ocupada militarmente por tropas francesas mantendo José Bonaparte no trono espanhol. A deposição dele do trono, pelas tropas britânicas sob o comando de Wellington, impediu o término da negociação.

No *Memorial de Santa Helena*, Napoleão confessa especial admiração pelos Estados Unidos. Por fim lamenta não ter ali se asilado.

As movimentações conspiratórias de José Bonaparte no exílio nos Estados Unidos chegaram ao conhecimento do conde Hyde de Neuville, Embaixador da França de Luís XVIII nos Estados Unidos após a derrota napoleônica em Waterloo, a quem relatou as preparações.

Na linha da Doutrina Monroe do seu presidente, o Secretário de Estado Richard Rush concordava com os independentismos da América Latina Luso-Hispânica, portanto também o brasileiro de 1817, conforme confirmou ao emissário pernambucano Cruz Cabugá, porém era contra intervenções estrangeiras, neste caso a francesa bonapartista mesmo no exílio, para apoiá-los, portanto as ignorava pelo menos oficialmente.

Gourgaud, Montholon e Bertrand estão, além de Las Cases, recolhendo diálogos com Napoleão no exílio na distante ilha tropical de Santa Helena defronte da África, depois publicados em outros tantos livros, com suas respostas indiretas sobre opiniões da América. Ainda sintomático tinha sido antes o convite de Napoleão ao próprio embaixador dos Estados Unidos na França, Joel Barlow, para um encontro impedido pela fracassada campanha na Rússia, que não lhe deu mais ânimo para projetos oceânicos, conforme Barlow em relatório ao então Presidente Madison.

A América do Norte (Estados Unidos e Canadá), Caribe e Haiti, e América do Sul (México, Argentina e Venezuela) estavam sempre no horizonte de Napoleão no poder e mesmo no exílio, antes com propósitos explícitos, depois com significativos silêncios nos seus depoimentos aos companheiros de exílio na ilha atlântica de Santa Helena.

Quando da libertação de Caracas por Bolívar em 1813, Napoleão, ainda no poder, prometeu direta ajuda militar ao emissário venezuelano Palacio Fajardo. Mesmo no seu primeiro exílio na ilha de Elba, Napoleão reconhecia, nada mais nada menos a um visitante inglês, que tinha (ou tivera) “um grande projeto” para o México. Emilio Ocampo pormenoriza, com documentos no seu livro *La Última Campaña del Emperador (Napoleón y la independencia de América)*, estas e outras movimentações napoleônicas na América Latina, também dita Ibero-América luso-hispânica.

Napoleão, no *Memorial de Santa Helena* ditado a Les Cases, recorda o “desastre” da batalha naval de Trafalgar impedindo-o de projeções oceânicas do seu poder: “eu não podia estar em toda parte” “eu não sou um deus”. Ele preferiu concentrar seus disponíveis recursos em melhorar seus exércitos, numa geopolítica terrestre decretando o bloqueio contra o comércio britânico na Europa, respondendo ao bloqueio marítimo decretado pelo governo britânico contra a França. Os mares terminaram derrotando as terras.

Por mais crítico que Napoleão fosse contra as limitações mentais dos seus irmãos, muito fez por eles, colocando-os em tronos e enriquecendo-os, deles recebendo fidelidade. José e Luciano, no exílio nos Estados Unidos, são sempre mencionados nas pesquisas sobre conspirações para libertá-lo do exílio em Santa Helena.

Na realidade Napoleão deixará de ser o principal dos generais defensores da Revolução Francesa, um Robespierre a cavalo na definição mais realista que irônica por madame de Staël, entre seus maiores diretos adversários, mesmo assim indiretos admiradores. Napoleão transformara-se no máximo defensor da lei e da ordem, por ele criadas para defesa da sua ampla e profunda reforma fortalecedora do Estado francês, dentro e fora das suas fronteiras. Suas realizadas ajudas, diretas ou indiretas aos Estados Unidos e nunca concluídas na América do Sul, visavam ele próprio as confessa, ampliar mercados para a França por ele chefiada.

Assim também enfraquecendo a economia e a política da sua maior rival britânica.

Pode parecer estranho também o silêncio de Napoleão quanto aos enviados por José e/ou Luciano Bonaparte a Pernambuco, mas ele sabia que muitos dos ventos do Atlântico Sul sopravam da África à América do Sul, portanto também de Santa Helena ao Brasil, conforme Las Cases registra no seu *Memorial*, logo quando da sua chegada ao último exílio.

Então em Paris, como sabia Stendhal destas e de outras movimentações? Ele nunca esteve nem na América do Norte, nem na América do Sul, porém tinha amigo nos Estados Unidos, o referido Alexander Otis.

Stendhal não costumava conspirar, mas esteve diretamente nas guerras ao lado de Napoleão tanto por convicção, quanto por interesse de início como voluntário militar, depois funcionário civil encarregado de participar da administração de territórios ocupados pelos exércitos napoleônicos. Seu entusiasmo chegou a levá-lo a escrever a biografia *Vida de Napoleão* (*Vie de Napoléon*), na qual concorda mais que discorda da epopeia vivida, sempre vívida nas suas recordações mesmo do ficcionista de *A Cartuxa de Parma* (*La Chartreuse de Parma*), onde evoca tanto diretas quanto indiretas recordações napoleônicas na França, Itália e Europa em geral. Registradas no seu *Diário* (*Journal*). Stendhal publicou segunda biografia de Napoleão, renovando e reforçando a sua admiração.

Jornais também da França publicavam notícias sobre a Revolução Brasileira de 1817. Qualquer que fosse o seu grau de informação, Stendhal muito se interessou pela possível criação de jornais pró-franceses na América do Sul, como se vê em sua anotação no dia 7 de fevereiro de 1817, antes de eclodir o movimento revolucionário de Pernambuco deitado no Nordeste do Brasil, e com ele vibrou de entusiasmo, “insurreição admirável” (“*insurrection admirable*”), ao dela saber, em 1 de junho do mesmo ano, pouco depois de ela ser reprimida, como se vê no seu *Diário* (*Journal*).

Prossegue a busca de mais documentos sobre as tentativas bonapartistas de influenciar os movimentos independentistas do Brasil, Argentina, Venezuela e México, além dos já publicados *Autos do Processo para Julgamento dos Rebeldes de Pernambuco*, *Participantes da Rebelião de 1817*, e do pessoal testemunho de Muniz Tavares na sua *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Ainda existe o que pesquisar nos jornais europeus e americanos da época e em Washington/DC nos relatórios do Secretário de Estado, Richard Rush, e de James Ray, Cônsul dos Estados Unidos no Recife. Também nas fontes primárias portuguesas, espanholas, francesas, britânicas, argentinas, venezuelanas e mexicanas nos arquivos nacionais e nos dos respectivos ministérios das Relações Exteriores, além do publicado em jornais daquele tempo em Lisboa, Madrid, Paris, Londres, Buenos Aires, Cidade do México e outros locais.

Texto apresentado em março de 2021. Aprovado para publicação em maio de 2021.

III – DOCUMENTOS DOCUMENTS

DOCUMENTOS SOBRE A CAPITAÇÃO (COLEÇÃO CASA DOS CONTOS DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL)

DOCUMENTS ON CAPITATION CASA DOS CONTOS COLLECTION AT THE BRAZILIAN NATIONAL LIBRARY FOUNDATION

PABLO OLLER MONT SERRATH¹

Resumo:

A Coleção Casa dos Contos da Fundação Biblioteca Nacional é um dos mais importantes fundos documentais sobre fiscalidade no Brasil, com mais de 12.000 documentos, referentes à região de Minas Gerais, entre 1701 e 1889, e está integralmente digitalizada e acessível online, na plataforma SophiA. Dentre os documentos manuscritos que compõem a Coleção, destaque-se o Livro de registro de portarias e ordens expedidas a esta Intendência [de Vila Rica], que, tendo como datas-limites 1735 e 1751, trata da capitação, que foi a forma de arrecadação dos quintos sobre a produção aurífera da capitania de Minas Gerais que trouxe maiores rendimento para os cofres régios. Deste livro, são, aqui, objeto de transcrição os seguintes documentos: “Por onde se nomeia o Intendente desta Vila Domingos da Silva”, de 14 de julho de 1735; “Sobre o exame dos bilhetes, e remessa de mapas do rendimento etc.”, de 25 de abril de 1736; “Regimento que deve observar o Ajudante do Governador para a boa arrecadação do ouro e Bilhetes da Capitação”, sem data; e “Registro do Regimento da Capitação”, de 14 de janeiro de 1736.

Palavras-chave: Capitação; Minas Gerais; Casa dos Contos; Manuscritos; Fiscalidade.

Abstract:

The Casa dos Contos Collection at the Brazilian National Library Foundation has one of the most important document database on taxation in Brazil. It includes more than 12,000 documents related to the region of Minas Gerais between 1701 and 1889. It is fully digitized and accessible online on the SophiA platform. Among the manuscript documents of the collection, the Registration Book of Ordinances and Orders Issued to this Office (in Vila Rica) stands out. It includes documents dated between 1735 and 1751 that deal with the so-called capitation, a tax modality which required that one-fifth of the gold mined in captaincy of Minas Gerais be sent to the colonial government as taxes paid to the Portuguese Crown. In the paper, we transcribe the following documents from the book: Hereby we appoint Domingos da Silva as Intendant of this Village, of July 14, 1735; Control of Capitation Forms and Shipment of Production Maps etc., of April 25, 1736; Regiment that the Governor's Assistant Must Observe for the Good Revenue from Gold and Capitation Forms, undated; and Registration of the Capitation Regiment, of January 14, 1736.

Keywords: capitation; Minas Gerais; Casa dos Contos; manuscripts; taxation.

1 – Professor Contratado da Universidade de São Paulo e Pesquisador da Fundação Biblioteca Nacional e da Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH-USP / Camões-IP). E-mail: pablomontserrath@usp.br.

Desde os primeiros momentos de exploração efetiva das minas no Brasil, em fins do século XVII, a Coroa portuguesa buscou estratégias para garantir o pagamento da quinta parte do metal áureo que fosse descoberto e extraído do território que lhe cabia nas Américas. Aqui, acompanhava-se o entendimento disposto já nas *Ordenações Afonsinas*, referente ao Reino, nas quais ficava estabelecido ser “direito real” a exploração de veios de metais preciosos²; seguido pelas *Ordenações Manuelinas*, em que se declarava que as minas eram “coisa que pertence” ao rei³. A primeira determinação régia referente à exploração de minas no Brasil é do tempo da União Ibérica (1580-1640), promulgada em 15 de agosto de 1603, por Filipe III⁴, quando a existência do rico metal em terras brasileiras ainda era um sonho e uma suspeita⁵. No mesmo ano, nas *Ordenações Filipinas*, reafirmava-se serem direito real “os veeiros, e minas de ouro, ou prata, ou qualquer outro metal⁶”. Indicava-se, ainda, a obrigatoriedade do pagamento ao rei da quinta parte “de todos os metais que se tirarem, depois de fundidos, e apurados”, “em salvo de todos os custos⁷”.

A pouco e pouco, foi-se estabelecendo o poder real no território das minas, a reboque da população que para lá migrava em abundância. Ao mesmo tempo, porque uma coisa estava diretamente relacionada à outra, foram-se criando estruturas fiscais melhor arrançadas e mais eficazes. Eficácia, aqui, quer dizer garantir os maiores ganhos possíveis aos cofres régios da maneira mais suave aos povos, como tantas vezes aparece em pareceres e consultas de ministros portugueses, e nas próprias determina-

2 – *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V* [1446/1447]. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1792, liv. 2, título. 23, § 26.

3 – *Ordenações do Senhor Rey D. Manuel*. [1ª ed. completa, 1512-1513; edição reformada e definitiva, 1521]. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1797, liv. 5, título 96.

4 – PINTO, Virgílio Noya. *O Ouro do Brasil e o Comércio Anglo-Português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, 2ª ed., p. 59.

5 – AZEVEDO, J. Lúcio. *Épocas de Portugal Econômico*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1978, 4ª ed. (1ª ed., 1929), p. 292-296.

6 – *Ordenações e Leys do Reyno de Portugal* [...] [1603]. Lisboa Oriental: Pela Patriarcal Officina da Musica, 1727, liv. 2, título 26, § 16.

7 – *Idem*, liv. 2, título 34, §4.

ções régias⁸. O aparelho fiscal sobre a extração aurífera no Brasil começa a ganhar corpo a partir da nomeação, em 1695, pelo governador do Rio de Janeiro, Sebastião de Castro Caldas, de um provedor da Casa dos Quinto de Taubaté e de guarda-mor e escrivão-geral “das repartições dos ribeiros e datas⁹”. A forma de cobrança do quinto foi extremamente variada ao longo da colonização do Brasil, tendo três tipos principais: bateia ou capitação (pagamento por escravo e por estabelecimento comercial); Casas de Fundição (com cobrança de percentual sobre o ouro fundido); e ajuste ou finta (valor anual fixo de arrobas de ouro a ser enviado à Metrópole à guisa de pagamento do quinto)¹⁰. Dentre esses, o que trouxe maiores rendimento para os cofres régios foi a capitação que vigorou entre 1736 e 1751. Imposto que incidia sobre todos os povos da capitania de Minas Gerais, estivessem ligados ou não à extração aurífera, a capitação deve o seu sucesso – do ponto de vista da Coroa – a dois fatores: vigorar no período de maior rendimento da produção aurífera no Brasil e trazer consigo uma mais efetiva estrutura de cobrança tributária¹¹.

Sobre a capitação, há livro do maior interesse na Coleção Casa dos Contos da Fundação Biblioteca Nacional, um dos mais importantes fundos documentais sobre a fiscalidade no Brasil no período colonial – juntamente com as coleções depositadas no Arquivo Nacional e no Arquivo

8 – Excelente síntese desse processo encontramos em MAGALHÃES, Joaquim Romero. As Câmaras Municipais, a Coroa e a cobrança dos quintos do ouro nas Minas Gerais (1711-1750). In: *Idem. No Portugal Moderno: espaços, tratos e dinheiros* (Miunças 3). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 195-252.

9 – *Idem*, p. 195.

10 – A evolução cronológica de cada tipo de cobrança aparece com datas (mais ou menos) discrepantes, a depender do estudo: ANASTASIA, Carla. Entre Cila e Caribde: as desventuras tributárias dos vassalos de Sua Majestade. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, p. 237-246, 1999; PAULA, João Antonio de. A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Laje de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: as minas setecentistas 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 290-292; COSTA, André. *Sistemas Fiscais no Império: o caso do ouro do Brasil, 1725-1777*. Tese de Doutorado – UL-ISEG. Lisboa, 2013, p. 80; CARRARA, Angelo Alves. Eficácia tributária dos sistemas de cobrança dos quintos reais: a segunda capitação em Minas Gerais, 1736-1751. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 837-860, set/dez 2016.

11 – CARRARA, Angelo Alves. Eficácia tributária dos sistemas de cobrança dos quintos reais: a segunda capitação em Minas Gerais, 1736-1751, *op. cit.*

Público Mineiro. O *Livro de registro de portarias e ordens expedidas a esta Intendência* [de Vila Rica] trata, especificamente, da capitação, com legislação, regimentos, bandos, e alguns dados quantitativos, e, encontra-se *online*¹². Vale mencionar que os mais de 12.000 documentos manuscritos que compõem a Coleção Casa dos Contos da Fundação Biblioteca Nacional estão, desde 2015, integralmente *online*, podendo ser acessados por meio da plataforma SophiA (<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>).

Com datas-limites inicial e final 14/07/1735 e 29/11/1751, o *Livro de registro de portarias e ordens expedidas a esta Intendência* tem termo de fechamento com os seguintes dizeres: “Tem este livro, que há de servir na Provedoria da Fazenda das Minas Gerais, cento quarenta e seis folhas, numeradas e rubricadas com a minha rubrica ‘Abreu’. Lisboa Ocidental, 12 de novembro de 1734”. Pesquisa feita nas plataformas *Scielo*, *Summon* – *Unifesp*, *Google Livros*, *ResearchGate*, *Academia.edu*, por meio do título e da cota do livro, indica que, a despeito da sua relevância, ele nunca foi citado por nenhum estudo. Deste livro, destacamos e transcrevemos abaixo os documentos das suas folhas iniciais, que são a nomeação do Intendente de Vila Rica, Domingos da Silva, em 14 de julho de 1735, e normas (em adendo ao regimento da capitação) referentes aos bilhetes de matrícula da capitação e aos mapas (tabelas) com informações sobre aqueles sobre os quais era cobrado o imposto. Além desses dois documentos, transcrevemos dois regimentos, constantes do referido livro: “Regimento que deve observar o Ajudante do Governador para a boa arrecadação do ouro e Bilhetes da Capitação” e “Registro do Regimento da Capitação”. O primeiro deles é inédito, tendo sido encontrada uma única referência, com o mesmo título, no “Índice do Livro Primeiro do Arquivo Público Mineiro”, publicado no volume 20 da *Revista do Arquivo Público Mineiro*¹³. Já o “Regimento da Capitação” foi publicado no volume 3 da

12 – Fundação Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, Coleção Casa dos Contos, Livro de registro de portarias e ordens expedidas a esta Intendência (I-10,06,005). Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=67803. Acesso em:

13 – *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas

*Revista do Arquivo Público Mineiro*¹⁴, a partir de cópia, constante no referido arquivo, datada de 27 de março de 1734, e no *Códice Costa Matoso*¹⁵, a partir de manuscrito da Biblioteca Mário de Andrade (São Paulo), e datado de julho de 1735. O “Registro do Regimento da Capitação” do livro da Coleção Casa dos Contos da Fundação Biblioteca Nacional data de 14 de janeiro de 1736, e julgamos que merece, também, ser publicado e divulgado, dada a sua importância. Na transcrição deste, indicamos, em nota de rodapé, as diferenças em comparação com o documento do *Códice Costa Matoso* (CCM).

Breves comentários paleográficos

Na transcrição dos documentos modernizou-se a grafia, muito embora respeitando-se o máximo possível a pontuação original. Em algumas páginas, observa-se o uso de reclama ou chamadeira, que é uma forma de indicar a sequência de um texto escrevendo a primeira palavra da próxima página no fim da página atual; as ocorrências apresentadas no documento foram suprimidas na transcrição. As poucas anotações marginais ou interlineares que constam no original estão transcritas em *chevron* < >. A numeração das folhas do original aparece na transcrição entre colchetes e grifadas. Em poucos momentos a leitura é comprometida por algum equívoco na grafia do original; quando isso ocorreu, o [*sic*], entre colchetes e grifado, foi acrescentado; comentários informativos de minha lavra são igualmente indicados entre colchetes e grifados. Todas as letras e palavras acrescentadas por mim estão indicadas entre colchetes [].

O autor do original manuscrito utiliza-se de inúmeras abreviações ao longo do texto. Empregamos como referência ao significado delas a

Gerais, v. 20, p. 426, 1924.

14 – *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 3, p. 37-44, 1898.

15 – FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Verônica (coord. geral). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p. 300-311.

obra de Maria Helena Ochi Flexor¹⁶. As normas paleográficas fixadas durante o *II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia* determinam que as abreviações devem ser desenvolvidas com os acréscimos em grifo; entretanto, julgamos que o grifo prejudicava a fluência da leitura do texto, de modo que desenvolvemos as abreviações sem grifá-las.

Documentos sobre a capitação¹⁷

[fl. 2]

<Por onde se nomeia o Intendente desta Vila Domingos da Silva>.

Por quanto na conformidade das ordens de Sua Majestade, e convenção dos povos destas Minas, se comutou o Real quinto em uma capitação de todos os escravos des[te] governo, e para boa [ar]recadação da mesma capitação, e bom expediente dos povos, é necessário repartir em Intendências, as Comarcas deste governo. Ordeno ao Provedor da Fazenda Real destas Minas, Domingos da Silva, a quem nomeio Intendente nesta Vila e seu termo, se encarregue da dita Intendência, e faça observar os bandos que mandei publicar, e execute na conformidade do ajuste feito com os procuradores das Câmaras deste Governo, o que se tem a[s]sentado sobre matéria tão importante, executando o Regimento, e instruções que lhe tenho dado, no que fará a Sua Majestade um especial serviço como espero do seu grande acerto, e atividade. Vila Rica, 14 de Julho de 1735, com Rubrica de Sua Excelência.

[fl. 3v]

<Sobre o exame dos bilhetes, e remessa de mapas do rendimento etc.>

16 – FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 1990, 2ª edição (1ª edição, 1979).

17 – Fundação Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, Coleção Casa dos Contos, Livro de registro de portarias e ordens expedidas a esta Intendência (I-10,06,005).

Como a experiência tem mostrado a utilidade que resulta da diligência de recolher os bilhetes da matrícula antecedente assim por ser o mais fácil e eficaz meio para evitar que se sobneguem escravos, como também por ser conveniente ao sossego dos povos, que o último bilhete possa servir de quitação geral das matrículas antecedentes, ficando seguro quem compra um escravo com o seu bilhete de não ser inquietado por causa de não ter pago o antigo senhor, e no capítulo 7º do Regimento se fala nesta matéria com menos explicação, praticando-se pelos Intendentes a forma que adiante se declara. Ordeno em virtude das ordens, assinadas da mão Real em que Sua Majestade é servido que possa alcançar, e alterar o Regimento que o dito Senhor mandou por minuta, e que tivesse força de Lei enquanto Sua Majestade não mandasse o contrário, que se observe exatamente o costume até agora praticado de fazer dar conta dos bilhetes, da matrícula antecedente, para se matricularem, e que alegando os donos que [fl. 4] os perderam deferindo-lhe verbalmente o juramento, e constando pelos Livros que os tais escravos foram matriculados, se lhe matriculem, e passe bilhete, e sem proceder esta diligência se não passará bilhete algum, senão aos adventícios que de novo entrarem nas Minas; e quanto aos fugitivos recuperados, que fugissem depois de acabada a primeira Matrícula, mostrarão o último bilhete que precedeu ao tempo da fuga, e quando os donos [a]presentando os bilhetes declararem que algum dos que tinham matriculado passaram por venda, ou mudança de domicílio, ao distrito de outra Intendência aonde hajam de ser matriculados, se tomarão em lembrança para se remeterem listas às Intendências a que tocarem, e lá se fazerem as averiguações necessárias, e esta declaração se juntará ao Regimento como parte do dito Capítulo. No fim de cada matrícula e correição remeterão os Intendentes ao Governador um mapa breve e claro em que declarem o número dos [fl. 4v] escravos, ofícios, forros, vendas, lojas etc. que se matricularam, e no caso que haja grande diminuição por causa da mortandade, mudança de moradores ou aumento por razão de novos descobrimentos, de tudo darão parte sucintamente, e a mesma conta darão todas as frotas a Sua Majestade pelo seu Conselho Ultramarino Remetendo-lhe os mesmos mapas para que Sua Majestade

seja de tudo plenamente informado. Vila Rica, 25 de Abril de 1736. Com Rubrica de Sua Excelência.

[fl. 6]

Regimento que deve observar o ajudante do governador para a boa arrecadação do ouro e bilhetes da capitação

Chegados os bilhetes ao Rio de Janeiro, irá, ou mandará pessoa com poder seu, que passe conhecimento de recibo dos caixões ao mestre da embarcação em que vierem ou a pessoa que por ordem de Sua Majestade forem remetidos, e pedir ao governador daquela capitania a escolta necessária até a Paraibuna, donde achará dois dragões das Minas que os venham escoltando, e, em Vila Rica, os porá na casa que para isso está deputada junto da da[sic] intendência, fazendo copiar pelo fiscal dela a guia ou lista que vier remetida de Lisboa.

No tempo de remeter os bilhetes às intendências, fará uma guia para cada uma delas, com as marcas e números dos caixões que remete inteiros, e para completar número necessário abrirá perante o fiscal e escrivão da intendência os caixões necessários, fazendo-se no dito livro uma declaração perante a mesa da intendência de como vinham os maços contéudos na lista, ou se lhe faltava algum, e se estavam os selos interiores intactos, no qual caso lhe servirá de descarga esta declaração e o mesmo se praticará com os maços, quando pareça conveniente abrir-se algum para remeter os bilhetes que costumam [fl. 6v] [g]astar-se em pequeno número.

Remeterá os caixões, maços, e bilhetes que forem necessários para cada intendência que remeterá por pessoa segura com a escolta de um dragão. Em cada uma das intendências, se carregarão no livro da receita, que escreverá o fiscal, e assinará o intendente, de que se passarão conhecimento em forma para descarga do mesmo ajudante. E quando das intendências se remeter o resto do[s] bilhetes, os fará contar e meter em cofre seguro, ou armário da casa da intendência, e deles fará carga no

livro da receita para deles se passar conhecimento em forma para a conta dos intendentes.

Quando o governador mandar recolher o ouro das intendências, fará remeter as ordens necessárias, e, chegado que seja, se pesará na sala da intendência, com assistência do fiscal, e escrivão, e do oficial da Fazenda Real, que servir de contador dela. E, pesado que seja pelo marco comum e usual das Minas, se carregará em receita, e logo se tornará a pesar pelo marco da Casa da Moeda, e se declarará da mesma sorte no dito livro; de que passarão conhecimentos em forma aos intendentes que os pedirem para sua descarga, enquanto não dão contas afinal. E na ocasião do dito recebimento, examinará, com pessoa perita, a limpeza e qualidades dos ouros que se recebem na forma [fl. 7] da instrução que se tem mandado às intendências, e, achando algum menos limpo ou com mistura, dará parte ao governador.

Acabada cada matrícula, examinará com o contador da Fazenda se vêm certos os mapas do produto dos bilhetes que se despenderam, multas e condenações. E receberá os bilhetes restantes que se lhe remeterem, que contará exatamente; e deles fará carga em seu livro, na forma acima dita, apresentando conta corrente ao governador para por ela poder mandar passar portaria de recibo na forma do regimento.

Fará encaixotar os maços e bilhetes que restarem da matrícula, formando lista que se copiará no livro do modo acima dito, fazendo, ao tempo da remessa, carga ao condutor que escolher, com ordem do governador, no caso que o mesmo ajudante os não acompanhe, para entregar no Rio de Janeiro, os maços abertos se inteirarão os quais, e os caixões serão lacrados com as armas do governador da mesma sorte que se remetem de Lisboa.

Ao tempo da remessa fará meter o ouro em borrachas por seus números, leitreiros, da intendência a que pertencem, e, dentro de sacos de linhagem, os fará pregar em caixões com números em courados como é costume, e com argolas para se lhe passar uma corrente com cadeado

[fl. 7v] forte, formando lista para sua guia, e conduzirá todo o ouro a entregar na Fazenda Real do Rio de Janeiro. E os capitães das naus assistindo ao peso e procurando se torne a lançar nas mesmas borrachas em que foi para se não trocar o ouro de uma intendência com o da outra.

Toda a carga de receita e despesa, entrega, e remessa de ouro e bilhetes escreverá o fiscal da intendência de Vila Rica em livros separados, um dos bilhetes, outro do ouro, os quais livros se guardarão nos cofres e armários debaixo de chave que terá o governador, e que somente confiará do ajudante, no caso de se achar embaraçado com negócios mais graves, de sorte que não possa assistir pessoalmente ao recebimento e despesa.

Terá a seu cargo a correspondência com os intendentessobre as miudezas das intendências, como são consertos de balanças e pesos, remessa de borrachas vazia que vierem com ouro, água-forte, pedras de tocar, e tudo o mais que for necessário, e de solicitar as ordens necessárias para se pagarem na Fazenda Real as conduções dos bilhetes e ouro, e as despesas miúdas de papel, tinta, e luzes para se trabalhar de noite – sendo necessário. Participando tudo ao governador, e fazendo por ordem sua e em seu nome os avisos necessários como oficial deputado para este ministério.

O ajudante dependerá inteiramente da eleição do governador, que, sem causa alguma, o poderá remover, pois é responsável [fl. 8] de tudo quanto ele obrar, e das suas omissões, razão porque não descansará inteiramente nele, antes assistirá (como hoje se pratica) ao peso, recebimento e entrega do ouro.

[sem data]

[fl. 66]

Registro do Regimento da Capitação

Sendo ordenado que para melhor arrecadação dos quintos por meio da capitação em que se comutou aquele direito em que se assinassem¹⁸,

18 – No Códice Costa Matoso (doravante, CCM): “aquele direito se assinassem”.

em cada capitania, os limites certos em que se deve pagar, e que em cada distrito haja um juízo de intendência com jurisdição privativa em todas as matérias que pertencerem à dita capitação, hei por bem que toda a prática e arrecadação dela se execute na forma do regimento seguinte:

Capítulo 1º ¹⁹

Haverá em cada distrito um intendente, a quem estarão sujeitos assim os oficiais da matrícula como todos os moradores pelo que toca às dependências dela, e o intendente dependerá das ordens do governador e capitão-general, e assim também haverá um fiscal, um escrivão, um tesoureiro e um meirinho, e aonde²⁰ estes oficiais não bastarem para a expedição necessária haverá também um ajudante de²¹ escrivão.

[fl. 66v] 2º ²²

Ao dito governador se remeterá todos os anos, pelo Conselho Ultramarino, o número²³ conveniente de bilhetes exatamente contados e fechados, os quais ele remeterá também²⁴ por conta aos ditos intendent²⁵es quando for tempo de abrir a matrícula, ficando o mesmo governador obrigado a remeter outra vez ao dito Conselho os bilhetes que houverem sobejado e dar conta de tantas vezes a importância da capitação quantos forem os bilhetes que remeter de menos, e a mesma conta darão os intendent²⁶es ao governador.

3º ²⁶

No primeiro²⁷ de janeiro e julho de cada ano se abrirá a matrícula, e nela se matricularão todos os escravos pelos bilhetes do ano antecedente²⁸

19 – No CCM: “2”.

20 – No CCM: “onde”.

21 – No CCM: “do”.

22 – No CCM: “3”.

23 – No CCM: “pelo Conselho Ultramarino, número”.

24 – No CCM: “também remeterá”.

25 – No CCM: “aos intendent²⁶es”.

26 – No CCM: “4”.

27 – No CCM: “No princípio”.

28 – No CCM: “passado”.

ou listas em que se declare²⁹ o nome e sítio da³⁰ morada dos donos, os nomes e sobrenomes³¹ e pátria dos escravos, e no mais que pertence³² à formalidade da matrícula se observará³³ o método que abaixo se declara.

4º ³⁴

Nesta matrícula geral dos escravos [fl. 67] se pagará por cada um duas oitavas e doze vinténs de ouro em³⁵ cada seis meses, sem exceção alguma pelo estado ou qualidade dos donos, nem pela ocupação ou menos préstimo dos escravos; porque só serão excetuados os crioulos ou mulatinhos nascidos dentro da capitania das Minas que não passarem de quatorze³⁶ anos. Se antes deles seus donos os ocuparem em minerar ou outro qualquer exercício³⁷ de igual conveniência ou fadiga, neste caso pagarão como os de maior idade. E também serão excetuadas as negras cativas que estiverem nas vendas e tiverem pago o que lhe³⁸ toca, na forma do ajuste feito com os procuradores das câmaras.

5º ³⁹

Para dar expedição à matrícula, estarão na casa da intendência, a uma mesa, o intendente, fiscal e escrivão e, a outra, o tesoureiro; e assistirá⁴⁰ o meirinho, e os soldados (sendo necessários)⁴¹ para evitar confusão. Cada um dos donos, ou seus procuradores, apresentará aos intendentes⁴² os bilhetes ou listas, pelos⁴³ quais o escrivão encherá os claros dos no-

29 – No CCM: “declarem”.

30 – No CCM: “de”.

31 – No CCM: “donos e os nomes, sobrenomes”.

32 – No CCM: “pertencer”.

33 – No CCM: “matrícula, e se observará”.

34 – No CCM: “5”.

35 – No CCM: “por”.

36 – No CCM: “catorze”.

37 – No CCM: “ou em outro exercício”.

38 – No CCM: “lhes”.

39 – No CCM: “6”.

40 – No CCM: “tesoureiro; assistindo”.

41 – No CCM: “sendo necessários para evitar confusão”.

42 – No CCM: “ao intendente”.

43 – No CCM: “pelas”.

vos bilhetes e o fiscal os assentará no⁴⁴ livro da matrícula e no alfabeto, dando-se⁴⁵ um bilhete que diga “a fuão tantos bilhetes”, com o qual irá à mesa do [fl. 67v] tesoureiro, que, recebendo a sua importância, porá no mesmo bilhete “pagou fuão tantos bilhetes” e o afirmará⁴⁶ com a sua rubrica, tendo cuidado de receber o ouro limpo, sem mistura nem falsidade, e de não receber ouros de toque notoriamente baixo, senão às pessoas dos distritos em que se não tira outro melhor.

6º⁴⁷

O fiscal porá no livro da matrícula⁴⁸, na regra que começa “matriculou”, o nome⁴⁹ e morada dos donos, e nas adições para baixo, na regra que começa “um escravo”, porá o nome, sobrenome⁵⁰, pátria e idade de cada escravo, na⁵¹ mesma sorte que vai nos bilhetes, numerando-as⁵² com os números conse[cu]tivos, e pondo “vazia” na regra que começa “matriculou” enquanto continuarem os escravos do mesmo dono. E na última semelhante, depois do último assento dos escravos daquele dono, haverá de escrever o nome do outro dono que se seguir, começando de novo os números da margem com o escrito do tesoureiro, que guardará o intendente para a sua conta. E entregará⁵³ aos donos os bilhetes rubricados e procurará o intendente e fiscal que não passem dois escravos do mesmo dono sem algum distintivo ou alcunha quando tenham o mesmo nome, pátria e idade.

44 – No CCM: “em o”.

45 – No CCM: “dando-se-lhe”.

46 – No CCM: “firmará”.

47 – No CCM: “7”.

48 – No CCM: “das matrículas”.

49 – No CCM: “‘matriculou’, nome”.

50 – No CCM: “nome e sobrenome”.

51 – No CCM: “da”.

52 – No CCM: “numerando-os”.

53 – No CCM: “Entregará”.

[fl. 68] 7º ⁵⁴

Sendo caso que se encontre algum bilhete ou certidão da intendência falso ou falsificado, se fará apreensão nos culpados, fazendo-se, para maior⁵⁵ averiguação, exame para corpo de delito, com sumário de testemunhas, e se tirará devassa *ex-officio*, e se condenarão os culpados em dez anos de degredo para São Tomé, e lhe⁵⁶ serão confiscados seus bens, não tendo ascendentes nem descendentes⁵⁷, de cuja sentença só haverá apelação para o Conselho Ultramarino.

8º ⁵⁸

A matrícula estará aberta somente dois meses, no fim⁵⁹ dos quais se cerrará, deitando-se riscas de⁶⁰ alto abaixo pelos assentos que restarem por encher na página principiada, e no fim dela porão o intendente, fiscal, escrivão e tesoureiro⁶¹ as suas rubricas, sem ser necessário mais termo de encerramento, continuando na mesma⁶² página os assentos dos que vierem depois⁶³ matricular e pagar a multa, e da mesma sorte se encerrará de todo no fim do ano⁶⁴.

9º ⁶⁵

Os escravos adventícios, isto é, os que de novo chegam aos ditos distritos dos portos do mar ou parte onde⁶⁶ não há capitação, serão seus donos obrigados a matriculá-los dentro de dois meses depois que entram nas Minas, pagando o que *pro rata* tocar até o fim daquela matrícula,

54 – No CCM: “8”.

55 – No CCM: “melhor”.

56 – No CCM: “lhes”.

57 – No CCM: “descendentes ou ascendentes”.

58 – No CCM: “9”.

59 – No CCM: “meses, que no fim”.

60 – No CCM: “deitando riscas do”.

61 – No CCM: “intendente, fiscal e tesoureiro”.

62 – No CCM: “outra”.

63 – No CCM: “depois vierem”.

64 – No CCM: “no fim quando se entrar em devassa e correição”.

65 – No CCM: “10”.

66 – No CCM: “de mar ou partes em que”.

recebendo⁶⁷, [fl. 68v] em lugar de bilhete impresso, outro semelhante⁶⁸ de mão, rubricado pelo intendente, fiscal e tesoureiro, e fazendo-se [assento] em livro à parte. E o mesmo se praticará com os fugidos e presos que os donos recuperarem depois pelo decurso do tempo, precedendo exata informação. Com declaração, porém, que às pessoas que vinte dias antes de se fechar, digo, antes de se encerrar a matrícula apresentarem na intendência memória dos escravos que trazem fugidos, tendo matriculado⁶⁹ os mais, se lhe⁷⁰ não levarão emolumentos alguns pelas justificações. E aos que até este⁷¹ tempo não tiverem matriculado, se levará irremissivelmente de justificação de cada escravo assinatura e inquiridoria pelo intendente, assentada e escrita pelo escrivão. E o fiscal que houver vista para impugnar a justificação levará o emolumento que costuma levar o procurador da Fazenda. E o mesmo se praticará [com os adventícios], não constando que são boçais.

10.⁷²

Todo o escravo que se descobrir sonogado será perdido para a Fazenda Real se a sonegação se descobrir pelas diligências *ex-officio*. E sendo por denúncia, se aplicará ao denunciante, no caso no caso[*sic*] que se possa fazer nele⁷³ apreensão, dando-se-lhe uma certidão, para lhe servir de título. No caso, porém, que houver prova de algum ou alguns sonogados em que se não pudesse⁷⁴ fazer apreensão, [fl. 69] se sequestrarão aos donos outros tantos⁷⁵, nos quais se não fará execução sem ser ouvido ou à sua revelia, condenado, no qual caso se não admitirá apelação, senão no efeito devolutivo, para o Conselho Ultramarino. Aos⁷⁶ escravos que se

67 – No CCM: “e recebendo”.

68 – No CCM: “impresso, semelhante”.

69 – No CCM: “matriculados”.

70 – No CCM: “lhes”.

71 – No CCM: “esse”.

72 – No CCM: “11”.

73 – No CCM: “dele”.

74 – No CCM: “poderá”.

75 – No CCM: “outros tantos aos donos”.

76 – No CCM: “E os”.

descobrirem sonogados por via de denúncia que eles mesmos fizerem⁷⁷ de si ou de algum seu conservo, se lhe passará grátis carta de alforria em meu nome pelo intendente ou ministro perante quem se descobrir a sonegação, as quais ficarão registradas nas intendências.

11.⁷⁸

Todas as pessoas livres, europeias ou americanas, que se achar que por suas mãos trabalham extraindo ouro nas Minas serão obrigados⁷⁹ a apresentarem-se nas intendências e pagar⁸⁰ capitação, eles e⁸¹ seus administradores, e, da mesma sorte, todos os negros e negras livres e todos os mulatos e mulatas forros⁸² que nasceram escravos e, como roceiros ou mineiros, não tiverem escravos. Todas⁸³ as pessoas que exercitarem ofícios, para o que haverá livro separado e se lhe⁸⁴ darão bilhetes de paga aos sobreditos; e não se manifestando e pagando⁸⁵ serão exterminados das Minas e condenados em cem oitavas para a Fazenda Real ou para o denunciante.

[fl. 69v] 12⁸⁶

Da mesma sorte, serão obrigadas a manifestar-se⁸⁷ todas as pessoas que tiverem lojas, vendas, boticas, cortes de carne, pagando a capitação que lhe⁸⁸ foi repartida, a saber, doze oitavas as lojas grandes, oito as medianas e as vendas, e quatro os mascates e lojas pequenas, de que se fará assento em livro separado e se darão bilhetes de paga aos que vierem manifestar-se.

77 – No CCM: “que derem eles”.

78 – No CCM: “12”.

79 – No CCM: “obrigadas”.

80 – No CCM: “pagarem”.

81 – No CCM: “ou”.

82 – No CCM: “forras”.

83 – No CCM: “escravos; e todas”.

84 – No CCM: “lhes”.

85 – No CCM: “E todos os sobreditos que se não manifestarem e pagarem”.

86 – No CCM: “13”.

87 – No CCM: “manifestarem-se”.

88 – No CCM: “lhes”.

13 ⁸⁹

Para saber a que classe pertencem as lojas, se tomará informação, debaixo de juramento, a duas pessoas inteligentes. E se na correição se achar que seus⁹⁰ donos as puseram⁹¹ em classe menor do que devia ser, se lhe fará pagar o excesso em dobro, sem mais outra pena. E as lojas em que se vender por miúdo alguma coisa comestível devem⁹², ao menos, serem⁹³ reputadas como vendas, e da mesma sorte as boticas, cortes de carne, casas de pasto e estalagem⁹⁴.

14 ⁹⁵

Quem, depois dos⁹⁶ dois meses ao tempo que já estiver cerrada a matrícula, se vier manifestar ou matricular seus negros pagará de multa, em pena do dolo ou afetada negligência, a décima parte do que dever pagar. E, assim, para a conta dos intendentes, lhe fará carga mais a décima parte [fl. 70] dos⁹⁷ que importarem as adições dos livros, depois de cerrada a matrícula.

15 ⁹⁸

Sendo caso que no último termo venha alguém manifestar seus escravos sem ouro para pagar a capitação apresentando penhores bastantes a contento do intendente e tesoureiro, será admitido à matrícula e se lhe darão bilhetes. E no caso que os penhores sejam de ouro ou prata, lhe poderá o intendente dar⁹⁹ algum termo breve que não exceda do tempo em que há de dar conta. E sendo os penhores tais que possa haver neles¹⁰⁰

89 – No CCM: “14”.

90 – No CCM: “os”.

91 – No CCM: “capitaram”.

92 – No CCM: “deverão”.

93 – No CCM: “ser”.

94 – No CCM: “estalagens”.

95 – No CCM: “15”.

96 – No CCM: “de”.

97 – No CCM: “do”.

98 – No CCM: “16”.

99 – No CCM: “lhe poderá dar o intendente”.

100 – No CCM: “que neles possa haver”.

risco, logo serão rematados, sem figura de juízo nem mais processo que um termo conciso de arrematação e um bilhete para servir de título ao arrematante, que tudo se fará grátis pelo que toca à intendência e somente pagarão as partes os pregões ao porteiro.

16

<Este capítulo repetiu-se mais adiante por não pertencer a este lugar, pois é o capítulo número 17> [Segue, então, o conteúdo do capítulo 17; repetido abaixo].

[fl. 70v]

16 ¹⁰¹

Nos últimos dois meses de cada semestre entrará o intendente em correição com os seus oficiais, começando no lugar da sua residência e depois irá por todos os outros sítios e arraiais a que for possível chegar no dito tempo. E não lhe¹⁰² sendo possível ir a todos, alternará, de sorte que, para não ficar lugar nenhum sem correição, vá primeiro aos lugares que lhe faltaram nas correições antecedentes.

17 ¹⁰³

O intendente e seus oficiais e os soldados que o acompanharem para sua segurança e respeito não obrigarão os¹⁰⁴ moradores a lhes darem cama e nem¹⁰⁵ mantimentos alguns; antes, pagarão tudo pelo preço da terra, exceto o capim para os cavalos, que por costume é direito real, em re- [fl. 71] conhecimento do domínio das terras dar-se¹⁰⁶ aos cavalos dos ministros e soldados. E se deixarem de pagar alguma coisa ou a extorquirem, serão castigados como se violentamente a roubassem. E poderá o inten-

101 – No CCM: “17”.

102 – No CCM: “lhe não”.

103 – No CCM: “18”.

104 – No CCM: “aos”.

105 – No CCM: “cama nem”.

106 – No CCM: “darem-se”.

dente na segunda correição¹⁰⁷ do ano continuar nela os dias que lhe parecer do mês de julho, atendendo a que é tempo mais cômodo, diminuindo o tempo da correição do fim do ano, em que as chuvas ordinariamente dificultam as jornadas.

18 ¹⁰⁸

Nesta correição, procurará averiguar o intendente se houve alguns sonegados, tomando informações ocultas e tirando devassa por itens separados de todas as diferentes parcelas da capitação, perguntando às testemunhas que lhe parecer, livres ou cativas, e não mandará escrever os ditos¹⁰⁹ de todas as que não depuserem coisa alguma. Esta devassa se escreverá em livro rubricado pelo intendente, que todos os dias fará declaração ou pronúncia dos sonegantes, pondo a data do dia por extenso e dando vista ao fiscal para requerer contra eles. E fará pôr em lugar público a lista¹¹⁰ dos escravos, vendas, lojas, ofícios¹¹¹ de cada arraial ou freguesia para que todos saibam se houve alguns sonegados¹¹² e o possam denunciar.

[fl. 71v] 19 ¹¹³

Sendo suspeita que poderá haver algum escravo sonegado, mandará vir perante si os donos¹¹⁴ com todos os escravos e bilhetes, e lhes passará¹¹⁵ mostra declarando a todos os nomes e sobrenomes dos que se acham matriculados, explicando-lhe¹¹⁶ que, denunciando algum conservo que ficasse sonegado, ficam livres; para esta diligência, procurará ir às mesmas

107 – No CCM: “na correição segunda”.

108 – No CCM: “19”.

109 – No CCM: “o dito”.

110 – No CCM: “as listas”.

111 – No CCM: “lojas e ofícios”.

112 – No CCM: “algum sonegado”.

113 – No CCM: “20”.

114 – No CCM: “o dono”.

115 – No CCM: “passarão”.

116 – No CCM: “matriculados, e explicando-lhes”.

lavras e roças, não¹¹⁷ os chamando de maior distância de¹¹⁸ uma légua para lhe dar expedição no mesmo dia, porque fazendo-os vir de mais longe ou dilatando-os mais tempo, além da¹¹⁹ vexação das partes, se dava tempo aos donos para sugestões e cautelas.

20 ¹²⁰

Ainda no ato da correição, se poderá admitir¹²¹ à matrícula e manifestação os que não tiverem pago e vierem com o ouro¹²² para pagar¹²³, porém não lhe¹²⁴ valerão os bilhetes para evitar as penas se, quando se passaram, houvesse já denúncia ou constasse a sonegação pela devassa, para cujo efeito, no mesmo bilhete impresso, se porá a data do dia com a firma do intendente, fiscal, escrivão e tesoureiro, nos que se¹²⁵ passarem depois de aberta a devassa e correição. E se porão editais do dia em que há de principiar.

[Fl. 72] 21 ¹²⁶

A principal obrigação do fiscal é vigiar, com o procurador da Fazenda Real, que não haja sonegados e que, havendo-os, se imponham¹²⁷ as penas do regimento. Para este efeito, cotejará os róis dos párocos e o número¹²⁸ dos escravos que constarem pelo alfabeto da matrícula passada com o número dos que se matricularam pelos mesmos donos, para se saber¹²⁹, no caso que¹³⁰ haja diminuição, quantos foram os falecidos e quantos os que passaram a novos senhores, para ver se estes os matricularam. E o

117 – No CCM: “roças, e não”.

118 – No CCM: “que”.

119 – No CCM: “de”.

120 – No CCM: “21”.

121 – No CCM: “poderão admitir”.

122 – No CCM: “com ouro”.

123 – No CCM: “pagarem”.

124 – No CCM: “lhes”.

125 – No CCM: “a”.

126 – No CCM: “22”.

127 – No CCM: “se lhes imponham”.

128 – No CCM: “e número”.

129 – No CCM: “para saber”.

130 – No CCM: “caso em que”.

mesmo fará a respeito das lojas, vendas e ofícios, conferindo os livros com as listas que hão de ter dos registros da câmara¹³¹ pelas licenças e aferições que nela¹³² se costumam registrar, buscando¹³³ os livros, para¹³⁴ que haja algum procedimento com os sonegantes para por eles ver se¹³⁵ houve sonegação.

22 ¹³⁶

Quando algum escravo, por venda ou outro qualquer título, passar a novo senhor, terá este cuidado de saber se está matriculado, havendo assim o bilhete. E quando o não¹³⁷ esteja, matriculá-lo[-á] de novo por evitar as penas de sonegado. E os tutores, curadores, administradores e procuradores ou caixeiros terão cuidado em¹³⁸ matricular os escravos que tiverem em seu poder e administração, pois não o fazendo em tempo hábil e sendo os escravos sonegados tomados [fl. 72v] por perdidos, além da perda que devem pagar aos constituintes, pupilos e outras pessoas cujos bens administrarem, pagarão da sua fazenda o dobro da capitação sonegada.

23 ¹³⁹

As pessoas que saírem do distrito¹⁴⁰ das Minas ou delas mandarem escravos levarão os bilhetes que lhe tocar¹⁴¹ daquela matrícula, partindo depois de cerrada, ou da antecedente, se partirem enquanto estiver aberta, porque não exibindo¹⁴² perante os guardas ou justiças lhe¹⁴³ serão toma-

131 – No CCM: “das casas”.

132 – No CCM: “nelas”.

133 – No CCM: “registrar e, buscando”.

134 – No CCM: “primeiro”.

135 – No CCM: “para ver, primeiro, se com efeito”.

136 – No CCM: “23”.

137 – No CCM: “não o”.

138 – No CCM: “de”.

139 – No CCM: “24”.

140 – No CCM: “dos distritos”.

141 – No CCM: “lhes tocarem”.

142 – No CCM: “não os exibindo”.

143 – No CCM: “lhes”.

dos por perdidos para a Fazenda Real, de que logo se dará¹⁴⁴ a metade ao denunciante, havendo-o.

24 ¹⁴⁵

Nenhum escravo, ainda que doente de qualquer enfermidade, é isento de pagar capitação. Porém, como se recorreu a favor dos inválidos, que seus donos sustentam sem lhes fazerem¹⁴⁶ serviço algum, como os cegos, e [os] totalmente aleijados¹⁴⁷ ou doentes de doença perpétua e incurável que de todo os incapacite, tomar-se-ão¹⁴⁸ a rol no tempo da matrícula para se averiguar, ou no da correição¹⁴⁹. Que¹⁵⁰ no caso que nela se ache ser falsa a declaração dos donos e que os pretendidos inválidos fizeram algum serviço, se lhe¹⁵¹ imporão as penas dos sonegados, sem se admitir¹⁵² escusa alguma ou prova em contrário. [fl. 73] E nesta matéria deve proceder o intendente e fiscal com o maior rigor e vigilância, como também ao¹⁵³ que toca aos adventícios e fugidos.

25 ¹⁵⁴

Serão obrigados os oficiais da matrícula a buscar nos livros dela toda a clareza que verbalmente lhe¹⁵⁵ requerer qualquer <persona> ou escravo a fim de dar alguma denúncia. E havendo pejo no intendente poderão recorrer¹⁵⁶ as partes ao ouvidor ou juiz, que interpelarão ao fiscal que exiba

144 – No CCM: “logo dará”.

145 – No CCM: “25”.

146 – No CCM: “fazer”.

147 – No CCM: “como os cegos, os totalmente”.

148 – No CCM: “tomar-se-lhes-ão”.

149 – No CCM: “para se averiguar na correição”.

150 – No CCM: “E”.

151 – No CCM: “lhes”.

152 – No CCM: “se lhes admitir”.

153 – No CCM: “no”.

154 – No CCM: “26”.

155 – No CCM: “lhes”.

156 – No CCM: “requerer”.

os livros, sem que, porém, hajam¹⁵⁷ de sair da¹⁵⁸ sua mão ou do fiel a quem os entregar.

26 ¹⁵⁹

O intendente não mandará passar certidão alguma dos livros da intendência sem preceder despacho do governador com justificação plena das causas por que se requer, da qual justificação haverá vista o fiscal para a impugnar primeiro que o intendente a julgue por sentença, de que se levarão os emolumentos ordinários, para que se não faça algum¹⁶⁰ fraude com as ditas certidões.

27 ¹⁶¹

Os oficiais da matrícula não levarão emolumento algum fora dos casos em que neste regimento lhe¹⁶² são concedidos, e nestes os não perdoarão às partes por se assinalarem¹⁶³ como em pena [fl. 73v] de algum presumido fraude¹⁶⁴ que se intenta evitar. E por este motivo se entregarão os papéis contados ao tesoureiro para os entregar à parte, recebendo as custas, para depois as repartir conforme o que tocar ao intendente, fiscal e escrivão.

28 ¹⁶⁵

Em todos os despachos de denúncias, manifestações e declarações se porá por extenso a data do dia, para que não possa ser alterada ou falsificada, e havendo dúvida se precedeu a denúncia¹⁶⁶, se a manifestação, por terem a data do mesmo dia, se julgará a favor da manifestação, por ser mais favorável aos réus.

157 – No CCM: “haja”.

158 – No CCM: “de”.

159 – No CCM: “27”.

160 – No CCM: “alguma”.

161 – No CCM: “28”.

162 – No CCM: “lhes”.

163 – No CCM: “porque se assinalam”.

164 – No CCM: “de alguma fraude presumida”.

165 – No CCM: “29”.

166 – No CCM: “dúvida qual se procedeu, se a denúncia”.

29 ¹⁶⁷

O fiscal copiará, por si ou pelo ajudante do escrivão, com ordem do intendente, os livros da matrícula, para ficar uma cópia na intendência e ir outra para o Conselho Ultramarino. No tempo da correição, irá o original, para nele se matricularem os que de novo se apresentarem, e a cópia ficará ao ouvidor ou juiz, para poder tirar as clarezas que pedirem os que quiserem fazer¹⁶⁸ denúncia; mas não poderá¹⁶⁹ mandar passar certidões, e caso que se passem, não terão fê alguma.

30 ¹⁷⁰

O intendente será sempre pessoa de respeito, [fl. 74] capacidade e zelo, e além do que lhe está encarregado terá especial cuidado que¹⁷¹ as balanças e marco¹⁷² da intendência se conservem iguais, justos e fiéis, e o ouro se pese exatamente, sem prejuízo das partes nem da Fazenda Real.

31 ¹⁷³

O fiscal deve ser pessoa de atividade e inteligência para poder suprir, em caso de necessidade, a falta ou impedimento do intendente; e escreverá¹⁷⁴ os livros da matrícula geral e as suas cópias, e haverá pelos bens dos sonegantes¹⁷⁵, depois de pagar¹⁷⁶ para a minha Fazenda a quantia que deviam, outro tanto em pena da sonegação. Porém, os escravos e mais condenações que por este regimento se não aplicam a denunciantes serão aplicados para a Fazenda Real e serão carregados em livros ao tesoureiro.

167 – No CCM: “30”.

168 – No CCM: “tirar”.

169 – No CCM: “poderão”.

170 – No CCM: “31”.

171 – No CCM: “cuidado de que”.

172 – No CCM: “marcos”.

173 – No CCM: “32”.

174 – No CCM: “Escreverá”.

175 – No CCM: “sonegados”.

176 – No CCM: “pagarem”.

32 ¹⁷⁷

O escrivão escreverá nas devassas, de que não levará¹⁷⁸ emolumento algum, e nas justificações, das quais dará vista ao fiscal antes de as fazer conclusas ao¹⁷⁹ intendente; escreverá os bilhetes e as listas¹⁸⁰ que se tirarem¹⁸¹ por ordem do intendente e tudo o mais que este lhe ordenar para a pronta expedição da matrícula.

33 ¹⁸²

O ajudante escreverá em livro separado [fl. 74v] os assentos das pessoas livres que por razão de seus ofícios, vendas, lojas, pagam capitação na forma deste regimento, e lhe¹⁸³ passará os bilhetes; e, da mesma sorte, fará os assentos e bilhetes dos escravos adventícios e fugidos, seus alfabetos e os da matrícula geral nos livros para isso deputados, pondo em cada regra¹⁸⁴ o nome do dono, lugar de¹⁸⁵ sua assistência e número de escravos que matriculou e as folhas do livro da matrícula¹⁸⁶; e escreverá o mais que lhe ordenar o intendente para a pronta expedição das partes.

34 ¹⁸⁷

O tesoureiro será pessoa inteligente no conhecimento do ouro, que receberá bem limpo e sem mistura nem falsidade, e não receberá ouro da Borda do Campo, Congonhas do Sabará ou¹⁸⁸ Pitangui, e ouro semelhante¹⁸⁹ de baixo toque, senão as¹⁹⁰ pessoas que assistirem nos ditos sítios ou

177 – No CCM: “33”.

178 – No CCM: “haverá”.

179 – No CCM: “o”.

180 – No CCM: “os bilhetes e listas”.

181 – No CCM: “tiverem”.

182 – No CCM: “34”.

183 – No CCM: “lhes”.

184 – No CCM: “deputados, em cada regra”.

185 – No CCM: “da”.

186 – No CCM: “número dos escravos, e as folhas dos livros da matrícula”.

187 – No CCM: “35”.

188 – No CCM: “e”.

189 – No CCM: “ouros semelhantes”.

190 – No CCM: “das”.

lá tiverem minerando seus escravos, que se guardará e remeterá separado¹⁹¹; e o ouro do¹⁹² seu recebimento se fechará na casa da intendência em cofre de três chaves, de que uma estará na mão do intendente, outra na do fiscal e outra na do tesoureiro.

35 ¹⁹³

O meirinho assistirá na casa da intendência para limpar o ouro na mesa do tesoureiro e estar pronto para o mais que lhe ordenar o intendente.

[fl. 75] 36 ¹⁹⁴

Para oficiais das intendências se escolherão pessoas que escrevam e contem bem e desembaraçadamente, e que sejam pessoas zelosas e com atividade necessária para expedição¹⁹⁵ breve que se requer nestes officios, que¹⁹⁶ exercitando-os como devem, serão conservados, adiantados¹⁹⁷ e atendidos, e os que se acharem frouxos e pouco ativos mandará o governador logo tirar ¹⁹⁸ sem outro erro ou culpa mais que a frouxidão.

37 ¹⁹⁹

No tempo que concorre muita gente à matrícula, assistirão todo o dia e a parte da noite²⁰⁰ qual²⁰¹ ordenar o intendente. Em o²⁰² decurso do ano, irão todos os dias que não forem feriados assistir²⁰³ três horas de²⁰⁴ manhã

191 – No CCM: “separadamente”.

192 – No CCM: “de”.

193 – No CCM: “36”.

194 – No CCM: “37”.

195 – No CCM: “para a expedição”.

196 – No CCM: “E”.

197 – No CCM: “conservados e adiantados”.

198 – No CCM: “mandará logo o governador tirar”.

199 – No CCM, este item está incorporado ao de n. 37 (n. 36 desta transcrição).

200 – No CCM: “todo dia e parte da noite”.

201 – No CCM: “que”.

202 – No CCM: “No”.

203 – No CCM: “e assistirão”.

204 – No CCM: “da”.

e três de²⁰⁵ tarde na casa da intendência, e em caso de doença darão logo parte ao intendente para mandar substituir os seus lugares; e continuando a doença dará o intendente parte ao governador.

38

Em todo o caso que o governador considerar dolo, ou descuido²⁰⁶ culpável da parte dos governa, digo, da parte dos intendentes²⁰⁷ ou seus oficiais, poderá mandar²⁰⁸ fazer sumário de testemunhas pela pessoa que lhe parecer e no modo que achar mais [fl. 75v] conveniente ao meu serviço. E o mesmo governador, parecendo-lhe, poderá chamar à relação os ministros de Vila Rica e Ribeirão do Carmo e os mais que forem necessários para se vencer por três votos conformes, pronunciando e sentenciando os réus e executando as suas sentenças, excetuando²⁰⁹ somente a de morte natural, dando-me de tudo conta e man[dan]do cópia dos autos ao Conselho Ultramarino.

39

Todos os dias, depois de acabado nas intendências o despacho e expediente ordinário, se pesará o ouro que naquele dia tiver recebido o tesoureiro; e lançando-se conta²¹⁰ pelos seus bilhetes de recibo, e fazendo-se²¹¹ declaração em um caderno do que cresceu ou faltou²¹² cada dia, pela diferença ordinária em pesar²¹³ por junto ou por miúdo, e no fim de cada semana se pode recensear a conta pelos assentos dos livros e também pelos bilhetes que se tiverem distribuído.

205 – No CCM: “da”.

206 – No CCM: “dolo, descuido”.

207 – No CCM: “do intendente”.

208 – No CCM: “poderá o governador mandar”.

209 – No CCM: “sentenças, e excetuando”.

210 – No CCM: “lançando-se em conta”.

211 – No CCM: “recibo, fazendo-se”.

212 – No CCM: “crescesse ou faltasse”.

213 – No CCM: “em que pesar”.

40

Havendo em cada²¹⁴ intendência parte tão distante que seja muito dificultoso dar-se-lhe a expedição ordinária, se dará conta ao governador, apontando-lhe²¹⁵ as providências mais convenientes e praticáveis, para que ele possa tomar o expediente que mais convier ao meu serviço; o que também²¹⁶ [fl. 76] no caso que²¹⁷, por algum incidente, se repute necessário ou antecipar²¹⁸ ou retardar o tempo de abrir ou fechar a matrícula ou entrar em²¹⁹ correição, e o não fará²²⁰ sem motivos urgentes e absolutamente necessários.

41

Antes de entrar em correição, remeterão os intendentes ao governador um mapa exato e distinto com o número dos²²¹ escravos, lojas, vendas, ofícios e forros que se tiverem matriculado; e no fim de cada semestre a cópia dos livros, [o] resto dos bilhetes e a importância da capitação, multas ou condenações, para lhe mandar passar portaria de recibo que lhe servirá²²² de descarga, como se fosse quitação por mim assinada, não ficando os intendentes obrigados a dar²²³ outra alguma conta mais que a que por este regimento lhe²²⁴ há de tomar o governador.

O Secretário do Governo Mathias do Amaral e Veiga o subscrevi e assinei. Vila Rica, 14 de janeiro de 1736 = Mathias do Amaral e Veiga = Luís de Mendonça Cabral escrivão da intendência o registrei²²⁵.

214 – No CCM: “alguma”.

215 – No CCM: “apontando-se-lhe”.

216 – No CCM: “como também”.

217 – No CCM: “caso em que”.

218 – No CCM: “necessário antecipar”.

219 – No CCM: “entrarem na”.

220 – No CCM: “o que não fará”.

221 – No CCM: “de”.

222 – No CCM: “sirva”.

223 – No CCM: “darem”.

224 – No CCM: “lhes”.

225 – No CCM, assina Gomes Freire de Andrade.

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação
em Março de 2021.

NOTAS SOBRE ESTUDOS SOCIAIS, POR CARLOS MIGUEL DELGADO DE CARVALHO

NOTES ON SOCIAL STUDIES BY CARLOS MIGUEL DELGADO DE CARVALHO

THIAGO RODRIGUES NASCIMENTO¹

Resumo:

Carlos Miguel Delgado de Carvalho foi um importante intelectual brasileiro, autor de vasta obra nos campos da Geografia, Sociologia e História. O seu acervo, sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), apresenta múltiplas possibilidades para a pesquisa em História das Disciplinas Escolares e História da Educação no Brasil. Este artigo aborda algumas delas e contém a transcrição de dois documentos, intitulados “Notas sobre Estudos Sociais” e “Notas sobre programas de Estudos Sociais”, redigidos pelo educador no final da década de 1960. Inéditos, indicam as concepções de Delgado de Carvalho para o ensino de História, Geografia e Estudos Sociais. Através de sua leitura é possível depreender as continuidades e rupturas em seu pensamento.

Palavras-chave: Delgado de Carvalho; Estudos Sociais; ensino; acervo pessoal.

Abstract:

Carlos Miguel Delgado de Carvalho was an important Brazilian scholar and author of a vast work in the fields of geography, sociology and history. His collection, housed in the the Brazilian Historical and Geographic Institute (IHGB), offers multiple possibilities for research in the history of school subjects and education in Brazil. The article addresses some of these subjects and includes the transcription of two documents, namely “Notes on Social Studies” and “Notes on Social Studies Programs” written by the educator in the late 1960s. These unpublished notes show Delgado de Carvalho’s conceptions for teaching history, geography and social studies. Their reading makes it possible to trace the changes and continuities in his thinking.

Keywords: Delgado de Carvalho; social studies; teaching; personal collection.

Os professores, conforme argumentam Ana Mignot e Maria Tereza Cunha, não se limitam a ensinar determinadas disciplinas escolares, mas “são produtores de textos que projetam sonhos, expressam dificuldades, eternizam práticas, inscrevem o banal, o singular, o repetitivo, o espetacular da sala de aula². Para as autoras, a cultura escolar impõe essa necessidade de produção de documentos, a partir de “obrigações” institucionais (provas, diários escolares, etc.) e dos relatos da prática cotidiana elaborados pelos professores no (re) pensar do seu labor. Contudo, tais materiais

1 – Doutor em Ciências Humanas – Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde foi bolsista Capes e CNPq. E-mail: thnascimento@gmail.com.

2 – MIGNOT, Ana Chrystina; CUNHA, Maria Tereza. Entre papéis: a invenção cotidiana da escola. In: MIGNOT, Ana Chrystina; CUNHA, Maria Tereza (Orgs.). *Práticas de memória docente*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 9.

nem sempre são valorizados e muitas vezes acabam descartados pela falta de espaço e ausência de uma cultura de preservação.

As análises de acervos pessoais de professores e educadores contribuem, ao mesmo tempo, para a compreensão do sentido da sua vida e atuação profissional e lança luz sobre aspectos da educação brasileira por eles vivenciados³. Esse artigo apresenta o acervo de Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980), sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e transcreve dois documentos inéditos – em termos de divulgação e análises acadêmicas – que sintetizam as suas concepções sobre o ensino de Ciências Humanas: História, Geografia e Estudos Sociais. Educador com atuação entre as décadas de 1910 e 1970, Delgado de Carvalho viu e/ou participou de alguns dos principais momentos da História da Educação no Brasil: criação do Ministério da Educação e Saúde (1930), estabelecimento de um sistema nacional de educação organizado pelo Estado, publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), criação das primeiras universidades, reformas educacionais escolanovistas. Presenciou o estabelecimento de duas ditaduras, Estado Novo (1937-1945) e Ditadura Militar (1964-1985), além de ter atuado no processo de organização de múltiplas instituições intelectuais e educacionais ainda hoje existentes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar de sua importância para a constituição do campo disciplinar e das pesquisas feitas nos últimos anos sobre a sua vida e atuação, Delgado de Carvalho não é um intelectual muito conhecido pelas gerações atuais de historiadores, geógrafos e sociólogos. Assim, consultando seu amplo acervo podemos desnudar aspectos ocultos de sua trajetória e (re) apresentá-lo aos pesquisadores. Num primeiro momento, esboçaremos um breve perfil biográfico do educador. Breve porque é difícil condensar em um artigo uma trajetória de vida de quase 100 anos, mais de

3 – FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. Memória e escritos de um educador. In: MIGNOT, Ana Chrystina; CUNHA, Maria Tereza (Orgs.). *Práticas de memória docente*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 114.

70 deles dedicados às atividades de pesquisa e ensino⁴. Posteriormente, abordaremos algumas possibilidades de investigação a partir do acervo e, por fim, transcrevemos dois documentos escritos na década de 1960, intitulados “Notas sobre Estudos Sociais” (1968) e “Notas sobre programas de Estudos Sociais” (1969).

Delgado de Carvalho: breve perfil biográfico

Carlos Miguel Delgado de Carvalho foi um educador brasileiro, com longa trajetória em importantes instituições e participe na conformação do campo disciplinar em nosso país. Atuou no Instituto de Educação do Distrito Federal, no Colégio Pedro II – no qual chegou a ocupar a direção interina –, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de ter sido catedrático da Universidade do Distrito Federal e de História Moderna e Contemporânea na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Lecionou Inglês, Sociologia, História e Geografia, com vasta produção de livros metodológicos e didáticos nas três últimas. Usando uma expressão empregada por Helena Bomeny, ao analisar os perfis de Anísio Teixeira e Gustavo Capanema, podemos considerar Delgado como um “intelectual da educação”, aquele que tomou “a educação como bandeira civilizadora”⁵.

Delgado de Carvalho nasceu na França em 1884, período em que seu pai estava a serviço da diplomacia do Império. Faleceu, quase um século depois, em 1980. Segundo Vera Andrade⁶, ele teve uma “sólida

4 – Para um maior aprofundamento sobre a biografia e obra do educador, cf.: CASTRO, Therezinha de. Carlos Delgado de Carvalho. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins. *Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009, p. 21-37; MENEZES, Eurípedes Cardoso de. Carlos Delgado de Carvalho: idéias e ideais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 329, p. 105-118, 1980; NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. O ensino de História e Estudos Sociais em John Dewey e Delgado de Carvalho. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 2, p. 212-236, set./dez. 2015.

5 – BOMENY, H. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 10.

6 – ANDRADE, Vera L. C. de Queiroz. Delgado de Carvalho e a opção pela educação brasileira. In: MENEZES, Lená Medeiros de; TRONCOSO, Hugo Cancino; MORA, Rogério de la (Org.). *Intelectuais na América Latina: pensamento, contextos e instituições*

formação humanística” em respeitáveis instituições de ensino superior na França, Inglaterra e Suíça. Sua formação foi multidisciplinar – Letras, Direito, Diplomática, Ciências Sociais e Políticas –, o que se refletiu em sua prática e defesa de uma maior integração entre as diferentes disciplinas que compõem as Ciências Humanas. Para desgosto do pai monarquista, Carvalho conheceu o Brasil em 1906. O Brasil foi o tema de sua tese de doutorado: *Le Brésil Meridional: Étude économique sur les états du sud: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul* (1910), publicada em francês. Como afirma Patrícia Costa, Carvalho “fez o caminho inverso de muitos intelectuais brasileiros que sonhavam estudar na França”. Tal capital cultural lhe permitiu propor mudanças nos métodos de pesquisa e ensino que vigoravam no Brasil no começo do século XX. Sobre as escolhas didático-metodológicas é relevante o depoimento do próprio Delgado de Carvalho, em documento datilografado da década de 1970.

A partir de certa época, quando lecionava Sociologia no Colégio Pedro II, passei a me dedicar ao ensino da Geografia e da História e tive ocasião de escrever vários compêndios, de acordo (mais ou menos) com os professores da época que eu não deixava de criticar com certa franqueza. Passei então a ter novas idéias sobre reformas a fazer no ensino das Ciências Políticas no grau colegial.

Eu tinha chegado à conclusão seguinte: os estudos da matéria dispunham aqui de bons livros estrangeiros sobre os assuntos, mas os livros nacionais ainda se limitavam à chamada “decureba”. Era isto tido por suficiente para os “exames parcelados” da época; o mal não estava só nos compêndios, mas nos próprios exames que se limitavam a dar nota ao que os candidatos tinham memorizado sem maiores comentários e explicações.

Eu, cedo me insurgi contra esses métodos que tornavam enfadonhos os mais interessantes estudos ou assuntos. Foi um escândalo, quando em 1930, na escola normal – Instituto de Educação – organizei provas parciais de “livro aberto” – prática que desanimou os alunos mais fracos, pois não sabiam procurar nos compêndios as respostas a formular⁸.

– dos processos de independência à globalização. Rio de Janeiro: UERJ/Labimi, 2014, p. 411.

7 – COSTA, Patrícia Coelho. *A voz do mestre: trajetória intelectual de Carlos Delgado de Carvalho*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007, p. 19.

8 – CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. *Rascunho de carta*. Rio de Janeiro, p. 1, 27 jan. 1975. Coleção Delgado de Carvalho, lata 13, pasta 6, item 8: Discursos e Recortes

Não bastava memorizar. Era preciso, antes de qualquer coisa, compreender. Tais perspectivas o aproximaram dos reformadores, intelectuais que discutiam a educação brasileira e que foram responsáveis por uma série de reformas. Foi fundador da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, e signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, juntamente com nomes como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Na década de 1930, a sua carreira estava plenamente consolidada. Entre os elementos de sua consagração estão “a cátedra, a admiração de intelectuais estrangeiros por seu trabalho, o sucesso editorial e a escolha para cargos administrativos no governo Vargas⁹”. Nesses anos, ficou explícita sua capacidade de transitar pelas principais instituições e espaços políticos e acadêmicos que debatiam os rumos da educação nacional. No momento em que os catedráticos do Colégio Pedro II perdiam o poder de elaborar os programas de ensino, tarefa que passou à responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde Pública, ele participou das reformas de Francisco Campos e de Gustavo Capanema e atuou como um dos formuladores dos programas de ensino da escola primária durante a reforma anisiana no Distrito Federal (1934). Neste contexto, foi um dos principais responsáveis pela introdução dos Estudos Sociais nos currículos escolares brasileiros, disciplina que se propunha a integrar os conhecimentos históricos, geográficos, políticos, econômicos e sociológicos.

Ao rememorar a sua longa trajetória, no auge de seus quase 90 anos de idade, Delgado de Carvalho explicava a sua opção pela integração de disciplinas: “No ensino moderno, em grau médio avançado, acredito que, separar as matérias Geografia, História, Sociologia, Economia e Ciências Políticas, convenientemente dosadas, é ainda um erro que persiste¹⁰. A defesa dos Estudos Sociais não o impediu de atuar para a consolidação do campo disciplinar, publicando obras pioneiras no campo da Geografia, como *Methodologia do ensino geographico* (1925). As suas viagens aos

de Jornal.

9 – COSTA, Patrícia Coelho. *op. cit.*, p. 23.

10 – CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. Discurso do sócio benemérito Carlos Delgado de Carvalho ao receber em São Paulo o prêmio Boilesen. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 309, p. 158-162, out./dez. 1975.

Estados Unidos foram motivo de inspiração para a edição de uma série de livros de Sociologia¹¹, como *Sociologia e Educação* (1934), em que ficam patentes as suas propostas de renovação educacional a partir do ideário escolanovista. Na década de 1950 se tornou o primeiro brasileiro a receber a Medalha “David Livingstone”, outorgada em 1952 pela *American Geographic Society*, e se aposentou da cátedra na Faculdade Nacional de Filosofia. Quase automaticamente, em 1956, foi elevado à categoria de “professor emérito”, tendo em vista se tratar de uma “personalidade há muito consagrada no magistério e nas letras nacionais¹²”. A partir de 1958 passou a lecionar no Instituto Rio Branco, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. Essa experiência rendeu a publicação da obra *História Diplomática do Brasil* (1959).

O distanciamento da academia não o afastou dos estudos e da produção de materiais didático-pedagógicos. Entre 1956 e 1966, a convite do amigo Anísio Teixeira, escreveu as obras *História Geral: Antiguidade* (1956), *História Geral: Idade Média*, tomo 1 (1959), *História Geral: Idade Média*, tomo 2 (1959) e *História Geral: Idade Contemporânea* (1966) – todas editadas pela Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme). Delgado de Carvalho era um intelectual generalista, ou seja, um intelectual cujas pesquisas e atuações se estenderam a vários campos do conhecimento, não se confinando em apenas uma área específica de investigação. Com a especialização do campo científico e a ascensão dos professores catedráticos, formados pelos primeiros cursos de História e Geografia, a obra de Delgado de Carvalho passou a ser alvo de algumas críticas, o que só impulsionou suas reflexões sobre o ensino de História – disciplina que lecionava desde 1904¹³.

11 – No Rio de Janeiro, Delgado de Carvalho foi o responsável pela criação da primeira cadeira de Sociologia no Colégio Pedro II e foi o autor do Programa de Sociologia Educacional do curso de formação de professores do então Instituto de Educação do Distrito Federal, brevemente vinculado à Universidade do Distrito Federal.

12 – Parecer da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1955. Coleção Delgado de Carvalho, IHGB, lata 13, pasta 2: Homenagens e Prêmios.

13 – Cf. NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. *O ensino de Estudos Sociais no Brasil: das “connexões naturais” à integração pela via do autoritarismo (1930-1970)*. Tese

Sempre atento às questões do seu tempo Delgado de Carvalho foi o primeiro a escrever um manual para a disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB), criada pelo Conselho Federal de Educação em 1962. A obra, publicada inicialmente em 1963, possui mais de 11 edições. Na década de 1970, duas homenagens foram rendidas ao velho professor: a reassunção como membro efetivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1971¹⁴, e a indicação ao prêmio Henning Albert Boilesen¹⁵, em 1974.

O Acervo de Delgado de Carvalho no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB): algumas possibilidades de pesquisa em História da Educação

O acervo particular de Delgado de Carvalho foi doado por seus descendentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e contém mais de 1200 documentos, armazenados em 19 latas. A coleção documental está em fase de organização por equipe coordenada pelas professoras Regina Wanderley e Vera Lúcia C. de Q. Andrade¹⁶. Entre os documentos encontram-se manuscritos e textos datilografados, esboços de importantes obras do educador, como *Geographia do Brazil* (1913) –

(Doutorado em Ciências Humanas – Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

14 – Em 1921, foi admitido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tornando-se sócio honorário já em 1937. Cf. CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. Meio século de atividades. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 292, p. 201-206, jul./set. 1971.

15 – O prêmio Henning Albert Boilesen foi instituído em 2 de abril de 1970 pela Associogás – Associação Brasileira dos Distribuidores de Gás Liquefeito de Petróleo e era distribuído anualmente a duas personalidades brasileiras ou estrangeiras que tivessem contribuído para a educação, tecnologia, ciência e cultura e para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Os nomes eram indicados por “autoridades” (professores, acadêmicos, ministros, etc.), instituições culturais e associações de classe e, posteriormente, os vencedores eram selecionados por uma comissão julgadora composta por personalidades, como membros da Associação Brasileira de Letras e reitores de universidades. Em 1974, além de Delgado de Carvalho, foi laureado o Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva, pelos serviços prestados ao desenvolvimento do país.

16 – A pesquisa foi desenvolvida pelo autor dessas linhas nos primeiros meses de 2018, para elaboração de tese defendida na PUC-Rio em fevereiro de 2019. Agradeço a professora Vera por possibilitar o acesso ao acervo, ainda na fase de organização e catalogação, e as discussões travadas sobre Delgado de Carvalho.

seu primeiro livro escrito em português – e *Introdução metodológica aos Estudos Sociais* (1957), além de correspondências, discursos, programas de ensino, relatórios de viagens, mapas, recortes de jornais, cadernos de aulas, agendas, fichamentos de obras de John Dewey e notas de aulas ministradas no Itamaraty, no Instituto de Educação, na Universidade do Brasil. Materiais que podem servir de inspiração para novas análises sobre a vida e atuação deste longo educador brasileiro.

Entre as décadas de 1920 e 1940, por exemplo, Delgado de Carvalho organizou e realizou uma série de viagens pedagógicas aos Estados Unidos. A primeira delas ocorreu em 1928, quando teve oportunidade de frequentar alguns cursos nos prestigiados *Summer School for American Teachers* e *Teachers College* da Universidade de Columbia. No ano seguinte, acompanhou a visita de dez professores de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1939, Carvalho foi convidado pelo *Carnegie Endowment for International Peace* para uma série de conferências naquele país. Desta época encontramos cadernos de anotações¹⁷ escritos a partir da leitura de John Dewey, filósofo educacional estadunidense, recortes de jornais brasileiros e americanos e o relatório final apresentado ao governo brasileiro, responsável pela licença das atividades na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. No relatório, Carvalho apontava a necessidade de aprimorar as relações intelectuais entre Brasil e Estados Unidos e solicitava ao Presidente da República a designação de um Encarregado de Negócios responsável pela organização de intercâmbios intelectuais entre os países¹⁸. Tais recortes e relatórios são fontes possíveis para o estudo das viagens pedagógicas, nas quais Delgado teve importante atuação como presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE).

17 – CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. *Caderno de Metodologia das Ciências Sociais*. Coleção Delgado de Carvalho, IHGB, lata 1, pasta 2: Estudos diversos de sociologia.

18 – CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. *Relatório apresentado ao Presidente da República*. Coleção Delgado de Carvalho, IHGB, lata 17: Correspondências Oficiais.

Por ocasião do primeiro ano do suicídio do Presidente Getúlio Vargas, Delgado de Carvalho foi convidado a refletir sobre esse importante acontecimento de sua época. Para ele:

A Era Getuliana ficará, em nossa História, como um período de um quarto de século em que, presente ou afastado, o Presidente Vargas exerceu uma influência pessoal considerável sobre os acontecimentos e sobre os destinos do País [...] Nestes vinte e cinco anos, as transformações do Brasil foram maiores do que em qualquer dos séculos anteriores de sua vida colonial, imperial ou republicana¹⁹.

Embora considerasse que o professor de História não deveria discutir política, era fundamental que interpretasse os fatos históricos. Apesar dos possíveis erros, não restava dúvidas acerca das mudanças ocorridas no Brasil a partir de 1930. Ao longo de 70 anos de trabalho como professor e autor de materiais didático-pedagógicos, Delgado de Carvalho acumulou inúmeras notas de aula e reflexões sobre o ensino e a formação de professores. Destacamos as relativas ao ensino de História, objeto da atenção do docente desde a década de 1930. De 1949, com 21 páginas, há a “Metodologia e Prática de Ensino de História” objeto de estudo no Instituto de Educação do Distrito Federal. Carvalho se insurgiu contra o ensino de uma História prioritariamente política, o que aponta na escrita de seus livros didáticos:

Longe de mim a idéia de reformar os estudos de História; limitei-me apenas a sugerir algumas diretrizes que me parecem mais acertadas: como sejam: maior atenção prestada às condições econômicas e às feições culturais, melhores ligações entre a História e Geografia [...] e principalmente uma tendência a “deseuropeizar” (*sic*) a História, pois é ministrada a alunos que não são europeus. Daí a ênfase que procurei dar às respectivas histórias da Ásia e da África medievais [...] ²⁰.

19 – CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. *Carta sobre Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, Ago. 1955. Coleção Delgado de Carvalho, IHGB, lata 17: Correspondências Oficiais.

20 – CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. *A História: ligação do presente ao passado*. Rio de Janeiro, Dez. 1960, p. 1. Coleção Delgado de Carvalho, IHGB, lata 11, pasta 6: Ensino de História.

Já na década de 1930 defendia um currículo que atentasse para História da África, algo que só se tornou obrigatório no currículo escolar brasileiro na primeira década do século XXI. Não obstante a longa trajetória acadêmica e vasta obra, Delgado de Carvalho não deixou nenhum livro autobiográfico. Mais uma vez o seu acervo pessoal representa uma fonte valiosa neste sentido, principalmente a partir dos documentos produzidos entre 1960 e 1970, nos quais o intelectual reflete sobre aspectos da carreira. Expressivas a esse respeito são as pastas dedicadas ao prêmio Boilezen, que contêm o discurso, os livros dos prêmios, os muitos telegramas de felicitação pela homenagem e a *Revista do Gás* (1974) – com uma retrospectiva da carreira de Delgado de Carvalho, além de inúmeras fotos e depoimentos²¹.

São significativas as diferentes congratulações recebidas pelo mestre. De anônimos a figuras de destaque no cenário intelectual brasileiro, como Alceu Amoroso Lima e Arthur C. Ferreira Reis, escreveram para Delgado. Um militar anônimo, por exemplo, reconheceu a importância de suas obras: “Parabéns de uma pessoa que não o conhece, porém, para realizar o concurso para a Escola de Comando e Estado Maior do Exército estudou nos livros de Geografia, em particular o que trata das ‘Regiões Brasileiras’”. O ex-ministro da educação Gustavo Capanema lhe enviou “calorosas felicitações” e “afetuosos abraços²²”.

Ao agradecer o prêmio, Delgado se disse surpreso:

Passei os 90 anos, e julgava que era ainda cedo para receber qualquer prêmio, a não ser o da longevidade. Por isso, foi grande a minha surpresa, e maior ainda a minha emoção, ao ter a notícia do valioso PRÊMIO BOILESEN. Valeu, bem por isso, eu ter me atrasado um pouco no meu adiantadíssimo crepúsculo²³.

21 – Coleção Delgado de Carvalho, IHGB, lata 13.

22 – Coleção Delgado de Carvalho, IHGB, lata 2, pasta 12: Homenagens e prêmios. Cf., ainda, a lata 13.

23 – CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de Carvalho. *Rascunho de carta*. Rio de Janeiro, 27 jan. 1975. Coleção Delgado de Carvalho, IHGB, lata 13, pasta 6, item 8: Discursos e Recortes de Jornal.

A sua reflexão, ao agradecer tal distinção, como não podia deixar de ser, recaiu sobre o ensino. Os Estudos Sociais foram definidos como o seu “cavalo de batalha”:

No meu “cavalo de batalha”, como dizem os franceses, foi uma constante a preocupação de tratar os diferentes setores das Ciências Sociais como conjunto de influências recíprocas. Bem entendido, semelhante coquetel só pode ser oferecido aos estudantes dos últimos anos dos cursos secundários, isto é, depois de ter seguido, nos primeiros anos do curso ginasial os programas paralelos, mas separados das duas disciplinas básicas. Depois de alguns anos de meditação e planejamento, se assim posso dizer, diante de programas que com isso não concordavam, a aposentadoria me silenciou ²⁴.

Desde a década de 1930, Delgado de Carvalho advogou a maior articulação no ensino das disciplinas que compõem as Ciências Sociais tanto no primário quanto no secundário. Em alguns momentos chegou a justificar a criação de uma nova disciplina escolar intitulada Estudos Sociais. Com esse intuito organizou o *Programa de Ciências Sociais* (1934), aplicado nas escolas primárias do Distrito Federal durante a gestão de Anísio Teixeira, e escreveu as obras: *Didática das Ciências Sociais* (1949) e *Introdução metodológica aos Estudos Sociais* (1957) – seu livro mais conhecido sobre o tema. No Brasil, os Estudos Sociais são envoltos em grande polêmica, principalmente, pela sua obrigatoriedade a partir da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus (1971) no auge da Ditadura Militar (1964-1985). Nestes anos, os Estudos Sociais substituíram a História e a Geografia no currículo escolar da escola de 1º grau (atuais Anos Finais do Ensino Fundamental), com tais disciplinas sendo ministradas apenas no ensino de 2º grau profissionalizante (atual Ensino Médio). Contudo, há inúmeras diferenças entre as propostas de Estudos Sociais de Delgado de Carvalho e as defendidas por Raimundo Valnir Chagas, responsável pela sua formulação em 1971. A principal delas é a preocupação de Carvalho com a formação para a cidadania em uma sociedade democrática.

24 – CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de Carvalho. Discurso do sócio benemérito Carlos Delgado de Carvalho... *op. cit.*, p. 159.

A pesquisa em seu acervo permitiu a descoberta de duas reflexões sobre os Estudos Sociais ainda não exploradas pelos pesquisadores e ora transcritas: “Notas sobre Estudos Sociais (1968) e Notas sobre programas de Estudos Sociais” (1969) , ambos em papel com cabeçalho “Ministério da Educação e Cultura”. Infelizmente, não conseguimos identificar se foi uma consulta deste ministério ao educador e a razão da sua escrita neste papel timbrado. São textos que nos ajudam a compreender as permanências e descontinuidades no seu pensamento. Seu valor é incomensurável por se tratarem de notas publicadas após os Estudos Sociais serem indicados como disciplina facultativa do currículo escolar (1962), em todo o país, e já no contexto da ditadura. Delgado estava aposentado, mas não silenciado como reclamava em artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

As investigações acadêmicas sobre os Estudos Sociais reconhecem o papel de Delgado de Carvalho na conformação dessa disciplina, porém concedem uma primazia à leitura de *Introdução metodológica aos Estudos Sociais* (1957). Depois há um silenciamento em relação às suas propostas para os Estudos Sociais nas décadas de 1960 e 1970, período em que o educador, apesar da avançada idade, ainda estava em plena atividade intelectual. Isso certamente ocorreu pela ausência de fontes disponíveis para esse período, lacuna que a maior divulgação de seu acervo permite romper. Portanto, a transcrição de “Notas sobre Estudos Sociais” (1968) e “Notas sobre programas de Estudos Sociais” (1969) , de um lado, apresenta a possibilidade de um novo olhar para a história da disciplina Estudos Sociais na escola brasileira, de outro, sintetiza um refinamento da escrita de Delgado provocado por anos de reflexão sobre o ensino de História, Geografia, Sociologia e Estudos Sociais. Delgado de Carvalho sinalizava a sua função metodológica no currículo escolar:

Os Estudos Sociais constituem uma disciplina que visa a submeter à atenção e à reflexão da geração estudantil os acontecimentos sociais da hora presente e, por meio do conhecimento do passado, de pesqui-

sas e de comparações, orientá-la no sentido de sua mais fácil adaptação às atualidades sociais²⁵.

Pouco mais de uma década após a produção de *Introdução metodológica aos Estudos Sociais*, o termo “integração ao meio social”, presente naquele livro, foi substituído por “mais fácil adaptação às atualidades sociais”. Mesmo assim os Estudos Sociais permanecem com seu caráter de reflexão e associam-se à ideia de preparo social e construção, nos alunos, de “juízo crítico”. Delgado de Carvalho não defende, nos documentos transcritos, a supressão da História e Geografia do currículo escolar, como ele havia feito em várias ocasiões entre as décadas de 1930 e 1950 e como efetivamente ocorreu a partir da reforma de ensino de 1971, mas a inclusão de uma disciplina intitulada Estudos Sociais – de forma complementar às disciplinas já existentes. Sua função seria consolidar o conhecimento aprendido através da História e da Geografia, ministradas como disciplinas independentes. Para tal, o conhecimento teria como fim possibilitar o aluno a viver melhor, a compreender a sua sociedade, a ser crítico, um cidadão. Alguém que sabe interpretar o mundo em vive. Para isso seria primordial a ênfase no ensino da História do Tempo Presente, o uso de documentos em sala de aula e a abordagem através da História Integrada. Não bastava o ensino de uma História política e factual, baseada na simples memorização. Era necessária uma integração entre os conteúdos e variadas abordagens do conhecimento humano.

Nas décadas de 1960 e 1970, pelo fato de o educador ser um defensor dos Estudos Sociais e autor de uma obra de OSPB adotada em todo o país, muitos o associaram à política educacional imposta pela ditadura que tornou obrigatório o ensino de tais disciplinas nos diferentes níveis de ensino²⁶. Delgado de Carvalho, em suas “Notas sobre os Estudos

25 – CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. *Notas sobre Estudos Sociais*. Rio de Janeiro, abr. 1968. Coleção Delgado de Carvalho, IHGB, lata 11, pasta 3: Ensino de Estudos Sociais, p. 2.

26 – Importante salientar que, embora, as disciplinas Estudos Sociais e OSPB estejam fortemente atreladas à ditadura militar, elas são anteriores a esse contexto. Apesar da permanência da nomenclatura, sua forma, conteúdos e objetivos foram alterados com o passar dos anos. Desse modo, os Estudos Sociais e a OSPB das décadas de 1970 e 1980 não são as mesmas pensadas por Delgado de Carvalho, o que é reforçado pela análise

Sociais”, reafirmava sua opção de Estudos Sociais, em detrimento daquilo que era preconizado por Valnir Chagas e da conjuntura de restrições à cidadania, sobretudo, a partir de dezembro de 1968. Para além de toda defesa de Estudos Sociais como uma metodologia de ensino, muito mais até do que uma disciplina escolar, Carvalho salientava, que a escola é a grande responsável por fornecer os instrumentos para uma boa cidadania: consciente e participativa. Nada mais distante do que caracterizou a escola brasileira naqueles anos.

Ao leitor, convido a novas interpretações sobre os documentos e sobre o acervo de Delgado de Carvalho. Certamente, eles representam um contributo tanto à escrita biográfica do educador, considerado o “pai” da Geografia Moderna, quanto uma possibilidade de reflexão sobre o ensino das Ciências Humanas ontem e hoje.

DOCUMENTO 1²⁷

Notas sobre Estudos Sociais²⁸

Rio de Janeiro, abril de 1968

C. Delgado de Carvalho

Conhecidas pelo estudante as matérias do curso *ginasial*, é indicada uma revisão no *colegial* para acompanhá-las de explicações que o levem a compreendê-las melhor. O estudante precisa conhecer o mundo em que vai viver como médico, técnico, engenheiro, advogado ou bancário.

Atualmente não se trata mais de adquirir conhecimentos enciclopédicos, mas apenas vistas reais com fins de *adaptação ao meio social*.

dos documentos transcritos. Cf. NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. *O ensino de Estudos Sociais no Brasil: das “connexões naturaes” à integração pela via do autoritarismo (1930-1970)*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

27 – Mantém-se a fidelidade dos textos, respeitando-se a ortografia adotada pelo autor.

28 – CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. *Notas sobre Estudos Sociais*. Rio de Janeiro, abr. 1968. Coleção Delgado de Carvalho, IHGB, lata 11, pasta 3: Ensino de Estudos Sociais.

Os ornatos do espírito podem vir oportunamente nas horas de fazer da profissão.

O curso ginásial é suposto preparar o estudante de 15 a 16 anos em *geografia, história e letras*. É esta a base essencial para o curso colegial. Conviria, entretanto, que as matérias fôssem estudadas como se apresentam na realidade, isto é, sob a forma de *Estudos Sociais*, coordenando *Geografia Humana, História, Sociologia Cultural, Economia e Política*.

Para a aplicação dos Estudos Sociais ao curso colegial ou mesmo ao superior, é necessário um planejamento para a *coordenação das matérias*, observando certas condições.

a) Sem eliminar a História Geral como tema de estudos, maior ênfase deve ser procurada na *História do Tempo Presente*.

b) A comparação, com analogias e contrastes, é uma alavanca espiritual que facilita a motivação, encontrada no interesse pelas atualidades.

c) Não progridem unicamente as ciências naturais; *novos assuntos* surgem constantemente nas Ciências Sociais. Os professores de trinta anos atrás estão superados.

d) os métodos de estudos, em Estudos Sociais, se apresentam de modo diferente. O compêndio decorado, a aula ditada, o próprio método expositivo em preleções são coisas do passado. O *estudo modernizado* requer mapas, ilustrações, leituras e consultas de livros, exercícios práticos, pesquisas e discussões sobre *Temas* escolhidos.

Os Estudos Sociais constituem uma disciplina que visa a submeter à atenção e à reflexão da geração estudantil os acontecimentos sociais da hora presente e, por meio do conhecimento do passado, de pesquisas e de comparações, orientá-la no sentido de sua mais fácil adaptação às atualidades sociais.

As Ciências Sociais são várias, mas, num “estudo social”, de *um caso*, o assunto tem, devido a esta variedade, diferentes *aspectos*, segun-

do se considera uma ou outra destas ciências. O “estudo social”, pois, é um conjunto de *manifestações* de circunstâncias humanas.

Na projeção dessas manifestações sobressaem idéias, mudanças, conflitos que refletem valores, escolhas, preferências, sentimentos de simpatia ou de hostilidade. Em Ciências Naturais, o observador pode-se manter nêutro; em Ciências Sociais é mais difícil, porque êle pertence a um “*quadro social*”, mas êle pode ser sucinto e justo.

Os estudos sociais, como manifestação da natureza humana, são essencialmente *conseqüências de inter-relações* de uma sociedade numa determinada época. Daí a importância de procurar restaurar o ambiente material daquela época: sinais, símbolos, livros, objetos, documentos, edificado, encarando os três pontos de vista principais: geográfico, econômico e político.

O isolamento relativo que pode ser obtido no laboratório de Ciências Naturais é impossível no estudo social. De fato, não existe divisão nítida e precisa entre as Ciências Sociais quando observadas numa manifestação de inter-relações sociais. A separação clássica efetuada no ensino entre História, Geografia, Economia, Sociologia e Política é arbitrária e só obedece a fins práticos de pesquisa elementar.

Mas a vida social de inter-relações é tão complexa que ainda não foi possível constituir um corpo de princípios e tema enquadrando todos os dados importantes das Ciências Sociais. Entretanto, diz o historiador americano Charles Beard, “é antes devido ao pensamento social do que às descobertas em Ciências Naturais que o mundo goza de tamanha liberdade de consciência e de opinião que lhe é concedida na atualidade. É o espírito de pesquisa social que torna possível a solução dos conflitos sociais e por isso pode ser tido como um valor em si, embora não possa criar uma verdadeira Ciência da Sociedade”.

A educação tem passado progressivamente, neste século, do lar para a escola. As preocupações educacionais dos pais eram e continuam a ser de ordem material ou vocacional, isto é, de natureza a habilitar o edu-

cando a um ofício. O filósofo que se incumbe do adolescente, se preocupava e, ainda, se preocupa da parte cultural, isto é, dos conhecimentos mais apreciados em sociedade. Mas o terceiro objetivo, o preparo social, é raramente levado em conta. Ao indivíduo educado cabe se moldar ao mundo em que vai viver e aprender à custa de sua experiência. Só, então, aprende a utilizar fontes de informação, a consultar livros em bibliotecas, a ler revistas entendendo do assunto, a interpretar relatores e notícias, a discutir sem se revelar desprivinado.

Diz o professor inglês James Hemming: “os setores mais adiantados da indústria estão verificando que eficiência e felicidade no trabalho são grandemente aumentadas se cada trabalhador sabe o respeito da indústria em qual trabalha, a contribuição que ela presta à economia nacional e também a parte que lhe cabe na sua fábrica e as suas relações com o pessoal. É no sentido de semelhante conhecimento que os “Education Officers” falam em “educação para a identificação”. É exatamente a esta identificação que visam os estudos sociais, não apenas para o trabalho numa fábrica, mas para uma identificação com o mundo das realidades sociais.

Admitindo que, num curso mais modernizado, fôssem consagradas *duas aulas* semanais aos Estudos Sociais, um mesmo tema ou assunto seria semanalmente exposto e discutido.

Três estudantes de cada vez, isto é, para cada tema, seriam escolhidos como *reporteres* da turma, constituiriam a *mesa* onde relatariam os resultados de suas pesquisas e receberiam as *perguntas*, as *observações* e as notas trazidas pelos colegas. Ao professor caberia a *orientação dos trabalhos*, a escolha do tema, a formulação das perguntas, a indicação da bibliografia e dos pontos e, por fim a conduta das discussões.

Na primeira aula, depois da *exposição dos objetivos*, seria escolhido o *Tema* e seriam indicados os *reporteres*. A *leitura* dos elementos essenciais do tema seria seguida do *questionário*, das *referências* e da *definição* dos termos empregados para evitar confusões.

Na segunda aula, a matéria do Tema escolhido seria trazido pelos três reporteres em fôlhas cuidadosamente redigidas. Cada reporter faria a *exposição dos tópicos* que lhe couberam na divisão do assunto. Durante esta fase expositiva, caberia a cada um dos estudantes tomar notas do que foi dito e do que êle mesmo pretende acrescentar, perguntas ou críticas.

Em seguida viria a *fase das discussões* sob o controle absoluto do mestre. A palavra é dada aos estudantes da turma, ficando porém ao mestre a incumbência de formular as *conclusões*, depois de feitas as suas críticas.

Por fim, são recolhidos os relatórios escritos por três reporteres e as notas tomadas pelos seus colegas.

São então indicados os três reporteres do próximo tema.

Os casos de “Estudo Social” que podem servir de *Tema* para as vinte aulas de um ano letivo, são tão necessárias que não há possibilidade de se redigir um *Manual* que contenha centenas (ou milhares) de combinações possíveis de História, Sociologia, Geografia, Economia e Política. Em todos os temas, entretanto, sobressae sempre *uma das disciplinas* que fornece os *fios principais* da trama.

Exemplos:

- | | |
|------------|--|
| Geografia | – A noção de fronteira |
| | – O Homem e o Rêlevo |
| | – O Canal de Suez |
| | – Dietas alimentares de diferentes regiões |
| Sociologia | – As Favelas |
| | – Crime e delinquência |
| | – As migrações |
| Economia | – O Mercantilismo |
| | – A revolução industrial |
| | – A questão do Trigo |
| | – Indústria automobilística |

- | | |
|-----------|---|
| Ciências | – Regime Parlamentar |
| Políticas | – Nações Unidas |
| | – Contrabando |
| | – Os impôstos |
| | – Os Poderes do Executivo nas Constituições de 1891 a 1967. |

Nôta: Em todos os temas as referências ao Brasil, quando vêm a propósito, devem ser levadas em consideração. Há nisso um pouco do “*Ensino Cívico*” do passado.

É possível que o acolhimento de semelhante inovação no currículo colegial não seja entusiástico: supõe um sistema didático bastante diferente e supõe certas atividades magisteriais que exigem preparo.

Nessas condições poderiam ser convocados mestres mais moços, desejosos de inovar mesmo. Em duas ou três reuniões, tomariam conhecimento do mecanismo das aulas de Estudos Sociais, a exemplo do que se passa nos institutos estrangeiros. Em seguida, com estudantes de boa vontade praticariam algumas vezes, para se habilitarem a lecionar em estabelecimentos de ensino.

Tema N (Modelo de Questionário)

Crime e Delinquência

1. Conceito Sociológico do Crime – Definição

Pontos de vista de certos criminalistas.

2. Evolução das Instituições Penais

Cristianismo – Sistema Tradicional – Escolas Diversas – Beccaria – Lombroso.

3. Individualização da *Responsabilidade*

Livre-arbítrio – Evolução da noção

4. Classificação dos tipos de delito

5. Os delinquentes.

Delinquência feminina e juvenil.

(Parte mais importante a discutir)

6. Causas da Delinquência

O meio físico – o indivíduo e suas aptidões – Hereditariedade – Fatores econômicos – A Família – A Educação – A Comunidade – Influências diversas – O jornal – O cinema etc.

7. Prevenção e Penologia – Polícia

Reformatórios e Penitenciárias no Brasil

O Nosso Código Penal – O Juri

8. O suicídio e o duelo

DOCUMENTO 2

NOTAS SÔBRE PROGRAMAS DE ESTUDOS SOCIAIS ²⁹

Professor C. Delgado de Carvalho

I – Os franceses dizem que estudar é “nutrir o espírito”; Marcel Prévost diz que aprender “engrandece a vida”, abrindo novas possibilidades de conhecer, passando do que se sabe para o que se precisa saber. Ora, *nunca se quis saber tanto* quanto no mundo de hoje. Daí as numerosas publicações de vulgarização em todos os ramos científicos. Para delas tirar proveito, entretanto, (e não satisfazer apenas uma curiosidade passageira) é necessária uma preliminar *sistematização dos conhecimentos* já adquiridos, que condicione o desejo de *saber mais* e sirva de escada.

29 – CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. *Notas sobre Programas de Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, out. 1969. Coleção Delgado de Carvalho, IHGB, lata 11, pasta 3: Ensino de Estudos Sociais.

II – Matemática e Ciências Físicas e Naturais são de grande importância na “nutrição” do espírito, mas os Estudos Sociais tem um valor humano especial porque a sua esfera de conhecimentos envolve a própria vida social e o indivíduo nela entra como parte na ação. Nas Ciências exatas e nas Ciências biológicas, existe uma sequência clássica, uma sistematização lógica nos assuntos a estudar; não pode ser invertida a ordem dos conhecimentos necessários. Nos Estudos Sociais, o mesmo não se dá, pois a ordem cronológica na História não é norma absoluta. Na *Geografia humana*, na *História econômica*, na Sociologia, na *Organização Social e Política* não há uma sequência inevitável de matérias a examinar. Daí a dificuldade de elaborar programas destes ramos de estudos sociais; daí também a necessidade de saber limitar os *têrmos* a escolher.

III – A redação de um programa de Estudos Sociais, seja êle de Geografia, de História, de Economia Política ou de Sociologia, deve visar, antes de tudo, ser exequível, isto é, poder ser dado *completo*, dentro do número de horas atribuídas à matéria. Em realidade, não é, infelizmente, isto que se passa no ensino. São três as razões desta deficiência. Em primeiro lugar, o desejo do professor, redator do programa, de evidenciar a sua erudição e sua competência. Em segundo lugar, o professor-mestre da matéria demora mais nas primeiras aulas mais do que é necessário e, embora não chegue a dar o programa, precipita as últimas lições no fim do ano. Em terceiro lugar, porque o coordenador da matéria não fiscaliza periodicamente o andamento do curso. Em consequência, um programa deve ser curto, dividido em dois semestres e só conter o essencial que cabe ao professor desenvolver.

IV – Hoje, em dia, verifica-se que há muito mais cousas a aprender e que vai diminuindo o tempo que há para estudá-las devido à multiplicidade das ocupações da vida moderna. Nestas condições, os Estudos Sociais devem se conformar a novos critérios resultantes desta vida moderna. Em História, por exemplo, a cultura clássica exige com razão um certo conhecimento da Antiguidade. Mas ao Oriente, à Grécia e a Roma não devem ser sacrificados os temas de História Moderna. Por sua vez, a História Contemporânea, a *História do tempo presente* constituem elementos es-

senciais do Ensino Secundário. A *História das Relações Internacionais* é, por isso, disciplina já adotada nos Institutos de direção mais esclarecida.

V – Em países de instrução pública adiantada, como na França, já se deu a evolução para um estudo mais adequado da História Contemporânea. Não podem porém os programas estrangeiros ser copiados para o ensino brasileiro. Há dois assuntos quase ignorados na Europa que, para nós são capitais: a *História do Brasil* e a *História da América*. Entretanto, o modo pelo qual são ensinados necessita de modificação. A nossa História está demasiadamente ligada à História Universal para fazer dela, no ensino secundário, uma disciplina isolada. A dança do “cavalier seul”, em História do Brasil, deve ser reservada ao ensino primário. Em História Contemporânea, a metade do livro deve ser de referência ao Brasil, pois nela se acha a “razão de ser” de quase tôda a nossa História.

VI – O interesse e a significação que representa o estudo da História contemporânea da Europa, precisam passar a serem levados também em consideração na História da América. De alguns anos para cá, os nossos compêndios trazem uns dados sobre a *História dos Estados Unidos*, mas reina ainda certa despreocupação a respeito da *América Latina*, entretanto vão crescendo as nossas relações com a Hispano-América e o Mercado Comum nos convida a estudar as feições políticas, sociais e econômicas de nossos vizinhos, tanto mais que o que mais se impõe, a êste respeito, é um estudo comparativo das vinte nações. Em relação à História do Brasil, é a *História da República* que precisa ser estudada em detalhe para a melhor compreensão da hora presente.

VII – Nos Estudos Sociais, quaisquer que seja a distribuição dos cursos, a *Geografia* e a *História* devem ser ensinadas paralelamente e a importância dos mapas geográficos, econômicos e históricos os torna necessários em todos os manuais destas matérias. A *Geografia* explica a *Economia*, a *Economia* explica a *História* e a *Organização Social e Política* é a conclusão prática destas disciplinas.

VIII – No corpo discente, ginasial principalmente, surgiram críticas dos *métodos* de ensino, dos *compêndios* e dos *exames* de História que requerem excepcionais aptidões mnemotécnicas para memorizar a matéria ensinada. As críticas não são descabidas. A memória como persistência do passado supõe *conservação* dos fatos, sua *repetição* e sua *localização* no tempo e no espaço, mas exige *intento*, *atenção* e *compreensão*. Nestas condições (embora convenha ser exercitada) a memória deve ser poupada e reservada para a repetição de cousas úteis. No estudo da História, só devem ser entregues à memorização os fatos essenciais, acompanhados ou não de circunstâncias a êles relativas. Mas a *compreensão* é a condição essencial da conservação e da reprodução dos fatos, deve ser a operação intelectual constantemente repetida no ensino. Se um indivíduo normal esqueceu cedo o que tinha aprendido de cor é porque faltaram as explicações destinadas a fazê-lo compreender os fatos. O que foi compreendido é mais fácil de ser reproduzido do que o que foi decorado. É pois essencial *Explicação*.

IX – Mais triste do que foi *decorado* é o destino do que foi *ditado*. O mestre que dita o seu curso, de duas cousas: ou não está muito seguro no assunto que trata ou tem preguiça de se dar o trabalho de por em dias suas lições. O ditado (alias como também acontece com as notas mal tomadas) é frequentemente a fonte de muitos erros, inexatidões ou mesmo absurdos que o aluno leva para casa, atribuindo o texto ao professor. Esta crítica, evidentemente, não se aplica a umas poucas linhas ditadas, para confirmar um esclarecimento ou citar um documento.

X – A *Documentação* é exatamente um dos pontos deficientes de nosso ensino de Estudos Sociais. Ilustrações poucas, pobres ou mal escolhidas entraram nos nossos manuais no princípio do século; não tem melhorado muito. *Leituras* são atualmente apresentadas, mas a documentação de *Textos da época estudada* ou de países ou regiões percorridas ainda é muito rara. Entretanto, como base de *motivação*, o documento é de incontestável valor. O aluno se interessa mais aos assuntos dos quais êle já tem algum conhecimento. Uma carta de D. Pedro I (bem escolhida), um trecho de Erasmo, uma lei da Revolução Francesa podem constituir

pontos de partida para aulas cativantes que, conservadas na memória, porque ouvidas e lidas atentamente, repetirão os fatos quando for necessário “contar a história”.

XI – Quanto ao ciclo colegial, no qual são geralmente repetidos apenas os programas do ginasial, às vezes com os mesmos compêndios, seria preferível visar uma melhor integração na vida moderna dos discentes de 16 a 18 anos que cursam êste ciclo. Três objetivos podem ser considerados na distribuição das matérias:

1º – Uma *História Geral das Civilizações*, lecionada, em nível superior, integrando a Geografia, a História e Noções de Economia e Política. O desenvolvimento da Humanidade desde a Antiguidade até os tempos atuais, abrangendo a história das Ciências, das Letras, das Artes em suas diferentes *fases de cultura*.

2º – Uma *História da Civilização Brasileira*, baseada no programa anterior, visando a Organização Social, Política e Econômica, como vem sendo feito em muitos Institutos, seguindo as sugestões do Sr. Conselheiro Newton Sucupira.

3º – Uma seleção de *Relações Internacionais*, como já entrou em prática em vários cursos colegiais com grande proveito para os educadores. Consiste em escolher *assuntos da atualidade*, procurar nos jornais, revistas, anuários e livros as origens das questões como sejam: o “Conflito do Vietnam”, a “Política Interna da Colômbia nas últimas décadas”, a “Industrialização do Japão”, o “Mercado Comum Europeu”.

CONCLUSÃO – O espírito humano está, na hora presente, assediado por uma multidão de coisas a aprender. Se forem bem escolhidos os pontos de partida mais importantes, os progressos serão apenas limitados pela capacidade do indivíduo.

Em conformidade com as idéias expostas nas onze notas, seria mais ou menos, a seguinte a distribuição das matérias a serem tratadas na elaboração de *Programas de Ensino Médio de História*.

CICLO GINASIAL

1ª série – HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL

América Précolombiana

2ª série – HISTÓRIA MODERNA

Europa e América Colonial, particularmente Brasil

3ª série – HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA: XIX o século

Europa, Ásia, África – América independente

Brasil Império

4ª série – HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA: XX o século

Europa, Ásia, África – América

Brasil República

CICLO COLEGIAL

1ª série – HISTÓRIA DAS CIVILIZAÇÕES

2ª série – HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Organização Social, Política e Econômica

3ª série – RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rio, outubro de 1969

Texto apresentado em setembro de 2020. Aprovado para publicação em maio de 2021

VI – RESENHAS

REVIEW ESSAYS

PALMER, Steven. *Gênese da Saúde Global: a Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina*. Tradução de Annabella Blyth. 1a edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015, 421 p. Coleção História e Saúde.

CAROLINA SALGADO¹

ANA CAROLINA LACERDA²

MIGUEL HERMAN³

Introdução

Em 1927, Roquette-Pinto, o antropólogo e então Diretor do Museu Nacional, dedicou um capítulo de seu livro *Seixos rolados: estudos brasileiros* a Carl Friedrich Philipp von Martius, o pesquisador e taxonomista alemão que, no século XIX, se debruçou sobre a região da Amazônia no Brasil e publicou, na *Revista do IHGB*, diversos artigos e monografias acerca da natureza, doenças e raças encontradas em suas etnografias. Roquette-Pinto destaca alguns desses títulos encontrados na *Revista do Instituto* entre 1828-1844, tais como “Contribuições para a Ethnographia”, “A Natureza, as Doenças, a Medicina e os Remédios dos Primitivos Habitantes do Brasil”, guias sobre história, hábitos, usos e costumes regionais, e “um programma rigorosamente scientifico para quem desejasse escrever a historia desta nacionalidade⁴”. Celebrando as contribuições e a simpatia de von Martius pelo Brasil, o antropólogo brasileiro ressalta que “Falando aos descendentes de portugueses escravocratas do

1 – Professora no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e pós-doc no PPG em História das Ciências e da Saúde da COC-Fiocruz. E-mail: carolpuc2012@gmail.com.

2 – Doutoranda no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e Coordenadora de Programa da KIYO Brasil. E-mail: anacclacerda@gmail.com.

3 – Graduando no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e estagiário no Setor de Comunicação do IRI/PUC-Rio. E-mail: miguelc.herman2000@gmail.com.

4 – ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Seixos rolados: estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia, 1927, p. 257.

meiado do século XIX, [von Martius] ousou dizer aos senhores que a história pátria havia de levar em conta o esforço dos seus captivos como elemento civilizador do país⁵”.

Roquette-Pinto e von Martius nos apontam que, historicamente, temos na *Revista do IHGB* espaço para exposição de diferentes interpretações e releituras acerca de nossas matrizes essenciais, tais como ambiental, racial, cultural e a sanitária. A presente resenha se beneficia dessa trajetória e explora a matriz sanitária brasileira, propondo o olhar para a saúde internacional como referência analítica para nossa formação nacional. Ao encontro das evidências sistematizadas por von Martius, Roquette-Pinto e por sanitaristas como Arthur Neiva e Belisário Penna, o médico Miguel Pereira vocalizou, em 1916: “o Brasil é um grande hospital”. De 1916-1920 tivemos o Movimento pela Reforma da Saúde Pública, de cunho político e intelectual que denunciou a doença como principal obstáculo à civilização, combateu o determinismo racial e climático, e empenhou esforços pela remoção das endemias rurais. Não obstante, foi também em 1916 que a Fundação Rockefeller criou no Brasil “um ambicioso programa de combate à ancilostomíase, concomitante ao trabalho de controle da febre amarela e de educação médica⁶”.

O Brasil não figura entre os casos focalizados por Steven Palmer na obra em questão, que traça a gênese da saúde global a partir de 1913, com a criação da Comissão de Saúde Internacional (CSI) da Fundação Rockefeller (FR) como um laboratório para “descobrir e testar elementos de um sistema de saúde global para o século XX⁷” a partir das campanhas de combate à ancilostomíase ocorridas precisamente na América Central e Caribe, abrangendo Costa Rica, Porto Rico, Cuba, Trinidad Tobago, Guiana Britânica, Panamá, Nicarágua e Guatemala. Palmer nos indica que essas campanhas foram o prelúdio para a subsequente grande incursão da FR no Brasil, “país que absorveu mais da metade de todos os gas-

5 – *Ibid.*, p. 258.

6 – PALMER, Steven. *Gênese da Saúde Global: a Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina*. Tradução de Annabella Blyth. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015, p. 19. Coleção História e Saúde.

7 – *Ibid.*, p. 20.

tos da instituição com saúde pública na América Latina no decorrer das três décadas seguintes e cerca de 15% dos seus gastos em todo o mundo, tornando-se a dianteira do seu trabalho com saúde internacional⁸”.

Ao longo dos nove capítulos de intensa pesquisa documental e historiográfica aliada ao profundo conhecimento de atores e pesquisadores do período em estudo, a tese de Palmer é sistematicamente reforçada com base em múltiplas evidências empíricas, bem como desagregada e refraseada de forma a ensinar a imersão crítico-reflexiva do leitor. Tal tese desafia suposta e aparente simplicidade: a saúde global se constitui no local. Para desenvolvê-la, indicamos os três principais pilares argumentativos do autor; pontuamos subsídios relevantes oferecidos pela pesquisa; e concluímos com ideias acerca da contribuição da obra para o “redescobrimento do Brasil República” à luz dos diversos encontros no campo da saúde que conceberam nossa formação nacional.

Pilares argumentativos do livro

1. Precedência Periférica: questionamento à correlação entre *trópicos* e *atraso* de forma a desafiar a afirmação de uma epistemologia linear e teleológica sobre saúde / doença construída no Norte Ocidental a partir da precedência de cosmologias locais – médicas, genéticas, biológicas, ambientais e metodológicas;

2. Tropicalização das Doenças: exposição do percurso iniciado pela colonização e escravidão enquanto empreendimentos de conquista e exploração de corpos, e do subsequente sistema atlântico-mediterrâneo de trabalho e exportação agrícola enquanto contexto que promoveu a multiplicação de doenças entre a população local dos trópicos. Visando a expansão da fronteira do desenvolvimento com o advento da Revolução Industrial, tal sistema se apoiava na imigração, na precarização laboral, na ruptura ecológico-social e na capitalização da agricultura – um convite à transmissão de parasitas, vírus e bactérias sem nacionalidade que, contudo, encontraram nos saberes locais, descalços e vulneráveis, eficientes

8 – *Ibid.*, p. 20.

métodos de tratamento;

3. O Mito da Filantropia Redentora: com base nas interlocuções entre os diretores norte-americanos e os protocolos científicos locais, Palmer engaja criticamente com a percepção da FR como dispositivo puramente imperialista dos EUA. Tais interlocuções, por sua vez, eram condições para a própria presença da fundação e para a realização de seu objetivo central nos países, qual seja, a continuidade do trabalho em saúde pública sob estrutura político-administrativa consolidada.

Precedência periférica

Nesse livro, Palmer observa atentamente o nascimento da saúde global e demarca a direção de sua evolução: da periferia para o centro do sistema capitalista mundial. A diferença que a FR fez nos trópicos se deu essencialmente devido ao seu poder financeiro e à sua presença transnacional. Esses elementos foram capazes de fortalecer não só o aparato local de saúde pública onde a fundação se inseria, como também métodos e protocolos de comparação, coordenação e colaboração até então inexistentes e que muito contribuíram para o controle de epidemias e endemias nesses locais. Com isso, alicerçado naquilo que atraiu os médicos da FR à América Central e Caribe, Palmer desestabiliza epistemologias engessadas pela historiografia e literatura produzidas no Norte Ocidental tal como o caráter teleológico da ciência, destacando a heterogeneidade eficaz dos saberes médicos locais e seu potencial transformador, não só dos doentes em sadios, mas principalmente “de concepções racistas e preconceitos biomédicos dos supervisores de saúde dos EUA em um comprometimento etnográfico com culturas populares de saúde”⁹.

Tal vertente argumentativa perpassa o livro sob distintos prismas, como por exemplo as relações políticas e sociais entre os diretores da FR e os coordenadores e agentes locais; e entre os agentes da FR e as populações locais. Sobre o primeiro prisma, Palmer demonstra que, diferente de um projeto uniforme pensado em Nova York e transportado para a

9 – *Ibid.*, p. 28.

América Latina e Caribe, a saúde internacional tal como demarcada pela presença da FR foi um projeto duplamente híbrido, entre os EUA e os países hóspedes, e entre cada experiência dessa presença para a própria FR. Com isso queremos dizer que, desde o princípio, os efeitos e resultados da saúde internacional são dialógicos, limitando e reconstituindo as subjetividades de cada agente envolvido nos programas e processos de implementação. E que tais programas não teriam sequer acontecido sem a participação dos “aliados” locais, profundamente multiétnicos e conscientes de serem o elo do qual dependia a FR para exercer o trabalho de saúde internacional em meio a tantas e distintas matrizes culturais.

Sobre o segundo prisma, encontramos na “teoria do verme” propagada pela FR – que consistia na disseminação do conhecimento sobre a existência de micro-organismos com poderes patógenos que poderiam ser controlados por meio de práticas de higiene – um foco de rejeição ao controle biopolítico que se apoiava nos rituais de curandeiros. Saberes locais contestavam a universalidade representada pelos conceitos da microbiologia, de forma que “a teoria do verme ensinou a necessidade de respostas participativas e populistas¹⁰”.

Tropicalização Das Doenças

Palmer inicia o livro discutindo como o Império Britânico transformou a ancilostomíase em um problema “colonial” e “dos trópicos”, bem como os Estados independentes latino-americanos e caribenhos reagiram a isso, desenvolvendo um “nacionalismo científico” que reificava soluções abrangentes nas suas fundações recém-construídas – onde se entendia a sobreposição entre a fronteira clínica e a nacional. Palmer pontua que, contrário ao que se admitia nas metrópoles, não existia a “tropicalização” das doenças, isto é, a doença como fenômeno eminentemente ecossistêmico realizado em percurso que começava e terminava nos trópicos. O percurso da contaminação coincide com a expansão da fronteira do desenvolvimento, no momento da Revolução Industrial, e das subseqüentes

10 – *Ibid.*, p. 206.

aglomerações de trabalhadores sujeitos a longas jornadas em condições insalubres, sem saneamento e socioeconomicamente vulneráveis.

Tal vulnerabilidade tampouco era aleatória: se dava espacialmente no campo (áreas de *plantations*) e, em termos identitários, entre indígenas, ex-escravizados e imigrantes de raças não brancas do sul da Ásia. Eram milhões de corpos de trabalhadores doentes postos em “projetos de agroexportação, de mineração e de transportes que estavam criando um novo mercado mundial¹¹”. A disseminação de epidemias correspondia aos espaços de expansão agrícola, aumento populacional e desmatamento. Ao mesmo tempo, como exemplificado na Costa Rica, foram os médicos que atuavam nesses locais os que primeiro elaboraram planos e campanhas nacionais de saúde pública.

Temos, portanto, evidências de que a área da saúde pública foi parte da constituição das *nações* da América Latina e Caribe. Médicos, cientistas e sanitaristas locais, em interação com doentes e trabalhadores, forjaram identidades nacionais calcadas em saberes que muito impactaram sobre as concepções de nacionalismo, racismo e desenvolvimento de cada país. Adverso ao método coercitivo britânico, a CSI da FR encontrou nesses processos de formação nacional a justificativa para o método intensivo americano: o tratamento com o timol contra o parasita viabilizado pela persuasão em contextos cívicos e menos disciplinares onde havia probabilidade de cooperação popular. Ou seja, apesar de sua aparência técnica, na realidade, para se aproximar da erradicação, o método intensivo precisava alinhar a campanha com os padrões culturais dos vilarejos e centros urbanos – “é digno de nota que, sendo a comunicação e a sedução o objetivo último, tenha sido a cultura, e não a raça, que se tornou o princípio de organização desses esforços¹²”.

11 – *Ibid.*, p. 52.

12 – *Ibid.*, p. 178.

O mito da filantropia redentora

Já na apresentação do livro, Palmer chama de *modus operandi* desenvolvido pela CSI na América Central e Caribe a inserção da missão da FR “em uma rede de medicina tropical e sanitário rural que havia sido criada pelos seus anfitriões nacionais bem antes do interesse da FR em conduzir o trabalho de saúde internacional no Brasil¹³”. Portanto, se podemos falar em redenção, Palmer desconstrói a agência da FR nesse aspecto e reforça, concomitantemente, a indispensabilidade da colaboração com médicos e cientistas locais com a finalidade da “medicalização de áreas rurais para a redenção da população para a civilização¹⁴”.

Indo contra a corrente historiográfica que enfatiza a verticalização dos programas da FR “no sentido de que o alvo era as doenças individuais, sem levar em consideração o contexto socioeconômico e político dos doentes¹⁵”, o principal objetivo de Palmer é evidenciar a participação do doente e das equipes de saúde constituídas localmente, por cientistas, sanitaristas, médicos, líderes comunitários e ativistas pela saúde pública. No sentido de apontar um resultado da confluência entre o internacional, representado pela fundação filantrópica norte-americana, e o local, verificamos a adaptação do primeiro ao segundo. Isto é, os objetivos do programa da CSI eram constantemente redefinidos para melhor se acomodar tanto às prioridades locais quanto às culturas médicas pré-existentes.

O estigma de representar a “cultura do imperialismo dos EUA” se construiu em relação dialética às narrativas da FR. As duas metas principais da FR ilustram bem essa reflexão, qual sejam, a erradicação de parasitas e a educação da população. Para a erradicação (também identificada como *método intensivo*¹⁶), a FR implementava o método biomédico que, naturalmente, colidia com a ampla variedade de sistemas médicos locais como de povos indígenas, de tradições pré-colombianas, de africanos descendentes de escravizados, de indianos e de mestiços hispânicos. Para

13 – *Ibid.*, p. 21.

14 – *Ibid.*, p. 22.

15 – *Ibid.*, p. 25.

16 – *Ibid.*, p. 158.

a educação, a FR gradualmente introduzia “uma nova cultura de vida e morte – a cultura de higiene, saúde pública, teoria do germe e medicina laboratorial¹⁷” que, não obstante as divergências com as cosmologias populares sobre o cuidado e controle dos corpos, encontrou apoio de sanitaristas e higienistas locais.

A dialética se dá precisamente porque, apesar de serem apontadas como evidências do imperialismo norte-americano, as metas da FR não eram apresentadas e implementadas localmente pela fundação através de tecnologias disciplinares e de domínio colonial – a utopia biopolítica coexistiu com negociações constantes pela limitação do poder da FR. Como é marca da hegemonia global dos EUA, a FR evitava a aparência formal de império por meio de adaptações metodológicas, descentralização institucional e compartilhamento de responsabilidades com a comunidade médica anfitriã.

Valendo-se dessas características, os benefícios oferecidos pela FR se situaram no escopo financeiro e metodológico – fornecer estabilidade, organização e pessoal qualificado, elevando assim os padrões dos sistemas de saúde pública *que já se encontravam presentes*. Esse é também um aspecto fundamental da vertente argumentativa de Palmer que refuta o mito da filantropia redentora: como o autor aponta na Conclusão, “o livro apresenta evidências de que são populações livres, alfabetizadas e politicamente engajadas que respondem bem, participam e se beneficiam de programas internacionais de saúde pública¹⁸”, transformando-os em inovações autossustentáveis. Os lugares onde a FR se inseriu foram escolhidos a partir da existência prévia de conhecimento e rede de especialistas próprios, de forma que tanto os médicos da FR pudessem incorporar os programas de pesquisa e padrões de tratamento em seus protocolos, quanto que o sistema de saúde pública local pudesse crescer após a retirada dos recursos financeiros da FR.

17 – *Ibid.*, p. 30.

18 – *Ibid.*, p. 300.

Conclusão

Como Palmer conclui acerca dos países estudados no livro, também podemos dizer que, no Brasil, as equipes multiétnicas junto a médicos como Belisário Penna – que coordenou os programas de saneamento entre 1920-1932 nas localidades rurais mais distantes e empobrecidas – estavam em sintonia com a história nacionalista do país. O saneamento, a higiene e a defesa da mestiçagem – através da superação do racismo científico e climático pela doença como elemento definidor daquela promissora nação – foram características presentes na configuração da identidade nacional durante os anos da Primeira República (1889-1930). Podemos observar os debates políticos em torno dessas características, por exemplo, nos quatro números da *Revista Saúde*, o periódico oficial da Liga Pró-Saneamento liderada por Belisário Penna, publicados entre 1918-19 e hoje localizados no Arquivo Nacional.

Não obstante as especificidades de cada localidade, o momento é oportuno para repensarmos acerca das resultantes híbridas dos encontros internacionais no campo da saúde. Mediante a emergência de diversos atores – parcerias público-privadas, organizações não governamentais, fundações filantrópicas, organizações internacionais – nos cabe lembrar que “os programas internacionais de saúde pública não podem ser bem-sucedidos se impostos a uma sociedade ou a uma ordem institucional que esteja despreparada para neles se engajar¹⁹”. Palmer nos propõe o foco nos processos e condições locais ao invés de “olhar de cima” o modo como distintos modelos, métodos e campanhas são conduzidos por esses atores. Em relação à história do Brasil, tal direcionamento também nos conduz às raízes do debate político sobre racismo, identidade e nacionalismo protagonizado por cientistas, sanitaristas e médicos que, por sua vez, conceberam a formação da nossa saúde pública como um dos pilares da formação nacional com vistas a inserção do país no concerto de nações modernas e civilizadas.

19 – *Ibid.*, p. 299.

CAROLINA SALGADO
ANA CAROLINA LACERDA
MIGUEL HERMAN

Texto apresentado em março de 2021. Aprovado para publicação em maio de 2021.

André Heráclio do Rêgo, Lucia Maria Bastos P. Neves, Lucia Maria Paschoal Guimarães (org.) 2021. *Oliveira Lima e a longa História da Independência*. São Paulo: Alameda, 390 p. ISBN 978-65-5966-030-8

ANDRÉ SENA¹

MUITO MAIS DO QUE PODEM ENCONTRAR NOSSOS OLHOS: NOVAS E DESAFIADORAS PERSPECTIVAS SOBRE O LEGADO DE OLIVEIRA LIMA

Há uma intrigante expressão popular na língua inglesa que sempre desafia o sujeito na direção da curiosidade e da investigação. Cito-a aqui no original: “*more than meet the eye*”. Ao que tudo indica, trata-se de uma expressão idiomática cuja origem histórica é difícil de rastrear, mas que nos brinda com uma imagem deveras interessante e ilustrativa: a do olhar em movimento, que se desloca na direção de algo com a intenção de “encontrar” o que não lhe parece óbvio, o que pode ainda ser revelado, elaborado, e portanto compreendido.

Cai como uma luva, no meu humilde entender, para dialogarmos nesta breve resenha, acerca da imensa contribuição intelectual e historiográfica, que podemos despreocupadamente constatar em cada página da obra *Oliveira Lima e a longa história da Independência*, organizada por André Heráclito do Rêgo, Lucia Maria P. Neves e Lucia Maria Paschoal Guimarães.

A relação entre a expressão em inglês supracitada e a obra em questão pode ser comprovada sem maiores esforços: cada capítulo aparece diante de nós como um convite aos nossos olhos, para que estes busquem encontrar muito mais do que viam até o presente momento, sobre

1 – Doutor em História Política – UERJ. Email: andresena.marduk@gmail.com.

aquele que recebeu de seus contemporâneos o apelido de “Embaixador Intelectual do Brasil”.

Escrever sobre Oliveira Lima não é tarefa simples nem exercício para amadores. Requer leitura aprofundada e exígua pesquisa, seja no cotejamento documental e arquivístico, seja no debruçar-se sobre a história intelectual a partir de suas obras autorais (que a bem da verdade são de uma heterogeneidade de *saltar os olhos*, envolvendo temas que vão da história à filosofia, chegando inclusive ao teatro!) e levar igualmente em consideração aqueles que no passado recente já vinham dedicando-se a uma certa hermenêutica deste grande pensador brasileiro. Trata-se portanto, de um trabalho que envolve no mínimo três caminhos metodológicos muito distintos, já que exigem o exercício braçal documental, a leitura e releitura atenta de toda a *monumenta limiana*, e o ouvido generoso para com a reflexão de comentaristas pregressos.

Soma-se a isso um último desafio. Por tratar-se de uma obra coletiva, há ainda o processo de reunião, por afinidade de temas e notório saber, daqueles que com seus textos darão concretude a este belo projeto editorial. Três organizadores de talento incontornável se dispuseram a tanto, e aí está o resultado: um livro que demonstra com cristalina clareza que em se tratando de Oliveira Lima, e dos estudos sobre o processo de Independência brasileira aos quais ele tanto se dedicou, há muito mais... *than meet the eye*, ou seja, do que nossos olhos podem a princípio encontrar.

Igualmente difícil é a tarefa de resenhar um livro de tremendo alcance como este. A plethora de visões, as diferenças entre elas, as particularidades estilísticas de cada autor, tudo isso enriquece, ao mesmo tempo que torna excitante, embora penoso, a produção de uma breve resenha como esta. Este último adjetivo, deve-se ao fato de que a função de uma resenha precisa ser tão somente a de provocar no leitor a curiosidade necessária, para que este passe do resumo à própria obra resenhada, sem muitas delongas. Por isso escolher é necessário. Embora eu reitere que todos os autores deste livro foram impecáveis em suas mensagens e análises,

peço ao mesmo tempo licença para abordar particularmente alguns deles, deixando ao leitor o deleite de descobrir, caso minha resenha atinja seu objetivo, outras peças preciosas deste formidável quebra-cabeças, cujo resultado final é um Oliveira Lima tão exitosamente revisitado.

A inserção dos diversos processos políticos ocorridos no Brasil joanino como rascunhos preparatórios da ruptura com Portugal, ocorrida a 1822, especialmente o *movimento dos padres* que desencadeou a Revolução Pernambucana de 1817, aparece como tema central da análise de André Heráclito do Rêgo, especialmente a partir do exame que faz o autor sobre correspondência trocada entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre em fevereiro de 1921.

Em capítulo de sua autoria, de nome “Oliveira Lima e a Revolução de 1817”, o autor nos garante que o interesse de Oliveira Lima pelos idos de 1817 era efetivamente precoce, já presente em uma obra do autor publicada em 1895, embora a carta a Freyre usada como ponto de partida do capítulo só tenha sido escrita 26 anos depois do lançamento de *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*. Há ainda uma interessante informação acerca da perspectiva de Oliveira Lima sobre a Pernambucana de 1817, o que demonstra a complexidade de um analista como ele: tudo indica, a partir da leitura do capítulo de André Rêgo, que ao mesmo tempo em que Lima valoriza, com efeito, o que ocorreu no Pernambuco joanino, faz ele igualmente uma certa crítica a seus limites no que se refere ao seu alcance nacional. Há de certo uma espécie de “ensaio democrático”, rumo a algo maior no futuro, porém aprisionado a um limite no que tange seu alcance, circunscrito a alguns “cérebros exaltados”, devotos zelosos de uma libertação americana ideal.

André aprofunda este argumento ao longo de boa parte do capítulo, ao apontar para a ausência de um idealismo absoluto nos diversos atores que compunham o drama revolucionário pernambucano. O êxito da tomada do poder pelos revolucionários – e aqui o autor dá voz direta a Oliveira Lima – foi possível em grande parte graças ao imobilismo do poder central na região, na pessoa do governador Caetano Pinto de Miranda

Montenegro, e não ao arremate ideológico e estratégico propriamente dito dos sublevados.

Isto se torna ainda mais claro com o prosseguimento da leitura do capítulo, especialmente no momento em que nos deparamos com um argumento - no meu ver essencial para a produção de um outro olhar, menos romântico e mais realista sobre 1817 – trazido pelas mãos de Oliveira Lima/André Rêgo, qual seja, o de que havia no ambiente político revolucionário pernambucano um certo descompromisso de ação, ladeado por um quê de “doutrinarismo e desinteresse”. Mesmo assim saberemos com o decorrer da leitura, que Oliveira Lima retomará o tema de 1817 inúmeras vezes, especialmente com a obra-prima *D. João VI no Brasil*, publicada em terras brasileiras no ano de 1908. A imagem da Revolução Pernambucana como uma combinação de impulsos, amparados por uma percepção “jactanciosa” do hemisfério ocidental é talvez uma das pérolas trazidas pelo capítulo em questão.

O contraponto a esse esboço de uma certa percepção limiana, se dá mais adiante, quando André Rêgo, vitaminando o debate e o contraste, nos apresenta a visão de Gonçalo de Barros Carvalho de Mello Mourão, diplomata e historiador cearense, que compreende 1817 como um efetivo esboço de nossa libertação nacional. O que o movimento tinha de local em termos de disposições objetivas, tinha de “nacional” em termos de agenda política e projeto revolucionário. Almejava o Brasil, Portugal e o Algarve. Mesmo assim, o autor do capítulo nos alerta para defensores e detratores desse posicionamento sobre a Pernambucana, nos enriquecendo ainda mais ao longo de todo o seu texto, aos nos expor inclusive a análises mais contemporâneas sobre o tema, nunca deixando de privilegiar a perspectiva de Oliveira Lima (ou de sempre retornar a ela), e a maneira pela qual a mesma despertou paixões e reflexões.

Em meio a tantos autores excepcionais ao logo de todo o livro, deparamo-nos com o capítulo escrito por Lucia Maria P. Neves, de título “Oliveira Lima e o Império do Brasil: uma nova narrativa”. Com efeito, apenas o título já nos sugere uma certa reflexão acerca da riqueza *ad in-*

finitum dos objetos históricos. Embora haja reconhecidamente uma vasta historiografia sobre o Brasil Império (tanto de época quanto hodierna), ainda é possível recorrer a Oliveira Lima e extrair de sua obra novos recursos de análise e pesquisa sobre um momento já tão visitado por vários de nossos historiadores.

O próprio Oliveira Lima apresentado a nós pela autora do capítulo em questão, apontava para a necessidade de se preencher certas lacunas sobre a história da formação brasileira. Lucia Neves nos brinda com um artigo de Lima, publicado em 1909, onde essa necessidade é apontada com firmeza pelo pensador brasileiro, quando ainda atuava como diplomata na Bélgica. Antes mesmo da *Revolução dos Annales*, que definitivamente proclamará a necessidade imperiosa do diálogo entre a História e outros saberes, Oliveira Lima, neste documento das primeiras décadas do século XX que nos é apresentado, fala na necessidade de uma relação ainda mais íntima entre a História e a Geografia para a compreensão de um país da complexidade do Brasil. Estudos de demografia e de história social também aparecem neste mosaico metodológico apresentado por Oliveira Lima e revelado aos leitores no livro que ora tenho o prazer de resenhar.

No que se refere ao processo de Independência brasileiro, Lucia Neves recupera e reaquece a questão que nos traz Oliveira Lima sobre a natureza *per se* de nossa separação de Portugal. É aqui que encontramos a crítica que faz o pensador e diplomata brasileiro sobre o problema do prejuízo romântico, causado pela noção de que nossa emancipação se deu a partir de um “desquite amigável”. Pode ter havido desquite; mas amigável? Embora não use as mesmas palavras, “há muito mais do que encontram os olhos”, poderíamos aferir, a partir do questionamento que faz o pensador sobre a fundação mesma do Império brasileiro.

A fim de que encontremos ainda mais de perto este Oliveira Lima, o capítulo em questão flui na direção de nos apresentar debatedores do quilate de Evaldo Cabral de Mello, prefaciador de uma obra essencial (como se todas as outras não o fossem igualmente) de Oliveira Lima:

O Movimento da Independência (1821-1822), em nova edição de 1997. Ali, Lucia Neves faz uso da voz de Cabral de Mello para sustentar ainda melhor o argumento em torno de um Oliveira Lima que nos apresentou novos olhares sobre a nossa formação nacional.

Em “Manuel de Oliveira Lima: o epílogo da história comum de Brasil e Portugal”, capítulo escrito por Lucia Maria Paschoal Guimarães, encontramos o mesmo espírito de surpresa e fascínio diante de um Oliveira Lima tão atual quanto necessário.

Aqui, é a obra *Dom Miguel no Trono (1828-1833)* que chama a atenção dos nossos olhares. Editada em Portugal, graças aos esforços da esposa do pensador, D. Flora de Oliveira Lima, a obra é ainda hoje pouco circulada entre o grande público aficionado pela história do Império do Brasil, e por suas relações bilaterais com a antiga Metrópole. Encontramos no capítulo em questão a curiosa informação sobre a defesa dos direitos de D. Miguel, feita por Oliveira Lima em duas obras que se dedicaram ao tema, uma já citada em linhas acima, a qual vem somar-se *D. Pedro e D. Miguel: a querela da sucessão em Portugal (1826-1828)*, lançada três anos antes do falecimento do intelectual brasileiro.

Embora Lúcia Guimarães afirme que essas obras ocupem um lugar relativamente secundário no conjunto grandioso da obra limiana, (inclusive com a observação de que nem Rubens Borba nem José Honório Rodrigues citam suas existências em algumas de suas publicações), não podemos deixar de reconhecer aqui mais uma peça surpreendente sobre a originalidade das reflexões históricas de Oliveira Lima. Outro ponto que nos chama atenção no capítulo: ambos os livros sobre o desconcerto entre os dois Príncipes faziam parte de um plano de sequenciamento à obra *D. João VI no Brasil*, considerada por muitos, tal como já dito linhas acima, a obra prima do letrado.

O litígio dos Bragança, segue Lucia Guimarães, é investigado por Oliveira Lima a partir de uma perspectiva mais ampla, e me arrisco a dizer, muito cara hoje em dia a gêneros historiográficos mais contempo-

râneos como a nova história política, a história diplomática, a história das relações internacionais, e até mesmo a disciplinas periféricas à História, mais teóricas e mais próximas dos internacionalistas, como a análise de política externa (API). Explico-me: a autora do capítulo ressalta a singularidade da análise de Lima para além do problema entre os dois atores coroados, buscando compreender as repercussões do “embrolho familiar num cenário mais amplo.” A performance das potências do atlântico naquele período, a dinâmica da diplomacia europeia e o aparecimento de novos *players* no jogo político do momento, como os Estados Unidos de Andrew Jackson, tudo parece fazer parte de uma análise complexa, multifacetada e *transconfitual*.

O diplomata e cientista social brasileiro Paulo Roberto de Almeida nos presenteia com o capítulo “Um ‘imenso Portugal’? A hipótese de um império luso-brasileiro no contexto internacional do início do século XIX”. Uma grande questão orienta toda a análise ao longo das páginas do capítulo: a possibilidade de o Brasil ter assumido um lugar central na formação de um Império Luso-Brasileiro, tema precioso e contemplado não apenas por *policy makers* da diplomacia pombalina, como também por gênios do pensamento ibérico como o Padre Antônio Vieira.

O embaixador apresenta ao leitor um dado material interessante na tentativa de responder esta questão, qual seja, a primazia brasileira na provisão de recursos ao Tesouro real, para onde afluíam a extração de bens de natureza estratégica para a balança comercial portuguesa, como ouro e diamantes. Dentre outros fatores levantados pelo autor do capítulo, esse dado das nossas relações econômicas mercantis-coloniais poderia ter sido a base fundamental de um Império multicontinental, passando inclusive pela Pérsia, Arábia e Índia, e tendo o Brasil como seu centro maior de poder.

Os vultos de Hipólito da Costa e José Bonifácio de Andrada e Silva simbolizam no capítulo, o conjunto de estadistas devotados paradoxalmente a causa de uma Independência em movimento (e aqui a obra quase homônima de Oliveira Lima aparece pela letra de Paulo Roberto de

Almeida) mas também a da criação, mesmo que apenas idealizada, de uma “unidade político-econômica, de escala mundial”, objetivada na concretude de um Império luso-brasileiro sediado no Rio de Janeiro. Com o objetivo de aprofundar a sua análise sobre o tema, o autor do capítulo prossegue nos oferecendo um conjunto de informações de fôlego sobre o que audaciosamente poderíamos chamar de uma *breve história dos impérios*, buscando compreender o projeto luso-brasileiro em questão, inserido em um contexto necessariamente conectado a dinâmica de outros projetos de poder, de natureza imperial e de alcance transcontinental.

Há conclusivamente um conjunto de argumentos muito interessantes apresentados por Paulo Roberto de Almeida na sessão do capítulo intitulada “A hipótese de uma união imperial no período joanino e na independência”. Aqui, o elemento de longa duração que encerra o projeto imperial luso-brasileiro é reforçado, recuando-se inclusive ao século XVI. A ideia de uma fragilidade potencial de Portugal no ambiente europeu surge em seguida como um elemento agregador e justificador de um ideal, presente por séculos na percepção estratégica atlântica portuguesa, e que de alguma forma fortalecerá o processo de *interiorização da metrópole*, ocorrido entre os anos de 1808 e 1821. O diálogo do embaixador que escreve o capítulo em questão com as obras *D. João VI no Brasil* e *O Movimento da Independência*, de Oliveira Lima, aparece aqui de maneira particular.

O encerramento desta resenha se propõe a mais um breve comentário: trata-se do capítulo “Oliveira Lima interpreta o Brasil (a propósito de um legado intelectual)”, escrito por Arno Wehling, e que precede o rico caderno de imagens que finaliza o volume. Neste capítulo, estrategicamente localizado no arremate do livro, Wehling discute especialmente a recepção da obra de Oliveira Lima a partir de diversos aspectos, mas especialmente no que se refere a sua diversidade. Para tanto, o autor do capítulo nos oferece dois caminhos: a diferença que nos traz a perspectiva de Oliveira Lima para compreensão do nosso passado, e a incorporação das conclusões do intelectual brasileiro em um corpo explicativo de natureza mais geral.

Na sessão de nome “Oliveira lima e a historiografia anterior – semelhança heurística, diferença hermenêutica” essas duas possibilidades são aprofundadas e discutidas detalhadamente, especialmente na descrição da dedicação de Oliveira Lima ao estudo aprofundado dos documentos históricos, e não a sua mera coleção: o diálogo entre heurística e hermenêutica como constituintes do conjunto da obra do intelectual brasileiro é aqui fortalecido e demonstrado nas páginas adiante, com o caso da biografia de D. João VI e os escritos sobre D. Pedro I e D. Miguel, trazidos a luz por Lima.

Há ainda um outro aspecto do capítulo em questão que o torna ainda mais essencial aos leitores: a “percepção sociológica” e a sensibilidade de Oliveira Lima no exame dos processos sociais, o que segundo Wehling pode ser verificado em quatro traços essenciais que marcaram a obra do intelectual brasileiro que dá título ao presente livro: “a história regional, a biografia, o comparatismo e a síntese histórica.” A carreira diplomática do autor é aqui evocada como um elemento capacitador desse olhar comparativo e abrangente sobre os processos domésticos brasileiros e sua relação concêntrica com esferas mais amplas, especialmente no ambiente das três Américas.

Naturalmente os cinco autores tão modestamente comentados por mim nesta resenha abreviada em nada esgotam a análise diversificada e inegavelmente sofisticada de todos os outros autores de *Oliveira Lima e a longa história da Independência*, obra que será despretensiosamente considerada um marco historiográfico em muito pouco tempo. A reunião de tantos devotos do saber e examinadores do legado de Oliveira Lima só poderá, portanto, ser o sinal mais evidente de sua relevância como intérprete de nossa nacionalidade, como gênio dos trópicos, como um dos maiores pensadores brasileiros de todos os tempos.

Texto apresentado em junho de 2021. Aprovado para publicação em julho de 2021.

BENFEITORES DA REVISTA DO IHGB

Adriana Pereira Campos	Fernando Itanga
Alex Varela	Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Alexandre Hubner	Francisco Rogério Madeira Pinto
Alexandre Mansur Barata	Fábio Lemos
Alexandre Raicevich de Medeiros	Gefferson Ramos Rodrigues
Ana Paula Sampaio Caldeira	Gisele Cristina Cipriani de Almeida
André Ricardo Heraclio do Rego	Giulia Seixas Calumby Lisboa
Andréa Camila	Guilherme Neves
Angela Fonseca Souza Assis	Guilherme Ribeiro
Angela Maria Roberti Martins	Gunter Axt
Anita Correia Lima de Almeida	Gustavo Pereira
Antonio Celso Alves Pereira	Gustavo Silveira Siqueira
Antônio Carlos Jucá	Gustavo Sousa
Arno Wehling	Hanna Sonkajärvi
Associação Nacional de História Seção Regional do Rio de Janeiro	Heloisa Maria Murgel Starling
Beatriz de Moraes Vieira	Hendrik Kraay
Bruno Santos Sobrinho	Hilda Leonor Cuevas de Azevedo-Soares
Caio Affonso Leone	Humberto Fernandes Machado
Camila Belarmino	Irene Scofano Gonçalves Figueiredo
Carla Hauer	Isadora Maleval
Carlos Fernando Pinto Machado e Silva	Israel Aquino
Carlos Kessel	Jaime Antunes da Silva
Celso Queiroz	Jali Meirinho
Christian Edward Cyril Lynch	Jean Marcel Carvalho França
Cleyson de Moraes Mello	Jose Murilo de Carvalho
Cláudia Beatriz Heynemann	José Alberto da Costa Maia
Daniel Mello	José Damião Rodrigues
Eneida Vinhaes Bello Dultra	João Araujo
Ermio Patrão	João Batista Novais Faria Filho
Evanildo Cardoso	João Eduardo de Alves Pereira
Fabio Peixoto	João Marcos Copertino
Fellipe Dennilson Ribeiro Feijó	Juliana de S Duarte
Fernanda Kieling Pedrazzi	Juliana Timbó Martins

Jéssica Uhlig
Júlia Ribeiro Junqueira
Kátia Sausen da Motta
Laura Junqueira de Mello Reis
Lauro Figueiredo
Leonardo dos Reis Gandia
Leonardo Paschoal Guimarães
Lucas Cabral da Silva
Lucia Maria Bastos Pereira das Neves
Lucia Maria Paschoal Guimarães
Luciano Raposo Figueiredo
Luciene Carris
Luiz Carlos Ramiro Junior
Luiza Silva
Marcello Otávio Neri de Campos Basile
Marcia Motta
Maria de Nazareth Correa Accioli Lobato
Maria do Rosário Alves Moreira da
Conceição
Maria Leticia Corrêa
Maria Teresa Bandeira de Mello
Mariana Carvalho
Marina Monteiro Machado
Maíra M. S. Villares Vianna
Miriam Collares
Monica Duarte Dantas
Nathália Tomagnini Carvalho
Natália Cabral dos Santos Esteves
Neusa Fernandes
Orlando de Barros
Patricia Boueri
Paulo Fernando de Albuquerque Mara-
nhão
Paulo Henrique Fontes Cadena
Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro

Paulo Knauss
Paulo Roberto de Almeida
Paulo Roberto Menezes
Pedro Henrique Duarte Figueira Carvalho
Phillipe Rocha Silva
Rafael Cupello Peixoto
Rafael de Castro Baker Botelho
Raquel Glezer
Renata Vale
Ricardo Sontag
Roberto Guedes Ferreira
Rodrigo Elias Caetano Gomes
Rogério de Souza Farias
Rosemary Saraiva da Silva
Sheila Moura Hue
Silvana Mota Barbosa
Tania Bessone C. Ferreira
Tatyana de Amaral Maia
Teresa Maria Malatian
Thalles Augusto de Carvalho Siciliano
Thiago Groh de Mello Cesar
Thiago Magalhães
Thiago Reis
Túlio Manoel Leles de Siqueira
Valdei Araujo
Victor Oliveira
Wanderson Oliveira
William Martins
Wilma Peres Costa
Anônimo

Agradecemos aos seguintes colaboradores pareceristas
para esse número da R.IHGB

Aldair Carlos Rodrigues	UNICAMP
Alessandra Vannucci	UFRJ
Avelino Romero	UNIRIO
Beatriz Boclin Marques dos Santos	Colégio Pedro II
Bruno Romero F. Miranda	UFRPE
Carolinck de Marco G. M. Roma	CESVA/FAA/Valença
Cleyton José Ferreira	UFOP
Fabiano Vilaça dos Santos	UERJ
Guilherme Pereira das Neves	UFF
Gustavo Siqueira	UERJ
Isabele Melo	UFRJ
James William Goodwin Júnior	CEFET MG
Lucia Maria Bastos Pereira das Neves	UERJ
Lucia Maria Paschoal Guimarães	UERJ
Luís Fernando Tosta Barbato	IF do Triângulo Mineiro
Luiz Carlos Soares	UFF
Luiz Carlos Villalta	UFMG
Maria Isabel Siqueira	UNIRIO
Marcos Guimarães Sanches	UNIRIO
Marcos José Dinis Silva	UECE
Marcos Galindo de Lima	UFPE
Mary del Priore	IHGB-
Monica Duarte Dantas	IEB/USP
Nelson Tomelin	UFAM

Paulo Roberto Peloso	UFRJ
Rabib Antonio	Centro Superior de Ensino de Valenca
Regina Helena Martins de Faria	UFM
Renata Ferreira C. Bonifácio	UFS
Ricardo Sontag	UFMG
Robério Santos Souza	UFBA
Rodrigo Cardoso Soares de Araújo	IF-SUDMG
Rogéria de Almeida Dutra	UFJF
Tarcísio de Souza Gaspar	IFSULDEMINAS
Tarcísio Rodrigues Botelho	UFMG
Tania Maria Bessone T. da C. Ferreira	UERJ
Temistócles Cezar	UFRGS
Thiago Reis	FGV-SP
Tyrone Apollo Pontes Cândido	UECE
Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrada	IHGB-Colégio Pedro II
Walter Guandalini Junior	FRPR
Weder Ferreira da Silva	IF-SUDMG
William Gaia Farias	UFPA
Wlamir Silva	UFSJ
Yuri M. Pereira Costa	UEMA

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

1. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é uma publicação de caráter científico, voltada para a difusão do conhecimento histórico, assim como de outras disciplinas e áreas afins, no âmbito dos estudos brasileiros.
2. Os órgãos de gestão da Revista são o Conselho Editorial, o Conselho Consultivo e a Comissão de Redação.
3. É de responsabilidade do Conselho Consultivo a elaboração de pareceres sobre as contribuições submetidas para fins de publicação.
4. A publicação de toda e qualquer colaboração dependerá da observância das Normas Editoriais e da avaliação do Conselho Editorial, da Comissão da Revista e/ou assessores ad hoc, que podem, em concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Toda identificação de autoria do trabalho será removida do arquivo, garantido desta forma o critério sigiloso da revista, quando submetido para avaliação por pares, conforme instruções disponíveis em *Assegurando a Avaliação Cega por Pares*.
5. Os conceitos emitidos nos trabalhos editados são de inteira responsabilidade dos autores.
6. Os textos serão publicados mediante cessão, pelos autores, de direito de publicação concedido à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, **por meio eletrônico, através do e-mail abaixo indicado**.
7. A Revista privilegia os seguintes tipos de contribuições:
 - 7.1 **Artigos**: textos analíticos ou ensaios resultantes de estudos e pesquisas concernentes a temas de interesse para a R.IHGB. (até dez mil palavras).
 - 7.2 **Comunicações**: intervenções realizadas por sócios ou convidados nas sessões do IHGB (até quatro mil palavras).
 - 7.3 **Notas de Pesquisa**: relatos preliminares e resultados parciais de investigações em curso (até cinco mil palavras).
 - 7.4 **Documentos**: transcrição de fontes históricas, de preferência inéditas, preferencialmente com comentários (até dez mil palavras).
 - 7.5 **Resenhas** críticas ou balanços bibliográficos, (até duas mil palavras, sem necessidade de resumo e/ou abstract).
8. O autor do artigo terá 15 dias para enviar o termo de autorização de publicação, contados a partir da data em que o *R.IHGB* comunica sua aprovação.

NORMAS EDITORIAIS

- As contribuições deverão ser inéditas e de trabalhos originais do autor, não podendo ter sido publicadas integralmente ou em parte, tanto impressa ou eletronicamente, ou já submetidas a outras revistas. Os textos podem ser escritos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.
- Exceto os trabalhos dirigidos à seção Resenhas ou Balanços Bibliográficos, os autores deverão, obrigatoriamente, apresentar títulos e resumos nos idiomas português e inglês, independentemente do idioma do texto original, e caso este não esteja em português ou inglês, acrescentar resumo na língua original, não podendo ultrapassar 250 (duzentos e cinquenta) palavras, seguidas das palavras-chave, mínimo 3 (três) e máximo de 6 (seis), representativas do conteúdo do trabalho, também em português e

inglês, e no idioma original, quando for o caso.

- Documentos enviados para publicação devem estar transcritos e assinalados o código ou indicação arquivística equivalente de onde foram copiados, acompanhados de uma introdução explicativa.
- A Revista reserva-se a oportunidade de publicação de acordo com o seu cronograma ou interesse, notificando ao autor a sua aprovação ou a negativa para a publicação. Não serão devolvidos originais.

APRESENTAÇÃO DOS TEXTOS

- Página de rosto: todo artigo deverá ter uma página de rosto com o título, nome completo do autor e instituição de origem a que pertence. O rodapé da página deverá mencionar o endereço completo e o e-mail do autor, a quem se encaminhará a correspondência. Somente nesta página constará a identificação do autor, para fins de sigilo.
- Os textos deverão ser apresentados em formato A4, margens 2,5cm, entrelinha de 1,5cm, fonte Times New Roman corpo 12, e numeração consecutiva. Deverá ser utilizado o editor de texto Microsoft Word ou compatível. Caso haja imagens, tabelas ou gráficos, deve haver a identificação no texto os locais das figuras ou outras formas de ilustração. As imagens deverão ser escaneadas em 300 dpi no formato jpg e dimensionadas no formato de aproximadamente 5 x 5 cm..
- As traduções, de preferência inéditas, deverão estar acompanhadas de autorização do autor e do respectivo original do texto.
- As notas deverão ser colocadas em rodapé. Não deverá haver bibliografia no final do texto.
- Normas para as notas de rodapé:
- Livro: SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano, p ou pp.nnp.
- Capítulo ou parte de livro: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome. *Título do livro* (em itálico): subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano, p. nn-nn.
- Artigo em periódico: SOBRENOME, nome. Título do artigo. *Título do periódico* (em itálico), Cidade: Editora, v. nn, n.nn, p. nn-nn, ano.
- Trabalho acadêmico: SOBRENOME, Nome. *Título (em itálico)*: subtítulo. Tese (Doutorado em...) - Instituição. Cidade, ano, nnnn.
- Texto obtido na internet: SOBRENOME, Nome. Título. Data (se houver). Disponível em: www..... Acesso em: dd.mm.aa.

Somente serão aceitos os trabalhos encaminhados de acordo com as normas acima definidas.

Endereço para correspondência: Revista do IHGB/IHGB E-mail: revista@ihgb.org.br

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

AUTHOR GUIDELINES

1. The Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro is a scientific publication, focusing on the diffusion of historical knowledge, as well as other subjects, foremost when related to Brazilian Studies.
2. The management organs of the Revista are the Editorial Board, the Advisory Board and the Editorial Committee.
3. The Advisory Board is responsible for the evaluation of the contributions submitted for publication.
4. The publication of each and every collaboration will depend on the compliance to editorial rules and on the evaluation of the Editorial Board, the Editorial Committee and/or advisors ad hoc. The articles are submitted to blind peer-review process and, in order to ensure its quality, authors must delete from their manuscripts all information that might disclose the text's authorship.
5. The concepts expressed in what is published are entirely the authors' responsibility.
6. The texts will be published through the authors' grant of publication copyright to the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, **through the e-mail indicated below**.
7. The Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publish the following kinds of contributions:
 - 7.1 **Articles** include analytical texts or essays which are the result of studies and researches concerning themes that are of interest to the R.IHGB (up to ten thousand words).
 - 7.2 **Notifications** are destined to the publication of brief interventions, made by members or guests in the sessions of the IHGB (up to four thousand words).
 - 7.3 **Research Notes** focuses on preliminary reports and partial results of ongoing investigations (up to five thousand words).
 - 7.4 **Documents** refer to preferably unpublished sources and should come with comments (up to ten thousand words).
 - 7.5 **Bibliography** includes any review essay (up to two thousand words, without summary and abstract).
8. The article's author will have a fortnight to send the authorization term back since the date R.IHGB communicates its approval.

EDITORIAL RULES

- Any submission must be the original work of the author that has not been published previously, as a whole or in part, either in print or electronically, or is soon to be so published. It may be written in Portuguese, English, French, Spanish or Italian.
- Except works addressed to the section on bibliography, authors must mandatorily present titles and abstracts in Portuguese and English, independently of the language of the original text. If it is not in Portuguese or English, it will be necessary to add the abstract in the original language as well. The abstract cannot have more than 250 (two hundred and fifty) words, followed by the minimum of 3 (three) and the maximum 6 (six) keywords, in English and Portuguese.
- Documents sent to publication have to be transcribed and bring the archival indication from where they were copied, accompanied by an introduction.
- The R. IHGB limits the opportunity of publication according to its schedule and interest, notifying the approval or disapproval of the publication to the author. The original texts will not be returned.

TEXTS PRESENTATION

- Front page: all articles should come with an unnumbered front page, which should state its title, the author's / authors' whole name(s) and institution(s) to which he / she / they belong. A footnote should mention the complete address and e-mail of the author / authors, to whom any mail will be sent. The author's / authors' identification should not appear anywhere else;
- Texts should be presented in format A4, margins 2,5cm, space between lines 1,5cm, font Times New Roman size 12, and consecutive numbering of pages. The Microsoft Word text editor or a compatible one should be used. If there are tables, graphs, images or any other pictures, they should be presented in the proper place into which they fit. Pictures and images have to be scanned in 300 dpi in format jpg and approximately dimensioned to 5 x 5 cm;
- Translations, preferably unpublished, should have the author's authorization and the respective original text.
- Notes must come at the end of the page. No bibliography should appear at the end.
- Norms for presenting footnotes:
- Books: LAST NAME, First Name. Title of the book in italics: subtitle. Translation. Edition. City: Publisher, year, p. or pp.
- Chapters: LAST NAME, First Name. Title of the chapter. In: LAST NAME, First Name (ed.). Title of the book in italics: subtitle. Edition. City: Publisher, year, p. nn-nn.
- Article: LAST NAME, First Name. Title of the article. Title of the journal in italics. City: Publisher. Vol., n., p. x-y, year.
- Thesis: LAST NAME, First Name. Title of the thesis in italics: subtitle. Thesis (PhD in) Institution. City, year, p. nn-nn.
- Internet: LAST NAME, First Name. Title. Available at: www....., consulted dd.mm.yy.
- **Originals may only be submitted to the e-mail below.**

Only the texts presented accordingly to the rules defined above will be accepted.

Contact Address : Revista do IHGB/IHGB E-mail: revista@ihgb.org.br

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Informações básicas

Circulando regularmente desde 1839, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* é uma das mais longevas publicações especializadas do mundo ocidental. Destina-se a divulgar a produção do corpo social do Instituto, bem como contribuições de historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etnólogos, arqueólogos, museólogos e documentalistas de um modo geral. Possui periodicidade quadrimestral, sendo o último número de cada ano reservado ao registro da vida acadêmica do IHGB e demais atividades institucionais. A coleção completa da Revista encontra-se disponível para consulta on line, no endereço: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>

A abreviatura de seu título é *R. IHGB*, que deve ser usada em bibliografias, notas de rodapé e em referências e legendas bibliográficas.

Fontes de indexação

- Historical Abstract: American, History and Life
- Ulrich's International Periodicals Directory
- Handbook of Latin American Studies (HLAS)
- Sumários Correntes Brasileiros
- Classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos/Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - QUALIS/Capes - conceito B1.

Patrocinadores

A publicação recebe apoio do seguinte órgão:

- Ministério da Cultura

Endereço

e-mail: revista@ihgb.org.br

Some basic information

The *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* is published regularly since 1839. It is one of the oldest western world specialized publications. It aims at publishing the productions of the members of the Institute, as well as the contributions of historians, geographers, anthropologists, sociologists, architects, ethnologists, archaeologists, museologists and documentalists in general. It is published every for four, but the last publication of each year is dedicated to the registry of the Institute's academic life and other institutional activities. The magazine's complete collection is available for online consultation, at the site: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>

The abbreviation of its title is *R. IHGB*. It has to be used in bibliographies, footnotes and bibliographic references and subtitles.

Index sources

- Historical Abstract: American, History and Life
- Ulrich's International Periodicals Directory
- Handbook of Latin American Studies (HLAS)
- Brazilian Current Briefs
- Classification of the vehicles used by Brazilian post-graduate programs for the divulgation of the intellectual production of teachers and students – QUALIS/Capes – grade B1.

Sponsors

The publication receives support from the following entity:

Ministério da Cultura

Address

e-mail: revista@ihgb.org.br



Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é responsável pela escolha e a apresentação das ideias contidas nessa *Revista* e pelas opiniões contidas aqui, as quais não são necessariamente aquelas da UNESCO que não se compromete com as mesmas.